



ENTRE MARES

O Brasil dos portugueses

Maria de Nazaré Sarges
Fernando de Sousa
Maria Izilda Matos
Antonio Otaviano Vieira Junior
Cristina Donza Cancela
orgs.

EDITORIA


Paka-Tatu


ENTRE MARES
O Brasil dos portugueses

ENTRE MARES

O Brasil dos portugueses

Maria de Nazaré Sarges
Fernando de Sousa
Maria Izilda Matos
Antonio Otaviano Vieira Junior
Cristina Donza Cancela
orgs.



Belém/Pa
2010

Copyright© 2010 dos autores

Título original

Entre Mares: o Brasil dos portugueses

Capa, projeto gráfico e editoração

Káyra Matos

Quadros, gráficos e tabelas

Rosivan da Rocha Ferreira

Daniel Souza Barroso

Revisão

Ana Conceição Oliveira

Editora Paka-Tatu

Rua Oliveira Belo, 386, salas 8 e 9

Umarizal, CEP: 66.050-380, Belém-PA

contato@paka-tatu.com.br

www.editorapakatatu.com.br

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Entre mares: o Brasil dos portugueses / Maria de Nazaré Sarges ... [et al.]. - Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.
348 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7803-056-8

1. Brasil - Relações - Portugal. 2. Portugal - Relações - Brasil. 3. Portugueses - Brasil - História. 4. Imigrantes - Brasil - História. I. Sarges, Maria de Nazaré. II. Sousa, Fernando de. III. Matos, Maria Izilda. IV. Vieira Junior, Antonio Otaviano. V. Cancela, Cristina Donza.

CDD - 22. ed. 981.00469



A PRESENÇA PORTUGUESA NA AMAZÔNIA

- 20 MANOEL DOS SANTOS, O PAJÉ
DE PORTUGAL: IMIGRAÇÃO E CONTATOS
CULTURAIS EM BELÉM DO PARÁ NO FINAL
DO SÉCULO XIX
ALDRIN MOURA DE FIGUEIREDO
- 32 IMIGRAÇÃO PORTUGUESA E CASAMENTO:
UM OLHAR A PARTIR DO GÊNERO,
DA GERAÇÃO E DA ATIVIDADE
(BELÉM, 1908-1920)
CRISTINA DONZA CANCELA
DANIEL SOUZA BARROSO
- 42 “ALTERCÕES” E “RIXOSOS”: COLONOS
PORTUGUESES NUMA VILA MILITAR
NO PARÁ IMPERIAL
ELIANA RAMOS FERREIRA
- 54 PÁTRIA MINHA: PORTUGUESES
E BRASILEIROS NO GRÃO-PARÁ (1808-1840)
MAGDA RICCI
- 64 UM ESTUDO SOBRE A MIGRAÇÃO
PORTUGUESA PARA A AMAZÔNIA *JOANINA*
(PARÁ, 1808-1821)
ANTONIO OTAVIANO VIEIRA JUNIOR
DANIEL SOUZA BARROSO
- 75 CRIMINALIDADE E ETNICIDADE
NA MANAUS DA BÉLLE ÉPOQUE
PAULO MARREIRO DOS SANTOS JÚNIOR
- 85 UMA “CONQUISTA TÃO DILATADA”. A COROA
PORTUGUESA E A MIGRAÇÃO VOLUNTÁRIA
PARA A AMAZÔNIA (SÉCULO XVII)
RAFAEL CHAMBOULEYRON
- 93 OS PORTUGUESES NOS AUTOS JUDICIÁRIOS
SOCIABILIDADES E TENSÕES
MARIA DE NAZARÉ SARGES
CAUÊ MORGADO

AS EXPERIÊNCIAS PORTUGUESAS EM OUTROS TERRITÓRIOS BRASILEIROS

- 108 A TERRITORIALIDADE PORTUGUESA
EM NITERÓI – 1900-1990
ANDRÉA TELO DA CÔRTE
- 118 PORTUGUESES NA VIDA ECONÔMICA
DA CIDADE, EM SANTOS, NA SEGUNDA
METADE DO SÉCULO XIX
MARIA SUZEL GIL FRUTUOSO
MARIA APPARECIDA FRANCO PEREIRA
- 130 A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA
PARA O BRASIL NO SÉCULO XIX (1844-1890)
MARIA DA CONCEIÇÃO CORDEIRO SALGADO
- 145 A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL
PARA O BRASIL: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM
(1918-1931)
DIOGO FERREIRA
- 161 A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE VILA REAL
PARA O BRASIL (1901-1930) – REALIDADE
E PERCEPÇÕES
ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO
- 174 IMIGRAÇÃO, INSERÇÃO SOCIAL
E URBANIZAÇÃO. UM ESTUDO DE CASO:
O HOSPITAL SANTA CRUZ DA SOCIEDADE
PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA
DE NITERÓI
ISMÊNIA DE LIMA MARTINS
- 186 IMIGRAÇÃO E COMÉRCIO: SILÊNCIOS
SOBRE A MULHER
LENÁ MEDEIROS DE MENEZES
- 195 IMIGRANTES PORTUGUESAS:
COTIDIANO, TRABALHO E RESISTÊNCIA.
SÃO PAULO 1920-1940
MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS



- 207 A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL
PARA O BRASIL EM 1912:
O ANO DE TODAS AS PARTIDAS
RICARDO ROCHA
- 223 A PRESENÇA PORTUGUESA NO PARANÁ:
TRABALHO, INTEGRAÇÃO E SOCIABILIDADE
ROSELI BOSCHILIA
CELINA FIAMONCINI
GISELI CRISTINA PASSOS
- 231 A TERRITORIALIDADE PORTUGUESA
NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS 1930
SÊNIA BASTOS
- 241 IMIGRANTES PORTUGUESES E SOCIEDADES
RECREATIVAS NO RIO DE JANEIRO, 1903-1916
VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA
- 252 DE ALÉM-MAR À TERRA DA GAROA:
TRAVESSIAS PORTUGUESAS
YVONE DIAS AVELINO



LEGISLAÇÃO, DISCURSOS,
INQUÉRITOS, REGISTROS
E PROJETOS POLÍTICOS

- 262 O PORTUGUÊS ANTÔNIO CANDEIAS DUARTE:
DESCONHECIDO PROTAGONISTA
DA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA
ALEXANDRE HECKER
- 275 O PRIMEIRO INQUÉRITO PORTUGUÊS
À EMIGRAÇÃO (1843)
FERNANDO DE SOUSA
- 284 O NOVO REGIME DE TEMPORALIDADE
E A HISTÓRIA MIGRACIONAL
JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA
- 301 O DISCURSO POLÍTICO DA EMIGRAÇÃO
PORTUGUESA PARA O BRASIL (1855-1866)
PAULA BARROS
- 307 A LEGISLAÇÃO PORTUGUESA SOBRE
A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL DURANTE
O ESTADO NOVO (1926-1974)
PAULA MARQUES SANTOS
PEDRO LEITÃO
FILIPE RAMOS
- 316 ENTRE BRASIL E ÁFRICA
FLUXOS MIGRATÓRIOS E O MODELO
PORTUGUÊS DE DESENVOLVIMENTO
NO FINAL DO SÉCULO XIX
PAULO CESAR GONÇALVES
- 329 NEM NACIONAL, NEM ESTRANGEIRO:
REFLEXÕES SOBRE UM PROJETO
ÉTNICO-POLÍTICO BRASILEIRO
JOSÉ SACCHETTA RAMOS MENDES
- 335 O DISTRITO DA HORTA NO CONTEXTO
DA EMIGRAÇÃO AÇORIANA: UMA ANÁLISE
COM BASE NOS REGISTOS DE PASSAPORTES
(1836-1839)
SUSANA SERPA SILVA





Consentimento:

Anna da Conceição Flores, viúva, doméstica, moradora na Praça d'Allegria, n.º 12, desta cidade.

Declara que dá pleno consentimento a sua filha Maria Joaquina, solteira, de 11 annos de idade, com ela residente, para que se possa ausentar para a cidade de Santos (Estados Unidos do Brazil).

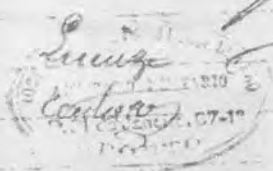
Porto, 16 de fevereiro de 1918

A cargo de Anna da Conceição Flores por sua mãe escrevi.

Homem de bem e de bem nomeado

Test.º: Duarte Lourenço

Vila: Joaquim Lobo



Macinhoto e Silva, acompanhando a supradita
fez a presente declaração e a rogado por escrito
em 16 de fevereiro de 1918

Maria da Conceição

Maria da Conceição
10 DE FEVEREIRO DE 1918



16 de fev 1918

16 DE

APRESENTAÇÃO



A temática acerca das migrações internacionais é fundamental para melhor compreendermos a conjuntura atual de (re)configuração da economia global, da trans-nacionalização das culturas, bem como dos novos movimentos políticos que estabelecem o diálogo, muitas vezes tenso, entre as identidades nacionais e os grupos étnicos/raciais. Além do que, o Brasil e Portugal foram indelevelmente marcados pelos processos migratórios. De ambos os lados do Atlântico se estabeleceu um fluxo e refluxo de pessoas, que construíram, de diferentes maneiras, múltiplas experiências que devem ser estudadas, sob as suas temporalidades próprias e sob a ótica tanto do individual como do coletivo. Avaliar quantidades demográficas, reconhecer procedimentos políticos, estimar o sucesso do mundo dos negócios, dimensionar as agruras do trabalho urbano, a vivência do lazer, as tensões sociais do cotidiano e, sobretudo, a luta pela permanência de uma identidade, se constituem uma matéria-prima riquíssima para o trabalho do pesquisador e para a compreensão do processo histórico migratório português para o Brasil, e em especial para o norte do país.

Na virada do século XIX para o século XX, em plena expansão da borracha, o Estado do Pará se constituiu no terceiro maior local de atração de imigrantes portugueses para o Brasil, o que, de alguma forma se reflete na atualidade, na presença significativa de sociedades beneficentes, agremiações, times de futebol e firmas comerciais pertencentes aos seus naturais e/ou descendentes.

Em setembro de 2009, foi realizado na cidade de Belém do Pará o V Seminário Internacional sobre a Migração Portuguesa para o Brasil. O resultado do Seminário “Entre Mares – O Brasil dos Portugueses” se reflete na presente publicação, que apresenta textos que traduzem as principais conclusões das pesquisas de investigadores portugueses e brasileiros que se debruçam sobre o processo migratório português para o Brasil, desde os tempos coloniais até o século XX, mobilizando uma série de documentos guardados em arquivos brasileiros e portugueses, procurando desvendar e compreender a lógica do movimento migratório português nas diferentes temporalidades e dimensões e que se constitui num dos traços da formação social brasileira.

Os pesquisadores que formam o grupo central desta proposta vêm se reunindo desde novembro de 2005, quando se realizou o I Seminário sobre I(e)migração portuguesa para o Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, sob os auspícios da FAPERJ e do CEPES – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, e com a participação de vários estudiosos brasileiros e portugueses, que resultou na obra: Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos.

Na seqüência realizou-se o II Seminário, com o título A Emigração Portuguesa para o Brasil, que teve lugar na Universidade Lusíada do Porto, em julho de 2006, organizado pelo CEPESSE. Na oportunidade efetivou-se uma Missão Exploratória nos arquivos portugueses sobre o tema, que contou com o apoio do Edital CLPL/2005. O evento resultou na publicação com o mesmo título, editado pelo CEPESSE.

O III Seminário Internacional, E/Imigração Portuguesa para o Brasil, ocorreu na PUC/SP e na Universidade Católica de Santos, em setembro de 2007, com o apoio do Edital CLPL/2006 e do CEPESSE, cujos trabalhos resultaram na publicação da obra Deslocamentos & Histórias: os portugueses.

Em julho de 2008, o IV Seminário Internacional, intitulado Nas Duas Margens: os Portugueses no Brasil ocorreu novamente na cidade do Porto, Portugal, na Universidade Lusíada do Porto, com a organização a cargo do CEPESSE, resultando na publicação do livro Nas Duas Margens – Os Portugueses no Brasil.

Os textos apresentados nesta coletânea estão organizados em três partes: a primeira, “A Presença Portuguesa na Amazônia”, privilegia os estudos sobre o processo emigratório português para a Amazônia, desde o século XVII, as trocas culturais, as chegadas e partidas, as tensões, a rede de sociabilidades e as práticas culturais vivenciadas pelos migrantes que, vindos do outro lado do Atlântico, desenvolviam formas de resistência numa tentativa da permanência de suas identidades.

Na segunda parte, organizada em torno de “As Experiências Portuguesas em Outros Territórios Brasileiros”, privilegia-se as investigações em outras territorialidades nacionais, como São Paulo, Santos, Paraná, Rio de Janeiro e Niterói, destacando-se as estratégias de sobrevivência, os mecanismos de inserção na sociedade nacional, as sociedades recreativas e de beneficência, movimentos associativos, os enfrentamentos, a presença portuguesa nas mais variadas atividades comerciais, inclusive dando visibilidade à presença da mulher nessas atividades consideradas “espaços masculinos”.

Em “Legislação, Discursos, Inquéritos, Registros e Projetos Políticos”, são destacados os artigos que analisam documentos legislativos, inquéritos, registros de passaportes, projetos políticos, discursos sobre a emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX e a legislação do período do Estado Novo português.

Por fim, não poderíamos deixar de registrar os nossos agradecimentos às instituições e entidades que apoiaram a realização do Seminário e contribuíram para a publicação da coletânea: Universidade Federal do Pará, CEPESSE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Centro de Memória da Amazônia, Comunidade Luso Brasileira do Pará, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP.

INTRODUCTION



The thematic of international migrations is essential to have a better understanding on the actual conjuncture of the (re)configuration of the global economy, the nationalization of cultures, as well as the new political movements which establish the sometimes tense dialogue between national identities and racial/ethnic groups. Besides that, Brazil and Portugal were indelibly marked by the migratory processes. From both sides of the Atlantic, a flux and reflux was established, built in different ways, a set of experiences that must be studied, under its specific temporalities and considering both individual and collective perspectives.

To estimate demographic quantities, recognize political proceedings, appreciate the success of the business world, perceive the distresses regarding urban work, the leisure experiences, the social tensions of the daily life and, above all, the struggle for the permanence of an identity, set up the raw material for the work of the researchers and for the understanding of the Portuguese historical migratory process in Brazil, particular to the north of the country.

In the turning of the 19th century for the 20th century, in the peak of the rubber cycle, the State of Pará constituted the third greatest place of attraction of Portuguese immigrants in Brazil, which is still visible in the present time, at the significant presence of charitable societies, associations, football teams and commercial firms belonging to Portuguese immigrants and/or their descendants.

In September 2009, the 5th International Seminar about Portuguese Migration in Brazil took place in the city of Belém do Pará. The results of the Seminar “Entre Mares – o Brasil dos Portugueses” (“Among Seas – The Brazil of the Portuguese”) can be found in the present publication, which presents texts that translate the outcome of the research of Portuguese and Brazilian researchers that study the migratory process from Portugal to Brazil, since colonial times up to the 20th century, by means of a series of documents kept in Brazilian and Portuguese archives, trying to discover and understand the logic of the Portuguese migratory movement in different temporalities and dimensions, which constitute one of the features of the Brazilian social construction.

The researchers who compose the central group of this research proposal have been gathering since November of 2005, when the 1st Seminar about Portuguese (e)immigration to Brazil was carried out in the city of Rio de Janeiro, under the auspices of FAPERJ and CEPESSE, and with the participation of several Brazilian and Portuguese experts. On that occasion it was established a researchers network, which proposed the

creation of a Portal on this subject. In July of 2006 the works presented on that occasion were published in the volume *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*.

In this sequence, the 2nd Seminar about the Portuguese (E)Immigration took place in the city of Porto, in July of 2006, organized by CEPESE. In that opportunity, the Brazilian researchers began an Exploratory Mission in the Portuguese archives, with the support of the edict CLPL/2005. The event resulted in the publication of *A emigração portuguesa para o Brasil*.

The 3rd International Seminar about the Portuguese I(E)mmigration to Brazil took place in PUC/SP and in the Catholic University of Santos, in September of 2007, with the support of the edict CLPL/2006 and CEPESE, and the presented works were again published, this time in the book *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*.

In July of 2008, the 4th International Seminar *Nas Duas Margens: os Portugueses no Brasil* took place in the city of Porto, Portugal, at the University Lusíada, organised by CEPESE, resulting in the publication of the book *Nas Duas Margens – Os Portugueses no Brasil*.

The texts presented in the current volume are organized in three parts: the first one, “The Portuguese Presence in the Amazon,” focuses on the studies of the Portuguese migratory process for the Amazon region since the 17th century, the cultural exchanges, the arrivals and departures, the tensions, the sociability network and the cultural practices experienced by the migrants who came from the other side of the Atlantic and that developed forms of resistance in an attempt to maintain their identities.

The second part is organized around “The Portuguese Experiences in other Brazilian Territories”, privileging researches in other national territorialities, such as São Paulo, Santos, Paraná, Rio de Janeiro and Niterói, highlighting strategies of survival, the mechanisms of insertion in the national society, the leisure and beneficence societies, associative movements, the Portuguese presence in the most varied commercial activities, inclusively giving visibility to the woman presence of the in these activities considered to be “masculine places”.

“Legislation, Speeches, Inquiries, Registers and Political Projects”, focuses in the analysis of legislative documents, inquiries, passport registers, political projects, speeches about the Portuguese emigration to Brazil in the second half of the 19th century and the legislation during the period of the Portuguese New State.

Lastly, we must mention our gratitude to the institutions and entities that contributed for the success of the Seminar and for publication of this volume: Federal University of Pará, CEPESE – Research Centre for Population, Economics and Society Studies, Amazon Memorial Centre, the Portuguese-Brazilian Community of Pará, Coordination from the Improvement of Higher Education Personnel – CAPES, and the Foundation for the Support and Development of Research – FADESP.

A PRESENÇA PORTUGUESA
NA AMAZÔNIA











MANOEL DOS SANTOS, O PAJÉ DE PORTUGAL: IMIGRAÇÃO E CONTATOS CULTURAIS EM BELÉM DO PARÁ NO FINAL DO SÉCULO XIX

ALDRIN MOURA DE FIGUEIREDO*

Sessão magna-apreensão de burundangas. Assim, o jornal *Diário de Notícias*, um dos mais lidos em Belém na década de 1880, anunciava a prisão de um pajé e seus paramentos rituais na noite do dia 31 de novembro de 1886. O termo utilizado pela imprensa – burundangas – para qualificar a ação da polícia era usual no século XIX e, quase sempre, como sinônimo de “coisas imprestáveis”, mixórdia, confusão, embrulhada, trapalhada. A etimologia do termo não deixa enganar. Do espanhol **burundanga**, o vocábulo significa, além do que já citei, palavreado confuso, algaravia, cozinhado malfeito, algo sujo e repugnante. Porém, segundo Aurélio Buarque de Holanda, na Amazônia brasileira é comum o uso da expressão como analogia às “mezinhas empregadas na feitiçaria”¹. Raymundo Moraes registrou em seu dicionário amazônico, o termo **berundanga** como sinônimo de feitiço, puçanga, ou “beberagem usada para desgraçar o inimigo”².

A notícia do jornal no dia 1 de dezembro de 1886, traria novidades sobre o caso. O jornal *Diário de Notícias* tinha ampla circulação e notícias do gênero eram esperadas pelos leitores do diário. Dessa feita, se tratava da prisão de um pajé na Estrada de Nazaré, região com bonitas rocinhas, nas imediações do centro da cidade. O prosaísmo da nota talvez chamasse alguma atenção pelo fato de o pajé, envolvido na história, ser português de nascimento e ter se transferido para o Pará, já em idade adulta. Manoel dos Santos, como era chamado, havia nascido em Lisboa e depois imigrado para o Pará e aqui constituído família com uma mulher chamada Antonia d’Almeida, provavelmente também de origem portuguesa. Difícil precisar, mas a própria gazeta informava que, àquela altura, já se tratava de um homem de “meia idade”. Tudo indica que por aqui aprendeu o ofício da pajelança, sendo amplamente conhecido na cidade por amigos e inimigos. Vivía da venda de flores na cidade, durante o período da tarde, e, durante a noite, recebia os clientes interessados em resolver os problemas do corpo e do espírito.

O subdelegado do distrito de Nazaré, Joaquim Luiz Gomes, que havia recebido denúncia de vizinhos, acabou por realizar uma diligência no meio da noite. Pelo que se pode notar pela notícia, o Sr. Gomes ficou “oculto em uma casa”, contígua a que morava o pajé Manoel dos Santos, na Estada da Independência, nas imediações da rua dos Cearenses, no Bairro de São Braz. A vizinhança se queixa que o português “exercia descaradamente a sua profissão”, que o jornal qualificou de embuste com a credulidade pública. Parte do ritual da pajelança pode ser apreciado pelo delegado e, em algumas passagens, transcrito pela folha.

Na sala da casa estavam a esposa do pajé, um cliente chamado Manuel Lázaro Martins da Silva, um tal Silvestre e uma mocinha que não teve o nome citado. Na presença

desses assistentes, Manoel dos Santos, por vezes, qualificado de feiticeiro, começou a sessão de cura. A mulher, em “frauda de camisa”, encontrava-se “assentada em uma espécie de trono, em frente a uma mesa onde ardia uma grande vela em cera, tendo na mão um apito e na boca um cigarro de tauari”³. À cena compunham os demais presentes, como se tivessem um pouco “amedrontados”, todos sentados, aguardando a entrada do pajé.

Passados alguns minutos, eis que “pula da alcova” o chefe do culto, com um archote na mão, aceso. O redator do jornal carrega na tinta: Manoel dos Santos entra na sala vestido – vejam que patifaria! – também como a companheira em frauda de camisa!”. Segue-se a performance do ritual. Uma dança em roda da sala, pelos cantos da casa, fazendo piruetas e piscando todas as vezes que a mulher dava sinal com o apito e servia uma dose de cachaça. No mais, o jornal cala sobre os detalhes da sessão, atentando mais para o final, quando o subdelegado entra na casa e prende o pajé por contravenção ao artigo 54 do Código de Posturas de Belém⁴. Numa busca na casa, a polícia apreendeu uma série de objetos, dentre os quais: uma caveira de mucura, um umbigo de criança; uma canela de galinha, um apito, um ambuá vivo, cinco breves contendo ervas secas e penas de aves, um embrulho com três alhos machos, uma medalha de Nossa Senhora das Dores, um pincel de peru, dois dentes de cavalo, sendo um do queixal, um dente de anta, uma figa de osso, um bocado de breu branco, um garrafão de cachaça, um pedaço de tabaco, uma vela grande de cera, além de várias velas de carré envolvidas em carajuru. Ao final da descrição, o jornal conclui com tom de zombaria: “pobre Manoel dos Santos, que ficou sem a ferramenta!”.

Ao tomar como fonte principal de análise a história do pajé Manoel dos Santos e outras notícias similares, envolvendo a presença de imigrantes portugueses na pajelança amazônica, pretendo aqui levantar algumas questões sobre esse longo processo de empréstimos culturais, hibridizações e construções de culturas de fronteira no norte do Brasil, ao final do século XIX. Por fim, procuro discutir alguns dos significados da presença portuguesa na pajelança amazônica do século XIX, em diálogo com os debates intelectuais da época.

Para começar, é importante avaliar a cultura material da pajelança, evidenciada no caso do pajé português Manoel dos Santos. Minha tese é que parte importante desse universo de crenças ‘deita’ raízes na feitiçaria portuguesa, na época inclusive, sendo motivo de pesquisas do próprio Consiglieri Pedroso no seu *Contribuições para uma mitologia popular portuguesa*, publicado entre 1878 e 1882, na revista *O positivismo*, em Lisboa. Com pouco espaço para a análise da minúcia desse texto, atendo-me ao cotejamento das fontes do caso paraense, de modo que pretendo pontuar algumas questões acerca da variedade dos objetos utilizados nos rituais, o sentido híbrido desses artefatos, bem como as práticas igualmente híbridas realizadas pelo pajé. O exercício é morfológico, pois estou à ‘caça’ dos termos e de seus usos, mas é também profundamente histórico, pois procuro vislumbrar o testemunho do passado em confronto não somente com aqueles que realizaram o registro, mas também com aqueles que o estudaram.

Recado dado, começo pela caveira de mucura, primeiro item citado no rol das

apreensões. A referência é o marsupial da família Didelphidae, cujo nome de origem tupi muku'ra, é o mais comum na Amazônia. Na Bahia, por exemplo, existe a denominação suruê ou sarigüê, enquanto que em outros estados do Nordeste, aparece o termo cassac ou timbuo. No Mato Grosso e Paraguai, o nome é micurê e no resto do Brasil o mais popular é gambá. Câmara Cascudo informa da antiguidade deste animal no imaginário ibérico⁵.

O historiador português Duarte Leite Pereira da Silva afirmou ainda que este foi o primeiro animal brasileiro que os europeus conheceram, sendo daqui levado por Vicente Yanez Pinzon⁶. O animal tem hábitos noturnos e alimenta-se principalmente de frutos silvestres, ovos e filhotes de pássaros. A mitologia popular em torno da mucura está associada a sua capacidade de fingir-se de morta, quando é perseguida, ou ainda de expelir um líquido fétido produzido por glândulas axilares. Na fase do cio, a fêmea também exala esse cheiro forte, facilmente reconhecível. Várias partes secas do animal são tradicionalmente misturadas a perfumes e infusões, a pele da bolsa onde a fêmea guarda os filhotes por setenta dias depois que nascem.

Todas essas especificidades, habilidades e odor transformaram o animal em um ser particularmente encantado para o universo da pajelança. Penso que está também em jogo aqui a ideia de mimetização, a apropriação das características e atribuições simbólicas do animal, transmitidas pelo poder que a aproximação com objeto mágico transmite.

No caso do umbigo de criança a situação é diferente. Vale dizer, que não é muito comum na pajelança amazônica a referência ao uso de partes secas do corpo humano. Em Portugal, porém, Consiglieri Pedroso registrou a crença popular de que “deve guardar-se muito bem o umbigo das crianças, porque se os ratos dão com ele, tornam-se elas ladras”⁷. O mais famoso dicionário de medicina popular publicado no Brasil do século, pelo Dr. Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, muito consultado inclusive pelos pajés, como já pude comentar em outros artigos, trazia um longo verbete sobre os cuidados com o “embigo” desde o momento do parto. Comenta o médico sobre as fungosidades, as hemorragias umbilicais nos recém nascidos, o então famoso mal dos sete dias, a quebradura e a ulceração, doenças essas que povoavam o sistema da cura da pajelança cabocla no século XIX⁸.

No Brasil, o folclorista Guilherme Santos Neves anotou que, no Espírito Santo, havia toda uma preocupação com o corte do umbigo na hora do parto: “A tesoura — que deve ser pequena — que cortou o umbigo da criança deverá ser guardada, dela não se servindo durante muito tempo”⁹. A força vital da criança ficaria impregna na tesoura, contaminando tudo aquilo que nela tocasse. Mais recentemente, especialistas em medicina popular registraram os cuidados de antigas parteiras na secagem do umbigo dos recém nascidos com “pozinhos” especiais¹⁰.

A historiadora Mary del Priori demonstrou que é antiga no Brasil a “crença em feitiços realizados com os excretos da criança”¹¹, numa clara interpretação do poder mágico, oriundo do corpo dos pequenos. No Pará, Maria Angélica Maués, pesquisando uma comunidade de pescadores no litoral do Pará, detalhou os cuidados com o ciclo biológico

feminino, especialmente com a gestação e o parto, no qual o cordão umbilical carrega uma série de atributos mágicos e de situação liminar¹². Não era sem sentido, portanto, a mescla desse saber popular ibérico no universo constitutivo dos remédios da pajelança amazônica do século XIX.

Atributo de imitação também está na canela de galinha encontrada entre os apetrechos do pajé. Primeiramente é importante reiterar que a galinha, bem como o galo, da espécie *Gallus gallus domesticus*, aves galiformes e fasianídeas são exóticos ao universo amazônico e ameríndio. Foram introduzidos no Brasil e na Amazônia pelos portugueses. Os frangos (aves jovens) e os filhotes (pintos) possuem bico pequeno, crista carnuda e asas curtas e largas. Há referência abundante dessas aves na mitologia lusa, nos estudos Adolpho Coelho, Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos, além do citado Consiglieri Pedroso e sempre como sinal de maldade, de coisa ruim, de feitiço forte.

Vale registrar o sentido diverso, de comida de santo que possuem as referências mais antigas aos galos e galinhas nos rituais de sacrifício das religiões afro-brasileiras¹³. Não é possível se saber a raça da galinha do feitiço de Manuel dos Santos, mas não custa lembrar dos atributos da galinha d'angola. Também chamada no Pará de **picota, galinha do mato, capote, guiné ou pintada** (*Numida meleagris*), trata-se de uma ave da ordem dos galiformes, originária da África Ocidental, especialmente da região da Guiné Portuguesa e de Angola, e introduzida no Brasil pelos portugueses.

Vários folcloristas paraenses registraram superstições populares em relação às galinhas que “cantam como galos”, que trazem azar por “ciscarem e jogarem terra para trás”, ou por provocarem o aborto nas mulheres quando estão chocas¹⁴. Não é sem sentido, portanto, a recorrência desse artefato nas listas da feitiçaria urbana em Belém do Pará nos fins do século XIX.

Mas o que dizer de um prosaico apito? Essa é a referência mais “exótica” que encontrei em notícias sobre a pajelança e a feitiçaria nos jornais paraenses. Penso que seu uso está relacionado a uma espécie de *mimesis* ornitológica, ao contrário do que observou o subdelegado de polícia no caso do pajé português. Não se tratava de uma marcação de dança e muito menos de um aviso sobre o momento que deveria ser servida a bebida ao pajé. Vicente Salles já mostrou a presença de instrumentos musicais nos manifestações religiosas de ancestralidade indígena na Amazônia e também a importância da música na construção de uma espécie de “teogonia” indígena¹⁵, assim como Raymundo Heraldo Maués, em seu estudo já clássico sobre a pajelança cabocla na região do salgado paraense, fez considerações sobre a relação mimética dos pajés com os seres encantados da floresta – pássaros, cobras, botos – apresentados durante o transe, com elementos característicos do próprio animal¹⁶.

Vale ressaltar, que na notícia sobre o pajé Manoel dos Santos, o subdelegado ficou impressionado com as “piruetas” e a dança do chefe do culto, obviamente sem possuir qualquer referencial analítico que pudesse revelar melhores detalhes sobre o que presenciara no momento.

Diferente da mística dos pássaros e mais próximo da mucura, é a referência ao ambuá vivo encontrado numa pequena caixa. Do tupi *am'buá*, trata-se de um **diplópode** (ou **diplópodo, milípede**), e se refere aos **embuás**, também chamados no Brasil de piolhos de cobra, ou gongolôs, na África portuguesa, especialmente em Angola e **congolote**, no sul de Moçambique. Existentes em Portugal e referidos popularmente como **maria-cafés**, fazem parte do repertório mágico antigo. Um aspecto que tornou o animal atraente nos rituais de cura é a capacidade de enrolar-se, fingindo-se de mortos quando se sentem ameaçados, além de, em outras situações, eliminarem substâncias repelentes que afastam predadores e chamam atenção ao próprio homem. Raymundo Moraes registrou que o bicho “não ferra, mas verte uma secreção cáustica e de cheiro desagradável”, com o atributo de viver “dentro da terra”¹⁷.

Estudos recentes de etnobiologia têm revelado inúmeras informações sobre a crença no poder do animal. No Amapá que, até meados do século XX, foi parte do estado do Pará, sobrevive fortemente a crença de que os ambuás são venenosos, se alimentam do sangue humano e ainda podem causar gravidez nas mulheres em período menstrual. Há, inclusive relatos de pessoas que conhecem filhos humanos de embuás. Conhecimento análogo foi registrado também na região da Pedra Branca, município de Santa Terezinha, na Bahia, e na região de Selva Alta de Los Tuxtlas, no México, o que pode encorajar a força da origem ibérica da crença¹⁸.

O poder mágico da atração e o sortilégio da defesa do corpo de quem o carrega consigo está melhor expressa no uso do breve com ervas secas e penas de aves. Termo oriundo do latim *brevis*, tratava-se evidentemente da antiga **bolsa de mandinga**, do **patuá** ou também de uma espécie de **breve com oração forte**, utilizado no catolicismo popular. É uma espécie de amuleto, muito utilizado em diversos segmentos religiosos, incluindo os cultos ameríndios e as religiões afro-brasileiras. Vanicléia Silva Santos, em sua tese *As bolsas de mandinga no espaço atlântico: século XVIII*, mostra que dentre as práticas mágicas realizadas pelos africanos e crioulos no Império Português, incluindo a Amazônia brasileira (o antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão), tiveram destaque os amuletos em formato de bolsinha, contendo ingredientes que protegiam contra armas e doenças. Sua popularidade atçou os inquisidores do Santo Ofício. Nos registros da Inquisição apareceu o termo **bolsa de mandinga** e passaram a ser denominados de mandingueiros, assim como suas práticas foram interpretadas como manifestação de feitiçaria.

Em sua pesquisa, Vanicléia Santos propõe uma análise das bolsas de mandinga utilizadas nas sociedades atlânticas como resultado da recriação de tradições africanas no mundo do cativo e da circulação de saberes entre africanos de diferentes origens, a partir de um fundamento da cultura banto (especialmente trazida por escravos de origem angolana e congolosa) associada ao cristianismo.

Estudos recentes de Rafael Chambouleyron, sobre o tráfico escravo para a Amazônia colonial, têm revelado a importância da matriz étnica banto na formação da população de origem africana na Amazônia colonial¹⁹. Vicente Salles destaca esse modelo banto

para a cultura urbana paraense no século XIX, enraizando-se nas manifestações culturais dos mais diferentes gêneros de recriação e simbiose com a cultura portuguesa²⁰.

Quanto ao alho macho, apreendido com o pajé, vale dizer que se trata do mesmo alho porro, em Portugal, ou alho poró no Brasil [*Allium porrum* ou, segundo J. Gay *Allium ampeloprasum* var. *porrum*]. É um vegetal da família (*Alliaceae*) das cebolas e dos diferentes alhos. É ainda conhecido como alho francês. Em vez de formar um bulbo arredondado, como a cebola, o alho macho produz um longo cilindro de folhas encaixadas umas nas outras, esbranquiçadas na zona subterrânea, sendo esta a parte das folhas a mais utilizada na culinária, ainda que a parte verde também seja utilizada no Pará como tempero de peixes, crustáceos e mariscos. O conhecimento do alho macho no Pará é antigo e está registrado em muitos trabalhos de antropologia, botânica e etno-farmacologia.

No *Dicionário de Medicina Popular*, de Chernoviz, na edição de 1878, o alho macho aparece prescrito quase unicamente para o uso culinário e como estimulante e digestivo²¹. Câmara Cascudo observou a crença antiga que o cheiro do alho “afasta todas as feitiçarias, porque nenhuma resiste à barreira invisível determinada por ele”, acrescentando mais adiante que “onde existir alho não há feitiçaria”²². É Cascudo ainda quem afirma que os “animais fabulosos” fogem do alho, arrematando que “o caipora (no Pará chamado de Curupira) foge de quem mastiga alhos”. O folclorista potiguar reitera ainda que “essa tradição europeia transferiu-se ao Brasil onde se popularizou”²³. As correlações afro-luso-brasileiras são, portanto, incontestes, pois é ainda o próprio Cascudo quem assegura, com base em registros orais da África portuguesa, que por lá “o alho afasta os perigos ocultos, feitos pela mão humana”, insistindo tratar-se de uma espécie de “amuleto natural”²⁴. Por fim, mais uma contribuição a respeito da crença mágica do alho na Amazônia, vinda de Câmara Cascudo:

O alho foi trazido pelos portugueses para o Brasil do século XVI e o mais surpreendente é seu domínio sobre a fauna fantástica dos seres apavorantes que o desconheciam. No fundo dos rios ou recesso das matas tropicais, botos e curupiras tiveram pelo alho a mesma que os entes sobrenaturais na Europa. Uma cabeça de alho, folhas de arruda e uma pedrinha de sal, encerrados em um saquinho discretamente usado, é poderoso amuleto. O centro de irradiação foi Pará e Amazonas, divulgado pelos nordestinos em torna-viagem²⁵.

O tema, está claro, envolve os conceitos de imitação e apropriação, enfatizados pelos teóricos do hibridismo. No caso em questão, o uso desses objetos eivados de poder mágico ou de contra magia, tem a ver com um antigo debate teológico os usos da cultura pagã que eram permitidos aos antigos cristãos. Foi Basílio de Cesarea (329-379), quem defendeu uma apropriação utilitária e seletiva da antiguidade pagã, tratando o tema por analogia ao trabalho das abelhas, que “nem abordam igualmente todas as flores, nem tentam carregar por inteiro aquelas que escolhem, mas pegam somente aquilo que é adequado ao

seu trabalho e deixam o resto intocado”. Do mesmo modo, Santo Agostinho citaria o livro sagrado do Êxodo, para se referir os “desposjos dos egípcios” no cristianismo²⁷.

Por tudo isso, e muito bem a propósito estava entre os despojos católicos da pajelança luso-amazônica de Manoel dos Santos, uma singela medalha de Nossa Senhora das Dores. A presença da pequena medalha remete, certamente, a uma devoção pessoal do pajé. É importante que se diga que os dados sobre os objetos apreendidos foram obtidos em inquérito policial com depoimento diretamente do pajé. Esse fato levou-me aqui a mais uma digressão circunstancial. Tanto no Pará, como em Portugal, a devoção a Nossa Senhora das Dores está associada a outras invocações análogas de Maria, com ênfase no simbolismo da dor, da penitência, da resignação, do sofrimento, da morte e da solidão. Esse aspecto é, no meu modo de ver, profundamente característico do catolicismo ibérico – tanto português como espanhol.

As variações do culto de Nossa Senhora das Dores, no Pará e em Portugal, são, por isso mesmo, similares. Nossa Senhora da Piedade, cultuada em uma das freguesias que formam as cidades de Ourém em Portugal e no Pará; Nossa Senhora da Soledade, nome do mais antigo Cemitério público de Belém do Pará e que muitas vezes foi referido como exemplo da saudade portuguesa encravada definitivamente no Pará, inaugurado em 1850, com orago dessa devoção, além de ser uma das mais antigas invocações marianas da Venezuela, com forte influência ibérica.

No colégio de Santo Alexandre, dos jesuítas do Pará, havia uma grande imagem de Nossa Senhora da Soledade, do século XVIII, hoje parte do acervo do Museu de Arte Sacra, mas que no passado deveria representar o exílio da gente portuguesa além mar dos seus maridos, filhos e parentes; Nossa Senhora das Angústias remete ao culto açoriano originário no extremo sul da cidade da Horta, na ilha do Faial. Imigrantes portugueses, especialmente açorianos, mantinham essa devoção no Pará do século XIX. Não é possível dizer, pelas fontes, que Manuel dos Santos teve relações com esses imigrantes açorianos, mas existem informações que houve, em Belém, na década de 1850, subscrições em dinheiro, ouro e joias, para a conclusão do novo templo de Nossa Senhora das Angústias, da Horta²⁸.

Além dessas citadas, existem informações sobre o culto de Nossa Senhora das Sete Dores, Nossa Senhora do Calvário e ainda Nossa Senhora do Pranto em Portugal e no Pará do século XIX²⁹. Nas igrejas de Belém, existem imagens de Nossa Senhora das Dores, com diferentes representações visuais. Apareceu também aqui frequentemente representada com uma expressão dolorida diante da Cruz, contemplando o filho morto, de onde nasceu o hinário medieval do *Stabat Mater*, ou então segurando Jesus morto nos braços, após o seu descimento da Cruz, dando assim origem à temática das *Pietà*, como a da imensa imagem talhada madeira datada do século XVIII e que fazia parte da Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Belém. Devoção mais portuguesa é difícil precisar para os tempos anteriores ao culto de Fátima.

A referência ao pincel feito com penas de peru, certamente é uma variação no uso tradicional da pena da arara vermelha (Arara Macao) nos rituais de cura da pajelança

cabocla na Amazônia, tal como descritos por Eduardo Galvão, Napoleão Figueiredo, Anaíza Vergolino e Raymundo Heraldo Maués. O peru é uma ave galiforme da espécie *Meleagris gallopavo* com variantes selvagens e domesticadas, originária da América do Norte. O nome peru tem sua origem provavelmente do topônimo Peru, por acreditar-se no século XVI que era dali que se destinava a ave para Portugal e Espanha.

Além disso, em Portugal do século XVI, segundo relata o filólogo José Pedro Machado, a fama do Peru era tão grande que, metonimicamente, entre os portugueses, passava por significar a própria América espanhola³⁰. No Brasil, os tratadistas coloniais como Gabriel Soares de Souza, padre Fernão Cardin e frei Vicente do Salvador se referem ao peru, ainda com o nome antigo de galipavo ou gallopavo, entre as aves domésticas criadas nos terreiros das casas³¹.

O termo peru associado à ave só iria aparecer entre nós no século XVII, descrito por frei Manuel Callado do Salvador, que registrou a abundância de “perus e galinhas” nos jardins do palácio de Friburgo, local de residência e de despachos do governador, conde João Maurício de Nassau, foi construído na Ilha de Antônio Vaz, atual bairro de Santo Antônio, no Recife, na área onde hoje se encontra o Palácio do Campo das Princesas (palácio do Governo), o Teatro Santa Isabel e grande parte da Praça da República³². Mas há toda uma simbologia sobre as penas do animal – de coloração preta, castanha ou até mais clara, sendo que as da cauda do macho são grandes e bem características, muito provavelmente as utilizadas no ritual de Manoel dos Santos, em Belém.

Igualmente de aspecto vistoso, usado como defesa e como adereço, eram os dentes de cavalo e de anta encontrados entre as puçangas de Manoel. Importante que se diga, a lembrar Câmara Cascudo que dentes “são amuletos possuidores de potência mágica defensiva contra o maléfico mau-olhado e os maus ares”. O folclorista conclui ainda que “pela associação da cor e resistência, os dentes fortes são postos ao pescoço das crianças, propiciando dentição fácil e sólida”³³. Pereira da Costa registrou que dentes cachorro e jacaré eram facilmente encontrados nos pescoços de crianças em Pernambuco no século XIX³⁴. Câmara Cascudo também refere dentes de tubarão, cação lixa e até de lobo como sendo usadíssimos na Europa medieval e renascentista para livrarem as crianças do pavor³⁵. O mesmo se pode dizer dos dentes de cavalo, anta e outros animais de porte na Amazônia oitocentista.

Além disso, é importante que se diga que a simbologia do porte desses animais está relacionada com o uso ritual de seus dentes. O cavalo, do gênero *Equus*, pode relacionar-se e produzir híbridos, não férteis, como as mulas, muito populares no Brasil colonial. O interessante nessa história é que eles pertencem à ordem dos perissodáctilos no qual fazem parte rinocerontes e antas (tapires). Esse parentesco talvez explique o valor simbólico de seus dentes serem utilizados no ritual da pajelança. Gilberto Freire acrescentaria aí o sentido heroico que a imagem do cavalo ganhou inclusive no conhecimento popular brasileiro, especialmente no século XIX³⁶.

A anta (também chamada de tapir) é o maior mamífero da América do Sul, tem três dedos nos pés traseiros e um adicional, bem menor, nos dianteiros. Raymundo Moraes registrou que “muito tímida, sempre que o caçador a persegue, cai n’água”. Mas, ao contrário da metáfora que associa o nome da anta ao de pessoa imbecil ou idiota, o animal parecia revelar uma multiplicidade de formas que o tornava atraente no universo da magia pelo zoomorfismo natural possuía: tinha “a forma do porco, a tromba do elefante, a crina do cavalo e o olfato do cão”³⁷. Inúmeros viajantes registraram sua presença perto de florestas úmidas e rios, assim como, no final do século XIX, era encontrada com alguma facilidade nos matos próximos a Belém.

De hábitos solitários, o animal se junta apenas durante o acasalamento e a amamentação. Emite vários sons: o assobio com que o macho atrai a fêmea na época do acasalamento, o guincho estridente que indica medo ou dor, bufando mostrando agressão e produz estalidos. O pesquisador Tarcísio José Martins, entrevistando antigos dançantes do cordão de Moçambique, durante a festa de Nossa Senhora do Rosário, na cidade de Moema, no interior de São Paulo, viu que o líder Zé Geraldo, carregava no pescoço um dente de anta, dizendo que se tratava de “um símbolo das coisas da natureza, porque os antigos, os escravos, usavam” e que também era “uma recordação, uma lembrança dos antepassados”³⁸.

Assim como os dentes de animas, a figa de osso foi outro fetiche encontrado nas burundagas de Manoel dos Santos. Câmara Cascudo diz que se trata de “um dos amuletos mais antigos contra mal-olhado”³⁹. Originalmente um amuleto italiano, chamado Mano Fico, também era usada pelos Etruscos na era romana. Mano significa mão e Fico ou Figa é a representação dos genitais femininos, e era associado a fertilidade e erotismo. Na Amazônia passou a ser utilizado como amuleto contra olho gordo na crença de que o obsceno distraia o mal.

José Veríssimo registrou o costume de misturar figas de osso, dentes de animais, pequenas medalhas ou imagens de santos católicos, e a ainda o muiraquitã⁴⁰, entre os caboclos e índios do Pará, de modo análogo ao que foi encontrado nos rituais do pajé Manuel dos Santos:

Ainda se encontram pessoas, principalmente mulheres velhas, que por dinheiro nenhum dariam o muiraquitã, que à guisa de amuletos pendem-lhes do pescoço, junto no devoto rosário com figurinha de pau de Santo Antônio, brancos de osso (figas) e dentes de animais. De iguais penduricalhos enchem as mãos — muitas de famílias que se têm por civilizadas — os pescoços dos filhinhos, e juntam-lhes mais dentes de certas cobras, de boto, pequenos punhos de homem, bicos de acauã e outras aves, conchas, olhos de Santa Luzia em metal, figurinhas de S. Brás em osso, para preservá-las de quebranto, caruaras, maus-olhados, de moléstias como convulsões, diarreias, mal de olhos e de garganta e outros achaques peculiares à infância⁴¹.

Existiam duas representações de figas encontradas na Amazônia do século XIX. A figa latina, do tipo italiana, já descrito, que nada mais é do que a mão humana, em que o

polegar está colocado entre o dedo indicador e o médio, de modo a representar o ato sexual. O outro tipo de figa é a mão cornuda – *mano cornuta* – com os dedos indicador e mínimos estendidos e os demais dobrados. O assunto aqui é a pontência viril, representada pelos chifres do touro solar, da vaca lunar, do bode de Mendes, cabra amaltéia, cornucópia e muitas outras referências da mitologia pagã, como bem lembra Câmara Cascudo⁴².

Na impossibilidade de analisar todo esse quadro material referente às trocas e intercâmbios culturais, limito-me neste artigo a demonstrar o vasto campo de articulação de saberes e práticas híbridas que podem lançar nova perspectiva para os estudos da imigração portuguesa na Amazônia. Pensada com uma sociedade eminentemente católica, Portugal estabeleceu com o Brasil e a Amazônia um mundo original e heterodoxo para os padrões oficiais da Igreja, para as instituições de governo e até para os intelectuais da época.

NOTAS

* Universidade Federal do Pará – UFPA.

¹ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, p.295.

² MORAES, Raymundo. *Meu dicionário de cousas da Amazônia*. Rio de Janeiro, Alba, 1931, p.182.

³ Do tupi *tawa'ri*. “Árvore frondosa da mata, que fornece uma entrecasca fina e papiriforme que aos tapuios serve de papel de cigarro” cf. MIRANDA, Vicente Chermont de. *Glossário paraense ou coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à ilha do Marajó*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1968 [1905], p.87.

⁴ Uma discussão detalhada sobre a repressão à pajelança na esfera legal, ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Pajés, médicos & alquimistas: uma discussão em torno de ciência e magia no Pará Oitocentista. *Cadernos do CFCH*, 1993, pp. 41-54.

⁵ CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 7. ed. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1988, p.355.

⁶ LEITE, Duarte. *Descobridores do Brasil*, Porto, Artes Gráficas, 1931, p.48.

⁷ PEDROSO, Consiglieri. *Contribuições para uma mitologia popular portuguesa e outros escritos etnográficos*. Lisboa, Dom Quixote, 1988, p.138.

⁸ CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. “Embigo”. *Dicionário de medicina popular*. 5. ed. Paris, Casa do Autor, 1878, v.1, pp.900-903.

⁹ NEVES, Guilherme Santos. “Folclore de Caçaroca”. *Folclore*. Vitória, pp. 13-19, agosto, 1976, p.18.

¹⁰ KREUTZ, I.; MERIGHI, M.; GUALDA, D. “Cuidado popular com feridas: representações e práticas na comunidade de São Gonçalo, Mato Grosso, Brasil”. *Ciencia y Enfermeria*, 2003, pp. 39-53.

¹¹ PRIORE, Mary del. “Criança e crianças: história e memória em quinhentos anos de Brasil”. In: *Seminário de Tropicologia*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1999, p.7.

¹² MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. *Trabalhadeiras e camaradas: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém, UFPA, 1993, pp.136-143.

¹³ LODY, Raul. *Santo também come: estudo sócio-cultural da alimentação cerimonial em terreiros afro-brasileiros*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979, pp. 52, 94 e 143.

¹⁴ Cascudo, *op. cit.*, p.352.

¹⁵ SALLES, Vicente. *Ritos populares: pajelança e catimbó*. Rio de Janeiro, s/ed, 1975, p.1.

¹⁶ MAUÉS, R. Heraldo. *A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. Belém, Udufpa, 1990, pp. 220-228.

¹⁷ Moraes, *op. cit.*, p.166.

¹⁸ BARROS, C. S.; ALMEIDA, D. F. “Embuás (Arthropoda diplopoda) na concepção dos moradores da APA da Fazendinha, em Macapá, Amapá”. In: Anais do I Encontro de Pesquisa Entomológica, Macapá, 2008, pp.2-3; Idem, “Embuás (Arthropoda diplopoda) na concepção dos moradores da APA da Fazendinha, em Macapá, Amapá”, pp. 4-5; COSTA NETO, Eraldo. “The perception of diplopoda (Arthropoda myriapoda) by the inhabitants of the county of Pedra Branca, Santa Teresinha, Bahia, Brazil”. *Acta Biologica Colombiana*, 2009, pp. 123-134; VILLEGAS, Julián; FERNÁNDEZ, Patricia. “Fauna de milpies (Arthropoda diplopoda) edáficos de una selva de Los Tuxtlas”. *Acta Zoológica Mexicana*, 1999, p.59-83.

¹⁹ SANTOS, Vanicléia Silva. *As bolsas de mandinga no espaço atlântico: século XVIII*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009, pp. 181-209; CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. *Revista Brasileira de História*, 2006, pp. 79-114; CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz. *Índios Cristãos - A conversão dos gentios da Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2005, pp. 331-368.

²⁰ SALLES, Vicente. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro, FGV, 1971, pp.114-117.

²¹ Chernoviz, *op. cit.*, p.119.

²² Cascudo, *op. cit.*, p.29.

²³ *Idem, ibidem*.

²⁴ *Idem, ibidem*.

²⁵ Cascudo, *op. cit.*, pp.29-30.

²⁶ Citado por BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo, Unisinos, 2003, p.42. Ver também: GIET, Stanislas. *Les idées et l'action sociales de Saint Basile*. Paris, J. Gabalda, 1941, pp.84-118; e ROUSSEAU, Philip. *Basil of Caesarea*. Berkeley, University of California Press, 1994, pp.12-47.

²⁷ Burke, *op. cit.*, p.42.

²⁸ Para erguer o novo edifício, concluído em 1861, tiveram subscrições entre os imigrantes portugueses em Belém do Pará, no 6º domingo depois da Páscoa, conforme registrou o jornal católico *A trombeta do Santuário*, p.2.

²⁹ Sobre as diversas invocações e festas de Nossa Senhora das Dores em Portugal e Espanha, ver: CAMPOS, José Augusto Correia de. *A Virgem na arte nacional*. Braga, Tip. oficina de S. Jose, 1956, pp.4-83; OLIVEIRA, Miguel de. *Santa Maria na história e na tradição portuguesa*. Lisboa, União Gráfica, 1967, pp.12-48; BENGOCHEA, I. “Vidas de la Virgen Maria en la Espana del siglo XVII”. *Estudios Marianos*. Madrid, 1984, pp. 57-103; QUESADA CONSUEGRA, Ramón. *Patronas del Santo Reino*. Jaén, El Olivo, 2001, pp.3-15; HALL, Linda. *Mary, mother and warrior: the Virgin in Spain and the Americas*. Austin, University of Texas Press, 2004, pp.10-360.

³⁰ MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*. 3. ed. Lisboa, Horizonte, 1977, p.87.

³¹ Cascudo, *op. cit.*, p.612.

³² *Idem, ibidem*. Ver também GUERRA, Flávio. *De Friburgo ao Campo das Princesas*: nota histórica dos palácios de governo em Pernambuco. Recife, Governo do Estado de Pernambuco, 1966, pp.4-52.

³³ Cascudo, *op. cit.*, p.286.

³⁴ COSTA, Pereira da. *Vocabulário pernambucano*. Recife, Imprensa Oficial, 1937, p.109.

³⁵ Cascudo, *op. cit.*, p.286.

³⁶ FREYRE, Gilberto. “Presença do cavalo”. In: *Pessoas, coisas & animais*. Porto Alegre, Globo, 1981, pp.398-400.

³⁷ Moraes, *op. cit.*, p.56.

³⁸ Tarcísio José Martins, *A cidade de Moema: reinado de Nossa Senhora do Rosário*, Moema, 22 a 27 de 2003. Disponível em: <<http://tjmar.sites.uol.com.br/moema/reinado/index.htm>>.

³⁹ Cascudo, *op. cit.*, p.326.

⁴⁰ É um artefato esculpido em jade ou nefrita, bastante comum na região do Baixo-Amazonas Paraense, ao qual se atribuem as qualidades de um amuleto. A bibliografia sobre o assunto é vastíssima. João Barbosa Rodrigues dedicou vários trabalhos para saber a “origem” da pedra, o mais importante. RODRIGUES, João Barbosa. *O muirakitã: estudo da origem asiática da civilização amazônica dos tempos pré-históricos*. Manaus, Imp. Oficial, 1889, pp.19-35; RODRIGUES, João Barbosa. *O muirakitã e os ídolos simbólicos*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899, pp.25-43. Uma leitura minuciosa dessas fontes está em: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia*. Belém, EDUFPA, 2009, pp.89-130.

⁴¹ VERÍSSIMO, José. “As populações indígenas e mestiças da Amazônia: sua linguagem, suas crenças e seus costumes”. In: *Estudos Amazônicos*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970 [original de 1887], p.62. (grifos meus).

⁴² Cascudo, *op. cit.*, p.327.



IMIGRAÇÃO PORTUGUESA E CASAMENTO: UM OLHAR A PARTIR DO GÊNERO, DA GERAÇÃO E DA ATIVIDADE (BELÉM, 1908-1920)

CRISTINA DONZA CANCELA*

DANIEL SOUZA BARROSO**

A paraense Maria de Nazaré Martins entrou, no Juizado de Órfãos, com uma ação de Suprimento de consentimento para casamento contra sua mãe, a portuguesa Isaura de Jesus Martins. Por ser menor de idade (a maioridade no período se dava a partir dos 21 anos), Nazaré necessitava do consentimento paterno para casar-se. Mas, por ser órfã de pai, o consentimento deveria ser dado por sua mãe. Na ação, ela argumentava que sua mãe não autorizava seu casamento por motivos frívolos, dentre os quais, um se destacava: o fato de seu pretendente não ser de origem portuguesa como sua mãe e, muito possivelmente, seu pai. Em sua inquirição, Isaura declarou não estar mais interessada no casamento de sua filha, que para ela havia “morrido”. Além disso, pedia também para não ser mais incomodada com o assunto.¹

Embora esse auto seja de 1930, abrangendo um período um pouco posterior ao que iremos trabalhar neste artigo, ele nos ajuda a pensar o casamento entre os portugueses que viviam em Belém, nas duas primeiras décadas do século XX, suas escolhas e preferências claramente esboçadas pela mãe de Maria, ao desejar que a aliança de sua filha ocorresse com um conterrâneo.

Aparentemente uma história específica, o embate entre Nazaré Martins e sua mãe pode nos ajudar a pensar determinadas questões associadas aos casamentos ocorridos em Belém, que envolviam portugueses. Faz-nos pensar, por exemplo, até que ponto pode ter prevalecido à homogamia nas alianças matrimoniais, envolvendo os imigrantes portugueses. A partir das próximas páginas procuraremos responder a essa e outras questões, ao definirmos o perfil dos casamentos envolvendo portugueses, ocorridos em Belém, entre 1908 e 1920, por meio da análise serial de 809 registros civis de casamento, onde ao menos, um português era cônjuge. Nossas discussões incidirão na tendência à endogamia ou à exogamia; na inserção no mercado de trabalho e nas atividades desenvolvidas; na idade e no estado civil ao casar.

Porém, antes mesmo de adentrarmos em nossas reflexões, façamos algumas considerações iniciais. Entre o final do século XIX e o início XX, Belém foi o destino de um intenso e contínuo fluxo migratório, constituído, principalmente, por migrantes “nordestinos” e portugueses. O impacto demográfico ocasionado por este fluxo migratório foi tão significativo que, em pouco menos de meio século, o número de habitantes da cidade quadruplicou. Sua população, que em 1872 contava com 61.997 moradores, subiu para 96.560 em 1900 e superou o patamar dos 200 mil em 1920, com 236.402 pessoas.² À

época, cerca de um quinto a um quarto da população do Pará morava em sua capital. E era justamente em Belém, onde se concentravam os casamentos envolvendo os lusos, sendo esses enlaces numericamente pouco significativos para o interior da Província. Na capital, em um de cada cinco casamentos, havia portugueses como pelo menos um dos cônjuges.

O fluxo migratório de portugueses ao Brasil foi, no entre séculos, constante e numericamente expressivo para diversas províncias, com destaque para o Rio de Janeiro e para o Pará. No que diz respeito à Belém, o Recenseamento de 1872 apontava para a presença de 12% de estrangeiros na população total da cidade. Quando nos atemos especificamente nos estrangeiros, ganham destaque os lusos, cuja presença é marcante não apenas pelos levantamentos populacionais, mas por praticamente quaisquer outros corpos documentais que pesquisemos.

Esta presença pode ter sido ainda maior, se levarmos em conta o possível impacto causado pela “Grande Naturalização” de 1891 na população de origem portuguesa, que pode ter ocasionando uma invisibilidade de parte destes imigrantes. A Constituição de 1891 previa a naturalização de todos os estrangeiros que estivessem no Brasil em 15 de novembro de 1889 (Dia da Proclamação da República) e que não declarassem o desejo de “conservar sua nacionalidade” num prazo de até seis meses, após a Constituição entrar em vigor. Ou seja, os estrangeiros que desejassem continuar legalmente como tal teriam até o final de agosto de 1891 para declarar o interesse em permanecer como estrangeiros e não serem, por conseguinte, naturalizados brasileiros.³

Para fins de nossa análise, o possível impacto da “Grande Naturalização”, ao qual nos referimos há pouco, refere-se detidamente a dois aspectos. Primeiramente, a representatividade dos “casamentos portugueses”, em comparação à tendência geral, pode ser mais impactante do que mensuramos, isto porque diversos noivos, descritos nos registros como brasileiros, poderiam ser, na realidade, de origem portuguesa (nem sempre havia referência ao local específico de nascimento). Em segundo lugar, porque a naturalização poderia tornar invisíveis diversos “casamentos portugueses”, onde os noivos possuísem mais de 35 anos de idade, pois esses poderiam já estar naturalizados no momento do casamento (ver, mais adiante, a reflexão sobre as idade ao casar).

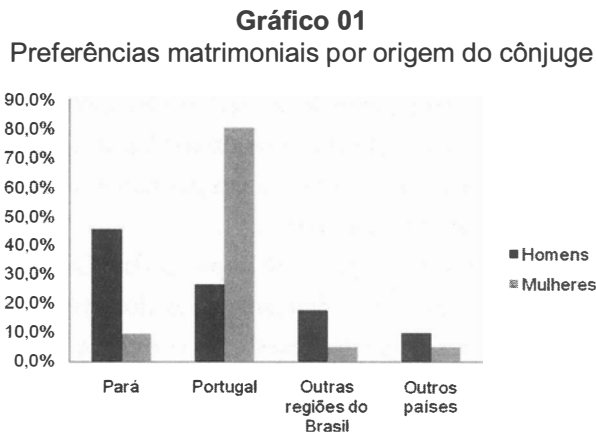
Os migrantes portugueses que moravam na cidade formavam um grupo bastante heterogêneo, em variados aspectos. Iam desde grandes empresários e banqueiros, envolvidos com o comércio da borracha, até pequenos comerciantes e produtores rurais. Entretanto, como veremos mais especificamente, havia um “ponto de convergência” entre estes grupos sociais de migrantes portugueses: em sua maioria, eles estavam, de alguma forma, envolvidos em atividades ligadas ao comércio, seja como donos de estabelecimentos comerciais ou mesmo como empregados.

Para o estudo dos comportamentos matrimoniais dos portugueses em Belém, os recortes de gênero e de geração tornam-se imprescindíveis. Primeiro, pelo fato de a presença lusa na cidade ser predominantemente masculina e, em segundo lugar, para

podermos refletir sobre as nuances relativas às idades ao casar de homens e mulheres de origem portuguesa, por meio de uma análise comparativa que procura investigar se as tendências comportamentais, verificadas para estes imigrantes, assemelham-se ou não às verificadas para o conjunto da população geral.

Alianças, gênero e geração

Iniciando a análise dos registros de casamento, vemos que nos 809 casamentos envolvendo portugueses pesquisados, casaram-se 769 noivos e somente 253 noivas, de origem lusa. A predominância numérica masculina nesta migração reitera um padrão de comportamento de deslocamento já apontado em trabalhos anteriores.⁴ Ao pensarmos os casamentos, este dado induz-nos à seguinte indagação: qual era a tendência comportamental dos portugueses no tocante à escolha dos cônjuges por origem? Eles casavam entre si, com nativos ou com pessoas de outras nacionalidades? Em resposta, vejamos o gráfico a seguir:



Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. Banco de dados de casamentos civis de Belém (1908-1920).

Como é possível observar, homens e mulheres portugueses apresentavam comportamentos matrimoniais diferenciados. Tomando por base um recorte de gênero, constatamos que os homens portugueses casaram-se preferencialmente com mulheres paraenses, sendo que apenas **26,4%** deles casou-se com uma conterrânea. O percentual de casamento com mulheres brasileiras originárias de outras províncias também foi expressivo – correspondendo a **17,7%** – e mais comum que o enlace com mulheres de outras nacionalidades, equivalente à apenas **9,75%**.

Esse comportamento matrimonial masculino mostrou-se bem diferente em relação às mulheres lusas que, ao contrário, casaram-se preferencialmente com seus conterrâneos (**80%**). Somente 10% das portuguesas casaram-se com paraenses ou com homens de outras nacionalidades, com destaque para os espanhóis. Conforme mencionamos anteriormente, estes comportamentos diferenciados encontrados entre homens e mulheres podem ser

compreendidos em função de esta migração ter sido majoritariamente masculina.⁵ A migração feminina foi bem mais tímida. O que explica, em parte, o alto índice de casamento entre homens portugueses e mulheres paraenses.

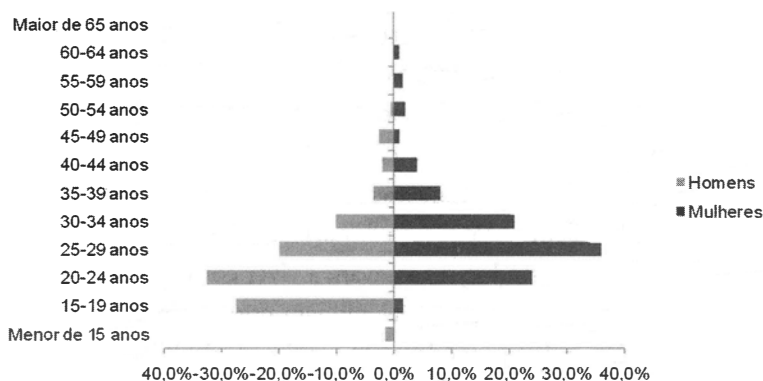
Entretanto, isso não significa afirmar que, caso houvesse mais mulheres portuguesas, as paraenses seriam preteridas. Em outros trabalhos verificamos que, muitas vezes, o casamento com mulheres locais poderia ser extremamente vantajoso para os imigrantes recém chegados, em particular os comerciantes.⁶ Além disso, alguns processos-crime revelaram casos em que mulheres portuguesas acusavam seus maridos por abandono ao lar e amasiamento com as brasileiras. Alguns enviavam a família para Portugal, onde os filhos permaneciam realizando seus estudos, e passavam a viver com mulheres paraenses durante um longo período de tempo. Estas situações vinham corriqueiramente à tona durante os processos de partilha e inventário, quando os filhos da relação “ilegítima”, ou mesmo suas mães, reivindicavam o direito à partilha.⁷ Sobre as preferências matrimônias por origem dos cônjuges, uma última questão precisa ser observada.

Se as mulheres portuguesas que se casaram em Belém, entre 1908 e 1920, não representavam sequer 1/3 da quantidade de seus conterrâneos homens que casaram no mesmo período, isto pode ser justificado não apenas pela representatividade de homens e mulheres na migração lusa ao Brasil, visto que também devemos considerar que parte das migrantes portuguesas que vieram ao Pará poderia ser casada, seja do ponto de vista formal ou consensualmente. Ao pesquisarmos os registros civis, encontramos 16 casos em que os nubentes declaravam viver em amasiamento. Em geral, à época do casamento, havia pelo menos um ou dois filhos frutos dessa relação, o que fazia com que, nesses casos, os nubentes comumente justificassem seu casamento pelo interesse em legitimá-los.

Os portugueses que se casaram em Belém no período analisado, geralmente faziam-no pela primeira vez. Dos 1.021 indivíduos pesquisados, encontramos somente sete viúvos e catorze viúvas. Em apenas três casos, viúvos portugueses casaram entre si. Quanto ao estado civil ao momento do casamento, é importante destacarmos que a partir de novembro de 1910, o divórcio seguido de recasamento foi permitido em Portugal, diferentemente do que ocorria no Brasil. Apesar de não ter havido casos em que divorciados portugueses(as) casassem em segundas núpcias em Belém, isso ocorreu com franceses e estadunidenses. O divórcio em Portugal, instituído por uma República recém instaurada, não foi um ato isolado. Ao contrário, compôs uma “tendência europeia”. Vale lembrarmos que o divórcio passou a vigorar na Inglaterra em 1858,⁸ no Império Germânico em 1875 e na França em 1884.⁹ Uma vez analisadas as preferências de aliança dos nubentes, passemos a olhar o casamento a partir do cruzamento do gênero e da geração. Vejamos, inicialmente, o gráfico a seguir:

Gráfico 02

Distribuição percentual dos nubentes portugueses por faixas etárias e por sexo



Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. Banco de dados de casamentos civis de Belém (1908-1920).

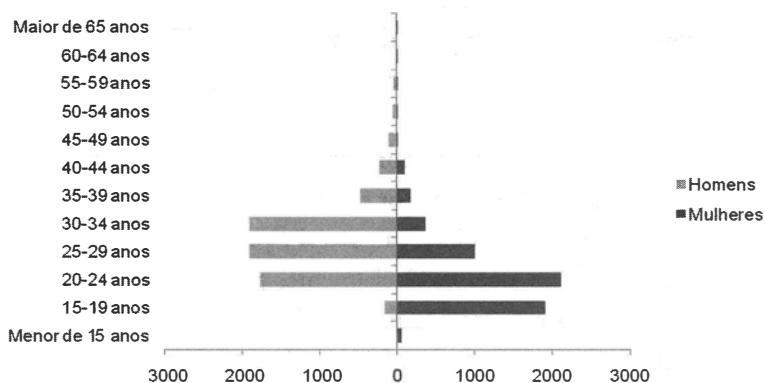
Este gráfico, construído a partir do cálculo percentual da distribuição dos nubentes portugueses em faixas etárias, evidencia claramente uma diferença na idade de casamento entre homens e mulheres. Os homens começavam a se casar de forma mais expressiva a partir dos vinte anos de idade, quando possivelmente já poderiam ter encaminhado seus estudos, ou mesmo, estar inseridos no mercado de trabalho. Essa entrada mais tardia no casamento, por parte dos homens, pode ser justificada pelo fato de o provento ao lar ser, à época, um papel social associado ao masculino. Por exemplo, poucos homens se casaram entre os 15 e os 19 anos e nenhum com menos de 15 anos¹⁰. Mas, os homens não apenas entravam como também saíam tardiamente do **mercado matrimonial**.

As mulheres, por sua vez, casavam-se mais cedo, sendo expressivo o percentual das nubentes portuguesas que se casaram a partir dos 15 anos de idade. Porém, elas também saíam do **mercado matrimonial** mais cedo, visto que poucas mulheres casavam-se com trinta anos ou mais: uma realidade bastante diferente dos homens, cujos enlaces mantêm-se significativos nesta faixa etária. A partir dos trinta e, principalmente, dos 34 anos de idade, muito dificilmente uma mulher se casaria, em especial, pela primeira vez.

A presença de mulheres com uma idade mais avançada pode ser justificada pela existência prévia de uniões consensuais e/ou casamento religioso, ou mesmo pelo casamento em segundas núpcias. Uma idade média de casamento mais baixa entre as mulheres também pode indicar certa preocupação com suas idades reprodutivas, ou melhor, com as idades que, no período, poderiam apresentar uma taxa de fecundidade mais significativa. Por outro lado, não era pensado às mulheres a necessidade de concluir os estudos e trabalhar para efetivar um casamento.

Mas, até que ponto essas tendências encontradas estavam também presentes nos enlaces envolvendo o conjunto da população de Belém? Para respondermos a esta questão, observemos o gráfico a seguir:

Gráfico 03
Distribuição geral dos nubentes por faixas etárias e por sexo



Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. Banco de dados de casamentos civis de Belém (1908-1920).

O desenho da pirâmide etária da idade de casamento dos portugueses assemelha-se bastante com o quadro geral das idades de casamento do período, conforme podemos verificar em diálogo com trabalhos anteriores.¹¹ Entre as idades ao casar dos portugueses e as idades gerais de casamento da população que se casou em Belém, existe apenas uma pequena diferença: as idades de casamento dos homens portugueses estão concentradas, principalmente, entre os 25 e os 29 anos, enquanto que o perfil geral apresenta certa homogeneidade entre as três faixas etárias que compreendem o casamento dos homens entre os vinte e os 34 anos, havendo um significativo decréscimo apenas na quantidade de homens que se casavam a partir dos 35 anos de idade. As portuguesas, por sua vez, casavam-se com idades muito próximas àquelas encontradas no perfil geral.

Contudo, os portugueses não acompanharam as tendências gerais de casamento em todos os aspectos. Por exemplo, ao mapearmos a sazonalidade dos casamentos que envolviam portugueses ao longo dos anos pesquisados, percebemos uma determinada homogeneidade. Ou seja, diferentemente do quadro geral de casamentos, os portugueses não apresentavam preferências em casar-se em certos meses. Enquanto a distribuição sazonal geral dos casamentos aponta para um leve acréscimo na quantidade de enlces em maio, e um leve decréscimo em agosto, os casamentos que envolviam portugueses mantiveram-se constantes ao longo dos anos pesquisados, mesmo nesses meses destacados. Inclusive, a representatividade dos casamentos portugueses (em torno dos 20%) também poucas oscilações, entre 1908 e 1920.

Por fim, chegamos ao último recorte na análise das alianças conjugais relativo às **atividades** em que os noivos e noivas portuguesas encontravam-se envolvidos.

Ao chegarem a Belém, os migrantes inseriam-se no mercado de trabalho, desempenhando uma variedade de atividades, concentradas, principalmente, nos setores

secundário e terciário da economia: eram alfaiates, carpinteiros, artistas, comerciantes, médicos, advogados etc. Em percentual muito maior do que de pessoas de outras origens, os homens portugueses estavam ligados às atividades comerciais, seja no papel do comerciante em si, ou apenas como auxiliares e empregados no comércio. Não era incomum, inclusive, que esses migrantes trabalhassem preferencialmente em estabelecimentos de outros portugueses.

Ao refletirmos especificamente sobre os casamentos em que havia portugueses, ou seja, acerca dos 809 registros, temos, por meio da descrição das ocupações que esses migrantes exerciam, uma ideia de sua inserção social e profissional no cotidiano de Belém. Desse modo, é nas ocupações que, essencialmente, percebemos sua presença em sua plenitude. Assim, dando asas a nossa imaginação, é possível pensarmos em portugueses comprando e vendendo suas mercadorias, fabricando pequenos artesanatos, advogando, construindo casas e prédios públicos.

A fim de padronizarmos as ocupações encontradas, nos valem da codificação sócio-profissional proposta por Maria Luíza Marcílio.¹² Obviamente, devido à codificação ser relativa a outro contexto (século XVIII e início do século XIX), fizemos algumas alterações com vistas a contextualizá-la e adequá-la, a contento, as nossas reflexões.

Tabela 01

Codificação socioprofissional dos nubentes portugueses (somente os homens)

Setores / Atividades	Quantidade	%
Primário (Agricultura/Pesca)	12	1,5%
Secundário	123	16%
Têxtil, vestuário e alimentação	26	
Construção civil	5	
Industrial	7	
Madeira e mobiliário	10	
Outros artesanatos	75	
Terciário	600	78%
Atividades comerciais e comerciantes	529	68,8%
Profissões liberais	12	
Transporte e comunicação	30	
Igreja	1	
Outros serviços	28	
Não declaradas	34	4,5%
TOTAL	769	100%

Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. Banco de dados de casamentos civis de Belém (1908-1920)

Analisando a tabela, vemos que os portugueses que se casaram em Belém, entre 1908 e 1920, exerciam ocupações predominantemente concentradas no setor terciário, com

grande destaque às atividades comerciais. Aliás, o comércio não era apenas a atividade predominante dos portugueses, mas de grande parte dos homens que se casaram em Belém. Para esse período, aproximadamente em um de cada quatro casamentos o nubente era “comerciante”. As atividades comerciais, em si, representam um rol de atividades no qual se incluem: comerciantes, empregados e auxiliares no comércio, negociantes, ambulantes, livreiros, caixeiros e guarda-livros.

Além disso, podemos dizer que Belém era, há algum tempo, uma cidade essencialmente comercial. Viajantes e naturalistas que passaram pela cidade no transcorrer do século XIX, a exemplo de Spix e Martius, Alfred Wallace, Daniel Kidder e Henry Bates, confirmam, mediante os seus relatos, a grande presença das atividades comerciais no cotidiano da cidade.

O famoso geógrafo Elisée Reclus, em viagem a Belém em 1893, relatou que Belém se tornara uma grande cidade comercial, a quinta da República brasileira. Além disso, Reclus também destaca o papel dos portugueses no comércio, afirmando que eles detinham em suas mãos parte do comércio internacional e parte do comércio a retalho¹³. Afinal, como ocorrera em outras localidades, uma vez que as terras encontravam-se na posse de famílias proprietárias tradicionais, o comércio tornava-se a alternativa mais viável aos migrantes recém chegados à capital.

Em relação às mulheres, percebemos a invisibilidade de seu trabalho. Possivelmente, os registros de casamento, assim como os próprios recenseamentos da época, não possuíam grande preocupação ao descrever as atividades exercidas por mulheres, o que se agrava ainda mais, devido ao diminuto mercado de trabalho formal acessível para os segmentos femininos, reduzido a poucas ocupações.

As atividades das mulheres portuguesas concentravam-se nas chamadas ocupações domésticas (86%). Nessa categoria, não temos como mesurar aquelas que eram remuneradas das que não o eram.

Na verdade, sob essa categoria esconde-se uma multiplicidade de atividades como lavadeiras, engomadeiras, cozinheiras, criadas, enfim, inúmeras profissões exercidas pelas mulheres que por ocorrerem no âmbito doméstico e, ainda, pela desvalorização das atividades por elas realizadas, ficam invisibilizadas, dificultando sua análise e criando uma categoria genérica “serviços domésticos” que pouco nos revela.¹⁴

Ainda em relação ao trabalho das mulheres, não encontramos portuguesas exercendo, por exemplo, o magistério – uma ocupação feminina, à época, bastante comum. Estudos anteriores verificaram que o mercado de trabalho para essas migrantes não era amplo, pois havia em Belém poucas lojas ou fábricas que ofereciam empregos a mulheres, assim como também se verificou a ausência de ofertas de emprego em tabernas, mercearias, padarias ou lojas, excetuando-se, aqui, as costureiras.¹⁵ Assim, podemos afirmar que o mercado doméstico era a principal opção para as migrantes portuguesas, em especial, de camadas sociais mais baixas.

Quanto às atividades exercidas pelos portugueses, vejamos um dado interessante. No ano de 1923, aproximadamente 3.500 portugueses requereram sua inscrição no Consulado de Portugal, em Belém. Eram, ao todo, 3.314 homens e apenas 188 mulheres. Entre os homens, citando apenas as ocupações mais representativas, “[...] havia 664 comerciantes, 177 chapeleiros, 119 carregadores, 158 padeiros e mais 298 trabalhadores envolvidos em atividades diversas. Entre as mulheres, por sua vez, havia 118 domésticas, 33 serviçais, 11 lavadeiras e 08 costureiras”.¹⁶ Percebemos, entre os inscritos no Consulado, uma variedade de ocupações, tanto masculinas como femininas, que se assemelha bastante àquela encontrada nos registros de casamento. Porém, cabe fazermos uma

A presença marcante dos homens portugueses em ocupações, ligadas ao comércio e das mulheres portuguesas nas tarefas do Lar, não limita sua inserção no mercado de trabalho a apenas estas atividades. Elas foram, de fato, as mais representativas, mas não as únicas. Os portugueses que moravam em Belém no início do século XX desempenhavam profissões muito diversas. Portanto, restringir sua participação somente ao comércio e ao Lar para, respectivamente, homens e mulheres, seria cometer um erro decorrente de vários aspectos, dentre os quais, reduzir a pluralidade de experiências sociais vivenciadas por estes migrantes.

Ao longo destas linhas, buscamos delinear o perfil dos “casamentos portugueses” ocorrido em Belém, no início do século XX. Partindo de uma abordagem demográfica, analisamos uma série de casamentos a partir da perspectiva de uma intersecção entre gênero, geração e migração. A série documental levantada nos permitiu conhecer um pouco mais dos enlaces precipitados por estes sujeitos, homens e mulheres, que fizeram da capital paraense seu novo porto. Muitas investigações ainda precisam ser feitas, mas aqui encontramos um pouco mais de suas histórias.

NOTAS

* Universidade Federal do Pará – UFPA.

** Universidade Federal do Pará – UFPA.

¹ CMA/UFPA. 1ª Vara Cível (Cartório Santiago). *Suprimento de consentimento para casamento*, onde foi requerente Maria de Nazaré Martins e requerida Isaura de Jesus Martins. 1936.

² IBGE, Sinopse do Recenseamento de 1920.

³ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Art. 69.

⁴ Cf.: CANCELA, Cristina Donza. “Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920)”. In: SOUZA, Fernando; MARTINS, Ismênia & MATOS, Izilda. *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto/Portugal, Edições Afrontamento, 2009, pp. 149-162; SCOTT, Ana Silvia. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães/Portugal, NEPS-Instituto de Ciências Sociais, 1999.

⁵ Cf.: CANCELA, Cristina Donza. “Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920)”, op. cit.

⁶ CANCELA, Cristina Donza. “Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920”. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, 2009, pp. 24-38.

⁷ CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha. Belém 1870-1920*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2006.

⁸ A partir de 1858, o divórcio na Inglaterra passou a não depender mais de um Ato do Parlamento. E, por mais que o divórcio existisse anteriormente, era bastante incomum. Por exemplo: entre o início do século XIX e 1857, o Parlamento autorizou, em todo o país, apenas 193 divórcios, ou seja, praticamente nada. Cf.: EHMER, Josef. “Marriage”. In: KERTER, David; BARBAGLI, Marzio (Orgs.). *The History of the European Family: family life in the long nineteenth century (1789-1913)*. New Haven / London, Yale University Press, 2002, pp. 282-321.

⁹ Idem, ibidem.

¹⁰ O casamento civil no Brasil estava, até 1916, regulado pelo Decreto n. 181 de 24 de janeiro de 1890, que o institui como a única forma legal de casamento no país. O Decreto previa a idade mínima de casamento para homens e mulheres como sendo, respectivamente, 16 e 14 anos. A partir de 1917, quando entra em vigor um novo Código Civil, esta limitação foi reajustada, passando a ser 18 anos para os homens e 16 anos para as mulheres.

¹¹ BARROSO, Daniel Souza. *O casamento, em Belém, no início do século XX*. Belém, Universidade Federal do Pará, 2009.

¹² MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)*. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 2000, pp. 60-61.

¹³ Cf.: Elisée Reclus, Estados Unidos do Brasil: geographia, ethnographia, estatística, p. 136

¹⁴ SAMARA, Eni de Mesquita; MATOS, Maria Izilda Santos de. “Manos femininas: trabajo e resistencia de las mujeres brasileñas”. In: PERROT, Michele (ed.). *Historia de las mujeres, el siglo XX*. Madrid, Taurus, 1993.

¹⁵ Cf.: FONTES, Edilza Joana de Oliveira. “Prefere-se portuguesas: mercado de trabalho, racismo e relações de gênero em Belém do Pará.” *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. Belém/UFPA, pp. 67-84, 1993.

¹⁶ BRITO, Eugênio Leitão de. *Os portugueses no Grão-Pará*. Belém, Conselho da Comunidade Luso-Brasileira do Pará, 2000, pp. 37-38.

“ALTERCÕES” E “RIXOSOS”: COLONOS PORTUGUESES NUMA VILA MILITAR NO PARÁ IMPERIAL

ELIANA RAMOS FERREIRA*

As motivações que impulsionaram a mobilidade de grupos consideráveis de portugueses são diversas, ao longo do tempo desses deslocamentos, e foram tanto por razões estruturais quanto conjunturais¹. Uma delas relaciona-se com as políticas dos governos brasileiros para esse trabalho, notadamente em meados do século XIX, que incentivaram a fixação de novos colonos [...] que se propusessem ao cultivo da terra.

Uma dessas políticas se fez necessária quando pressões internas e externas sinalizavam a mudança no tipo da força de trabalho utilizado na produção, o que colocou em xeque a extinção formal do então chamado infame tráfico negreiro², em 1850³. O problema da substituição da mão de obra escrava na organização do trabalho rascunhava um quadro de mudanças estruturais que se apresentava na organização da produção, bem como em outros níveis da organização social do trabalho no império, pedindo medidas e decisões políticas objetivando uma solução compatível com tão profundo problema. A extinção do tráfico de escravos levou o Estado Imperial à procura de fontes alternativas de mão de obra.

Nesse sentido, uma das vias defendida por significativa parcela do governo Imperial, afinada com as ideias liberais, foi o desenvolvimento de uma política imigrantista com o estímulo a projetos de colonização visando a entrada massiva de emigrantes, preferencialmente europeus. Esse outro momento de colonização está intrinsecamente conexo ao problema da crise da mão de obra escrava no Brasil.

Por outro lado, o fim do tráfico trouxe impacto também na produção do país, assim, a criação dos núcleos coloniais constituiu-se em ações e políticas governamentais que buscavam atender as demandas relacionadas também ao problema da produção e consumo. Tornou-se tão premente a questão da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado, que o governo optou pela formação de núcleos coloniais oficiais onde os imigrantes pudessem se instalar.

Uma das modalidades de núcleos pensadas foram as colônias, estabelecidas pelo governo; e a outra forma, as colônias organizadas por particulares ou associações. No Pará, foram criadas três colônias: as Vilas Militares, destinadas à colonização Pedro Segundo; São João de Araguaya e a de Óbidos. O presente trabalho pretende refletir sobre a experiência de colonos portugueses na Vila Militar de Óbidos, na província do Pará imperial.

A Vila Militar de Óbidos

De acordo com os registros de Antonio Baena, a Vila de Óbidos foi criada em 1758, do

âmbito da aldeia denominada de Pauxis, devido aos indígenas que habitavam e onde missionaram os padres capuchinhos da província da Piedade. Óbidos está localizada no médio Amazonas, no ponto em que “tem o Amazonas um passo estreito”⁴. Nesse ponto, a largura do rio é de cerca de 1890 metros no leito normal, ou seja, é onde o rio Amazonas alcança um dos seus pontos mais estreito e com isso o rio fica também mais profundo. Baena afirma que nos anos 30 do século XIX, “os moradores da vila habitavam casas arruadas; e suposto que algumas sejam colmadas de folhagem, contudo tem seu alinhamento, o que tudo com uma boa praça, que tem, faz uma vivenda agradável”⁵.

Formalmente criada pelo Decreto n. 1.363 de 8 de abril de 1854⁶, a Colônia Militar de Óbidos, de acordo com o presidente Rego Barros, em relatório de maio de 1855, no Pará “Colonização propriamente dita não a temos ainda na Província, mas apenas algumas colônias militares estabelecidas, [...] em annos anteriores, e pouco tem progredido; de moderna data temos a que ultimamente mandou-se fundar nas proximidades da Cidade de Óbidos”⁷. Em sua exposição, continua informando que para esta colônia militar, deveriam vir “colonos Portugueses, dos quaes á pouco chegarão 50, seguindo para o seu destino 38 por terem 12 rescindido seus contractos”. No seu Art. 6º, o Decreto 1.363 expressava a urgência de se criar as condições necessárias bem como dar as devidas providencias no sentido de edificar as:

[...] acomodações e viveres dos colonos, plantação dos generos alimenticios, e trabalhos preparatorios para a recepeção dos colonos estrangeiros, tendo em attenção que o Governo Imperial mandará vir de Portugal para aquelle ponto de 1.400 a 1.600 colonos, em porções de 100 a 200 individuos de cada vez, e nas epochas que propuzer o mesmo Presidente⁸.

O governo provincial envidou esforços e recursos para implementar tais orientações contidas no referido Artigo. O senhor Rego Barros, no relatório supracitado, já informava que “[...] Para esses [colonos] já se achão ali promptas as necessárias accomodações, como acabei de observar, quando ali estive ultimamente, e bem assim outras obras estão concluídas ou delineadas [...]”. Os documentos são complementares e convergem ao mesmo ponto: a vinda de colonos portugueses para a Vila Militar de Óbidos, na província do Pará.

Por todo o ano de 1854, foi feito o levantamento topográfico para instalação da colônia. Em ofício de 11 de janeiro de 1855, ou seja, menos de um ano de sua fundação, o diretor comandante da Vila de Óbidos, senhor Pedro da Cunha, informava que estava “concluida a medição do terreno da Colonia à margem do Rio Amazonas ficando com oito mil e trezentas braças”⁹.

O passo seguinte seria arrumar acomodação para abrigar os colonos que estavam previstos para vir **habitar** e **desenvolver** a nova Colônia. Em ofício de 12 de junho de 1855, o diretor Pedro Cunha acusou o recebimento de trinta e um colonos, dos quinhentos previstos, conforme a determinação do supracitado artigo 6º de que os colonos portugueses deveriam chegar aos poucos, em levadas de (porções) cem a duzentos por vez, dos 1400 a

1600 previstos. Para melhor abrigar esses colonos, o diretor propôs a compra “de uma casa que existe na visinhança da povoação da Colônia, a qual o donno á offerece por tresentos mil reis quantia pela qual está avaliada pelo perito”¹⁰.

Segundo o Oficial Maior da Repartição Geral das Terras Públicas, o senhor Bernardo Augusto Nascentes Azambuja, em relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, referente ao ano/exercício de 1855, afirmou que

Esta Colônia vae em progresso, e promete um futuro esperançoso, tendo-se em atenção não só a benignidade do seu clima, como a fertilidade do seu solo, e a sua excellente posição.

Entre muitas vantagens, que a colônia offerece, o Director a ponta a possibilidade de se estabelecer um estaleiro para o fabrico de escunas e brigues. [...] Existem mais no Lago Cumurú um curral com 53 cabeças de gado de criação¹¹.

O Oficial Maior da Repartição Geral das Terras Públicas demonstra o seu entusiasmo com a Vila de Óbidos, mesmo que fosse talvez para justificar as ações da Repartição, no encaminhamento do processo de ordenação da propriedade fundiária no país, pois, para ele, a Vila reunia muitos atrativos para os interesses do Estado Imperial e também para os colonos. Estabelecer um estaleiro para a construção de navios como escunas e brigues, significava enorme vantagem para o império que poderia armar melhor a sua marinha na região Norte do Império.

Por outro lado, num momento em que havia a crença de que os miasmas por meio das emanações fétidas e nocivas eram tidas como as principais causas de várias doenças¹², acenar com um local com um **clima benigno** constituía-se num trunfo político para atrair colonos saudáveis e, para esses, uma garantia para se emigrar em busca de dias melhores. Clima benigno e solo fértil – Binômio, segundo os agentes do governo imperial – o diretor da Vila Pedro Cunha e o Oficial Maior da Repartição Geral das Terras Públicas –, que seria a chave para o progresso da Colônia Militar de Óbidos. A fertilidade do solo era a outra moeda política do governo imperial para enfatizar o discurso do sucesso e do progresso, para atrair os imigrantes estrangeiros, notadamente os portugueses.

Itinerários Incertos

Entre a intenção de emigrar e a sua efetiva concretização ocorrem preparativos de partida, a viagem e, enfim, a chegada. Muitas das vezes, o estranhamento é a primeira reação antes o desconhecido. Entregue a si ou dispondo de algum enquadramento, o emigrante enceta o processo de fixação, confrontando-se com outros homens, outra sociedade¹³, outras culturas, outras condições climáticas e naturais.

Para muitos imigrantes, há os preparativos de partida, mas nem sempre conseguem chegar ao ponto de chegada, do destino escolhido. Os reveses e as adversidades

enfrentadas ao longo do caminho, como a fome e as doenças, podem alterar um trajetória imaginada, ou mesmo o desafio ao desconhecido.

Na pertinência dos itinerários dos emigrantes e do processo migratório, é instigante a reflexão de Beatriz Rocha Trindade¹⁴. Para ela, dentre os conceitos operacionais que correntemente se utiliza nesses estudos, quer ao nível coletivo, quer ao nível individual, é necessário destacar a noção de **itinerário**, cujo conteúdo não se restringe somente a de mero trajeto “constituído por uma sucessão de pontos no espaço geográfico que o emigrante percorre”. É preciso extrapolar essa noção e considerar também a sua pertinência quanto à trajetória social, ao caminhar num projeto de vida, ao transitar por espaços culturais nele impregnado.

As colônias estabelecidas depararam-se com uma série de limitações e problemas ao seu desenvolvimento, ligada às estruturas materiais e porque não também mentais e culturais, e não só as preexistentes como também as dos colonos que ali se estabeleciam.

Numa primeira tentativa de se visualizar uma das trajetórias possíveis desses sujeitos em um ponto do Pará Provincial, pode ser por meio dos Ofícios do Diretor da Colônia Militar de Óbidos enviados ao presidente da província. Esses ofícios nos possibilitam imaginar sob diversos ângulos o processo de estabelecimento do núcleo colonial e o mosaico do seu cotidiano, as tensões e conflitos entre colonos e a administração local.

Em 30 de maio de 1855, o diretor da Vila de Óbidos senhor Pedro Cunha acusou, por meio de ofício ao presidente da província Ângelo Custodio Correia, a chegada de cento e quatro (104) colonos portugueses. No mesmo ofício, o diretor informou também sobre a morte de um colono por nome Antonio Bernardo Monteiro, que no trajeto da cidade para a colônia, embriagado, teimou em **deitar-se**, ou seja, atirar-se ao **mar** para nadar. Pode-se inferir que o imigrante Antonio Bernardo ficou impactado com o Rio e no delírio da embriaguez não refutou em nadar no Rio Amazonas, pereceu afogado, apesar dos esforços dos tapuios para salvá-lo – os tapuios que eram exímios nadadores e conhecedores das correntezas do rio. O rio Amazonas foi a linha de chegada do itinerário de seu Antonio Bernardo, um obstáculo não superado.

Para outros, não foi o rio a barreira a ser superada, mas as epidemias que grassavam na província do Pará. Em ofício de 2 de junho de 1855, o diretor comunicou ao presidente da província “com bastante pesar que está declarada nesta Colônia a cholera-mórbus”, ainda que não apresentasse a mesma intensidade quanto na Cidade, porém suficiente para vitimar, poucas ainda, segundo ele, visto que “Felizmente só três tem sido Victimas, sendo um tapuio e dois Colonos dos últimos chegados”¹⁵. E continua que a epidemia estava “pondo seos habitantes em terror e consternação”. A Colônia estava vivenciando o medo da propagação da epidemia. Segundo Jean Delumaeu, a insegurança não nasce apenas da presença da doença, mas também de uma desestrutuação dos elementos que construía o meio cotidiano¹⁶.

Por meio das entrelinhas dos documentos, sente-se a Colônia sitiada sob o cerco da epidemia do cólera. Segundo o diretor, a trajetória do cólera para a vila foi a bordo do vapor Tapajós, procedente da Capital da província, ou seja, da cidade de Belém.

Sem médico na Vila, “invocando o auxílio Divino, pois na falta de boa enfermagem, de enfermeiros práticos, e de galinhas para dieta, era mais um motivo para desanimar”, Pedro Cunha noticiou que “os remédios que até hoje tenho aplicado com feliz sucesso são [...] homoepathico¹⁷, com os quaes tenho podido conseguir remediar os casos mais graves que tem aparecido”.

A intensidade da epidemia obrigou o governo provincial a buscar políticas públicas visando conter a epidemia. Uma dessas medidas foi a tentativa de impor maior rigor quanto a inspeção sanitária para desembarque de carga e de passageiros de navios provenientes da Europa; contudo, ante a pressão social, impulsionada pelo medo e a rapidez do alastramento do cólera, motivou-se o uso da homeopatia, inclusive pelos agentes do governo, como expressou o diretor da Colônia de Óbidos, referindo-se às práticas populares e saberes tradicionais, e também à alopatia, medidas profiláticas de combate adotadas tanto pelo poder público quanto pelas ‘gentes’ comuns¹⁸.

Não foram somente os colonos as vítimas do cólera. Entre o óbito havia dois índios. Pelo menos, nesse momento inicial da epidemia, mas “quando ela desenvolveu toda a sua intensidade”, todos os índios existentes e utilizados nas diversas obras da Colônia, principalmente às do forte, empreenderam fuga¹⁹. Delemaeu afirma que na Europa Ocidental, “a solução sensata era fugir [da Peste]. Sabia-se que a medicina era impotente e que “um par de botas” constituía o mais seguro dos remédios”²⁰. Em Óbidos, os indígenas também seguiram o bom senso, e buscaram nas matas uma possível segurança, procurando colocar a maior distância entre eles e a doença manifesta em Óbidos. Ante a situação de saída em massa dos trabalhadores indígenas, o diretor Pedro Cunha paliativamente enviou 28 colonos para que as referidas obras não ficassem paralisadas.

O estranhamento com uma natureza desconhecida e um quadro epidêmico aterrozante, pode ter transformado o sonho de muitos colonos portugueses em pesadelo, sonhos desmanchados nas águas e no ar. Por outro lado, para os indígenas o melhor refúgio ainda era o *interland* das matas, itinerários diversos e imbricados numa Vila Militar do Pará provincial.

Inúteis para o Serviço:

trabalho e o modelo pretendido de colono em Óbidos

Dentre os fatos evidenciados com o alastramento do cólera, o diretor Pedro Cunha noticiou o falecimento da menina de seis (6) anos, que chegou muito doente, morrendo dois dias depois, já na Vila de Óbidos. A menina era filha de Maria de Carvalho, viúva de João Teixeira²¹. Itinerários inconclusos. Sonhos desfeitos.

A perda da filha foi apenas uma parte das dificuldades enfrentadas pela viúva Maria de Carvalho. Na realidade, a sua situação descortina pontos interessantes de reflexão do viver em Colônia estabelecida pelo governo. Ela tinha mais três filhas, destas, duas estavam doentes e uma ainda era **de peito**, ou seja, era bebê e necessitava de cuidados como

a amamentação, condição que para o diretor da Vila de Óbidos tornava a viúva **inútil** por não poder prestar **nem um serviço a Colônia**. Se não podia prestar serviços em atividades como a agricultura, talvez houvesse “alguém que para o serviço doméstico lhe convenha”²². Considerando o Ofício enviado ao presidente da província Ângelo Costodio em 31 de maio de 1855, o diretor Pedro Cunha diz não saber ao certo como deveria proceder com a viúva Maria de Carvalho, se devia desengajá-la ou não.

A viúva foi considerada **inútil** por não poder prestar nenhum serviço à Colônia de Óbidos, pois suas filhas doentes e uma em amamentação necessitavam de cuidados de mãe. Colono **útil** era o que retornava em trabalho ou em espécie os ‘incentivos’ recebidos pelo estado, como a passagem recebida para o deslocamento até o ponto de chegada, por exemplo. Sem produzir na agricultura e sem poder dedicar-se a outras atividades, como o comércio, ela e suas filhas foram classificadas como improdutivas, portanto, tornavam-se um peso, no entendimento do diretor da Vila de Óbidos, que acenou com a possibilidade de inseri-la na rede de prestação de serviços domésticos a particulares.

Aflora a problemática da noção de trabalho que permeava o projeto de colonização subvencionada pelo governo – produtividade e de sujeito útil para o progresso –, visto que se fazia mister à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado. Mas o que fazer quando essa mão de obra livre e assalariada pensada para substituir a escrava, por situações limites, como a viúva Maria de Carvalho não produzia? Que medidas coercitivas e disciplinadoras poderiam ser aplicadas? Em ofício de 27 de agosto de 1855, o diretor acusa que:

Tendo recebido concessão d’esta presidência em data de 8 de junho do corrente anno para consentir no desengajamento da Colona Maira de Carvalho, viúva de João Teixeira e suas filhas, pagando primeiramente o que estiver devendo de seos adiantamentos, e como nada consta da relação que a acompanha, faz-se mister que isto seja declarado.

[...]

Cidade de Óbidos 27 de Agosto de 1855²³.

Conforme relata o diretor, que foi autorizado, **recebido concessão**, por meio de ofício de 8 de junho de 1855, do vice presidente da província Miguel Antonio Pinto Guimarães, para desengajá-la, mas não antes do pagamento dos **adiantamentos** que havia recebido do governo. Ou seja, a medida tomada pelo governo provincial foi a de desengajamento, o que implicava em devolução dos gastos feitos pelo governo e a perda da subvenção governamental - a viúva deveria primeiramente pagar o **adiantamento** que havia recebido do governo, para depois ser desengajada e assim sair da condição de colono.

Analisando a experiência alemã no sul do país, Alencastro afirma que “fora da cultura aldeã tradicional europeia, sozinhas num ambiente hostil de desconhecido, muitas delas viveram melancolicamente”²⁴.

A noção de utilidade do sujeito enquanto sinônimo de produtividade é um ponto básico nesse projeto de colonização. O colono pretendido teria que apresentar compleição física ‘robusta’, compatível para qualquer tipo de trabalho, visto que deveria produzir economicamente, mediante a sua força de trabalho. O alojamento de Maria de Carvalho foi por causa das filhas que necessitavam de cuidados, o que lhe dificultava o enquadramento nas atividades econômicas previamente estabelecidas. Mas essa era apenas uma das situações possíveis de impedimentos, e que tem forte conotação de gênero, mas não é objetivo do presente trabalho aprofundar o viés de gênero, mas havia outros critérios. Não interessava pessoas que não tivessem boas condições físicas e de saúde, mesmo se considerando questões de gênero ou idade. Em agosto de 1855, o diretor informou ao vice-presidente João Maria de Moraes, que:

Nesta data faço seguir no Vapor Tapajóz o Colono Manoel Pinto de Miranda por inútil para o serviço, não só por ter o braço esquerdo inteiramente inutilizado (mal com que já veio de sua pátria) e como por andar continuamente doente²⁵.

O colono Manoel Pinto de Miranda foi **devolvido** por ser **inútil para o serviço, não só por ter o braço esquerdo inteiramente inutilizado como por andar continuamente doente**. Ser devolvido equivalia a ser expulso da Colônia. Os colonos deveriam contribuir para o que se entendia por progresso com a sua força de trabalho, e não ocasionar despesas, principalmente com o desamparo da doença. Um colono na fronteira do não-trabalho era sinônimo de desperdício para o governo.

Em primeiro lugar, numa Colônia, recém fundada, era primordial os braços para serem utilizados nas diversas atividades para dotar a Vila de uma estrutura física mínima, como: as construções de prédios, destinados à acomodação e habitação dos próprios colonos; as ruas; o forte para a defesa da vila; o cemitério; o trabalho na agricultura. Em segundo lugar, o colono ocioso não correspondia à matriz pretendida para a contribuição na formação de uma possível identidade da nação brasileira, ou seja, como seria modelo indesejável para o projeto de civilização nacional.

No relatório de 1855, Pedro da Cunha informava existirem “[...] actualmente duzentos e dez”²⁶ colonos na Vila, sendo:

Quadro 01
Colonos em Óbidos²⁷

Casados	19
Solteiros maiores de 18 annos	117
[Solteiros] De 12 a 13 annos	28
[Solteiros] Menores de 7 annos	9
Mulheres	22
Crianças	3
TOTAL	210

Fonte: *Arquivo Público do Pará*. Relatório de 27 de julho de 1855 do Diretor da Vila Militar de Óbidos Pedro da Cunha.

Seguindo a análise historiográfica, observamos que o maior número incide em homens solteiros e jovens. O diretor da colônia ao acusar o recebimento de 104 colonos no dia 30 de maio, de acordo com a relação da Companhia de Navegação e comércio do Amazonas, observou que na relação não constava a idade e nem quanto cada colono devia à Fazenda Nacional, para que pudesse proceder ao devido desconto. Diz que os menores de doze anos vencem cento e vinte réis e os maiores dessa idade vencem setecentos réis, entretanto, os de 12 a 13 e mesmo os de 14 pouca diferença visível há, tendo que ficar com o dito dos pais, ou seja, com a informação dos pais, o que para ele tem pouco valor, - aqui se pode inferir por que os pais poderiam aumentar a idade dos filhos para que recebessem mais, pois tem direito ao salário de cento e vinte réis. A informação da idade era importante, pois incidia no ganho de cada um dos colonos o que implicaria em um gasto maior para os cofres públicos.

Por meio destes documentos, ainda meio fragmentados, podemos palmilhar frestas do cotidiano desses colonos e a sua inserção nas mais diversas atividades produtivas em Óbidos.

Esses duzentos e dez colonos estavam distribuídos nas seguintes ocupações:

42: na preparação de terrenos para plantação em **cinco diferentes lugares** à margem do **Lago Arapucu**, e casas de moradia para as pessoas que estavam ocupadas nesse serviço.

6: no **Lago Curumú**, preparando um terreno para criação de gado vacum, e edificação de casas para a acomodação das pessoas que deveriam ali residir.

23: empregados nos serviços do forte em construção.

139: ocupados na povoação da Colônia, nos seguintes trabalhos: edificação, extração e condução de pedras; preparação de terreno para cemitério; preparação das ruas.

A maioria, em princípio, estava sendo utilizada na construção física da Vila que os abrigaria a partir de então. Dentre esses colonos, de acordo com as informações prestadas pelo diretor da Vila, havia: um pedreiro, seis canteiros e quatro carpinteiros. Ressaltou que nenhum deles era perfeito no seu ofício e que os lavradores, não mereciam ser assim chamados, pois a agricultura encontrava-se atrasada porque, os lavradores, em geral, plantavam sem “sistema de cultura” e nem selecionavam o que plantar o que ocasionava grande escassez de legumes. Por outro lado, devido a riqueza do solo de Óbidos, acreditava ser possível o cultivo do chá, batata e a diversidade de feijões que eram plantados na província do Rio de Janeiro. Nesse sentido, solicitou o envio de sementes de chá e amostras dos diversos tipos de feijão²⁸.

Dentro do projeto do governo imperial, o Diretor da Vila de Óbidos prestava contas de suas atividades por meio dos relatórios e ofícios ao presidente da província, informando sobre o andamento das obras de infraestrutura que estaria implementando

em Óbidos, inclusive procurando assegurar o abastecimento da nascente Vila, bem como enfatizava as atividades econômicas básicas como a agricultura e a pecuária, para o desenvolvimento de Óbidos.

Em ofício informava que o boi estava valendo na Vila, naquele momento, 16 a 20\$000 réis e a vaca de 10 a 12\$000 réis, novilhos de 7 a 8\$000 e vitelas a 5\$00. Esses preços eram válidos se o comprador fosse pegar o gado na porteira ou curral. Mas se o fazendeiro se responsabilizasse pelo transporte, esses valores subiam em razão das distâncias.

O diretor Pedro Cunha, preocupado com a alimentação dos futuros colonos, e em especial o uso do **PÃO** escreveu um ofício em setembro de 1854²⁹, manifestando a sua preocupação com o hábito alimentar dos colonos destinados a se estabelecerem em Óbidos. Ele sugeriu ao presidente da província que comprasse uma moenda americana para moer o milho, pois os colonos portugueses por estarem acostumados ao pão, iriam estranhar, iriam “dar-se mal com a farinha de que aqui se faz us”. A farinha feita na Vila que era de mandioca.

Sabe-se que alguns, provavelmente não chegaram a usufruir do pão e nem da farinha derivada da mandioca. Pelo menos, a viúva Maria de Carvalho e o colono Manoel Pinto, que guardavam vínculos mais estreitos com a pobreza vivida, ao invés do sonho de uma vida melhor, ambos encontraram o pesadelo das privações, dos desencantos e porque não dizer, a humilhação de encontrar-se numa situação talvez até pior daquela que tinham antes da partida.

Portugueses em Óbidos: alterções, rixosos e turbulentos

Os portugueses plasmaram a sua presença em Óbidos, de acordo com o viajante inglês Henry Walter Bates que em viagem pelo rio Amazonas visitou a Vila, ali permanecendo por três (3) semanas no ano de 1859 e registrou que “[...] O lugar já estava muito modificado devido ao afluxo de imigrantes portugueses e à construção de um forte num ponto elevado do barranco”³⁰.

Mas as experiências desses imigrantes portugueses, destinados ao núcleo colonial de Óbidos, não foi nada harmonioso. As barreiras: cultural e identitária, notadamente, foram responsáveis por relações permeadas de tensões.

Em 27 de julho de 1855, o diretor da Colônia de Óbidos, escreveu ao vice-presidente da província João Maria de Moraes acusando ciência:

Do quanto expõem o gerente da Companhia de Navegação Comercio do Amazonas, a respeito das exigências que alguns Colonos fizeram do salário que elles dizem se lhe ficaram devendo por aquella gerencia com a qual elles não se contentarão, o que não admira por que é a gente mais exigente e mais difícil de contentar com quem tenho tratado, aponto de se tornarem intoleráveis.

[...] Colônia, 27 de Julho de 1855³¹.

O diretor da Colônia expressa a sua solidariedade ao gerente da Companhia de Navegação do Amazonas³², pelo que ele considera **exigência dos colonos**, pois os imigrantes eram esperados como mão de obra livre que vieram para trabalhar na Vila Militar de Óbidos e, enquanto tal, teriam que se ocupar com as atividades disponibilizadas, principalmente a agrícola.

O outro lado dessa moeda, essas **exigências** revelam uma situação de objeção dos colonos que contestavam uma falta de pagamento por parte da Companhia de Navegação, e que segundo o diretor da Colônia, “dizem se lhe ficaram devendo por aquela gerencia”. Ou seja, ele não atribui nenhuma credibilidade às **exigências** dos colonos, por considerá-los “gente exigente e difícil de se contentar [...] a ponto de se tornarem intoleráveis”. Percebe-se na escrita do diretor a sua intolerância em relação aos colonos e outro ponto: os colonos eram intoleráveis por reivindicarem o que consideravam ser um direito deles, que era o salário?!

Para ele, esses colonos eram talvez, com raras exceções, a “escória da população dos lugares onde residiam” e que eles haviam desenvolvido um “caráter péssimo”. “Rixosos e turbulentos os homens ainda fazem mais insuportáveis, pela exigência sem limites que todos os dias apresentam. Nada os satisfazem... [...]”³³.

Ele continua a expressar as suas impressões a respeito do perfil dos colonos.

A afeição que ordinariamente existe entre patrícios, em país estrangeiro, e que em alguns indivíduos se torna um amor fraternal, não se descobre nesta gente. Sempre altercando, e acusando-se reciprocamente, os colonos apresentam um notável contraste com a mansidão dos índios paraenses. Os salários por que vieram contratados são excessivos à vista do seu trabalho e certas regalias que lhes dá o contrato, lhes favorecem a indolência.

O processo de socialização e as vivências partilhadas em outras paragens sofrem rupturas drásticas na situação de imigração. Ultrapassam-se as simples descontinuidades de território para se cair na complexidade de um novo quadro de trabalho profissional, na teia de uma estrutura social diferente, onde o poder se atinge pelo planejamento de estratégias ignoradas e a comunicação é pautada por códigos diversos e veiculada até por uma linguagem gestual e oral, desconhecidas. O estranhamento acentua as diferenças e os contrastes.

Indolentes, alterções, turbulentos, em meio a tensões com os administradores do Pará ou mesmo entre eles, nos idos da década 1850, esses colonos enfrentaram adversidades para alcançarem sonhos, cujos podem ter sido afogados, tragados pelo rio, mas que, como bem observou o viajante Bates, eles plasmaram sua presença nos rincões da Amazônia.

NOTAS

* Universidade Federal do Pará – UFPA.

¹ Trindade enfatiza como motivações de caráter positivo, a fortuna dos repatriados, bem como o dinheiro enviado para as terras de origem dos emigrantes, como pecúlio a amealhar ou como suporte e ajuda de familiares ali residentes. Por outro lado, estudos demográficos revelam que os colonos emigrados para o Brasil provinham majoritariamente do Norte de Portugal. Ver: SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães, NEPS—Universidade do Minho, 1999, pp. 3-4.

² Sobre o tráfico negreiro ver: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-180)*. São Paulo, Editora da UNICAMP, 2000.

³ Sabe-se que por toda a década de 30 do século XIX havia pressão para o término do infame tráfico negreiro, porém estamos considerando a Lei n.581 de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, que pôs fim formalmente ao tráfico de africanos. Para acessar a lei, veja o site: <<http://www.icmc.usp.br/ambiente/saocarlos/?historia/o-processo-de-abolicao-e-a-vindados-imigrantes-europeus/lei-eusebio-de-queiroz>>.

⁴ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, pp. 246-247.

⁵ Baena, *op. cit.*, pp. 246-247

⁶ Decreto n. 1.363 de 8 de abril de 1854.

<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>> ou também pelo link

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=80011>>.

⁷ Pará (Província) Presidente (Rego Barros). Exposição 14 de maio de 1855.

<[HTTP://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u999/000009.html](http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u999/000009.html)>.

⁸ Decreto n. 1.363 de 8 de abril de 1854, Art. 6º.

<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action>>.

⁹ *Arquivo Público do Pará*. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184. Documentos: Colônia Militar de Óbidos.

¹⁰ *Arquivo Público do Pará*. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184.

¹¹ BRASIL. *Ministério do Império*. Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Relatório do Anno de 1855 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 9ª Legislatura. <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1728/000142.html>>.

¹² RITZMANN, Iracy Gallo. *Belém: cidade miasmática (1878 – 1900)*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

¹³ TRINDADE, Maria Beatriz Rocha. “Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil”. In: *Análise Social*, vol. .XXII (90), 1986, pp.139-156.

¹⁴ Trindade, *op. cit.*, p. 141.

¹⁵ *Arquivo Público do Pará*. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184. Documentos: Colônia Militar de Óbidos

¹⁶ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente – 1300 – 1800*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996, pp.107-150

¹⁷ Sobre experiência epidêmica do cólera no Pará ver o livro de BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará (séculos XVII e XIX)*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

¹⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁹ *Arquivo Público do Pará*. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184. Documentos: Colônia Militar de Óbidos.

²⁰ DELUMEAU, *op.cit.*, pp.107-150.

²¹ *Arquivo Público do Pará*. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184. Documentos: Colônia Militar de Óbidos

²² *Idem, ibidem*.

²³ *Idem, ibidem*.

²⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”. In: ALENCASTRO, Luis Felipe (Org.) *História da Vida Privada no Brasil: Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, pp. 292-335.

²⁵ *Arquivo Público do Pará*. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184.

²⁶ *Idem, ibidem*.

²⁷ *Idem*. Dados extraídos do Relatório de 27 de julho de 1855 do Diretor da Vila Militar de Óbidos Pedro da Cunha.

²⁸ *Arquivo Público do Pará*. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184.

²⁹ *Idem, ibidem*.

³⁰ BATES, Henry Walter. *Um naturalista no rio Amazonas*. Belo Horizonte; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 102.

³¹ *Arquivo Público do Pará*. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184. Documentos: Colônia Militar de Óbidos.

³² A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas foi fundada pelo barão de Mauá, em agosto de 1852 e começou a operar no primeiro dia do ano de 1853, disponibilizando duas linhas: a primeira ia de Belém até Barra do Rio Negro, capital da província do Amazonas; e a segunda linha partia de Barra do Rio Negro até Nauta, no Peru. Ver EL-KAREH, Almir Chaiban. *A Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas e a Defesa da Amazônia Brasileira – o imaginado grande banquete comercial*. In: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_74.pdf>.

³³ *Arquivo Público do Pará*. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Ofícios. Ano: 1854-1855. Caixa: 184. Documentos: Colônia Militar de Óbidos.

PÁTRIA MINHA: PORTUGUESES E BRASILEIROS NO GRÃO-PARÁ (1808-1840)

MAGDA RICCI*

Brasileiros e portugueses no extremo norte

Uma região considerada distante do Rio de Janeiro, a província do Grão-Pará teria demorado demais para “aderir” ao Brasil, fato ocorrido apenas em agosto de 1823 e este foi processo penoso e difícil que teria desembocado na Cabanagem em 1835¹. Apesar da existência de vínculos com a monarquia e com o menino príncipe Pedro II, é importante lembrar que muitos cabanos e suas lideranças vislumbravam perspectivas políticas e sociais diferentes daquelas vindas dos governantes do Império, centralizado na corte carioca. Já analisei como os cabanos se autodenominavam “patriotas”, e como o sê-lo não necessariamente era sinônimo de ser brasileiro².

Por outro lado, surgia no Brasil um sentimento comum de identidades locais entre povos de etnias e culturas diferentes. Indígenas, negros de origem africana e mestiços os mais diversos, criaram uma identidade local, a qual nem sempre estava afinada com aquela em formação no Rio de Janeiro³. Contudo, essa identidade era marcada pelo ódio em comum ao tradicional mandonismo branco e português.⁴ Estudar esse universo no Pará é o objeto deste texto.

Ainda em agosto de 1823, a elite do Grão-Pará oscilava na leitura sobre seu lugar no cenário mais global. Minha hipótese é que, desde pelo menos a vinda de D. João VI e a tomada de Caiena, o antigo Grão-Pará estabeleceu sérias redes de comércio e de casamentos com ingleses e franceses que faziam parte do comércio inter-atlântico na região norte da América do sul e no caribe. Penso que estas redes ‘chocavam-se’ com a ideia de uma emancipação e um atrelamento ao Rio de Janeiro. Contudo, acredito que não se tratava apenas de uma rede econômica, mas havia interesses familiares, políticos e culturais muito fortes também. Para entender as dimensões desse contexto, fiz uso de um tipo de fonte até agora pouco explorado nos estudos demográficos: os livros de notas e registros cartoriais. Analisei os registros de bens e as procurações firmadas entre os anos de 1807 e 1817. Escolhi esse momento, por se tratar de um período imediatamente anterior aos problemas do vintismo. Neles ficam claros os negócios e interesses dos dois lados do Atlântico. Separei esse momento, anterior aos acontecimentos de 1820 e os de 1835, para demonstrar o enraizamento português no Grão-Pará e redimensionar a crise subsequente.

Estudando as procurações que se faziam em Belém em 1816 e 1817, percebi que há uma grande quantidade delas que remontavam a problemas com heranças pendentes em Lisboa ou em outras cidades e vilas portuguesas. Das sessenta procurações destinadas a utilização em inventários, trinta e duas, ou mais da metade, iam para Lisboa e trinta e seis

para Portugal como um todo. Nesse mesmo período, apenas três pessoas tinham heranças pendentes no Rio de Janeiro, o que já bem demonstra a proximidade entre o mundo Luso e o Grão-Pará⁵. Outro exemplo desse estreitamento presente nessas procurações para os inventários elaborados em Lisboa é que elas abrangiam também famílias de fora de Belém. Em 1816, por exemplo, o Capitão Teodósio Constantino Chermont e sua mulher D. Inês Antonia Micaela de L. Chermont vinham da Ilha Grande de Joanes para Belém a fim de passar procuração para Feliciano José Colares em Lisboa⁶. O assunto eram questões referentes ao um morgado e valores que a Real Fazenda lhes eram devedoras. O procurador em Lisboa de nome Colares também era procurador de outro grande negociante português na Amazônia.

Ainda no mesmo ano de 1816, ele recebeu procuração de Pedro Rodrigues Henriques para tratar de seus negócios em Lisboa⁷. Mais assoberbado do que nunca, o procurador Colares ainda precisava dar conta de um terceiro caso. Nele, D. Ana Micaela Malcher, viúva de João da Gama Lobo, desejava receber os soldos de seu ex-marido junto ao Tesoureiro Geral das Tropas. Seu falecido marido era tenente coronel da Primeira Plana da Corte. Nesses três casos que envolveram um mesmo procurador em Lisboa, é possível perceber que heranças e comércios com Lisboa eram mesmo muito comuns no Pará.

Para além de questões inventariais, a educação também era um problema que levava algumas pessoas a Portugal. O Capitão Tenente José Joaquim da Silva, por exemplo, afirmava no livro de notas que precisava vender uma sua morada de casa em Belém e dez escravos para seguir para Lisboa a fim de cuidar da educação da menina Ana, sua tutelada⁸. O mesmo fez o conhecido Felipe Alberto Patroni, tido pela historiografia paraense como introdutor da imprensa no Grão-Pará. Em 1816, Patroni registrou no livro de notas que iria seguir para estudar em Lisboa, tendo que vender um quarto de casas localizado na rua do Espírito Santo indo para o Arsenal em Belém.⁹

Um ano mais tarde, o mesmo Patroni escrevia uma longa e curiosa missiva a seu amigo Salvador Rodrigues do Couto, um paraense que ocupava o cargo de Presbítero da Catedral da Sé de Belém. A princípio o autor descrevia suas viagens: “Tenho visto terras diferentes, outras gentes, outros costumes”¹⁰. Depois relatava que não era o único paraense a perambular pelo mundo. Outros quatro viajantes trilhavam rumos distantes da pátria Amazônica. Estudantes em Lisboa e Coimbra, eles aproveitavam as férias em viagens. Alguns iam até o Algarves, outros em Argel. Todos começavam a sentir o que Patroni denominou de “os bons efeitos da sua saída do Pará”. Primeiramente ganhavam pontos, porque experimentavam o distanciamento dos “ares” do Equinócio. As mudanças constantes de temperatura a que eram submetidos seriam eficazes no que Patroni chamou de “desembarço das faculdades intelectuais”. Sair do Pará ainda era importante porque somente distante da pátria natural seria possível descobrir seus “tesouros ocultos”¹¹.

A partir desse momento, o argumento da carta amplia-se para a formulação de uma teoria mais ampla sobre a grandiosidade natural do Pará e a sua clara falta de prosperidade.

Patroni constatava que aqueles que lutaram por “aformosear” o Pará não teriam ali o “seu berço”. Escrevia que o Pará era lugar de uma natureza exuberante, de “produções preciosas, deliciosos frutos”, enfim, “um País suscetível de toda a cultura”, mas que não florescia, pois que a “faculdade” do povo estava “emprazada”¹². A causa desta paralisia assentava-se no que o autor denominou de “sistema adotado pelos nossos Avós”. Escrevia indignado que os antigos paraenses tinham verdadeiro “horror” do afastamento dos filhos. Não deixando que estes saíssem de perto de seu seio, os velhos paraenses contribuíam para os dois princípios fundamentais do atraso local: a tradição e a indolência¹³.

Escrevia Patroni: “De que serve que um rapaz muito ativo suceda no regime de sua casa a seu pai se ele, começando a sua carreira por casar, gasta toda a sua vida em plantar mandioca, arroz, milho e algodão, sem adiantar mais cousa alguma? Nasce, vive e morre estúpido: de que serve tal atividade?”¹⁴ Contra a tradição e a indolência só se salvavam os estrangeiros.

Já tive ocasião de analisar que os mais conhecidos homens de letras que viveram no Pará na segunda metade do século XVIII eram “estrangeiros” como afirmava Patroni e sua maioria era portuguesa¹⁵. Contudo o chamado “horror” que os paraenses teriam em se afastar dos filhos, talvez se justifique pelas muitas andanças dos soldados de baixa patente. A elite local não queria para seus filhos o mesmo destino, desterrado da maioria dos homens livres pobres do Pará. Contudo, a tomada de Caiena e depois os movimentos sociais e a agitação política dos anos de 1820 obrigaram todos a uma grande mobilidade.

Entre 1807 e 1814, o trânsito entre Caiena e Belém se intensificou com a tomada da região pelos portugueses em revide a tomada francesa do território luso na Europa. Na tabela a seguir se percebe que, nos anos de 1807 e 1808, nos livros de registros de notas de Belém não há transações envolvendo franceses. A partir de 1809, eles já aparecem. Também chama a atenção o volume de transações entre Portugal, Angola e com o Reino Unido.

Tabela 01

Localidades estrangeiras presentes no Livro de Notas e Registros (1807-1814)

Localidades fora do Brasil	1807-1808		1809-1810		1813-1814	
	Nº	%		%		%
Portugal / Angola	1	5%	15	78,94%	22	64,70%
Inglaterra e Suécia	19	95%	2	10,52%	2	5,88%
Guiana Francesa e França	-	-	2	10,52%	1	2,94%
Estados Unidos da América	-	-	-	-	5	14,7%
Europa	-	-	-	-	2	5,88%
África	-	-	-	-	2	5,88%
TOTAL	20	100%	19	100%	34	100%

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e Registros (1807-1814).

Os dados demonstram que as relações sociais e pessoais dos portugueses e paraenses do Grão-Pará iam para além das Guianas. Essa tabela recupera que esses homens tinham contatos comerciais e políticos com Portugueses (de Portugal e de Angola), Ingleses, Franceses e Espanhóis. Outros dados demonstram ainda que estes contatos iam até outras partes, atingindo várias províncias ou Estados do atual Brasil. Somente para os anos de 1816 e 1817, momento máximo desses contatos, foram localizados nos livros de notas 32 localidades entre países inteiros ou apenas rios e comunidades locais, distribuídas conforme a tabela que se segue.

Tabela 02
Localidades presentes no Livro de Notas e Registros (1816-1817)

Localidades	Número de localidades diferentes citadas no livro de notas – 1816-1817	%
Fora do Brasil (Portuguesas ou não)	05	15,62%
Províncias do Brasil*	06	18,75%
Internas ao Grão-Pará excetuando Belém**	21	65,63%
TOTAL	32	100%

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e Registros (1816-1817).

*Aqui a província do Pará não foi contada, pois a intenção é avaliar a quantidade de províncias que se relacionam com o Pará.

**Belém foi citada em todos os 191 registros do livro de notas.

Com relação às localidades portuguesas entre 1816 e 1817, encontrei uma prevalência muito forte de Lisboa (79%). Isso era que presumível tanto pela centralidade política e econômica, como porque a fonte analisada: o livro de notas e registros também se volta para resolver pendências políticas governamentais ou inventariais, mais comumente tratadas em Lisboa.

Tabela 03
Localidades portuguesas presentes no Livro de Notas e Registros (1816-1817)

Localidades	Número de localidades diferentes citadas no livro de notas – 1816-1817	%
Lisboa	43	79,64%
Porto	05	9,26%
Coimbra	01	1,85%
Portugal sem precisão de localidade	01	1,85%
Vila de Góis – Portugal	01	1,85%
Vila de Troja, Portugal	01	1,85%
Vila do Freixo	01	1,85%
Angola	01	1,85%
TOTAL	54	100%

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e Registros (1816-1817).

Já para fora de Portugal, foi possível localizar outros três ou cinco atuais países. Há esta imprecisão no número de países, pois o sueco que localizei estava no Grão-Pará em nome de interesses da coroa britânica e de um negociante inglês. Há ainda o caso de Angola que na época estava ligada a Portugal.

Tabela 04

Localidades estrangeiras presentes no Livro de Notas e Registros (1816-1817)

Localidades fora do Brasil	Número de citações no livro de notas 1816-1817	
	Nº	%
Portugal / Angola	54	86%
Inglaterra e Suécia	4	7%
Guiana Francesa e França	3	5%
Espanha	1	2%
TOTAL	62	100

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e Registros (1816-1817).

Por essa tabela, se observa a prevalência novamente dos interesses portugueses, mais a presença de franceses, ingleses e até um espanhol. Internamente, ao atual Brasil, as localidades ou província mais citadas no livro de notas era o Maranhão. Havia ainda claros interesses no atual estado do Amapá e no Amazonas, mas cabe lembrar que na época ambas as localidades pertenciam politicamente ao antigo Grão-Pará.

Tabela 05

Províncias ou Estados externos ao atual Estado do Pará presentes no Livro de Notas e Registros (1816-1817)

Localidades – Províncias/ Estados no Brasil	Número de citações no livro de notas 1816-1817	
	Nº	%
Amapá* (Macapá 4 e Mazagão 13)	16	36,36%
Rio de Janeiro	4	9,09%
Mato Grosso	3	6,82%
Amazonas* (Capitania do Rio Negro)	3	6,82%
Goiás	1	2,28%
TOTAL	44	100%

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e Registros (1816-1817).

* Em 1816 ou 1817 os atuais estados do Amapá e do Amazonas pertenciam a antiga província do Grão-Pará, mas aqui foram computados separadamente para melhor visualização.

Por esses dados notam-se que as ligações com a Corte no Rio de Janeiro eram mínimas em 1816 e 1817. Havia apenas casos de procuração para inventário, sendo que

dos quatro existentes, dois se destinavam a Campos dos Goitacazes e não a Corte carioca. Internamente, ao atual Pará, os interesses também podem ser apurados em uma tabela. Por ela, percebe-se que há uma distribuição bastante ampla dos interesses locais. Havia procurações e registros de venda ou de doação em praticamente todo o território atual do Pará. Ao se considerar o Amazonas e o Amapá, fica clara toda uma rede de comércios locais que envolviam desde Belém até o alto Rio Negro e Amazonas.

Tabela 06
Localidades internas ao atual Estado do Pará citadas no Livro de Notas e Registros de 1816-1817, excetuando Belém

Localidades Denominações atuais	Localidades Denominações do livro de notas de 1816-1817	Número de citações no livro de notas 1816-1817	%
Marajó	Ilha Grande de Joanes (rio Inhangapi, Soure, Ilha Grande, Ilha do Marajó, Chaves)	13	22,80%
Moju	Moju (rio Moju, Igarapé Guarajauna, rio Guajarauna, rio Iucumanduba)	6	10,52%
Acará	Acará (rio Grande de Miripitanga)	4	7,01%
Cametá	Cametá	4	7,01%
Sertão do Pará – (médio amazonas?)	Sertão do Pará	4	7,01%
Rio Guajará, região das ilhas Belém	Rio Guajará, Ilha de Cotijuba, Rio Taiasuhi, termo da cidade de Belém	4	7,01%
Abaetetuba	Abaeté	3	5,26%
Curuçá	Vila Nova Del Rei	2	3,50%
Igarapé Varatumunga – sem correspondência	Igarapé Varatumunga, distrito do rio do Meio	2	3,50%
Monte Alegre	Monte Alegre	2	3,50%
Mosqueiro (Baia do sol e Muribira)	Baia do Sol, rio Muribira	2	3,50%
Rio Capim	Rio Capim (igarapé Paraquituba)	2	3,50%
Barcarena	Barcarena	1	1,75%
Marituba?	Igarapé Maraituba	1	1,75%
Igarapé-miri	Igarapé-miri	1	1,75%
Muaná	Muaná	1	1,75%
Óbidos	Óbidos	1	1,75%
Rio Carapau – sem correspondência	Rio Carapau	1	1,75%

Rio Turiaçú (fronteira do Maranhão?)	Rio Turiaçú, freguesia de São Francisco Xavier	1	1,75%
São José do Gurupi	Rio Gurupi	1	1,75%
Vigia	Vila da Vigia	1	1,75%
TOTAL	TOTAL	57	100%

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e Registros (1816-1817).

Havia desde interesses comerciais como a montagem de sociedades para ir ao sertão. Sobre sociedades, há alguns exemplos interessantes. Em 1816, o comerciante Antonio Lourenço de Carvalho de Monte Alegre no médio Amazonas vem a Belém se associar a José de Matos para a “carregação [...] da canoa da propriedade de Manoel Ribeiro Pinto, que se destina(va) para aquela vila e para os sertões deste Estado e Rio Negro, assim como todas as remessas que se fizerem desta [Belém] para aquele continente e destes [sertões] para esta cidade”. Quem tomava conta do negócio em Monte Alegre era Carvalho e em qualquer outra parte dos sertões era Matos. Em Belém, Carvalho que seria o caixa da sociedade, decidiria quem seria o correspondente da sociedade. O valor da “carregação” era alto e remontava a 3:621\$551. Os sócios ainda estipulavam em contrato que não se venderia fiado “senão a pessoas de muitos créditos e sólidos estabelecimentos” com assinatura de promissória. Como é possível perceber se tratava de um alto negócio.¹⁶

Pelos dados citados, é possível perceber que os negócios pareciam prosperar. Eram transações de sociedade ou de compra de embarcações grandes que só seriam pensadas se os negociantes acreditassem que o comércio iria aumentar. Também os dados de compra e venda de imóveis parecia estar em alta em 1816 e 1817, em Belém. Boa parte das transações de escrituras era para a compra de imóveis ou de terras ao redor de Belém para a construção de casas e moradias como se nota na tabela que se segue. É interessante notar que muitos oficiais estavam comprando terras ou casas em Belém.¹⁷

Tabela 07

Tipos de escritura presentes no Livro de Notas e Registros (1816-1817)

Tipos de Escrituras	Número de registro	%
Venda de parte de uma casa	13	21,66%
Venda de parte de terras ou chãos	10	16,39%
Venda de terras e chãos	09	14,75%
Venda – casa	08	13,11%
Obrigação de dívida com hipoteca ou penhora de casa	04	6,55%
Venda de embarcação	03	4,91%
Doação – serviços militares	02	3,27%
Doação – casas	02	3,27%
Venda de sítio ou propriedades com benfeitorias	02	3,27%

Desistência de pleito	01	1,63%
Doação – dote	01	1,63%
Doação – chãos e terras	01	1,63%
Obrigação de d�vida com hipoteca ou penhora de embarca�es	01	1,63%
Obrigação de d�vida sem hipoteca	01	1,63%
Sociedade em lojas estabelecimentos comerciais	01	1,63%
Sociedade para carrega�o de canoas para o sertão	01	1,63%
Venda de estabelecimentos comerciais	01	1,63%
TOTAL	61	100%

Fonte: *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e Registros (1816-1817).

Os dados levantados demonstram que houve um enraizamento de interesses portugueses no Grão-Pará e que, em 1816 e 1817, as sociedades entre comerciantes portugueses e luso-brasileiros com os negociantes brasileiros do interior do Pará prosperavam. Este estudo se completa para dar a devida dimensão   crise instaurada nos anos de 1820 e 1830.¹⁸ Minha ideia é a de confrontar os dados de 1816 e 1817 com os dos anos de 1820 e depois com os de 1830. Meus levantamentos preliminares dão conta que em 20 e 30 houve uma explosão de hipotecas e de registro de d vidas, demonstrando uma realidade muito diferente da dos anos de 1816 e 1817. Mas essas são outras histórias.

NOTAS

* Universidade Federal do Pará – UFPA:

¹ Sobre essa “adesão”, ainda em 1923 foram publicados trabalhos fundamentais escritos pelo primeiro secretário do *Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, o engenheiro civil Palma Muniz. Um primeiro intitulado: “Adesão do Grão-Pará   Independência”, faz parte de uma coletânea proposta pelo Instituto Histórico paraense em comemora o ao centenário de 1823. Já um segundo trabalho de Palma Muniz procurava recuperar a figura do general enviado pelo Império para obter a “adesão” e intitulava-se “Gre-

enfell na história do Pará”. Esses dois trabalhos exaltavam a legalidade dos enviados pelo Império do Brasil. Eles se constituíram, doze anos mais tarde, na base para os trabalhos elaborados durante as comemorações do centenário da Cabanagem. Ver: MUNIZ, João de Palma. “Greenfell na história do Pará 1823-1824”. *Anaes da Bibliotheca do Archivo Público*. Belém, 10: 8-422, 1926; *Idem*. “Adesão do Grão-Pará à Independência”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém, 6(4): 1- 406, 1922. Houve polêmica sobre a atuação de legalistas como John Pascoe Greenfell e muito debate sobre os novos conceitos de história e da modernidade. Sobre o assunto ver: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Delenda Cartago? A antiguidade clássica, o modernismo literário e a história da Independência na Amazônia”. In: TUPIASSÚ, Amarilis (Org.). *Escrita literária e outras estéticas*. Belém, Unama, 2009, v. 1, pp. 39-60.

² Ver: RICCI, Magda. “Fronteiras da nação e da revolução: identidades locais e a experiência de ser brasileiro na Amazônia (1820-1840)”. *Boletín Americanista*, p.77-96, 2008 e RICCI, Magda. “Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840”. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, pp.15- 40, 2006.

³ Essa identidade de negros e mestiços durante o processo de Independência não ocorreu apenas no Pará. Ver, para o caso da Bahia, KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-era Brazil: Bahia, 1790s-1840s*. Stanford, Stanford University Press, 2002 e REIS, João José. “O jogo duro do Dois de Julho: o partido negro na Independência da Bahia”. In: SILVA, Eduardo; REIS, João José. *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. Para o Piauí: CHAVES, Joaquim. *O Piauí nas lutas de independência do Brasil*. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993. Para o Rio Grande do Sul: PIMENTA, João Paulo. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata, 1808-1828*. São Paulo, HUCITEC, 2002.

⁴ Esse ódio tinha muitas origens e contextos. Na Corte carioca, ele gerou conflitos constantes desde os anos iniciais de 1820. Sobre a instabilidade entre portugueses e brasileiros na Corte, ver: RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção; identidade nacional e conflitos anti-lusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.

⁵ Dados retirados do Livro de Notas e Registro do APEP – 1816-1817.

⁶ *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e registro 1816-1817, p. 14, datado de 14/05/1816.

⁷ *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e registro 1816-1817, p. 93, datado de 06/11/1816.

⁸ *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e registro 1816-1817, pp. 12 e 13, datado de 13/05/1816.

⁹ *Arquivo Público do Estado do Pará*. Livro de Notas e registro 1816-1817, p. 40 verso, datado de 28/06/1816.

¹⁰ Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. *Dissertação sobre o direito de caçar e Carta a Salvador Rodrigues do Couto*. São Paulo, Loyola / Giordano, 1992, p. 75.

¹¹ Descobrir o passado em locais distantes, ou mesmo em outros países é algo que faz parte da cultura Ocidental, sobretudo após o renascimento. Para maiores detalhes, ver: LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge, University of Cambridge, 1985.

¹² Lowenthal, *op. cit.*, p. 84

¹³ Aqui, Patroni revela um dos mais caros ideais iluministas. O de que a tradição seria a maior portadora do atraso das nações. Esta ideia já está clara no *Discurso Preliminar* de D’Alembert, sendo transportada para a *Enciclopédia*. D’Alembert deixava claro que a fonte de todo o conhecimento não provinha nem dos tempos antigos (Roma), e, muito menos, do mundo eclesiástico (Bíblia). O conhecimento, sem ser revelado, era fruto do esclarecimento e provinha dos sentidos, gerenciados pela razão humana. Para maiores detalhes ver: DARNTON, Robert. *O Iluminismo como negócio: história da publicação da Enciclopédia 1775-1800*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

¹⁴ PATRONI, *op. cit.*, pp. 85-86.

¹⁵ Ver: RICCI, Magda. “Os dezesseis letrados do XVIII: os círculos intelectuais do Grão-Pará Na segunda metade do século XVIII”. In: *Landi e o século XVIII na Amazônia*. <<http://www.forumlandi.com.br/bibliotecaArq/dezesseis.pdf>>.

¹⁶ *Arquivo Público do Pará*. Livro de notas e registros 1816-1817, p. 7 verso, datado de 09-05-1816. Note que também havia casos em Monte Alegre e em Cameté. Para Monte Alegre, ver: Arquivo Público do Pará. Livro de notas e registros 1816-1817, p. 112 verso, datado de 23-12-1816. Para Cameté, ver: Arquivo

Público do Pará. Livro de notas e registros 1816-1817, p. 75, datado de 11-09-1816.

¹⁷ Em 1817, por exemplo, Angélica Maria da Conceição dizia que herdara de Thomásia Maria da Cruz uns chãos que passava uma escritura de venda deles no valor de 21\$000 a Joaquim Mariano de Oliveira, tenente do regimento de linha denominados Extremos. Ver *Arquivo Público do Pará*. Livro de notas 1816-1817, Página 128, datado de 31-01-1817. Para outro caso de compra em Belém ver *Arquivo Público do Pará*. Livro de notas 1816-1817, p. 133 verso, datado de 20-02-1817.

¹⁸ Para uma dimensão desta crise, ver: RICCI, Magda. “Entre portos, comércio e trocas culturais: os portugueses e as lutas sociais na Amazônia - 1808-1835”. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre (Orgs.). *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru, EDUSC, 2008, v. 1, pp. 189-208 e RICCI, Magda. “Sangue ‘patriótico. No Grão-Pará, a Independência não foi pacífica. Uma revolta contra portugueses e estrangeiros em geral resultou no massacre de mais de 250 pessoas”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, pp. 25-27, set. 2009.



UM ESTUDO SOBRE A MIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA A AMAZÔNIA JOANINA (PARÁ, 1808-1821)¹

ANTONIO OTAVIANO VIEIRA JUNIOR*

DANIEL SOUZA BARROSO**

Prólogo

Entre números imprecisos e memórias recriadas, rumou ao Brasil um período marcado por transformações sociais, políticas e econômicas, ao qual, hoje, chamamos de **joanino** (1808-1821). Anos de histórias de muitas separações: separações de um príncipe de seus súditos, separação de uma Corte de sua origem, separação de uma colônia de sua metrópole, separação de uma nobreza de parte de sua riqueza, separação de proprietários de seus pertences, de soldados de seus generais, de criados de seus senhores, separação de famílias... Separação de populações.

Entre tantas separações e imprecisões, os números também podem ser nossos aliados ao tentarmos enveredar pela “dinâmica da distância”, considerando as pessoas que deixaram portos lusitanos e buscaram abrigo no Brasil. Números que ancoram possibilidades de investigação e marcam “movimentos”. “Movimentos” que **não** eram novidade entre Portugal e o Brasil, mas que ganharam novos contornos.

Este ensaio busca analisar o período **joanino**, considerando o movimento de pessoas, no ir e vir entre Portugal e a Amazônia, mais especificamente para o Pará. Não falaremos de nobres atordoados pela distância da Corte e nem de uma Corte restrita ao Rio de Janeiro.... Falaremos de um porto e de uma população ao norte da América lusitana, que por motivos diferenciados, entre 1808 e 1821, pode presenciar partidas e chegadas.

De Partidas e Chegadas

A documentação que sustenta essa análise está disposta no Arquivo Histórico Ultramarino Português: são as solicitações de permissão de viagens feitas aos administradores de Portugal durante a ocupação francesa e a ausência da família real. Os pedidos estão relacionados à saída com destino direto ao Pará. Trata-se de uma documentação limitada para o esforço de compreensão do perfil demográfico desse movimento migratório, pois não é difícil de imaginar pessoas fugindo de Portugal sem a autorização de uma administração precária e submetida a constantes mudanças de governantes e aos rigores das guerras.

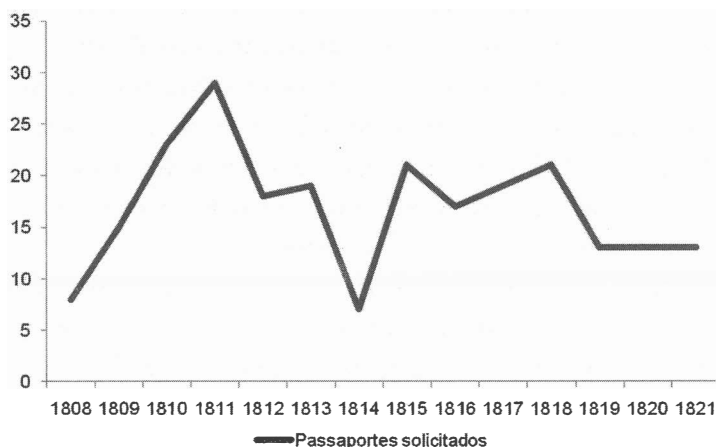
Apesar dos limites, os números construídos a partir desses registros são um indicativo do perfil do fluxo de pessoas para Belém do Grão-Pará. Entre 1808 e 1821, a média foi de 17 pedidos de passaportes/ano, um número significativamente inferior as 41 embarcações/ano que passavam pelo porto de Belém no mesmo período. Em 1807, um pouco antes da transferência da família real para o Brasil, foram pedidas 12 autorizações de embarque.

O ano que mais apresentou pedidos de passaportes foi 1811, com 29 solicitações. Entre a chegada da família real ao Brasil (1808) e o último ano de grandes confrontos na pacificação da Península Ibérica (1815), temos cento e quarenta (54%) autorizações expedidas para partida de viajantes de Portugal para o Pará. Outras 119 autorizações, ou 46% dos passaportes expedidos ficaram distribuídas entre 1816 e 1821.

Essa constância nos pedidos de passaportes parece interessante, principalmente quando lembramos que o ano de 1815 foi um marco nas transformações do perfil de embarcações que frequentavam o porto de Belém. Por um lado, os navios portugueses diminuíram sua presença e os estrangeiros tornaram-se mais significativos e variados. Em contraponto, o fluxo de moradores de Portugal que desejavam vir ao Pará manteve-se o mesmo.

Gráfico 01

Solicitações do passaporte ao Pará, por ano, durante o período joanino (1808-1821)



Fonte: *Arquivo Histórico Ultramarino*. Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Pará. Solicitações de passaporte.

Mas, fuçamos dos números pela pouca confiabilidade da documentação e nos fixemos na análise das trajetórias individuais que, mesmo circunscritas a histórias de vida, nos possibilita pensar o que foram os anos **joaninos** para pessoas que deixaram Portugal e chegaram à Amazônia. E mais, num movimento de refluxo, as trajetórias individuais podem auxiliar a análise de tendências populacionais mais gerais, apontando limites e possibilidades documentais.

Franceses ao Mar

Os anos **joaninos** iniciaram com a partida da família real para o Brasil, período que ganhou contornos dramáticos pela invasão das tropas de Junot que avançaram em território lusitano enquanto a Corte partia. Esse momento foi marcado por uma série de batalhas, invasões

e escaramuças que envolviam ingleses, portugueses, espanhóis e franceses. Conflitos que não repercutiram apenas num cenário bélico e nem se restringiram ao joguete de tropas e de seus generais.

As tensões militares entre Portugal e França ‘mexeram’ com a vida de homens e mulheres. A retaliação feita por Portugal à França com a tomada da Guiana, em especial com o remanejamento de tropas e de uma elite administrativa para Caiena, a partir de dezembro de 1808², por exemplo, marcou a trajetória de Dona Bárbara Benedita.

Dona Bárbara, em outubro de 1809, solicitou passaporte para partir de Lisboa até Belém e de lá até Caiena. Não viajaria sozinha, pedia licença para ser acompanhada por três filhas todas menores de dez anos, um criado e uma criada. O motivo da partida era justificado pela “chamada” do marido, então nomeado **Governador Intendente Geral da Nova Conquista de Caiena e Guiana Francesa**. No tabuleiro de retaliações joaninas, mãe, filhas e criados tinham seus destinos atrelados ao Pará e à Caiena.³

E se alguns partiram de Lisboa para Belém do Pará, outros fizeram o caminho contrário. Cristóvão Luiz era negociante e ex-granadeiro, nascido em Braga e servia em Belém. Havia dado baixa da infantaria por motivos de saúde, por adquirir uma moléstia que, segundo os cirurgiões, só encontraria remédio em Lisboa: era necessário regressar. Seu processo de “passaporte” apresentava detalhes como a descrição física de Cristóvão que, com 27 anos de idade, era considerado um homem de estatura mediana, com cabelo castanho escuro, olhos pardos, rosto claro e redondo.

A travessia para Portugal fora marcada pelo encontro com uma frota francesa: duas fragatas e um brigue aprisionaram o navio que transportava Cristóvão, conduzindo-o para a Ilha da Madeira. No entanto, posteriormente, mesmo debilitado pela moléstia, ele conseguiu fugir para Lisboa. Segundo o próprio Cristóvão, fora buscar em Portugal a cura de suas doenças. Mas, não a encontrou. E justamente por isso, em agosto de 1812, solicitava ao Regente a autorização de retorno para Belém.

Cristóvão nascera em Braga, fora servir a infantaria em Belém, onde se tornou comerciante. Padecendo de moléstia por mais de dois anos, de Belém partiu para Lisboa, com uma parada forçada na Ilha da Madeira. De Lisboa solicitava o direito de retorno a Belém. Toda essa trajetória, Belém-Ilha da Madeira-Lisboa-Belém, durou pouco mais de um ano.⁴

Seu caso indica que, apesar das escaramuças e da intensificação das tensões durante a Guerra Peninsular, homens e mulheres comuns continuavam viajando entre Brasil e Portugal – mesmo que, algumas vezes, se deparassem com ações militares francesas. E, apesar da ameaça francesa, não foram poucos os que atravessaram o Atlântico rumo ao Brasil, mesmo antes da derrota final do exército francês. Entretanto, mesmo a superioridade da marinha inglesa não foi suficiente para impedir pontuais ações francesas no mar, o que poderia significar o apresamento de embarcações portuguesas e alterações nos destinos originais de seus passageiros.⁵

Homens em rumo do Pará

Entretanto, a mais famosa travessia foi da frota que conduzia a Corte. A frota trazendo a família real ancorou em Salvador no dia 22 de janeiro de 1808. As ruas da cidade lentamente foram tomadas por súditos curiosos para verem de perto o príncipe e a Rainha.

Em Lisboa, um dia, após a chegada da Corte à Bahia, Joaquim Alves Godinho também fazia preparativos de viagem para o Brasil e solicitava permissão para partir de Portugal. Porém, não pretendia aportar na cidade baiana ou no Rio de Janeiro, e sim na capital paraense. Não atravessaria o oceano, seguido por centenas de famílias nobres, mas tentava embarcar com seus dois supostos filhos, um criado, “duas criadas pretas” e a esposa; dando início a uma travessia pouco mais discreta. Justificava seu pedido de deslocamento pelo fato de ter morada em Belém e lá exercer o ofício de cirurgião. O intrigante do seu pleito era a presença dos filhos. O “passaporte” solicitado, no dia 23 de janeiro de 1808, trazia uma anotação lateral informando que Godinho partiria com a esposa, Gertrudes Justina, dois filhos, um criado e “duas criadas pretas”. Mas, estranhamente, durante a reiteração da solicitação do “passaporte”, uma semana depois, Godinho textualmente afirmou: “não tem o Suplicante filhos e nem esperança de tê-los, pella sua avançada idade por tanto não pode ser útil a esse país [Portugal]”.⁶

Parece-nos que o fato de ter ou poder ter filhos dificultaria a permissão de viagem; a ausência da prole era apresentada como ponto favorável para seu deslocamento até o Pará. Mas, mesmo assim, não podemos esquecer da anotação na lateral da página do primeiro pedido de “passaporte”, e também o fato de Godinho fazer referência a sua família nos dois documentos: seria apenas a esposa? Envolveria os criados? Os filhos seriam de frutos de outra relação da esposa? Perguntas que, hoje, temos poucas condições de responder.

Mesmo considerando limites documentais, podemos estabelecer um diálogo entre casos particulares e tendências mais gerais, num esforço de compreensão do significado da autorização de viagem pleiteada por Joaquim Godinho e sua família (incluindo, os supostos filhos). O primeiro ponto é a quantidade. Em todo período **joanino**, foram solicitados 236 pedidos de viagem para o Pará (considerando a documentação do Arquivo Ultramarino de Portugal); entretanto, isso não significa dizer que esse foi o número de pessoas que deixou Portugal rumo à capitania paraense. Não seria absurdo imaginar a possibilidade de muitos navios partirem de Lisboa e do Porto, sem a permissão das autoridades (principalmente, considerando os anos de guerra e de ocupação de parte do território lusitano), trazendo passageiros não declarados e sem “passaporte”⁷.

Joaquim Godinho pediu apenas um “passaporte”, mas este não se resumia a sua partida; compreendia também criadagem, supostos filhos e esposa. No geral, embora tenham sido pedidas 236 autorizações de viagem, o número dos envolvidos era superior pela presença de “agregados”. Além dos 236 solicitantes, foram identificados quarenta “agregados”, ou quase 17% de pessoas somadas ao total de pedidos. A soma dos solicitantes de “passaportes” e dos “agregados” apresenta uma média de 21 pessoas/ano tentando viajar

rumo ao Pará. Talvez não fosse um número expressivo, principalmente quando comparado com o provável contingente que acompanhou D. João ao Brasil. O que nos instiga a problematizar, considerando o período **joanino**, alterações populacionais na Amazônia – pelo menos quanto ao quadro migratório.

Essa tentativa de ponderar sobre os limites das possíveis alterações na população da Amazônia ganha reforço quando consideramos o perfil dessas migrações. Joaquim Godinho pedira a autorização de viagem. Uma ação que era predominantemente masculina; do total de pedidos de embarque para o Pará, aproximadamente sete de cada dez solicitações (74%) foram feitas por homens. Nesse sentido, pode-se pontuar a maior possibilidade de mobilidade masculina. Sim! Mas, não esqueçamos que Joaquim viajaria acompanhado, incluindo a esposa. Então, pedidos feitos por homens não mascarariam o deslocamento de mulheres, como no caso anteriormente citado?

Entre as solicitações masculinas que declararam “agregados”, apenas oito pedidos não envolviam cônjuges. Outros 24 casos envolviam homens com suas respectivas esposas. Ou seja, de 175 homens que solicitaram licença para viajar ao Pará, 18% viajaram acompanhados. Mas, quando comparado ao quadro geral de pedidos masculinos, o caso de Joaquim Godinho se enquadrava no rol seletivo de homens que partiram de Portugal com cônjuges.

A justificativa para o pedido feito por Joaquim nos traz outras informações. O seu pedido, mesmo que se valesse de um jogo retórico para fugir de Lisboa, vinculava a sua partida ao fato de retornar para casa. Joaquim explicitou para as autoridades que havia residido em Belém por mais de 16 anos, onde tinha “casa de morada”. Em Lisboa, ainda segundo o próprio Godinho, ele e sua família encontravam-se “na maior desgraça pelos fundos do seu giro se acharem no Pará”, onde exercia a função de cirurgião. O que significava dizer que ele estava “partindo” de Lisboa motivado por suas precárias condições de subsistência. E mais, que o Pará era local de sua residência onde não apenas tinha propriedades e exercia um ofício, mas, também, tinha uma base domiciliar. Joaquim Godinho estava “retornando” para sua morada em Belém do Pará.⁸

Considerando os motivos explicitados nos pedidos de “passaporte”, formalizados por homens, 20% (35) apontavam o “retorno” como justificativa da viagem. Ou seja, eram homens que alegavam já ter residência no Pará. Ainda considerando as solicitações masculinas, somente 0,1% (03) declarou o empenho de se estabelecer pela primeira vez em território paraense.

Tão significativo quanto o número de retornos, como no caso de Joaquim Godinho, era o percentual de pedidos associados diretamente à navegação. Eram homens que apenas exerciam funções em embarcações que pretendiam aportar no Pará. Esses casos também figuravam no percentual de 20%; com destaque para a presença de capelães de navio (11%).

Somando os números de “retornos” com os números dos “navegadores”, temos uma perspectiva que minimiza o impacto da presença da Coroa no processo de migração para Amazônia. Considerando a população masculina, 40% dos deslocamentos estavam

associados ao “retorno” ou às funções de navegação. A esse número somam-se 10% de homens que foram degredados – (27% não identificaram o motivo). Temos um quadro, onde **não ganha** destaque empreitadas masculinas empenhadas em garantir pela primeira vez residências na Amazônia **joanina**.

Nem mesmos os homens que viajavam acompanhados de suas esposas, excetuando os “retornados”, poderiam indicar um empenho de permanência durante um período mais duradouro no Pará. Dos 24 maridos que durante o período **joanino** partiram de Portugal com suas esposas, 12 deles (50%) tinham uma razão compulsória comum: o degredo.

Era o caso de José Antonio Martins, comerciante natural de Setúbal. Em novembro de 1818 se encontrava preso na Ribeira das Naus. Deveria embarcar o mais breve possível para Belém, onde cumpriria sua pena de degredo por cinco anos. Escrevera uma solicitação a D. João VI, destacando que havia sido condenado injustamente, fruto de acusações falsas de seus inimigos e principalmente pelo mau cumprimento da legislação, pois no seu processo não houve exame de corpo e delito e nem pronúncia para sua prisão. E mais, deixava nas entrelinhas uma reclamação sobre a partida do soberano, enfatizando que uma autoridade local, D. Miguel Pereira Forjaz, fazia as “vezes” do Rei: “Vossa Excelência é que faz as vezes e quem enxuga as lagrimas da saudade do nosso amantíssimo (sic) soberano auzente”... Mas, o objetivo da solicitação era pedir a autorização para que sua esposa o acompanhasse durante o degredo. E justificava o pedido:

e o que mais sente he deixar sua mulher e filhos entregues a hua desgraçada ruína, por não ter tempo de cobrar [...] dividas que se lhe devem, e nem por vigorarse das graves enfermidades que padece...⁹

O caso de José Antonio entrava em sintonia com metade dos pedidos feitos por maridos que desejavam levar a esposa como acompanhante: iniciava-se a partir do degredo. E mais, nas dificuldades de sobrevivência da família fracionada, estava a justificativa da ação de José Antonio. Um homem que reclamava da sua suposta condenação, das dificuldades de subsistência da mulher e dos filhos, e que pensava passar cinco anos no Pará acompanhado da família.

Embora, o mais comum fosse homens condenados ao degredo solicitarem a companhia da esposa, esses casais não estavam isentos de conflitos conjugais. Casais degredados, unidos muito mais pela dificuldade da esposa subsistir em Portugal, nem sempre permaneciam unidos. Como no caso de Teresa de Jesus, cujo marido cometeu vários “crimes”. Sob condenação, o citado esposo foi degredado para o Pará, onde deveria ficar por cinco anos. A esposa, Teresa, se ofereceu para acompanhá-lo. Mas, em 1814, Teresa não suportava mais as agressões impostas pelo cônjuge e entrava com um pedido de autorização para retornar a Lisboa; justificava o pedido pelos maus tratos dispensados pelo marido a ela e a um filho menor. Parece-nos que a esposa preferiu a insegurança da subsistência que poderia se abater sobre ela e o filho, do que ficar exposta a violência impetrada pelo marido.¹⁰

Mulheres para Belém

Em 1809, apareciam os primeiros pedidos demandados por mulheres por intermédio de seus procuradores. Como no caso de Maria Luiza de Barros que, em 18 de abril de 1809, solicitara autorização para deixar Lisboa e ir para Belém do Pará. Maria havia nascido em Lisboa e pretendia embarcar com sua filha de um ano e nove meses. A menina chamava-se Ana Luiza. O motivo alegado era atender ao chamado do marido, Antonio Daniel, que já estava residindo na cidade de Belém. Ou seja, a mãe e a filha buscavam juntar-se ao marido e pai para estabelecer residência no Brasil. A “chamada” feita por Antonio Daniel era um forte indício do esforço de fincar morada no Pará: o que justificaria a reunião da família em Belém. O passaporte não deixava claro há quanto tempo Daniel estava no Brasil, mas a pouca idade da filha pode estabelecer uma estimativa.

O passaporte também vinculava o depoimento de três testemunhas, que atestavam a origem, o motivo e a identidade de Maria. As três testemunhas eram marítimos, entre eles dois pilotos. Além dos depoimentos, o passaporte trazia a aval de dois “homens de Negócio” atestando que Maria partiria para Belém em companhia de sua filha e para se encontrar com o marido. Somado ao depoimento das testemunhas e ao aval dos “homens de negócio” estava a declaração do capitão do “Navio Comerciante” que informava estar levando Maria e sua filha para Belém do Pará, com a intenção de uni-las ao marido e pai.

E se Maria Luiza alegava como justificativa para a viagem o esforço de reunir-se ao esposo, podemos entrever outras mulheres com o mesmo empenho. É o caso de outra Maria, a Maria Joaquina dos Santos, em 20 de abril de 1809. Joaquina havia nascido e morado no Porto e pedia para ir a Belém acompanhada por sua mãe viúva e dois filhos, um com seis e outro com quatro anos. Deixaria Portugal levando um grupo familiar mais dilatado, incluindo a mãe viúva. O instigante nesse documento é o fato de Maria Joaquina, seus dois filhos e sua mãe terem embarcado na mesma viagem que levava Maria Luiza e sua recém nascida filha ao Pará.¹¹

Duas famílias que deixavam Portugal e rumavam para Belém. Essas duas mulheres não compartilharam apenas da mesma viagem, também declaravam o mesmo motivo: ficarem juntas dos respectivos maridos e residir com as famílias no Pará – onde os cônjuges haviam se estabelecido. O “Navio Comerciante” foi palco, naquele mês de abril de 1809, do encontro entre “Marias”. “Marias” que deixavam Lisboa e rumavam para Belém, “Marias” que buscavam o amparo dos maridos, “Marias” que levavam seus filhos rumo a uma distante e mal conhecida região do outrora poderoso Império lusitano e que agora se deparava com a ameaça das empreitadas napoleônicas. No convés do “Comerciante”, histórias parecidas se encontrariam.

O caso de Maria do Rosário também é instigante. E o é pelas instruções que acompanhavam a “carta de chamada”, escrita por Zeferino Xavier, seu marido. Zeferino havia partido para a capital paraense, antes mesmo da ocupação francesa, e, em 1805, já morava na cidade. Após cinco anos, distante da família, ele achava que chegara o momento de chamar a esposa e o filho. E por isso, Rosário, a esposa, em 1810, solicitara o direito de viajar para Belém acompanhada de um filho com seis anos de idade. A carta do marido fora escrita em agosto de 1809, no Pará; chegara às mãos de Rosário por intermédio de um

comerciante que vinha de Belém e logo nas primeiras linhas orientava a esposa **para se por** “em prática seu avizo”.

Zeferino explicitava a sua vontade de buscar pessoalmente Rosário e seu filho; “Eu queria antes ir em lugar da carta.... Mas, logo justificada a sua impossibilidade: porem este gosto não me é possível tello pelo desarranjo em que fica meu giro” (sic). O negócio estabelecido por ele, no Pará, necessitava da sua presença continua, o que na carta aparece como justificativa para a permanência no Brasil.

Mas, a missiva trazia claras instruções para Rosário, de como ela deveria proceder ao chegar a Belém. Primeiro, ela deveria buscar a casa dos irmãos Feliciano e Domingos Colares; pois eles providenciariam a ida de Rosário e de seu filho até onde seu marido estava no Pará. Ao compadre que morava em Portugal escrevia também, pedindo que este auxiliasse Rosário a suprir qualquer eventual necessidade de vestuário. A partida de Rosário deveria ser rápida, Zeferino esperava reunir-se com a família no Natal. Para tanto, pedia que a mulher embarcasse logo no primeiro navio e que se não o fizesse lhe avisasse em qual embarcaria. Ele teve que esperar, pois apesar de remeter a carta em agosto de 1809, somente em 15 de janeiro de 1810 o processo começou a caminhar: passou mais um Natal longe da esposa e do filho.¹²

Orientava que a esposa vendesse os “trastes” que tinha em casa. Embora tivesse dúvida sobre a possibilidade da existência de tais “trastes”, explicitada numa lacônica frase: “se he que ainda tem algum”. Essa dúvida pode sugerir uma instabilidade econômica na vida de Rosário, explicada parcialmente pela situação de Portugal, após a partida da Corte, pois houve um expressivo deslocamento de parte de sua base econômica para o Brasil, incluindo a intensidade do comércio e a circulação de capital. Nesse quadro, Rosário tinha que sustentar a si e a um filho, e sem ajuda dos pais que já eram falecidos. A venda dos “trastes” serviria como meio de sustento. No entanto, na mesma carta, o marido orientava Rosário a não se desfazer da cama, esta deveria acompanhá-la até o Pará – era um “traste” especial, que merecia ser mantido no patrimônio familiar... O que se justifica pela limitada possibilidade de aquisição de mobília no Brasil e seu elevado custo.

Após todas as orientações, o marido reforçava o desejo de se reunir com a esposa: “o mais que me resta fica para a vista, que só com ella serei feliz”. Encerra a carta mandando lembranças a muitos conhecidos e parentes que residiam em Portugal, e assinava a carta como: “Seu fiel esposo, Zeferino José Xavier”.

A “carta de chamada” é instigante por apresentar problemas corriqueiros que envolviam o deslocamento para a Amazônia. O cuidado com os bens que ficavam em Lisboa, a debilidade material no Pará, a rede de sociabilidade criada em Belém e que deveria amparar a chegada da esposa, a entrada de Zeferino em regiões distantes à Belém, o desejo de reencontrar a família, os amigos e parentes que continuavam em Portugal... Todos esses elementos integravam uma espécie de “cotidiano da separação” de um casal que, dos sete anos de possível vida marital, tiveram durante cinco anos o Atlântico como fronteira.

Mas, no geral, quais seriam os motivos alegados por mulheres para deixarem Portugal em busca do Amazônia? Dos (61) casos que envolviam mulheres, 42% (26) es-

tavam justificados pelo empenho da esposa em acompanhar ao marido. Seja um marido que foi degredado, ou principalmente, um esposo que buscava morar no Pará. Como no caso de Zeferino que chamava Rosário para fazer residência em Belém. Em outros casos, as mulheres alegavam acompanhar parentes masculinos, como filhos (8%), irmãos (6,5%), genro ou pai (3%). Ou seja, 59,5% das partidas das mulheres eram justificadas pelo fato de acompanharem a iniciativa de parentes masculinos.

Assim, marca-se uma diferença significativa entre os motivos alegados por homens e por mulheres para alcançarem a Amazônia. Os homens, no geral, declaravam retornar para suas moradas no Pará (20%) ou acompanhar as embarcações onde exerciam ofício (20%). No caso das mulheres, o destaque era dado para seus empenhos em seguir o marido. Somente 5% (3) das mulheres alegaram buscar em Belém do Pará por iniciativa própria, embora amparada por outros parentes e como uma alternativa de sobrevivência que não estava relacionada diretamente a uma determinação masculina.

Como no caso da ex-escrava Joaquina Maria, nascida em Angola, com 25 anos de idade e que residia em Lisboa. No dia 26 de maio de 1809, solicitava passaporte para retornar ao Pará, junto a uma filha chamada Paula Francisca de pouco mais de quatro anos. Paula era natural do Pará, ou seja, sua mãe estava há pouco tempo morando em Lisboa. Foi para a capital portuguesa acompanhando seu senhor, José Monteiro de Carvalho, e por morte desse ganhou a alforria. Forra, e em Lisboa, Joaquina precisava garantir a vida naqueles tempos de incertezas, tempos de súditos sem soberano. A forra declarou que sua ida para Belém se justificava por não ter condições de se sustentar na capital portuguesa e por contar no Pará com o apoio de parentes. O pacote Santo Antonio do Pará foi autorizado a levar a ex-escrava e sua filha.¹³

O outro caso foi de Dona Ana Raimunda Góes Freire, viúva do desembargador Manuel Freire. Em abril de 1817, Dona Ana solicitara o direito de partir de Lisboa, onde morava, para a cidade de Belém. O pedido se estendia a três filhos menores, um com 11 anos, outro com cinco anos e o mais novo com três meses de idade; também foi solicitado o “passaporte” para sua criada Maria Gertrudes, uma portuguesa com vinte anos de idade. Dona Ana era viúva e pela ida da filha mais nova presume-se que recentemente perdera o marido. Mas, o que levaria a viúva de um alto funcionário, com seus três filhos e uma criada partir de Lisboa para Belém naquele ano de 1817? A explicação talvez resida no fato de Dona Ana ter nascido em Belém do Pará, onde provavelmente tinha uma base familiar que lhe garantiria a subsistência sua e de seus filhos.¹⁴

O último caso que gostaríamos de citar é o de Vitória Maria Teresa, viúva e natural do Pará. Fora para Lisboa acompanhando o filho que era cirurgião numa Nau Real. Após o falecimento do filho na capital portuguesa, Vitória solicitava, em 1810, a autorização para voltar a Belém com a filha e o neto de seis anos. Alegava que estava passando “grandes misérias e necessidades pela falta de abrigo e amparo do dito seu filho sem terem por quem as sustentem”... Vitória formava um intrigante grupo familiar em Lisboa, pois a paraense viúva morava com a filha (sem referência ao genro), com o neto e com o filho que era o provedor da residência. Continuando seu relato, empenhada em transmitir a grávida-

de de sua situação, Vitória Maria dizia que no Pará tinha dois filhos, e que estes serviriam como base de apoio em Belém para que ela, a filha e o neto retornassem.¹⁵

Considerando o caso da ex-escrava, da viúva do desembargador e de Vitória, encontramos os três únicos processos de “passaporte” solicitados por mulheres que destacavam como motivo da viagem a vontade de estabelecer vida em Belém. Não atrelando suas viagens diretamente a parentes masculinos específicos, como na maioria dos casos, tais mulheres buscavam retornar à terra de suas famílias. Embora estivessem separadas por estamentos sociais tão distantes, a ex-escrava Joaquina Maria, Donas Ana e Vitória tinham, como marco do deslocamento inicial, o falecimento de seus “provedores” em Lisboa; seja o senhor, o marido, o proprietário ou o filho.

Os casos citados possibilitam pensar que as viagens de mulheres ao Pará não se limitavam a um único estamento social. Envolviam senhoras casadas, acompanhadas de seus filhos, viúvas com seus netos, como também uma ex-escrava e sua filha. A cidade de Belém, em anos **joaninos**, emergia como possibilidade de residência e amparo – mesmo para poucos –, principalmente, considerando o estabelecimento de maridos e outros parentes que serviam como base de auxílio. No ‘rastros’ da família real, outras famílias buscaram no Brasil sobrevivência, residência e tentaram reconstruir suas vidas. Embora, na realidade específica do Pará, esse número não seja significativo.

Mas, nem todos vinham a Amazônia por vontade própria. Alguns eram obrigados, pagando punições judiciais com o degredo. Em 27 de novembro de 1811, era remetida pelo comandante do presídio de Trafaria uma lista de condenados que deveriam ser embarcados ao Pará, na embarcação “Prazeres e Alegria”. A embarcação, que fazia linha regular entre Belém e Portugal, transportava passageiros, pólvora, madeira, sal, fio de vela, pedra calcária... E naquele novembro de 1811 a “carga” incluía 13 presos.¹⁶

Entre os presos apenas um era homem, os demais eram mulheres. A culpa mais comum entre as condenadas era o furto (10), outra era acusada de infanticídio, uma viúva acusada de participar da morte do marido e o único homem arrolado fora acusado de “aviso falso”. Mulheres livres, outras condenadas, esposas de altos funcionários reais, cônjuges de comerciantes, ex-escravas, prisioneiras... Essas compunham um cenário com muitas possibilidades daqueles que partiam de Portugal e buscavam o Pará.

Epílogo

Mesmo em época **joanina**, com as incertezas rondando um Portugal, em meio a avanços e recuos de invasões estrangeiras e a um Regente afastado, o ir e vir não cessou entre a Amazônia e os portos lusitanos. No ‘rastros’ da Coroa, alguns partiram para o norte do Brasil e vieram por variados motivos. O instigante é não reduzirmos essas aventuras migratórias a uma nobreza perdida, nem a homens de guerra. É preciso considerar outros agentes sociais, que insistiam em procurar o Brasil. Aliás, também é preciso pensar a presença da família Real, além do Rio de Janeiro, relativizando seus desdobramentos.

E, nesse caleidoscópio, a Amazônia emerge como possibilidade de imagens. Seja por continuar a receber embarcações de origens portuguesas e estrangeiras, seja por se apresentar como possibilidade de sobrevivência ou expurgo de “crimes” para moradores de Portugal. Os anos **joaninos** não significaram o isolamento da região, e mesmo no auge dos confrontos peninsulares europeus, muitas embarcações e pessoas buscaram o porto da cidade de Belém. Anos de “movimento”, de embarcações, de populações e... de História em movimento.

NOTAS

* Universidade Federal do Pará – UFPA.

** Universidade Federal do Pará – UFPA.

¹ Uma versão ampliada deste trabalho poderá ser conferida (prelo), na **Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP)**, com o título: *História de “Movimentos”: embarcações e população portuguesas na Amazônia joanina*.

² REIS, A. C. F. *Síntese de História do Pará*. Belém, Amada, s/d, p. 74.

³ Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc. 10791.

⁴ Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc. 10974.

⁵ HOBBSAWM, E. J. *A Era das Revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p.104.

⁶ Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.10974.

⁷ Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.10735 e doc. 10737.

⁸ Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.10735 e doc. 10737.

⁹ Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.11439.

¹⁰ Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.11059.

¹¹ Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.10762.

¹² Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc. 10802.

¹³ Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc.10766.

¹⁴ Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc. 11156.

¹⁵ Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc. 10820.

¹⁶ Projeto Resgate, Pará, *Arq. Histórico Ultramarino*, doc. 10915.

CRIMINALIDADE E ÉTNICIDADE NA MANAUS DA BÉLLE ÉPOQUE

PAULO MARREIRO DOS SANTOS JÚNIOR*

A presença portuguesa - em maior medida - deixou reflexos na historiografia e nas memórias e imaginário das populações do Amazonas, principalmente nas de Manaus, capital do estado.

Na parca historiografia local, os portugueses têm sido ressaltados como ícones da tríade **trabalho, poupança e ascensão social**, associados também a outros símbolos como os de “hábitos sofisticados”¹, civilizadores, povoadores, robustos, laboriosos, disciplinados, representações grafadas pela História, corroborando com a ideia de que o português era o que havia de melhor para ocupar e progredir a região.

Mas, o que tem sido hegemônico na historiografia e senso locais, é produto de construção de sentidos ou de “verdades” discursivas historicamente formuladas?

O enfoque dado a e/imigração portuguesa para a região, no âmbito local, vem sendo formado por modelos discursivos, estabelecendo sentidos hegemônicos, quase unísonos, pautados em mecanismos de consentimento e de proibição, às vezes de imposição, determinando o que é e não é permitido no discurso, o que será ou não será afrontoso à comunidade portuguesa e seus descendentes da região.

A produção de sentidos, resultado da experiência da e/imigração portuguesa para a região, vem deixando suas marcas, pois foram construídos em contextos de disputas de poder, de desejos, refrendo outras “verdades” de intuítos similares.

Similitudes à indolência, desregramento, covardia, desalento, malandragem e descompromisso foram traçados sobre o mesmo processo histórico. Discursos de origens diferentes, de além-mar, objetivando finalidades díspares.

O “Sentido” na Imigração

Ao final do século XIX, o Brasil era visto como o país do amálgama das raças. Autoridades, intelectuais, cientistas nacionais discutiam as formas de transformação de “um típico país miscigenado”². Essa percepção não se restringia aos debates internos.

Ao longo do século XIX, naturalistas - em busca da fauna e flora - veicularam suas interpretações sobre as formações étnicas, sociais e culturais brasileiras.

Na região do Amazonas, conforme o discurso dos naturalistas, a mestiçagem atingia tonalidades próprias, provocadas pela degradação do indígena, do tapuia e do caboclo.

Chama atenção o fato de que, na quase totalidade das vezes em que os viajantes referiram-se aos habitantes da região, era para enfatizar que estes eram parte dos grandes empecilhos, chegando mesmo a funcionarem como entraves para o desenvolvimento

da mesma. Este raciocínio era válido em relação a todos os tipos humanos, desde os indígenas, quer fossem destribalizados ou não, passando pelos mestiços nos seus vários cruzamentos, atingindo também aos negros [...].³

Na concepção dos viajantes europeus, o ser amazônico não correspondia à tipologia biológica e sociocultural, admissíveis para povoar, explorar e progredir a região. Na produção dos discursos, os sentidos alinhavam-se ao selvagem, primitivo, rude e preguiçoso.

O juízo, construído por antropólogos, etnógrafos sociais e demais estudiosos, frisava o grau de inferioridade intelectual do indígena e suas variantes, com aptidões muito limitadas e com difícil caminho à civilização, era a “base da pirâmide humana concebida em moldes evolucionistas”⁴. Para os Agassiz, o rótulo da degeneração amazônica tinha também como alicerce o não dito: a ausência do elemento caucasiano.

Outra particularidade que igualmente impressiona o estrangeiro, é o aspecto fraco e de pauperado da população. Já o havia assinalado anteriormente; mas, nas províncias no Norte (do Brasil), isto é bem mais impressionante que nas do sul. Não se trata apenas de ver crianças de todas as cores: a variedade de coloração testemunha, em toda sociedade em que impera a escravidão, o amálgama das raças. [...] É como se toda pureza de tipo houvesse sido destruída, daí resultando um composto vago, sem caráter e sem expressão. Essa classe híbrida, ainda mais marcada na Amazônia por causa do elemento índio, é numerosíssima nas vilas e nas grandes plantações.⁵

Anterior aos Agassiz, Martius e Spix (1817-1820) refletiram sobre a situação de “inferioridade” dos indígenas e as miscigenações resultantes, concluindo que nem as ações das autoridades, nem a cristandade – apesar dos esforços – teriam capacidade de transformar homens e mulheres amazônicos para que esses alcançassem o nível sociocultural em conformidade com os anseios locais e do estado brasileiro.

Nem os sentimentos cristãos dos reis nem a bem intencionada disposição dos estadistas, nem a proteção e poder da Igreja puderam levantar os índios do Grão-Pará do estado selvagem em que foram encontrados, para os benefícios da civilização e do bem-estar cívico; como dantes permanece essa raça rebaixada, sofredora, sem significação no conjunto dos outros, joguete dos interesses e da cobiça de particulares, um peso morto para a comunidade, que de má vontade a suporta.⁶

Tapuias de “qualidades físicas e morais” semelhante ao “indígena do interior”, mamelucos das cidades e nativos com “inflexibilidade de caráter”, incapazes “de se adaptar a novas situações”, “população não [...] genuinamente adaptada a região”⁷, essas foram algumas das conclusões de outro naturalista que diagnosticou de forma desqualificadora as populações amazônicas: o inglês Henry Walter Bates (1848 – 1859).

A inserção do imigrante europeu na região corresponderia às necessidades ocupacionais, civilizatórias e etnológicas, ilustradas por estrangeiros e aceitas – com adaptações

– por autoridades e intelectualidade locais. Mas, quais europeus e que mecanismos de atração seriam utilizados para despertar o fascínio do imigrante por uma região de aparentemente inóspita e selvagem?

Foi nessa busca pela europeização da região que os portugueses tiveram papel preponderante. Os argumentos de Augusto Ximeno Villeroy – governador do Estado do Amazonas (04.01 a 02.11 de 1890) – apresentados em comunicação premiada que procurava responder “como se deve povoar o solo amazônico”, partiam de uma avaliação negativa da população regional, salvaguardando a figura do imigrante português como representação de “ordem”, “critério” e “seleção”:

A nacionalidade brasileira resulta de uma mistura de raças, ainda não fundidas intimamente, o que será o trabalho dos séculos, de modo que etnograficamente não constituímos ainda – um povo; conseqüentemente, seria um erro aumentar a desordem existente, importando colonos a esmo, sem critério, sem seleção; portanto, para não alterar o caráter fundamental da nacionalidade nascente, convém limitar a colonização aos povos ocidentais, especialmente ibéricos [...].⁸

Após essas considerações gerais, concluía ressaltando o caráter arrojado e empreendedor dos portugueses e recordando que a colonização da região fora feita por Portugal, portanto, haveria uma essência cultural que facilitava a identificação mais rápida do colono com a geografia e as culturas do novo meio, evitando-se traumas maiores de adaptação. Assim, para o governador era incontestável que:

[...] esta raça preenche todas as condições para viver, crescer e progredir no meio amazonense. Inútil expender aqui argumentos para demonstrar uma verdade sentida por todos, brilhantemente atestada pela nossa história e pela pujança da colônia portuguesa da Amazônia, principal esteio do seu comércio⁹.

Também pelo peso das determinações eugênicas, portugueses disseminaram-se com sucesso na vida do Amazonas, sobretudo na capital: eram carregadores e catraieiros do porto, carroceiros, padeiros, vendedores ambulantes, pescadores e seus barcos, horticultores e verdureiros nos arrabaldes da cidade, pedreiros, ferreiros, carpinteiros, serralheiros e mestres de obras, que ajudaram a construir, com os seus ofícios, os prédios da cidade, além de barbeiros, bordadeiras, costureiras, lavadeiras, cozinheiras¹⁰, uma teia de relações profissionais e de sociabilidades que geraram juízos favoráveis ao imigrante português, pela similitude desse ao labor.

Essa preferência dada a muitos dos trabalhadores portugueses, em detrimento dos locais, gerava protestos, paralisações e sentimentos xenófobos. Em 1911, em Manaus, estivadores nativos, nordestinos entre outros nacionais realizaram uma série de protestos contra a crescente contração de estivadores portugueses.¹¹

Empresas como Booth Line, Companhia do Amazonas e Armazéns Andressen, entre outras, alegavam que os estivadores portugueses tinham melhor robustez e aptidão, realizando contratações crescentes, mesmo sendo um descumprimento dos dispositivos legais contidos nos *Estatutos dos Armazéns Alfandegados*, no qual estabelecia que “os brasileiros natos são os que devem ser os preferidos para o serviço”¹².

Tendo por base princípios eugênicos, que geraram e foram geradores de discursos, construindo sentidos favoráveis, associados aos créditos fornecidos e a confiabilidade hegemônica fincada na tríade: trabalho, poupança e ascensão, os portugueses realizaram investimentos, acumulando patrimônios e reforçando o senso comum na relação Significante – Significado¹³, na qual se solidificaram as associações **português-trabalho, português-esforço, português-acumulação material, português-sucesso**.

Sobre a exteriorização do crescimento socioeconômico e dos signos deixados por certos estratos portugueses, a historiografia local transformou-se em um mecanismo de potencialização, reforçando o ideário sobre a imigração lusa, mesmo em momentos de crise:

Quando a crise chegou, a partir de 1911, os empresários portugueses em muito contribuíram para a sobrevivência das cidades de Belém e Manaus e o seu interior, através de suas casas aviadoras, dos navios de seus armadores, dos seus armazéns de estivas e fazendas e do seu comércio de importação e exportação, em substituição às lideranças anglo-germânicas do período áureo. Não eram numerosos apenas no alto comércio das ruas Marechal Deodoro, Guilherme Moreira e Marcílio Dias, em Manaus, ou nas ruas 15 de Novembro, João Alfredo e Boulevard Castilho França, em Belém, onde se localizavam os seus principais estabelecimentos e escritórios.¹⁴

Mesmo os portugueses de menores posses tiveram suas ações perpetuadas pela História local, vendo-os espalhados “por toda a cidade, com seus estabelecimentos localizados nas esquinas das ruas da cidade”¹⁵.

Essas esquinas e *cantos* de rua constituíam pontos estratégicos para fundação e operação do mercado varejista nos ramos de *secos e molhados* e de serviços: mercearias, bares e botequins, quitandas, açougues e padarias. Muitos deles, após longos anos de diuturno trabalho, com a ajuda de suas esposas e filhos, conseguiam amealhar alguma fortuna para permitir uma viagem a Portugal, de férias, para manter os vínculos familiares dalém-mar, para educação dos filhos em escolas portuguesas, remessa de mesada para seus parentes, regressando muitos deles definitivamente às suas aldeias, onde adquiriam as suas *quintas*, deixando aos filhos, já brasileiros, a tarefa de continuar os seus negócios em [...] Manaus.¹⁶

Em regiões como o Amazonas e suas cidades, onde houve a primazia do domínio colonial português e onde também se formara uma forte comunidade lusitana, em maior quantidade inclusive, era de se esperar que essa presença fosse bastante marcante para a historiografia e memória locais. A reprodução do quadro a seguir mostra a entrada de por-

tugueses com diferença expressiva frente aos demais imigrantes, em um período de início de declínio da chegada de estrangeiros na região.

Tabela 01
Imigração estrangeira no quadriênio 1908-1911

Nacionalidade	Imigrantes	%
Portugueses	9.008	46,3
Espanhóis	2.809	14,4
Ingleses	1.294	6,6
Turcos-árabes	974	5,0
Franceses e alemães	907	4,7
Italianos	830	4,3
Norte-americanos	564	2,9
Outros	3.081	15,8
TOTAL	19.467	100

Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil, 1º ano (1908 – 1912), Typographia Estatística, Rio, 1916, tabela sobre Movimento Imigratório Internacional.*¹⁷

Assim, a imigração portuguesa para o Amazonas apareceu aos olhos com um sentido de verdade, incisivamente universal, ignorando – em contrapartida – outras vontades de verdade, discursos, ou contra discursos, as palavras fora do circuito do poder.¹⁸

O Sentido da “Emigração”

Na história dos portugueses que chegaram ao Amazonas, o que possibilitaria os múltiplos olhares, a diversidade de leituras, o foco sobre as diferentes experiências foi substituído pela semelhança, pelo hegemônico, oficial, unilateral, apoiados no tripé **trabalho, poupança, ascensão social**.

No entanto, na história dos mesmos portugueses que saíram de sua pátria as perspectivas foram diferentes. Entre imigrantes e emigrantes, os estereótipos foram construídos de forma diametralmente opostos: de otimista ao pessimista, ao desbravador à covardia, da credibilidade ao descrédito, do esforço ao desânimo, do empreendedor ao desalento, da solução ao problema, de pujante a patológico, **de imigrante laborioso ao emigrante indolente**.

Por meio da coluna *Chronica da Europa*¹⁹, que trazia correspondências do Porto e Lisboa para o periódico *Diário de Manaus*, percebeu-se que havia dissonância entre as ponderações oficiais sobre a necessidade da imigração europeia para o Amazonas/Brasil, priorizada no português, e os rótulos dados ao mesmo no momento de saída de Portugal.

Até agora, havia gente para os trabalhos agrícolas que eram bem paga; para futuro é natural que também tenhamos de promover a imigração de hespanhoes que se promptificam a trabalhar por muito menos e talvez que com mais assiduidade, porque esses sabem melhor do que os nossos as cores que tem a miséria. *

Esta tirada vem a pello, para mostrar que a imigração dos nossos agricultores não provem da miséria e da desgraça do paiz, mas dos desatinos praticados por elles. O solo é uberimo e feracíssimo e o subsolo é riquíssimo como poucos. Com menos ambição e mais senso comum, podíamos viver muitíssimo mais independentes e sermos muito mais respeitados²⁰.

O direcionamento do texto descrito em um periódico do Porto (Portugal) é absolutamente antagônico aos escritos na imprensa brasileira, e principalmente amazonense. O emigrante passa a ser visto como representação do não-trabalho, mesmo esses sendo “bem pagos”. A construção do texto ressalta a indisposição ao labor, de tal forma que seria necessário incentivar a “imigração de hespanhoes”.

Para o periódico do Porto, copilado pelo *Diário de Manáos*, a emigração de braços em busca de novas oportunidades não se justifica ao português, pois o país não se encontra em crise socioeconômica, ao invés disso, ressalta-se toda uma dinâmica de bem aventuranças. Nesse contexto de viabilidades as explicações dadas pelo descompromisso do agricultor são os “desatinos praticados por eles”.

A ação de emigrar torna-se um delírio, um desvario, sem motivos ou propósitos, sobretudo para o agricultor, pois o solo português é fértil, pronto para ser trabalhado, com riqueza até mesmo do subsolo. Esse mesmo agricultor emigrante, idealizado pela proposta ocupacional amazonense, teve sua similitude voltada para a figura pejorativa do ambicioso, do que anseia auferir grandes lucros com pouco esforço, que não prioriza o coletivo, o nacional, o bem comum, antes busca sua cobiça pessoal, o interesse apetitoso do enriquecimento fácil. Nas descrições portuguesas sobre seus emigrados, os referenciais que englobam **trabalho, poupança, sucesso** inexistem.

Qual o sentido contido no texto?

Portugal vivia nesse momento uma tentativa de reafirmação frente à crise socioeconômica e seu principal credor: a Inglaterra. A saída em massa da figura masculina e em idade produtiva significava que os objetivos de reafirmação nacional não seriam alcançados. Logo, o contra discurso aos emigrantes.

Outro fator eram os déficits populacionais que estavam sendo gerados com a emigração, tendo em vista que os emigrantes não compunham somente de agricultores, mas de cidadãos também.²¹

A figura do campesino português, idealizado para objetivos de progresso, civilização e ordem no Amazonas/Brasil, passa a ser visto por uma forma burlesca em Portugal. Na coluna *Arabescos* (*Diário de Manáos*) podem-se encontrar figuras típicas das pilherias portuguesas, como o José da Cartuxa e seus familiares.

O José da Cartuxa era um dos muitos pequenos fazendeiros que há em Collares, a risonha, pittoresca e fértil villasita, que fica para lá de Cíntia, a menos de uma légua de distancia e que fornece a Portugal um dos seus mais estimados vinhos de mesa, as mais formosas melancias que se comem em Lisboa, uns pecegos, magníficos, grandes carnudos, aveludados, que podem pedir moças nos pecegos de Alcobaça: os mais afamados de terras portuguezas. [...] ²².

O autor luso Gervásio Lobato continua a aventura da personagem José da Cartuxa contextualizando-o: possuidor de um terreno sito ao caminho da Praia das Maças, pequeno agricultor de uvas, pêssegos, maçãs, peras que eram vendidas no mercado de Cintra.

Sendo o trabalhador idealizado pelo discurso de reafirmação nacional português, José da Cartuxa conservava economias, que fizeram “rapidamente” aumentar seu patrimônio agrícola, “fizera dar alguma coisa”.

Contudo, o oposto cômico da personagem principal era seu pai, o centenário Manoel da Cartuxa,

esse importava-se pouco com as terras, (e possuía) um ardente amor pela ociosidade. Esse amor foi aumentando dia a dia, á proporção que o pecúlio diminuía.

Quando elle acabou de todo, o Manoel da Cartuxa viu que não tinha remédio senão tratar da existência.

Procurou então o modo de vida que mais se coadunava com o seu gênero de trabalho favorito – não fazer nada.

E encontrou-o, casando com uma lavadeira, que trabalhava por elle e por ella, e que ganhava rios de dinheiro a lavar no rio.

O Manoel da Cartuxa continuou no seu *dulce far niente*, até lhe nascer o primeiro e único filho desse enlace (José da Cartuxa)²³.

Manoel da Cartuxa, após o nascimento de seu filho, interessou-se pelo trabalho, porém “em casa nunca ninguém viu as cruces do dinheiro que ele ganhava. Quem via essas cruces era o taberneiro da Várzea, e foi embalsamado em vinho que o Manoel da Cartuxa conseguiu viver até aos 102 anos”²⁴.

O “pai” é o representante de uma geração que não se desejava para Portugal, fora da ideologia de renascimento nacional, o antigo, atraso, incivilizado. O “filho” torna-se o presente-futuro, a reconstrução de contexto socioeconômico caótico.

Todavia, quando o autor dá entender que a geração do final do século XIX portuguesa era o símbolo de um recomeço cultural e socioeconômico, o leitor é surpreendido com a imagem oculta de José da Cartuxa, o filho ícone do trabalho, economia e crescimento material é revelado um jogador inveterado, “desde o principio do anno” comprando todas as loterias cindo tostões de sortes, e nem uma só com o mesmo dinheiro”²⁵.

Essa anedota transmite a ideia de descrédito da intelectualidade e das instituições com sua população portuguesa.

Para os contemporâneos do período da emigração, Portugal tornou-se “um país sempre adiado”, e o português, nas palavras de Jaime Cortesão, quando se trata de erguer o seu país revela uma enorme indolência. “O nosso grande mal é uma doença da vontade cujos sintomas se chamam o desalento, o pessimismo, o abandono fatalista, uma inerte covardia e a falta de confiança no esforço próprio”²⁶.

A leitura feita sobre a intelectualidade e autoridades portuguesas, da segunda metade do século XIX, alicerça-se nas identidades criadas e projetadas sobre seus emigrantes. Os discursos construídos passaram por cima das especificidades de cada caso ou, pelo menos, de categorias de análise. O signo: **emigrante português** teve como pano de fundo similitudes, com formatos previamente estabelecidos. Paralelo ao tripé (**trabalho, poupança, riqueza**) que representava o imigrante português que chegava ao Amazonas, foi edificado sobre o mesmo emigrante luso as imagens de indolência, desperdício, miséria.

O Discurso, o Sentido e a Significação

“[. . .]o discurso está na ordem das leis; [...]”²⁷.

O intuito deste artigo está na análise do discurso em sua materialidade verbal ou escrita, pois esses são carregados de poderes, que produzem imaginários de perigo ou segurança, ameaça ou confiança, inquietação ou tranquilidade, sensibilidade ou indiferença, interação ou exclusão.

As palavras, principalmente quando oficiais, têm a capacidade de proliferação. Manipulada no campo das ideias, modifica hábitos, costumes, convenções sociais, padrões de conduta. Pois, os discursos produzidos são controlados, selecionados, organizados e redistribuídos, causando experiências cotidianas.

A imagem do e/imigrante português foi se desenvolvendo historicamente, chegando a significados, tendo como influência a multiplicidade de fatores contextuais: a ciência, a modernidade, as teorias sociais, o urbanismo, concepções de trabalho entre outros.

O que deve chamar a atenção foi que os signos produziram sentidos, e esses alcançaram significação, ou seja, quando se proliferou o discurso que o imigrante português era laborioso e o emigrante era indolente, uma via foi construída e na trilha desse algo que foi dito, expresso, traduzido. Portugueses lá e cá passaram a ter tipologias, características, marcas reconhecíveis.

Assim, o discurso passou a dizer o que eles eram, sendo os e/imigrantes os significantes e os estereótipos os significados, sobrepondo as identidades individuais e as diferenças.

NOTAS

* Pontifícia Universidade Católica – São Paulo.

¹ BAZE, Abrahim. *A Chegada da República*. <<http://portalamazonia.globo.com/detalhe-artigo.php?idArtigo=243>>.

² SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p.11.

³ *Idem*, p.241.

⁴ Schwarcz, *op. cit.*, p. 75.

⁵ Costa, Hideraldo Lima da. *Amazônia: Paraíso dos naturalistas. Amazônia em cadernos*, Manaus, nº 6, pp.229-270, jan-dez. 2000.

⁶ Costa, *op. cit.*, p.246.

⁷ Costa, *op. cit.*, p.247.

⁸ VILLEROY, A. X. “Como se Deve Povoar o Solo Amazônico”. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus, Editora da Universidade Federal do Amazonas, 1999, p.109.

⁹ *Idem*, p.110.

¹⁰ *Idem, ibidem*.

¹¹ Pinheiro, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros*. Manaus: Ed. UFAM, 1999.

¹² *Idem, ibidem*.

¹³ Foucault, Michel. *As Palavras e as Coisas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. 59.

¹⁴ BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação social e cultural*. Manaus, Valer / EDUA, 1999, p. 73.

¹⁵ Benchimol, *op. cit.*, p. 73.

¹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁷ SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia: 1800 – 1920*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1980, p. 88.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, Edições Loyola, 1996, p. 20.

¹⁹ *Diário de Manaus. Chronica da Europa*, 02 de julho de 1891, Laboratório de Imprensa da UFAM.

²⁰ *Diário de Manaus, Chronica da Europa*, Manaus, 02 de julho de 1891, Laboratório de Imprensa da UFAM.

²¹ ALVES, Jorge Fernandes. “Atalhos Batidos - a emigração nortenha para o Brasil”. *Atalaia* - Revista do Cictisul (Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa). <<http://www.triplov.com/atalaia/alves.html>>.

²² *Diário de Manaus*. “Arabescos: Uma tragédia. O defeito de José da Cartuxa”. Manaus, 10 de julho de 1891, Laboratório de Imprensa da UFAM.

²³ *Diário de Manaus*. “Arabescos: Uma tragédia. O defeito de

José da Cartuxa²³. Manaus, 10 de julho de 1891, Laboratório de Imprensa da UFAM.

²⁴ *Idem, ibidem.*

²⁵ *Idem, ibidem.*

²⁶ CORTESÃO, Jaime. “Da Renascença Portuguesa e seus Intuito”. In: ALVES, *op. cit.*, p. 4.

²⁷ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 7. ed. São Paulo, Edições Loyola, 2001, p. 7.



UMA “CONQUISTA TÃO DILATADA”.

A COROA PORTUGUESA E A MIGRAÇÃO VOLUNTÁRIA PARA A AMAZÔNIA (SÉCULO XVII)*

RAFAEL CHAMBOULEYRON**

Desde 1640, a preocupação em povoar as conquistas do Maranhão e Grão-Pará fizera parte das inquietações dos primeiros reis bragantinos (o que se manteve durante boa parte do período colonial, notadamente durante o ministério Pombalino). O incentivo ao povoamento das capitânicas reais foi organizado em diversos níveis pela Coroa – muitas vezes, por solicitação, principalmente, dos governadores.

O movimento de pessoas, como salientou Anthony Russell-Wood foi uma característica frequente, não só na América portuguesa como em todo o império. Entretanto, para Russell-Wood, o “papel do Estado no incentivo à migração foi mínimo”¹. Dados referentes ao Estado do Maranhão, contudo, revelam outra perspectiva. Em relação à Amazônia, o limitado número de europeus que se dirigia para a região ensejou uma ação clara da própria Coroa, que pode ser percebida em diversas esferas e em relação a vários grupos, não só de europeus.

É que falar de migração e povoamento requer enfrentar, antes de tudo, um problema de dimensionamento. De fato, não se pode pensar a ocupação humana da Amazônia colonial, apenas em termos de migração de grupos de europeus, não só no sentido reino-Maranhão, mas também no interior da própria Amazônia.² Isto porque a sociedade colonial que se constituiu na região – deixando de lado, por enquanto, a sua heterogeneidade –, implicava a participação de diversos outros grupos sociais (também heterogêneos).

Refiro-me aqui não só aos escravos africanos, trazidos à força, principalmente a partir de finais do século XVII.³ Há também que se considerar os complexos movimentos indígenas suscitados pela chegada dos portugueses à região.⁴

Isso significa pensar a constituição de aldeias de índios livres nas proximidades das comunidades portuguesas, decorrentes dos chamados **descimentos**, organizados principalmente por missionários (houve ainda descimentos voluntários levados a cabo pelos próprios grupos indígenas)⁵; mas igualmente os descimentos privados, autorizados pela Coroa a partir da década de 1680, e também o movimento de índios escravizados no sertão (por meio das guerras e dos resgates).⁶ Embora a mobilidade de africanos e indígenas esteja intimamente relacionada ao problema da mão de obra na região, é preciso pensá-la também a partir da ótica do povoamento (isso sem tocar na questão de domínio sobre o território).⁷

Nesse sentido, uma reflexão sobre o povoamento da Amazônia no século XVII implica pensar uma série de eixos que permitam dar sentido a uma documentação geralmente fragmentária. Assim, por um lado, é preciso dividir os grupos de migrantes a partir do seu lugar na sociedade portuguesa da época (cujos valores em boa parte se reproduziram

no Novo Mundo, principalmente os que diziam respeito à distinção social).⁸ Portugueses, indígenas e africanos, ou melhor, **brancos**, **índios** (ou **negros**) e **pretos** – termos que faziam sentido à época – migraram (não necessariamente de forma voluntária) por diversas razões para o interior do Estado do Maranhão; essas razões estavam ancoradas no lugar que ocupavam na sociedade para onde se dirigiram, mas também na sociedade de onde saíam, como discutiu Ida Altman para o caso da América espanhola.⁹

Se europeus, indígenas e africanos constituem os três grandes grupos que migraram para e na região e compuseram – inclusive por meio da mestiçagem – a sociedade colonial, há no interior de cada um deles distinções que os rearticulam, fazendo com que de forma alguma possamos pensá-los como homogêneos.

Essas distinções, por um lado, estavam dadas pela própria sociedade portuguesa e decorriam de diversos lugares de significação. A religião (cristãos-novos), a aplicação da justiça (degredados), as questões militares (soldados), a profissão (oficiais mecânicos), e a família (mulheres a procura dos maridos, por exemplo), entre vários outros fatores, nos ajudam a entender as razões que ensejaram a migração (voluntária ou não) de gente do Reino para o Maranhão. Por outro lado, esse tipo de motivação é recortada por outra, de natureza geográfica, que é preciso desvendar. Assim, é notável, que nas décadas de 1690 e 1700, um significativo número de tropas fosse recrutado na ilha da Madeira. Do mesmo modo, foram inúmeras as levas de **casais** de açorianos enviados à custa da Coroa, ao longo de todo o século XVII, para povoar e lavrar a terra. Isso determina pelos menos dois grandes fluxos migratórios de europeus: um que saía do próprio Reino, e outro que partia das Ilhas atlânticas. No caso das ilhas, esses movimentos parecem se confundir com outros dois padrões: soldados da Madeira e lavradores dos Açores.¹⁰

Mas há também distinções construídas (ou recriadas) no Novo Mundo. Em parte, elas repousavam no próprio estatuto jurídico que separava livres e escravos naquela sociedade. Assim, um descimento de índios livres que vinham do sertão e se instalavam próximo às comunidades dos portugueses, para serem convertidos e depois repartidos entre os moradores para trabalhar, por exemplo, era algo muito diferente de um “lote” de escravos resgatados ou de cativos decorrentes de guerra justa, feitos também no sertão. O lugar de origem dos deslocados era o mesmo – o sertão – e todos pertenciam a nações indígenas. Entretanto, seu novo lugar na sociedade implicava que o processo migratório tinha conseqüências diferenciadas para os dois grupos. Aliás, a própria ideia de *sertão*, como lugar de saída de grupos indígenas (fossem eles livres ou escravos) era também decorrente da própria colonização europeia.

De outro lado, principalmente em lugares como o Pará, constituiu-se uma sociedade cuja mobilidade parecia estar determinada pelas atividades econômicas: as jornadas ao sertão e as concentração das roças nos rios Acará e Moju. Finalmente, necessidades de defesa foram responsáveis por deslocamentos internos, como os que mobilizaram a Coroa e autoridades contra os “índios do corso”, com a fundação da Vila Nova de Icatu, na fronteira oriental da capitania do Maranhão.¹¹

Poderíamos falar de três tipos de migração de portugueses para o Estado do Maranhão. Em primeiro lugar, o caso de indivíduos que solicitavam voluntariamente a sua mudança para as capitanias do Maranhão e do Pará. Em segundo lugar, o fluxo de “viajantes involuntários”, para usar a expressão de Janaína Amado, composto por soldados e degredados, categorias que, em geral, se confundiam.¹² E, finalmente, um movimento mais amplo que poderíamos caracterizar como “migração em massa”, que consistiu na organização e envio de várias levas, principalmente de açorianos, para a região. Os três tipos de migração revelam uma ação intensa da Coroa, seguramente uma resposta ao que os conselheiros ultramarinos haviam alertado ao príncipe Dom Pedro II. É que, de uma forma ou de outra, os três grupos eram vistos pela Coroa como os “habitadores” de que tanto precisava o Estado do Maranhão. Neste texto, discutiremos um desses muitos grupos de migrantes, o dos portugueses que passavam ao Estado do Maranhão de forma voluntária.

Frequentemente incentivada pela Coroa, a migração “voluntária” do reino para o Estado do Maranhão revela uma miríade de razões que justificavam a viagem, dificultando a definição de qualquer padrão de migrante.¹³ Os poucos dados que permitem reconstituir esse tipo de fluxo originam-se dos requerimentos formulados pelos próprios indivíduos (às vezes acompanhados da família), o que, de todo modo, possibilita compreender de que maneira a própria Coroa e o Conselho Ultramarino percebiam esse tipo de fluxo migratório.

Alguns casos permitem vislumbrar os motivos da viagem para o Maranhão. João Francisco Rabasqueiro, por exemplo, era genovês e vivia havia 28 anos em Lisboa. Solicitava à Coroa permissão para viajar para a capitania do Pará, “com sua casa”, argumentando a “falta que nela há de quem cure aos feridos e enfermos, em razão de não haver médicos nem cirurgiões”.¹⁴ Já Manuel Siqueira e Magalhães declarava ser pobre, incapaz de “sustentar-se e a sua família”, razão pela qual solicitava permissão e ajuda de custo para poder viajar com sua mulher e quatro filhos.¹⁵ Maria dos Santos Rodrigues requeria autorização para viajar ao Maranhão para se juntar ao marido, Manuel Gomes Ourém, artilheiro em uma fortaleza do Estado, pois não tinha como sustentar-se em Lisboa.¹⁶ José Martins, “oficial de coronheiro”, por sua vez, explicava que queria passar ao Pará “onde tem um irmão com a mesma ocupação, em razão de este avisar que não podia acudir a todas as obras que tinha, e lhe ser necessário para o ajudar ao dito exercício”.¹⁷ Finalmente, Manuel Antônio, “mestre pedreiro”, morador e natural de Braga, queria viajar à capitania do Pará, com a sua mulher e 4 filhos, solicitando ajuda de custo para “poder aviar-se e pagar a passagem”.¹⁸

Outro tipo de dados sobre esse fluxo de pessoas indica que a jornada ao Estado do Maranhão tinha que ser garantida por um fiador, pelo menos para o caso de trabalhadores qualificados. No registro dos contratos reais, encontram-se várias garantias dadas a pessoas que embarcavam para a Amazônia. Era o caso de Antônio de Madureira, “oficial de ferreiro”, que embarcava para o Estado do Maranhão, em 1676, com a mulher e seis filhos, tendo como fiador a Antônio Martins.¹⁹ Já João dos Santos, “oficial de coronheiro”, tivera a Luís Antunes Barbeiro, morador em Lisboa, como seu fiador e principal paga-

dor, o qual se vira desobrigado da fiança ao ter João dos Santos de fato embarcado para Maranhão.²⁰ Antônio de Siqueira, “juiz do officio de espingardeiro” serviu de fiador a Luís Fernandes, “oficial de serralheiro”, e se viu desobrigado da fiança com embarque deste.²¹

O caso dos migrantes voluntários, cuja frequência é impossível de mensurar, como dissemos, leva a pensar o quanto muitos deles não podiam fugir também de perseguições religiosas. Russell-Wood chama a atenção para o fato de que se muitos cristãos-novos saíam de Portugal rumo à Europa do norte, a América portuguesa foi também um “lugar de refúgio” para aqueles que buscavam fugir ao risco de permanecer no reino.²²

Como nos referimos anteriormente, mais do que tentar compreender os motivos da viagem, interessa aqui entender como a Coroa percebia esses deslocamentos. Fica claro dos pareceres emitidos pelo Conselho Ultramarino sobre os requerimentos dos migrantes, que tais jornadas eram vistas não só como uma forma de suprir a escassez de trabalhadores qualificados – no caso dos oficiais –, mas igualmente como uma maneira de povoar a região.

Os casos citados são exemplares nesse sentido. Ao determinar a soma de dinheiro a ser dada a Manuel Siqueira e Magalhães, o Conselho enfatizava que o príncipe “tem ordenado que se dê provisão às pessoas que quiserem ir passar àquelas partes”. Na consulta referente à viagem de José Martins, os conselheiros argumentavam que o pleito era uma forma de o oficial exercer seu officio no Estado do Maranhão, “ajudando por este meio a povoá-lo”. No caso do pedreiro Manuel Antônio, o Conselho Ultramarino era favorável à ajuda de custo solicitada pelo fato de ele embarcar como “povoador” para o Maranhão, “onde é conveniente passarem muitos deste reino”.

Em momentos de evidente escassez de moradores, como durante os anos que se seguiram à invasão holandesa a São Luís, tais preocupações tornavam-se urgentes. Em 1644, por exemplo, Dom João IV determinou ao Conselho da Fazenda que declarasse em Lisboa e no resto do reino que “toda a pessoa que quiser ir viver naquelas partes se lhe dará passagem e mantimentos para a jornada”.²³ Poucos meses antes, o próprio Conselho Ultramarino havia lembrado ao rei que antes da invasão holandesa, o soberano costumava conceder “passagem e mantimento a toda pessoa que ia para aquele Estado, por ser em utilidade dele”. Diante das dificuldades, era agora necessário renovar tal tipo de medida, afirmavam os conselheiros, “pela grande falta que há de gente naquelas partes, por ser conquista tão dilatada e convir que se procure por todos os meios possíveis a povoação delas, pelas grandes esperanças que com isso se prometem”.²⁴

Se João Francisco Lisboa refere-se ao fato de que a legislação portuguesa “sempre procurou contrariar e dificultar a emigração e embaraçar o livre trânsito dos súditos”, os casos aqui analisados revelam que a política portuguesa evidentemente se adaptava necessidades de cada uma de suas conquistas.²⁵ As consultas do Conselho Ultramarino revelam o interesse claro da Corte em fomentar a migração para a Amazônia.

É claro que o fluxo de pessoas não se dava somente no sentido Portugal/Maranhão, mas também da conquista para o reino. Para Russell-Wood, o império português era

caracterizado pelo “constante fluxo e refluxo de pessoas”.²⁶ Esta mobilidade era frequente no caso dos oficiais a serviço da Coroa, como os governadores, que percorriam todo o império. Tal temática deu ensejo a uma reflexão sobre o que Maria de Fátima Gouvêa chama de “trajetórias administrativas”, cuja construção “tornou possível a combinação de uma política de distribuição de cargos e, portanto de mercês e privilégios, a uma de hierarquização de recursos humanos, materiais e territoriais por meio do complexo territorial”.²⁷ Entretanto, não eram os oficiais da Coroa os responsáveis pelo povoamento da região, qualquer que tenha sido a sua importância para compreender o governo das terras da América.

A mobilidade era também característica de outros grupos sociais. Muitos, de fato, requeriam autorização para voltar ao reino, após anos de permanência no Estado do Maranhão. Francisco da Rocha Portocarreiro, por exemplo, que embarcou para o Pará, “onde se casou com uma parenta sua, filha de portugueses”, solicitava ao rei licença para retornar a Portugal, com sua mulher, para administrar uma herança deixada por um tio seu. Ouvido o Conselho Ultramarino, declarou-se favorável à concessão, “não se oferecendo na tal licença inconveniente do serviço de V.M., ou prejuízo de terceiro em razão de dívidas ou demandas que pode haver”.²⁸ O controle da população por parte da Coroa era evidente nesse tipo de requisições, papel no qual as autoridades locais – no caso o capitão-mor do Pará – tinham uma função central.

Outro caso, de Manuel Dias Vilasboas, de qualquer modo, indica que esse tipo de licença era concedido sem grandes problemas, desde que não houvesse impedimentos. Em 1666, Manuel Vilasboas, que dizia viver havia “muitos anos” no Estado do Maranhão, requeria licença para viajar ao reino, tendo “causas que o obriguem”. Significativamente, o rei mandou que Vilasboas explicitasse as razões que tinha para justificar a sua jornada. Em resposta ao Conselho, explicou que tinha “heranças e partilhas” que cuidar no reino; queria também “dar estado de religiosa a uma filha única que tem, por naquelas partes não haver mosteiro em que a possa recolher”. Analisando essas alegações, o Conselho Ultramarino era favorável ao pedido, vistas as razões declaradas e “ser costume V.M. conceder semelhantes licenças”.²⁹

Novamente, a Coroa controlava de perto, embora claramente não impedisse o movimento dos moradores que viajavam do Estado do Maranhão para o reino. Tal posição parecia ser mais flexível em relação ao fluxo contrário, revelando o interesse em tornar a migração voluntária também um mecanismo de povoamento. Isso significa que a Coroa estava preocupada em enviar indivíduos ao Maranhão, quaisquer que fossem suas origens. Pelos casos de pessoas como Manuel Siqueira e Magalhães e Maria dos Santos Rodrigues, que ao que parece não tinham nenhuma especialização, fica claro que povoar era uma preocupação significativa de Lisboa. Mais ainda, o controle que os casos de Francisco da Rocha Portocarreiro e Manuel Dias Vilasboas permitem vislumbrar indica o interesse da Coroa de manter a população portuguesa na Amazônia.

Não há dúvida que a Coroa via no povoamento uma necessidade urgente para o domínio de um vasto território, que tinha como uma das suas principais características a sua condição de fronteira – pelos limites que estabelecia com terras de Castela, das Províncias Unidas e da França. Ao longo do tempo, principalmente na segunda metade do século XVIII, é notadamente sobre os índios que recairá essa responsabilidade de, agora considerados vassalos do rei, garantir o domínio para a coroa portuguesa, daí as inúmeras tentativas de estabelecê-los no território e constituir alianças com as mais variadas nações.³⁰

No século XVII, a Coroa apostava nos portugueses, claramente, conforme as doutrinas mercantilistas da população, que, como explicou René Gonnard, viam uma relação direta entre o poder do príncipe e o número de habitantes, notadamente aqueles que trabalhavam e produziam.³¹

NOTAS

* Esta pesquisa conta com o auxílio do CNPq e da FAPESPA.

** Universidade Federal do Pará – UFPA.

¹ RUSSELL-WOOD, Anthony J.R. *The Portuguese empire, 1415-1808. A world on the move*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1998, p. 62.

² Sobre movimento interno na América portuguesa, ver: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, pp. 101-62.

³ Ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. *Revista Brasileira de História*, 2006, pp. 79-114.

⁴ Ver: ROLLER, Heather Flynn. “Migrações indígenas na Amazônia do século XVIII”. In: CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON, Rafael (Orgs.). *Migrantes na Amazônia (da pré-história aos dias de hoje)*. Belém, EDUFPA, 2009 – no prelo.

⁵ Ver: BOMBARDI, Fernanda Aires. “‘Persuasões’ e ‘escoltas’: descimentos e política na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)”. In: *Anais do XXIX Encontro*

Nacional dos Estudantes de História – “Descobrimo o nosso Norte”. Belém, 19 a 25 de julho de 2009 – Cd-Rom, pp. 351-63.

⁶ Ver: BONIFÁCIO, Monique F. da Silva. *Legislação e conflito: tropas de resgates de índios na Amazônia colonial (1653-1693)*. Belém, Universidade Federal do Pará, 2008.

⁷ Ver: GUZMÁN, Décio de Alencar. “Constructores de ciudades: mamelucos, indios y europeos en las ciudades pombalinas de la Amazonia (siglo XVIII)”. In: GARCÍA, Clara; MEDINA, Manuel Ramos (Orgs.). *Ciudades mestizas: intercambios y continuidades en la expansión occidental. Siglos XVI a XIX*. México DF, Centro de Estudios de Historia de México, 2001, pp. 89-99.

⁸ Para uma discussão a respeito das distinções sociais na América e sua relação com as tradições ibéricas, ver: SCHWARTZ, Stuart. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society. Bahia, 1550-1835*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998, pp. 245-64.

⁹ Altman chamou a atenção para a necessidade de estudar o contexto da sociedade de onde partiam os migrantes (no caso, a Estremadura espanhola) – e não só a que os recebia. Essa perspectiva permite conhecer também “os padrões de comportamento econômico e social, as formas de organização e as expectativas culturais, observadas na América espanhola, que tinham raízes no Velho Mundo”. ALTMAN, Ida. “Emigrants and society: an approach to the background of Colonial Spanish America”. *Comparative studies in society and history*, 1988, p. 171.

¹⁰ A esse respeito, ver: MARTINS, Ananias Alves. “Imigrantes esquecidos na fronteira norte. Açorianos na colonização e na cultura. Maranhão, século XVII”. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre, Ed. EST, 2002, pp. 21-40; MARIN, Rosa Acevedo. “Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no Vale do Amazonas e Açorianos no Cabo Norte Século XVII”. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*. Porto Alegre, Ed. EST, 2002, pp. 43-66; RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida. “Rivalidades imperiais e emigração: os açorianos no Maranhão e no Pará nos séculos XVII e XVIII”. In: *Anais de História de Além-Mar*, 2003, pp. 247-264.

¹¹ Ver: MELO, Vanice Siqueira de. “Aleivosias, mortes e roubos”. *Guerras entre índios e portugueses na Amazônia colonial (1680-1706)*. Belém, Universidade Federal do Pará, 2008.

¹² AMADO, Janáina. “Viajantes involuntários: degredados portugueses para a Amazônia colonial”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VI (Suplemento, 2000), pp. 813-32; ver também: TORRES, Simei Maria de Souza. *O cárcere dos indesejáveis: degredados na Amazônia portuguesa (1750-1800)*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

¹³ Ao estudar a migração inglesa para o Novo Mundo, Anthony Salerno adverte que a documentação pouco pode revelar acerca dos migrantes, em razão do próprio grupo social ao qual pertenciam, geralmente constituído em sua maioria por iletrados. De fato, a maioria dos dados sobre aqueles que migravam são obtidos indiretamente, por meio de instituições como o Conselho Ultramarino. SALERNO, Anthony. “The social background of Seventeenth-Century emigration to America”. *The Journal of British Studies*, 1979, p. 31.

¹⁴ *Arquivo Histórico Ultramarino [AHU]*, Pará (Avulsos), caixa 2, doc. 153 (1673).

¹⁵ *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 5, doc. 616 (1677). O príncipe autorizou um auxílio de 24 mil réis, 8 de ajuda de custo e 16 de “mantimento”.

¹⁶ *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 8, doc. 855 (1692).

¹⁷ *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 4, doc. 319 (1693) e *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 8, doc. 865 (1693).

¹⁸ “Manoel Antonio Antonio [sic] mestre pedreiro que se oferece a ir para o Maranhão com sua molher e filhos pede ajuda de custo para se apprestar”. 10 de dezembro de 1698. *AHU*, códice 51, f. 207.

¹⁹ “Termo de fiança que deu Ant.º de Madureira a se embarcar p.ª o Maranhão com sua m.ª e seis filhos”. 18 de agosto de 1676. *AHU*, códice 296, f. 17.

²⁰ “Termo de fiança q. da João dos Santos a se embarcar p.ª o Maranhão em Comp.ª do gov.ª Artur de Sá”. 19 de dezembro de 1686. *AHU*, códice 296, f. 62.

²¹ “Termo de fiança q. faz Luis Fernandes de [...] a ce embarcar p.ª o Estado do Maranhão”. 18 de dezembro de 1686. *AHU*, códice 296, f. 63. A respeito deste caso, incluindo outros oficiais que embarcavam para o Estado do Maranhão, ver também: *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 752 (1686).

²² Russell-Wood, *op. cit.*, p. 108.

²³ “Socorro ao Maranhão”. 13 de agosto de 1644. *Direção Geral de Arquivos/Torre do Tombo*, Ministério do Reino, Conselho da Fazenda, Registro de decretos, livro 162, f. 140.

²⁴ *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 2, doc. 155 (1644).

²⁵ LISBOA, João Francisco. *Crônica do Brasil colonial: apontamentos para a história do Maranhão*. Petrópolis; Brasília, Vozes/INL, 1976, p. 537.

²⁶ Russell-Wood, *op. cit.*, p. 63.

²⁷ GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)”. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima & BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 287.

²⁸ *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 2, doc. 113 (1661).

²⁹ O caso de Manuel Dias Villasboas está espalhado por diversos documentos: *AHU*, Maranhão (Avulsos), caixa 4, doc. 512 (1666); “M.^{el} Dias Villasboas pede licença p.^a se embarcar com sua família do Pará”. 10 de setembro de 1666. *AHU*, códice 46, f. 377; *AHU*, Pará (Avulsos), caixa 2, doc. 130 (1666).

³⁰ A esse respeito, ver: DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos. Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa, CNCDP, 2000; COELHO, Mauro Cezar. *Do sertão para o mar. Um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)*. São Paulo, USP, 2005.

³¹ GONNARD, René. *Histoire des doctrines de la population*. Paris, Nouvelle Librairie Nationale, 1923, pp. 89-90.

OS PORTUGUESES NOS AUTOS JUDICIÁRIOS: SOCIABILIDADES E TENSÕES

MARIA DE NAZARÉ SARGES*

CAUÉ MORGADO**

A última década do século XIX foi de intensa modificação no cenário econômico, social, político e urbano da cidade de Belém, propiciada pela economia da borracha que se tornara o mais importante produto de exportação da região amazônica.

Nesse contexto, uma leva muita grande de trabalhadores afluía à região, sobretudo, vindos do nordeste brasileiro fugidos da seca, que matava milhares de indivíduos nos sertões nordestinos. Ao lado desses imigrantes nacionais também chegava um expressivo contingente de estrangeiros, especialmente portugueses.

É observado por historiadores portugueses que, no período da segunda metade do século XIX até a primeira Guerra Mundial, o processo migratório lusitano é caracterizado por uma época de maior liberdade de movimentos, apesar do controle administrativo do governo português. Segundo Costa Leite¹, as estatísticas portuguesas registraram, de 1855 a 1914, a saída de um pouco mais de 1,3 milhões.

As razões para a vinda dos lusitanos podiam estar relacionadas à crise agrícola como também às exageradas propagandas do governo brasileiro que apresentavam o Brasil como a terra de oportunidades, fazendo com que o imaginário migrantista fosse contaminado pelo mito do enriquecimento fácil. Vinham os emigrantes, muitas vezes, pautados nas relações que tinham do outro lado do Atlântico, fosse por meio de chamadas de parentes ou informações de pessoas de vizinhanças ou amigas.

Portanto, a imigração era uma realidade nacional incentivada pelo governo nacional e local e aliada a um amplo debate. Influenciados pelas teorias racialistas europeias, tais como: o evolucionismo cultural e o darwinismo social, a elite econômica e a intelectualidade brasileira defendiam uma imigração incentivada de populações europeias, pois julgavam o Brasil uma pátria de “degenerados”, devido à grande quantidade de negros e mulatos no país. Desse modo, os imigrantes deveriam vir, para ajudar a tornar mais “civilizada” a população brasileira, ao mesmo tempo, em que esta passaria por um “embranquecimento” oriundo da miscigenação com os europeus². No Pará, não era diferente:

Os projetos de imigração defendidos pelos governos locais possuíam o interesse de civilizar e branquear a população da Província. Exigem-se determinadas características dos imigrantes ‘sadios, robustos, mecânicos, artistas, operários, dados ao serviço da lavoura, de idade nunca excedente a quarenta e cinco anos’ qualidades necessárias para um trabalhador morigerado e pacífico³.

Os portugueses se enquadravam nesse grupo de imigrantes “desejáveis”, uma vez que eram considerados culturalmente mais parecidos e de fácil adaptação à vida na cidade, além da fama de “pacíficos e morigerados”⁴.

Tempo de tão singulares mudanças no cotidiano da cidade de Belém. As ruas estavam cheias de vendedores, personagens com sotaques quase indetermináveis ao ‘encher’ as ruas com os seus pregões ou pelas fisionomias que denunciavam que vinham de fora como “o dono da vacaria, com um carão barbudo, a perna peluda, bufando com as vacas, o chicote no cavalo, fedendo a estrume”, numa labuta diária da venda do leite de porta em porta⁵ ou ainda aqueles homens de “pés de prancha, possantes punhos” a atravessar as ruas da cidade com um piano na cabeça, e admirados por serem “pai-d’égua no trabalhar”, ou ainda a servir os ricos e remediados nos serviços de lavagem do assoalho das casas que ficavam em Nazaré, na São Jerônimo, na Doutor Moraes e em outras áreas ocupadas pela gente abastada da cidade.

Não causava nenhum estranhamento a presença dos lusitanos na cidade, visto que Belém sempre apresentou uma forte presença portuguesa, fruto da intensa colonização e da forte ligação com Lisboa, tanto que o Pará foi a última província brasileira a aderir à independência do Brasil de Portugal. Contudo, apesar dessa convivência e tradição portuguesa na cidade, a presença dos lusitanos que, nesse período, também chegavam motivados por uma intensa propaganda oficial do governo paraense, não impediu o surgimento de tensões entre nacionais e os grupos que chegavam para disputar o mercado de trabalho.

Os conflitos desse período expõem os problemas da política de imigração, ao mesmo tempo em que demonstram a ausência de infraestrutura da cidade para receber uma expressiva demanda demográfica.

Por que esses imigrantes “pacíficos” estavam envolvidos em tantos processos criminais? Edilza Fontes⁶, ao estudar o mercado de trabalho em Belém, registra uma preferência pela contratação de trabalhadores portugueses em diversas ocupações. No caso específico do Pará, vemos também um forte discurso anti-cearense⁷, o que certamente predispõe os portugueses a serem mais bem aceitos na sociedade local.

Do que se ocupavam esses indivíduos que estavam envolvidos com a justiça fosse na condição de réu, vítima ou testemunha? A maioria enquadrados em profissões que se ‘diluía’ na sociedade, mas é importante observar que um número expressivo era de comerciantes (58%), mas todo tipo de ocupação está registrado nos processos, como caixeiro, carroceiro, comerciário, catraieiro, padeiro, pescador, entre outros.

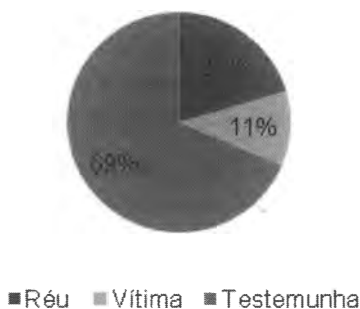
Tabela 01
Atividades desenvolvidas por portugueses no Comércio (1875-1905)

Atividade	%
Comerciante	58,44%
Caixeiro	12,82%
Comerciário	12,48%
Negociante	7,79%
Padeiro	5,46%
Outros	3,01%

Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. 1ª, 2ª e 3ª Distritos Criminais

Essa preferência dos proprietários de comércio por trabalhadores lusos demonstra uma notória rede de relações entre os luso-paraenses, que também é perceptível quando analisamos outras nuances do processo criminal. Entre os lusitanos encontrados nos autos criminais, 69% eram testemunhas, enquanto que se somarmos os réus e vítimas portugueses encontrados chegaram a pouco mais de 31%, com o dobro de réus em relação às vítimas. Ao analisar os processos e os dados, chegamos a conclusão de que a diferença notória entre a participação de portugueses como testemunhas, réus e vítimas deve-se justamente a essa rede de sociabilidades entre os luso-paraenses. Explicitando: correntemente, quando o réu ou a vítima eram portugueses havia diversas testemunhas portuguesas no mesmo processo, formadas por vizinhos, amigos, companheiros de trabalho etc. Quando nem réu, nem vítima eram portugueses era raro que houvesse testemunhas lusitanas.

Gráfico 01
Envolvimento com o crime



Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. 1ª, 2ª e 3ª Distritos Criminais.

Desse modo, foi possível perceber na documentação judicial uma variedade de crimes, envolvendo, basicamente, os portugueses que moravam nos mais diferentes bairros da cidade. Sobre os locais, onde ocorriam os crimes que envolviam lusitanos, alguns aspectos são importantes ressaltarmos. Na maioria das vezes (mais de 30%), os crimes ocorriam em locais públicos,

como ruas, praças e portos. Isto está intimamente ligado ao tipo de crime mais comum, os ferimentos. Em 27% dos casos, os crimes ocorriam em estabelecimentos comerciais; nesse caso cabe destacar a importância dos botequins para esse percentual, visto que neles se resolviam diversos contendas, rivalidades e tensões, muitas vezes sob a influência de bebidas alcoólicas.

Outro dado expressivo é a frequência com que os crimes ocorriam em casa (17%), o que demonstra que o domicílio não estava livre das atividades ilícitas e das mesmas tensões já referidas no caso dos lugares públicos.

Tabela 02
Logradouros onde ocorriam os crimes (1875-1905)

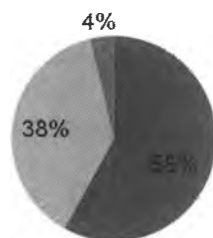
Local de ocorrência	%
Estabelecimento comercial	27,84%
Rua/Praça	25,06%
Residência	17,54%
Hotel	3,51%
Rampa/Porto/Trapiche	3,45%
Barco/Navio	2,34%
Outros	20,26%

Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. 1ª, 2ª e 3ª Distritos Criminais.

A faixa etária dos lusitanos encontrados em processos criminais predominante é entre 20 e 30 anos, o que pode ser explicado pelo mercado de trabalho e pela característica da imigração do período. Como já afirmamos, o imigrante europeu, especialmente o português, possuía um acesso, de certa forma, mais facilitado ao mercado de trabalho, devido ao grande número de lusitanos proprietários de comércios e a forte presença, mesmo que implícita, das teorias racialistas. Como demonstram diversos estudos⁹, a maioria dos imigrantes lusitanos que vinha ao Brasil eram jovens, homens e solteiros. A documentação confirma alguns desses aspectos para o caso belenense, no que concerne aos autos-crime, visto que além da já citada faixa etária baixa, a presença masculina predominante é “gritante” (97%).

Todavia, essa desproporção entre os sexos merece análise mais detalhada, o que será realizado de uma forma mais cuidadosa, posteriormente. Continuemos agora com a caracterização do lusitano. Outro aspecto de nossa pesquisa que de certa forma confirma o de outras pesquisas anteriores é a proporção de solteiros, casados e viúvos, porém com algumas especificidades para o caso belenense. A discrepância não é tão grande, pois os solteiros representam (58%) dos envolvidos, enquanto que casados e viúvos, juntos somam (42%). Pela natureza da fonte pesquisada, não temos como saber se esses imigrantes já vinham casados, bem como é difícil extrairmos com quem casavam, visto que os processos criminais raramente trazem informações sobre o cônjuge.

Gráfico 02
Estado civil dos nubentes

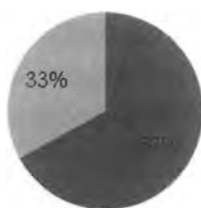


■ Solteiro ■ Casado ■ Viúvo

Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. 1ª, 2ª e 3ª Distritos Criminais.

Apesar de confirmar alguns aspectos de pesquisas mais antigas que analisavam a imigração portuguesa para o Brasil, priorizando os casos de Rio e São Paulo, nossa investigação diverge em alguns outros aspectos sobre o perfil do lusitano que vinha pra cá e que aqui vivia ao final do século XIX. Por exemplo, é lugar comum apontar o analfabetismo no universo dos imigrantes que aqui chegavam¹⁰. Entretanto, o que a documentação demonstra é justamente o oposto: dos milhares de portugueses encontrados nos processos criminais entre os anos de 1875 e 1905, apenas 22% se declaram como analfabetos. É bem provável que uma parcela dos que se declaravam alfabetizados, pouco sabiam além de escrever seu nome, mas a diferença grande entre os números torna quase impossível que a maioria dos portugueses não tivesse realmente o domínio da escrita. E sabemos que o fato de saber ou não saber ler constituía-se numa relação de poder bastante presente no final do século XIX, visto que a maioria da população brasileira era analfabeta.

Gráfico 03
Grau de instrução (saber ler e escrever)



■ Processos Concluídos ■ Processos Inconcluídos

Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. 1ª, 2ª e 3ª Distritos Criminais.

Voltando à questão do envolvimento em delitos, o mais comum eram as brigas o que geralmente causava o enquadramento em ferimentos leves, enquanto poucos se envolviam em injúrias verbais quase sempre motivadas pelos atritos costumeiros nas ruas da cidade ou entre os vizinhos, como é o caso de José Silva que constantemente insultava o comerciante Manoel Paes da Silva, dono de um estabelecimento comercial na rua de Santarém. Por isso, foi obrigado a assinar um Termo de Bem Viver.

Tabela 03
Tipologia dos crimes envolvendo portugueses (1875-1905)

Crime	%
Ferimentos	41,33%
Furto/Roubo	15,88%
Estelionato	6,32%
Homicídio	5,41%
Defloramento	4,62%
Injúrias verbais	3,40%
Outros	23,04%

Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. 1ª, 2ª e 3ª Distritos Criminais.

O mesmo aconteceu com a portuguesa Maria Garcia¹¹ que estaria perturbando a paz dos moradores da Rua Paes de Carvalho e, por isso, foi chamada a comparecer à justiça para assinar um Termo de Bem Viver. O processo não especifica o que ela fazia para perturbar a paz.

A tensão é um componente desse cenário, observada em todas as cidades brasileiras que tiveram que conviver com as mudanças geradas pelo “progresso” republicano. Lima Barreto, ao escrever sobre os subúrbios do Rio de Janeiro que passava pelo mesmo processo de modernização da cidade, observou que “apesar das amizades e camaradagens desenvolvidas nos subúrbios, vizinhos ainda discutiam e brigavam facilmente, bastava uma diferença na cor da pele para alguém julgar-se superior à sua vizinha”¹².

A predominância do crime de ferimentos reflete normalmente o caráter público da maioria dos crimes. Essa era a modalidade mais comum de crime, com ou sem a presença lusitana. Brigas de vizinho, de clientes de botequim, de companheiros de trabalho eram frequentes. Todavia, por trás desse traço de similaridade entre o envolvimento ou não de portugueses no processo para a ocorrência do crime de ferimentos, esconde-se uma peculiaridade que a presença lusitana pode demonstrar: a tensão entre portugueses e brasileiros. A descrição de um crime de ferimentos ocorrido em 1896 pode nos dar uma dimensão dessas tensões:

Um carroceiro paraense chamado Miguel Arcanjo chegou ao trapiche da Companhia do Amazonas para descarregar sua carroça. Porém, no lugar em que se descarregam as cargas havia algumas carroças atrapalhando; Miguel solicitou aos donos das mesmas, os portugueses Antonio, Daniel e Manoel, para que as retirassem; eles cumpriram, entretanto injuriaram verbalmente Miguel e após o paraense descarregar sua

carroça espancaram-no. Um carroceiro paraibano chamado Francisco tentou apartar ou salvar Miguel e acabou sendo espancado também.¹³

No exemplo citado, temos um confronto em que portugueses enfrentam um paraense e um paraibano por um assunto aparentemente banal. É bastante provável, no entanto, que as divergências entre ambos tenham fundamentos mais complexos do que um espaço para uma carroça. O exemplo a seguir é sintomático nesse sentido:

Joaquim Bacelar, português, estava vendendo pães como fazia todas as manhãs. A certa hora, roubaram-lhe alguns pães da sua cesta. Naquele momento, passava por ali um militar e o português pediu ajuda, pois tinham acabado de roubá-lo. O militar chamado Romário, além de não ajudar, “xingou” o português de galego e começou a espancá-lo. Joaquim tentou fugir e o militar disparou um tiro na direção do português, porém ele errou a mira e o projétil acertou um transeunte chamado Manoel.¹⁴

Nesse caso, o português passa de réu à vítima nessa incrível teia de tensões, onde claramente a nacionalidade dos envolvidos influencia para que o confronto se estabeleça.

No entanto, algumas vezes, os portugueses são indiciados por alguma atividade que aos ‘olhos’ da lei é considerada contravenção, como José Silva acusado de possuir uma casa de tabolagem localizada no arraial de Nazaré, onde se reuniam diversos praticantes de jogos de azar, embora não quer dizer que fossem uns “desocupados”¹⁵. Em 1893, vamos encontrar “Francisco Manoel da Silva (réu), proprietário de hotel, solteiro, 30 anos e residente à rua Nova de Santana. Foi apreendida em sua casa duas mesas com diversos jogos proibidos. Ele estava na companhia de outros homens, quando foi surpreendido pelo investigador da polícia. O policial acusa Francisco de promover jogos em sua casa durante a noite e afirma que o português teria escondido os mesmos ao saber da presença do investigador.

Ressaltamos que entre o que classificamos como “outros crimes” está a “violação de segredo” como é acusado José Rodrigues Ferreira Braga ao violar a correspondência destinada a José da Silva Braga. O delito teria ocorrido no porto de Belém e a correspondência seria produto de uma empresa do Rio de Janeiro da qual José da Silva Braga era representante em Belém. O motivo do crime teria sido uma sequência de desavenças entre os dois citados¹⁶.

Outro ponto importante a destacar, no que concerne aos crimes mais comuns, é o que acreditamos ser outra peculiaridade da presença portuguesa nos processos criminais: o estelionato. Esse tipo de crime representa 6,32% de todos os que envolvem portugueses, ficando a frente de crimes como homicídio e defloramento. A forte presença portuguesa nas atividades comerciais, demonstrada diversas vezes neste artigo, justifica essa representatividade do estelionato entre os crimes mais comuns. Esse é o crime comercial por excelência.

Mas nem sempre os portugueses eram os réus, às vezes, os encontramos como vítimas de estelionatários como se apresenta no auto-crime, envolvendo os portugueses

Manoel Mourão, 53 anos, solteiro, comerciante e residente à rua das Flores; Silvestre Reis de 46 anos, casado, negociante e residente no Arraial de Nazaré e João Gaspar, 38 anos, casado, comerciante e residente no Arraial de Nazaré.

O processo assim é resumido: os três comerciantes portugueses possuíam comércio no Arraial de Nazaré. Eles foram vítimas de um brasileiro chamado Manoel da Rocha Santos, trabalhador das forças armadas. Tal sujeito fazia empréstimos, utilizando falsificações de assinaturas e documentos, utilizando-os como se fossem de seus superiores nas forças armadas.¹⁷

As relações que terminavam na justiça também apresentavam atitudes de esper-teza nas relações cotidianas o que não deixa de ser enquadrado como estelionato, como registra o Auto:

Alfredo Vasconcelos recebeu um pedido de uma brasileira que morava próximo à sua casa para pegar um dinheiro na Caixa Econômica, pois ela estava doente. Antes de pegar o dinheiro, ela faleceu. Um dia após, ele sacou o dinheiro para seus próprios interesses e foi descoberto.¹⁸

Em outra situação, encontramos uma acusação de fraude nos balanços da Companhia Mercantil do Pará. A Investigação colocava sob suspeita os portugueses Reinaldo Oliveira, 52 anos, casado, comerciante e residente à Avenida 16 de Novembro; Francisco Lima de 42 anos, casado, comerciante e residente à estrada de São Jerônimo; Manoel Campos de 30 anos, solteiro, comerciante e residente à rua São Mateus; Camilo Velhote possui 30 anos, solteiro, comerciante e residente à rua 15 de Novembro e Rodrigo Amorim, 41 anos, casado, comerciante e residente no Boulevard da República. Esses indivíduos eram acusados de participarem das transações suspeitas realizadas entre a companhia e o Banco do Pará.¹⁹

Indivíduos que se envolviam nas mais diversas situações com a polícia como é o caso de João, de 23 anos, carreiro e residente à rua 28 de Setembro, pois a sua esposa que era peruana e mais uma brasileira foram acusadas de fazerem gestos impróprios na rua.²⁰ Ou ainda, quando testemunhavam contra a depredação do patrimônio público como o caso de a:

Companhia de Bonds Paraense estava colocando trilhos na rua Dom Romualdo quando foi surpreendida por cerca de 50 homens que tiraram todos os trilhos colocados até então. Os portugueses eram testemunhas, pois moravam na mesma rua. Eles afirmavam que entre os homens havia funcionários da empresa da estrada de ferro; afirmavam também que eles estavam escoltados por uma guarnição policial.²¹

Os conflitos se expressam nos mais diferentes contextos e envolvendo indivíduos das mais diferentes nacionalidades como o caso a seguir exposto:

Dois indivíduos italianos são acusados do roubo de um aparelho de cinematógrafo denominado “bioscópio”. O aparelho pertencia a um brasileiro que o havia comprado

recentemente da Europa. De acordo com as testemunhas portuguesas, eles teriam levado o aparelho para Barbados.²²

Esse caso pode ser também compreendido como um ato de solidariedade com os brasileiros, como em outros momentos quando a empresa do brasileiro Manoel foi à falência e os depoentes todos comerciantes portugueses afirmaram que a falência foi casual.

Mas, a solidariedade não era somente com os brasileiros, em outros momentos os encontramos depondo em favor de pessoas de outras nacionalidades, como o testemunho de um comerciante português chamado Manoel Lino de Sousa, casado, 28 anos e residente à rua Paes de Carvalho que depôs em favor de uma empresa de um inglês ao afirmar perante as autoridades policiais que, a falência não era oriunda de fraudes.²³

Em outras situações vamos encontrar o testemunho solidário de portugueses, como por ocasião da acusação do espanhol Saturnino Fernandez que exercia um campo da medicina considerada ilegal, a hidroterapia. Ele não receitava remédio e seus tratamentos se baseavam em banhos e em consumo de alimentos vegetarianos. José Couto, português, foi paciente do espanhol e afirma nos Autos que foi curado da doença que tinha, seguindo as orientações de Saturnino, sem utilizar, portanto, nenhum remédio.²⁴

Voltemos a falar da discrepância entre a presença masculina e feminina nos autos criminais. Os homens são 98, 56% enquanto que as mulheres representam 1, 43% dos envolvidos em processos criminais. Ao mesmo tempo, em que parece ser inquestionável pelo fato de que a maioria dos imigrantes que aqui chegavam fosse do sexo masculino e, por esse motivo, é muito provável que a proporção não fosse a demonstrada nos processos criminais. Então, como explicaríamos essa enorme diferença nos dados obtidos?

Historicamente foram construídos espaços inerentes ao homem e a mulher. Na Belém do período estudado, os espaços públicos, especialmente no que se refere ao mercado de trabalho, eram ambientes essencialmente masculinos, cabendo às mulheres tudo que fosse relacionado ao que usualmente denomina-se “serviços domésticos”, mesmo que esses não fossem realizados na própria residência²⁵. Veremos, posteriormente, que a maioria dos crimes ocorria em lugares tidos como “espaços de atuação masculina”, daí ser esse um dado de explicações possíveis para o abismo entre a presença masculina e feminina nos processos criminais. A partir dessa explicação é provável que o fato de os crimes ocorrerem em espaços onde as mulheres não eram aceitas, não implica que elas não estivessem lá, podendo haver a omissão de sua presença no processo criminal.²⁶

Seguindo o raciocínio dos “espaços de atuação” o que exatamente faziam as mulheres portuguesas encontradas nos processos criminais? Como já foi citado, elas representavam 1,43% dos registros encontrados num universo de um pouco mais de mil envolvidos. A tabela a seguir mostra as ocupações femininas:

Tabela 04
Ocupações femininas (1875-1905)

Ocupações	Quantidade
Serviços domésticos	14
Não identificada	6
Lavadeira	4
Costureira	2
Proprietária	1
Professora	1
Modista	1
Negociante de Galinhas	1
TOTAL de Mulheres	30

Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. 1ª, 2ª e 3ª Distritos Criminais.

Vemos uma predominância do termo “serviços domésticos” enquanto ocupação. Além disso, vemos as profissões de costureira, lavadeira, modista e negociante de galinhas. À exceção da negociante de galinhas, todas as outras três ocupações, podem e eram enquadradas, na maioria das vezes, como “serviços domésticos”, daí podemos explicar o fato de a maioria das mulheres serem enquadradas nessa ocupação.

Essas profissões eram vistas como próprias do “espaço de atuação feminino” porque estão diretamente ligadas às atividades restritas ao espaço residencial, mesmo que sejam realizadas fora de sua própria residência ou com fins comerciais. Além disso, muitas mulheres eram enquadradas como “serviços domésticos”, mesmo que não fizessem nenhuma atividade relacionada a isso para o seu sustento, apenas por ser essa a atividade amplamente aceita como feminina pela sociedade, como também poderia ser utilizada como uma estratégia em situações necessárias do cotidiano.

Quando estas imigrantes acompanham o marido, na sua chegada são registradas e identificadas como donas de casas, por mais que trabalhem nos negócios da família, geralmente servindo no balcão da mercearia ou do botequim, sujeitas a longas horas de trabalho.²⁷

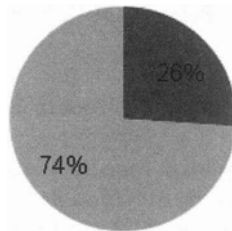
Ao longo dessa análise é importante ressaltar que do universo dos processos pesquisados 67% tinham conclusão. Na maioria dos casos, o réu era absolvido, sendo português ou não, entretanto, o percentual de absolvição e condenação diferencia-se quanto a nacionalidade de réu e vítima. Quando o réu era português, temos um maior percentual de absolvição (74%) do que quando o português era a vítima (63,56%). Apesar de não ser uma diferença significativa, é considerável e passiva de análise. A intensa rede de relações demonstrada pelo grande número de testemunhas portuguesas presentes nos autos-crimes talvez influencie nessa diferença na sentença.

Todavia, é mais plausível que o fator que mais tenha influência para o resultado é a construção histórica e social sobre o perfil do imigrante português. A ideia de um homem “trabalhador e pacífico” está bastante presente nos discursos, inclusive dos governantes, sendo essa uma noção socialmente aceita, certamente influenciava no julgamento, visto que os integrantes deste, inclusive o Juiz, estão inseridos enquanto indivíduos nesse contexto social e cultural.

Portanto, esta pesquisa abre um campo de possibilidades e um profícuo caminho de investigação na documentação criminal que se encontra à disposição de pesquisadores no Centro de Memória da Amazônia.

Gráfico 04

Situação do processo

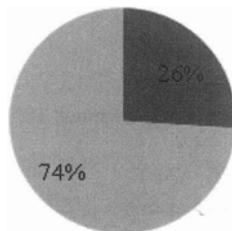


■ Portugueses Condenados ■ Portugueses Absolvidos

Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. 1ª, 2ª e 3ª Distritos Criminais.

Gráfico 05

Veredito dos processos



■ Portugueses Condenados ■ Portugueses Absolvidos

Fonte: *Centro de Memória da Amazônia*. 1ª, 2ª e 3ª Distritos Criminais.

NOTAS

*Universidade Federal do Pará – UFPA.

** Universidade Federal do Pará – UFPA.

¹ LEITE, Joaquim da Costa. “O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo, Editora da USP, 2000, p.177.

² Esse pensamento seria uma espécie de “Darwinismo social à brasileira”, pois o Darwinismo social europeu não aceitava a miscigenação; pelo contrário, afirmava que a miscigenação era a raiz da degeneração dos povos. No caso brasileiro, pensava-se: “Quanto mais o imigrante europeu se abrigar, mais o Brasil se europeizara.” Para uma excelente discussão sobre a questão dos imigrantes e a identidade nacional ver, entre outros, LESSER, Jeffrey. *A Negociação da Identidade Nacional*. São Paulo, UNESP, 2001; SCHWARCZ, Lília M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993

³ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Província do Pará*. Dados estatísticos e informações para os imigrantes, 1886 apud FONTES, Edilza. “Prefere-se portuguesa: Mercado de Trabalho, Racismo e Relações de Gênero em Belém do Pará (1880/1896)”. *Caderno do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*, Belém, pp.67-84, jan./dez, 1993.

⁴ *Idem*, p.73.

⁵ JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. Belém, EDUFPA; Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 2004, p. 298.

⁶ Fontes, *op.cit.*, p. 75.

⁷ Sobre essa discussão ver LACERDA, Franciane G. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. São Paulo, USP, 2006.

⁸ O banco de dados utilizado neste trabalho é fruto de pesquisas desenvolvidas pelo bolsista Cauê Morgado, no acervo do Centro de Memória da Amazônia da UFPA - CMA. São processos criminais do período de 1875 e 1905 que correspondem aos 1º, 2º e 3º Distritos Criminais.

⁹ O mais clássico deles é o de LOBO, Eulália. *A imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2001.

¹⁰ *Idem, ibidem*.

¹¹ Auto de crime de injúria, 1901. Centro de Memória da Amazônia.

¹² LIMA BARRETO, Afonso Henrique. *Clara dos Anjos*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1961, p. 116.

¹³ Processo de ferimentos referente ao 2º distrito criminal de Belém, ano de 1896. Centro de Memória da Amazônia.

¹⁴ *Idem*, ano de 1900.

¹⁵ Autos, crimes de contravenção, 1886. CMA.

¹⁶ Autos, violação de segredo, 2º distrito criminal, 1900. CMA.

¹⁷ Autos, crime de estelionato, 2º distrito criminal, 1888. CMA

¹⁸ *Idem*, 1889.

¹⁹ *Idem*, 1891.

²⁰ Auto, Atentado ao pudor, 2º distrito criminal, 1898. CMA.

²¹ Auto, crime contra patrimônio público, 2º distrito criminal, 1896. CMA.

²² Autos, roubos. 2º distrito criminal, 1904. CMA.

²³ Autos, estelionato, 2º distrito criminal, 1903. CMA.

²⁴ Autos exercício ilegal da medicina, 2º distrito criminal, 1897, CMA.

²⁵ Fontes, *op. cit.*, p. 70.

²⁶ Essa diferença no tratamento entre homens e mulheres pelas autoridades locais, é perceptível, por exemplo, por meio dos passaportes. O seguinte excerto indica essa diferença: “Elas aparecem como acompanhantes do marido, registrando-se a idade, mas não fazendo qualquer menção à profissão, cor, se sabem ler ou escrever, ou qualquer descrição física da mulher portuguesa, registros obrigatoriamente feitos para o imigrante masculino...”. In: Fontes, *op. cit.*, p. 70.

²⁷ Fontes, *op. cit.*, p.69.

AS EXPERIÊNCIAS
PORTUGUESAS EM OUTROS
TERRITÓRIOS BRASILEIROS





REGISTRO S. R. E. N.º 9.958

Esta carteira de identidade pertence a
Isaura Fernandes de
Carvalho

Natural de mondões Vila Real

Nascido a 25 - agosto - 1894

Filiação Euzebio Fernandes e
Joaquina da Rocha

Côr branca olhos castanhos

Nacionalidade Portuguesa

Belém, Pa. de juiz de de 19 53

Euzebio de Azevedo
 CHEFE DO SERVIÇO

-1-

REGISTRO S. R. E. N.º 9.958

Nome Isaura Fernandes
de Carvalho

Observações

SERVIÇO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS

Admitido em território nacional em caráter

PERMANENTE

com permanência definitiva nos termos do art. 2466/505 do Dec. n.º 30 de 20 - agosto - 1938

Data do desembarque / 19 ..

Embarcação

Pôrto

Passaporte n.º (cidade) (data)

Visado pela autoridade consular em (cidade) sob n.º no ano de de de juiz de Belém, Pa. 3

Euzebio de Azevedo
 CHEFE DO SERVIÇO



NOME: Francisco Carvalho
 REGISTRO N.º: 6175

Doenças de Parkinson, parkinsonismo.
 Neuro-lúca (especialmente tabes, paralisia
 geral, mielopatias).
 Encefalopatias.
 III - Endocrinopatias:
 Doenças de Basedow.
 Mixedema.
 Acromegalia. Síndrome disporo-genital.
 IV - Outras doenças: Lepra, Câncer.
 Córdio-vasculopatias nefropatias e hepatopa-
 tias com insuficiência funcional irreversível.
 Síndromes hemídicas graves - anemia pern-
 ciosa e anemias.

Não é válido o registro que não tiver
 o carimbo do instituído



POLEGAR DIREITO



Série E-413
 Série J-112
 F. D. D.

Francisco Batista Carvalho
 ASSINATURA DO PORTADOR

SERVICO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS

Admitido em território nacional em caráter
Permanente
 caso de residência **Definitiva**
 nos termos do art. 24
 do dec. n. 3 010, de 20 de Agosto de 1938.
 Data do desembarque / 19
 Embarcação
 Porto
 Passaporte expedido em / 19
 Visto pela autoridade consular brasileira em
 sob n. no ano
 Boém-País, 26 de Agosto de 1944
 J. Costa
 CHEFE DO SERVIÇO

REGISTRO N.º 182736

Esta carteira de identidade pertence a
Francisco Batista Carvalho

Natural de **Sila Real**
 Nasceu a **26 de Outubro de 1889**
 Filiação **Marcos Rodrigues Car-
 valho e Teresa Rodrigues Batim**
 Côr **Francisco Gilho Costarha**
 Nacionalidade **Portuguesa**
 Boém-País, 26 de Agosto de 1944

REGISTRO N.º 6175

Nome **Francisco Batista
 Carvalho**

Observações

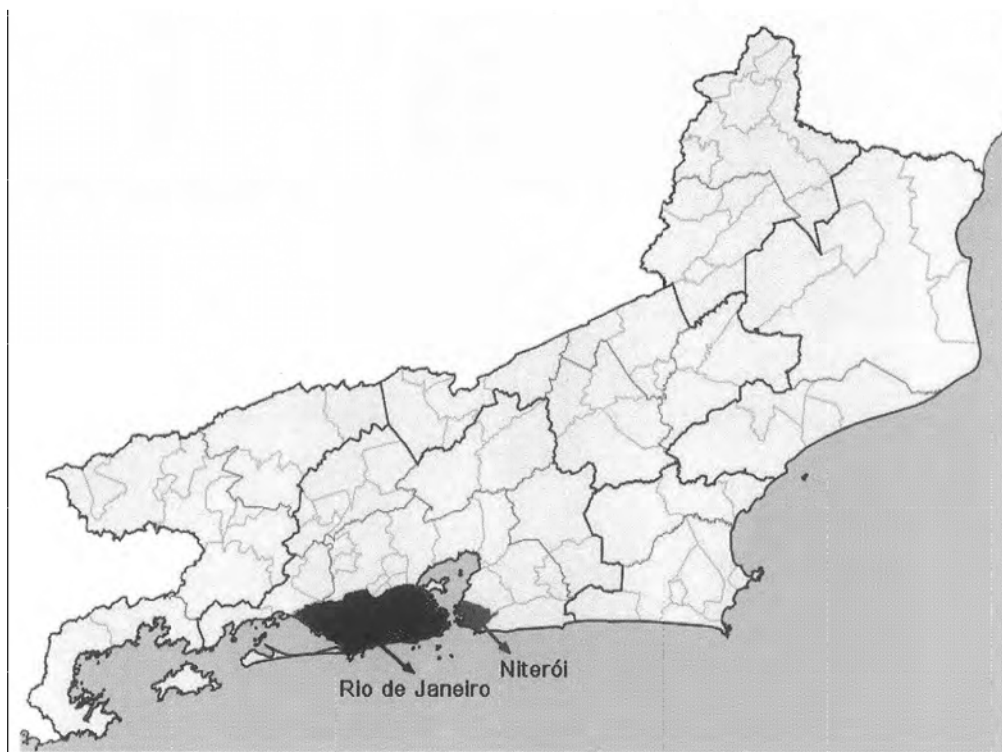
SERVICO DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS

Admitido em território nacional em caráter
Permanente
 caso de residência **Definitiva**
 nos termos do art. 24
 do dec. n. 3 010, de 20 de Agosto de 1938.
 Data do desembarque / 19
 Embarcação
 Porto
 Passaporte expedido em / 19
 Visto pela autoridade consular brasileira em
 sob n. no ano
 Boém-País, 26 de Agosto de 1944
 J. Costa
 CHEFE DO SERVIÇO

A TERRITORIALIDADE PORTUGUESA EM NITERÓI -1900-1990

ANDRÉA TELO DA CÔRTE¹

Desde os primórdios da fundação do Rio de Janeiro em 1565, a história de Niterói esteve relacionada aos desdobramentos da colonização portuguesa no Brasil, e à presença lusitana em seu território, situação que teve continuidade no Pós-Independência, quando a *Imperial Cidade de Nictheroy* seguiu atraindo portugueses, que naquela conjuntura passaram a entrar como imigrantes.



Desde então, portugueses de diferentes origens enraizaram-se de forma diferenciada pelo território da cidade, de modo a imprimir no espaço urbano as marcas dos seus conflitos e de suas hierarquias, as suas estratégias de inserção econômica e de negociação identitária, além de suas questões de classe e gênero. Dessa forma, constituíram verdadeiros “territórios” portugueses em Niterói.

Registros da Presença Lusitana na Cidade

O bairro da Ponta D'areia concentrou desde 1845, um enorme contingente de trabalhadores lusitanos, fato que está relacionado ao desenvolvimento da indústria naval no local.

Esses operários que, à época, atuaram como ferreiros, torneiros, carpinteiros e calafates, imprimiram ao bairro um perfil português, reforçado com a chegada no final do século XIX, de sucessivas levas de imigrantes lusos, oriundos da região de Trás-os-Montes. O significativo contingente de lusitanos no local acabou por renomear a localidade, que ficou conhecida pelo cognome *Portugal Pequeno*.

Paralelo a esse núcleo, a região central da cidade, inicialmente denominada de Praia Grande, contou com a presença majoritária de portugueses no comércio. Inscritos na memória local, estão os nomes de Clemente José de Góis Viana, Bernardino José Ferreira de Faria, assim como José Pereira de Souza, todos empreiteiros de obras e proprietários de extensas faixas de terra no centro.

Merecem destaque, também, José Francisco Correia (1853-1929), Conde de Agrolongo, e José Júlio Pereira de Moraes, o Visconde de Moraes. Correia organizou em Niterói uma das suas mais importantes fábricas: a Fábrica de Fumos Veado, que em 1900, exportava para países como Estados Unidos, Bélgica e Alemanha. Já o português José Júlio era financista, diretor do Banco Português do Brasil, comerciante e proprietário de terras no Rio. Dom Visconde de Moraes, que controlou por quase duas décadas a Cia. Cantareira (1890-1910) e Viação Fluminense, pode-se dizer que marcou o ritmo da cidade, isto porque, a companhia era responsável pela ligação marítima entre Rio e Niterói, serviço fundamental para os trabalhadores fluminenses.¹

A importância de rememorar trajetórias que se perderam no passado, como as de Góis Viana, Ferreira de Faria, Conde de Agrolongo, entre outros, está no fato de terem viabilizado a inserção dos portugueses no alto da pirâmide social da cidade. Seus sucessos contribuíram tanto para o desenvolvimento local, como tornaram a pequena Niterói atrativa aos patrícios recém chegados de Portugal.

O fato é que no decorrer do século XX, a atuação dos portugueses na cidade extrapolou o comércio e o negócio das terras, atingindo todos os domínios, inclusive o setor bancário, dos quais poderiam ser tomados como exemplos, o Banco Comercial de Guimarães (1880-1881), o Banco Predial do Estado do Rio de Janeiro (1917), o Banco Mercantil de Niterói e o Banco Costa Monteiro.

O setor de abastecimento também foi controlado por portugueses e dentre eles foram destaque as firmas Grilo Paz, de Antônio Augusto da Paz; e Saramago Christa, de José de Pinho Saramago Júnior e descendentes.

Somados a estes, pequenos proprietários portugueses, continentais ou ilhéus cristalizaram o domínio econômico lusitano na cidade ao controlarem majoritariamente o comércio a retalho, cafés, bares, confeitarias, armazéns de secos e molhados e, ainda, habitações populares como os cortiços.

Anote-se que esses portugueses atuaram como uma rede, distribuindo cartas de chamadas, empregando recém chegados, oferecendo crédito para os patrícios, ou ainda, promovendo fusões de negócios. Dessa forma fizeram da Associação Comercial local um reverbero dos seus interesses.

Conflitos

Quanto a isso aí, é o que mais tem. Não, eles têm raiva da gente, que eles são nascidos e criados aqui [...], e no caso, eles dependem (sic) da gente. A raiva deles é essa, Ah, você vem de lá..., ainda vem pra qui..., chamavam de galego, chamavam de..., isso ofende, dói, mas tem que engolir. Quantas noites eu não conseguia dormir. A gente ia fechar a casa e sempre tinha aborrecimento, era xingado, uns comia e não pagava (sic) já de propósito, já ia magoado, aquilo foi magoando... sofre muito, até a gente se controlar sofre muito.²

Nesse depoimento, Francisco de Abreu, português que desembarcou no Rio de Janeiro em 1951, aos 21 anos, revela algumas das agruras sofridas no cotidiano de imigrantes portugueses nas cidades brasileiras. Memórias como essas ajudam a compor parte do arsenal de xingamentos e hostilidades com que os nacionais atacavam os lusitanos. E, apesar de pertencerem à lembrança de um indivíduo que emigrou para o Brasil na década de 1950, poderia muito bem constar das lembranças de qualquer português que tenha vivido no Rio de Janeiro entre os anos de 1890 a 1930. Isto porque, conforme analisado por Gladys Sabina Ribeiro, o antilusitanismo no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, “percorreu tempos e épocas diferentes”³.

De acordo com a autora, tanto na conjuntura da Independência (1822), como na da abdicação de D. Pedro I (1831), e na da Revolução Praieira, em Pernambuco (1848), o antilusitanismo se fez presente, motivando inúmeros conflitos. Via de regra, esses confrontos tiveram como conteúdo a afirmação da nacionalidade brasileira em oposição à lusitana e a questão da sobrevivência, visto que os portugueses tinham forte presença na economia.⁴

Também no alvorecer da república (1889), o antilusitanismo se apresentou, uma vez que estava em jogo a construção da nova identidade da nação. Entretanto, as conjunturas político-econômicas que se seguiram à Proclamação contribuíram para tornar mais intensas as agressões contra portugueses, adicionando notas de radicalismo à perseguição aos antigos colonizadores.

Vale dizer que essa conjuntura, que marcou também a institucionalização do trabalho livre e assalariado, a entrada massiva de imigrantes e as transformações urbanas de grande porte, assinalou a entrada da jovem república no cenário internacional como nação dependente e consumidora das ideologias, usos e costumes europeus, especialmente franceses.

Nesse novo cenário não havia lugar para o velho português, cuja imagem passou a ser associada ao atraso e à exploração; e a sua presença, uma provocação aos brasileiros.

No Rio de Janeiro, da virada para o século XX, onde desembarcaram cerca de 1.000.000 de lusos entre 1880-1930, os portugueses representavam o grosso dos proprietários de imóveis e do comércio a varejo da cidade, sendo os principais comandantes dos negócios de importação e exportação e das fábricas instaladas na capital. Além disso, monopolizavam o setor de habitação — das casas de aluguel aos cortiços, e disputavam os empregos no comércio em condições de superioridade em relação aos trabalhadores nacionais e aos ex-escravos.

É nesse contexto perturbador que o antilusitanismo explode e o enfrentamento entre portugueses e brasileiros atinge seu clímax, assumindo as mais variadas formas, materializando-se no cotidiano dos bares, dos cortiços e das padarias etc., muito semelhante à narrativa que abre esse segmento.

Embora não haja para Niterói um estudo específico sobre o antilusitanismo, sua proximidade com a capital federal e a similaridade entre os processos de territorialização lusitana ocorridos nas duas cidades, é possível supor que tal fenômeno tenha se reproduzido em seu espaço urbano. Entretanto, Niterói, menos povoada que o Rio de Janeiro e sem tantos dotes econômicos, atraiu para seu território, um número menor de imigrantes reduzindo, assim, a intensidade dos conflitos entre os nacionais e os portugueses.

É possível, pois, anotar alguns casos de antilusitanismo em Niterói, como o episódio da reforma urbana proposta pelo prefeito da cidade, Paulo Alves, de criar um novo traçado urbano para o centro, polo econômico local; saneá-lo e eliminar os cortiços existentes, com base num novo tributo. Temerosos de seus negócios serem prejudicados pelas obras e de possíveis expropriações, os portugueses mobilizaram a associação comercial, da qual tinham o comando, a fim de obstar os planos de Alves. Para tanto, seus dirigentes usaram a imprensa para fazer guerra ao alcaide.

Um dos veículos do comércio foi o jornal *O Fluminense*, que refletiu imediatamente a posição da burguesia portuguesa contra o prefeito. Este, inábil politicamente, suspendeu os contratos da prefeitura com o jornal. Em face desse imbróglio, outro periódico local, *A Capital*, passou a atacar os comerciantes portugueses, com o mesmo discurso xenóforo usado pela imprensa da capital federal, fomentando dessa forma uma onda de antilusitanismo nas ruas de Niterói.⁵

Diferente do que acontecia no Rio de Janeiro naquela conjuntura, quando a cidade portuguesa ia sendo destruída pelas picaretas do prefeito Pereira Passos, os portugueses da associação comercial de Niterói deram mostras de seu poder, saindo vitoriosos do embate, enquanto Paulo Alves acabou destituído do cargo. Esse episódio sugere, portanto, a importância, o poder e influência dos portugueses na cidade, em um contexto social marcado pela identificação do português com o atraso.

Para além desse caso, outros foram identificados. Relatos de depoentes portugueses garantiram que na década de 1940 havia um dito popular que afirmava que **todo carnaval morre um português**. De fato, a pesquisa em jornais do período acusa alguns casos

de homicídios contra portugueses na época, como o que está descrito a seguir, ocorrido no domingo de carnaval de 1948:

Por não Querer Vender Parati foi Morto com Dez Facadas

Causou justa indignação o bárbaro crime, de que domingo último foi vítima, em seu próprio estabelecimento, um negociante em Icaraí. A tarde daquele dia Eucário Glasgow Diniz, branco, solteiro, de 38 anos de idade, morador à rua Mariz e Barros, 15, dirigiu-se ao botequim da rua Coronel Moreira César, 138, de propriedade de Manuel dos Santos Lira, português, casado, 38 anos, residente à Rua Miguel Couto, 419, casa 3.

Depois de tomar assento a uma das mesas, o freguês pediu cerveja, tendo o dono do estabelecimento o servido. Após esgotar o conteúdo da garrafa, Eucário solicitou de Manuel, um cálice de parati. Como não fosse atendido, sacou de uma faca que levava envolta em um jornal e com ela golpeou por dez vezes o negociante. Enquanto a vítima caía ao solo, banhado em sangue, o agressor tentava evadir-se. [...]. O criminoso é indivíduo de péssimos antecedentes, provocador e desordeiro.⁶

Assim, em Niterói, explosões episódicas de raiva contra os portugueses marcaram a rotina da cidade evidenciando a competição entre os dois povos. Vale ressaltar, porém, que nunca se tratou de um movimento sistemático de oposição/agressão a esse grupo de imigrantes, nem alcançou as proporções da capital federal.

A vida associativa dos imigrantes portugueses em Niterói é outro dado que reforça a importância do grupo para a cidade. Ao lado de associações de judeus, libaneses, italianos, entre outros grupos, foram identificadas **sete** associações portuguesas. Essas diversas associações figuravam permanentemente como notícia nos jornais, e suas atividades culturais e recreativas alcançavam grande repercussão.

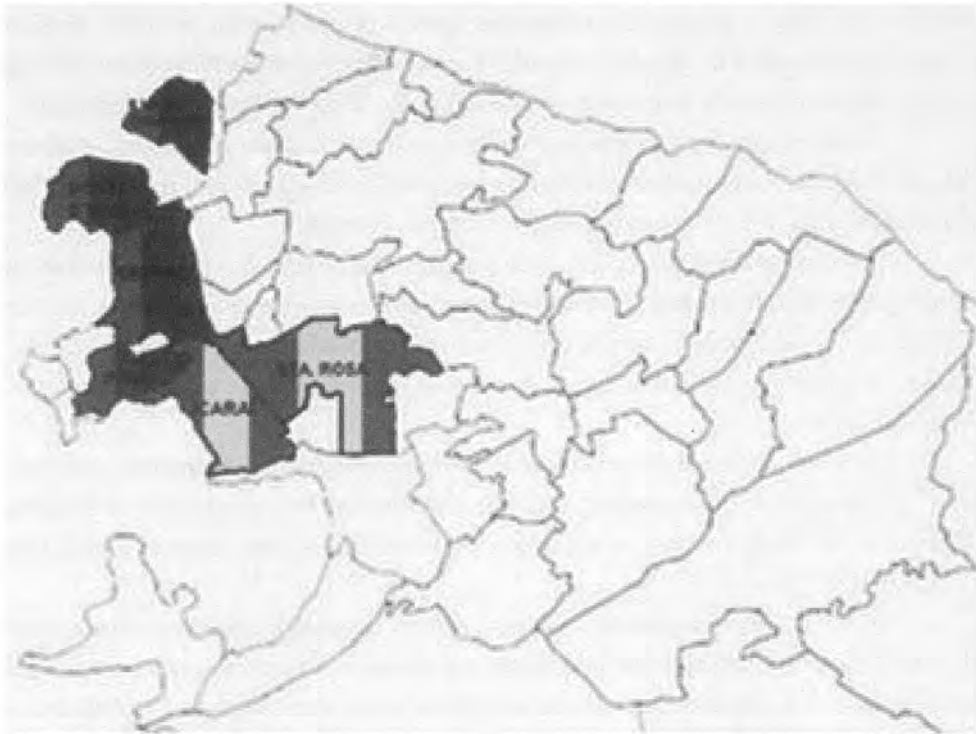
Em 1935, por exemplo, em meio ao crescimento das tensões entre direita e esquerda no país, respectivamente integralistas e partidários da Aliança Nacional Libertadora⁷, o jornal *O Fluminense* repercutia o burburinho provocado em torno do concurso de Rainha da Primavera promovido pelo Centro Musical da Colônia Portuguesa!

Entre junho e julho daquele ano, as primeiras páginas do periódico foram dedicadas a relatar pormenores do evento. Em 14 de julho, uma entrevista com uma das candidatas ao pleito ocupou 90% do espaço reservado à notícia! Ao seu lado, ‘espremida’ numa manchete a notícia daquilo que seria um sinal claro do fechamento do regime: “fechada a sede da ANL e proibida uma reunião de integralistas”⁸.

Dentre as associações, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada em 1904, foi aquela de maior prestígio, concentrando a nata dos lusitanos locais. Desejosos de visibilidade optaram por edificar seu próprio hospital, na década de 1920. Dado a carência de hospitais em Niterói, pouco a pouco, a população local foi colaborando com a obra, que acabou transformando-se num equipamento público.⁹ Assim, aquilo que foi uma estratégia de afirmação da identidade de um grupo acabou por identificar o grupo com a cidade!

Mas os conflitos de que trata este segmento do texto não se restringem ao anti-lusitanismo, alargando-se na direção das diferenças internas entre os próprios portugueses que se fixaram na cidade.

As diferenças de classes entre eles não apenas dividiram o grupo, como contribuíram para que cada um se apropriasse do espaço urbano de uma forma particular. Enquanto a elite habitava os palacetes, em regiões nobres da cidade, como o Centro, Fonseca e o bairro do Ingá, os operários da construção naval e pescadores, restringiram-se à Ponta d'Areia. Já os pequenos comerciantes poderiam ser encontrados espalhados pelas ruas do centro, ou em bairros como o Barreto, Santa Rosa, Icaraí. Os madeirenses por sua vez, procuraram também uma forma de se singularizar como grupo.



Formas Diferenciadas de Territorialização e Inserção Econômica.

No caso dos operários portugueses da Ponta d'Areia, embora tenham colaborado com a construção do Hospital Santa Cruz, não se misturaram aos “ricos”, procuraram edificar no espaço vivido, o “seu território” e lá imprimindo o seu *habitus*, isto é, equipando o lugar com suas referências identitárias. Nesse sentido, construíram a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, fundaram um clube de futebol lusitano, e uma associação musical denominada, Banda Portuguesa, em 1929, que mais tarde transformou-se no Centro Musical da Colônia Portuguesa, em 1930.

Importa dizer que as distinções de classe foram acompanhadas de disputas geracionais, isto é, portugueses antigos x recém chegados. A narrativa a seguir de autoria de

Gentil Moreira de Souza, destacado empresário em Niterói da segunda metade do século XX, dá conta desses embates:

Nessa década de 50 [...] O Clube Português era uma espécie de clube da elite. Se eu quisesse entrar de sócio não me deixavam. Eu sentia isso. Tanto que meu irmão, Cláudio, [...] fala-me hoje: ‘eu quis ser sócio não me deixaram’. Era um português que tinha vindo há pouco, não sabiam o grau de cultura. Todo mundo era medido pelo mesmo calibre, [...], havia uma discriminação dos portugueses contra os portugueses pobres, enriquecidos x recém chegados.¹⁰

O Caso Madeirense

As divisões de classe e de gerações emigradas, entretanto, não foram as únicas divisórias da “colônia” portuguesa na cidade. O estudo do caso madeirense em Niterói apontou para estratégias diferenciadas de inserção econômica e social, e de elaboração da identidade.

É importante destacar que os madeirenses que se fixaram em Niterói, a partir da década de 1930, são quase todos oriundos da freguesia da Ribeira Brava, partilhando laços de parentesco entre si e comportando traços culturais comuns.

Em Niterói, expostos à pressão de um mercado de trabalho pouco desenvolvido e bastante disputado, tanto por continentais como outros grupos de imigrantes, os ilhéus da Ribeira Brava constituíram verdadeiros monopólios madeirenses na cidade, como as atividades de leiteiros e carroceiros, nas décadas de 1930 e 1940, e, a partir dos anos de 1950, as quitandas.

Vale dizer que a partir da década de 1950, muitos dos que desembarcaram na cidade, já haviam passado por outras experiências emigratórias. Boa parte vinha da Venezuela e de Curaçao, trazendo consigo as esposas e algum dinheiro para começar a vida como pequenos proprietários.

No que se refere à questão de gênero dentro do grupo, é possível afirmar que as mulheres madeirenses, quase todas imigrantes por causa do casamento, atuaram incessantemente ao lado dos maridos. Nas quitandas e bares, como vendedoras ou cozinheiras, ou ainda como lavadeiras ou passadeiras, cumpriram jornadas de trabalho exaustivas, serviços realizados sempre na esfera doméstica.

Para além da ajuda sem remuneração que prestavam aos maridos, eram, nas horas de folga — os intervalos entre o jantar e a hora de dormir — bordadeiras. Bordavam para casas comerciais ou para outras bordadeiras.

Na prática, o tempo feminino era dividido entre a família, o comércio do marido e o bordado. E o espaço da casa multiplicado por suas mãos habilidosas: representava simultaneamente a esfera privada da vida familiar e a esfera pública do trabalho.

Entre as bordadeiras, algumas se destacaram ao formar significativas redes de clientes e de artesãs, apesar disso não constituíram uma cooperativa, fato comum em outras

idades do Brasil, como foi o caso de Santos, onde esse tipo de organização se transformou em um ícone da presença madeirense na cidade.¹¹

As madeirenses de Niterói, embora fossem co-responsáveis pela renda familiar, permaneceram fiéis aos princípios culturais católicos que trouxeram submetendo-se ao casamento e aos impedimentos impostos pelos maridos. Inclusive aquelas que emigraram depois dos cônjuges e que, pela própria situação provocada pela ausência de seus pares, conheceram certa autonomia de ação. No depoimento a seguir, a bordadeira Mariazinha do Camacho comenta:

Cheguei a ter 15 bordadeiras [...] tudo da Madeira. Só quem bordava era gente da Madeira [...]. Eu bordava e vendia, mas o meu maior sonho, meu grande sonho... Eu bordava pra (Casa) Boneca...eu via como eles faziam na Boneca, eu queria era ter uma casa de bordados, mas o meu marido.... Mas um dia eu falei com meu marido – Antônio, eu queria ter uma casa pra eu riscar, bordar..., (e ele disse) – e você sabe, isso aí tem que ter nota fiscal, você pensa que isso aí é brincadeira, isso não é assim não...- e começava a me tirar da reta.¹²

O desequilíbrio das relações entre os casais madeirenses é, pois, uma marca do grupo na cidade. É impossível saber o quanto o legado da cultura de origem e os dados culturais da própria urbe contribuíram para essa ausência de equilíbrio. O fato é que as madeirenses em Niterói, a exceção de uma ou outra bordadeira, permaneceram quase no anonimato.

Um dos dados culturais mais importantes do grupo foi seu forte sentimento de pertença, pertencimento referido tanto à freguesia da Ribeira Brava quanto à própria Ilha da Madeira. Mais uma vez, a narrativa de Francisco de Abreu auxilia nossa compreensão:

Isso é uma política, é política, que o pessoal do continente não gosta do madeirense. Eu acho que o madeirense teve uma época que queria ficar independente de Portugal. A Ilha ficar independente de Portugal. E o lisboeta é mais vaidoso e convencido, eles não gosta da gente. A gente já é assim mais grosso. [...] O lisboeta comercialmente arrebeta o madeirense. O lisboeta, o que ele puder dar um furo no madeirense, ele dá. [...]. O madeirense é mais trabalhador. O lisboeta quer mais facilidade, chama-se alfacinha [...]. Tem uma diferença, sim. Eles não gosta da gente. (sic)

A narrativa não deixa dúvidas sobre o passado de ressentimentos que envolvem a relação da Ilha da Madeira com Portugal, dando margens à emergência de uma dimensão étnica do grupo. Esse “sentimento” foi reatualizado na sociedade de acolhimento à medida que os madeirenses, ao menos o grupo analisado, buscou diferenciar-se dos continentais, ao construir em relação a eles um discurso de alteridade. Em outras palavras, deixando emergir aquilo que Roberto Cardoso de Oliveira denomina de identidade contrastiva¹³ em relação aos continentais.

Outra forma de diferenciação foi a própria inserção econômica do grupo na cidade. As quitandas, o bordado, o trabalho de leiteiro, acabaram por se constituir — e

esse movimento não foi proposital ou consciente — em verdadeiros “lugares” madeirenses em Niterói. Tais nichos, para além de serem econômicos, foram, sobretudo, “espaços identitários”.

Chama a atenção também, a unicidade do discurso mantido pelo grupo que tem como particularidade não se associar às organizações portuguesas da cidade. Tampouco criaram suas próprias associações. A não associatividade por seu turno, não significa desorganização, uma vez que eles próprios se definem como uma rede: “Vamos dizer assim, que eu e você não tivesse, mas você sabia que ela tinha ali, você ia lá apanhava e me dava. Era uma rede”¹⁴ (sic). Trata-se, pois, de um grupo invisível¹⁵. Invisível aos olhos dos nacionais, entretanto, com fronteiras internas¹⁶ muito bem demarcadas em relação aos continentais.

De acordo com Abner Cohen, os grupos invisíveis possuem princípios articuladores que os mantêm ligados entre si, de forma a sustentar o sentimento de pertença do grupo.

No caso apresentado, para além do discurso, o casamento intra-grupo, o estilo de vida — **casa-balcão-igreja**¹⁷, o catolicismo e a solidariedade financeira conjugaram-se na produção de um conjunto de **princípios articuladores** que garantiram a manutenção da identidade madeirense, reatualizando-a constantemente. Da mesma forma, avalizaram sua diferenciação em relação aos continentais.

Vale registrar ainda, que dentro desse grupo de ilhéus da Ribeira Brava, foi identificado um subgrupo ainda mais fechado. Trata-se de uma família, cujos membros se casam entre si, perpetuando os negócios na esfera familiar.

NOTAS

* Museu de História e Artes do Estado do Rio de Janeiro – MHAERJ.

¹ Fluminense é o natural ou habitante do Estado do Rio de Janeiro. Niterói, de 1889 a 1974 foi a capital do Estado do Rio, ao passo que a cidade do Rio era a capital federal, posto perdido para Brasília, em 1960, quando transformou-se no Estado da Guanabara. Em 1974, houve a fusão dos dois estados, passou a ostentar o nome de Estado do Rio de Janeiro, com a cidade do Rio como capital.

² Entrevista de Francisco Abreu à autora, 2001. cf. CORTE, Andréa Telo da. *Os Madeirenses em Niterói. Um Estudo de*

Caso: 1930-1990. Niterói, PPGH-UFF, 2002. Nessa entrevista, assim como em outros trechos que serão apresentados, foi mantida a oralidade da fala do entrevistado.

³ Ver RIBEIRO, Gladys Sabina. “Por que você veio encher o pandulho aqui? Os portugueses, o antilusi-tanismo e exploração das moradias populares no Rio de Janeiro da República Velha?”. In: *Revista Análise Social*, 1994, p.631.

⁴ *Idem*, p.633.

⁵ Côrte, *op. cit.*, cap.3.

⁶ Fonte: Jornal *O Fluminense*, 12-02-1948, p. 1. cf. também: Côrte, *op. cit.*, p. 347-8. Vale dizer que “paraty” era o nome de uma bebida alcoólica, a cachaça. Nesse caso, a marca acabou se tornando sinônimo da bebida.

⁷ A década de 1930, no Brasil, assinalou um conjunto importante de transformações sociais que se seguiram à Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas. No decorrer do período, o acirramento da disputa política levou à polarização entre duas frentes: a Aliança Nacional Libertadora, que congregava comunistas e simpatizantes e que teve como líder Luís Carlos Prestes, principal nome do Partido Comunista Brasileiro. Já nas hostes dos integralistas nacionais era integrada por simpatizantes dos regimes fascistas.

⁸ *O Fluminense*, 14-7-1935, p.1

⁹ Sobre a construção do Hospital Santa Cruz, ver: MARTINS, Ismênia. *Conferência pronunciada pela Prof^a Dra. Ismênia Martins na sessão comemorativa do cinquentenário do Hospital Santa Cruz*, em 3 de maio de 1980, Niterói.

¹⁰ Entrevista de Gentil Moreira de Souza à autora, agosto de 2007.

¹¹ FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. *A Emigração Portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos – 1850-1950*. São Paulo, USP, 1989.

¹² Entrevista de Maria da Luz Camacho à autora, 2001. Ver: Côrte, *op. cit.*, pp. 219-240.

¹³ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo, Livraria Editora Fronteira, 1976.

¹⁴ Entrevista de F. Abreu à autora, 2001. cf. Côrte, *op. cit.*, pp.219-240.

¹⁵ Sobre organizações invisíveis ver COHEN, Abner. *O Homem Bidimensional*. Rio de Janeiro, Zahar, s/d.

¹⁶ A questão das fronteiras pode ser vista em BARTH, Fredrik (Org.). “Ethnic Groups and Boundaries”. *The Social Organization of Culture Difference*. Boston, Little Brown, 1969.

¹⁷ Conforme definição dos próprios entrevistados.

PORTUGUESES NA VIDA ECONÔMICA DA CIDADE, EM SANTOS, NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

MARIA SUZEL GIL FRUTUOSO*
MARIA APPARECIDA FRANCO PEREIRA**

O presente estudo concentrou-se nos lusitanos residentes na cidade de Santos que, durante o século XIX e nas primeiras décadas do XX, foi ocupada por um grande número de portugueses que se tornaram a maior corrente imigratória da região. O desenvolvimento da cidade e, em especial, o portuário, marcado pela exportação de café e importação de mercadorias, principalmente europeias que abasteciam Santos, São Paulo e interior paulista, criou inúmeras atividades que passaram a atrair trabalhadores e empresários e em especial os lusos.¹

Fontes

Uma das fontes pesquisadas foi o Livro I de Registro de Sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos, no período de 1874 a 1878. Trata-se da continuação da investigação iniciada em 2008 que abordou o período de 1862 - 1874².

Procurou-se rastrear os portugueses e suas atividades como trabalhadores, empresários e profissionais qualificados, vislumbrando-se assim a sua importância na vida econômica da cidade. No estágio atual, foram examinados 457 registros, número superior ao pesquisado anteriormente, 392.

Continuou-se também a pesquisa nos registros da Santa Casa de Santos, ainda nos finais do século XIX, e foi introduzida uma nova fonte, os livros do Hospital do Isolamento do Saboó, pesquisados os anos de 1893 a 1895.

As dificuldades se apresentam mais uma vez. Nem todos trazem informações completas no que tange a idade, estado civil, profissão, endereço, nome dos pais e, por vezes, a origem geográfica.

Os dados consultados mostram algumas semelhanças com os anteriores, mas também apontam diferenças. Um quadro mais completo será possível quando forem avaliados todos os registros referentes à segunda metade do século XIX quando então se terá uma visão mais ampla do período e da atuação dos lusos por intermédio de suas profissões.

Perfil dos portugueses segundo a documentação do Livro I de Registro de Sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Santos

Estado civil e idade

Ao analisar os dados oferecidos por essa fonte, observa-se que ocorre mudança na catego-

ria dos associados, são mantidos os graus de ativo, remido, benfeitor e benemérito, mas há uma nova categoria, o grau cruz de honra.

Nos registros aparecem 278 solteiros, 101 casados e 04 viúvos, um total de 383 indivíduos, onde consta o estado civil dos portugueses. Nesse número estão incluídos os insulares, sendo dois da Ilha da Madeira e vinte dos Açores (Ilhas Terceira, São Miguel, São Jorge e Faial).

As faixas etárias vão de 09 a 59 anos com forte concentração entre os 20 e 35 anos, sobretudo os de 24, 25, 26, 30, 31 e 32 anos.

Trata-se em parte de parentes e amigos, alguns possuem o mesmo nome de família e os nomes dos pais são iguais, indicando uma imigração de irmãos e possivelmente de primos (quando um dos pais possui o mesmo nome de família dos outros). Em sua maioria, homens jovens e solteiros, uma constante na imigração portuguesa da época.

Origem geográfica

No que se refere à origem geográfica (naturalidade), vinham principalmente dos distritos do Norte e do Centro de Portugal Continental, com concentração em algumas localidades, o que pode resultar da emigração de familiares e amigos. O primeiro lugar ainda continua com o Porto, seguido por Mirandela do Corvo, Penela, Arouca, Ponte Lima, Vila Nova de Famalicão, Braga, Lousã, Coimbra, Ovar, Santo André de Poiares, Vila Real, Vila do Conde, Ancião, Oliveira do Hospital, Chaves, Caminha, Mondim de Bastos, Barcelos, Vila Nova de Gaia, Viseu, Bastos, Oliveira de Azemeis, Cabeceira de Bastos, Vilarinho do Monte, Santa Marinha, Gondomar, Vila Nova de Cerveira, Valpassos e São Miguel de Barreiros. Outras localidades do continente estão abaixo de três indivíduos cada.

Dos associados insulares são os açorianos a manter o maior número, demonstrando que a presença açoriana em Santos é superior à madeirense, como já foi verificado no período anterior.

Naturalidade	
Porto	21
Miranda do corvo	18
Penela	15
Arouca	10
Braga	09
Ponte de Lima	09
Vila nova de famalicão	09
Lousã	08
Coimbra	08
Ovar	07

Santo André de Poyares (Poiares)	07
Vila Real	06
Vila do Conde	05
Ancião	05
Oliveira do Hospital	05
Chaves	05
Caminha	04
Mondim de Bastos	04
Barcelos	04
Vila Nova de Gaia	04
Viseu	04
Bastos	03
Cabeceira de Bastos	03
Vilarinho do Monte	03
Santa Marinha	03
Gondomar	03
Vila Nova de Cerveira	03
Valpassos	03
São Miguel de Barreiros	03
Oliveira de Azemeis	03
Ilha da Madeira	02
Açores	
Ilha de São Miguel	08
Ilha Terceira	07
Ilha do Faial	03
Ilha de São Jorge	01
Um Indicou apenas açores	01

Profissões

No quesito profissões, de 1862-1874, há a presença marcante de negociantes, representando 1/3 dos registros examinados; trabalhadores e caixeiros vinham em segundo e terceiro lugares.³

Essas profissões continuam em alta entre 1874 e 1878, mas em proporções diferenciadas. O primeiro lugar é assumido pelos trabalhadores, 182 (antes eram 59); enquanto os negociantes passam ao segundo lugar (de 104, para 68); o terceiro lugar é mantido pelos caixeiros (de 50 para 57), há certa estabilidade e apresentam um aumento; em quarto lugar os artistas com 26 indivíduos, porém, não é apontado o tipo de arte que exerciam. Essa atividade era praticamente inexistente anteriormente, com apenas dois (um é indicado como artista equestre).

As profissões são praticamente as mesmas do período de 1862 a 1874, o que ocorre é uma mobilidade nos números. O aumento de trabalhadores sem profissão definida é ex-

pressivo e também o de outros profissionais qualificados, em alguns casos há crescimento e em outros, declínio. Os alfaiates e sapateiros estão em alta, os guarda-livros em baixa. Foram registrados menos negociantes do que antes. Desponta uma nova profissão, a de padeiro, com dois indivíduos. Em todas as profissões a proporção de homens jovens é à tônica.

Santos, desde o advento da ferrovia e da ampliação do porto (pontes e trapiches) vinha se expandindo. A população cresce e também os imigrantes. A cidade está em franco progresso, novas profissões surgem para atender à crescente clientela e aos serviços. Era natural que um número maior de trabalhadores sem qualificação e em busca de trabalho aumentasse, ocorrendo o mesmo com os profissionais qualificados e empresários.

Um aspecto interessante, irmãos e primos (o que pode ser verificado pelo nome de família e filiação) por vezes exerciam o mesmo ofício e residiam nas mesmas ruas.

Mortalidade

Outro dado obtido com a pesquisa refere-se à mortalidade de portugueses, jovens e solteiros, na casa dos vinte e trinta anos e de casados na casa dos trinta anos. Sabe-se que as condições de salubridade e saúde na cidade eram lamentáveis. Santos era frequentemente visitada por epidemias e diversas outras doenças que atingiam a população.

Os registros mostram que o maior índice de óbitos encontra-se entre os trabalhadores, mas atinge também os negociantes na faixa de trinta anos e os caixeiros (na verdade os grupos mais significativos em números por profissão).

Há forte mortalidade entre os anos de 1876 e 1878, o que pode ser explicado pelas epidemias.

A primeira grande epidemia dá-se em 1873. Em 1876, a mortalidade é alta assim como em 1878. Como os portugueses representavam parte expressiva da população são também bastante atingidos por elas⁴.

Dos 75 óbitos verificados 28 eram de trabalhadores solteiros, 11 eram casados e um viúvo. Os negociantes, quatro solteiros e seis casados, os caixeiros eram oito solteiros e um casado. Os registros, contudo, não indicam a doença que levou a óbito, apenas consta a rubrica “faleceu”. Alguns informam o dia e o mês em que ocorreu o falecimento.

A mortalidade entre os casados traz sérias dificuldades às famílias, deixa viúvas e órfãos, que são acudidos em parte por associações portuguesas da cidade a exemplo da própria Beneficência. No entanto, há crianças, que acabam sendo entregues a orfanatos, sobretudo as mais novas, cujas mães precisam trabalhar e não têm com quem deixá-las, porque irmãos mais velhos também trabalhavam. Marina Vieira, em sua pesquisa sobre a infância desvalida, registra várias crianças portuguesas ou filhos de portugueses que se tornaram órfãos e foram internados no Asilo de Órfãos de Santos.⁵

Residência

Outro dado importante que aparece nos registros é o local de residência dos associados. Essa informação não consta no período anterior, apenas o nome da cidade. Agora surge um panorama das ruas ocupadas por lusos. São principalmente as do centro onde vivia a maior parte da população, alguns residiam também em localidades mais afastadas, como o Caminho da Barra, em direção à praia, indicando uma artéria da futura expansão de Santos.

Quando se compara a residência dos trabalhadores, dos negociantes, caixeiros e artistas, verifica-se a concentração desses profissionais nas mesmas ruas e, por vezes, nos mesmos números, apontando possivelmente pensões e cortiços.

Assim, por exemplo, os trabalhadores habitavam ruas como a de São Leopoldo, a Marquez de Herval, a Octaviana, a São Bento, a São Francisco, a General Câmara, a Amador Bueno, enquanto os negociantes encontram-se nas ruas 25 de Março, General Câmara, Santo Antônio, Visconde do Rio Branco e 28 de Setembro, já em direção ao novo bairro do Macuco. Os caixeiros, as mesmas ruas dos negociantes, provavelmente residindo no local de trabalho, em algum espaço ou quartinho na residência do negociante (patrão); mas há também os que moram na Marquez de Herval, na São Leopoldo e na São Bento. Esses profissionais são em número menor do que os trabalhadores e negociantes, mas se distribuem por um espaço maior.

Mediante a informação trazida pelo item residência, é possível observar a ocupação de Santos por portugueses e as atividades que exerciam.

Essas localidades apresentam a maior concentração de imigrantes. Outras no Continente estão abaixo de três indivíduos. Dos imigrantes insulares, a maioria é de açorianos, sobretudo de São Miguel e da Terceira, ilhas de forte imigração. Demonstra que em Santos, ainda neste período, os açorianos têm maior presença do que os madeirenses, o que também ocorreu no período de 1862-1874.

RESIDÊNCIAS	Trabalhadores	Negociantes	Caixeiros	Artistas
Rua de São Leopoldo	32	01	04	05
Rua Marques de Herbal	30	03	03	04
Rua Octaviano	08	-	-	01
Rua de São Bento	08	02	01	01
Rua 25 de Março	06	09	09	01
Rua General Câmara	04	08	01	-
Rua São Francisco	04	-	-	01
Rua Amador Bueno	04	-	-	-
Duas Pedras	04	-	-	-
Rua Santo Antonio	03	04	08	-
Rua do Rosário	03	02	-	02
Rua Visconde do Rio Branco	03	03	-	-

Praça dos Andradas	03	-	-	-
Rua Xavier da Silveira	02	-	-	-
Rua Martim Afonso	02	-	-	-
Rua José Ricardo	01	02	02	-
Rua do Itoró	01	-	02	-
Caminho da Barra	01	01	-	-
Rua Frei Gaspar	01	02	-	-
Rua 24 de Maio	01	02	-	-
Rua da Constituição	01	-	-	-
Largo da Coroação	-	02	04	-
Largo dos Gusmões	-	01	-	-
Rua 28 de Setembro	-	03	07	-
São Vicente	-	-	-	01

Há ainda aqueles que residem em outros lugares, quase sempre são trabalhadores ou com profissões qualificadas. A Rua do Pacheco e do Valongo, Pedreira Inglesa, Sítio do Porchat, Beco dos Canudos, Estrada de Ferro e, ainda, aparecem outras cidades, como Iguape, Campinas, São Paulo.

Nas ruas da Penha, Bittencourt, 11 de Junho e no Largo do Carmo, (o número de lusos é de um a dois indivíduos residindo naquelas ruas e em geral são trabalhadores ou profissionais qualificados).

Levantamento de livros do Hospital da Irmandade da Santa Casa e do Hospital do Isolamento, montado no Saboó para atender as epidemias.

Aqui são apresentadas apenas duas tabelas exemplares.

Livro de enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Santos (07/03/1861 a 14/05/1867)

Novembro - 1861

Dia	Nome	Idade	Estado civil	Naturalidade
01	João Bernardo da Silva	24	S	Bastos
03	José Velloso	43	C	Braga
04	F. Ulsen (?)	25	S	Ilha Terceira
05	João Antonio Colaço	25	S	Porto
10	Joaquim Cardozo Teixeira	?	?	S. Maria (?)
18	Maria de F. G. Gomide	30	S	Porto
19	Manoel Silveira	20	-	Porto

Dezembro - 1861

02	Guilherme Luves	24	?	Vales
06	Manoel Antonio Braga	43	S	Prado
18	Joaquim Pereira Pedrosa	44	C	Porto
28	Joaquim Pereira de Almeida	30	S	Porto

O livro apresenta a data de entrada e saída; a doença diagnosticada e o tipo de internamento quanto às possibilidades de pagamentos.

(?) = sem indicação

(C) casado

(S) solteiro

[?] é português

Livro do Hospital da Filosofia
Isolamento de febre amarela

JANEIRO - 1893

Folha	Nome	Profissão	Idade	E.Civil	Residência	Saída	Falecimento
03	Eduardo J. Costa Pimenta	Marítimo	21	s	Lisboa	20/01/1893	
60	José Rodrigues	Jornaleiro	33	c	Santos, via do Rosário	23/01/2893	
63	Antonio Bataglia (Batalha)	Vigia do cais	33	c	-	30/01/2893	
76	Joaquim Simão Montes	Carpinteiro	42	c	Rua Bittencourt, 17	3 dias	23/1/1893
87	Matias Rodrigues	Carregador	21	c	Rua do Vigário, 17	3 dias	24/1/1893
92	Maria Lucena	Jornaleira	25	c	Rua Frei Gaspar, 35	05/02/1893	
103	Manoel Marco Massimo	Jornaleiro	29	s	Rua S. Bento, 4	5 dias	24/1/1893
130	José Miralha	Jornaleiro	22	s	Chácara	27/01/1893	
132	João Cardoso	Jornaleiro	25	c	Rua S. Leopoldo, 25	31/01/1893	
143	Manoel Roiz Corrêa	Jornaleiro	21	s	Rua Sen. Feijó, 29	29/01/1893	
156	Antonio da Costa	Jornaleiro	21	s	Rua Sen. Feijó, 29	09/02/1893	
162	José Júlio Medeiros	Jornaleiro	23	s	Comm ^o J. Cardozo, 10	04/02/1893	07/2/1893
172	Maria dos Anjos	Doméstica	35	c	Rua S. Leopoldo, 25		
177	Laura Sá	Copeira	11	s	Rua Xavier Silveira, 132	04/02/1893	
188	José Joaquim Rey	Caixeiro	20	s	Rua do Rosário, 88	(Alta)	31/1/1893
215	Antonio de Souza	Jornaleiro	40	c	Não sabe	-	29/1/1893
216	Augusto Ferreira Pinto	Ajud. cozinha	25	c	Rua da Penha, 71	04/02/1893	-
218	José Alexandrino Esteves	Carroceiro	17	s	Beco do Caiubi	-	30/1/1893
241	Manoel Antonio	Jornaleiro	46	c	Largo da República, 27	-	31/1/1893
242	Manoel Coelho	Jornaleiro	19	s	-	-	-
256	José Martins	Canasteiro	23	c	Não sabe	-	-
259	João Custódio Jorge	Vigia de lancharia	48	c	Na lancharia	-	04/2/1893
273	Urbano Pinto Ferreira	Pintor	21	s	Rua General Câmara, 188	04/02/1893	-

FEVEREIRO - 1893

Folha	Nome	Profissão	Idade	E.Civil	Residência	Saída	Falecimento
449	Germano José da Rocha	Cocheiro	22	s	Rua General câmara, 45		
452	Carolina Caetano	Trabalhadora	44	c	Rua Conselheiro Nébias, 8		25/2/93
455	Delfina das Neves	Trabalhadora	23	c	Rua do Rosário, 176		22/2/93
464	Andrias Tereza	Criada	70	v	-	26/2/93	
467	José Joaquim	Marítimo	22	s	Vapor santista		17/2/93
480	José João	Trabalhador	30	c	Rua Brás Cubas, 42	26/2/93	
481	Ignácio da Costa	Carvoeiro	18	s	Rua da Constituição		18/2/93
486	José Vigário	Servente	44	s	Hospital Isolamento	3/3/93	22/2/93
487	Domingos Gonçalves Luiz	Trabalhador	20	s	Rua Amador Bueno, 144		19/3/93
523	Maria de Jesus	Cozinheira	19	s	Largo do Rosário, 1		21/3/93
536	Augusto Cordeiro	Trabalhador	25	s	Cia. Docas de Santos		23/2/93
537	José Dias Paes	Trabalhador	33	c	Cia. Docas de Santos		
538	José Matado	Cocheiro	22	s	Cia. Santista de Transporte		
541	Maria Massima	Jornaleira	45	c	Desconhecido		26/2/93
550	Francisco Miguel	Cocheiro	45	s	Largo do Rosário		04/3/93
564	Augusto Machado	Trabalhador	21	s	Rua do Rosário		24/2/93
569	Joaquim/Puster (?)	Trabalhador	26	c	Rua da Constituição, 45	02/03/93	24/2/93
581	Antonio Eduardo	Funileiro	39	c	Praça dos Andradas	08/3/93	26/2/93
588	Manoel Chiterio	Trabalhador	45	c	Rua do Rosário	09/3/93	
589	Pereira Monteiro	Funileiro	23	s	Rua da Penha	05/3/93	

Na relação dos enfermos (março a dezembro de 1861), na Santa Casa de Misericórdia de Santos, há 94 portugueses internados. Não é período de epidemia. A maioria é de adultos, homens (a partir de 21 a 60 anos), principalmente entre 21 e 40 anos. Menores de 20 anos são apenas 15 jovens.

A maioria dos portugueses é da região norte. Porto é a campeã (35); de outras regiões do norte, há 29; de Lisboa (5); Coimbra (2) e 12 são das Ilhas.

Desses internados apenas vinte são casados. Nessa relação não consta profissão.

Em época de epidemia, funcionou, no bairro do Saboó, região onde moravam muitos lusos, um hospital de isolamento de febre amarela. Muitos dos internados são marítimos e muitos portugueses. Como exemplo, analisamos neste texto, o ano de 1893 (janeiro a agosto), quando termina a epidemia. Dos 1.586 internados, 277 são portugueses (11,16%). Neste grupo, 37 são mulheres e 4, crianças. Um só é negociante; 204 são jornaleiros e 11 trabalhadores; 12 são cocheiros/carroceiros e o restante inclui várias profissões, inclusive de serviços domésticos. Chegaram a óbito 133 portugueses (48% dos internados).⁶

Conclusão

Os dados obtidos, a partir do registro de sócios da Beneficência Portuguesa de Santos, informam sobre a idade e a origem geográfica desses lusos; sua filiação, parte deles eram parentes que imigravam juntos, possível de verificar pelos nomes de família, pelas localidades de origem e até pelo exercício de uma mesma profissão. Mostram a forte participação de portugueses na vida econômica da cidade, como trabalhadores, empresários e profissionais com qualificação, indicando as principais atividades que exerceram. Esses indivíduos eram homens jovens e solteiros, entretanto, observa-se que o número de casados também subiu. A mortalidade no período aponta para as más condições de salubridade e saúde, gerando problemas familiares. A partir do item residência é possível traçar um mapa, verificando a ocupação da cidade por esses portugueses e sua participação na vida da cidade.

No *Livro de Enfermos* da Santa Casa de Misericórdia de Santos, de 1861, recolheram-se outros dados mais gerais não indicando profissão, mas lugar de nascimento. As doenças são as mais variadas, porque não era período de epidemia. Nota-se a presença de muitos estrangeiros além dos portugueses.

O Hospital da Filosofia foi montado, no bairro do Saboó, para atender à grande população marcada pela febre amarela.

Selecionaram-se os anos de 1893 e de 1895. Embora o Livro de Registros não indique a naturalidade, também é grande o número de europeus internados, além dos portugueses. Dos estrangeiros, uma grande parte era de marítimos dos navios que atracavam. São importantes as indicações apresentadas como a profissão, a idade e a residência.

Os dados apresentados nos dois hospitais são elementos fundamentais para análises futuras sobre a presença dos lusos na cidade de Santos.

NOTAS

* Universidade Católica de Santos.

** Universidade Católica de Santos.

¹ FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. “A presença Portuguesa no Comércio em Santos”. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de, HECKER, Alexandre (Orgs.). *Deslocamentos e história: os Portugueses*. Bauru, EDUSC, 2008, pp. 142, 145 e 146.

² PEREIRA, Maria Aparecida Franco; FRUTUOSO, Maria Suzel Gil. “Os Trabalhadores Portugueses na Cidade Portuária de Santos, no final do século XIX”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia, MATOS, Izilda. (Coord.). *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto/Portugal, Edições Afrontamento, 2009, pp. 95-97.

³ Pereira; Frutuoso, *op. cit.*, pp. 100-101.

⁴ Pereira; Frutuoso, *op. cit.*, pp. 96-97.

⁵ VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. *Asilo de órfãos de Santos: assistência à infância desvalida 1889-1914*. Santos, Universidade Católica de Santos, 2006, p.80.

⁶ O levantamento foi feito pormenorizadamente em vários anos, com o nome dos internados, endereço, idade, estado civil, data de alta ou de falecimento.



A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE BRAGANÇA PARA O BRASIL NO SÉCULO XIX (1884-1890)

MARIA DA CONCEIÇÃO CORDEIRO SALGADO*

O distrito de Bragança está integrado actualmente na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, cobre uma área de 6.598,7 Km² e compreende 12 concelhos: Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso e Vinhais. Situa-se no extremo norte do país, confina, a oeste, com o distrito de Vila Real e está separado de Espanha e do distrito da Guarda pelo rio Douro.

Apresenta um relevo fortemente acidentado e montanhoso, distante do litoral e dos grandes centros de decisão, o que o torna numa região virada para si, “vivendo vida rude e selvagem”¹, levando as suas populações a criar mecanismos de auto regulação. Essa interioridade, agravada pela ausência de acessibilidades, faz dele uma região quase esquecida, ao mesmo tempo que as suas populações são votadas a um total isolamento: “O distrito de Bragança mais tem parecido filho órfão e enjeitado, do que um membro da grande família deste país pelo que respeita à viação pública”², sendo olhado com “desigualdade em relação aos outros distritos, mais ou menos contemplados no progresso e melhoramento”³.

Com uma população de 164.049 em 1864, 175.617 em 1878, e 179.678 em 1890, foi sempre um distrito eminentemente rural, possuindo apenas uma cidade – Bragança – simultaneamente capital do distrito. Vivendo de uma agricultura não só “pobre, como definhada, chega ao estado de aviltamento, porque os produtos quando abundam, morrem arreigados ao solo, não têm procura nem podem concorrer em qualquer mercado”⁴.

A indústria é praticamente inexistente, apenas conhecendo uma indústria próspera – a das sedas – que, no século XIX já se encontra em decadência. Desse estado nos dá testemunha o relatório de 1856, onde se lê: “A indústria fabril pode dizer-se actualmente nula, e se em outro tempo adquiriu alguma celebridade pelas suas fábricas de seda, perdeu-a actualmente”⁵.

O Inquérito Parlamentar à Emigração Portuguesa levado a cabo em 1885 mostra que o nordeste atravessa uma profunda crise, com carências de toda a ordem. A desoladora devastação de inúmeros vinhedos provocados pela filoxera acarreta avultados prejuízos aos agricultores que se vêem sem rendimentos. O preço dos géneros agrícolas, nomeadamente do azeite, sobe. Os senhorios vivem com grandes dificuldades, não podendo recorrer a empréstimos devido à inexistência de bancos e instituições de crédito. E como as instituições de beneficência se encontram descapitalizadas, quando concedem empréstimos fazem-no sob hipoteca e com juros elevados. O recurso aos agiotas ou particulares torna-se insustentável. Com uma área de cultivo limitada, entre 0,5 e 2,5 hectares em média, os proprietários

e agricultores não podem manter os assalariados pela fraca produtividade das terras e muito menos pagar-lhes salários justos. O distrito debate-se ainda, em alguns concelhos, com falta de braços – Bragança, Freixo de Espada à Cinta e Carrazeda de Anciães –, suprida pela importação de mão-de-obra do reino vizinho (Espanha).

Confinado a mercados limitados, ausência de vias de comunicação, privado de escolas, escassez de capitais, e de instrução agrícola, o distrito de Bragança vê a pobreza a alastrar e a mendicidade a aumentar.

Os registos de passaporte do Governo Civil de Bragança (1844-1890)

O presente trabalho baseia-se fundamentalmente nos livros de registo de passaporte do Governo Civil de Bragança, disponibilizados no Arquivo Distrital de Bragança, onde se encontram dois *Livros de Registo de Passaportes Indeferidos, Termos de Reconhecimento de Identidade* e 43 *Livros de Registo de Passaportes Deferidos*, cobrindo, estes últimos, o nosso período. Estas fontes têm início em 1844 e terminam em 1969, com algumas lacunas. As que afectam a apresentação dos nossos resultados são as que dizem respeito ao período compreendido entre 22 de Maio de 1889 e 2 de Outubro de 1890. No entanto, apesar das falhas apresentadas, privilegiámos o seu estudo, e trabalhámos este fundo de 1844 a 1890.

No decurso da investigação, verificámos que os registos não se apresentam sempre do mesmo modo e não fornecem sistematicamente os mesmos dados. De 1844 a 25 de Outubro de 1858, os assentos mostram formulário impresso onde consta o nome do titular, a naturalidade, o estado civil, a profissão, o local de destino, o abonador, os acompanhantes e um pequeno texto, indicando a obrigação do titular se apresentar a todas as autoridades das terras onde pernoita. Os “sinais”, ou seja, as suas características, aparecem no canto superior esquerdo. Não contêm a filiação, nem o local de embarque, nem a obrigação do titular e acompanhantes se apresentarem no local de destino ao cônsul aí residente. Não é igualmente registada a sua capacitação para

PASSAPORTE.
XXX

Governador Civil
 O *Administrador do Distrito de Bragança*, etc.

SIGNAES.
 Idade *52 annos*
 Estatura *62 1/2 polg.*
 Cabeça } *bastante*
 Olhos }
 Nariz } *bastante*
 Boca }
 Barba } *Pouca*
 Côr } *Natural*

S. P.
Nada

Concedo passaporte a *Domingos e Francisca*
 Natural de *Paços* Estado
Solteiro Profissão *Barbeiro* para hir
 a *Ilha de Janeiro* Abonado por *Julio Soares*
de Bragança desta Levando em sua companhia
 " " "

Cumprido com a obrigação de apresentar este a todas as
 Authoridades das terras onde pernoitar he não porão impedimento algum em seu tranzito no espaço de *90* dias porque
 este será valido. Bragança no *Distrito* Geral *10* de
Outubro de *1844*.

O *Governador Civil*
L. M. A. de Bragança

*Com o abono de *Francisco Antonio* Capel
 da Repartição de Fazenda, e em nome, e
 assigno com o fador
Francisco Antonio
*Julio Soares de Bragança**

Figura 01 – Primeiro registo de passaporte (1844).

a leitura/escrita.

A partir de 16 de Novembro de 1858 até 1888, os registos são manuscritos, apresentando irregularidades na informação, ou seja, o nome do pai não é registado regularmente e o da mãe esporadicamente. A partir de 1864, passa a constar do registo de passaporte o local de embarque, bem como a obrigação dos titulares e acompanhantes terem de se apresentar ao cônsul português à chegada ao porto de destino. A capacitação para a leitura/escrita embora de forma irregular, surge a partir de 1861. De Abril de 1888 e até ao fim da nossa observação, passam de novo a ter formulário impresso, o que os homogeneiza, apresentando leitura acessível. Contêm informação sistemática e completa de dados, excepto na capacitação para a leitura / escrita, que nem sempre é registada.

Efectivos migratórios registados pelo Governo Civil de Bragança quanto ao distrito de Bragança

Destino dos emigrantes

É a Domingos Manuel Baptista, natural de Babe, com 32 anos de idade, solteiro, barbeiro, que é concedido, em 10 de Setembro de 1844, o primeiro passaporte para ir para o Rio de Janeiro, devendo embarcar num prazo de 90 dias. Depois, outros partem, mas em pequeno número, comparativamente aos valores registados, neste mesmo período, em algumas regiões do nosso país.

Entre 1844 e 1890, foram emitidos pelo Governo Civil de Bragança 1821 passaportes. A grande maioria menciona como país de destino o Brasil (1591), outros referem diferentes paragens (230) como a África - Angola ou Moçambique – e também a Europa – particularmente Espanha. O registo pode conter acompanhantes, geralmente familiares, maioritariamente mulher e filhos. No caso da emigração para o Brasil, verificamos a existência de 324 acompanhantes.

O embarque, até 1888, faz-se predominantemente pelo Porto. A partir desta data e até ao final da nossa observação, os registos indicam regularmente o porto de Lisboa. A omissão do local de desembarque é frequente. Nesse caso, sabemos apenas que o titular se dirige para o “império do Brasil”, devendo “apresentar-se no local de desembarque ao cônsul português aí residente”²⁶. Estudos já efectuados nos censos brasileiros e nas **Listas de passageiros** mostram que, durante este período, o Rio de Janeiro é o principal porto de destino.

Tabela 01
Destino declarado pelos titulares de passaporte (1844-1890)

Destino	Titulares	Acompanhantes	Total de Emigrantes
Brasil	1199	322	1521
Rio de Janeiro	55	2	57

Rio Grande do Sul	6	0	6
Maranhão	3	0	3
Pernambuco	2	0	2
Pará	1	0	1
Minas Gerais	1	0	1
Outros locais	194	36	230
TOTAL	1461	360	1821

Saídas anuais

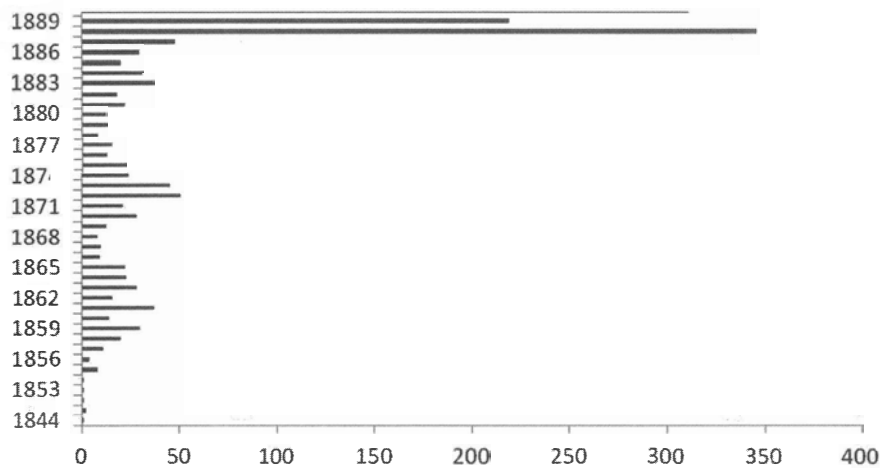
A partir de 1857, deparamos com alguma emigração, mas sempre com quantitativos pouco relevantes, com exceção de pequenos picos intermédios, nos períodos de 1861, 1872 e 1873, o que pode estar relacionada com crises de subsistência. De qualquer modo, o registro de saídas anuais é globalmente baixo até ao ano de 1888, ou seja, durante 44 anos a percentagem de emigrantes que parte é menor (45%) que aquela que emigra nos últimos três anos observados (55%). A “grande emigração”, já perto do fim da nossa observação, indicia uma emigração familiar, pois a inclusão de acompanhantes no mesmo passaporte vai sendo cada vez maior.

Tabela 02
Saídas anuais de emigrantes com destino ao Brasil (1844-1890)

Anos	Titulares	Acompanhantes	Total de Emigrantes	%
1844	1		1	0,06
1851	2		2	0,13
1852	1		1	0,06
1853	1		1	0,06
1854	1		1	0,06
1855	8		8	0,50
1856	4		4	0,25
1857	11		11	0,69
1858	20		20	1,26
1859	28	2	30	1,89
1860	14		14	0,88
1861	27	10	37	2,33
1862	16		16	1,01
1863	24	4	28	1,76
1864	23		23	1,45
1865	21	1	22	1,38
1866	8	1	9	0,57
1867	10		10	0,63

1868	7	1	8	0,50
1869	13		13	0,82
1870	28		28	1,76
1871	20	1	21	1,32
1872	47	3	50	3,14
1873	40	5	45	2,83
1874	23	1	24	1,51
1875	21	1	22	1,38
1876	10	3	13	0,82
1877	15		15	0,94
1878	8		8	0,50
1879	12	1	13	0,82
1880	11	1	12	0,75
1881	17	5	22	1,38
1882	17	1	18	1,13
1883	33	4	37	2,33
1884	31		31	1,95
1885	19	1	20	1,26
1886	29		29	1,82
1887	45	3	48	3,02
1888	275	71	346	21,75
1889	143	76	219	13,76
1890	183	128	311	19,55
TOTAL	1267	324	1591	100,00

Gráfico 01



Saídas anuais de emigrantes com destino ao Brasil (1844-1890)

Naturalidade dos emigrantes

O registo da naturalidade mostra-nos concelhos onde a emigração foi praticamente inexistente – Miranda do Douro e Freixo de Espada à Cinta – em comparação com outros, onde se verifica um grande número de saídas – Vinhais, Mirandela e Carrazeda de Ancieães.

Alguns factores podem ter contribuído para um maior ou menor surto emigratório: a localização geográfica de cada um dos concelhos, ou seja, uma maior ou menor interioridade; a proximidade ou distância de Espanha e do rio Douro; os mecanismos de auto-regulação por meio de movimentos migratórios inter-concelhios em determinadas épocas do ano, tendo em vista, sobretudo, o apoio aos trabalhos agrícolas; por fim, a maior ou menor proximidade do caminho-de-ferro.

De facto, os concelhos que confinam com a vizinha Espanha podem aí encontrar formas de superar as deficiências de produtos alimentares e outros, através do contrabando. É referido em 1856 que o “contrabando neste distrito se faz em larga escala” e que “os principais artigos introduzidos de Espanha tanto pelo rio Douro como por outros diferentes pontos da raia seca, são cereais de toda a espécie, gado vacum, aguardente, vinho, tecidos de lã e seda e carneira”¹. Os concelhos confinantes com o sul do distrito, próximos do Douro², encontram neste rio e no caminho-de-ferro as vias pelas quais irão partir.

Tabela 03
Naturalidade dos emigrantes, concelhos do distrito de Bragança (1844-1890)

Concelhos	Titulares	Acompanhantes	Total
Alfândega da Fé	16	11	27
Bragança	92	16	108
Carrazeda de Ancieães	161	16	177
Freixo de Espada à Cinta	9	0	9
Macedo de Cavaleiros	70	15	85
Miranda do Douro	3	0	3
Mirandela	350	91	441
Mogadouro	18	10	28
Torre de Moncorvo	42	1	43
Vila Flor	67	13	80
Vimioso	20	0	20
Vinhais	376	144	520
Sem Indicação	21	0	21
Outros Concelhos	22	7	29
TOTAL	1267	324	1591

Dos 1591 registos levantados, não conseguimos identificar a naturalidade de 22 titulares de passaporte, o que equivale a 1,3% do total. Verificamos igualmente que foi con-

cedido passaporte a indivíduos de outras procedências.

População censitária e número de emigrantes

O quadro permite verificar e comparar o número de saídas de emigrantes no distrito e por concelho, face à população censitária. Não incluímos os que partem de outros concelhos (29 casos) e aqueles de quem não é registada a sua naturalidade (21 casos). Assinalamos os seguintes aspectos mais gerais: a emigração no distrito é quase insignificante e até 1864, atinge apenas 1,06% em todo o distrito. Mirandela, Vila Flor, Carrazeda e Macedo de Cavaleiros são os concelhos que apresentam maior número de saídas. Entre o censo de 1864 e o de 1878, o número de registos verificado continua a ser muito ténue – somente 2% das pessoas. Carrazeda ocupa um lugar cimeiro. No último período, o número de saídas aumenta, principalmente nos concelhos onde anteriormente se fazia já sentir a emigração, surpreendendo-nos em primeiro lugar o concelho de Vinhais com um elevado número de efectivos, mas também Mirandela.

Tabela 04
Comparação da população censitária
dos concelhos do distrito com o número de emigrantes

Concelhos	População								
	Censo de 1864	N.º de emigrantes	%	Censo de 1878	N.º de emigrantes	%	Censo de 1890	N.º de emigrantes	%
Alfândega da fé	9.173	3	0,03	9.408	12	0,13	8.704	12	0,14
Bragança	26.215	36	0,14	27.725	20	0,07	30.535	52	0,17
Carrazeda de Anciães	11.382	17	0,15	11.882	73	0,61	13.053	87	0,67
Freixo Espada à Cinta	6.032	1	0,02	6.501	5	0,08	6.551	3	0,05
Macedo de Cavaleiros	17.563	16	0,09	18.566	17	0,09	18.648	52	0,28
Miranda do Douro	9.110	2	0,02	9.788	1	0,01	10.053	0	0,00
Mirandela	17.995	36	0,20	20.031	64	0,32	19.818	341	1,72
Mogadouro	14.774	5	0,03	16.042	4	0,02	16.300	19	0,12
Torre de Moncorvo	13.401	4	0,03	14.603	19	0,13	14.410	20	0,14
Vila Flor	8.522	16	0,19	9.902	33	0,33	10.945	31	0,28
Vimioso	9.707	4	0,04	10.445	8	0,08	10.706	8	0,07
Vinhais	20.174	23	0,11	20.724	26	0,13	19.955	471	2,36
Total do distrito⁹	164.048	163	1,06%	175.617	282	2,00%	179.678	1096	5,99%

Os concelhos que apresentam menor número de ocorrências confinam com Espanha, ou encontram-se muito próximos dela: Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta, Vimioso, Mogadouro.

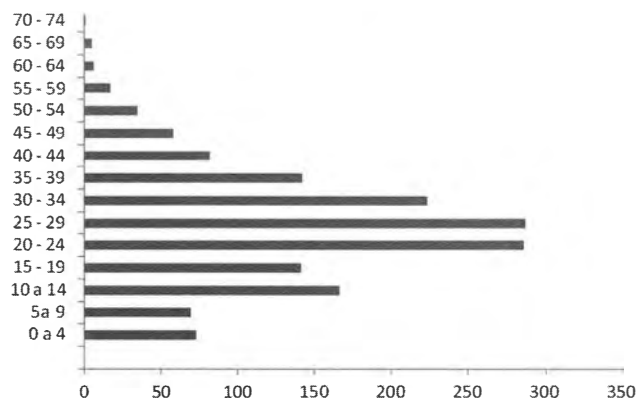
Grupos etários

A distribuição dos emigrantes por grupos de idade mostra a existência de dois grupos representativos; os que têm entre 20-24 anos de idade e os que compreendem as idades entre os 25-29 anos. O elevado número de acompanhantes observado inclui as crianças que partem com a família. O número de crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos é bastante significativo, em oposição aos emigrantes com idade superior a 55 anos, que é relativamente baixo.

Tabela 05
Distribuição dos emigrantes por grupos etários (1844-1890)

Anos	Titulares		Acompanhantes		Total	%
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino		
0 - 4	0	0	25	48	73	4,6
5 - 9	4	1	46	18	69	4,3
10 - 14	100	2	42	22	166	10,4
15 - 19	118	1	9	13	141	8,9
20 - 24	258	4	8	16	286	18,0
25 - 29	251	12	4	20	287	18,0
30 - 34	199	8	3	13	223	14,0
35 - 39	120	3	2	17	142	8,9
40 - 44	62	6	2	12	82	5,2
45 - 49	54	3	0	1	58	3,6
50 - 54	27	5	0	3	35	2,2
55 - 59	17	0	0	0	17	1,1
60 - 64	6	0	0	0	6	0,4
65 - 69	4	1	0	0	5	0,3
70 - 74	1	0	0	0	1	0,1
Total	1221	46	141	183	1591	100,0

Gráfico 02
Distribuição dos emigrantes por grupos etários



Distribuição por género

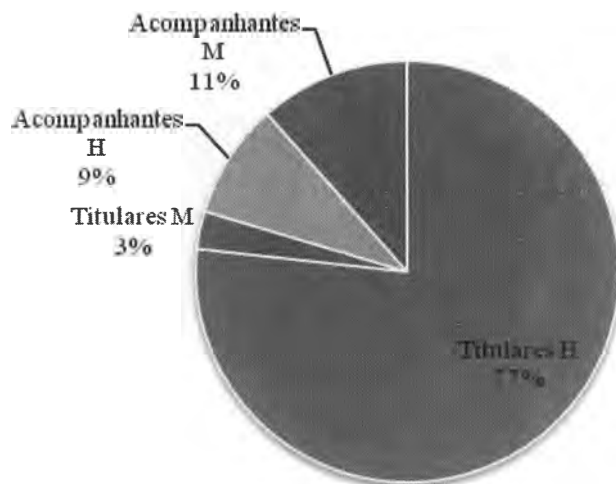
Estamos perante uma emigração masculina. Geralmente, o homem parte só. Tudo é ponderado: o risco, a incerteza, o receio do desconhecido e o preço exorbitante da viagem, o que talvez explique o reduzido número de mulheres que parte com o seu próprio passaporte. Quando estas partem integram um passaporte masculino, habitualmente o marido ou irmão.

Tabela 06

Distribuição dos emigrantes por anos e por género

Anos	Titulares		Acompanhantes		Total de Emigrantes	%
	H	M	H	M		
1844	1	0	0	0	1	0,06
1851	2	0	0	0	2	0,13
1852	1	0	0	0	1	0,06
1853	1	0	0	0	1	0,06
1854	1	0	0	0	1	0,06
1855	8	0	0	0	8	0,50
1856	4	0	0	0	4	0,25
1857	11	0	0	0	11	0,69
1858	20	0	0	0	20	1,26
1859	28	0	1	1	30	1,89
1860	14	0	0	0	14	0,88
1861	26	1	7	3	37	2,33
1862	16	0	0	0	16	1,01
1863	24	0	2	2	28	1,76
1864	23	0	0	0	23	1,45
1865	20	1	1	0	22	1,38
1866	8	0	1	0	9	0,57
1867	9	1	0	0	10	0,63
1868	7	0	1	0	8	0,50
1869	13	0	0	0	13	0,82
1870	28	0	0	0	28	1,76
1871	20	0	1	0	21	1,32
1872	47	0	3	0	50	3,14
1873	40	0	1	4	45	2,83
1874	22	1	1	0	24	1,51
1875	21	0	1	0	22	1,38
1876	9	1	0	3	13	0,82
1877	15	0	0	0	15	0,94
1878	8	0	0	0	8	0,50
1879	12	0	1	0	13	0,82
1880	9	2	1	0	12	0,75
1881	15	2	0	5	22	1,38
1882	15	2	0	1	18	1,13
1883	31	2	2	2	37	2,33
1884	28	3	0	0	31	1,95
1885	19	0	0	1	20	1,26
1886	27	2	0	0	29	1,82
1887	44	1	1	2	48	3,02
1888	265	10	31	40	346	21,75
1889	141	2	35	41	219	13,76
1890	168	15	50	78	311	19,55
TOTAL	1221	46	141	183	1591	100,00

Gráfico 03
Distribuição dos emigrantes por género



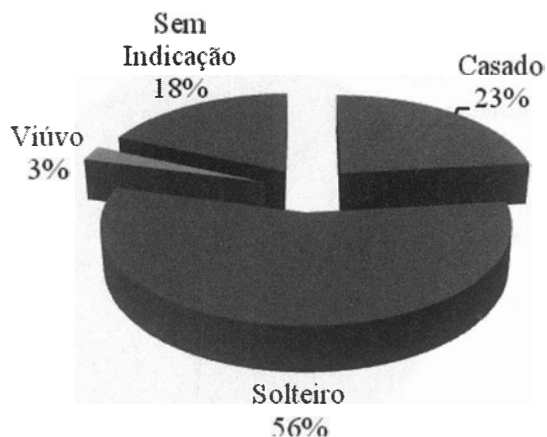
Estado civil

Desconhecemos o estado civil de 18% dos que partem. Dos que indicam a sua situação, quer os titulares, quer os acompanhantes, vemos que são maioritariamente solteiros. Os acompanhantes que partem casados são, sobretudo, mulheres. Podemos então afirmar que se trata de uma emigração predominantemente masculina.

Tabela 07
Distribuição dos emigrantes por estado civil (1844-1890)

Distribuição por estado civil			
Estado Civil	Titulares	Acompanhantes	Emigrantes
Casado	283	85	368
Solteiro	689	204	893
Viúvo	40	0	40
Sem Indicação	255	35	290
TOTAL	1267	324	1591

Gráfico 04
Distribuição dos emigrantes por estado civil (1844-1890)



Emigrantes por profissão

A declaração de profissão nem sempre é anotada. O número de registos onde não encontramos informação de profissão, quer para os acompanhantes, quer para os titulares, é elevado (86%). De entre as profissões mencionadas, aparecem em primeiro lugar as que se relacionam com o sector terciário, ou seja, com os serviços, depois, as do sector primário e por fim, as que se ligam ao sector secundário, sendo esse distrito eminentemente rural, tudo leva a crer que o grupo dos que não indicam profissão, e que é muito numeroso, é composto por trabalhadores rurais.

Algumas profissões chamam a nossa atenção: estudante, caixeiro, proprietário, alfaiate, negociante e barbeiro.

Tabela 08
Distribuição dos emigrantes por profissão (1844-1890)

Profissão	Titulares	Acompanhantes	Total de Emigrantes
Alfaiate	15	2	17
Bacharel em Direito	1	0	1
Barbeiro	13	1	14
Caixeiro	23	1	24
Caldeireiro	1	0	1
Canteiro	1	0	1
Carpinteiro	9	0	9
Criado	5	0	5
Dentista	1	0	1
Estudante	25	1	26

Fabricante de Seda	1	0	1
Ferreiro	3	4	7
Fogueteiro	1	0	1
Jornaleiro	29	24	53
Latoeiro	1	0	1
Lavrador	22	0	22
Mestre-de-Obras	1	0	1
Negociante	9	2	11
Presbítero	1	0	1
Professor de Inglês	1	0	1
Proprietário	18	0	18
Sapateiro	4	0	4
Serralheiro	1	0	1
Vive da sua agência	3	1	4
Sem Indicação	1078	288	1366
TOTAL	1267	324	1591

Gráfico 05
Profissões por sector de actividade (1844-1890)



População emigrante activa

Muito embora no Portugal oitocentista, as crianças comecem desde muito cedo a desempenhar tarefas, para esta análise, considerámos como população activa os maiores de 15 anos. O quadro mostra-nos que a força de trabalho se encontra entre (80%) da população emigrante, sendo 68% constituída por aqueles cuja idade se situa entre os 15 e os 39 anos de idade.

Tabela 09
População emigrante activa

População Activa		
Anos	N.º de Emigrantes	%
15 - 19	141	11,04
20 - 24	286	22,40
25 - 29	287	22,47
30 - 34	223	17,46
35 - 39	142	11,12
40 - 44	82	6,42
45 - 49	58	4,54
50 - 54	35	2,74
55 - 59	17	1,33
60 - 64	6	0,47
TOTAL	1277	100

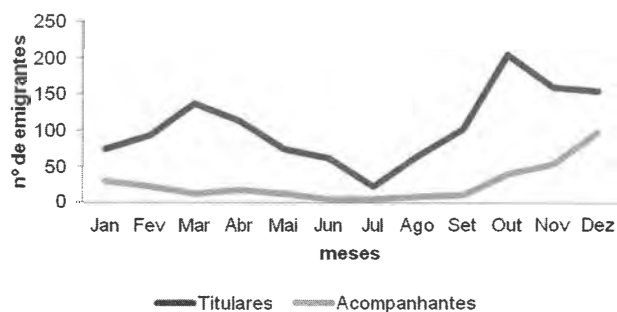
Passaportes por meses do ano

A data de concessão de passaporte pelos meses do ano permite a verificação da época do ano em que se atribuem mais passaportes. Constatamos que se reporta, sobretudo, à época do Outono, sendo menos frequente no Verão, especialmente ao mês de Julho que, como sabemos, corresponde a um período do ano de intenso trabalho agrícola.

Tabela 10
Concessão de passaportes por meses do ano (1844-1890)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Titulares	74	94	138	114	74	62	23	66	102	205	160	155	1267
Acompanhantes	31	23	13	18	13	5	5	9	12	41	55	99	324
Emigrantes	105	117	151	132	87	67	28	75	114	246	215	254	1591

Gráfico 06
Concessão de passaportes por meses do ano (1844-1890)



Conclusão

Os dados obtidos, nos registos de passaporte do Governo Civil de Bragança, indiciam uma reduzida emigração deste distrito com destino ao Brasil. Provavelmente, muitas pessoas poderão ter requerido passaporte por outros distritos, nomeadamente através do Porto ou Lisboa, mas desconhecemos o seu número para o período analisado.

Verificamos, no entanto, um aumento de saídas em conexão com a chegada do caminho-de-ferro, primeiramente, ao Tua, em 1883, e depois, a Mirandela, em 1887, aumento esse bem evidente nos concelhos mais próximos desta via. O estudo feito neste âmbito e mais aprofundado com outras fontes poderá dar um contributo à problemática da emigração numa região que se foi auto-regulando ao longo do tempo, mas que sucessivas crises agrícolas irão compelir famílias inteiras, a braços com a miséria extrema, a emigrar, sobretudo para o Brasil.

A Pátria

...E ele, o herói imortal duma empresa tamanha,
em seu tuguriozinho alegre na montanha
sentado à porta da choupana,
olhos no mar, a olhar sonambulamente...
Águas sem fim! Ondas sem fim! Que mundos novos!
Oh, quem fora, através de ventos e procelas ...

E cismava e cismava... As nuvens eram frotas,
navegando em silêncio a paragens ignotas...
– Ir com elas...Fugir...Fugir!
Braços hirtos de dor, chamavam-no... Jamais!
Não voltaria mais! Oh! Jamais! Nunca mais!
E a barquinha, galgando a vastidão imensa,
ia como encantada e levada suspensa
para a quimera astral...¹⁰

NOTAS

* Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.

¹ *CONSULTA Geral da Junta do Distrito de Bragança*, 1866, p. 4.

² *CONSULTA Geral da Junta do Distrito de Bragança*, 1866, p. 4.

³ *CONSULTA Geral da Junta do Distrito de Bragança*, 1866, p. 4.

⁴ *CONSULTA Geral da Junta do Distrito de Bragança*, 1866, p. 9.

⁵ *RELATÓRIO do Governo Civil do Distrito Administrativo de Bragança*, 1858, p. 4.

⁶ Expressões usadas nos próprios registos de passaporte.

⁷ *RELATÓRIO do Governador Civil do Distrito de Bragança*, 1856, p. 5

⁸ É por este rio que se faz a mais importante exportação e importação do distrito, através dos seguintes portos: Foz do Sabor, no Concelho de Moncorvo, Foz do Tua, no Concelho de Carrazeda de Anciães e Cais do Saltinho, no Concelho de Freixo de Espada à Cinta.

⁹ Apenas foram considerados os que são provenientes de outros concelhos e aqueles que não indicam a sua naturalidade.

¹⁰ Excerto de *A Pátria*, da autoria do poeta transmontano Guerra Junqueiro.

A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM (1918-1931)

DIOGO FERREIRA*

Entende-se por migração qualquer deslocação individual ou colectiva de um ponto para outro [...] A migração implica...concreta ou miticamente a vida entre dois universos, aquele no qual se está inserido, mas também aquele que se deixou, definitivamente ou por um lapso de tempo calculado *grosso modo*; implica sofrimento e divisão”¹.

Introdução

A emigração portuguesa é um fenómeno que deixou a sua marca bem patente ao longo dos tempos. José Luís Garcia afirma mesmo que “a emigração é um dos aspectos singulares de uma hipótese de retrato de Portugal”², tendo a viagem para o Brasil ocupado lugar privilegiado nas opções dos portugueses.

Ainda que de uma forma sucinta, o presente trabalho tem como principal objectivo o estudo da emigração legal efectuada a partir do distrito do Porto para o Brasil, no período compreendido entre 1918 e 1931. A sua realização só foi possível, mediante o levantamento, o tratamento e a análise dos dados recolhidos nos *Livros de Registo de Passaportes* e nos *Processos de Passaportes* do Governo Civil do Porto, que integram o acervo documental do Arquivo Distrital do Porto e constituem as fontes essenciais para a minha investigação, tendo a emigração “no passaporte devidamente autenticado o seu instrumento de legalidade”³.

A Emigração para o Brasil a partir do distrito do Porto (1918-1931)

De acordo com o *Boletim de Emigração*,

a emigração é um fenómeno social, espontâneo, inerente à natureza humana e oriundo de diferentes factores, mais ou menos variados, conforme os tempos e os lugares. É quase sempre instintiva, e importa uma deslocação do solo natal ou mudança de residência temporária ou permanente para países muitas vezes desconhecidos, representa um esforço impulsivo na luta pela vida, com o fim de melhorar a situação económica e social dos indivíduos e das famílias, ou uma manifestação de espírito aventureiro daqueles que se expõem, de ânimo leve, às contingências fortuitas do acaso.⁴

O número de indivíduos que solicitaram passaporte, com destino ao Brasil, no Governo Civil do Porto entre 1918-1931 demonstra claramente que os índices de emigração para aquele país apresentam valores significativos, dando continuidade ao que vinha sucedendo principalmente desde o século XIX.

Número total de emigrantes saídos para o Brasil: titulares de passaporte e acompanhantes

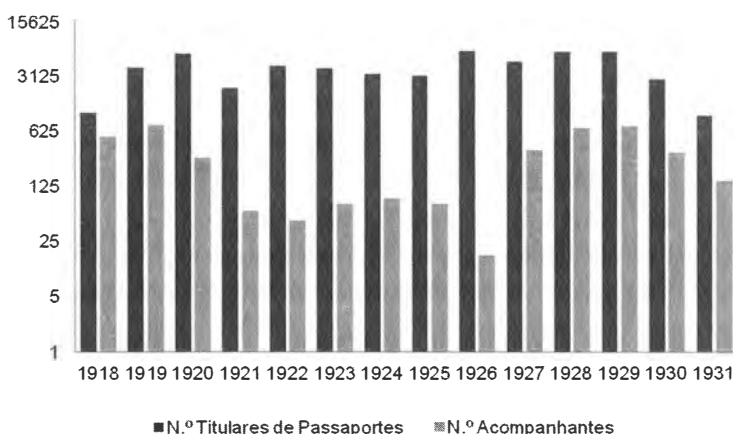
No Gráfico 1 (escala logarítmica de base 5) constata-se que nestes 14 anos saíram a partir do Governo Civil do Porto 60.015 emigrantes, correspondendo cerca de 93% a indivíduos que requereram passaporte, os designados titulares de passaporte (55.798), e 7% àqueles que viajaram na condição de acompanhantes (4.217). Após o final da Primeira Guerra Mundial, os números da emigração dos titulares de passaporte aumentaram, atingindo desde logo em 1920 um dos valores mais elevados no período investigado.

Posteriormente, o regime saído do golpe militar de 1926 não provocaria modificações relevantes no modo de vida de muitos portugueses, mantendo-se inalteráveis as péssimas condições por que passavam imensas famílias, tendo sido a ditadura “atravessada por uma sucessão de conspirações, golpes palacianos e mesmo tentativas revolucionárias”¹, e persistido, assim, em número assinalável a fuga do distrito do Porto para terras brasileiras.

Por sua vez, em 1930 e 1931 assiste-se a um decréscimo na saída de titulares de passaporte a partir daquele distrito devido fundamentalmente a dois factores: a crise económica de 1929 e suas repercussões e a legislação mais restritiva que ambos os países adoptaram.

Em relação aos acompanhantes, verifica-se que nos dois primeiros anos abordados ausentaram-se bastantes emigrantes nessa condição para o Brasil. A partir de 1920 regista-se um decréscimo dessas saídas, já que os passaportes tinham passado a ser individuais após o decreto n. 5.624, de 10 de Maio de 1919. Em 1927, o número de acompanhantes voltou a registar uma considerável subida, na sequência do elevado número de titulares de passaporte que também partiram nesse período e que levavam consigo os seus familiares, principalmente os seus filhos, tendo a relação directa entre titulares de passaporte e acompanhantes sido igualmente notada em 1930 e 1931, na medida em que a diminuição da saída de titulares representou igual situação para os acompanhantes.

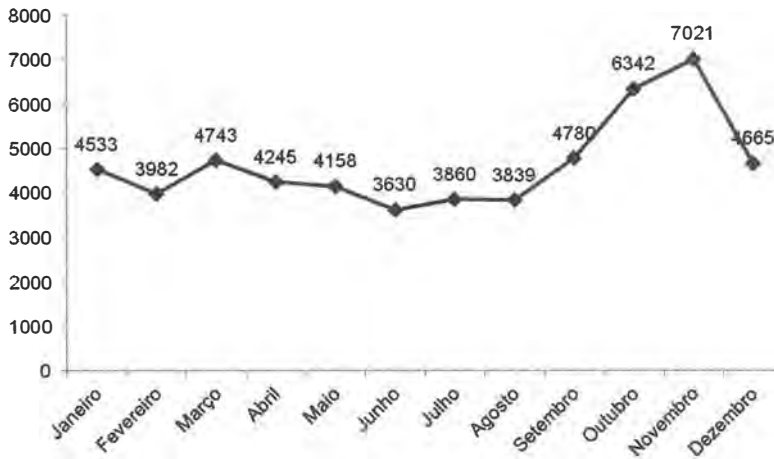
Gráfico 01
Número total de emigrantes saídos para o Brasil (1918-1931)



Periodicidade mensal dos pedidos de passaporte feitos pelos titulares de passaporte

Portugal era, essencialmente, um país agrícola. Observando o Gráfico 2, conclui-se que nos meses em que as condições climáticas começavam a não ser tão favoráveis aos trabalhos agrícolas, a opção de emigrar ganhava mais força, tendo servido de “válvula de escape às fortes tensões sociais no noroeste do país, diante das crises agrícolas”⁶, destacando-se os meses de Setembro, Outubro e Novembro.

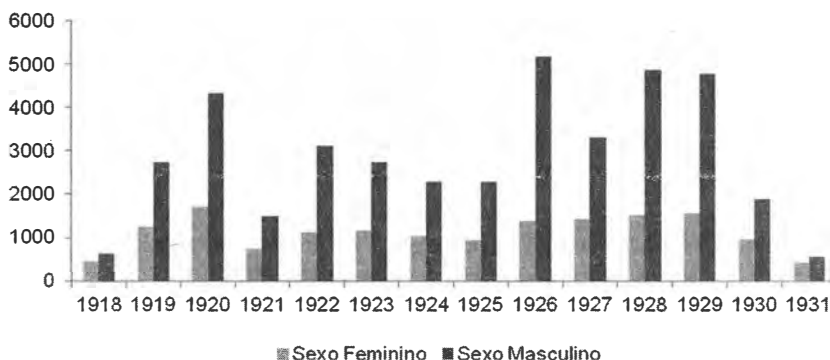
Gráfico 02
Periodicidade mensal dos pedidos de passaporte feitos pelos titulares de passaporte (1918-1931)



Distribuição dos emigrantes por género

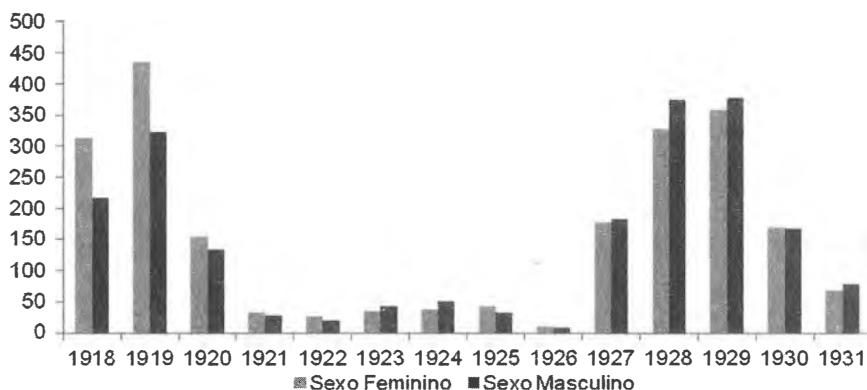
Relativamente à distribuição dos titulares de passaporte por género, a emigração saída do distrito do Porto para o Brasil é predominantemente masculina, com um total de 40.171 homens e 15.627 mulheres. O número de indivíduos do sexo masculino correspondia sempre, em cada ano, a um valor acima do dobro das mulheres, excepto nos anos de 1918 e 1931, em que o número de titulares do sexo masculino condizia apenas a um valor ligeiramente superior ao dos do sexo feminino. As consequentes carências sofridas pelas famílias portuguesas ao longo desses 14 anos levavam os homens a arriscar a sorte nò outro lado do Atlântico, estando mais bem preparados para desempenhar trabalhos duros e exigentes.

Gráfico 03
Distribuição dos titulares de passaporte por género (1918-1931)



Quanto aos acompanhantes, a sua tipologia por género inverteu-se comparativamente aos titulares de passaporte, com as mulheres (2.185) a superar ligeiramente os homens (2.032). Como veremos adiante, grande parte desses acompanhantes eram filhos/filhas dos titulares de passaporte, não havendo por isso qualquer condicionante que favorecesse mais a saída de uns do que outros. É provável que muitos filhos, com idade mais avançada (10-14 anos), tivessem ido trabalhar com os pais na agricultura ou em casas comerciais, enquanto as filhas partiam fundamentalmente para auxiliar as mães nas tarefas domésticas.

Gráfico 04
Distribuição dos acompanhantes dos titulares de passaporte por género (1918-1931)



No total detectou-se uma saída fortemente desproporcionada de emigrantes quanto ao sexo, com os homens a obter grande vantagem sobre as mulheres, com cerca de 70% contra 30%.

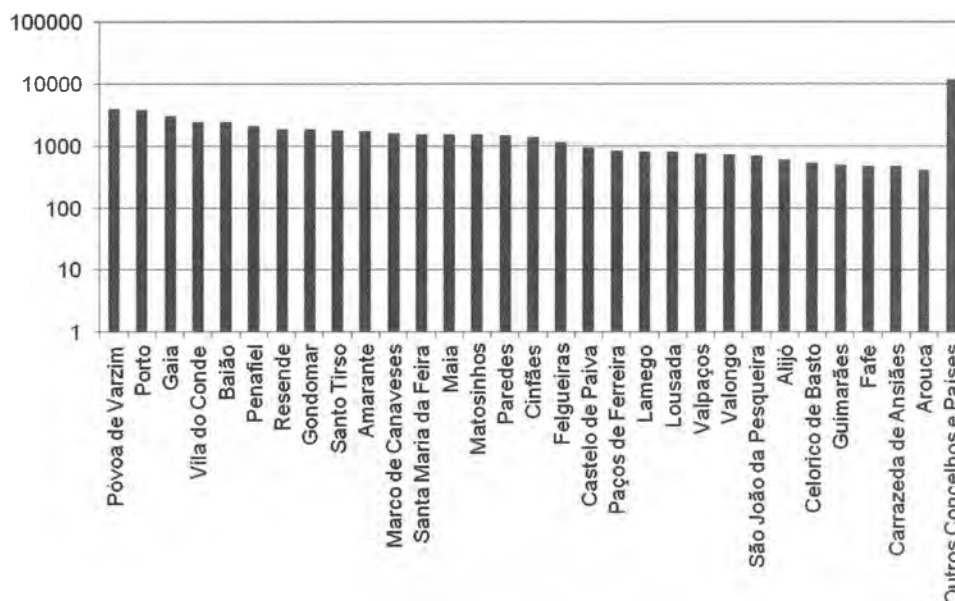
Distribuição dos titulares de passaporte por concelho de naturalidade

Do leque dos 267 concelhos de naturalidade declarados nas fontes documentais analisadas – no continente, ilhas e estrangeiro –, destacam-se apenas os 30 concelhos mais representativos da naturalidade dos impetrantes, de forma a permitir uma análise mais pertinente. Através do Gráfico n.º 5 (escala logarítmica de base 10) é possível concluir que, nesses 30 concelhos, estavam unicamente incluídos emigrantes provenientes do norte de Portugal (78,24%).

Porém, ao decompor o grupo “Outros Concelhos e Países”, verifica-se que também estavam agrupados nessa categoria outros concelhos pertencentes àquela zona do país (21,76%). Como tal, a totalidade dos titulares de passaporte naturais do norte de Portugal correspondia a 97,32%. Em termos geográficos, a importância desta região resultava do maior número de emigrantes dali saídos para o Brasil em comparação com os valores nacionais de outras localidades, confirmando o que Joel Serrão afirmava acerca do assunto: “emigra-se do Norte de Portugal por falta de paralelismo entre o crescimento da população, em especial da população trabalhadora, e o desenvolvimento da riqueza”⁷⁷.

Gráfico 05

Distribuição dos titulares de passaporte por concelho de naturalidade (1918-1931)



A título de curiosidade, entre 1 de Janeiro de 1918 e 15 de Dezembro de 1919 não aparecia qualquer indicação da residência do emigrante nas fontes documentais consultadas, começando somente a partir de 16 de Dezembro de 1919 a surgir tal informação. Num total de 51.068 registos de residência, 50.930 dos titulares de passaporte residiam em concelhos pertencentes ao distrito do Porto, enquanto 138 moravam noutros concelhos

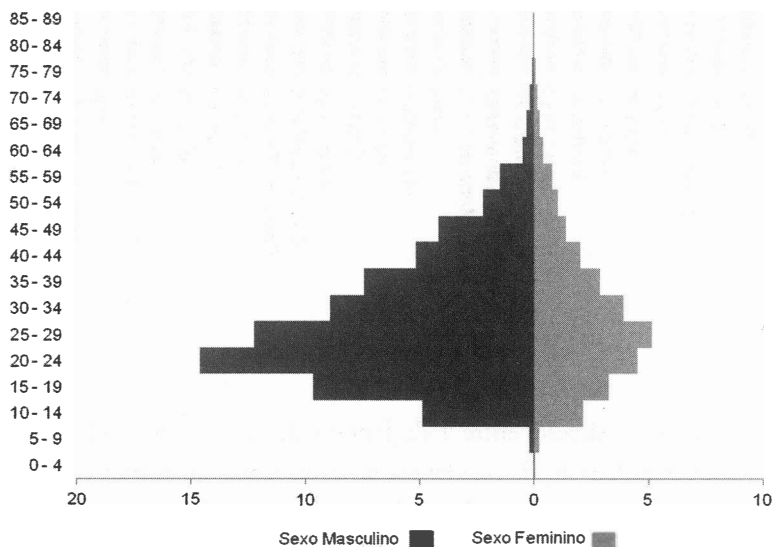
que não faziam parte daquele distrito, ainda que, muito provavelmente, esta pequena parcela de titulares de passaporte acabasse também por residir no distrito do Porto, tendo havido porventura um engano na colocação dessa informação por parte do escrivão. Isto porque o artigo 4.º do decreto n. 5.624, de 10 de Maio de 1919⁸, reafirmava que só os governos civis da naturalidade ou residência do requerente podiam conceder passaporte àqueles que desejassem emigrar.

Distribuição dos emigrantes por grupos etários

No que respeita à distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários, a emigração a partir do distrito do Porto para o Brasil, tal como a emigração portuguesa em geral, continuava a ser feita predominantemente por indivíduos jovens do sexo masculino. Nesse caso, a maior percentagem de emigração resultava do êxodo de homens jovens e adultos, mais especificamente entre os 20 e os 29 anos de idade, que saíram do país impelidos, particularmente, por motivos profissionais e económicos. Conclui-se que 72,85% dos emigrantes masculinos estavam englobados nos grupos etários entre os 20 e os 49 anos, ou seja, em grupos etários produtivos, avaliando-se aí a quebra verificada na mão-de-obra e o empobrecimento não só da massa populacional, mas também produtiva da região de origem desta emigração. Destaque ainda para a fraca representatividade, devido a factores legais, dos menores de 10 anos e maiores de 60 anos de ambos os sexos.

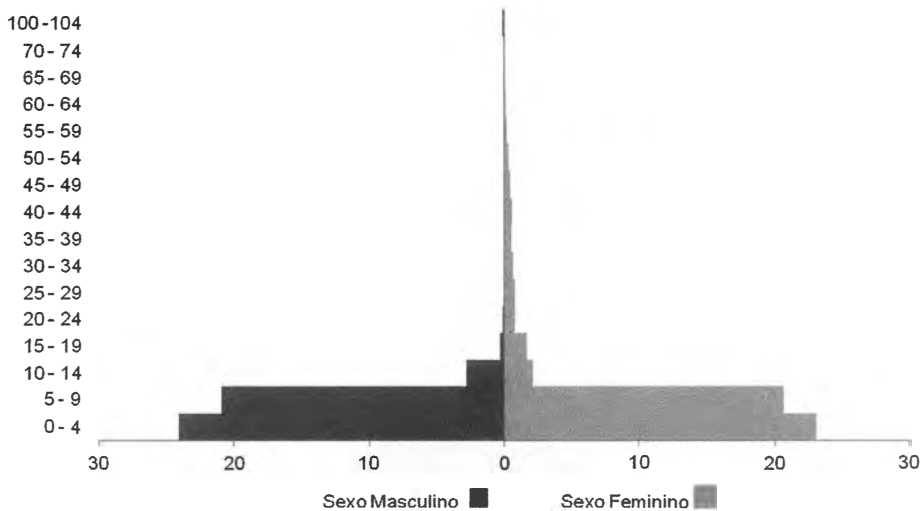
Gráfico 06

Distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários (1918-1931)



Quanto à distribuição dos acompanhantes por grupos etários, assiste-se a uma manifesta superioridade de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, o que reforçava a ideia dos filhos viajarem quase sempre como acompanhantes aditados nos passaportes de seus pais ou outros familiares (tios, avós). O decreto de 10 de Maio de 1919 assumiu um papel decisivo nesse sentido, na medida em que proibia a emigração aos menores de 14 anos que pretendessem viajar desacompanhados dos pais, tutores ou pessoas respeitáveis a quem aqueles os entregassem. No caso em questão, a percentagem de menores de 14 anos era maioritária, correspondendo a 93,72% do total dos acompanhantes.

Gráfico 07
Distribuição dos acompanhantes dos titulares de passaporte por grupos etários (1918-1931)

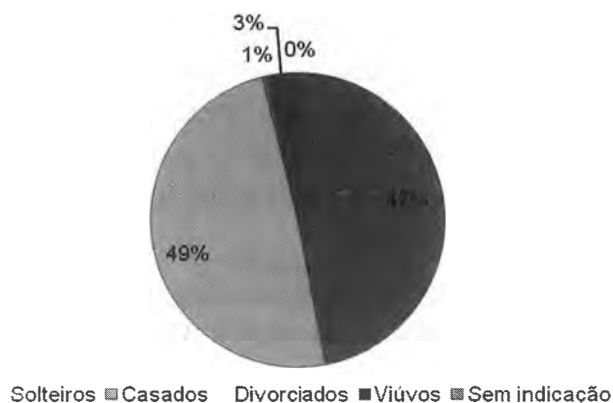


Distribuição dos emigrantes por estado civil

O comportamento dos indivíduos na migração é influenciado por diversos factores, sendo um deles o seu estado civil, que pode actuar como elemento permissivo ou constrangedor da sua mobilidade. Mediante o levantamento das fontes documentais, havia uma ligeira ascendência dos titulares de passaporte casados (27.403) sobre os solteiros (26.237), com os viúvos (1911) e os divorciados (245) a apresentarem valores residuais. Ou seja, desses resultados depreendia-se a extrema necessidade de abandonar o país, não contando de todo a questão do estado civil como factor impeditivo para emigrar. De facto, “só a constelação de dificuldades que caracterizavam a vivência quotidiana dos que partiam poderá explicar a força física e a determinação moral dos que o fizeram, obrigados a deixar o país [...] como única saída possível para uma melhoria de vida ou, mesmo, para a realização de um desejado sucesso”⁹⁹.

Gráfico 08

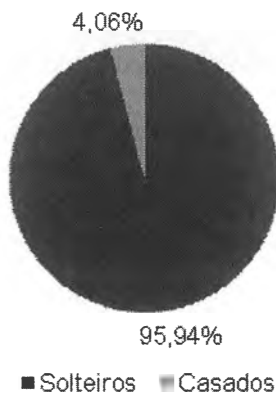
Distribuição dos titulares de passaporte por estado civil (1918-1931)



Quanto aos acompanhantes, estes eram na sua maioria solteiros (4.046), em virtude da acentuada predominância de crianças e adolescentes, enquanto meramente 171 acompanhantes eram casados, todos eles mulheres que partiram nessa condição até ser obrigatória a apresentação de passaporte individual.

Gráfico 09

Distribuição dos acompanhantes dos titulares de passaporte por estado civil (1918-1931)

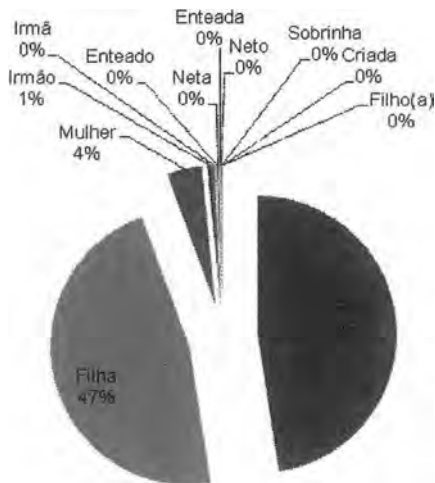


Por sua vez, na contagem total de emigrantes já se detectou uma predominância dos emigrantes solteiros, ainda que pouco significativa, com 30.283 casos contra os 27.574 de emigrantes que partiram casados.

Distribuição dos acompanhantes dos titulares de passaporte por grau de parentesco

Analisando o gráfico a seguir, conclui-se que grande parte dos acompanhantes era filho/filha dos titulares de passaporte (94,4%), indo ao encontro do que já tinha sido exposto no Gráfico 7, com a percentagem de menores de 14 anos a ser maioritária. Até o momento em que foi possível as mulheres casadas partirem como acompanhantes, registam-se 171 mulheres de titulares de passaporte. Por último, cerca de 1,54% estavam repartidos entre netos, netas, sobrinhos, sobrinhas, enteados, enteadas, irmãos e irmãs de titulares de passaporte, não alcançando por isso grande expressão.

Gráfico 10
Distribuição dos acompanhantes dos titulares de passaporte por grau de parentesco (1918-1931)



Distribuição dos titulares de passaporte por profissão/sector de actividade

Em primeiro lugar, optou-se por reduzir as designações socioprofissionais dos titulares de passaporte às 30 mais representativas (Gráfico 11, com escala logarítmica de base 10), pois ao todo apareceu um elenco muito extenso de denominações (354).

A designação com maior representatividade era a de doméstica, com um total de 10.962 (19,65%). Isto permite concluir que, das 15.627 mulheres que partiram neste período como titulares de passaporte, 70,15% são domésticas, ou seja, a ideia de que iam para o Brasil tratar da vida dos seus maridos ou de outros familiares e assegurar a manutenção dos lares estava correcta, bem como retratava o facto das mulheres ainda não se dedicarem em grande número a qualquer profissão.

Outra questão interessante tem a ver com os trabalhadores indiferenciados. Nas fontes consultadas surgia simplesmente a indicação “trabalhador”, não se sabendo ao certo

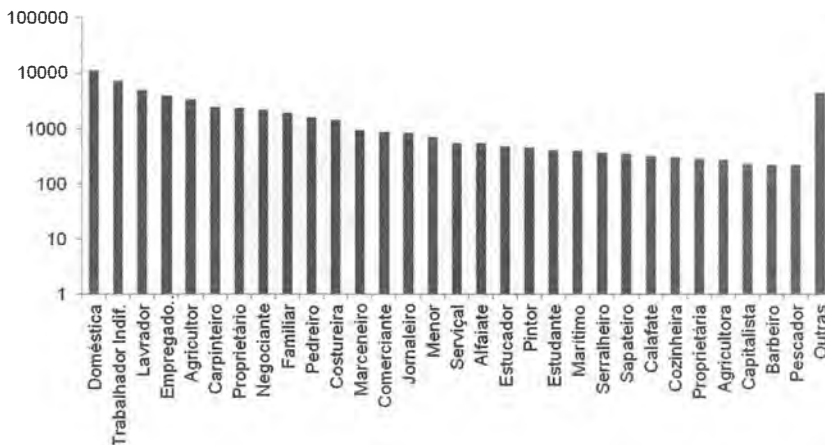
se correspondiam a trabalhadores ligados ao sector agrícola ou se estavam mais preparados para as actividades urbanas (comerciais, bancárias etc.).

Em princípio, grande parte deles, como eram naturais de concelhos localizados mais no interior, “envolventes de maior ruralidade”¹⁰, e não tanto nos grandes centros urbanos (cidade do Porto), seriam assim emigrantes que estavam possivelmente vinculados aos trabalhos agrícolas. A própria imprensa da época confirmava tal realidade: “na sua maioria são trabalhadores do campo, a quem a sedução terrível do Brasil não lhes deixa ver o desatino no trágico da aventura – deixando ficar os campos sem amanho, numa suprema desolação”¹¹. Passava-se a mesma situação em relação aos proprietários.

Independentemente de todas as actividades, o mais importante a reter é que existia uma grande variedade de profissões. Para confirmar precisamente essa diversidade, Nuno Simões refere que os portugueses no Brasil se ocupavam “em todos os ramos da actividade”¹².

Gráfico 11

Distribuição dos titulares de passaporte por profissão (1918-1931)



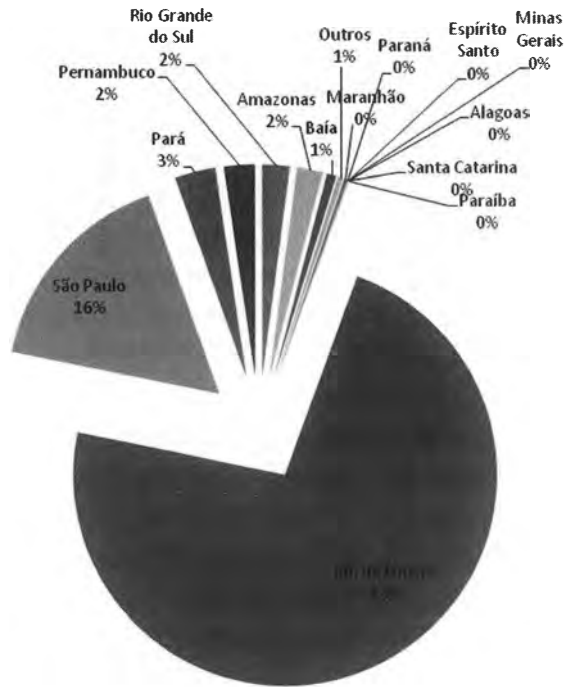
Distribuição dos titulares de passaporte por destino no Brasil (Estados)

Desde logo, o porto de chegada privilegiado foi o Rio de Janeiro, tendo este Estado acolhido 72,64% da população emigrante registada pelo distrito do Porto com destino ao Brasil, logo seguido do Estado de São Paulo, com 16,36%. Esses foram principalmente os dois portos de entrada naquele país. Contudo, os valores apresentados nem sempre se assumiam como os caminhos reais, pois estes emigrantes tanto podiam acabar por se fixar nessas cidades portuárias, como podiam decidir deslocar-se para outras regiões à procura de uma oportunidade de trabalho, pelo que estes dados retratavam somente “a porta de entrada” daqueles no Brasil.

Independentemente do destino final do emigrante, neste estudo interessa apenas revelar o local onde aportavam e, nesse sentido, cerca de 89% dos titulares de passaporte

tinham como destino o Rio de Janeiro e São Paulo, sendo nestas duas cidades que a maioria dos emigrantes se instalava, visto que encontrariam ali presumivelmente um mercado de trabalho mais diversificado.

Gráfico 12
Distribuição dos titulares de passaporte por destino no Brasil (1918-1931)

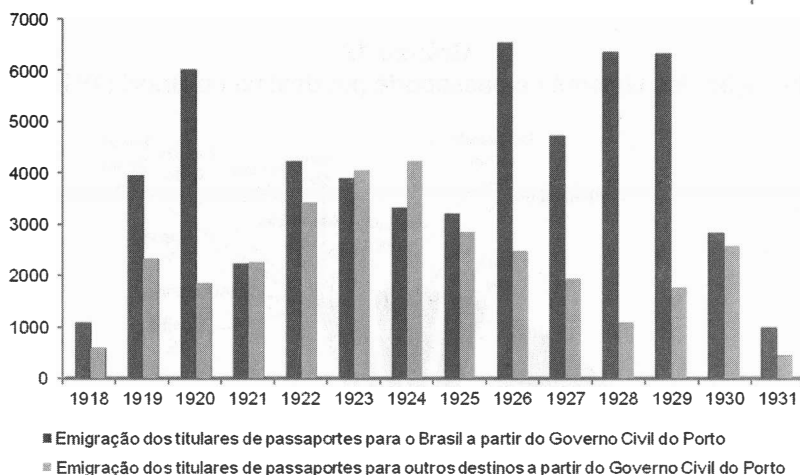


Resultados totais dos efectivos emigratórios saídos pelo Distrito do Porto Relação Brasil/Outros Destinos

A emigração para o Brasil era considerada a corrente mais antiga da emigração transoceânica, predominando ainda essa predilecção entre 1918-1931, período em que a emigração a partir do distrito do Porto para aquele país superava a que se fazia em direcção a outros destinos, com excepção de 1921, 1923 e 1924. Nesses 14 anos, a maioria dos titulares de passaporte saiu para o Brasil (63,67%) e para o continente europeu (32,63%).

Gráfico 13

Resultados totais dos titulares de passaporte saídos pelo Distrito do Porto Relação Brasil/Outros Destinos (1918-1931)

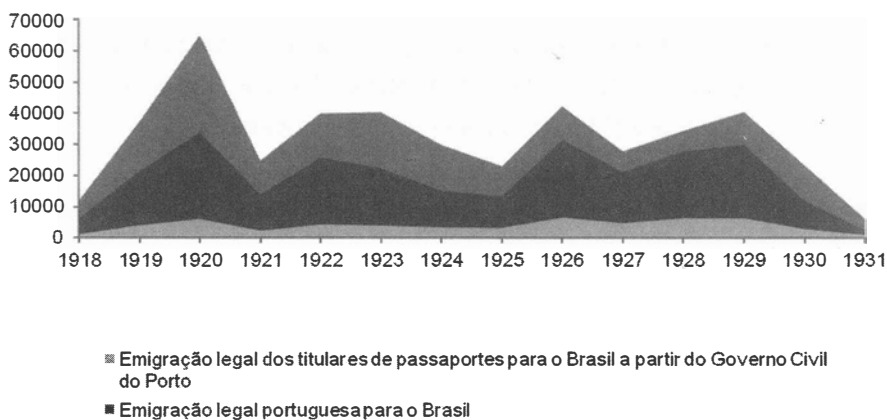


Emigração legal dos titulares de passaporte para o Brasil a partir do Governo Civil do Porto/Emigração legal portuguesa para o Brasil

Relativamente a essa questão, destaca-se a importante percentagem de emigrantes saídos a partir do distrito do Porto comparativamente aos totais nacionais por ano (situava-se entre os 16% e os 24%), podendo verificar-se também a proximidade entre a emigração legal portuguesa para o Brasil e a emigração legal portuguesa no geral, indicativo de que aquele destino era muito procurado pelos portugueses.

Gráfico 14

Emigração legal dos titulares de passaporte para o Brasil a partir do Governo Civil do Porto/ Emigração legal portuguesa para o Brasil (1918-1931)



Taxa Bruta de Emigração dos titulares de passaporte saídos para o Brasil a partir do Governo Civil do Porto

Mediante o cálculo dessa taxa é possível compreender o impacto demográfico causado pela saída de pessoas de um país, procurando, nesse caso, estabelecer-se uma relação entre aqueles que residiam no Porto e emigravam e aqueles que permaneciam naquele distrito constituindo a sua população. Carlos Almeida e António Barreto defendem que “a análise dos números absolutos” não é suficiente para entender esse impacto, pois se os tivéssemos isoladamente em consideração, perderia-se de vista “o que a emigração representa na realidade regional”¹³.

Assim, entre 1918-1931, houve um expressivo número absoluto de titulares de passaporte saídos a partir do distrito do Porto (55.798) que, no entanto, acabaria por não ter grande influência no crescimento populacional daquele distrito, não passando o coeficiente mais elevado de aproximadamente 9 emigrantes por cada 1.000 habitantes nos anos de 1920 e 1926. Ou seja, emigrou-se imenso a partir do distrito do Porto, mas o crescimento populacional ali registado acabou por minimizar os efeitos dessa emigração, “devido, essencialmente, aos valores ainda elevados da natalidade (...) [e à] redução da mortalidade, resultante da melhoria das condições de vida e higiene, originando um excedente natural da população”¹⁴.

Tabela 01
Taxa Bruta de Emigração dos titulares de passaporte saídos para o Brasil a partir do Governo Civil do Porto (1918-1931)

Anos	Emigração legal dos titulares de passaporte para o Brasil a partir do Governo Civil do Porto*	Emigração dos residentes no Distrito do Porto*	População calculada no distrito do Porto***	Taxa Bruta de Emigração (%) - Emig Dist. Porto (residentes)/ Pop. Calc. Dist. Porto	População no distrito do Porto*****	Taxa Bruta de Emigração (%) - Emig Dist. Porto (residentes)/ Pop. Dist. Porto
1918	1077	**1077	728360	1,48‰	699231	1,54‰
1919	3962	**3962	698597	5,67‰	696932	5,68‰
1920	6028	5909	****702166	8,42‰	****702166	8,42‰
1921	2227	2227	708751	3,14‰	711439	3,13‰
1922	4238	4236	711800	5,95‰	720407	5,88‰
1923	3901	3890	714849	5,44‰	727575	5,35‰
1924	3327	3325	717902	4,63‰	737703	4,51‰
1925	3211	3211	720947	4,45‰	747685	4,29‰
1926	6552	6552	****723995	9,05‰	758207	8,64‰
1927	4739	4739	****727039	6,52‰	766389	6,18‰
1928	6369	6367	730082	8,72‰	777827	8,19‰
1929	6344	6344	733119	8,65‰	788226	8,05‰
1930	2834	2834	****810253	3,50‰	****810253	3,50‰
1931	989	989	821061	1,20‰	820910	1,20‰
TOTAL	55798	50623	10248921	5,43‰	10464950	5,32‰

Fontes: *Livros de Registo de Passaportes e Processos de Passaportes; Anuário Demográfico; Anuário Estatístico de Portugal e Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal.*

* Valores recolhidos pelo autor nos *Livros de Registo de Passaportes e Processos de Passaportes*.

** Nos anos de 1918 e 1919 não aparecia nos *Livros de Registo de Passaportes* e nos *Processos de Passaportes* a indicação da residência do emigrante (somente a partir de 16 de Dezembro de 1919 é que surgiu essa informação). Porém, e atendendo à tendência verificada na análise dessa variável entre 1921 e 1931, seria possível concluir que todos residiriam provavelmente no Distrito do Porto. Por exemplo, no ano de 1920, o escrivão talvez se equivocasse ao registar o local de residência de um emigrante (por falta de hábito), colocando a sua naturalidade no campo da residência, daí aparecerem 119 que não residiam no Distrito do Porto, sucedendo o mesmo noutros anos adiante, ainda que com valores completamente irrisórios.

*** Informação recolhida em *Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal*, somente até à queda da República. Com o novo regime saído do golpe militar de 1926, essa informação passou a integrar o *Anuário Demográfico*, da responsabilidade da Direcção Geral de Estatística. Segundo esclarecimento dado pelo Instituto Nacional de Estatística, foi precisamente a transição de regime que fez com que se perdessem tais *Estatísticas*, referentes a 1926, 1927 e 1928. Os valores utilizados para a elaboração da tabela constam da secção “População calculada”, podendo, no entanto, verificar-se que não correspondiam efectivamente à realidade, claramente visível na passagem do ano de 1929 para 1930, em que os números estão completamente desfasados dos do Censo.

**** Os valores da população no distrito do Porto, em 1920 e 1930, baseiam-se nos Censos, disponibilizados por meio do *Anuário Demográfico*, sendo, assim, bastante rigorosos e ajustados à realidade.

***** Nos anos de 1926 e 1927 não foi possível representar quantitativamente a população calculada no distrito do Porto, face à perda de documentação oficial. Dessa forma, apresenta-se um cálculo médio para a população do Distrito do Porto, baseado nos valores estabelecidos em anos anteriores.

***** Ao contrário do que acontece na coluna da População calculada no distrito do Porto, e na tentativa de apresentar dados mais próximos da realidade – visível através da aproximação de valores entre 1929 e 1930 (ano do Censo) –, a coluna População no distrito do Porto exhibe os valores calculados com base na diferença entre os nascimentos e os óbitos anuais registada naquele distrito. As fontes utilizadas para a sua elaboração foram as já mencionadas, com o acréscimo do *Anuário Estatístico* de 1926, 1927 e 1928, da responsabilidade do Ministério das Finanças.

Conclusão

Este trabalho procurou dar um contributo rigoroso e original para o conhecimento de uma parte relevante da emigração portuguesa no século XX com destino ao Brasil. Para o efeito, foi analisada a emigração saída pelo distrito do Porto no período compreendido entre 1918 e 1931, essencialmente numa vertente numérica, permitindo, ainda assim, concluir que a emigração do Norte de Portugal para o Brasil, no período conseqüente à Primeira Guerra Mundial, acompanhou as tendências do fenómeno migratório nacional: numa primeira fase, pautou-se por uma recuperação dos efectivos migratórios, logo seguido de uma

significativa redução, fruto da grave recessão económica provocada pela crise de 1929 e da adopção de restrições legais em ambos os países face aos movimentos migratórios.

Dadas as limitações de espaço inerentes a uma obra colectiva como aquela em que o presente estudo se insere, a obrigar a alguma síntese na apresentação e tratamento dos dados, deixo o seu desenvolvimento para a tese de doutoramento, a concluir no ano de 2010.

NOTAS

* Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.

¹ MIGRAÇÃO. 1986. *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p. 488.

² GARCIA, José Luís (Org.). *Portugal Migrante, Emigrantes e Imigrados: Dois Estudos Introdutórios*. Oeiras, Edições Celta, 2000, p. 11.

³ ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, Gráficos Reunidos, 1994, p. 102.

⁴ BOLETIM de Emigração, n. 2 e 3, ano I, Janeiro a Junho de 1920, Ministério do Interior, Comissariado Geral dos Serviços de Emigração. Lisboa: Imprensa Nacional, 1920, p. 35.

⁵ CARNEIRO, Roberto; MATOS, Artur Teodoro de (Coords.). *Memória de Portugal. O milénio português*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, p.502.

⁶ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 2001, p.319.

⁷ SERRÃO, Joel. *Testemunhos sobre a emigração portuguesa – antologia*. Lisboa, Livros Horizonte, 1976, p. 157.

⁸ Ver PORTUGAL. Ministério do Interior. *Decreto-lei n. 5 624*, de 10 de Maio de 1919. *Diário do Governo*, I Série, n. 98, 6.º Suplemento, pp. 981-987.

⁹ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos. *Portugal-Brasil: migrações e migrantes: 1850-1930*. Lisboa, Edições Inapa, 2000, p. 11.

¹⁰ ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, Gráficos Reunidos, 1994, p. 166.

¹¹ *JORNAL de Notícias*, 7 de Dezembro de 1926, 40.º ano, n. 288, título da notícia *Para o Brasil. Continua o êxodo*.

¹² SIMÕES, Nuno. *O Brasil e a emigração portuguesa. Notas para um estudo*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, p. 37.

¹³ ALMEIDA, Carlos; BARRETO, António. *Capitalismo e emigração em Portugal*. 2.ed. Lisboa, Prelo, 1974, p. 225.

¹⁴ ARROTEIA, Jorge Carvalho. *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2007, p. 42.



A EMIGRAÇÃO DO DISTRITO DE VILA REAL PARA O BRASIL (1901-1930) REALIDADE E PERCEPÇÕES ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO*

Introdução

Na sequência do que vinha acontecendo desde o século anterior, o Brasil foi, nas primeiras décadas do século XX, o destino preferencial dos portugueses que optaram por deixar o seu país e tentar uma nova vida no outro lado do Oceano. As estatísticas oficiais do Estado português, apesar das suas limitações¹, não puderam deixar, na época, de notar e anotar a forte dimensão da emigração para o Brasil a que o país não podia passar indiferente.

Após ter sido utilizada como arma de arremesso pelos republicanos contra a monarquia, a emigração tornou-se, logo nos primeiros anos após 1910, uma questão politicamente incómoda. Contudo, com valores demasiado avassaladores para ser silenciada, merece a atenção do Parlamento e do governo empenhados em a condicionar através de uma abundante legislação² e em lhe apontar o dedo sempre que se procurava diagnosticar os problemas do país, esquecendo que a emigração era, também, consequência desses mesmos problemas.³

Vila Real, localizada na região do Douro, é, na primeira metade do século XX, sede de um vasto distrito que congregava mais de uma dezena de concelhos, desde os mais próximos, Santa Marta de Penaguião, Sabrosa, Vila Pouca de Aguiar, Ribeiro de Pena, Mondim de Basto e Peso da Régua, até aos mais afastados, Montalegre, Chaves e Valpaços. Familiarizada com o fenómeno migratório desde há longo tempo, é nos últimos anos do século XIX que o número dos que procuravam um futuro mais auspicioso fora de Portugal, começa a crescer de forma significativa em Vila Real. As estatísticas reservam-lhe, a esse nível, um lugar de destaque no norte do país.

No entanto, para a população residente dentro do perímetro urbano de Vila Real, essa é uma situação que vai para além dos números oficiais. A obrigatoriedade em obter, na sede do distrito, o passaporte que permitiria a saída legal do país, traz diariamente a Vila Real muitas pessoas, a maioria delas com os olhos fitos no Brasil. Provenientes de vários pontos do distrito, pouco habituados ao desassossego da vila comparativamente a pacatez da sua aldeia, os homens e as mulheres que aí acorriam para materializarem o sonho de uma nova vida fora de Portugal através da obtenção de um passaporte, não poderiam passar despercebidos à população local. Embora sem a força cénica e o dramatismo que caracterizava as partidas dos vapores em Leixões, a presença desses homens e dessas mulheres traria certamente alguma animação acrescida a Vila Real, mas deixaria também alguma inquietação sobre o futuro da região.

Dessa forma, seria nas sedes de distrito do norte do país que, nas primeiras décadas de Novecentos, a questão da emigração ganhava, a cada dia que passava, uma dimensão

de contornos cada vez mais nítidos. Nas épocas de maior afluência, a aglomeração de pessoas junto aos Governos Cívicos, instalados no centro das localidades, aguardando para serem atendidos⁴, dava-lhe uma inevitável visibilidade.

Objecto, fontes e metodologia

É nosso objectivo, no presente trabalho, analisar a forma como, perante essa realidade visível aos olhos de todos nas ruas da povoação e que consubstanciamos com a representação gráfica dos números do registo dos passaportes efectuado no Governo Civil de Vila Real entre 1901 e 1930, foi percebido, ao nível local, o fenómeno migratório. Deixando para uma outra fase do projecto que estamos a desenvolver, uma análise das variações dos fluxos migratórios verificadas ao longo do período em estudo, vamos, de momento, apresentar a trajectória do número de passaportes então registados, e procurar perceber através do que se escreveu na imprensa publicada na povoação de Vila Real, sede do distrito com o mesmo nome, a forma como a sua evolução foi percebida, na região.

Dentro dessa perspectiva, tentaremos, ainda, verificar se o facto de a sede do distrito ser o local de permanência de um representante do governo central, o governador civil, terá condicionado, ou não, a imprensa aí publicada na percepção de uma realidade sobre o qual se propagava, como sabemos, um discurso oficial cujos ecos chegavam, com diferentes intensidades, a todo o país.

Para isso, considerámos no nosso estudo para além da imprensa publicada, na primeira metade do século XX, em Vila Real, a que se editava nas vilas que encabeçam os concelhos mais afastados da capital distrital – Chaves, Montalegre e Valpaços. A pesquisa feita na hemeroteca da Biblioteca Pública Municipal do Porto permitiu-nos identificar os periódicos que geográfica e cronologicamente correspondiam aos objectivos inicialmente definidos.

Compreensivelmente, para Vila Real, pelo facto de ser sede de distrito e, como tal, se assumir, na região, como o centro administrativo e político por excelência, existem vários títulos, alguns deles de inusitada longevidade. É o caso *d'O Vila-Realense* (1880-1984)⁵, *d'O Distrito de Vila Real* (1881?-1910)⁶ e *d'O Povo do Norte* (1891-1932)⁷. Para além destes, pudemos ler também *O Corgo* (1919-1921, 1923-1924) e *A Democracia* (1915-1919, 1923-1925), com um período de publicação consideravelmente mais curto e descontínuo.

Por sua vez, para Chaves, que encabeça no final da década de 20, o concelho com maior número de habitantes do distrito (em 1930 tem um pouco mais de 40.000 habitantes) tivemos acesso a seis títulos, publicados durante o período que nos interessa – a *Folha de Chaves* (1913-1917, 1918, 1919-1922)⁸, *O Flaviense* (1915-1916), *o Ecos de Chaves* (1917), *o Notícias do Norte* (1915-1917)⁹, *O Intransigente* (1899-1907)¹⁰ e *o Era Nova* (1928-1940). Reflectindo a menor dimensão e o menor número de habitantes, para Montalegre apenas existem, na referida Biblioteca, dois periódicos – *O Crente de Barroso* (1913-1917) e *O Montalegrense* (1913-1920). Finalmente, relativamente a Valpaços, para a primeira metade do

século XX, não encontramos qualquer referência na referida Biblioteca, impossibilitando-nos, por isso, a sua inclusão no presente estudo.

Não cobrindo, como podemos verificar, em contínuo, todo o período em análise, quer no caso de Chaves (com especial destaque para os anos de 1908 a 1913 e 1923 a 1927) e, sobretudo, de Montalegre (hiatos de 1901 a 1913 e de 1920 a 1930), o conjunto destes jornais constitui, apesar disso, uma boa base documental para procedermos ao levantamento da informação, no âmbito dos objectivos a que nos propusemos. Tanto mais, que estes periódicos, no seu conjunto, apresentam características diferentes que potenciam a possibilidade de apresentação de diferentes sensibilidades perante o fenómeno da emigração.

Assim, em Vila Real, enquanto *O Vila-Realense*, se apresenta no início de Novecentos como “folha regeneradora”, tendo cessado temporariamente a publicação com a implantação da República para sair mais tarde sem uma orientação política definida, *O Distrito de Vila Real* (1885-1910), assume-se oficialmente como órgão do Partido Regenerador. Por sua vez, os periódicos surgidos após Outubro de 1910 (*O Corgo* e *A Democracia*), identificam-se ao longo de toda a sua publicação com as facções republicanas existentes na localidade. Quanto ao jornal *O Povo do Norte*, tendo iniciado a sua publicação ainda na monarquia, apresenta-se aos seus leitores, entre 1919 e 1921, como semanário do Partido Republicano Liberal.

Por sua vez, em Chaves, *O Intransigente* (1899-1907) coloca-se sob o patrocínio do Partido Progressista, enquanto a *Folha de Chaves* e *O Flaviense*, publicados após 1910, se apresentam como republicanos e o *Ecos de Chaves* como “semanário monarchico”. Finalmente, o *Notícias do Norte* não ostenta no cabeçalho qualquer filiação política.

Relativamente a Montalegre, os dois periódicos consultados têm diferentes orientações políticas e religiosas – *O Montalegrense* como semanário republicano e *O Crente de Barroso* como jornal católico.

Em comum, todos estes periódicos se apresentam como defensores dos interesses locais, atentos aos problemas da sua terra e apostados no seu desenvolvimento. Contudo, o suporte financeiro de que careciam para subsistir e/ou a forte motivação política que justificava o seu aparecimento advinham como pudemos verificar, sobretudo dos partidos ou das facções políticas existentes nas respectivas localidades, acentuando dependências e enviesando, naturalmente, as perspectivas defendidas nas suas páginas.

Como é referido n’*O Intransigente*, em Fevereiro de 1901, mas numa asserção de manifestação actualidade para os anos seguintes, “A imprensa provinciana, pelo carácter de intransigência política de que se reveste, lucha com dificuldades, que a revezes a submergem na voragem das paixões e dos ódios”¹¹. Razão mais do que suficiente para que as questões políticas, quantas vezes abordadas sob a perspectiva do ataque ou da defesa de determinadas personalidades locais, assumam um espaço importante nas suas páginas em detrimento de outros assuntos que, mesmo que sentidos na época como importantes, passavam para segundo plano.

Se para a identificação e análise das percepções do fenómeno migratório em Vila Real, nos baseámos na imprensa periódica aí publicada, relativamente à apresentação dos

números que lhe dão uma perspectiva mais concreta, utilizaremos o registo dos passaportes efectuado, entre 1901 e 1930, no Governo Civil instalado na referida vila. Podíamos ter feito outra opção e recorrido às estatísticas oficiais que nos dão números precisos dos emigrantes. Uma contabilização que, no caso dos livros de registo de passaportes, se mostra mais complexa já que a correspondência um passaporte/um emigrante não pode ser feita de forma imediata atendendo ao facto de muitos passaportes serem colectivos e não individuais e, como tal, abarcarem sob o mesmo registo várias pessoas, familiares ou não, dos titulares.

Convém ainda lembrar que a obtenção de um passaporte, pelas despesas e trabalho que implicava ao requerente, indicia quase seguramente uma forte decisão de emigrar, mas que é um facto que imprevistos vários poderiam determinar que não viesse a resultar, efectivamente, na saída do país. Além disso, o período de validade definido pela legislação para esses documentos, obrigava a que os emigrantes em visita à sua terra natal precisassem de um novo passaporte quando pretendiam voltar de novo ao país onde trabalhavam, num processo de reemigração com uma especificidade própria¹² que os integra num grupo distinto dos que partiam pela primeira vez.

Ao longo do período em estudo, os periódicos das localidades informam muitas vezes os seus leitores sobre o número dos passaportes registados no Governo Civil de Vila Real num determinado mês ou, uma situação menos comum, numa determinada semana. Números esses que eram fornecidos pela própria instituição (pese embora o facto de existir uma discrepância frequente entre os números indicados pelos periódicos e os que recolhemos nos livros de registo de passaportes guardados, hoje, no Arquivo Distrital de Vila Real) e que, a maior parte das vezes, apresentavam também a distribuição dos requerentes pelo destino, género, idade, profissão e concelhos de naturalidade e quantos sabiam ler e escrever. Frequentemente, a informação era completada pela referência sobre se era, ou não, a primeira vez que os requerentes saíam do país e, no caso de o não ser, quantas vezes já o tinham feito.

A actualização contínua e atempada desta informação, contrariamente às estatísticas oficiais publicadas algum tempo depois do período cronológico ao qual se reportavam e que acabavam por ter uma reduzida divulgação no país, permitia que os homens da imprensa regional e a população de uma forma geral tivesse um conhecimento muito preciso do número daqueles que, na época, ao requerer passaporte manifestavam um forte e inabalável intenção de emigrar. Era, por isso, a partir destes números, a que se juntaria, certamente, aquilo que muitos poderiam observar dentro e fora da sua família, dentro e fora da sua vila ou aldeia, que, ao nível local, se construiria a representação do fenómeno emigratório. Nessa perspectiva, optamos por os utilizar como base para a nossa análise. Começemos por aí.

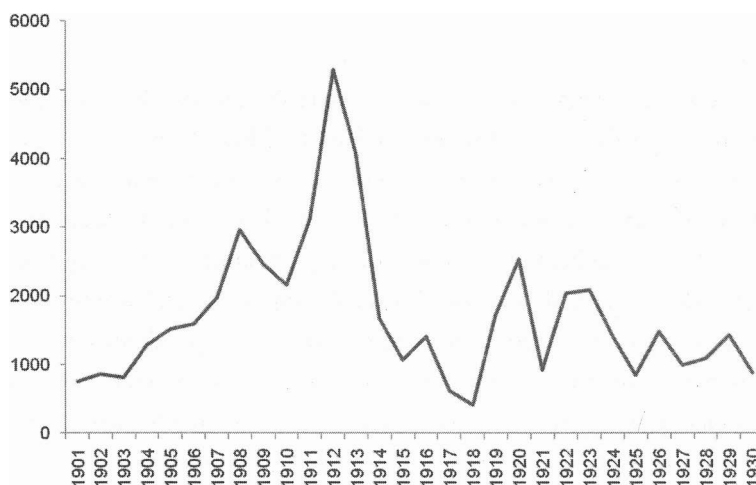
Realidades

Com uma população que entre 1901 e 1930 ronda os mais de 200 mil habitantes, o distrito de Vila Real tem ao longo da primeira metade do século XX, um peso significativo nos valores globais da emigração portuguesa.

A apresentação do número dos registos de passaportes, pese embora o facto de, como referimos atrás, não traduzir de uma forma literal, o volume dos que efectivamente abandonavam Vila Real para emigrarem, permite-nos ter uma visão das variações da sua procura, entre 1901 e 1930. De fora, como é evidente, fica a emigração clandestina, que tendo em conta o facto do distrito de Vila Real fazer fronteira com Espanha (nomeadamente os concelhos de Chaves e Montalegre) e de estar próximo ao porto de Vigo, se mostrava para muitos como a solução possível para contornar as restrições ou obstáculos impostos pela legislação. Como indicaremos mais à frente, as notícias frequentes de captura de emigrantes clandestinos dadas pela imprensa de Chaves, quer em território português quer em território espanhol, apresentam-se certamente como a ponta de um iceberg de uma emigração sem papéis do qual não se conhece, hoje, a dimensão exacta.

Gráfico 01

Número dos Passaportes registados no Governo Civil de Vila Real (1901-1930)



Fonte: *Arquivo Distrital de Vila Real*, Livros de Passaportes, 1901-1930.

Abarcando um total de 51.431 registos, podemos observar, no gráfico um, a forma como a partir de 1904, os números se apresentam em crescendo até 1912, já depois da implantação da República, situando-se sistematicamente acima dos 1000 passaportes/ano, e atingindo nessa data o valor mais elevado para todo o período considerado – 5.294 passaportes.

No ano seguinte, são ainda mais de 4.000 indivíduos os que fazem o registo do passaporte no Governo Civil de Vila Real. Entre 1914 e 1916, quando a Grande Guerra já subvertera completa e drasticamente o quotidiano das nações e das populações como uma dura e mortífera realidade, a emigração a partir de Vila Real diminui relativamente aos anos anteriores mas sem baixar dos 1.000 passaportes anuais. Em 1917 e 1918, os números

baixam consideravelmente. Portugal está então envolvido na guerra e as restrições, nomeadamente à saída dos elementos do sexo masculino, definidas nas medidas legislativas então adoptadas, não deixam de se fazer sentir.

Entre 1919 e 1930, ano que corresponde à fase de declínio da emigração portuguesa para o Brasil¹³, as oscilações anuais dos valores surgem como traço dominante ao sabor das conjunturas políticas e económicas, quer em Portugal quer no país receptor.

Perante estes números, que em alguns anos nos remetem para um registo diário de 20 a 30 passaportes no Governo Civil de Vila Real, o que é que se escreveu, então, na imprensa local? Como é que a elite vila-realense viu e sentiu a determinação de tantos conterrâneos seus em sair da terra que os vira nascer? Será a sua percepção diferente da que se verificava nas distantes vilas de Chaves e Montalegre, junto à fronteira com Espanha? Estas são as questões a que nos propomos responder e que nos remetem necessariamente para o papel político e social desempenhado pela imprensa regional num distrito do interior norte do país como o de Vila Real.

Percepções

A leitura dos periódicos mostrou-nos que sem fazer da questão da emigração uma questão central, a imprensa publicada em Vila Real, Chaves e Montalegre reserva-lhe, ao longo do período em análise, um espaço nas suas páginas. Em geral limitadas a quatro, em que as duas últimas se deixam, habitualmente, para os editais e a publicidade, era nas duas primeiras páginas que se publicavam, semanal ou quinzenalmente, os artigos de opinião e as notícias independentemente da sua relevância e do impacto social, político ou outro. A falta de espaço era, por isso, uma constante. Tanto mais que, dependentes, na maior parte dos casos, de partidos ou de facções políticas, havia que dar visibilidade a questões de âmbito local ou nacional, que, na sua perspectiva, fossem politicamente mais interessantes, obrigando a uma cuidadosa gestão do espaço disponível para publicação.

Apesar disso, verifica-se claramente uma coincidência entre os períodos durante os quais a imprensa dá mais atenção à questão da emigração e aqueles em que se verifica um aumento significativo do número de passaportes registados no Governo Civil de Vila Real, que como verificámos acontece nos anos de 1904 a 1916 e nos de 1920 a 1924.

Na realidade, entre 1901 e 1930, dos jornais consultados, seis consagram à questão da emigração artigos de fundo nas primeiras páginas – o *Vila-Realense* (6 artigos, dois deles assinados), *O Povo do Norte* (8 artigos, três deles assinados), *A Democracia* (2 artigos), *a Folha de Chaves* (2 artigos assinados), *Montalegrense* (1 artigo assinado) e *O Crente do Barroso* (2 artigos). Ocupando menos espaço, a opinião sobre a emigração aparece também expressa em pequenos artigos de opinião como acontece em Chaves, n' *o Folha de Chaves* (5 artigos), n' *O Intransigente* (2 artigos) e na *Era Nova* (1 artigo), e em Vila Real no *Vila-Realense* (2 artigos), e n' *O Povo do Norte* (3 artigos).

A publicação de cartas vindas do Brasil, descrevendo na primeira pessoa a dura

experiência da emigração ou de artigos publicados na imprensa brasileira que de uma forma muito clara evidenciavam a má situação do país, é feita em apenas dois jornais já atrás referenciados como mais activos na campanha contra a emigração – o *Vila-Realense* e *O Povo do Norte*. Tal como se verifica em outras localidades¹⁴, o género epistolar, tão ao gosto da época, foi utilizado estrategicamente pela imprensa como mais um elemento dissuasor da emigração. N’*O Povo do Norte*, o signatário de várias cartas publicadas em 1913, identificado pelas iniciais J.E., dirige-se directamente ao “campónio humilde”¹⁵ para o aconselhar que mais vale ficar na aldeia, junto da família, do que viver a miséria longe dela.

Contudo, a par desta visão negativa que recorrentemente sublinhada procurava desmotivar os potenciais emigrantes, os periódicos de Vila Real não deixam de ir ao encontro dos interesses dos seus leitores, veiculando-lhes informações que sabem, de antemão, poder vir a ser-lhes de grande utilidade caso pensem em abandonar o país. Parecendo conviver bem com esta postura ambivalente, a imprensa regional contribuía, assim, na prática, por também incentivar a emigração que tanto criticava¹⁶. Ao fornecer indicações sobre as alterações legislativas relativas a passaportes, nomeadamente as que eram comunicadas por circulares ao Governo Civil de Vila Real, bem como o número dos registos de passaporte aí efectuados, concorria, naturalmente, para a familiarização da população com todo o processo administrativo que estava subjacente à emigração.

Finalmente, apenas três dos periódicos por nós consultados se destacam pela ausência de qualquer referência à questão da emigração – o *Notícias do Norte*, *O Corgo* e os *Ecos de Chaves*. Se no caso dos dois últimos, isso se poderá explicar pelo reduzido período de publicação, o primeiro merece uma explicação mais alongada. O *Notícias de Chaves* embora não o assuma, está associado à promoção na vila de Chaves de Cândido Sotto Maior cujo nome ficará ligado a um dos primeiros grupos económicos do país¹⁷. Acusado pelos outros periódicos de ser sustentado por ele, é um facto que se multiplicam, nesse jornal, as informações e os elogios ao empresário.

Ora Cândido Sotto Maior é um **brasileiro** de torna viagem, pelo que a questão da emigração para o Brasil se tornava certamente demasiado delicada para ser abordada nas suas páginas, independentemente da posição que perante ela viesse a ser tomada. Tanto mais, que esse facto, frequentemente lembrado, era aproveitado pelos periódicos que o criticavam, quer de Chaves quer de Vila Real, para ridicularizarem o homem de quem, na época tanto se falava. O silenciamento da questão da emigração por esse periódico, poderá ter sido, assim, uma opção consciente que facilmente se compreenderá.

Já referimos atrás que quanto à forma como abordam a questão da emigração, os periódicos publicados em Vila Real, Chaves e Montalegre, na generalidade dos casos, alinham o seu discurso pelo que era difundido oficialmente e que acentuava não só a falta de mão-de-obra para a agricultura na região, como as difíceis condições a que os emigrantes se sujeitavam durante a viagem e nos países de destino, com particular ênfase para o Brasil. Um discurso que atravessa o final da monarquia e o início da república, com poucas alterações.

Sobre a nefasta actuação dos engajadores e as condições de vida dos emigrantes no Brasil escreve, em 1904, *O Intransigente* que “É dolorosa e cruciante, mais do que se imagina, a triste situação de uma grande parte das centenas de emigrantes portugueses, que, fiados nas espantosas promessas dos agentes da emigração se deixam arrastar, cegamente, para as longínquas paragens do novo mundo”.¹⁸ Alguns anos depois, em 1913, acentua-se a mesma perspectiva n’*O Montalegrense* quando o articulista identificado por Pericarpo, destaca que “ainda há quem pense em ir para a América, fiados nas promessas dos agentes de emigração, os únicos a lucrar, que lhes pintam a América como o paiz das patacas”.¹⁹

Em 1923, a mesma ideia persiste quando *O Povo do Norte*, sublinha que os emigrantes estavam no Brasil “como animaes apanhados na rede”²⁰.

Com a mesma crueza de palavras, apontam-se as causas da emigração – uma agricultura atrasada que não absorve a mão de obra existente, salários baixos²¹, a miséria e a fome²². Acresce ainda, a ambição do camponês que, “numa anciã de riqueza”²³, fascinado com as obras feitas na sua terra pelos *brasileiros*²⁴, esquece que “A riqueza fora da pátria é uma sorte grande, que como a da loteria, só sae aos outros, isto é uma minoria de predestinados”²⁵.

Trata-se afinal de um conjunto de situações com as quais se procura justificar a emigração e a que o Estado, no entender da imprensa regional de Vila Real, não dá a devida atenção, numa acusação frequente que faz nos últimos anos da monarquia e repete, mesmo nos jornais republicanos, durante a república. Em 1906, o jornal de Chaves, *O Intransigente* refere a saída diária de dezenas de flavienses com destino ao Brasil, sublinhado que tal se deve à miséria “e especialmente ao despreso a que os governos tem votado esta parte da nação”²⁶. Alguns anos depois, já em 1912, o *Vila-Realense* vai mais longe ao afirmar num artigo sugestivamente intitulado “Os nossos males”:

E a pátria que tinha grandes deveres a cumprir para com esses desgraçados, assiste com indiferença á triste e incerta romagem a que elles se abalançam, contentando-se em embargar-lhes o passo, aqui e além. [...] O dever da pátria devia ser, porém, muito outro – devia começar por ter olhado há muito pelas condições dos míseros trabalhadores da terra; devia tel-os instruído sobre a melhor forma de colherem do torrão natal aquillo que elle póde dar quando o cultivem com sciencia e consciencia, sem processos rotineiros; devia, por último, ter instruído toda a gente do campo sobre as condições indispensáveis para que um emigrante possa implantar-se com proveito nas longes terras que vae procurar, ensinando-lhe que o rude trabalhador do campo, sem habilitações de qualquer espécie, não é mais do que o repasto lançado à fera de climas a que mal póde accomodar-se”²⁷.

Em 1920, *O Povo do Norte*, por sua vez, escreve “Continua a sair gente do país numa quantidade tal, que a prosseguir assim os campos ficarão despovoados em breve. [...] E nem governo nem parlamento cuidam de evitar a triste sorte que nos espera. A política não os deixa pensar nestes problemas de que depende o nosso futuro”²⁸. Apesar da mudança do regime e perante uma realidade que se acentuou em vez de, como esperavam

alguns, ter sido miraculosamente ultrapassada, o descrédito nas instituições e nos políticos para resolver a questão da emigração permanecia.

Por sua vez, entre as consequências da emigração para a região, a imprensa acentua a falta de mão de obra para a agricultura²⁹, o marasmo do comércio e da indústria³⁰ e o despovoamento das aldeias³¹. Mas para grandes males, grandes remédios e também aí a imprensa não deixa de emitir a sua opinião. Para além de pedirem mais legislação que condicione a emigração³², consideram fundamental o aumento da instrução³³, o incremento da agricultura³⁴ e a necessidade vital de redireccionar a emigração para as colónias portuguesas em África, “terras onde tremula a nossa bandeira, que são como um prolongamento do nosso Portugal, cujas riquezas nos pertence desentranhar e cuja civilização nos compete estabelecer!”³⁵.

Dessa forma, compatibilizava-se o interesse do Estado com o direito dos cidadãos em escolherem o local onde queriam viver e trabalhar consignado pelo liberalismo, procurando definitivamente fechar um ciclo na emigração portuguesa. Como refere *O Povo do Norte* “lá vai o tempo em que o Brasil era verdadeiramente um empório nosso, dando nos o seu ouro e recebendo em troca o esforço do braço português e os produtos da nossa exportação”.³⁶ Nesses primeiros anos do século XX, era necessário virar a página da história.

É desta forma que, através da imprensa, se veicula a imagem estereotipada do emigrante português desta época – homem ou mulher, jovem ou velho –, como rude, pobre e analfabeto que enganado pelos engajadores um dia desejou ser rico, atravessando o Oceano onde vem a morrer, longe da sua terra natal, mais miserável e infeliz do que quando partira. De lado, conscientemente, deixam-se aqueles que com igual ambição, também partem para o Brasil nos mesmos paquetes, mas que têm património, formação e uma bem montada rede de familiares e amigos a quem recorrer. À luz da época, pela forma como a eles se refere a imprensa, estes últimos não são bem emigrantes. São portugueses com instrução, sobretudo homens, que se deslocam para o Brasil para aí “fixar residência”³⁷, exercer a carreira comercial já iniciada em Portugal³⁸ ou para “tratar de negócios”.³⁹

Ao mesmo tempo que se acentua a desgraça dos primeiros, criticando a emigração esse “grande cancro, que actualmente infesta o progresso nacional”⁴⁰, advogando medidas repressivas ou de redireccionamento para África dá-se festivamente notícia da partida para o Brasil dos segundos, desejando-se-lhes as maiores felicidades. Resistindo em reconhecer as duas situações como faces de uma mesma questão, procura-se limitar a primeira e aceita-se naturalmente a segunda.

Enquanto dos mais pobres, apetrechados apenas da “sciencia de empunhar a enxada”⁴¹, pouco mais há a esperar do que o trabalho duro e a morte inglória longe da terra natal, em torno dos mais favorecidos criam-se grandes expectativas não só sobre a possibilidade da sua notoriedade no Brasil, como no envio das remessas e num retorno produtivo ao país de onde partiram.⁴²

E os exemplos de sucesso não faltam nas páginas dos jornais publicados em Vila Real. Sede de distrito é aí que os emigrantes em visita à sua terra ou que optam por retornar

definitivamente fixam residência, passam grandes temporadas ou, simplesmente, se passeiam antes de partir para as suas aldeias ou com destino ao Brasil. São eles, os **brasileiros** de torna-viagem com fortuna acumulada de quem se fala e sobre os quais, elogiosamente, muito se escreve.

O valor das remessas enviadas do Brasil para Portugal e a importância dos emigrantes retornados para o desenvolvimento local, justificam, por isso, que, pontualmente, a imprensa regional apresente um discurso sobre a emigração num diapasão diferente do que lhe era mais habitual. Em 1913, remando contra a corrente, o *Vila-Realense*, o mesmo que, na época, comparava os emigrantes a “verdadeiras avalanches de carne, (que) ahi se deslocam poderosas e assustadoras, para com o seu extraordinário vigor enriquecerem o solo ingrato das terras do Brazil”⁴³, refere, num longo artigo de opinião, que se barafusta contra a emigração “mas, desde largos annos, que esse êxodo tem augmentado e a fome, por falta de cultura, não tem invadido esta região, e bem pelo contrario, a cultura tem-se desenvolvido e progredido, graças aos novos e remuneradores processos, que economisam um grande número de braços”. Segundo o articulista, as aldeias estão agora mais “ridentes”⁴⁴, a população melhor vestida e alimentada e a sede de distrito, Vila Real, em franco desenvolvimento.

Alguns anos depois, em 1917, o mesmo jornal retoma esta ideia ao defender as vantagens económicas que dela advinham para ambos os países⁴⁵. Repare-se que esse é o primeiro ano em que, pela primeira vez desde 1904, foram passados menos de mil passaportes pelo Governo Civil de Vila Real (621). Com a guerra ainda sem um fim à vista, o seu autor faz questão de dizer que depois dela surgirá uma nova realidade económica em que a emigração continuará, sem dramatismos, a fazer-se sentir⁴⁶. Essa será certamente uma perspectiva demasiado optimista.

A dura realidade da emigração feita dos números e das vivências difíceis dos que partem justifica que, até 1930, a imprensa publicada em Vila Real, Chaves e Montalegre, accentue os seus aspectos mais negativos procurando mostrar que emigrar não pode nem deve ser encarada como a solução para os problemas da população e da região.

Conclusão

Como conclusão do nosso estudo, devemos salientar que perante a forte dimensão da emigração no distrito a imprensa regional de Vila Real, Chaves e Montalegre sente como sua a obrigação se pronunciar contra a emigração e, assim, contribuir para a diminuição dos que viam nela uma saída para o futuro. Contudo, demasiado envolvidos politicamente, para a emigração acabava por sobrar, sobretudo nalguns periódicos, muito pouco da sua atenção e do seu espaço.

No entanto, apesar de não se apresentar como uma questão central, os periódicos não deixam de lhe fazer referência. Comparativamente a outras localidades do norte

do país⁴⁷ em que o discurso sobre a emigração apresenta matizes um pouco diferentes do que era veiculado oficialmente, o discurso produzido pela imprensa de Vila Real, Chaves e Montalegre sobre a questão da emigração decalca-o, na generalidade dos casos, utilizando as mesmas ideias e esgrimindo os mesmos argumentos, ao longo das primeiras três décadas do século XX. Percebida como um mal para a região, sobre a emigração produz-se, assim, um discurso em que quase sempre se procuram salientar os aspectos negativos.

Paralelamente, sem sentirem a incongruência do seu posicionamento, os mesmos periódicos, e em especial os da sede distrital, Vila Real, não poupam as referências elogiosas aos homens de sucesso que, após alguns anos no Brasil retornam definitivamente ou não à sua terra, ou dão conta das partidas daqueles que melhor posicionados social e economicamente vão tratar da sua vida para esse país distante, desejando-lhes as maiores felicidades. A partida destes homens para um país do outro lado do Oceano não era sinónimo da emigração que a imprensa criticava, mas de um afastamento temporário que lhes permitiria voltar à sua terra com mais experiência e fortuna.

NOTAS

* Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.

¹ LEITE, J. Costa. “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. In: *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1987, pp. 463-480.

² PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração: 1850-1930*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1981, pp. 48-58. PEREIRA, Maria da Conceição Meireles; SANTOS, Paula Marques dos. “Legislação sobre emigração para o Brasil na I República”. In: *Nas Duas Margens: os Portugueses no Brasil*. Porto, Afrontamento/CEPESE, 2009, pp. 307-327.

³ PEREIRA, Miriam Halpern. “Demografia e desenvolvimento em Portugal na segunda metade do século XIX”. *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1969, p.105.

⁴ *O Povo do Norte*, em 1921, refere que para evitar “estacionar longos dias nos corredores dos governos civis”,

aquando do registo de passaportes o governo pretendia implementar a cédula pessoal (*Povo do Norte* (O). Vila Real. (1891-1932), n.º 100, 27 de Novembro de 1921, p.2).

⁵ NA BPMP estão em falta os seguintes números – ano 1 (1880) ao n.º 11 do ano 28 (Abril de 1907), do n.º 51 do ano 39 (Fevereiro de 1907) ao n.º 24 do ano 52 (Agosto de 1931), e do n.º 6 do ano 53 (Março de 1933) ao n.º 47 do ano 69 (Fevereiro de 1949).

⁶ Para além do n.º 90 (24 de Março de 1885) apenas existem, na BPMP, os números publicados entre 10 de Maio de 1907 (n.º 303) a 29 de Setembro de 1910 (n.º 470).

⁷ NA BPMP faltam os seguintes números – do ano 1 ao n.º 441 do ano 9 (Março de 1903), com excepção do n.º 415 (14 de Setembro de 1902).

⁸ Faltam na BPMP os números publicados no 1.º e 2.º ano até ao n.º 60 (1 de Maio de 1915), com excepção do n.º 29 de 24 de Abril de 1914.

⁹ As datas limite indicadas referem-se à 2.ª série que existe na BPMP.

¹⁰ Da colecção da BPMP apenas constam os números a partir do 2.º ano de publicação (n.º 1, 7 de Janeiro de 1900).

¹¹ *O Intransigente*, ano III, n.º 1, 13 de Fevereiro de 1901, p. 1. *Intransigente* (O). Chaves. (1899-1907).

¹² ALVES, Jorge. *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. Porto, ed. autor, 1994, pp. 255-258.

¹³ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 2001.

¹⁴ PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. “Representações da emigração para o Brasil na imprensa do nordeste trasmontano durante a 1.ª República”. In: *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro, FAPERJ/CEPESE, 2006, pp. 289-290.

¹⁵ *O Povo do Norte*, n. 960, 9 de Novembro de 1913, p.3. *Povo do Norte* (O). Vila Real. (1891-1932).

¹⁶ Uma situação que já observámos relativamente à imprensa publicada em Lamego. MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. “A Imprensa regional como fonte para o estudo da emigração para o Brasil – Lamego na primeira metade do século XX”. In: *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto, Afrontamento/CEPESE, 2009, pp. 329-347.

¹⁷ CÂMARA, João de Sousa da. *História do Banco Pinto e Sotto Mayor: 1914-1989*. [S.l.], Banco Pinto e Sotto Mayor, 1989.

¹⁸ *O Intransigente*, n. 4, 26 de Janeiro de 1904, p. 2. *Intransigente* (O). Chaves. (1899-1907).

¹⁹ *O Montalegrense*, n.º 6, 27 de Abril de 1913, p.1. *Montalegrense* (O). Montalegre. (1913-1920).

²⁰ *O Povo do Norte*, n.º 2, 10 de Junho de 1923, p.1. *Povo do Norte* (O). Vila Real. (1891-1932).

²¹ *Vila-Realense*, ano 33, n.º 33, 24 de Outubro de 1912, p.1. *Vila-Realense* (O). Vila Real. (1880-1984).

²² *Vila-Realense*, ano 33, n.º 39, 21 de Novembro de 1912, p.2. *Vila-Realense* (O). Vila Real. (1880-1984).

²³ *Folha de Chaves*, 3.ª s, n.º 52, 19 de Dezembro de 1920, p.2. *Folha de Chaves*. Chaves. (1913-1917, 1918, 1919-1922).

²⁴ *Vila-Realense*, ano 34, n.º 34, 9 de Outubro de 1913, p.1. *Vila-Realense* (O). Vila Real. (1880-1984).

²⁵ *O Povo do Norte*, n.º 2, 10 de Junho de 1923, p.1. *Povo do Norte* (O). Vila Real. (1891-1932).

²⁶ *O Intransigente*, n.º 11, 27 de Março de 1906, p.1. *Intransigente* (O). Chaves. (1899-1907).

²⁷ *Vila-Realense*, ano 32, n.º 46, 4 de Janeiro de 1912, p.1. *Vila-Realense* (O). Vila Real. (1880-1984).

²⁸ *O Povo do Norte*, n.º 27, 30 de Maio de 1920, p.1. *Povo do Norte* (O). Vila Real. (1891-1932).

²⁹ *O Intransigente*, n.º 13, 31 de Março de 1905, p.3; *Era Nova* Chaves, n.º 103, 2 de Fevereiro de 1930, p.3.

³⁰ *Vila-Realense*, ano 32, n.º 46, 4 de Janeiro de 1912, p.1; *O Povo do Norte*. Vila Real, n.º 27, 30 de Maio de 1920, p.1; *A Democracia*. Vila Real, II série, 1.º ano, n.º 36, 9 de Setembro de 1923, p.1.

³¹ *O Povo do Norte*, n.º 927, 16 de Março de 1913, p.2.

³² *Vila-Realense*, ano 34, n.º 34, 9 de Outubro de 1913, p.1.

³³ *O Povo do Norte*, n.º 897, 18 de Agosto de 1912, p.1; *Vila-Realense*. Vila Real, ano 32, n.º 46, 4 de Janeiro de 1912, p.1.

³⁴ *O Povo do Norte*, n.º 897, 18 de Agosto de 1912, p.1.

³⁵ *O Povo do Norte*, n.º 2, 10 de Junho de 1923, p.1.

³⁶ *O Povo do Norte*, n.º 981, 5 de Abril de 1914, p.1.

³⁷ Como é o caso, em 1907, do vereador da Câmara de Vila Real, Augusto Pereira de Morais (*O Distrito de Vila Real*, n.º 330, 14 de Novembro de 1907, p. 3).

³⁸ *O Distrito de Vila Real*, n.º 403, 13 de Maio de 1909, p. 3.

³⁹Vila-Realense, ano 31, n.º 30, 8 de Setembro de 1910, p.3.

⁴⁰Vila-Realense, ano 34, n.º 34, 9 de Outubro de 1913, p.1.

⁴¹Vila-Realense, ano 34, n.º 34, 9 de Outubro de 1913, p.1.

⁴²Para a segunda metade do século XIX, o retorno verificava-se sobretudo entre os emigrantes que, no Brasil, se dedicavam ao comércio e aos ofícios, em detrimento dos que trabalhavam na agricultura. ALVES, Jorge. “Os *brasileiros* da emigração no Norte de Portugal”. In: *Os Brasileiros da Emigração*, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal, 1999, pp. 240-241.

⁴³Vila-Realense, ano 32, n.º 46, 4 de Janeiro de 1912, p.1.

⁴⁴Vila-Realense, ano 34, n.º 3, 6 de Março de 1913, p.1.

⁴⁵Vila-Realense, ano 38, n.º 51, 8 de Fevereiro de 1917, p.3.

⁴⁶Vila-Realense, ano 38, n.º 51, 8 de Fevereiro de 1917, p.3.

⁴⁷MAIA, Fernanda Paula Sousa. “A acção dos ‘Brasileiros’ de torna-viagem em Ovar: a obra dos irmãos Oliveira Lopes (Válega)”. In: *Dunas: Temas & Perspectivas. Revista Anual sobre Cultura e Património da Região de Ovar*, Ovar, 2005, pp. 3-14; MONTEIRO, Isilda Braga da Costa. “A Imprensa regional como fonte para o estudo da emigração para o Brasil – Lamego na primeira metade do século XX”. In: *Nas Duas Margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto, Afrontamento/CEPESE, 2009, pp. 329-347.



IMIGRAÇÃO, INSERÇÃO SOCIAL E URBANIZAÇÃO. UM ESTUDO DE CASO: O HOSPITAL SANTA CRUZ DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA DE NITERÓI

ISMÊNIA DE LIMA MARTINS*

Imigração e urbanização

No que diz respeito à emigração portuguesa para o Brasil, desde o último quartel do século XIX, esboçavam-se medidas restritivas, seja estimulando o retorno com a lei de 1877, seja tentando deslocar o fluxo emigratório para a África, transformando Angola e Moçambique em “novos Brasis”. Com tal objetivo impunham-se campanhas de informação oral e escrita, assim como instrução escolar como meio de fixar o indivíduo à pátria e à família, a fim de que os emigrados, por mais que se ‘espalhassem’, se mantivessem em íntima comunhão com elas.

Apesar das restrições, até 1930, o fluxo migratório para o Brasil manteve-se elevado. Segundo especialistas¹, até esse período, o processo migratório não ‘sofreu’ controle efetivo, tendo em conta os interesses bilaterais dos países envolvidos na questão.

As parcelas empobrecidas da população portuguesa, sobretudo do campo, viam na emigração a saída para os seus problemas. Nas aldeias, as conversas sobre o Brasil, alentadas por relatos fantasiosos de “brasileiros” enriquecidos (portugueses retornados), estimulavam os jovens a partirem em busca da fortuna.

Além disso, o governo português tinha na emigração uma válvula de escape para os conflitos de terra e, sobretudo, não podia ‘abrir mão’ das divisas provenientes do Brasil, fonte importante de arrecadação. Por seu turno, as autoridades brasileiras se interessavam em manter tal fluxo que garantiria mão de obra barata e, ainda que não considerado um superior, o português era europeu, branco, bom trabalhador e disciplinado.

Um aspecto importante a destacar, para os fins desta pesquisa, é que a imigração portuguesa no Brasil assumiu, ao longo do século XX, caráter predominantemente urbano.

No início do século, o projeto modernizador da capital federal envolveu a cidade do Rio de Janeiro num ritmo febril de desmontes e obras, ampliando consideravelmente o mercado de trabalho da construção civil. Da mesma forma, os setores de serviços, sob impulso do capital estrangeiro, alargaram-se de modo expressivo.

Tal conjuntura criava um quadro favorável à absorção da mão de obra estrangeira. Além disso, os imigrantes, em sua maioria, provenientes da área rural, sentiam-se atraídos pela cidade grande, onde as oportunidades de trabalho e de salário eram maiores.

Por outro lado, a urbanização dos emigrantes passou a interessar as autoridades portuguesas. A preocupação era a de garantir o consumo para os produtos lusos. Nesse sentido, o emigrante urbano era um consumidor certo, enquanto o rural diminuía o seu consumo, pois era produtor de gêneros idênticos. Além do mais, seus excedentes colocados

no mercado, provocavam uma concorrência danosa aos produtos portugueses e, particularmente, ao comércio desses gêneros no Brasil.

Assim, a cidade do Rio de Janeiro absorveu um contingente expressivo de mão de obra que chegava ao seu porto. A construção civil, em franca expansão no período, criou oportunidade para trabalhadores especializados como carpinteiros, ferreiros, soldadores, canteiros, estuqueiros etc. Os não qualificados se empregavam nos transportes, comércio, como caixeiro, vendedores ambulantes, carroceiros etc.

Os números que se referem à entrada de portugueses no início do século vinte são expressivos, pois, crescem mais de cinco vezes entre 1904 e 1913, passando de quatorze mil (14 000) para setenta e seis mil (76 000), às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

Trabalho e associativismo

A inserção dos portugueses na capital federal coincidiu com a construção da nova ordem republicana e sofreu vários enfrentamentos, por parte da população nacional.

A recriação do antilusitanismo influiu nas reações dos brasileiros aos imigrantes portugueses, sendo mais negativas nos momentos de maior tensão social¹.

A disputa pelo emprego se evidenciava nos conflitos. As qualidades do trabalhador português, “pau para toda obra”, e disciplinado, o afirmava preferencialmente em relação ao trabalhador nativo. A fama de “burro de carga”, assumida pelo imigrante, traduziu sua capacidade de adaptação, mas, também, de resistência.

Além da discriminação cotidiana, os imigrantes portugueses estavam submetidos às mesmas dificuldades e problemas que atingiam as camadas desfavorecidas da totalidade social em que se inseriam.

Os problemas de saúde eram os mais graves. As epidemias de febre amarela, varíola, cólera ou gripe assolavam a capital federal e propagavam-se com facilidade, ante as péssimas condições de trabalho e moradia.²

Considerando a extrema precariedade da assistência médica e social, são compreensíveis as manifestações associativas que caracterizavam a colônia portuguesa no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro.³

O quadro de dificuldade, em meio às surpresas da nova vida, impunha ao imigrante português formas de solidariedade mutualista e de organização.

No plano individual, muitos vinham sozinhos, a orfandade cultural e a solidão estimulavam a busca pelos iguais, procurando uma espécie de família ou a reconstituição da vida comunitária das aldeias.

São fartos os registros documentais em que um conjunto de imigrantes ou a própria entidade se autodenomina Colônia Portuguesa. A força dessa designação permanece até os dias atuais.⁴

O filho de um imigrante português, fundador do Hospital Santa Cruz em Niterói, em recente entrevista, esclareceu como entendia o termo: “colônia, a própria palavra já

diz, é um agrupamento como entre as aves e os animais que ficam juntos para se defenderem e trabalham em grupo para construir como as abelhas e as formigas”⁶.

A mais antiga forma de associativismo assistencial consistia nas caixas de socorro mútuo, que se caracterizavam por um espírito humanitário de prover a cada um, segundo suas necessidades.

Ao final do século XIX, ocorreu mudança expressiva com o surgimento das sociedades de socorro mútuo, que traziam em si os germes do corporativismo. Cada um deveria contribuir mensalmente com uma cota de seu salário, não dependendo apenas de caridade, mas prevenindo-se para os casos de doença, invalidez ou morte.

É importante ressaltar, como fez Eulália Lobo⁷, a originalidade do associativismo português em relação a entidades similares de outras nacionalidades. Nas suas funções assistenciais e previdenciárias, a maioria das entidades não excluía os sócios brasileiros. A benemerência se impunha e, mesmo algumas entidades, que só aceitavam sócios portugueses estendiam seus benefícios a indivíduos de outras nacionalidades.

Modernização da capital da Província

A cidade de Niterói foi capital da mais rica província do Império, responsável, até os anos sessenta, do século XIX, por quase 90% do café exportado. A proximidade com o município da Corte fez com que os grandes fazendeiros e dignatários do Império ali residissem e sediassem seus negócios, sobretudo as famosas casas comissárias. O grande porto importador-exportador era o da cidade do Rio de Janeiro. O porto de Niterói era mero entreposto. Assim, as riquezas e o progresso que animaram a “*Belle Époque*” do Rio de Janeiro foram sustentadas pela prosperidade fluminense.

No início do século XX, Niterói conservava seu aspecto colonial, não possuindo redes de esgotos ou sistema de distribuição de água potável. A instabilidade política no início da República agravou esse quadro, tendo sido a capital transferida para a cidade de Petrópolis.

Em 1904, iniciou-se a modernização da cidade, com a criação do Centro de Serviço Municipais, compreendendo limpeza pública, bombeiros, esgotos, a criação de vilas e jardins. Estabelece-se uma taxa sanitária e outros impostos, visando o ordenamento urbano.⁸

A modernização da Capital Federal ‘contaminava’ a antiga capital da província. Em 1906, inaugurou-se o serviço elétrico de bondes e, em 1908, a antiga Companhia Cantareira associou-se ao capital inglês e o sistema de *ferries*, que ligava a cidade à Corte, foi modernizado. A cidade expandiu-se e sua população cresceu de 34 000 para 86 000 habitantes entre 1890 e 1920. Balneários foram criados e, no centro da cidade, construiu-se um conjunto de prédios monumentais em torno da Praça Pedro II, que deveriam abrigar a Assembleia Legislativa, o Fórum, a Polícia Central, a Escola Normal e a Biblioteca Municipal, a exemplo da Cinelândia na cidade do Rio de Janeiro.

A principal indústria permanecia sendo a construção naval. O comércio e o setor de serviços desenvolviam-se e imigrantes portugueses projetavam-se nessas atividades. Tornaram-se, muitos deles, empresários bem sucedidos, proprietários de grandes armazéns, atacadistas, localizados preferencialmente, ao longo da rua São Lourenço, com fundos para a baía, controlando o abastecimento da cidade e de boa parte do interior do Estado.

Novo surto modernizador ocorreu na década de vinte, com o saneamento da enseada de São Lourenço e a reforma do porto, construção de prédios públicos, o embelezamento da Praça do Rink e a criação de faculdades. Em 1927, na Praça Pedro II, construiu-se o monumento à República, inaugurado com a presença do Presidente da República, Washington Luiz.

Os portugueses abastados participaram ativamente da modernização da cidade e o seu sucesso econômico e financeiro traduzia-se nas construções imponentes de seus empreendimentos ou nas suntuosas mansões.

Mas a principal inscrição no espaço urbano que realizaram foi a construção do Hospital Santa Cruz, construído numa posição estratégica, tendo aos 'pés' a Praça da República.

O Centro da Colônia Portuguesa de Niterói

A criação do Centro da Colônia Portuguesa em 1904, na cidade de Niterói, inscreveu-se no quadro mais amplo de formação, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, de diversas associações mutualistas e filantrópicas, que objetivavam atender as necessidades das populações urbanas. A ocorrência de tal processo justifica-se pelo fato de que a expansão dos serviços de saúde no país somente se efetivaria nos anos vinte, com a Reforma Carlos Chagas e a Lei Eloy Chaves - que instituiu, sob obrigatoriedade governamental, o sistema de seguros sociais no setor privado.

Os registros documentais, hoje, existentes sobre o Centro da Colônia Portuguesa de Niterói autorizam a sua caracterização como uma sociedade beneficente assistencial mutualista.

Constituíam-se de sócios portugueses de diferentes condições socioeconômicas, ainda que inicialmente os membros mais ricos da Colônia dele não participassem, ou, pelo menos, ativamente.

As beneficências eram distribuídas sob a forma de ajuda financeira aos associados, desempregados ou enfermos, depois que o resultado da sindicância revelasse sua idoneidade, segundo o sistema de valores vigente.

Eram poucos os recursos financeiros do Centro. Os auxílios eram pagos com dificuldades e a simples construção de um estandarte exigia campanha especial para angariar fundos. Entretanto, já sonhava com grandes projetos aquele pequeno grupo de portugueses. E, em 1907, o presidente Antônio de Miranda assim concluía seu relatório: "faço ardentes votos pelo progresso de nossa sociedade e rogo a Deus que nos conceda a ventura de um dia podermos considerá-la uma das grandes instituições portuguesas no Brasil"⁹.

A população portuguesa da cidade constituía o maior contingente de estrangeiros desde 1872, quando representavam 68 % desse grupo, atingindo esta proporção 75% em 1920¹⁰.

Os padrões de urbanização, já referidos, se aceleraram a partir da década de 1920 e a Colônia Portuguesa participou ativamente desse processo.

Os laços de solidariedade foram estreitando-se nas duas primeiras décadas e os portugueses mais abastados passaram a desempenhar um papel relevante no Centro.

Com o crescimento progressivo no desempenho das funções, alguns de seus membros - desejosos de alargar a área de atuação do Centro e estimulados pela existência de sociedades de beneficência em alguns pontos do país desde o século XIX - projetaram sua transformação em uma Sociedade Portuguesa de Beneficência que teria a construção e manutenção de um hospital por principal finalidade.

Em 1919, a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de julho, registrou em sua ata a participação de vários membros prestigiados e ricos da Colônia Portuguesa de Niterói que avalizaram, com sua presença e participação nas discussões, o novo projeto, pois, os debates encaminharam-se no sentido de que a Diretoria ficasse autorizada a modificar a lei social, estudando e elaborando novos estatutos e que se iniciassem os trabalhos para a construção de sua sede, assim como do hospital.¹¹

Até então, o Centro da Colônia Portuguesa era constituído, sobretudo, por portugueses pobres ou remediados: operários da construção naval, pequenos comerciantes, quitandeiros, pescadores e trabalhadores braçais em geral.

A presença na Assembleia Geral Extraordinária e a participação efetiva das figuras mais projetadas da colônia marcam o período de transformação no movimento associativo português em Niterói, mas também, o, início de um processo de visibilidade social de portugueses enriquecidos durante a guerra. Donos de armazéns e padarias tornam-se comerciantes atacadistas e, na década seguinte, muitos deles ampliaram suas atividades na área financeira, destacando-se como proprietários de bancos. Também estenderam suas atividades às áreas rurais, tornando-se proprietários de usinas de açúcar.

A Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói

Os novos estatutos foram aprovados nas Assembleias Gerais de 08 e 15 de agosto de 1920.

O artigo 1º constitui a Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói, atribuindo-lhe todas as obrigações e haveres sociais contraídos em nome do antigo Centro da Colônia Portuguesa. Suas finalidades permaneceram fundamentalmente assistenciais e foram especificadas no artigo 3º da seguinte forma:

§ 1º - Fundar e manter um hospital para tratamento de seus associados e contribuintes.

§ 2º - Socorrê-los e auxiliá-los, quando enfermos e impossibilitados de trabalhar.

§ 3º - Prestar-lhes funeral.

§ 4º - Conceder-lhes auxílio para passagem, quando a conselho médico necessita-

rem de mudança de clima.

§ 5º - Conceder-lhes pensão por invalidez.

§ 6º - Prestar auxílio para luto à família.

§ 7º - Auxiliá-los e socorrê-los, quando presos por motivos não infamantes ou atentatórios contra a segurança ou constituição do país.

§ 8º - Criar e custear um asilo para os associados invalidados pela idade ou pelo trabalho.

§ 9º - Manter uma biblioteca.

§ 10º - Criar e administrar uma caixa de caridade para auxílio e repatriação dos portugueses desamparados da fortuna em extrema indigência.¹²

O parágrafo primeiro relativo à fundação e manutenção de um hospital para o tratamento de seus associados e contribuintes destacou-se como uma estratégia fundamental para inserção dos imigrantes portugueses na paisagem urbana e na sociedade local.

A cidade possuía apenas um hospital, o São João Batista, datado de 1865 e que, por essa ocasião, encontrava-se decadente e inteiramente defasado para atender às demandas da população na área de saúde.

Um jovem médico, doutor Hernani Pires de Mello, filho de família tradicional local, aproximou-se da colônia tornando-se um instrumento para viabilização do projeto do hospital.

Um terreno, anteriormente doado para a construção do hospital, foi desprezado por encontrar-se fora da área mais desenvolvida da cidade e optou-se pela construção em uma colina voltada para a Praça da República, antiga Praça D. Pedro II, centro principal da cidade, que congregava em seu entorno, a Assembleia Estadual, o Fórum, o Quartel da Polícia e a Biblioteca Estadual.

Sobre este cenário projetou-se a construção do hospital valorizando-se sua posição estratégica no espaço urbano, sem considerar as dificuldades na realização da obra.

Figura 1 - Vista da Praça da República, com o Hospital Santa Cruz ao fundo, em fase final de construção - Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói.



O projeto previa uma sede, para a sociedade, no nível da praça, e o hospital, um imponente prédio em estilo manuelino, à cavaleiro daquele cenário monumental.

Várias são as notícias que, regularmente, atestavam a movimentação em torno da construção do hospital: sorteios de tómbolas, espetáculos no Teatro João Caetano, chás-dançantes promovidos pelas Damas da Cruz de Malta, horas de arte; entre outras iniciativas, visando o recolhimento de fundos.¹³

Importante ressaltar que tais atividades envolveram não apenas a colônia portuguesa de Niterói, mas também, inúmeros elementos de grande expressão da sociedade local.

Destacou-se particularmente o nome de Odete Porto, ainda senhorinha, filha de Elísio Porto, que fez a primeira venda de flores em benefício do hospital no Teatro Municipal, em 1920.

Durante toda a década de vinte, seu nome apareceu constantemente nos jornais locais. Já como senhora de Hernani Pires de Mello, o chefe médico do futuro hospital, tornou-se presidente das “Damas da Cruz de Malta” e coordenou as mais movimentadas campanhas para angariar recursos. Apresentava a mesma desenvoltura na organização de festas beneficentes na sede do Clube Lusitano, como quando fazia chegar ao morro, onde se construía o hospital, um piano para a hora de arte, pois considerava importante que o público tomasse conhecimento do adiantado estágio da obra.¹⁴

De todas as campanhas que organizou, a mais famosa foi a Festa da Hortênsia, nome da flor e também da esposa do presidente de estado! O evento foi descrito minuciosamente por todos os jornais locais e alguns da capital.

Para sua realização, a presidente das Damas da Cruz de Malta recrutou cinquenta jovens, independente de serem filhas de portugueses ou brasileiros, e contando com a dedicação de todas, organizou a venda de hortênsias pela cidade em troca de donativos.

Na data marcada, choveu incessantemente, o que não esmoreceu o - ânimo da campanha. Assim, descreveu o fato, um jornal da época:

As jovens recolhiam de uns e de outros o óbulo benfazejo em troca do qual enfeitavam-se as lapelas com delicadas hortênsias, simbolicamente marcadas de uma cruz vermelha. Durante quatorze horas, expressaram-se as damas à água que caía sem cessar. É que a certeza que praticavam um bem maior faziam-nas esquecer dos riscos que corriam. O povo soube, porém, compreender o valor do sacrifício e não lhes regateou apoio. Velhos e moços de todas as classes sociais ostentavam à tarde a delicada florzinha a botoeira do casaco. A Sra Hortênsia Sodrê, esposa do Presidente do Estado, recebeu, no Palácio do Ingá, uma comissão de senhorinhas dirigidas pela Sra Hernani Mello. À noite os diretores da Beneficência [...] diante de elementos da imprensa e da Comissão, procederam a abertura de pequenos cofres, cujo conteúdo somou a importância de 9:497\$660 réis.

O mérito dessas notícias, muitas vezes apagadas da memória de tantos, mas fartamente registradas, é que se o Hospital Santa Cruz foi um sonho da colônia portuguesa, sua concretização envolveu, desde cedo, todos os setores da comunidade local.

Considerando que a intermitência dos recursos gerados não permitia dotar a obra do ritmo desejado e achando-se as fontes ordinárias de recursos comprometidas com outros encargos, sobretudo, os de assistência, a Diretoria lançou a Campanha dos Cem Obreiros do Hospital.

Apelava-se, assim, segundo a explicação dos diretores, para cem pessoas de boa-vontade, a fim de que colaborassem com a importância de 50\$000 por mês, durante um ano, creditando-se a quantia aos doadores que, no final do prazo, caso não fossem sócios, poderiam requerer a sua admissão. A campanha alcançou os resultados esperados e as obras prosseguiram.¹⁵

O total mensal, recolhido entre os obreiros, atingia a soma de 5:000\$000 réis, o que ressalta o valor da importância arrecadada entre a população niteroiense por ocasião da Campanha das Hortênsias, 9:497\$660 réis, praticamente o dobro em um só dia!

As enfermarias concluídas iam sendo colocadas em funcionamento e, em 10 de julho de 1928, o vereador Bartholo Appolinário Lagoas apresentou um projeto que concedia favores ao Hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói. As comissões de Fazenda, Legislação e Justiça aprovaram o projeto, que autorizava o Executivo Municipal a isentar o Santa Cruz de todos os impostos existentes ou dos que fossem criados.¹⁶

A Prefeitura ficaria responsável pela instalação da água e esgoto no edifício, correndo as despesas por conta do município. Reconhecia-se, assim, oficialmente, as vantagens sociais de caráter público prestadas pela Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói.

Mesmo diante de tais conquistas e da constatação de que a criação do hospital era um sonho, com feição de investimento garantido, o número de associados era inexpressivo, nos primeiros anos.

Em 1929, o projeto inicial estava praticamente concluído e apenas 93 (noventa e três) membros, nesse ano, juntaram-se aos 168 (cento e sessenta e oito) associados que, no período de 1920-1928, haviam ingressado na Sociedade ou que se transferiram do antigo Centro da Colônia Portuguesa.¹⁷

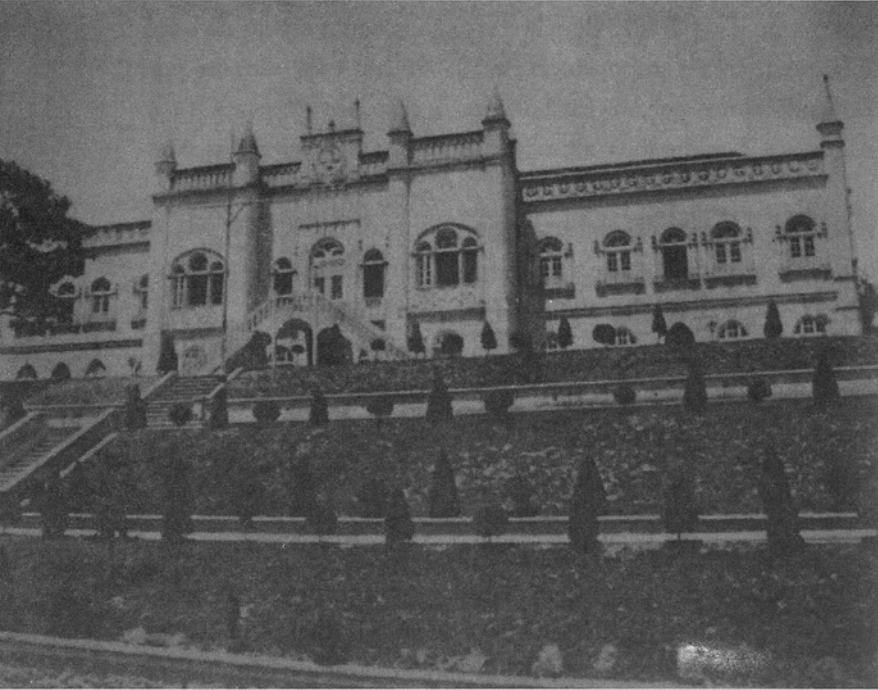
O Hospital Santa Cruz

Em 1930, a 03 de maio, inaugurava-se o hospital. A concretização de tal projeto, ainda que, ocorrido no quadro de modernização da cidade, evidenciou o prestígio e a força dos antigos imigrantes. O equipamento social mais importante da cidade, o único hospital moderno existente, construíra-se com o apoio da sociedade local, mas pela iniciativa e sustentação da Colônia Portuguesa.

O local escolhido materializava de maneira relevante, a inserção dos portugueses no espaço urbano, corroborado tanto pela arquitetura quanto pelos símbolos adotados.

A imponência do prédio manuelino do recém inaugurado hospital dominava a Praça da República. A opção por tal estilo evidenciava o ânimo de seus idealizadores. Os

torreões e as ogivas, ainda que aliviados da riqueza de detalhes do gótico português, tinha a força e a altivez daqueles constituídos pelos antepassados navegadores. Assim, também, a denominação Santa Cruz remontava àquela dada por Cabral à terra descoberta.



O evento mereceu destaque nas páginas dos periódicos de Niterói e do Rio de Janeiro. Na matéria *Notas de um Médico*, o articulista do jornal *O Fluminense*, em 11 de maio, relatou os festejos da inauguração e ofereceu uma descrição pormenorizada do prédio. Enfatizou a sua localização e a beleza arquitetônica em estilo manuelino, assinalando a importância dessas condições materiais sobre o ânimo dos pacientes.

Observou a propriedade da disposição das enfermarias, que recebiam luz diretamente do exterior, e ressaltou as vantagens das áreas internas ajardinadas. Os quartos particulares, os gabinetes, os ambulatórios, tudo, enfim, só mereceu elogios. Destacou finalmente a modernidade das salas de cirurgia, guarnecidas por instalações e aparelhos doados por seus fundadores, Dr. Hernani Pires de Mello e Filinto Coimbra.

O evento e a divulgação provocaram forte e imediata repercussão sobre o quadro social da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói. A entidade contava, até então, com 261 (duzentos e sessenta e um) membros, número que se elevou para 403 (quatrocentos e três), pois, registrou-se o ingresso de 142 (cento e quarenta e dois) novos associados nesse ano.

De maior significação, ainda, são os dados referentes a 1931 e 1932, quando ingressaram, respectivamente, 362 (trezentos e sessenta e dois) e 242 (duzentos e quarenta e dois) novos sócios, dos quais 60% eram brasileiros.

Importante observar, com base na tabela que se segue, que o movimento de matrícula no período entre 1920 a 1940 registra 1715 sócios. Desses, 37,6%, ou seja, 646 se filiaram no período imediatamente após a inauguração do hospital (1930-1933).

Da mesma forma, ressalta o número de brasileiros que ingressaram na Sociedade. Até 1926 apresentavam-se em número inferior aos portugueses. A partir daí, até 1930, ano da inauguração do Hospital, registraram-se de forma equilibrada brasileiros e portugueses. Já em 1931, o número de brasileiros ‘dispara’, em relação ao de portugueses e, até 1935, apresentar-se-ia sempre como mais do dobro dos portugueses. A partir desse ano, o número será muitas vezes maior.

Ainda que esses números se justifiquem, em parte, pela nacionalidade brasileira dos descendentes dos imigrantes, tal quadro se explica, também, pela inexistência de entidades similares para a prestação de serviços na área de saúde de qualidade na cidade de Niterói.

Apesar de seu número, os sócios brasileiros eram mantidos em posição de inferioridade, uma vez que eram prescritos de algumas vantagens sociais, dentre elas a inelegibilidade para os postos de direção.¹⁸

Tal situação só seria modificada, após os anos de 1930, com o decreto de nacionalização de sociedades estrangeiras que asseguraria, por meio de reformas estatutárias, a igualdade de direitos aos associados brasileiros, que poderiam votar e ser votados. Em 1939, em telegrama dirigido ao Presidente Getúlio Vargas, a diretoria da SPBN declarava ser a Sociedade “um patrimônio sagrado de brasileiros e portugueses”¹⁹.

Tabela 01
 Associados da SPBN por nacionalidade e sexo (1920-1940)

Ano	Brasileira		Portuguesa		Outra		Sem Ref.		Total
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	M	F			
1920	--	--	1	--	--	--	--	--	1
1921	--	--	4	--	--	--	--	--	4
1922	1	--	7	--	--	--	--	--	8
1923	4	--	6	--	--	--	--	--	10
1924	11	2	20	--	--	--	--	--	33
1925	5	--	13	--	--	--	--	--	18
1926	6	1	9	--	--	--	--	--	16
1927	19	1	18	--	--	--	--	--	38
1928	19	1	12	--	--	--	--	--	32
1929	36	6	51	--	--	--	--	--	93
1930	48	16	68	5	3	2	--	--	142
1931	124	86	129	14	8	--	--	--	362
1932	113	26	91	10	2	--	--	--	242
1933	52	12	40	2	1	2	--	--	109
1934	31	08	27	6	1	--	--	--	73
1935	38	23	15	6	--	--	--	--	83

1936	32	23	17	7	--	--	--	79
1937	38	34	22	2	2	--	--	98
1938	47	34	17	4	1	2	--	105
1939	17	28	14	2	--	1	--	62
1940	43	35	16	6	--	--	--	100

Fonte: Arquivo da SPBN. *Livro de Registro de Sócios*.

Com respeito à composição sexual dos associados, se registra uma larga predominância do sexo masculino. Para o caso de brasileiros, tal desproporção iria se corrigindo ao longo do período enquanto à dos portugueses se manteria. Tal fato se justifica pela condição majoritária do imigrante português jovem e solteiro.

Quanto à faixa etária, a maioria dos membros concentrava-se na faixa de 0 a 30 anos, sendo que boa parte são menores, filhos, inclusive, de associados antigos.

No que diz respeito à profissão, muitos não declaravam seus ofícios. Dos declarantes, a maioria era de comerciantes, apresentando-se ainda domésticas, aí entendidas como “do lar”, e não criadas, estudantes, proprietários, entendendo-se como “aquele que vive de rendas”, professoras, profissionais liberais (contador, advogado e farmacêutico), bancários, industriais, operários, *chauffeurs*, costureiras, motoristas e funcionários públicos, entre outros.

As notícias de melhoramentos apareciam com regularidade na imprensa. Em 1937, inauguraram-se a lavanderia, a capela e o parque do hospital, e as campanhas para a compra de novos equipamentos se sucediam.

O Hospital Santa Cruz, orgulho da colônia portuguesa, e principal hospital da cidade até 1980, tornou-se ponto de visita obrigatória para as personalidades lusas, em viagem ao Rio. Gago Coutinho, por exemplo, visitou-o em maio de 1954, deixando, em livro próprio, a seguinte manifestação:

as missas ditas há quatro séculos em Porto Seguro não foram pura fantasia, mas início sincero de que, nas terras que ocuparam, nossos antepassados buscaram humanamente criar uma vida feliz, tanto para eles quanto para os nativos desta terra²⁰.

NOTAS

* Universidade Federal Fluminense.

¹ As considerações gerais sobre emigração portuguesa para o Brasil nesse período, formuladas nesse item, são baseadas nos especialistas: LOBO, Eulália. *Portugueses em Brasil e el Siglo XX*. Madrid, Ed Mapfre, 1994; PEREIRA, Miriam Halpern. *Apolítica portuguesa de emigração 1850-1930*. Lisboa, Ed. A Regra do Jogo, 1981; SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil. 1850-1938*. Federação das Associações Portuguesas e Luso Brasileiras. Rio de Janeiro, NÓRDICA, 1992.

² RIBEIRO, Gladys S. *Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Niterói, ICHF-UFF, 1987.

³ CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1986.

⁴ FONSECA, Vitor Manoel Marques da. “No gozo dos direitos civis”. *Associativismo no Rio de Janeiro: 1903 – 1916*. Rio de Janeiro, Editora Muiraquitã, 2008. SILVA, Paulo Ferreira da. *Assistência social dos portugueses no Brasil*. São Paulo, Arquimedes, 1969.

⁵ Por exemplo, o Centro da Colônia Portuguesa do Rio de Janeiro e o centro da Colônia Portuguesa de Niterói. “Álbum da Colônia Portuguesa”, Ed. Théophilo Carinhas, 1927, Real Gabinete Português de Leitura.

⁶ NOGUEIRA, Ana Maira de Moura. *Como nossos pais – uma história da memória da imigração portuguesa em Niterói (1900-1950)*. Niterói, ICHF-UFF, 1998.

⁷ Lobo, *op.cit.*

⁸ SOARES, Emanuel Macedo. *A Prefeitura e os Prefeitos de Niterói*. Niterói, Êxito, 1992.

⁹ *Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói*.

¹⁰ Censo de 1920. IBGE, 1920

¹¹ *Livro de Atas do Centro da Colônia Portuguesa de Niterói*. Arquivo da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói.

¹² *Estatuto da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói de 1920*. Arquivo da SPBN.

¹³ *Pasta de recortes de jornais niteroienses*. Arquivo da SPBN.

¹⁴ *Idem, ibidem*.

¹⁵ *Livro de Atas da SPBN*. Arquivo da SPBN.

¹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁷ *Livro de Registro de Sócios*.

¹⁸ *Estatuto da Sociedade Portuguesa de Beneficência de Niterói*, 1920.

¹⁹ *Livro de Atas da SPBN*.

²⁰ *Livro de Registros de Visitantes Ilustres*, Arquivo da SPB.

IMIGRAÇÃO E COMÉRCIO: SILÊNCIOS SOBRE A MULHER*

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES**

As mulheres são mais imaginadas do que descritas ou narradas e, fazer sua história, implica, inevitavelmente, nos defrontarmos com o conjunto das representações que as encobre e que devemos, necessariamente, analisar.

Michelle Perrot¹

A partir de afirmações como essa, Perrot nos leva a refletir acerca dos muitos processos que necessitam ser reescritos a partir de um olhar focado no gênero. Dentre estes, os processos e-imigratórios, onde estão presentes, por vezes de forma impactante, muitos dos silêncios de que nos fala a autora. A eles somam-se tantos outros, próprios dos processos de deslocamento e de construção de uma nova vida em terra estrangeira.

Apesar dos silêncios da história, entretanto, bem sabemos que as mulheres foram e são partícipes em todo e qualquer processo e-imigratório. E o caso brasileiro é excelente exemplo de sua presença, apesar dos fluxos direcionados para o Brasil, especialmente ao longo do oitocentos, terem tido, majoritariamente, a presença masculina, em especial na cidade do Rio de Janeiro, conforme demonstram os censos realizados entre 1872 e 1950.²

O primeiro censo republicano data de 1890. Por meio dele sabemos que a população da capital brasileira totalizava 522.651 indivíduos, estando 28,90% constituída por estrangeiros (106.304 homens e 44.789 mulheres), com uma relação de 2,3 homens para cada mulher.³

Em 1920, quando a população da capital alcançou um total de 1.157,873 indivíduos, 239.129 eram estrangeiros (20,65%), com os homens continuando a ser “mais numerosos que as mulheres em todos os distritos municipais, urbanos e suburbanos”, “correndo, portanto, o desequilíbrio observado na desigualdade numérica dos sexos por conta da população estrangeira”. Por outro lado, os imigrantes portugueses, excetuando-se os naturalizados, continuavam dominantes no conjunto total: 141.098 indivíduos (59% do total), dos quais 44.908 eram mulheres. Considerado o universo feminino, a maioria estava constituída por mulheres casadas (23.262), mas havia um total de 7.427 viúvas (31,92%).⁴

Trinta anos depois, um novo censo demográfico, realizado em 1950, indicava uma população de 51.944.397 indivíduos, 2.377.451 dos quais fixados no Distrito Federal. Nesse total, os estrangeiros eram 210.454, dentre os quais 133.950 eram portugueses (63,64%). Considerado esse último grupo, as mulheres eram 51.313, representando um percentual de 30,30% do total, resultado do crescimento da imigração familiar no pós-guerra.⁵

Para além da evidência objetiva dada pelos números, entretanto, a barreira do silêncio coloca-se, de forma inevitável, para o pesquisador quando o foco é a mulher. Sobre

a imigrante, em especial, um dos principais silêncios é o uso dos passaportes coletivos, que nomeia a mulher por sua situação civil, simples extensão da figura masculina: regra geral, sem nome, profissão ou idade. Esse procedimento acaba por propiciar vários ocultamentos, relativizando, como consequência, estudos emanados de determinadas fontes.⁶ Regra geral, “assexuadas”, muitas estatísticas acabam por “interiorizar”, de algum modo, o “silêncio que envolve a mulher”.

As dificuldades oriundas dos passaportes coletivos, porém, não são únicas e, quando analisamos a questão do trabalho e do mercado de trabalho onde os estrangeiros se movimentavam, constatamos que a documentação tende, também, a silenciar sobre a participação da mulher, a não ser nos espaços ‘profissionais’ considerados inerentes à condição feminina. Esses espaços caracterizam-se pela exclusão dos negócios, considerados inerentes aos fazeres masculinos, o que pode ser comprovado pelo Código Comercial Napoleônico, cuja essência foi reproduzida no Código Comercial Brasileiro de 1850.

Art. 1º. Podem comerciar no Brasil:

- 1 - todas as pessoas que, na conformidade das leis deste Império, se acharem na livre administração de suas pessoas e bens, e não forem expressamente proibidas neste Código;
- 2 - os menores legitimamente emancipados;
- 3 - os filhos-famílias que tiverem mais de 18 (dezoito) anos de idade, com autorização dos pais, provada por escritura pública. O filho maior de 21 (vinte e um) anos, que for associado ao comércio do pai, e o que com sua aprovação, provada por escrito, levantar algum estabelecimento comercial, será reputado emancipado e maior para todos os efeitos legais nas negociações mercantis;
- 4 - as mulheres casadas maiores de 18 (dezoito) anos, com autorização de seus maridos para poderem comerciar em seu próprio nome, provada por escritura pública. As que se acharem separadas da coabitação dos maridos por sentença de divórcio perpétuo, não precisam da sua autorização. Os menores, os filhos-famílias e as mulheres casadas devem inscrever os títulos da sua habilitação civil, antes de principiarem a comerciar, no Registro do Comércio do respectivo distrito;⁷

Em artigo específico dedicado aos critérios para a abertura de casas comerciais, portanto, o código consagrava a submissão da mulher. Enquanto espaço privilegiado de negócios para os imigrantes, o comércio, dessa forma, ao ajustar-se aos enquadramentos sexuais vigentes, encobria, com o manto do silêncio, a mulher; em especial, a mulher casada. Muitas dessas mulheres permaneceriam para sempre ocultas na documentação, apesar de sua presença cotidiana nos balcões ou por detrás da porta da cozinha, dando o suporte necessário para que os petiscos não faltassem à mesa do freguês.

Apesar desses silenciamentos, porém, o trabalho familiar foi fundamental para o sucesso nos negócios, principalmente no tocante à imigração portuguesa, apesar da invisibilidade mostrar-se muito maior no que diz respeito à mulher portuguesa do que as mulheres de outras nacionalidades; resultado de questões culturais vinculadas ao lugar da mulher nas aldeias do norte de Portugal.

Comparando-se, por exemplo, imigrantes portuguesas e francesas, podemos perceber que as últimas têm presença muito mais marcante na documentação.⁸ Em parte porque muitas delas migravam sós e, sozinhas, tinham que lutar pela sobrevivência. Essa audácia encontrava explicação não só nas condições sociais da França das primeiras décadas do novecentos quanto nas relações tecidas entre comércio e moda, nicho no qual as francesas exerciam verdadeiro monopólio. Isto sem falar na vivência precoce da militância revolucionária que, mesmo abortada à medida que a revolução evoluiu e a sociedade burguesa redefiniu e sexualizou os espaços, ela permaneceu como memória e resistência.

No caso português, as razões e os processos vividos foram bem diferentes, com o deslocamento de mulheres sós, ocorrendo apenas à margem dos processos globais. Regra geral, a mulher portuguesa tendeu a se deslocar na companhia de pais e maridos ou partiu para encontrá-los no país de acolhida. Acostumadas às lidas da lavoura, participando de um trabalho coletivo que envolvia toda a família, ela tendeu a recriar, no espaço urbano, a concepção de trabalho como empreendimento familiar, inclusive no espaço comercial.

Apesar dos processos de ocultamento, entretanto, muitos de nós, direta ou indiretamente, travamos contato com mulheres portuguesas por detrás de balcões de armazéns, padarias, botequins e quitandas, com seus vestidos floridos, aventais e, muitas vezes, os tamancos e o lenço na cabeça, tão característicos de sua portugalidade. Dona de um sorriso aberto e acolhedor, ela tendia a travar uma relação próxima com suas clientes, muitas vezes, com elas trocando receitas ou histórias de vida. Essa personagem tão marcante não ficou perdida no passado, podendo ser encontrada, ainda, em bairros de cidades, onde a presença portuguesa teve expressão.

Basta percorrermos o Rio de Janeiro, por exemplo, para travarmos contato com inúmeras Marias que, no feminino, escreveram e escrevem a história da imigração portuguesa. A frente de estabelecimentos comerciais, mulheres guerreiras, como Maria do Rosário e Maria das Neves, protagonizaram ou continuam a protagonizar processos que as transformam em verdadeiras artífices do sonho do negócio próprio em terras brasileiras.

Maria do Rosário Cardoso dos Santos tem mais de 80 anos, mas continua a exercer suas atividades de proprietária de estabelecimento localizado no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Conhecida simplesmente como D. Maria, ela permanece um exemplo vivo da coragem, tenacidade e dos poderes possíveis às mulheres.⁹

Nascida em 10 de junho de 1920, na vila de Manteigas, Serra da Estrela, onde, segundo suas palavras, “se fabrica afamado queijo”, Maria do Rosário começou a trabalhar quando tinha quinze anos de idade, na mesma fábrica em que trabalhava aquele que viria a

ser seu marido. Empregando-se, posteriormente, em uma escola da região, ela contribuía, com seu trabalho, para a melhoria da renda familiar, de forma a garantir um “viver razoável” ao casal, dando razão ao ditado que D. Maria sempre gosta de relembrar: “bem vai o casal enquanto um ganha para o azeite e o outro ganha pro sal”.

Em 1954, o marido migrou para o Brasil, incentivado por “primos brasileiros” que o teriam “iludido” com histórias sobre o país. Em 1º de maio de 1957 - Dia do Trabalhador, como D. Maria gosta de ressaltar – ela chegou, finalmente, ao Rio de Janeiro, deixando para trás seu antigo lar, seu trabalho e seus familiares. Embarcando no navio “Corrientes”, segundo ela “mais fuleiro” do que o navio “Santa Maria”, no qual o marido viajara três anos antes, levou 13 dias para chegar ao Brasil.

Logo que chegou em terras brasileiras, empregou-se na *Fábrica de Tecidos Covilhã*, no bairro da Tijuca, onde já trabalhava o marido. Esta se localizava nas proximidades de onde, anos mais tarde, ela viria a abrir seu tão sonhado bar. O emprego na fábrica de tecidos foi garantido por uma senhora, oriunda da vila natal, “mestra das mulheres operárias”, graças ao fato dela acolher “tudo que vinha de Manteigas”, comprovando a tendência manifesta dos imigrantes recém chegados serem atraídos por locais onde já estavam fixados contrrâneos e familiares.

Em companhia de D. Maria vieram seus dois filhos. A menina tinha oito anos no momento da travessia; o menino, apenas cinco. Afora os filhos, seus bens mais preciosos eram a disposição e a coragem para recomeçar. A jovem Maria, operária da fábrica de tecidos, entretanto, tinha uma dificuldade quase intransponível: o fato de não ter com quem deixar as crianças, razão pela qual costumava dizer ao marido: “tens que arranjar um negócio”, embora soubesse que ele não tinha o “dom necessário para lidar com o público”.

Por conta das dificuldades encontradas, Maria do Rosário passou a sonhar com a abertura de um bar/botequim, pautada na experiência que a mãe já tivera em Portugal, onde fora proprietária de taberna. Com esse sonho em mente, propôs ao marido: “Então tu ficas na fábrica e eu fico no bar com os meus filhos”.

A abertura do sonhado bar deu-se a 13 de janeiro de 1960. Meio ano depois, o marido resolveu largar o emprego e passou a ajudar no estabelecimento. Segundo D. Maria, porém, ele “não era capaz de estar lá duas horas seguidas dentro do balcão”, razão que o levou a optar por ganhar a vida fazendo biscates. Ela, porém, “com muita paciência e com muito amor, a querer criar os filhos perto [dela]”, foi ficando no bar, “dentro do balcão” e assim permaneceu, mesmo após o crescimento deles e a morte do marido, garantindo, com seu trabalho e dedicação uma vida melhor para toda a família.¹⁰

A experiência de D. Maria como proprietária e gerente de bar constituía-se, sem dúvida, ato de coragem e ousadia frente aos padrões e papéis sexuais existentes. Esse papel inusitado não deixou de suscitar estranhezas, que encontram sua melhor ilustração em uma história que ela mesma gosta de contar, divertindo-se à medida que fala. Em um determinado dia, um fiscal chegou ao bar procurando o proprietário e, verificando que ela tomara

a iniciativa de atendê-lo, perguntou: “Por que a senhora tomou a frente de seu marido?”. Ao que ela, prontamente, respondeu: “Porque ele não entende de nada, afinal de contas eu é que sei como é isto”; o que acabou por arrancar risos do fiscal, que deu por encerrada a visita, exclamando: “tudo bem com a senhora!”.

A forte presença de Maria do Rosário à frente do *Bar Brotinho* determinou o ostracismo do nome oficial do estabelecimento, que passou a ser conhecido, carinhosamente, como *Bar da D. Maria*, acabando por transformar-se em local de referência e ponto de encontro de sambistas, compositores e políticos moradores na área, como Aldir Blanc, Moacir Luz e o deputado Chico Alencar.

D. Maria do Rosário, permanentemente, é citada em obras relativas a bares, boteco- quins e outras publicações, como demonstra a *História dos Bairros*, quando destaca a Tijuca:

O Bar da dona Maria é uma referência do samba carioca. E por isso mesmo acabou se tornando uma síntese do que é ser Tijucano. A alma do pequeno estabelecimento é tangível. A alegria sábia no rosto da senhora portuguesa, que comanda tudo de trás do balcão, convence o frequentador de que ela está realmente numa embaixada segura de sua casa, requisito primaz de um bom boteco. Não os velhos retratos de times e sambistas espalhados pelas paredes surradas pelos sessenta anos de funcionamento, fazem também do bar um templo para a tranqüilidade e a meditação dos sempre bem-vindos, famosos ou não, fregueses.¹¹

Segundo sua filha, Adelaide, D. Maria vê o bar como algo fundamental em sua vida, considerando que o mesmo “é mais importante até do que a família”. Por essta razão, ela diz que “vale a pena ver ela” no estabelecimento, sempre muito querida pelos fregueses, retirando-se do bar apenas quando sua novela preferida (a novela das oito) está prestes a começar. É nesse momento que ela retira o avental e encaminha-se, finalmente, para casa.

A outra Maria que tomamos, por exemplo, é D. Maria das Neves Dias Bento. Nascida em Budiosa, Distrito de Vizeu, no ano de 1835. Maria das Neves teve três filhos, todos eles nascidos no Brasil. Antes de partir para o Brasil, trabalhava na lavoura, tendo visto o ato de emigração, ocorrido em 1953, como uma espécie de “libertação das obrigações que tinha em Portugal”. A viagem, segundo ela, transcorreu sem problemas e, “quando ela chegou ao porto do Rio de Janeiro e percebeu que estava no Brasil se emocionou”. Tinha, então, 18 anos e partira com o objetivo de encontrar pai, marido e amigos.

Inicialmente, fixou-se no bairro de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, transferindo-se, posteriormente, para a cidade do Rio de Janeiro, morando nos bairros de Jacarepaguá e São Cristóvão. Embora tenha partido de Portugal “sem planos definidos”, sempre acalentou um sonho: abrir um estabelecimento comercial, tornando-se dona de seu próprio negócio. Esse desejo transformou-se em realidade quando ela abriu um armarinho e, posteriormente, uma farmácia, ascendendo à posição de comerciante.

Seu novo status permitiu que ela pudesse visitar Portugal, reencontrando familiares e os amigos dos tempos de infância e juventude. Hoje, quando é indagada se deseja

ou não voltar a Portugal, ela prontamente diz não ter esta intenção, pretendendo terminar seus dias no Brasil, terra que a acolheu, onde nasceram seus filhos e ela concretizou seus sonhos.¹² No caso da outra Maria, ela, também, não pretende voltar, mas seus laços com o além-mar fazem com que todo ano, durante o mês de agosto, ela cerre a porta do bar e parta para Manteigas.

Depoimentos como esses, prestados por mulheres de setenta ou oitenta anos, que imigraram no imediato pós Segunda Guerra, dão, sem dúvida alguma, outra densidade aos estudos e-imigratórios. Suas histórias de vida, emblemáticas por excelência, suplantam o nível das experiências particulares para inserirem-se em uma nova história, escrita no feminino, na qual muitas lacunas podem ser preenchidas.

Quando nos ‘debruçamos’ sobre um passado mais distante, certamente, as dificuldades tornam-se muito maiores, em virtude dos silêncios já referidos, obrigando o historiador a buscar indícios como um detetive dotado de lentes de aumento; indícios que regra geral, são encontrados nas fontes não oficiais. Dentre essas, ganha especial relevo os jornais e almanaques, com destaque para o *Almanaque Laemmert*.¹³ Mesmo nessas fontes, entretanto, a visibilidade da imigrante portuguesa no mundo dos negócios é fugidia e parcial, revelada, regra geral, pela presença das viúvas que, com a morte dos maridos, assumiam o protagonismo nos negócios da família.

Os privilégios das viúvas com relação às mulheres casadas já foram destacados por autores que se dedicaram a traçar ensaios biográficos sobre mulheres de vanguarda no ramo dos negócios, como a viúva Cliquot. Em livro recentemente publicado no Brasil, cuja motivação da autora foi “encontrar os traços deixados por uma mulher escondida por trás do rótulo da famosa marca de champagne”, encontra-se importante reflexão sobre o papel desempenhado pelas viúvas no século XIX. Esse decorria do fato das viúvas serem “as únicas a ter liberdade social para gerir seus próprios negócios”, pois “tendo perdido o marido, podiam tomar suas próprias decisões”, ainda que, muitas vezes, tivessem que pagar “um preço alto [...] por essa oportunidade”.¹⁴

Buscar as viúvas nas listagens do *Laemmert*, dessa maneira, é um caminho possível para desvelar mulheres empreendedoras, apesar das dificuldades inerentes a esse tipo de fontes. Muitas delas, o fato das listas não contemplarem a questão da nacionalidade, implicando a necessidade do pesquisador selecionar suas amostras tendo por critério de seleção os nomes e sobrenomes dos profissionais relacionados.

No caso dos sobrenomes portugueses, um problema a mais se coloca, visto que eles não trazerem as marcas linguísticas de outras nacionalidades, em virtude das heranças da colonização. Por outro lado, considerando-se o caso das viúvas, a ocorrência de casamentos entre portugueses e brasileiros torna o problema um pouco maior. Por essas razões, na tentativa de dar visibilidade às viúvas portuguesas, optamos por privilegiar as listagens relativas ao ramo dos secos e molhados¹⁵, tendo em vista o verdadeiro monopólio português estabelecido no setor. Esse monopólio nos daria a certeza de que, ainda que brasileiras

pudessem ter herdado negócios de marido português, as viúvas portuguesas, necessariamente lá estariam presentes.

A partir desses critérios, a consulta aos almanaques publicados de 1844 a 1890 evidenciou a existência de 32 viúvas, com sobrenomes de origem portuguesa, como comerciantes de armazéns de secos e molhados. Muitas delas, assumindo os negócios familiares, não conseguiram vencer as dificuldades do primeiro ano de atividades. Várias, porém, permaneceram na condução do empreendimento durante um tempo que podemos considerar considerável. As viúvas Vieira (1851), Gonçalves (1857), Pereira (1861), Araújo (1874), Moutinho (1874). Costa (1876), Lima (1877), Carvalho de Sousa (1877), Araújo (1881) e Barros (1886) exemplificam a primeira situação¹⁶, as viúvas Couto, Cabral e Menezes, a segunda.

A viúva Couto aparece nas listagens do *Laemmert* no ano de 1847, permanecendo à frente do estabelecimento situado à rua do Rosário, n. 74, até 1851, portanto, durante quatro a cinco anos.¹⁷ A viúva Cabral tem visibilidade durante igual período de tempo, entre os anos de 1863 e 1867, com loja situada à rua de São Cristóvão, n. 76, em pleno bairro onde se situava o palácio do imperador.¹⁸ A viúva Menezes manteve-se responsável por armazém, situado à rua da Passagem, n. 75, no bairro de Botafogo, entre os anos de 1880 e 1883, tendo por sócios a filha e o genro.¹⁹

Todas essas mulheres conviveram com uma concorrência quase que exclusivamente masculina. No ano de 1847, por exemplo, para um total de 231 comerciantes do ramo, figuravam apenas duas mulheres, ambas viúvas: a viúva Teixeira e a viúva Fausto. Essa última, em sociedade com o filho, dirigia estabelecimento, localizado à rua do Rosário n. 72, anunciando-se como “fornecedora da Casa Imperial”. Trinta anos depois, a relação permanecia extremamente tímida, pois, em 1877, apenas a viúva Couto, com loja à rua Senador Pompeu, n. 206, e a viúva Lima, com estabelecimento à rua Uruguaina, n. 18 eram citadas pelo *Laemmert*.²⁰

Mulheres sem nome, conhecidas unicamente pelo sobrenome de seus maridos, as viúvas pouco revelam acerca da condição feminina, a não ser o privilégio de gerir seus próprios negócios. Apesar da coragem e determinação que, certamente, revestiam o ato de adentrar o mundo dos negócios como protagonista de seus fazeres, essas mulheres permaneciam referenciadas pela autoridade marital.

Em um único caso, por intermédio da viúva, foi possível travar contato com o nome completo do marido, o que possibilitou o acesso a novos indícios sobre a história do casal. Trata-se da viúva do comerciante Antonio José Barbosa Pereira que, segundo a listagem do *Laemmert*, abriu casa comercial à rua Direita, n. 35, no ano de 1845, colocando-se a frente do negócio por cinco anos. Ou seja, até 1850. Nesse último ano ou no ano seguinte, Antonio José faleceu; a partir de 1851, foi sua viúva quem passou a administrar os negócios da família. A incursão da viúva Pereira no mundo dos negócios, porém, foi efêmera, pois, em 1852, ela desapareceu por completo das listagens do Almanaque, não tendo sido possível saber se por morte, por retorno a Portugal, por falência ou pela decisão de sim-

plesmente fechar as portas do empreendimento, talvez em virtude do pouco conhecimento do ramo escolhido pelo marido: o das ferragens.

A presença da viúva de Antonio Pereira fora do ramo dos secos e molhados, porém, não foi exceção se ampliarmos o olhar para outras listas do referido almanaque, onde é possível comprovar que algumas viúvas assumiram o protagonismo em ramos empresariais marcadamente identificados com o masculino: armazéns de café; lojas de madeiras para construção civil e naval; lojas de balanças, pesos e medidas; lojas de tintas e vernizes; lojas de fumo e charutos; lojas de mármore e outras.

Destacado o ano de 1875 para exemplificação, verificamos que nenhuma mulher aparece relacionada como comerciante de secos e molhados, mas 16 viúvas estão à frente de estabelecimentos destinados à venda de outros produtos. Cinco delas eram francesas, duas eram inglesas, uma era italiana, duas eram turcas e seis tinham nomes portugueses. Eram elas: a viúva Guimarães Pinheiro (dedicada ao comércio de açúcar); a viúva Santos (dedicada à venda de drogas, medicamentos e produtos químicos e farmacêuticos); a viúva Cruz e a viúva Oliveira (negociantes de cera); a viúva Mendes (dedicada à venda de roupa feita) e, finalmente, a viúva Batalha (dedicada ao negócio de mármore).

Com coragem e trabalho, essas mulheres transgrediram papéis, ao assumirem o protagonismo da administração dos negócios familiares, provendo, dessa forma, de forma ativa e visível, a subsistência dos filhos. Por outro lado, devemos a elas a comprovação da existência do trabalho da imigrante portuguesa fora do âmbito do lar, integrando, inclusive, o espaço dos negócios. Dessa forma, muito antes das mudanças trazidas pelas guerras do século XX, cumpriam um duplo papel: o de mãe e o de comerciante. Por intermédio delas, podemos afirmar que a história do comércio português em solo brasileiro deve e pode ser escrita, também, no feminino, possibilitando reflexões mais completas sobre a presença da mulher como atriz principal nos processos urbanos.

NOTAS

* A comunicação constitui-se em resultado preliminar de pesquisa financiada pelo CNPq e contou com a participação de Thaísa César de Paula e Silva, Bolsista de

Iniciação Científica Junior na coleta de dados.

** Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

¹ Michelle Perrot. *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris, Champs/Flammarion, 1998.

² Sobre portugueses nos recenseamentos brasileiros, ver MENEZES, Lená Medeiros, de. “A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1905 e 1920. Dos números às trajetórias de vida”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia. *A Emigração portuguesa para o Brasil*. Porto, Ed. Afrontamento/CEPESE, 2007, pp. 103-119.

³ Esses números eram significativamente maiores dos 152.723 indivíduos registrados em 1873, dentre os quais 73.310 eram estrangeiros. cf. BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Censos de 1890*.

⁴ BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Censo de 1890*.

⁵ BRASIL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo de 1950*.

⁶ Podemos citar, dentre estas, os registros de entrada e saída dos portos.

⁷ BRASIL. *Código Comercial Brasileiro*. Título I, parte primeira, art. 1º - do comércio em geral. Lei n. 556, de 25 de junho de 1850.

⁸ Sobre francesas no Rio de Janeiro ver, dentre outros artigos da autora: MENEZES, Lená Medeiros de. “Francesas no Rio de Janeiro: modernização e trabalho segundo o Almanak Laemmert”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, abril/jun. 2004, pp. 11-31; “Francesas no Rio de Janeiro: trabalho, sonhos e ousadias (1816-1822)”. *Caderno Espaço Feminino*, 2004, pp. 61-82; “(Re)inventando a noite: o Alcazar Lyrique e a cocotte comédiénne no Rio de Janeiro oitocentista”. *Revista do Rio de Janeiro*, jan.-dez 2007, pp. 73-91; “Facetas marginais do sonho de civilização: imigração francesa e prostituição no Brasil (1816-1930)”. In: VIDAL, Laurent; LUCAS, Tania Regina de (Orgs.). *Francesas no Brasil, séculos XIX e XX*. São Paulo, UNESP, 2009, pp. 231-252. (Livro comemorativo do ano da França no Brasil).

⁹ Os dados referentes à Maria do Rosário Cardoso dos Santos foram colhidos em depoimento por ela prestado em entrevista realizada em 01 de agosto de 2003.

¹⁰ A filha de D. Maria hoje é professora aposentada e o filho, executivo de uma estatal.

¹¹ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Bairros do Rio: Tijuca e Floresta*. Rio de Janeiro, Trainha/Prefeitura do Rio, 2000.

¹² Os dados referentes à Maria das Neves Dias Bento foram colhidos em depoimento por ela prestado em entrevista realizada em 27 de agosto de 2009 à bolsista de Iniciação Científica Junior, Thaís Cesar de Paula e Silva.

¹³ Em realidade, *Almanaque Administrativo, Commercial e Industrial da cidade do Rio de Janeiro*, publicado, a partir de 1844, pelos irmãos Laemmert.

¹⁴ Tilar J. Mazzeo, *A Viúva Cliquot*, p. 70.

¹⁵ A escolha desse ramo de negócios explica-se pelo fato dele constituir-se em nicho de mercado dominado pelos portugueses. Dessa foram, tendo em vista que as listagens não registram a nacionalidade dos comerciantes, nossa margem de erro seria menor.

¹⁶ *Almanaque Laemmert*, respectivamente, 1844 a 1889.

¹⁷ RIO DE JANEIRO. *Almanaque “Laemmert” para os anos de 1847 a 1851*.

¹⁸ *Idem* para os anos de 1863 a 1851.

¹⁹ *Idem* para os anos de 1880 a 1883.

²⁰ *Idem* para os anos de 1847 e 1877.

IMIGRANTES PORTUGUESAS: COTIDIANO, TRABALHO E RESISTÊNCIA. SÃO PAULO 1920-1940

MARIA IZILDA SANTOS DE MATOS*

Esta investigação pretende uma contribuição para o estudo das experiências das mulheres imigrantes portuguesas na cidade de São Paulo, no período entre 1920 a 1940. A proposta visa recuperar as ações cotidianas e os enfrentamentos nos quais estiveram envolvidas estas imigrantes. Para tanto, foi privilegiada uma documentação variada, com destaque para os prontuários do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), os registros de imigrantes do Memorial da Imigração/SP e os processos de expulsão depositados no Arquivo Nacional/RJ.

Um território: São Paulo 1920-40

No começo do século XX, São Paulo assumiu seu destino de metrópole, sob o influxo do crescimento industrial, comercial e financeiro. De acordo com o censo de 1920, o número de habitantes da cidade mais do que dobrou, atingindo a cifra de 579.033 pessoas; já entre 1920 e 1940, a população novamente duplicou, saltando para 1.326.261 moradores¹. Em 1934, totalizavam 287.690 estrangeiros (desses 79.465 portugueses)², constituindo-se num mosaico diversificado de grupos étnicos e seus descendentes, que juntamente com os migrantes do interior do estado e de outras regiões do país, conviviam numa multiplicidade de culturas, tradições e sotaques.

A cidade foi palco de várias intervenções urbanas, que inicialmente se concentraram na área central, no denominado Triângulo Histórico (Ruas Direita, 15 de novembro e São Bento). Estas ações atuaram nivelando, realinhando ruas, estimulando a reforma e a reconstrução de edifícios, visando tornar a área mais elegante. Posteriormente, intensificou-se a expansão urbana em direção ao Centro Novo (entre o Anhangabaú e a Praça da República).



Nos anos 1930 e 1940, os prefeitos Fábio Prado e Prestes Maia implementaram o chamado Plano Avenidas. Seguiu-se um conjunto de obras até então inusitado: abrindo avenidas, alargando ruas, refazendo ligações viárias, construindo parques, jardins e praças.

A área do Triângulo Central era dinamizada pelos negócios, serviços e comércio; também novas possibilidades de lazer e diversões, atividades culturais e intelectuais. Por esse território circulavam profissionais liberais, intelectuais, artistas e estudantes, ao mesmo tempo se podia notar a maior presença feminina, como trabalhadora e consumidora, visto que ali se concentravam grande número de lojas e confeitarias.



Os territórios de lazer noturno contribuíam para ampliar o caráter metropolitano, tornando o centro da cidade polo de atratividade a partir das diversões e espetáculos. Integrava-se num sistema amplo de relações culturais marcados pela busca de prazeres e distrações, novos e variados ambientes de diversão, alguns mais, outros menos sofisticados: confeitarias, bares e restaurantes, teatros, cafés-concerto, cafés-cantantes, cinemas, também bordéis e cabarés. A prostituição foi se estratificando, as mais refinadas, atendiam com discrição, elegantemente vestidas circulavam nos restaurantes e confeitarias, podendo-se contar com vários bordeis e *rendez-vous* para atender a clientela.

A cidade e as mulheres: as portuguesas no DEOPS

Esta pesquisa foi inicialmente desenvolvida no acervo do DEOPS/Arquivo do Estado de São Paulo, que conta com mais de 160 mil prontuários e 9 mil dossiês. Nesse vasto corpo documental, até o momento, foram identificados 5.371 prontuários referentes aos imigrantes portugueses, desses apenas 237 são prontuários de mulheres (4,5% do total).

Entre as portuguesas prontuariadas foram encontrados vários motivos para as averiguações, com destaque para os pedidos de autorização para funcionamento de casa de cômodos, pensão e hotéis (32% dos casos), querelas entre proprietárias e inquilinos (15%) e infrações à lei de economia popular (17%).

As primeiras dessas questões vinculavam-se a significativa presença das portuguesas como proprietárias de pensão e casas de cômodo (fornecedoras de refeições). Cabe destacar que esse tipo de serviço se expandiu no processo de crescimento urbano devido à alta demanda por habitação e alocação. Para autorização de funcionamento desses estabelecimentos e comprovação de seu perfil familiar era exigência legal documentos de antecedentes da proprietária fornecidos pelo DEOPS.

Nesse quadro de expansão urbana e dificuldades com a moradia, podia-se observar entre as várias estratégias de sobrevivência e possibilidade de obtenção de renda por meio do aluguel de um cômodo, um quarto anexo ou pequeno imóvel. Entretanto, algumas imigrantes portuguesas eram donas de várias propriedades, viúvas ou herdeiras, possuíam pecúlio e altos rendimentos no setor de aluguéis. Para umas e outras, as relações estabelecidas entre locatários e locadores nem sempre foram tranquilas, como se pode perceber pelos conflitos descritos nos prontuários.

Já as infrações de economia popular³ denotavam a atuação das portuguesas nas atividades comerciais (açougues, padarias, armazéns, adegas, botequins, restaurantes, confeitarias e pastelarias, quitandas, leiterias). Alguns destes estabelecimentos encontravam-se instalados num cômodo da própria casa, outros, mais amplos, mostravam uma ascensão no ramo comercial.

O comércio implicava em trabalho árduo, uma longa jornada no balcão, exigindo habilidades como cativar a clientela, ser simpática e gentil com os compradores, ceder nos preços, ouvir pacientemente reclamações contra a carestia e a qualidade dos produtos, além de aceitar gracejos.

O balcão era o palco privilegiado de tensões em torno das cobranças, os atrasos e recusa no pagamento das contas, hostilidades com provocações, insultos, brigas e denúncias à polícia.

Particularmente, no período da Segunda Grande Guerra, nos prontuários é possível observar as solicitações de salvo conduto, autorização de transferências e mudanças. Essas práticas eram exigidas para todos os estrangeiros, sendo o controle maior para os imigrantes dos países do Eixo: italianos, alemães e japoneses.

Os pedidos de regulamentação de documentos e da situação no país apareceram por todo o período estudado. Foram menos frequentes os casos de desacato à autoridade, golpes e usura.

Dos 237 prontuários de mulheres portuguesas pesquisados foram localizados três casos de encaminhamento para expulsão. Porém, apenas uma delas foi expulsa, sendo o processo localizado no Arquivo Nacional/RJ, Maria Beatriz Duarte.

Um caso: expulsão

Era uma terça-feira, 6 de fevereiro de 1934, faltavam somente 6 dias para o carnaval. Naquele ano a folia prometia, já se distanciavam as tristes lembranças dos conflitos da Revolução de 1932, das desordens nas ruas da cidade, o *front* de luta e as perdas.

Naquela quente tarde de verão, como fazia frequentemente, a portuguesa Maria Beatriz Duarte se arrumou, saiu de sua casa na Liberdade (Rua Barão de Iguape n. 15), dirigindo-se ao centro da cidade.



O movimento no Centro era intenso, em torno das 16h30, Maria Beatriz entrou nas Lojas Brasileiras, no número 37 da R. Direita, encaminhando-se à seção de bijuterias para conservar com as jovens balconistas Vera e Judith, como já tinha feito outras vezes. Mas, repentinamente foi surpreendida pela polícia, com ordem de prisão. Frente ao tumulto estabelecido, foi levada à Delegacia de Costumes e Jogos.

Na Delegacia foram colhidos os depoimentos das duas irmãs que acusavam a portuguesa Maria Beatriz de aliciá-las para prostituição. Em seguida, a suspeita foi liberada. Na acareação realizada dez dias depois (16/2/1934), a acusada negou terminantemente o que lhe imputavam, desmentindo os argumentos apresentados.

Esta história teve seu início em 1910 quando o vapor que trazia a família Duarte aportou no Brasil. Manuel Joaquim Duarte e Tereza de Jesus Panda vieram de Moncorvo, Distrito de Bragança, Trás-os-Montes; eles traziam três filhos, a menina Maria Beatriz Duarte, nascida em 20/12/1899, e outros 2 varões, um deles Antonio Albérto.

Não obstante, o sonho americano apresentaria surpresas e descaminhos. Em 1917, na flor da idade, com apenas 17 anos, Maria Beatriz foi deflorada por Albertino de Campos. A denúncia foi formalizada na delegacia em 24/9/1917⁴, buscava-se remediar a situação, com a oficialização do casamento, já que a jovem encontrava-se grávida. Contudo, a acusação não surtiu o efeito desejado – o casamento –, e em 18 de janeiro de 1918, nascia a filha ilegítima Mariana dos Anjos, registrada no Cartório de Registro Civil da Bela Vista.

Reconstituir a vida como mãe solteira, dentro dos rigorosos preceitos de moral da época, não foi uma opção de Maria Beatriz, que adotou como meio de vida a prostituição, sendo registrada na atividade em prontuário policial desde fevereiro de 1921. Os ganhos com a profissão por mais de 12 anos, as economias e controles, permitiram que de inquilina das casas que frequentava, passasse a proprietária de *rendez-vous*, encontrando-se prontuária nesta função em 18 de maio de 1932. Seu estabelecimento se encontrava localizado na Rua Barão de Iguape.⁵

A manutenção e sucesso do *rendez-vous* exigiam habilidades, agradar os clientes, manter o ambiente aprazível e sempre disponibilizar novas moças⁶. Nesse sentido, que no dizer do Delegado de Costumes, Maria Beatriz buscava atrair “moças incautas”:

[...] ampliaram as suas atividades arrebanhando para o prostíbulo menores ingênuas, com o fito exclusivo de aumentar os seus lucros, e talvez, para satisfação de sua tava de degenerescência.⁷

As jovens aliciadas e as testemunhas foram ouvidas no dia 16 de fevereiro. Octavio Souza Soares, gerente da loja, declarou que já observava a senhora alta, sempre bem vestida, que visitava a loja quase diariamente, conversando com as empregadas da seção, sem nunca adquirir qualquer objeto. Atento, começou a desconfiar, quando soube que ela fazia convites às moças para visitar sua pensão, divulgando que lá elas teriam vida confortável e alegre, chegando a convidá-las para o curso carnavalesco, combinando que ela mesma forneceria as fantasias e todo o necessário. Afirmação confirmada por Naie Pereira, outra balconista da loja, que também fora convidada pela acusada para jantares, para participar do curso e de bailes carnavalescos.⁸

O comerciante Álvaro Arantes França e o vigia da loja Antonio Ferreira também testemunharam as “propostas desonestas” dirigidas às balconistas. Felício Console reforçou que a senhora oferecia vestidos, dinheiro e possibilidades de diversão para as jovens.

No Relatório do Gabinete de Investigação, o delegado Djalma Whitaker de Lima, declarava:

Com o desenvolvimento atual do comércio foram abertas diversas casas de objetos de baixos preços, sendo aproveitadas para o trabalho no balcão diversas jovens. Para as

cafetinas, foi uma inovação útil, - era um mercado de jovens formosas -, onde poderiam desenvolver suas qualidades de mulheres cínicas e sem escrúpulos na escolha do tipo desejado, para satisfação bestial de seus clientes endinheirados... na esperança de prostituí-las, em proveito próprio. Cheia de promessas tentadoras... prometia as jovens grandes recompensas se aceitassem os seus convites.⁹

Tratava-se das Lojas Brasileiras, em que na ocasião serviam no balcão mais de 45 jovens, entre elas Vera e Judith Soares. A constância das promessas de Maria Beatriz fez com que elas dessem parte ao gerente, que comunicou à polícia.

Na sequência dos trâmites, o Delegado de Costumes afirmava:

Sendo a acusada presa em flagrante quando tentava aliciar as vítimas, passando o cartão com o endereço do seu prostíbulo...

Como estrangeira não soube agradecer a boa hospitalidade que aqui encontrou, levando já de início uma vida que bem mostra as suas qualidades morais. Tratando-se de um elemento indesejável e pernicioso à sociedade, é mister que seja excluída do meio em que a sua presença se torna um empecilho para a boa moralidade dos costumes. Nestas condições, sendo a acusada de origem portuguesa, de acordo com o art. 72 da Constituição Federal, vem pedir a sua expulsão do território nacional. 2 de março de 1934.¹⁰

Esse Relatório apresentava como embasamento legal, a interpretação do artigo 72 da Constituição 1891, em vigor.¹¹ O processo foi remetido diretamente ao Ministério Justiça e Negócios Interiores/RJ (MJNI). Num curto período, de apenas um mês, foi assinado o Decreto de expulsão do território nacional (n. 3259):

Considerando que a portuguesa Maria Beatriz Duarte, conforme foi apurado pela polícia de São Paulo, se tem constituído em **elemento nocivo** aos interesses da República, resolve-se expulsá-la do território nacional. RJ, 2/4/1934. Francisco Antunes Maciel.¹²

Impactada pela notícia, Maria Beatriz tomou providências, contratando advogados para o encaminhamento do Pedido de Reconsideração. Nele, declarava-se a impropriedade da expulsão, a inveracidade das acusações e a calúnia imputada, apresentando entre outros argumentos que o delegado era substituto, jovem, inexperiente e moralista. Também que a acusada não fora presa em flagrante, mas detida arbitrariamente, levada a delegacia e posta em liberdade, depois de tudo negar.

Destacava-se que ela morava no Brasil há mais de 25 anos¹³, sem praticar qualquer ato delituoso ou ação irregular, que sustentava a mãe (Tereza de Jesus Panda) com mais de 80 anos e 2 sobrinhos órfãos e menores (Antonio Duarte e José Duarte). Confirmava-se que ela mantinha pensão de mulheres (“como há por toda parte nesta capital”), mas nunca foi passível de qualquer reprimenda ou punição, visto que o seu estabelecimento era frequentado somente por mulheres livres e maiores. Principalmente que jamais buscou seduzir menores para a prática da prostituição, sendo falsas todas as acusações nesse sentido.

Nas justificações foram colocados vários comentários sobre as jovens balconistas Vera e Judith. Alegava-se que elas não podiam ser apresentadas como “donzelas ingênuas”, visto que eram “semi-vingens’ conhecidas, prostitutas de há muito habituadas a atos de depravação, como ‘cópula anal”¹⁴ e que se “divertiam” à noite em lugares suspeitos. Do mesmo modo, que as jovens tinham comprometedor intimidade com o gerente e o proprietário da loja em que trabalhavam; que o imigrante sírio Chedas, o patrão delas, tentou deflorar Judith, e que possivelmente foi ele “com seus planos lascivos que arquitetou toda a trama para envolver a Maria Beatriz”.¹⁵

As testemunhas da expulsanda se manifestaram em longas e detalhadas declarações, ratificando os argumentos da apelação. Eram elas: Miguel Moreno, José Frederico e Ricardo Amene; já outra testemunha, a chapeleira Marietta Azzati acrescentou que tinha conhecimento dos encontros amorosos de Judith e Vera.¹⁶

Mesmo Maria Beatriz comprovando ser residente (há mais de 20 anos no país) e também proprietária, o MJNI não levou em consideração mantendo o decreto de expulsão (16/7/1934).

A expulsanda entrou com novo recurso (8/1934), pedindo a revogação do ato, reforçando os argumentos que estava no Brasil há mais de 25 anos e era proprietária de terreno no Tucuruvi. Novamente, sem efeito. O Ministro Vicente Rao (MJNI) indefere o pedido (3/11/1934), encaminhando a solicitação de prisão e cumprimento do ato. Providenciada a captura e prisão, em 30 de março de 1935 foi recolhida à cadeia pública e identificada.

N.º _____

REGISTRO DE ESTRANGEIROS
 DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
 PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

NOME MARIA BEATRIZ DUARTE

Admitido em território nacional em caráter _____

Nacionalidade PORTUGUESA 37 ANOS

Pai MANOEL JOAQUIM DUARTE Mãe _____

Profissão _____

Carteira de identidade n.º 218.932 Registro n.º _____

Residência _____

Emprego _____ Local _____

22.8.42

Mod. 102

DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
 PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

Para que a expulsão fosse concretizada, precisava-se do passaporte português, o pedido foi dirigido ao consulado em São Paulo, que se recusou a expedir o documento, sendo o caso dirigido ao embaixador no Rio de Janeiro.

Observa-se que em todos os recursos sempre foi destacado o tempo de residência. Seguiu-se uma ampla discussão por meio de correspondência, carimbada como “secreta” entre o MJNI e o Poder Judiciário, por fim Ministro da Suprema Corte, Manuel Costa Manso,

concedeu *habeas corpus* (18/6/1935).¹⁷ Contudo, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo destacava que o *habeas corpus* concedido não anulava os efeitos da portaria de expulsão.¹⁸

Seguiu-se outra solicitação de revogação da expulsão (17/10/1935), que além dos argumentos de ser domiciliada no país há mais de 20 anos, apresentava uma nova informação – a certidão de nascimento de Mariana dos Anjos, filha de Maria Beatriz, menor e brasileira, nascida em 1918.¹⁹ A expulsanda assumia a maternidade até então não declarada, dessa forma, adquiria outro componente legal favorável – o fato de ter filha brasileira.

Essa nova informação causou polêmicas, sendo o processo encaminhado ao Consultor Jurídico, que se manifestou contrário a expulsão (19/12/1935), argumentando ser ela residente no país há mais de 20 anos, proprietária e mãe de filha brasileira.²⁰ Todas as informações do consultor, não convenceram as autoridades e o ministro Vicente Rao indeferiu o pedido, destacando “apesar do parecer bem fundamentado do senhor consultor” (26/12/1935).²¹

Seguiu-se nova prisão (6/1/1936), e dias depois, ela foi embarcada no Vapor Formosa. Saia do porto de Santos com destino a Lisboa/Portugal, (30/1/1936).²²

Mas a história ainda não finalizou. Maria Beatriz passou a residir em Lisboa (Rua do Passadiço, 49, 1. andar), entretanto, mantinha-se inconformada sobre a impossibilidade de retornar ao Brasil.

Nos anos 1930, particularmente com o Estado Novo (1937-45), foi criado um conjunto de leis e decretos para restringir a imigração e legitimar a banimento dos considerados “indesejáveis”. Podendo-se dizer que a expulsão tornou-se um instrumento político do Estado autoritário buscando sanear a sociedade do estrangeiro “promotor da desordem social”.

Entre as várias outras medidas, o Decreto-lei n. 392, de 27 de abril de 1938 destacava que o estrangeiro poderia ser expulso independentemente do período de residência, ocorrendo o banimento por qualquer motivo que compromettesse a segurança nacional. Mas o Decreto-lei n. 479, de 8 de junho de 1938, restringia o direito de expulsão, tendo como foco o aspecto da residência - mais de 25 anos ou ter filhos brasileiros vivos.

Talvez sabendo das novas medidas legais, Maria Beatriz se estimulou para o reinício da causa. Em 1938, Ricardo Amene entrou com recurso junto ao Presidente da República pedindo a revogação do ato de expulsão da esposa²³, juntando os documentos comprobatórios, como certidão de casamento e nova certidão de nascimento de Marina dos Anjos (17/11/1938), pela qual reconhecia a paternidade da jovem. Contudo, o MJNI alegou que os documentos estavam em “flagrante contradição” com os anteriores e sendo, possivelmente, falsos (30/8/1939).

Maria Beatriz prostituta e cafetina rica, proprietária de terreno e dois imóveis em São Paulo, não era casada. O casamento com o despachante e procurador dos seus negócios em São Paulo, Ricardo Amene, que primeiro lhe perfilhou a menor Mariana dos Anjos, efetuiu-se muito após a expulsão, quando a mesma não se acha mais em território nacional, e sim em Portugal, terra natal da expulsa... os documentos ora juntados estão em flagrante contradição com os anteriormente juntados, sobretudo a nova certidão de nascimento da menor Mariana dos Anjos, que é evidentemente falsa.²⁴

O inquérito instaurado para apurar a legitimidade dos documentos, comprovou a autenticidade dos mesmos (23/11/1939), permitindo a Amene o encaminhamento do pedido de perdão e revogação da expulsão (26/1/1940). Contudo, a resposta não foi a desejada.

[...] apesar dos pedidos constantes de reconsideração do ato de expulsão, que alias foram indeferidos várias vezes, parece-me que, como medida de higiene social, deveriam ser mantidos estes despachos. (16/4/40).²⁵

O despacho centrava seus argumentos em “medida de higiene social”, levantando dúvidas sobre se o casamento realizado após a expulsão poderia ter caráter retroativo. Mas frente às dúvidas, ocorreu o encaminhamento ao consultor jurídico, que foi novamente favorável ao pedido de revogação da expulsão (25/5/1940)²⁶. Contudo, apesar do parecer jurídico, o decreto de expulsão foi mantido (13/6/1940).²⁷

Maria Beatriz não esmorecia, e Ricardo Amene entrou com novo e comovente pedido de perdão dirigido diretamente ao presidente Getúlio Vargas (29/10/40)

em fase disso o suplicante... tem a honra de apelar para a autoridade e V. Excia no sentido de que seja por graça de sua reconhecida generosidade concedido o perdão aquela destitosa esposa e mãe afastada e seus entes queridos, pois assim V. Excia. Comemora o 10. aniversário de seu tão proffcuo, patriótico e altruístico governo com um ato que merecerá de uma família a eterna gratidão e um perpetuo reconhecimento.²⁸

Mas a sentença final destacava “Não há razões para revogar, baseando-se na sentença anterior” (8/11/40).

O encerramento do processo não permite saber o término da história de Maria Beatriz, Ricardo e Mariana, mas os sonhos de retorno ao Brasil, devem ter se mantido até os seus últimos dias.

A Lógica do Estado autoritário

O caso da portuguesa Maria Beatriz Duarte possibilita perceber várias questões que envolviam os imigrantes para o Brasil. A documentação mostra as ambiguidades da legislação e das ações ilegais, com destaque para as arbitrariedades da polícia e do Executivo. Em todo o trâmite, os procedimentos foram orientados no sentido da expulsão, mas também permite observar a persistência da portuguesa que, acreditando nas possibilidades das brechas legais, atuou buscando evitar e/ou reverter o decreto de banimento.

Nos autos do processo e nas fontes policiais, tramitados entre 1934 a 1940, a questão do tempo de residência (mais de 25 anos declarados e comprovados) foi continuamente colocada, acrescida de outros argumentos (propriedades, filha brasileira), mas sempre foi desconhecida pelo poderes públicos e relegada.

O processo, que perdurou por 5 anos e meio, implicou grande empenho de valores. As possibilidades de recorrer contra as ações de expulsão não existia para todos, era dependente das condições econômicas, capacidade de arcar com os honorários advocatícios e com as custas processuais.

A análise dos documentos permite constatar que o estrangeiro era visto como elemento de desordem social, estigmatizado como portadores de maus hábitos, no caso de atitudes e costumes devassos. Nos episódios que envolviam questões de prostituição/lenocínio, as ações buscaram atuar por meio de normas sanitárias (preventivas) e repressivas (punitivas) que visavam regulamentar o dito “comércio do sexo”, pretendendo proteger a “família, a moral e os bons costumes”.

Nesse sentido, em várias ocasiões foram explícitas referências a acusada como elemento de “tara de degenerescência”, “mulher cínica e sem escrúpulos”, “estrangeira que não soube agradecer a boa hospitalidade que aqui encontrou, levando já de início uma vida que bem mostra as suas qualidades morais”, “elemento indesejável e pernicioso à sociedade”, “um empecilho para a boa moralidade dos costumes”, “a nocividade da expulsão, que como medida de higiene social, o mandado de expulsão deve ser mantido”, “elemento nocivo aos interesses da República”.

Cabe contextualizar que durante a década de 1930, em particular nos anos de 1935/6, foram momentos especialmente repressivos à prostituição na cidade de São Paulo. Também, no mesmo período, ocorreu ampliação do poder e funções dos chefes de polícia, com a articulação mais constante e direta entre os órgãos policiais, o MJNI e a Presidência da República, reduzindo a órbita de ação do judiciário.

As medidas de restrição a entrada de imigrantes e outras para retirada dos “indesejáveis”, dos que pudessem “comprometer a segurança nacional” ou que “fossem nocivos aos interesses dos poderes estabelecidos” foram várias. As disposições legais buscaram legitimar e ampliar as ações do Estado, particularmente do Poder Executivo.²⁹ Essas medidas constituíram um jogo de força constante, de adaptação e reorganização de estratégias para ordenar e disciplinar a sociedade, acabando ou restringindo as garantias constitucionais dos estrangeiros residentes, que ficaram a mercê da atuação, quase sempre arbitrárias, do Poder Executivo e da própria polícia.

A expulsão como instrumento de controle social na lógica do estado autoritário, burlou os entraves, utilizou-se de métodos arbitrários (tanto legais como ilegais), atuando por meio de decretos leis. Encontrava-se inserida num conjunto de medidas para controlar a entrada, selecionar os imigrantes desejáveis, submeter os residentes, regulamentar documentos (passaporte, carteira de estrangeiro, registro), informar as mudanças de endereço, conseguir salvo conduto durante a guerra (particular para os naturais dos países do Eixo).

Com lei ou sem lei³⁰, o governo perseguia e expulsava os que eram considerados “indesejáveis”, mas era mais conveniente expulsar legalmente. As mesmas ações legais que davam legalidade as ações arbitrárias do Executivo, também chegaram a ser um elemento de proteção aos estrangeiros residentes, mas não no caso da portuguesa Maria Beatriz Duarte.

NOTAS

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

¹ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil, 1920, Synopse do Recenseamento*. Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1926.

² ARAÚJO, Oscar Egídio de. “Enquistamentos étnicos”. *Revista do Arquivo Municipal*, mar. 1940.

³ Os crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego entraram para a órbita do Tribunal de Segurança Nacional, criado em 1936. Estes tipos de crimes já estavam previstos na Lei de Segurança Nacional (abril/1935), podendo ser identificados como um ardil da lógica de controle, marcante neste momento histórico. Permitia ao cidadão o reconhecimento de uma ameaça, alimentando a ilusão de estar protegido; por outro, a ação da lei passou a ser sentida, acompanhada e temida por todos, o cidadão comum, o consumidor, o comerciante, o agiota, o proprietário de imóvel, entre outros. DUTRA, Eliana. “Crime Político e Segurança Nacional”. In: *Seminários: imigração, repressão e segurança Nacional*, São Paulo, Arquivo do Estado/imprensa Oficial, n.3, dezembro/2003, p. 15.

⁴ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p.85.

⁵ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 18.

⁶ Tornar-se cafetina podia significar ascensão econômica para meretrizes que alcançavam alguma idade, implicava em possuir rendimento com imóveis para tal fim, entre suas funções a iniciação das meretrizes, estabelecia-se relações de solidariedade e exploração.

⁷ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 18.

⁸ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, pp.12 e segs.

⁹ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, Relatório do Gabinete de Investigações Processo, p.18.

¹⁰ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, Relatório do Gabinete de Investigações, p.19.

¹¹ O artigo 72 da Constituição de 1891 foi polêmico, ele assegurava os direitos e garantias aos estrangeiros residentes, proibindo a expulsão do território nacional, contudo, não impediu ações impetradas pelo Poder Executivo. Várias tentativas foram realizadas para contornar esta tensão, mas só em 1926, com a Reforma Constitucional que através da introdução do Parágrafo n.º 33, se legalizou o direito do Executivo expulsar estrangeiros considerados perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da República.

¹² Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, Ofício de expulsão 1192, p.23.

¹³ A questão da residência foi polemizada em toda a Primeira República (1889-1930), devido à falta de exatidão e clareza do conceito colocado na Constituição de 1891. Baseando-se no artigo 72, o Poder Judiciário tendiam a taxar como inconstitucionais quase todos os atos de expulsão de

estrangeiros, independentemente do tempo de moradia no Brasil. Contudo, a interpretação do Executivo não era mesma. Buscando legalizar a questão, em 1907, foi decretada a Lei Adolfo Gordo, através da qual poderia ser expulso o estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometesse a segurança nacional ou a tranquilidade pública, tivesse condenações dentro e fora do país por vagabundagem, mendicância e lenocínio. Porém, cabe observar que o Decreto colocava algumas restrições à expulsão – residência no país por dois anos contínuos, ser casado com brasileira e, se viúvo ter filho brasileiro. MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1996.

¹⁴ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p.31.

¹⁵ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 32.

¹⁶ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, pp. 41 e segs.

¹⁷ Pode-se observar que perante a ordenação jurídica o estrangeiro residente não poderia ser expulso do país, pois feria a constitucionalidade. A atuação do Judiciário, não se vinculava a uma preocupação humanitária, mas o cumprimento da Constituição e leis ordinárias brasileiras, almejando a defesa de do ordenamento jurídico nacional. BONFÁ, Rogério Luis Giampietro. “Expulsão e Residência: a luta pelo direito dos imigrantes na Primeira República”. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História*, ANPUH/SP, USP, 2008.

¹⁸ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516 Ofício da Secretaria de Segurança Pública de S.Paulo, p.76.

¹⁹ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 84.

²⁰ A Constituição de 1934 legislava sobre os Direitos e Garantias Individuais no seu artigo 113, assegurava “a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade”. Por outro lado, dava ao Executivo poder de expulsar do território nacional os estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses do País. Constituição de 1934, art 113 parágrafo 15. RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. *Venha o decreto de Expulsão. A legitimação da ordem autoritária no governo Vargas (1930-1945)*. São Paulo, USP, 2003.

²¹ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p.102. Decreto lei 479 1935- Regulamentou a expulsão de estrangeiros que fossem considerados autores ou cúmplices de crimes de natureza política, sexual ou ligados a tóxicos.

²² Em 1936, o Relatório do Gabinete de Investigação para Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo declarou o registro de 276 casas de tolerância, num contexto intensificação da repressão a prostituição e do lenocínio “[...] segundo os princípios do regulamentarismo, as autoridades públicas de SP mobilizaram amplos esforços visando retirar a zona do baixo meretrício do centro comercial da cidade [...] em 1936, foram fechadas 59 casas de tolerância, das quais 52 bordéis e 7 rendez-vous” (entre eles o de Maria Beatriz). RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*. São Paulo, Paz e terra, 1991, p. 303.

²³ Ricardo Amene e Maria Beatriz contraíram matrimônio, por procuração, em 11/4/1938 e, como marido, a lei lhe permitia fazer tal demanda.

²⁴ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 121.

²⁵ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 156.

²⁶ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p.157.

²⁷ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p.155, verso.

²⁸ Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p.164.

²⁹ Podendo-se observar esta questão tanto na Primeira República nos Artigo 72/1891, os Decretos de 1907-1913-1921, a Reforma Constitucional de 1926, como no período subsequente, a Constituição de 1934 e a de 1937, os inúmeros decretos e decretos-leis dos anos 1930.

³⁰ BONFÁ, Rogério Luis Giampietro. “Expulsão e Residência: a luta pelo direito dos imigrantes na Primeira República”. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História*, ANPUH/SP, USP, 2008.

A EMIGRAÇÃO DO NORTE DE PORTUGAL PARA O BRASIL EM 1912: O CASO DE TODAS AS PARTIDAS

RICARDO ROCHA*

“Quando se tratará do problema de emigração, que se está fazendo dum modo assustador?”
(João Brandão, Câmara dos Deputados, 24.01.1912)

Introdução

O presente trabalho pretende fazer uma análise de âmbito essencialmente quantitativo, quanto à emigração que, a partir do Governo Civil do Distrito do Porto – entidade, então como agora, responsável pela emissão de passaportes em Portugal –, partiu para o Brasil no ano de 1912. A pesquisa que permitiu recolher os dados que aqui apresentamos, realizada no âmbito do nosso trabalho de doutorado em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e do projecto de investigação do CEPESSE, intitulado *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, foi integralmente feita a partir dos livros de registo de passaportes e maços de processos de passaportes existentes no Arquivo Distrital do Porto, cruzados com os dados oficiais dos Anuários Estatísticos e Demográficos publicados pelo Estado português.

Ao presente trabalho presidem três balizas essenciais: a cronologia (ano de 1912); o universo (emigrantes cujo passaporte foi emitido pelo Governo Civil do Porto); e o país de destino desses mesmos emigrantes (Brasil). Procuraremos, dessa forma, perceber qual a importância do ano de 1912 em termos da emigração portuguesa, de e para onde se dirigiam especificamente esses indivíduos, e qual o seu perfil socioeconómico.

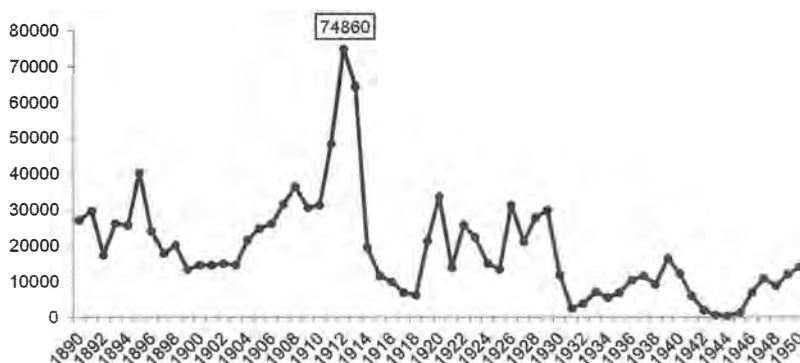
A riqueza informativa que nos é prestada pelos registos e processos de passaporte transforma-os numa fonte valiosa. Basta apenas referir que, além dos dados de carácter macro-analítico aqui apresentados, dispomos, para cada emigrante, do respectivo nome completo, e do nome dos pais, sendo que nos processos de passaporte encontramos, ainda, outros elementos, como registos sanitários e cartas de chamada, que ajudam a completar o perfil pessoal de cada um que partia.

Como não podia deixar de ser, procurámos também explicar e compreender os dados recolhidos, embora não nos alonguemos demasiado nessas interpretações, dadas as limitações de espaço inerentes a este trabalho, e também porque ainda procuramos explicações mais sustentadas e rigorosas para alguns desses dados.

A importância do ano de 1912 e do Brasil enquanto destino preferencial da emigração portuguesa

O ano de 1912 reveste-se de uma importância fundamental para o estudo da emigração portuguesa para o Brasil. Como podemos observar no Gráfico 1, foi precisamente nesse ano que se registou o maior número de emigrantes partindo de Portugal para o país irmão. Embora os nossos números se reportem à emigração legal, isto é, aos dados oficiais publicados pelo Estado português, os números da emigração clandestina mantêm uma relativa proporção com os oficiais, podendo registar-se alguma variação desta correspondência, consoante o período histórico e respectivo contexto, mas nunca de forma a pôr em causa o “pódio” de 1912 enquanto ano mais significativo, tal a diferença relativamente aos outros anos.

Gráfico 01
Emigração legal de Portugal para o Brasil (1890-1950)



De facto, com excepção do ano imediatamente anterior e posterior, mais nenhum se aproxima do número observado em 1912 – 74860 portugueses partem então para o Brasil, a que não será alheia a situação de caos social, económico e financeiro que se vivia em Portugal desde a implantação da República, em 1910.

Da greve rural que se inicia em Janeiro, em Évora, mas que rapidamente se estende à capital e a outras regiões de Portugal; passando pela epidemia de tifo que entre Fevereiro e Abril mata centenas de portugueses; e terminando na greve da Carris que paralisa Lisboa durante praticamente um mês; sem esquecermos as diversas intencões e incursões monárquicas no Norte do País que viriam a marcar o Verão de 1912, toda uma série de factos evidenciam o clima de autêntica guerra social que acabam por impossibilitar as tímidas tentativas de recuperação económica e financeira.

Os atentados, as prisões, os tumultos estão na ordem do dia. E com eles, o sonho e a vontade da partida instalam-se mais facilmente. Do lado de lá do Atlântico, fala-se a mesma língua, há necessidade de mão-de-obra face ao desemprego que grassa em Portugal, e há uma quase certeza de que no Brasil se enriquece fácil e rapidamente.

O discurso político tenta contrariar este movimento. Nos debates parlamentares de 1912, a emigração para o Brasil é apodada por vários deputados de “horrorosa”, “patológica”, “um dos nossos maiores cancros”, “um verdadeiro êxodo”, um “algarismo pavoroso”... Veja-se as palavras de Ezequiel de Campos, a 19 de Março: “A gente da minha terra de há muito caminha desoladoramente para o Brasil. A minha aldeia, de 1500 habitantes, tem constantemente da outra banda do mar, 160 pessoas. Este número de gente vive constantemente em idas e voltas; não enriquece; vão pobres, com esperanças, e voltam pobres, desiludidos e muitas vezes doentes. [...] A tuberculose parece que vem na bagagem; e os cemitérios vão registando pelas covas abertas em Portugal e no Brasil muitas ilusões perdidas, enquanto famílias desorganizadas arrastam uma vida de privações, raras vezes contrariadas pelo azar que a algum trouxe fortuna”.

Nem a contrapartida das remessas parece bastar. Refere o deputado Carlos Olavo, na mesma sessão, que “para lá [Brasil] emigram, termo médio, 40000 pessoas, as quais drenam, a nosso favor, algum ouro, mas isso não pode, de maneira nenhuma, compensar o grande número de braços que por lá ficam, para todo o sempre, a apodrecer. E, efectivamente, assim é. A República precisa de mudar de sistema; precisa de drenar para as nossas colónias grande parte da nossa emigração”. Ou seja, a emigração é necessária, sim, mas direccionada para as colónias portuguesas em África.

A 22 de Abril, Aquiles Gonçalves apela à modificação imediata da “lei de emigração no sentido de a reduzir, pois que, a seu ver, a emigração não representa mais do que a exportação de gente sã e uma importação de gente doente. Além disso, os emigrantes portugueses não são indivíduos suficientemente preparados para sustentarem a luta contra a concorrência dos emigrantes doutros países, visto que a sua máxima parte são analfabetos”, ao que Sidónio Pais, ao tempo, ministro das Finanças, arguirá que “a gente que emigra é porque se encontra mal no seu país”, entendendo “que se deve tratar de melhorar as condições do país, fomentando-se a indústria, o comércio e a agricultura, para que todos vivam bem”.

Discurso político à parte, a verdade é que nada parece obstar a este movimento. E se no século XIX as explicações para o menor número de emigrantes são facilmente explicáveis, já que a população portuguesa era significativamente inferior, e as dificuldades em termos de navegação transoceânica eram bem maiores, já a justificação para, a partir de 1914, os quantitativos não mais retomarem os valores registados no período entre 1911 e 1913 serão de outra ordem.

Assim, e recentrando a nossa análise no Gráfico 1, vemos uma queda no período 1914-1918, em resultado da I Guerra Mundial e do respectivo recrutamento de jovens adultos, que constituem, como sabemos, a maior massa migratória; nos anos de 1920 assiste-se a uma ligeira recuperação, logo contrariada pela crise financeira de 1929-1930 e, com ela, à impossibilidade económica para realizar a viagem, fosse ela legal ou clandestina, aliada ao desemprego que também se verificava no Brasil e às medidas de restrição imigratória adop-

tadas pelo Governo brasileiro; finalmente, a tímida recuperação que tem lugar na segunda metade da década de 1930 é aniquilada pelo espoletar da II Guerra Mundial (1939-1945) e das óbvias repercussões para o movimento migratório transcontinental.

Após o término da II Guerra Mundial, a emigração de portugueses vai aproximar-se dos números de 1912, mas se, na década de 1950, o Brasil ainda se mantém como principal destino, rapidamente a Europa, com a França à cabeça, toma o seu lugar, devido à necessidade de mão-de-obra barata para a reconstrução e, posteriormente, para acompanhar o crescimento económico. Na década de 1960, os impressionantes quantitativos da emigração registados em 1912 são finalmente superados, mas agora para um destino mais próximo, menos dispendioso e menos arriscado. O sonho do enriquecimento já não ficava a um oceano de distância, mas tão-só a um salto da fronteira...

Retomando a nossa análise aos números do ano de 1912, é visível, no Gráfico 2, a esmagadora predominância do Estado brasileiro nas preferências dos portugueses que emigravam. Dos 7713 passaportes concedidos pelo Governo Civil do Porto em 1912, apenas 93 (1,2% do total) se destinaram a outros países, com especial destaque para a América do Norte, com 41 indivíduos (Gráfico 3), seguindo-se, curiosamente, dois Estados vizinhos do Brasil: Argentina e Uruguai (respectivamente, 18 e 15 emigrantes). De resto, apenas encontramos alguns destinos na Europa, mas de cariz essencialmente turístico – como fica patente pela designação “Viajar pela Europa” encontrada no campo “Destino” dos registos de passaporte –, ou seja, com uma motivação bem diferente dos que percorriam milhares de quilómetros em busca de melhor vida.

Gráfico 02
Distribuição dos titulares de passaporte emitidos pelo Governo Civil do Porto por país de destino (1912)

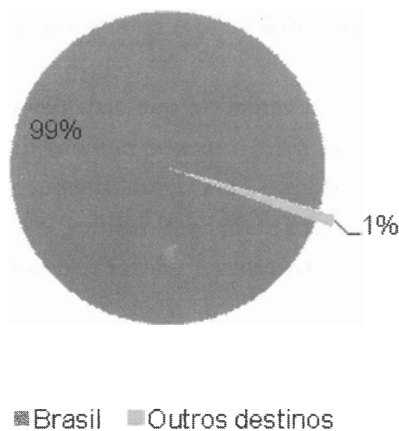
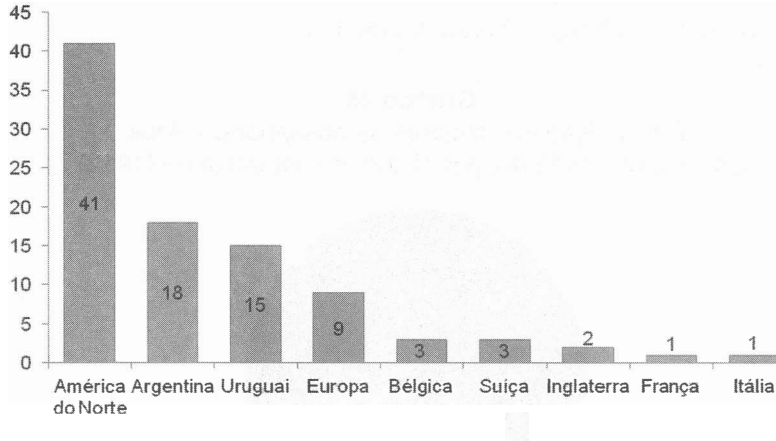


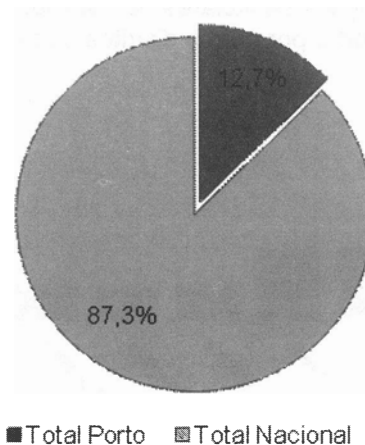
Gráfico 03
Distribuição dos titulares de passaporte emitidos pelo Governo Civil do Porto por país de destino extra-Brasil (1912)



De onde vêm, para onde vão?

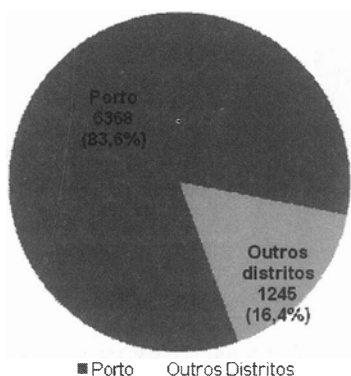
Face ao total da emigração que de Portugal partiu para o Brasil em 1912, podemos constatar que pelo Distrito do Porto, entre titulares de passaportes e respectivos acompanhantes, saiu quase 13% do total nacional (Gráfico 4). Todavia, nesse número incluem-se todos os emigrantes, cujos passaportes foram emitidos pelo Governo Civil do Porto, sendo que nem todos estes indivíduos eram, de facto naturais do Porto. O que podemos afirmar, com toda a certeza, é que a quase totalidade do contingente em análise saía pelo porto de Leixões, o grande porto do Norte de Portugal, como nos é dado a perceber pela indicação expressa que consta em praticamente todos os registos individuais de passaporte.

Gráfico 04
Emigração legal para o Brasil a partir do Porto, face ao total de Portugal (1912)



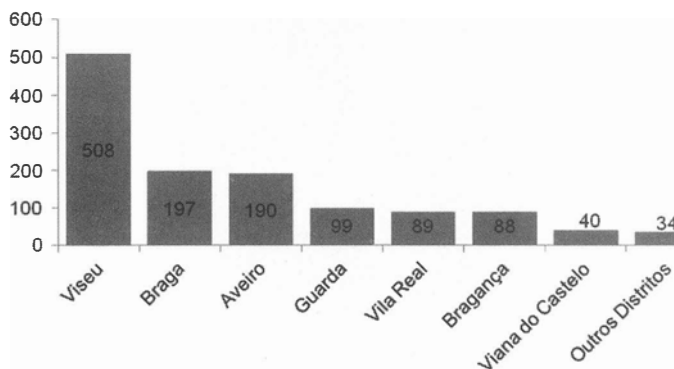
Obviamente, quando analisados os distritos e concelhos de naturalidade dos titulares de passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto, o Porto é o distrito mais representado, havendo um claro critério de proximidade geográfica na distribuição. Ainda assim, mais de 16% destes emigrantes provêm de outros distritos (Gráfico 5), especialmente dos distritos vizinhos de Viseu, Braga e Aveiro (Gráfico 6).

Gráfico 05
Distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto, por distrito de naturalidade (1912)



Assim, no que se refere à distribuição geográfica destes emigrantes, existe uma clara concentração no Porto e nos distritos do Norte de Portugal, e uma representatividade nula do Sul de Portugal e das Ilhas dos Açores e da Madeira, a acompanhar a pouca importância geral da emigração a sul do rio Mondego para o total da emigração portuguesa. A isso acresce o facto de que, por uma questão de distância geográfica, só faria sentido um indivíduo natural do Alentejo ou do Algarve requerer o seu passaporte junto do Governo Civil do Porto se estivesse a residir no Norte do País.

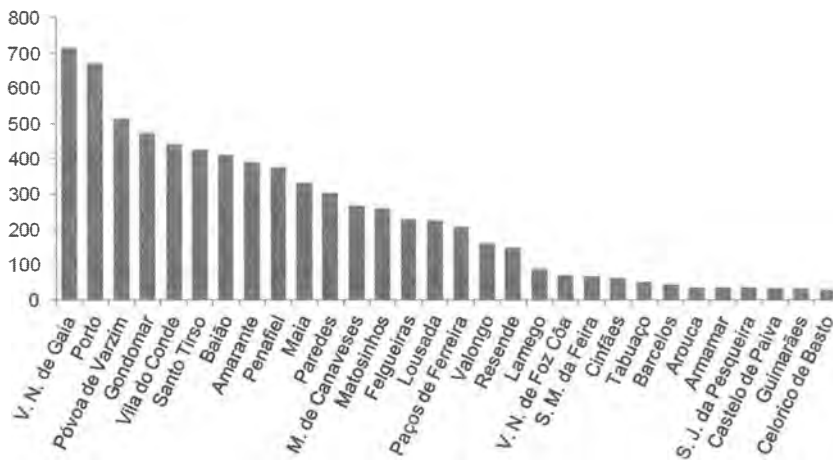
Gráfico 06
Distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto, por outros distritos que não o Porto (1912)



A mesma lógica se aplica na análise do Gráfico 7, que apresenta a distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto em 1912 por concelho de naturalidade. Dos trinta concelhos mais representativos, os 17 primeiros correspondem aos concelhos que então compunham o distrito do Porto. Note-se, neste particular, que apesar do claro predomínio destes concelhos portuenses, encontram-se representados nesse contingente 130 concelhos diferentes.

Gráfico 07

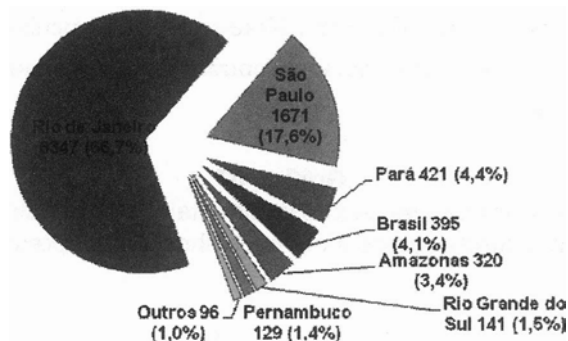
Distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto por concelho de naturalidade os trinta concelhos mais representativos (1912)



Analisada que está a proveniência dos emigrantes que requisitaram passaporte no Governo Civil do Porto para viajarem para o Brasil, centremo-nos agora na sua distribuição por destino no Brasil. Os resultados a que chegamos (Gráfico 8) devem ser assumidos com bastante cautela, pois se era relativamente seguro que um determinado viajante desembarcaria no local indicado no registo de passaporte (o controlo alfandegário era relativamente rigoroso), num país imenso com o Brasil, e considerando os meios existentes na altura, depois do desembarque facilmente se perdia o rasto do emigrante.

Essa cautela não invalida que o principal Estado de destino fosse, indubitavelmente, o Rio de Janeiro, indicado por 66,7% dos emigrantes, seguido do Estado de São Paulo, sobressaindo a cidade portuária de Santos. Os Estados do Pará, Amazonas, Rio Grande do Sul e Pernambuco são igualmente dignos de nota, pelos contingentes recebidos em 1912. Menos importantes, mas igualmente representados, estão os Estados do Paraná, Ceará, Alagoas, Minas Gerais, Maranhão e Baía, que no seu conjunto não representam mais de 1% do total.

Gráfico 08
Distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto por Estado de destino no Brasil (1912)



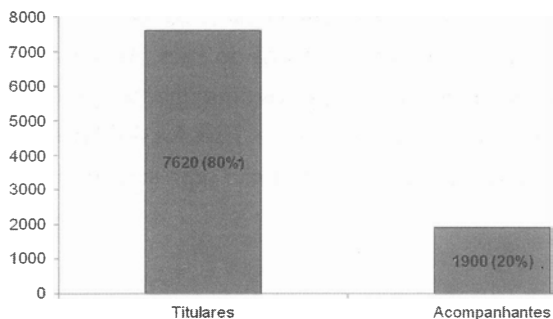
Quem são?

Passemos, finalmente, à apresentação e análise dos dados relativos às características socio-profissionais dos emigrantes que, em 1912, partiram de Portugal para o Brasil a partir do Distrito do Porto.

O universo que nos ocupa é composto por 9 520 indivíduos, 80% dos quais eram titulares de passaporte, e apenas 20% acompanhantes (Gráfico 9), ou seja, há uma relação de um acompanhante para cada quatro titulares. Ora, se tivermos em conta esta proporção e o facto de que, habitualmente, quem parte levando acompanhantes, viaja com dois, três ou mais indivíduos, torna-se evidente que a esmagadora maioria dos emigrantes viajava com passaporte individual.

Tal não significa, no entanto, que esses indivíduos viajassem desacompanhados, pois encontrámos com alguma frequência irmãos, pais ou filhos a quem é concedido passaporte com a mesma data ou em datas próximas, o que revela a intenção de viajarem em grupo. Simplesmente, viajavam com passaporte individual, em detrimento de passaporte colectivo que, de resto, com a evolução legislativa produzida em Portugal relativamente a esta matéria, vai ser progressivamente limitado e mesmo abolido.

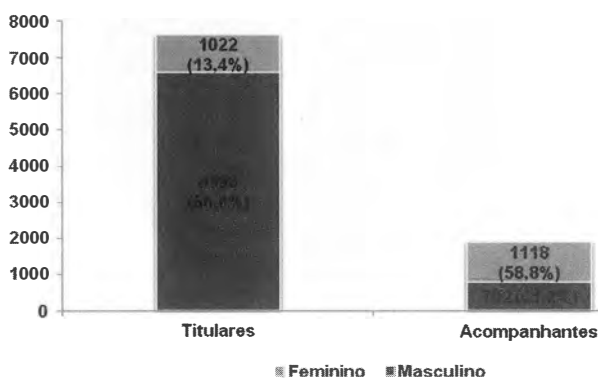
Gráfico 09
Total de emigrantes para o Brasil a partir do Governo Civil do Porto, por tipo de titularidade de passaporte (1912)



Analisando a distribuição por género da totalidade de emigrantes saídos pelo distrito do Porto em 1912 (Gráfico 10), verificamos que, no que concerne aos titulares de passaporte, existe uma esmagadora preponderância de emigrantes do sexo masculino (86,6%). As poucas mulheres que partiam como titulares, normalmente iam ter com os seus maridos, levando na sua companhia os filhos mais novos.

Gráfico 10

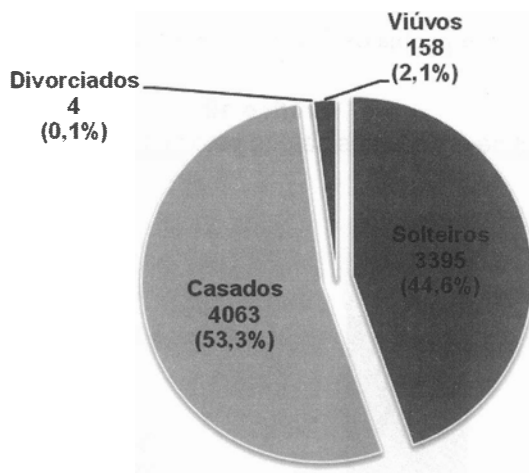
Distribuição do total de emigrantes saídos pelo distrito do Porto por género (1912)



Apesar de sabermos, à partida, que os emigrantes eram maioritariamente do sexo masculino, os números a que chegámos, tão reduzidos para o sexo feminino, fazem-nos reflectir sobre a realidade do reagrupamento familiar: afinal, quando partem as esposas daqueles que, nos anos anteriores a 1912, haviam partido para o Brasil em busca de uma vida melhor? Se as mulheres iam ter com os seus maridos, passados alguns anos da partida destes, reagrupando-se e continuando no Brasil a sua vida – idealmente com melhores condições de vida do que em Portugal – não deveria o contingente do sexo feminino ser mais representativo?

Essas dúvidas ganham ainda maior pertinência considerando o número de homens casados que viajavam para o Brasil, normalmente sozinhos. Analisando a distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto por estado civil em 1912 (Gráfico 11), vemos que o estado civil “casado” ocupa a maior fatia dos emigrantes (53,3%), ultrapassando em quase 9% o número de solteiros (a importância de divorciados e de viúvos é, por motivos óbvios, muito residual). Cruzando esses dados com a distribuição por género, torna-se claro que o grande grupo de emigrantes era, de facto, constituído por homens casados. E sabemos, mesmo que de forma menos precisa, que nos anos anteriores a realidade era muito aproximada desta, o que em nada ajuda a esclarecer as nossas interrogações, que esperamos, em pesquisas futuras, poder vir a dissipar de forma sustentada.

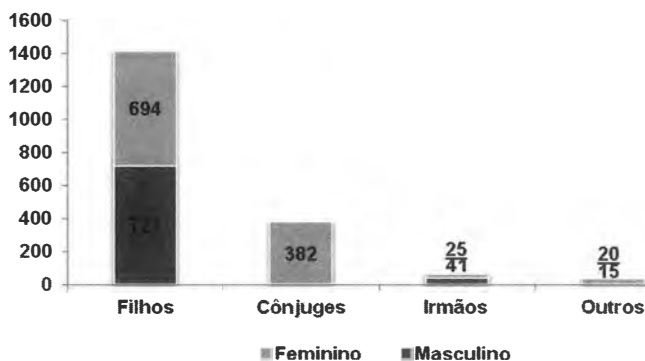
Gráfico 11
Distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto por estado civil (1912)



Regressando à questão do género, observamos que a distribuição por género dos acompanhantes é bem mais equitativa, com uma ligeira preponderância do sexo feminino (58,8% do total, contra 41,2% de elementos do sexo masculino), por razões que se prendem, fundamentalmente, com o estado civil dos mesmos. Basta cruzar estes dados com os do Gráfico n.º 12, que apresenta a distribuição dos acompanhantes saídos pelo distrito do Porto em 1912 por grau de parentesco, para percebermos que a maior preponderância de mulheres se deve ao número de cônjuges que viaja na companhia dos seus maridos. Como seria de esperar, tendo em conta o contexto social do período em estudo, não existe um único marido a viajar na qualidade de acompanhante da sua mulher. Em todos os outros graus de parentesco, constata-se uma distribuição bastante equitativa entre géneros.

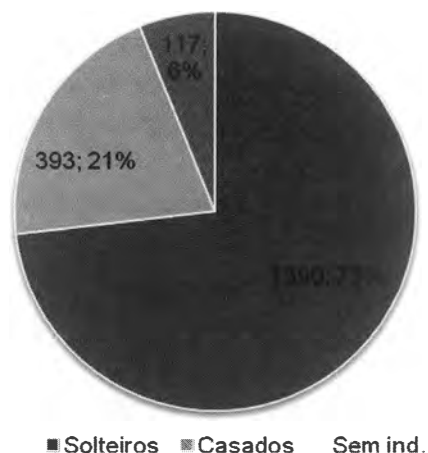
A grande maioria dos parentes que viajavam na companhia dos titulares de passaportes era constituída pelos filhos (74,6% dos acompanhantes) e pelas esposas (20,1%). Merece ainda uma referência o grupo constituído pelos irmãos dos titulares, que representa 3,5% dos acompanhantes. No grupo “Outros” estão representados enteados, netos, sobrinhos, cunhados, sogros, pais e até criados, mas todos somados, não representam mais de 1,8% do total, pelo que acabam por não ter grande expressão.

Gráfico 12
 Distribuição dos acompanhantes saídos pelo distrito do Porto por grau de parentesco com o titular de passaporte (1912)



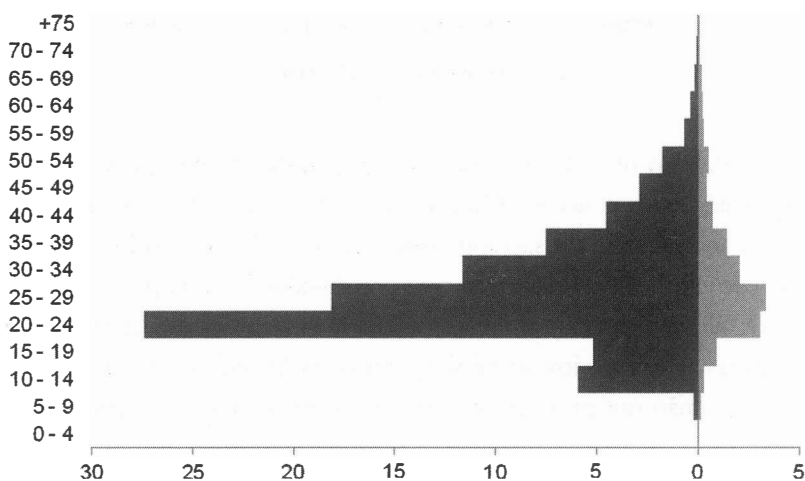
A distribuição dos acompanhantes por grau de parentesco está também estreitamente relacionada com a sua distribuição por estado civil (Gráfico 13). Praticamente três quartos dos acompanhantes são solteiros, contra 20,7% de casados, número que corresponde aos cônjuges e a um número muito reduzido de acompanhantes mais velhos (essencialmente, filhos e irmãos) que viajavam naquela condição. A fatia “sem indicação” corresponde, grosso modo, a jovens adultos, cujo estado civil não se encontra indicado e com uma idade que não nos permite, de forma rigorosa, deduzir o respectivo estado civil.

Gráfico 13
 Distribuição dos acompanhantes saídos pelo distrito do Porto por estado civil (1912)



Centrando agora a nossa análise na distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários, no Gráfico 14 constata-se o claro predomínio da faixa entre os 20 e os 34 anos, que representa 65,6% do total de titulares de passaporte. Portanto, dois em cada três emigrantes titulares de passaporte eram jovens adultos, enquanto os indivíduos com mais de 60 anos e menos de 10 não chegam a 1,5% do total. A moda situa-se no grupo entre os 20 e os 24, no caso dos homens, e nos 25 a 29 anos, nas mulheres.

Gráfico 14
Distribuição dos titulares de passaporte
saídos pelo distrito do Porto por grupos etários (1912)



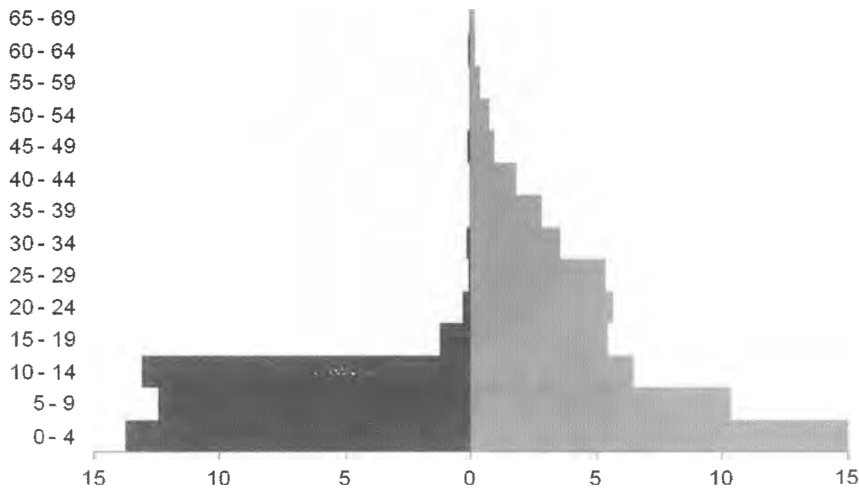
De qualquer forma, comparando a distribuição por idades entre ambos os sexos, é visível na nossa representação gráfica que a mesma é relativamente homogênea: reduzida até aos 20 anos, aumentando abruptamente a partir dos 20 anos, para decrescer progressivamente a partir dos 30 anos.

Continuando com a análise à distribuição etária, vemos pelo Gráfico 15 que 71% dos acompanhantes tinham uma idade inferior a 14 anos, distribuídos por ambos os sexos, correspondentes aos filhos menores que viajavam na companhia dos pais, e, em menor escala, aos irmãos que ainda se encontravam na menoridade e que, como tal, acabavam por viajar na condição de acompanhantes dos irmãos mais velhos. Trata-se, porém, mais uma questão de opção do que propriamente de obrigatoriedade, uma vez que o enquadramento legislativo da época não impunha a obrigação de um menor de idade viajar na condição de acompanhante, o que aliás decorre da análise do Gráfico 14, onde 6,3% dos titulares de passaporte têm menos de 14 anos.

E se é certo que a partir dos 20 anos praticamente não viajam mais homens na condição de acompanhantes, tal não se passa com o contingente do sexo feminino, que apresenta uma distribuição relativamente regular – embora com tendência decrescente – pelos vários

grupos etários. Tal acontece porque, como tivemos oportunidade de referir na análise ao grau de parentesco, boa parte das acompanhantes eram esposas dos titulares de passaporte.

Gráfico 15
Distribuição dos acompanhantes
saídos pelo distrito do Porto por grupos etários (1912)



O último indicador socioprofissional que abordamos neste trabalho reporta-se, precisamente, à profissão desempenhada pelos titulares de passaporte. As inúmeras designações que encontramos no campo “Profissão” do registo de passaportes podem ser reunidas em três grandes grupos (Gráfico 16), um dos quais o dos indivíduos sem profissão, constituído quase exclusivamente por mulheres e por menores, e que representam cerca de um quinto dos titulares de passaporte.

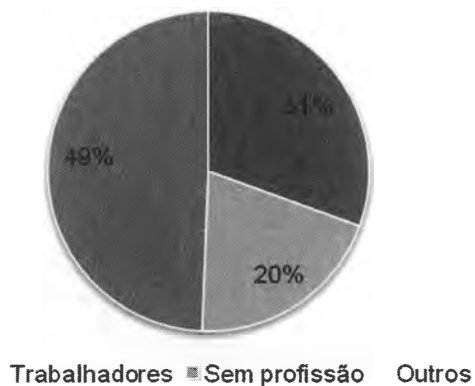
Em boa verdade, embora conste nos registos a menção “Não indica”, sabemos que a realidade era bem diferente, pois, mesmo que de forma ilegal, a partir de tenra idade já as crianças trabalhavam arduamente para ajudar no sustento da família. Todavia, para se poder viajar de forma legal, a verdade dos factos tinha de ser escamoteada.

Por outro lado, as mulheres ajudavam os maridos no exercício das suas profissões, isto quando não desempenhavam uma profissão por conta própria. Mas o preconceito do escrivão habitual tolhia-lhe o rigor, de tal modo que, nos breves períodos de tempo em que ele é substituído por um colega, nos aparece uma série de mulheres a exercer variadas profissões, como costureiras e lavradeiras.

O segundo grande grupo de profissionais era composto pelos “Trabalhadores”, expressão assim utilizada para designar os indivíduos sem qualquer especialização, que trabalhavam onde conseguissem emprego. Representando quase um terço dos titulares de

passaporte saído pelo Porto em 1912, são o retrato da realidade económica e social do Portugal de então: pobres, sem formação, dispostos a trabalhar por um baixo salário, por não saberem mais.

Gráfico 16
Distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto por profissão (1912)

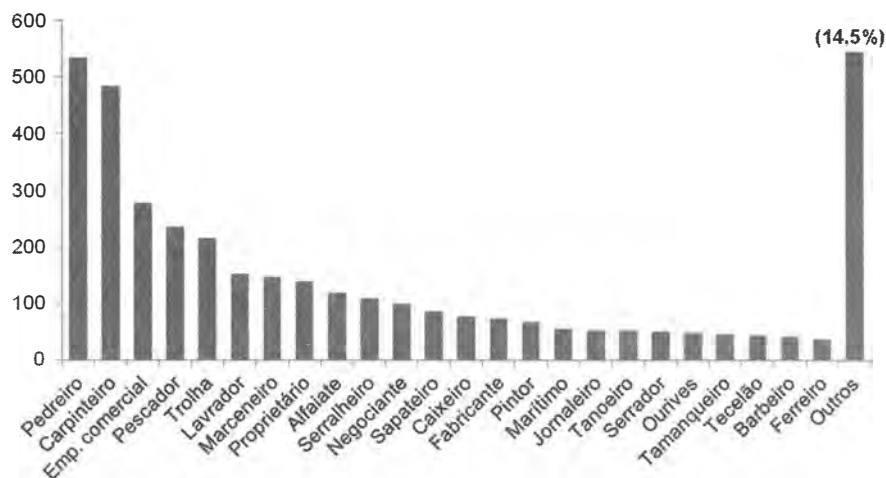


O terceiro e último grande grupo, correspondente a cerca de metade do contingente migratório, abarca os emigrantes que exerciam outras profissões, nos mais variados sectores de actividade, e com diferentes níveis de especialização.

No Gráfico 17, apresentamos as profissões mais expressivas deste terceiro grupo, com mais de 30 representantes, que no seu conjunto abarcam 85,5% do seu total. São, essencialmente, profissões ligadas à construção civil (pedreiros, trolhas, serralheiros), à indústria do mobiliário (carpinteiros, marceneiros, serradores), ao sector primário (lavradores, pescadores, marítimos) e ao pequeno comércio (empregados comerciais, alfaiates, sapateiros, caixeiros).

É interessante notar a estreita relação existente entre a proveniência dos emigrantes e a profissão que desempenham: em Gondomar predominam os ourives, em Valongo os louseiros, na Póvoa de Varzim os pescadores...

Gráfico 17
Distribuição dos titulares de passaporte saídos pelo distrito do Porto por profissão – profissões com mais de trinta indivíduos (1912)



Uma última referência, no ponto em análise, para a coluna mais à direita, constituída por todas as outras profissões descritas nos diversos registos de passaportes. Embora se trate apenas de 544 indivíduos, o mesmo é dizer, 14,5% do total do grupo que estamos a tratar, essa coluna representa mais de 100 designações profissionais diferentes, muitas delas preenchidas por um único indivíduo, e que é constituído por profissionais dos vários sectores de actividade, destacando-se o pequeno “produtor/vendedor”, o latoeiro, o cesteiro, o tamanqueiro, gente que, numa pequena oficina, produz de forma artesanal e, ao mesmo tempo, vende o que produz.

Conclusão

Do conjunto de dados apresentados, é possível traçar o perfil geral daqueles que, em 1912, partiram de Portugal para o Brasil com passaporte emitido pelo Governo Civil do Porto. Trata-se, regra geral, de um indivíduo do sexo masculino, jovem adulto, algures entre os 20 e os 30 anos, solteiro como recém-casado, e que exercia uma profissão não especializada e mal paga, na lavoura, na construção civil, no pequeno comércio. O mais provável é que fosse natural do distrito do Porto e aí residente, e que partisse com destino ao Rio de Janeiro, eventualmente a São Paulo. Viaja como titular de passaporte, em fuga de um Portugal sem oportunidades, rumo a um Brasil com necessidade de mão-de-obra e em crescimento.

Saber se essa promessa se cumpriu, não cabe a este trabalho analisar. Certo é que, pelos volumes migratórios analisados, Portugal registou, em 1912, uma saída impressionante de gente para o outro lado do Atlântico: considerando que a população de Portugal rondava

então os 6 milhões de habitantes, temos que, de acordo com os números oficiais – isto é, sem considerar a maciça emigração clandestina – 1 em cada 80 habitantes partiu então para o Brasil. Se esses números se podem considerar o “cancro” patenteado no discurso político, ou, por outro lado, um enorme benefício para um País necessitado de remessas, tal análise depende muito da perspectiva do observador.

A nós, coube-nos trazer os números, contextualizá-los e, dentro do possível, explicá-los. Esperamos, em ocasião futura, trazer novos dados e, com eles, explicações mais cabais em termos das verdadeiras consequências que estão para além dos números.

NOTAS

* Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.



A PRESENÇA PORTUGUESA NO PARANÁ: TRABALHO, INTEGRAÇÃO E SOCIABILIDADE

ROSELI BOSCHILIA*

CELINA FIAMONCINI**

GISELI CRISTINA PASSOS***

Introdução

Ao chegar à capital da província do Paraná, em 1870, o engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither comparou a cidade de Curitiba a um acampamento de guerra, no qual as pessoas pareciam estar sempre na eminência de partir¹. Nesse momento, a capital do Paraná, recém emancipada de São Paulo, com pouco mais de doze mil habitantes, efetivamente carecia de investimentos na área de infraestrutura, sobretudo no que se referia à iluminação pública, arruamento e transporte. Contudo, timidamente, despontava como um espaço promissor para forasteiros que estivessem em busca de trabalho.

Esse crescente interesse devia-se, em grande parte, a conjuntura econômica favorável que a jovem província vivenciava, graças à produção e exportação da erva mate. Todavia, com os esforços voltados exclusivamente para a economia do mate a produção de gêneros de subsistência ficara relegada a um segundo plano, o que provocou a carência desses produtos no mercado. Na tentativa de suprir essa demanda, o governo provincial estabeleceu políticas de imigração, visando incentivar a vinda de colonos europeus interessados em atuar na área de produção de hortigranjeiros. A instalação de grande contingente de imigrantes nos arredores da capital paranaense, contribuiu favoravelmente não só para o crescimento urbano como também para o incremento do comércio e da indústria, abrindo novas frentes de trabalho.

Diante desse panorama promissor, a província recebeu novos grupos de imigrantes que para lá se dirigiram de modo espontâneo. Entre esses estavam, especialmente, indivíduos de origem germânica e portuguesa. Enquanto os primeiros vinham da província vizinha de Santa Catarina – onde haviam sido instalados anteriormente pelo governo – os portugueses eram procedentes de São Paulo e Rio de Janeiro.

Porém, ao contrário dos demais grupos étnicos que eram trazidos com amparo do governo brasileiro e, portanto, direcionados para a área rural, os portugueses e germânicos preferiam permanecer na área urbana, atuando na área de comércio e serviços.² Talvez, pela maior visibilidade que tinham no espaço urbano, esses dois grupos chamaram a atenção do viajante inglês. Nas anotações acerca do comércio curitibano, Bigg-Wither deixou registrado que “todas as lojas maiores pareciam ser de propriedade de brasileiros ou portugueses, enquanto a grande maioria das lojas menores estava nas mãos dos alemães”.³ As observações do cronista, ainda que moduladas pelo olhar de um estrangeiro de passagem, são confirmadas pela historiografia contemporânea, sobretudo no que diz respeito aos

portugueses. Estudos mostram que, na metade do século XIX, a capital paranaense era, em números absolutos, a segunda maior colônia de portugueses no Sul do Brasil, perdendo apenas para a cidade de São Paulo.⁴ Do mesmo modo, historiadores paranaenses afirmam que os imigrantes portugueses chegados ao Paraná em meados do século XIX eram “ao final do século os mais importantes capitalistas do Estado”.⁵

Mas afinal, quem eram esses imigrantes portugueses que se radicaram no Paraná? Eram camponeses pobres que migravam em busca de novas oportunidades de trabalho, ou faziam parte de uma camada minoritária que optou pela emigração por outros motivos? Quais foram as estratégias utilizadas por eles para inserir-se no mercado de trabalho e integrar-se socialmente à sociedade receptora?

A partir desses questionamentos e com base nos conceitos de estratégia e tática, utilizados por Michel de Certeau para analisar as práticas cotidianas⁶, este artigo busca refletir sobre a dinâmica migratória dos portugueses radicados no Paraná, traçando um panorama que possibilite a compreensão do processo de reemigração desse grupo de centros maiores como Rio de Janeiro e São Paulo, bem como sua rápida ascensão econômica e social na sociedade paranaense.

Paranaguá: um novo porto de chegada

Como se sabe, o Brasil era um dos destinos preferenciais para os portugueses não só devido às facilidades da língua, da religião e da cultura comum, mas, sobretudo, porque aqui o imigrante tinha possibilidade de receber salários mais altos do que em Portugal, especialmente em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que eram os dois mercados de mão de obra mais dinâmicos do país. Esse fator poderia mostrar-se atrativo para portugueses que, a despeito de sua origem camponesa, já possuíam alguma experiência em atividades artesanais, manufatureiras e industriais nas cidades próximas às que moravam ou em rústicas oficinas das aldeias transmontanas. Desse modo, como observa Lobo⁷, boa parcela desses imigrantes era composta de artesãos, de caixeiros e de operários, sem qualquer vinculação com o campo.

Ao chegarem ao Brasil, entretanto, embora contassem com o apoio de seus compatriotas, nem sempre conseguiam o emprego desejado nas grandes cidades, pois devido ao crescente número de imigrantes, a concorrência, sobretudo no comércio, mostrava-se cada vez mais acirrada. Assim, muitos eram aqueles que preferiam deslocar-se para localidades menores, onde as oportunidades de emprego e de negócios mostravam-se mais promissoras.

A província do Paraná, apesar de ser considerada uma zona inóspita, estava situada em região estratégica, visto que constituía desde o século XVI, o principal eixo de ligação para aqueles que se dirigiam, pelo interior do continente, às áreas meridionais do Império.

A primitiva Vila de Paranaguá, situada no litoral, havia sido fundada por portugueses vindos da região de São Vicente em meados do século XVII e desde o início do seu povoamento era importante ponto de apoio à política de ocupação e defesa dos territórios

da Coroa Portuguesa contra os castelhanos. Já a Vila de Curitiba passara a contar com a presença cada vez maior de portugueses, a partir do século XVIII, inicialmente em função da abertura do Caminho das Tropas e, posteriormente, com a expansão da economia do mate que promoveu a ocupação do território paranaense para além do chamado Paraná tradicional, que compreendia a região de Curitiba e litoral.

Assim, em meados do Oitocentos, embora ainda muito acanhadas, as duas cidades configuravam-se como boas opções para os imigrantes que pretendiam buscar novas oportunidades de trabalho fora dos centros urbanos mais populosos.

Desse modo, o Paraná recebeu, ao longo do século XIX, grande número de portugueses procedentes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Contudo, devido à escassez de registros acerca dos imigrantes que entraram espontaneamente na província, a tarefa de tentar localizar ou quantificar esses indivíduos deve levar em conta os silêncios e lacunas existentes nas fontes oficiais. Diante desse quadro, a documentação disponível nos livros de desembarque de imigrantes, bem como os registros de naturalização, ainda que contenham informações incompletas e lacunares, permitem traçar o perfil dos portugueses que reemigraram para o Paraná.

Com esse intuito, foram analisados quatorze livros de desembarque de imigrantes do Porto de Paranaguá, que cobrem dois períodos do último quartel do século XIX: 1876-1879 e 1885-1896.⁸ Com relação aos registros de naturalização foram pesquisados dois conjuntos distintos de documentos: o primeiro, localizado na Câmara Municipal de Curitiba, refere-se aos pedidos encaminhados aquele órgão entre os anos de 1835 e 1881; já, o segundo, que cobre o período entre 1878 e 1892, foi pesquisado junto às Correspondências do Governo da Província do Paraná.

De acordo com os registros de desembarque, dos cinquenta e sete imigrantes lusos que deram entrada no porto de Paranaguá, entre as décadas de 1870 a 1890, apenas dois deles afirmaram não terem vindo da capital do Império.⁹ Do mesmo modo, as cartas de naturalização corroboram as informações contidas na documentação supracitada, exibindo elevado percentual de imigrantes portugueses que passaram por outros lugares antes de radicar-se na província paranaense. Nesse sentido, é importante lembrar que dos onze imigrantes que encaminharam pedido de naturalização à Câmara Municipal de Curitiba, oito deles, informaram haver residido, anteriormente, em outros locais do país. De igual maneira, dos quarenta e cinco pedidos de naturalização feitos ao governo provincial, mais da metade continha a observação de que os interessados residiam “há muitos anos no Brasil”.

Cabe notar que mesmo quando essas observações estavam ausentes nas petições, os imigrantes deixavam indícios de sua permanência em outros locais, fazendo referência, por exemplo, à existência de filhos nascidos fora da província ou ao local onde haviam se casado. Dessa forma, fica evidente o caráter de reemigração, característico do grupo português presente no Paraná.

Além do percentual significativo de reemigrantes portugueses que se radicaram na província paranaense, outro aspecto que chama atenção na documentação pesquisada

diz respeito a forte predominância de homens nesse contingente, uma vez que as mulheres representavam apenas 25% dos imigrantes desembarcados em Paranaguá. Assim, percebe-se que, de modo geral, o português que se radicou no Paraná apresentava perfil semelhante aos demais imigrantes portugueses que chegaram ao país no mesmo período. Ou seja, era preferencialmente jovem, solteiro, do sexo masculino e originário das aldeias da região Norte de Portugal.

O elevado percentual de imigrantes jovens e solteiros pode ser comprovado ainda pelo indicativo da idade informada no momento da chegada e pelas frequentes declarações encontradas nas cartas de naturalização, fazendo alusão ao fato desses imigrantes morarem “no Brasil desde antes do casamento” ou serem “casado[s] com mulher brasileira”.

Segundo Matos, a prática dos homens emigrarem sozinhos, na tentativa de se estabelecer e só posteriormente chamarem os familiares pode ser identificada como uma prática preventiva, para a hipótese de fracasso e/ou uma estratégia para enfrentar o desconhecido.¹⁰ No entanto, vale lembrar que, apesar da presença majoritariamente masculina, os registros também mostram a presença de algumas famílias que chegaram ao Paraná, para trabalhar em colônias agrícolas, no interior do estado. Esses grupos familiares, em geral, eram constituídos por casais jovens, acompanhados dos filhos menores e de um ou outro parente próximo.¹¹

Em Busca de Prosperidade e Ascensão Social

Para os imigrantes que desembarcavam em Paranaguá, a primeira providência a ser tomada era procurar compatriotas que já residiam na região litorânea. O hábito de recorrer às **redes relacionais**, também chamadas de capital social, como quer Bourdieu¹², era uma prática secular entre os portugueses e visava, fundamentalmente, propiciar ao recém chegado o apoio necessário, fosse em termos de acomodação ou indicação de trabalho, de modo a facilitar processo de instalação e adaptação nos primeiros meses. Mesmo assim, as fontes também mostram que havia imigrantes portugueses que chegavam à província paranaense sem qualquer indicação de parentes ou amigos e, por isso, eram alojados, provisoriamente, em hospedarias, localizadas próximo ao cais do porto.

Aqueles que tinham como objetivo seguir para Curitiba ou outras localidades do interior da província deveriam enfrentar um longo e precário trajeto, por terra, para transpor a Serra do Mar. A viagem pela íngreme Estrada da Graciosa¹³ era feita em lombo de mulas ou carroções e podia demorar até quatro dias, dependendo da estação climática e das condições da estrada.¹⁴

Ao chegarem a Curitiba, os imigrantes se deparavam com uma cidade povoada por diferentes grupos de imigrantes, cujas marcas estavam impressas não só na arquitetura europeia, mas também nos hábitos e costumes da população. Na segunda metade do Oitocentos, como já vimos, a economia da província estava ancorada na produção e

comercialização da erva-mate, fator que concorreu não só para a abertura de indústrias complementares voltadas para o acondicionamento do produto, como fábricas de barrica e surrões de couro, como também estimulou a melhoria do sistema de transporte e o incremento do comércio em geral.

Nesse contexto, devido ao expressivo crescimento populacional¹⁵ e consequente aumento do mercado consumidor, os portugueses encontravam no comércio de secos e molhados um filão interessante para conquistar a sonhada independência financeira. Além disso, com os lucros obtidos nesse ramo era possível investir, posteriormente, na produção-beneficiamento-venda da erva-mate, o que podia representar novas oportunidades de enriquecimento e ascensão social.

De acordo com o censo realizado em 1872, moravam, nessa época, na província 534 imigrantes portugueses. Note-se que esse número quadruplicou em pouco mais de quatro décadas, somando cerca de dois mil indivíduos em 1920. Todavia, como lembra Bigg-Wither, já em 1870 os portugueses e luso-brasileiros detinham o maior número de estabelecimentos comerciais existentes na capital e, portanto, presume-se que muitos deles gozavam de situação econômica privilegiada.

Como prova da estabilidade financeira e da visibilidade social que os portugueses detinham na sociedade paranaense, um grupo de comerciantes, liderados por José Loureiro Fernandes, fundou em 1878, a Sociedade Beneficente Portuguesa 1º de Dezembro. Inspirada no modelo de outras associações portuguesas fundadas no Brasil no mesmo período, a entidade, com sede em Curitiba, tinha como objetivo prestar auxílio a outros imigrantes que chegavam à província, em busca de trabalho ou que necessitavam de auxílio em caso de problemas relacionados à saúde ou à prisão.¹⁶

A documentação existente na sede da Sociedade permite vislumbrar o esforço realizado por esses imigrantes, estabelecidos na província há mais tempo, no sentido de oferecer condições para que seus compatriotas fossem bem sucedidos. O projeto colocado em prática pela diretoria da Sociedade estava ancorado nas **redes de solidariedade** e visava, além de manter a hegemonia dos portugueses no comércio, e integrar os imigrantes recém chegados no mundo do trabalho, inseri-los num território simbólico que garantisse a manutenção da sua identidade étnica e cultural.

As estratégias adotadas pelo grupo nesse sentido também podem ser observadas, ao analisarmos fontes como os jornais que circulavam em Curitiba na época. No período final do século XIX foram encontrados cerca de 40 anúncios publicados nos periódicos locais comunicando a organização, a dissolução ou a compra e venda de sociedades comerciais nas quais imigrantes portugueses estavam envolvidos.

É interessante observar que, em apenas três casos, a associação se deu exclusivamente entre imigrantes que já estavam estabelecidos no comércio da cidade. Na maior parte das vezes, esses imigrantes associavam-se a outros que ainda não possuíam nenhuma empresa na cidade. Ou seja, possivelmente eram recém chegados, que estavam sendo

introduzidos no ramo do comércio, com a ajuda de conterrâneos mais antigos na praça. Em contrapartida, o número de sociedades estabelecidas entre portugueses e imigrantes de outras nacionalidades era praticamente nulo.¹⁷

Assim, graças à adoção de estratégias que facilitavam a inserção do grupo no comércio¹⁸, cerca de 50% dos portugueses residentes no Paraná tinham seus nomes ligados à propriedade de armazéns de secos e molhados, casas de tecidos, roupas feitas, medicamentos e outros produtos importados, tendência essa já apontada por vários trabalhos historiográficos sobre o perfil dessa etnia nas cidades brasileiras.¹⁹

Embora a formação da Sociedade e suas estratégias de inserção dos novos imigrantes possam nos induzir a pensar que os portugueses estavam buscando fechar-se enquanto grupo, uma análise mais ampla do contexto social em que estavam inseridos demonstra que na verdade o objetivo aqui era outro - proteger o grupo português, mantendo para si a primazia do comércio que até então era praticamente exclusividade deles. No entanto, quando se tratava de prover saúde aos compatriotas menos favorecidos, ou mesmo promover relações de sociabilidade, eles não deixavam de estabelecer laços com a sociedade curitibana constituída por luso-brasileiros e outros grupos de imigrantes.²⁰

Por fim, vale comentar que embora os comerciantes portugueses estabelecidos na província fossem encontrados com maior frequência em Paranaguá e Curitiba, eles também estavam presentes em outras localidades do litoral e do interior. Na documentação pesquisada, além das cidades litorâneas de Morretes e Antonina, outros locais do interior da província, como Palmeira, Guarapuava e Jaguariaíva aparecem igualmente como locais de moradia desses imigrantes.

Em que pese o fato de morarem em locais excessivamente afastados dos dois centros urbanos mais densamente povoados, esses comerciantes mantinham vínculos não só econômicos, mas também sociais com os demais compatriotas radicados na província do Paraná. Além de fazerem parte do quadro de sócios da Sociedade Portuguesa, costumavam manter contato com os comerciantes da capital, para onde vinham, muitas vezes, acompanhados dos familiares. As relações de sociabilidade, mantidas pelo grupo, por ocasião das festas religiosas ou mesmo em reuniões sociais promovidas no interior das famílias, facilitavam o encontro dos imigrantes solteiros com as jovens filhas de “negociantes e proprietários”, interessados em casá-las com pessoas pertencentes ao seu grupo étnico.

Ao mesmo tempo, para os imigrantes recém chegados, a ascensão social, além da estabilidade econômica, era outro objetivo almejado e, sem dúvida, o casamento uma das estratégias para conquistá-la. Por meio desse, era possível estabelecer alianças e ser reconhecido socialmente, migrando, mais rapidamente, do estatuto de *outsider* para o de estabelecido, conforme nos ensina Norbert Elias.²¹

Assim, o significativo número de portugueses que declararam ter se casado com mulheres brasileiras, mostra que a velha prática, descrita pela historiografia tradicional de que os imigrantes retornavam a Portugal para casar-se com moças da sua aldeia no Paraná

estava, aos poucos, sendo abandonada. Ou seja, o comportamento endogâmico do grupo, com relação ao casamento, aqui dava lugar a novos arranjos matrimoniais que pudessem assegurar status social e econômico.

Ao analisar o comportamento dos imigrantes portugueses, procurando conhecê-los a partir dos fragmentos que a documentação permite e de referências conceituais diversas, percebe-se que as práticas cotidianas, longe de serem estanques, oferecem múltiplas alternativas para que os indivíduos possam criar novas práticas culturais, muitas vezes subvertendo modelos tradicionais, alterando relações de poder e os próprios espaços organizacionais, sem, no entanto, perder a sua identidade étnica.

Ao fim e ao cabo, o que se depreende é que, embora o Paraná não fosse o destino inicial dos portugueses, para muitos imigrantes, a província se mostrou uma opção extremamente promissora, sobretudo para aqueles que ousaram abandonar centros mais desenvolvidos como Rio e São Paulo, para “tentar a sorte” nas acanhadas vilas e cidades do Paraná do século XIX.

NOTAS

* Universidade Federal do Paraná – UFPR.

** Universidade Federal do Paraná – UFPR.

*** Universidade Federal do Paraná – UFPR.

¹ BIGG-WITHER, T. P. *Novo Caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos 1872-1875*. Rio de Janeiro, J. Olympio; Curitiba, UFPR, 1974, p. 49.

² BOSCHILIA, R. “A Sociedade Portuguesa em Curitiba: Um Projeto Identitário (1878-1900)”. In: MATOS, M.I.; SOUSA, F. de; HECKER, A. (org.s). *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru, Edusc, 2008, p. 344-345.

³ Bigg-Wither, *op. cit.*, p.49.

⁴ BACELLAR, C. de A. P. “Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência”. In: *Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*, Caxambu, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2008, p. 62.

⁵ WESTPHALEN, C. M.; BALHANA, A. P. “Portugueses no Paraná”. In: LEITE, R. L. (Org). *Cultura & Poder: Portugal – Brasil no século XX*. Curitiba, Juruá, 2003, p. 23-35.

⁶ Certeau utiliza os conceitos de estratégia e tática para analisar as práticas cotidianas, a partir das relações de força existentes no espaço social, levando em conta as imposições ditadas pelos dominantes, e as produções engendradas pelos dominados como forma de resistência à dominação. CERTEAU, M. de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 46.

⁷ LOBO, E. M. L. *Migração portuguesa no Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 2001, p. 19.

⁸ A ausência de documentação relativa ao período entre 1880 e 1884, deve-se, provavelmente, ao fato dos livros terem sido destruídos ou extraviados, uma vez que os mesmos não estão disponíveis para consulta no acervo do Arquivo Público do Paraná.

⁹ PASSOS, G. *A presença dos imigrantes portugueses no Paraná na segunda metade do século XIX*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009.

¹⁰ MATOS, M. I. de. “Entre o lar e o balcão: mulher imigrante”. In: *Congresso Internacional: a vez e a voz da mulher em Portugal e na Diáspora*, 1., 2005, Berkeley, p. 34. 1 CD-ROM.

¹¹ Foram localizadas no livro de desembarque três famílias de imigrantes com esse perfil.

¹² BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1987.

¹³ O trânsito de carroças pela Serra do Mar somente tornou-se possível com a abertura dessa estrada, em 1870. Antes disso o trajeto era feito, exclusivamente, em lombo de mulas.

¹⁴ Vale lembrar, contudo, que os imigrantes que chegaram a partir de meados da década de 1880 já podiam contar com o conforto de vagões do trem que percorria a moderna estrada de ferro Paranaguá-Curitiba, inaugurada pelo Imperador D. Pedro II, em 1885.

¹⁵ Nos últimos 30 anos do século XIX, a população de Curitiba havia quase quintuplicado, passando de 12.651 habitantes em 1870 para 50.124 habitantes em 1900. (DE BONI, M. I. M. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba 1890-1920*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1998, p. 11.

¹⁶ Boschilia, *op. cit.*, p. 347.

¹⁷ FIAMONCINI, C. *Imigração, Cultura e Identidade: portugueses e o comércio em Curitiba no final do século XIX*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2008.

¹⁸ Foram localizadas 19 cartas anexadas aos pedidos de naturalização, contendo a profissão dos imigrantes e desses, 14 informaram serem negociantes.

¹⁹ Westphalen; Balhana, *op. cit.*, p. 33.

²⁰ Note-se que muitos portugueses, além de exercerem cargos relevantes junto à diretoria da Junta Comercial e à Santa Casa de Misericórdia, também faziam parte de clubes e associações frequentadas pela elite ervateira.

²¹ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

A TERRITORIALIDADE PORTUGUESA NA CIDADE DE SÃO PAULO NOS ANOS 1930

SÊNIA BASTOS*

A pesquisa urbana na cidade de São Paulo

Nos anos 1930, a pesquisa urbana na cidade de São Paulo passou a ser realizada por pesquisadores vinculados à Escola de Sociologia e Política (1933)¹, à Universidade de São Paulo (1934)² e ao Departamento de Cultura e de Recreação de São Paulo (1935). Criada em 1934, a *Revista do Arquivo Municipal* (RAM)³ constituiu o principal veículo de publicação dessas pesquisas e da divulgação das ações da equipe do Departamento de Cultura (DC)⁴, a cargo de Mário de Andrade, prestando-se, ainda, a publicação de artigos de outras modalidades de colaboradores: religiosos, polígrafos e homens de letras, engenheiros, advogados, folcloristas, bibliotecários, professores etc.⁵

A criação dessas instituições renovou o sistema intelectual vigente, até então marcado por estudos dos intelectuais ligados aos institutos históricos e geográficos, museus e faculdades de medicina e de direito.⁶ Foram desenvolvidas novas formas de saber e de pesquisa, que valorizavam a ciência que ora se instituíra em nosso território: a Sociologia.⁷

A seleção dos artigos

Especial interesse para este artigo constitui os estudos do nível social, da nacionalidade, da densidade e distribuição da população, desenvolvidos pela Seção de Documentação Social do DC, com a colaboração de docentes e discentes da Escola de Sociologia e Política, do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo e do Instituto de Higiene de São Paulo.

O estudo da territorialidade portuguesa na cidade de São Paulo pauta-se, sobretudo, pela análise de dois ensaios realizados pela Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais do DC⁸, bem como dois artigos de Araújo que tem como fonte de pesquisa o recenseamento de 1934⁹. Revela-se oportuna a esta análise dois artigos de Lowrie¹⁰ sobre a ascendência das crianças matriculadas nos parques infantis e o de Souza¹¹ acerca dos alunos matriculados na USP. Tais artigos resultam da legislação de criação do DC, que tinha por atribuição “promover o levantamento de situações sociais e econômicas do município, publicando mapas, dados e esquemas gráficos; proceder a inquéritos no meio social sobre atividades e ocupações dominantes, assim como sobre os padrões de vida operária”¹².

A equipe responsável pela realização dos ensaios adveio da Divisão de Documentação Social e Estatísticas Municipais e do Laboratório de Psicologia Aplicada, do Instituto de Educação. Sem precisar o responsável pelo estudo, objetivaram definir um método para identificar a distribuição da profissão e a nacionalidade dos pais dos alunos dos grupos escolares públicos da cidade.

No segundo ensaio estendem a abordagem e apontam a preocupação em localizar as “colônias estrangeiras do município pela análise da distribuição da nacionalidade dos pais dos alunos de grupos escolares” bem como “permitir algumas indicações sobre o ambiente cultural em que vivem as crianças das várias zonas da cidade”¹⁴. O princípio norteador da pesquisa fundamenta-se na possibilidade de determinar a existência e localizar aproximadamente as colônias estrangeiras no município e a obter:

[...] algumas indicações sobre o ambiente cultural em que vivem as crianças das várias zonas da cidade. [...] As informações relativas à língua falada em casa, sobretudo, podiam esclarecer o grau de extensão da assimilação dos elementos estrangeiros e explicar algumas das diferenças de rendimento escolar dos alunos.¹⁵

As fontes de pesquisa dos ensaios referem-se às matrículas dos alunos de 76 escolas públicas, aos registros de 214.863 nascimentos relativos ao período 1920 a 1928 e o recenseamento de 1934.

Ao que se refere às crianças matriculadas nas escolas públicas, os dados totalizam 67.325 crianças matriculadas. Concluíram que em 48 escolas verificava-se o predomínio de pais estrangeiros (63%), o que correspondeu a 43.851 alunos. Ao que se refere à análise da nacionalidade das mães, receberam apenas dados relativos a 75 escolas, o que totalizava 65.855 crianças, sendo que em quarenta escolas, 34.791 das crianças eram filhas de mães estrangeiras (53%).

Contextualizando tal resultado, problematizam os dados, destacando tanto a presença de escolas das próprias colônias, bem como para aquelas crianças que se encontravam fora do sistema de ensino, em virtude do “desinteresse” dos progenitores:

[...] não se ignora que os vários núcleos estrangeiros fundam escolas para as suas crianças, e há muitas razões para crer que algumas dessas nacionalidades enviem a maior parte dos filhos a essas escolas de preferência a outras [...] há boas razões para crer que as várias colônias estrangeiras de São Paulo não nutram igual interesse pela educação: anseiam umas por ver seus filhos na escola, encaram outras o problema com indiferença.¹⁶

Raffaini, todavia, chama a atenção para ausência do número de vagas no sistema educacional nesse período e indica a abertura de vagas nos parques infantis como uma solução paliativa:¹⁷

[...] provavelmente muitos filhos de operários não freqüentavam a escola, já que não havia vagas no ensino primário para todas as crianças. Dessa forma, devemos considerar com cautela os resultados da pesquisa.

[...] Aqui podemos perceber a construção de um discurso segundo o qual alguns grupos de imigrantes não possuíam interesse em enviar os filhos às escolas, mas novamente não se fala da falta de vagas para o ensino primário, que provavelmente era uma das causas de um número elevado de crianças ficarem fora da rede educacional.

Conscientes de que não tinham atingido a totalidade de crianças da capital, os pesquisadores concluíram que a influência do elemento estrangeiro na amostra selecionada era significativa: cerca de 50 a 60% das crianças eram filhas de pai ou mãe estrangeiros.

Em mais da metade dos lares de que saem as crianças para as escolas públicas é determinado pela existência de, pelo menos, um dos pais, de nacionalidade estrangeira.¹⁸

Devido à evidência revelada por tais dados, os pesquisadores valeram-se de outras modalidades de registro para cotejá-los e ‘perseguir’ os objetivos anunciados: os nascimentos relativos ao período 1920 a 1928 e aos dados do recenseamento de 1934.

Para os registros de nascimentos, totalizaram 41% de crianças filhas de pai e mãe estrangeiros (88.044), 19% filhos de pelo menos um dos pais estrangeiros (38.858), 37% filhos de pai e mãe brasileiros (80.366) e 3% filho de pelo menos um dos pais de nacionalidade ignorada (7.595). Ao que se refere ao recenseamento, apresentaram as seguintes evidências: “41% das crianças em idade escolar eram de pais brasileiros e 59% de pais estrangeiros”.¹⁹

Retomando o objetivo ‘perseguido’, revelaram as áreas da cidade onde se concentravam os estrangeiros, tendo elaborado mapas acerca de sua distribuição. Ressaltaram a pequena porcentagem de sírios, alemães, japoneses e russos, registrados nos distritos escolares analisados. Acerca da localização dos portugueses destacaram a sua preferência por áreas menos densamente ocupadas, em virtude de sua atividade econômica preferencial nas chácaras urbanas:

No centro e na parte industrial da cidade a sua porcentagem é baixa. Ao longo das estradas de ferro, localização mais procurada pelos estabelecimentos industriais, os portugueses são menos numerosos. Afastando-nos das vias de comunicação e aproximando-nos da zona semi-rural tanto ao norte, como ao sul, vemos seu número aumentar. Sua proporção é mais elevada nas partes periféricas da cidade, nos subúrbios, onde a densidade da população é mais fraca. É de se notar que, nos lugares de maior concentração, a porcentagem de portugueses é consideravelmente mais elevada que a dos italianos. O resultado surpreende, em vista da observação corrente de que os portugueses não estabelecem colônia, ao passo que o fazem os italianos. A explicação está, provavelmente, por um lado na natureza de suas ocupações e, por outro, na insuficiência dos dados de que dispomos. Com preferência marcada para o trabalho agrícola em chácaras, eles se estabelecem nas partes do município mais adaptáveis a semelhante atividade, tornando-se, assim, frequentemente, a nacionalidade dominante em tais áreas, não pela vontade de permanecerem com os patrícios, pois se encontram muitas vezes a distancia considerável uns dos outros, mas antes por não se adaptarem os brasileiros, que normalmente cultivam a terra, á profissão de chacareiros, que é a de melhores rendimentos nos subúrbios. Não indicam os nossos dados até que ponto a concentração portuguesa está sendo afetada pelo único grupo de estrangeiros que mostra decidida tendência para entrar em competição com eles — os japoneses.²⁰

Concluíram o ensaio destacando a importância do papel da escola para garantir as condições para que os filhos de imigrantes se tornassem cidadãos brasileiros:

Para as escolas o fato significa que a tarefa presente é a de ensinar e guiar os alunos, filhos de pais estrangeiros, de modo a tornarem-se cidadãos brasileiros, úteis e leaes (sic). Significa também que tal tarefa se torna ainda mais difícil, dado o fato de uma porcentagem considerável de crianças viver em meios estrangeiros ou semi-estrangeiros desfavoráveis à cidadania eficiente. Quer dizer ainda isto que um número muito grande de crianças se acha em conflito sério com os seus lares e vizinhança, conflito que se estabelece entre a cultura de pais e companheiros, parcialmente assimilados ou não assimilados, e a cultura da escola e da comunidade em geral. São exatamente condições desta ordem que levam os conflitos psicológicos, ao desenvolvimento de hábitos antisociais, ao ajustamento social inadequado, a baixos padrões morais e ao crime.²¹

Para esse período, a ameaça imigrante constituía um risco à cidadania brasileira, ou seja, para corrigir esse problema fazia-se mister a nacionalização do filho do imigrante, lembrando que cerca de 50 a 60% das crianças matriculadas nas escolas eram filhas de estrangeiros.

A pesquisa de Lowrie preserva a modalidade de abordagem do Ensaio. Por meio da criança matriculada no Parque Infantil, os pesquisadores tiveram acesso a informações de diferentes gerações da família (realizadas com o responsável pela matrícula da criança). Lowrie sistematizou suas reflexões acerca da ascendência das crianças matriculadas nos parques infantis da Lapa, Dom Pedro (Centro) e Ipiranga em dois artigos. No primeiro, analisou as famílias das crianças matriculadas no Parque Dom Pedro II²² em 1936, buscando identificar a nacionalidade e ascendência de 453 crianças; no segundo artigo, ampliou o universo da abordagem: famílias das 1.651 crianças matriculadas nos três parques infantis municipais²³.

Resulta da análise de Lowrie apenas 106 crianças, cuja família possuía ascendência portuguesa, sendo 106 de pai português e 60 de mãe portuguesa. Ao que se refere aos avós paternos, 152 homens e 150 mulheres de origem portuguesa. Já os avós maternos revelam 108 homens e 96 mulheres de origem portuguesa. O número médio de filhos identificado foi 4,25 filhos nas famílias de pais portugueses e de 3,77 nas famílias de pais brasileiros, cujos ancestrais (pai) eram portugueses.

Nota-se o equilíbrio do número de homens e mulheres portugueses nas uniões dos avós paternos, enquanto os avós maternos já apresentam ligeira predominância de homens portugueses (89%) em relação às mulheres. Ao que se refere aos pais das crianças, essa tendência se intensifica, visto que apenas 56% dos portugueses tiveram filhos com mulheres de mesma origem. Tais dados sugerem que os ancestrais imigraram casados, dados que pode ser cotejado com a legislação imigratória que privilegiava a imigração de famílias.

A influência do Ensaio também pode ser percebida no estudo publicado em janeiro do ano seguinte acerca do “estudo tipológico do universitário paulista” que objetivava conhecer as “raças que estão influenciando mais decisivamente na formação de nosso povo, sua boa ou má aclimatação, capacidade de miscigenação etc.” Infere-se o desejo de conhecer os diferentes estratos sociais da cidade, pois a pesquisa de Souza²⁴ privilegia a elite paulista:

Procuramos colher informações sobre seus ascendentes até avós, de modo que, examinando até novembro de 1936, 512 estudantes dos quais somente 11 eram estrangei-

ros, ficamos conhecendo a nacionalidade de 3.072 ancestrais [...] essa geração moça que consegue galgar as portas universitárias corresponde ao escol de nossa gente; a existência portanto nesse grupo, de representantes de raças que para cá imigraram, se cruzaram e se desenvolveram, significará não só boa aclimação ao meio físico, como perfeita identidade com a nova pátria.²⁵

Para Souza, os alunos matriculados na Universidade de São Paulo (cursos de Direito, Politécnica, Medicina, Farmácia, Odontologia, Veterinária, Filosofia e Educação) em 1936, reuniam “representantes de todos os pontos de São Paulo, como pela demonstração cabal do alto poder de fusão do nosso ambiente, onde todos os que acorrem com anseios de trabalho e triunfo encontram terreno propício para se desenvolverem”. Consta:

É impressionante o grau de miscibilidade do paulista, verificável no estudo da ascendência dos universitários; assim, dos 95 cujos pais e avós são brasileiros, mas de diferentes Estados da União, 63,6% dos pais e 49,4% dos avós são paulistas; dos 175 provindos de cruzamentos entre brasileiros e estrangeiros, a origem paulista dos pais e avós é encontrada em 56,8% e 27,7%, respectivamente. Além da alta capacidade de fusão essas relações mostram o aumento da participação paulista de uma geração a outra.²⁶

A análise de Souza recai sobre o coeficiente de homogeneidade e o índice de fusibilidade por nacionalidade, ao que constata certa homogeneidade: “os pais de ambos os cônjuges pertencem a uma mesma nacionalidade e as mistas ou heterogêneas: quando um ascendente que seja, pertence a etnia diferente”.²⁷ Ao que concluiu:

O índice de fusibilidade do brasileiro é bom, progredindo nitidamente de uma geração a outra; somente mais duas nacionalidades conseguem esse aumento: a italiana e a síria, quase tão intensamente quanto a brasileira; para as demais, ou houve equilíbrio ou mesmo baixa desse índice, apesar de com freqüência ser mais elevado que o do brasileiro. Os maiores índices (100%), dependentes que são da escassez de elementos contribuintes, não têm valor; dentre as etnias que concorrem pelo menos com 1% do total de ancestrais, entram a alemã e a portuguesa, com índices superiores a 70%, vindo depois a italiana e espanhola, em torno de 40% e só então a brasileira com 22 a 30%. A síria, embora em acréscimo quando se inclui uma geração mais recente, como a dos pais, é muito baixa; menor ainda e com diminuição franca, mesmo com a inclusão da geração mais nova, é a japonesa, que demonstra em nossos achados péssimo índice de fusibilidade: 4 e 2,7%.²⁸

A territorialidade portuguesa na cidade de São Paulo nos anos 1930

A metodologia de coleta dos dados demográficos do recenseamento de 1934 pautou-se por uma estratégia diferenciada, visto que foi realizado:

[...] por quarteirões e faces de quarteirão, unidades menores, naturais, quase imutáveis e de grande homogeneidade. Um tal manancial de informações assim ordenadas

fornece, a quem deseje estudar intensamente os fenômenos sociais, uma base segura para a descrição das condições exatas da população, em confronto com a distribuição ecológica de outros fenômenos.²⁹

O novo censo tornou possível precisar a distribuição dos imigrantes na cidade, cujo território contemplava a zona urbana, a zona urbana-rural e a zona rural. A zona urbana reunia os distritos da Sé, Santa Ifigênia, Bom Retiro, Brás, Moóca, Cambuci, Liberdade, Consolação, Perdizes, Santa Cecília, Jardim América, Vila Mariana e Bela Vista. A zona rural-urbana contemplava a Lapa, Casa Verde, Santana, Penha, Belenzinho, Ipiranga e Saúde. A zona rural era formada pelos distritos de Nossa Senhora do Ó, Butantã, Osasco, Tucuruvi, São Miguel, Itaquera e Lageado. Além dos brasileiros (744.144), foram contempladas as nacionalidades portuguesa (79.465), italiana (85.782), espanhola (34.517), francesa (1.908), síria (8.734), japonesa (4.563), russa (4.708), alemã (13.362), austríaca (4.661) e inglesa (1.169); as demais foram reunidas como nacionalidade não especificada (50.189), totalizando 1.033.202 moradores³⁰.

Araújo cotejou essa fonte e publicou dois artigos sobre a concentração étnica dos imigrantes nos distritos paulistanos, por ele denominada “enquistamento étnico”. Sistematizou as etnias, classificando-as como latinas (portugueses, franceses, espanhóis, italianos, romenos e brasileiros) e não latinas (sírios, japoneses, russos, alemães, austríacos e ingleses).³¹

Aponta a excelente distribuição territorial dos portugueses na cidade. Reunindo 41,75% de portugueses, na zona urbana-rural identificam-se os maiores índices de sua concentração por distrito: Santana (8,09%) e Belenzinho (16,02%). Com 12.728 portugueses, o Belenzinho detém 6.976 homens e 5.752 mulheres, constitui o distrito com maior concentração na cidade. Santana apresenta 6.431 portugueses, sendo 3.564 homens e 2.867 mulheres.

Tabela 01

Distribuição dos portugueses por distrito, na zona urbana rural paulistana, em 1934

Zona Urbana Rural	%	Total
Lapa	3,96	3.143
Casa Verde	2,12	1.686
Santana	8,09	6.431
Penha	4,53	3.600
Belenzinho	16,02	12.728
Ipiranga	3,42	2.718
Saúde	3,61	2.871
TOTAL	41,75	33.177

Fonte: ARAÚJO, Oscar Egídio de. “Latinos e não latinos no Município de São Paulo”.

Revista do Arquivo Municipal, abr. 1941, p.71.

Nota: Trata-se da percentagem sobre o total de indivíduos de cada nacionalidade por Distrito, em 1934.

Todavia, há que se apontar a zona urbana como a de maior concentração, tendo em vista que 48,18% dos portugueses ali se localizavam; sobressaem-se os distritos do Brás (9,97%), Moóca (6,77%) e Bela Vista (5,62%). No Brás distribuem-se 4.366 homens e 3.558 mulheres; na Moóca, 3.105 homens e 2.271 mulheres; na Bela Vista, 2.345 homens e 2.122 mulheres.

Tabela 02

Distribuição dos portugueses por distrito, na zona urbana paulistana, em 1934

Zona Urbana	%	Total
Sé	0,78	621
Santa Ifigênia	3,52	2.800
Bom Retiro	1,08	861
Brás	9,97	7.924
Moóca	6,77	5.376
Cambuci	1,70	1.347
Liberdade	2,90	2.308
Consolação	3,01	2.389
Perdizes	3,88	3.084
Santa Cecília	3,29	2.612
Jardim América	2,31	1.835
Vila Mariana	3,35	2.665
Bela Vista	5,62	4.467
TOTAL	48,18	38.289

Fonte: ARAÚJO, Oscar Egídio de. "Latinos e não latinos no Município de São Paulo".

Revista do Arquivo Municipal, abr. 1941, p.71.

Nota: Trata-se da percentagem sobre o total de indivíduos de cada nacionalidade por Distrito, em 1934.

Na área rural localizam-se 10,07%, sendo o distrito do Tucuruvi o que mais concentra os portugueses, com 4,53%, dos quais 1.951 homens e 1.646 mulheres. Em todos os distritos havia o predomínio do sexo masculino, totalizando 56,09% homens e 43,91% mulheres. Revela-se assim a predominância masculina desse grupo, o que corresponde a 12,18% de diferença favorável a esse sexo, segundo Araújo³².

Tabela 03

Distribuição dos portugueses por distrito, na zona rural paulistana, em 1934

Zona Rural	%	Total
Nossa Senhora do Ó	1,85	1.468
Butantã	2,01	1.597
Osasco	0,85	678
Tucuruvi	4,53	3.597
São Miguel	0,15	122

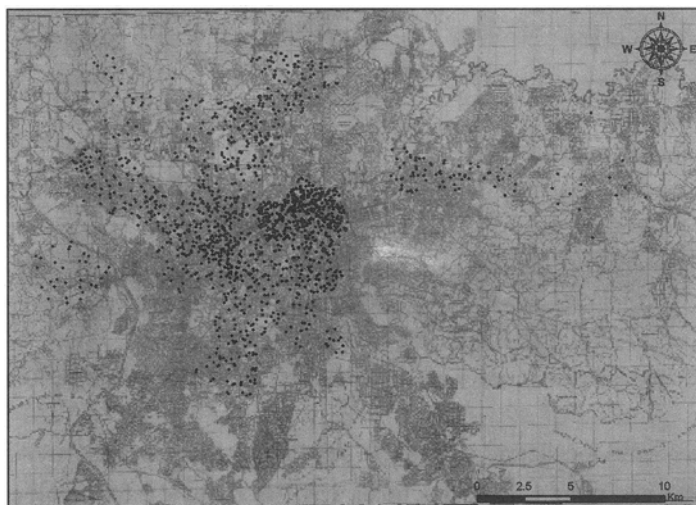
Itaquera	0,61	487
Lajeado	0,07	50
TOTAL	10,07	7.999

Fonte: ARAÚJO, Oscar Egídio de. "Latinos e não latinos no Município de São Paulo".

Revista do Arquivo Municipal, abr. 1941, p.71.

Nota: Trata-se da porcentagem sobre o total de indivíduos de cada nacionalidade por Distrito, e em 1934.

Para visualizar a distribuição territorial, apontada por Araújo na planta cartográfica da cidade contemporânea ao recenseamento de 1934³³, elaborou-se um mapa com o programa *ArcGIS 9.0*. Os dados populacionais foram sistematizados por distrito e cada conjunto de 50 indivíduos foi convertido em um ponto. Os pontos foram inseridos sobre uma base cartográfica digital dos atuais distritos da cidade de São Paulo, que serviu para orientação do georreferenciamento da imagem. Com a imagem georreferenciada a divisão distrital foi descartada e os pontos representados diretamente sobre a imagem.



SÃO PAULO - IMIGRANTES PORTUGUESES - 1934

1 Ponto = 50 Imigrantes

Imagem: Planta da Cidade de São Paulo e Municípios Circunvizinhos.
Reparição de Electricidade da The São Paulo Tramway Light & Power Co.
Escala da imagem: 1:50.000 - Janeiro de 1943.

Organização:
Gilberto Back e Sênia Bastos, 2009.

DISTRITO	IMIGRANTES PORTUGUESES - 1934	DISTRITO	IMIGRANTES PORTUGUESES - 1934
PENHA	3600	BELÉM	12728
LAJEADO	50	SÉ	621
ITAQUERA	487	LIBERDADE	2308
IPIRANGA	2718	REPÚBLICA	2800
JARDIM PAULISTA	1835	SÃO MIGUEL	122
CONSOLAÇÃO	2389	BELA VISTA	4467
SANTA CECÍLIA	2612	CAMBUCI	1347
VILA MARIANA	2665	BRÁS	7924
PERDIZES	3084	FREGUESIA DO Ó	1468
BUTANTÃ	1597	TUCURUVI	3597
SAÚDE	2871	CASA VERDE	1686
BOM RETIRO	861	SANTANA	6431
MÓOCA	5376		

A utilização desse método permite dois tipos de interpretações: a densidade de imigrantes pela proximidade dos pontos e a quantidade pela contagem dos pontos, o que pode ser apreciado no mapa.

Considerações finais

O recenseamento de 1920 registrara 579.033 moradores no município de São Paulo e, em 1940, a população atingia a cifra de 1.326.261, apresentando uma taxa de crescimento geométrico anual de 4,2%³⁴. A cidade registrava um crescimento desordenado e os investimentos precisavam ser cuidadosamente planejados.

As dificuldades de adaptação do imigrante, sua concentração em determinadas regiões da cidade, motivou pesquisas acerca da origem étnica desses grupos, a identificar a sua assimilação na sociedade paulistana³⁵. Para tanto, se utilizaram de diferentes modalidades de fontes a que tinham acesso, contando com apoio metodológico dos docentes e a participação direta dos alunos das instituições de ensino presentes.

O resultado do mapa apresenta afinidade aos resultados apontados no Ensaio: os portugueses encontram-se presentes em áreas de baixa densidade populacional, ainda com pequena incidência de loteamentos, direção oeste e norte. Sua presença nos bairros industriais e operários sugere a moradia nos cortiços, em regiões com baixa incidência de vagas em escolas públicas. As pesquisas apontam para uma valorização dos portugueses por suas características semelhantes a dos brasileiros.

NOTAS

* Universidade Anhembi Morumbi.

¹ O mapa inserido no presente artigo foi realizado por Gilberto Back, do Laboratório de Planejamento do curso de Turismo da Universidade Anhembi Morumbi.

² A ESP apresentava grande afinidade com o modelo de ensino norte-americano, profissionalizante. Apesar da nítida influência da Escola de Chicago (cuja vertente sociológica caracterizava-se pela realização de estudos dos problemas urbanos das sociedades norte-americanas), acolheu professores norte-americanos, alemães, tchecos, ingleses, italianos etc.

³ Em sua origem, a USP agregou institutos de Ensino Superior de caráter profissional existentes na cidade.

⁴ A RAM reúne 204 números desde a sua criação até 2005.

⁵ O Departamento de Cultura foi constituído na gestão municipal de Fábio Prado (Ato n. 768, de 10/10/1935), na cidade de São Paulo, por iniciativa de Paulo Duarte e de Mário de Andrade. Por ocasião de sua criação o Departamento de Cultura era composto pelas divisões de Documentação Histórica e Social (Sérgio Milliet), de Educação e Recreio (Nicanor de Miranda), de Expansão Cultural (Mário de Andrade) e de Bibliotecas (Rubens Borba).

⁶ CLARO, Silene Ferreira. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo: um espaço científico e cultural esquecido (proposta inicial e as mudanças de trajetórias)*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008, p. 4.

⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

⁸ PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/IDESP, 1989, p. 362.

⁹ ENSAIO de um método de investigação do nível social de São Paulo pela distribuição da profissão dos pais dos alunos das escolas primárias públicas. *Revista do Arquivo Municipal*, mai. 1936. ENSAIO de um método de estudo da distribuição da nacionalidade dos pais dos alunos dos grupos escolares da cidade de São Paulo. *Revista do Arquivo Municipal*, jul. 1936.

¹⁰ ARAÚJO, Oscar Egídio de. “Enquistamentos étnicos”. *Revista do Arquivo Municipal*, mar. 1940. ARAÚJO, Oscar Egídio de. “Latinos e não latinos no Município de São Paulo”. *Revista do Arquivo Municipal*, abr. 1941.

¹¹ LOWRIE, Samuel Harman. “Ascendência das crianças registradas no Parque D. Pedro II”. *Revista do Arquivo Municipal*, out. 1937. LOWRIE, Samuel Harman. “Ascendência das crianças registradas nos parques infantis de São Paulo”. *Revista do Arquivo Municipal*, nov. 1937.

¹² SOUZA, Rafael Paula. “Contribuição à etnologia paulista”. *Revista do Arquivo Municipal*, jan. 1937.

¹³ RUBINO, Silvana. “Clube de pesquisadores: a Sociedade de Etnografia e Folclore e a Sociedade de Sociologia”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Editora Sumaré/FAPESP, 1989, p. 492.

¹⁴ ENSAIO, *op. cit.*, jul. 1936, p. 197.

¹⁵ ENSAIO, *op. cit.*, jul. 1936, p. 198.

¹⁶ ENSAIO, *op. cit.*, jul. 1936, p. 199.

¹⁷ RAFFAINI, Patrícia. *Esculpindo a cultura na forma Brasil. O Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo, Humanitas/USP, 2001, p. 51.

¹⁸ ENSAIO, *op. cit.*, jul. 1936, p. 201.

¹⁹ ENSAIO, *op. cit.*, jul. 1936, p. 202.

²⁰ ENSAIO, *op. cit.*, jul. 1936, p. 222.

²¹ ENSAIO, *op. cit.* jul. 1936, p. 234.

²² Lowrie, *op. cit.*, out. 1937

²³ Lowrie, *op. cit.*, nov. 1937.

²⁴ Souza, *op. cit.*, p. 95.

²⁵ *Idem, ibidem.*

²⁶ Souza, *op. cit.*, p. 96.

²⁷ *Idem, ibidem.*

²⁸ Souza, *op. cit.*, p. 100.

²⁹ SILVA, Sérgio Milliet da Costa. “A representação dos fenômenos demográficos. Comunicação do Departamento de Cultura ao Congresso de População de Paris, 1937”. *Revista do Arquivo Municipal*, 1937, p. 214.

³⁰ Araújo, *op. cit.*, 1941, p. 71.

³¹ Araújo, *op. cit.*, 1941, p. 69.

³² Araújo, *op. cit.*, p. 90.

³³ Planta da Cidade de São Paulo e Municípios Circumvizinhos, da Repartição de Eletricidade da The São Paulo Tramway Light & Power Co. – elaborada em Janeiro de 1943 na escala 1:50.000.

³⁴ IBGE.

³⁵ LOWRIE, Samuel H. “A origem da população da cidade de São Paulo e diferenciação das classes sociais”. *Revista do Arquivo Municipal*, jan. 1938.

IMIGRANTES PORTUGUESES E SOCIEDADES RECREATIVAS NO RIO DE JANEIRO, 1903-1916

VITOR MANOEL MARQUES DA FONSECA*

Introdução

Em 2007 defendi a minha tese, mais tarde publicada com o apoio da Faperj,¹ sobre o associativismo no Rio de Janeiro no início do século xx. A importância do tema para o estudo da construção e ampliação do conceito de cidadania no Brasil e a existência de fontes, pouco utilizadas, me incentivaram a continuar realizando pesquisas relacionadas ao tema. Uma das variantes a que me tenho dedicado é o estudo da imigração portuguesa, sob a ótica de suas associações. Nesse sentido, confrontei as características das associações lusitanas da personalidade jurídica com as de outras nacionalidades e, desse modo, apresentei trabalhos sobre os símbolos e a arquitetura das sedes das associações portuguesas como forma de proclamar, no espaço urbano, valores de sua cultura. Analisei, também, o funcionamento das suas associações de auxílio mútuo, a composição das diretorias dessas associações e a participação de seus membros em outras sociedades.²

O objeto deste artigo é outro tipo de agremiação portuguesa – as recreativas, sem personalidade jurídica que, para poderem funcionar, necessitavam de autorização policial. Os objetivos são contrapor suas características àquelas das associações com personalidade jurídica e verificar quem delas participava e quais as motivações para isso.

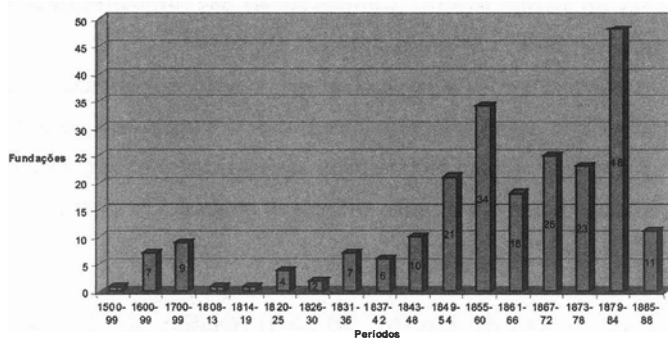
O Associativismo no Rio de Janeiro ao final do séc. XIX e início do séc. XX
Até 1882, todas as associações, para terem existência legal no Brasil, tinham que lograr a aprovação de seu estatuto pelo Estado imperial. No caso das províncias, todas as associações (de caráter mutualista, beneficente, cultural ou científico) dependiam da aprovação de seus respectivos presidentes, com exceção das bancárias (que incluíam montepios e montes de socorro), das religiosas (irmandades e corporações religiosas) e das políticas, que eram encaminhadas, as primeiras, ao ministro da Fazenda e as demais à aprovação da Assembleia Legislativa. Na Corte, todas as entidades deviam submeter uma proposta de estatuto ao Conselho de Ministros que, com base na legislação pertinente e em uma série de outros julgamentos (utilidade e interesse social, viabilidade econômica etc.), aprovavam-na ou não.³

Não temos muitas informações sobre como o processo se desenrolava e como era apreciado pela população fora da Corte, mas nessa, pelos pareceres apresentados ao Conselho de Estado, reclamava-se da morosidade, burocracia e asfixia do espírito associativo na capital, enquanto fora da cidade do Rio de Janeiro tudo ocorria com mais rapidez e facilidade.

A lei n. 3.150, de 4 de novembro de 1882, não só dispensou um grande número de companhias e sociedades anônimas de objeto comercial ou civil da aprovação governamental, como afirmou explicitamente, no seu art. 34, que essa dispensa incluía as sociedades de socorros mútuos, literárias, científicas, políticas e beneficentes. A mudança na situação legal ocorria *pari passu* com outras transformações por que passava a sociedade brasileira, e era também influenciada por elas, com a complexificação e diversificação da economia, o fim da escravidão e a grande vaga de imigração europeia.

Essa liberdade deve ter gerado o crescimento do número das associações em todo o Brasil. O quadro a seguir, que informa os anos de fundação das associações civis relacionadas nas edições do *Almanak Laemmert* entre 1841 e 1889, indica o sucesso da medida na cidade do Rio de Janeiro. Essa afirmação é corroborada pelo fato de que, das 48 associações criadas de 1879 a 1884, trinta surgiram entre 1882 e 1884.

Gráfico 01
Fundação de associações citadas no Almanak Administrativo,
Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro nas edições de 1841 a 1889



Cabe observar que a presença no *Almanak Laemmert* de empresas e entidades privadas era paga, funcionando como uma espécie de anúncio publicitário. Nesse sentido, é lícito supor que sempre devem ter existido mais associações do que as referenciadas, sendo que a partir de 1882, com a dispensa de aprovação pelo governo, muitas associações pequenas, e certamente com poucos recursos, devem ter sido criadas, embora não mencionadas nessa publicação.

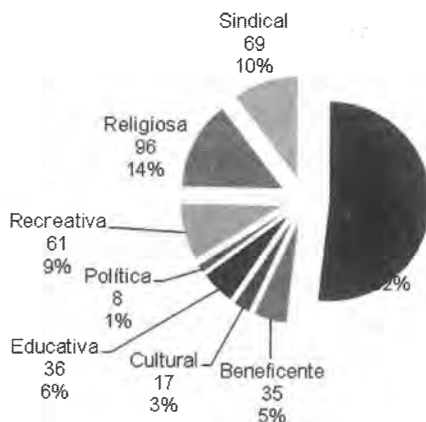
A Constituição de 1891 declararia a liberdade associativa no art. 72, parágrafo 8º: “A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública”. Em 1893, porém, a lei n. 173, de 10 de setembro, reafirmando a liberdade de associação, instaura o registro de associações com fins religiosos, morais, científicos, artísticos, políticos ou de recreio junto ao Estado para obtenção de personalidade civil. Ainda que a personalidade civil não fosse obrigatória, sua obtenção garantia que a agremiação pudesse possuir e gerir bens, e como personalidade diversa de seus membros, acionar e ser acionada juridicamente. O registro proporcionava ao Estado informações básicas

para o controle dessas sociedades, garantindo que estivessem em consonância com a legislação e que se soubessem seus endereços e nomes dos fundadores (ou instituidores) e diretores.

Publicado integralmente ou em extrato no jornal oficial do estado, onde estava sediada a associação, o estatuto devia informar endereço da sede, modo pelo qual era administrada e representada, ativa e passivamente, em juízo e fora dele, e se os membros respondiam ou não pelas obrigações que os representantes da entidade houvessem assumido em nome dela. Duas cópias dessa publicação, com o nome dos integrantes da diretoria, deviam integrar o requerimento junto ao registro de hipotecas da comarca da associação. Alterações nos estatutos implicavam nova publicação e novo registro

A lei n. 973, de 2 de janeiro de 1893, altera essa situação no Distrito Federal ao criar o Registro Especial de Títulos e Documentos,⁴ ao qual foi cometido o registro de associações que desejassem obter personalidade jurídica. A partir daquele ano, é crescente o número de associações que se registram, totalizando 668 no período de 1903 a 1916. O gráfico a seguir classifica as associações registradas por tipo.

Gráfico 02
Associações com personalidade jurídica registradas entre 1903 e 1916 por tipo



Ora, além dessas associações, existiam muitas outras que, não necessitando de personalidade jurídica ou não podendo arcar com os custos de tal empresa, nunca foram registradas junto ao Registro Especial de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro. Uma boa parte delas, porém, simplesmente para poder funcionar, precisa se registrar na Polícia.

Associações Registradas na Polícia

Ao pesquisar na documentação da Secretaria de Polícia do Distrito Federal encontrei, para os anos de 1906, 1912, 1913, 1915 e 1916, 1.346 processos relativos a 953 associações,⁵ entidades recreativas (clubes esportivos, dançantes, dramáticos, literários ou musicais), pas-

toris ou, a maioria, agremiações carnavalescas. Do total, 26 também tinham personalidade jurídica, sendo que, desses, uma era uma associação religiosa e cinco eram sindicatos.⁶

Do ponto de vista das associações, o que une a maioria daquelas presentes na documentação da Polícia é serem entidades pequenas, sem patrimônio, que não dispunham de verba para requer personalidade jurídica nem tinham real necessidade de gozar de tal status. Por isso, havia um grande número de associações com perfil semelhante, por exemplo, clubes desportivos ou de recreação familiar que obtiveram personalidade jurídica e que não se matriculavam na Polícia.⁷

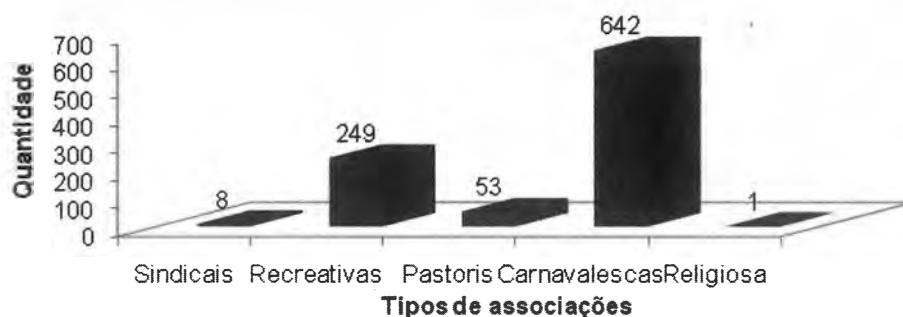
Do ponto de vista da Polícia, o que as aproxima é o fato de reunirem, principalmente à noite, grande número de pessoas para encontros ou diversões (jogos de salão, bailes etc.) e pretenderem sair à rua, em préstitos ou, como era comum serem denominadas, em “passeata”. Em ambos os casos, a Polícia, mesmo que tais reuniões ou divertimentos fossem “honestos”, necessitava controlar as agremiações, para que não criassem incômodos à sociedade, seja por excessivo barulho, que prejudicasse o descanso, seja pelos transtornos que saídas à rua trouxessem à circulação de pessoas e veículos.

Por isso, tais associações, para funcionarem, necessitavam da autorização da Polícia do Distrito Federal, que anualmente devia ser renovada. Os processos gerados constavam, normalmente, de um requerimento ao chefe de Polícia, que devia ter como anexo, no primeiro ano e até que não sofresse alteração, o estatuto da entidade. Um investigador era designado para averiguar, no local de funcionamento, se as informações prestadas eram verdadeiras e quem eram seus dirigentes e membros, devendo produzir um relatório que era então anexado. Caso obtivessem resposta favorável, emitia-se uma licença que explicitamente se limitava ao ano então em curso e era condicionada à obediência ao estatuto que havia sido aprovado e ao cumprimento de uma série de obrigações: não haveria jogos proibidos, ensaios iriam até às 10h da noite e bailes até 2h da manhã, sendo proibido sair à rua e realizar “diversões com entradas retribuídas” (ingressos pagos).

Além disso, o funcionamento dar-se-ia sempre com portas abertas, devendo ser garantido o franco acesso das autoridades policiais do distrito e das demais, em casos de perturbação da ordem. Caso desejassem realizar “passeatas”, era necessária a permissão especial, devendo ser fornecido o trajeto pretendido, o uso de veículos e, se fosse o caso, os croquis de carros alegóricos.

Em nossa amostra, a maioria das associações que requereram licença eram agremiações carnavalescas, seguidas pelas recreativas, classe que congregava desde clubes desportivos até os literários, dramáticos, musicais, dançantes etc. A presença expressiva de pastoris explica-se pelo fato de, no período natalino, saírem à rua, em “passeata”, visitando casas de devotos.

Gráfico 03
Quantidade de associações por tipo



No caso das sociedades recreativas, a simples leitura dos próprios nomes das entidades requerentes indica a existência de agremiações com forte presença de imigrantes portugueses.

Associações Recreativas Portuguesas

Entre as 249 associações recreativas recenseadas, sete têm nomes que indicam uma forte presença de portugueses ou, pelo menos, expressam uma ligação com Portugal. São elas: o Grêmio Lusitano (ou Sociedade Grêmio Lusitano), o Grêmio Dançante Saudades do Rio Douro, o Centro Recreativo Lusitano, o Clube Recreativo Lusitano, o Centro Português de Desportos, o Clube Recreativo Filhos da Lusitânia e o Recreio Dramático Juventude Portuguesa.

A primeira observação que se impõe é o baixo número de associações recreativas portuguesas que requerem licença à Polícia,⁸ equivalente a 2,81% das 249 agremiações congêneres. No entanto, apesar da então grande presença de estrangeiros na cidade,⁹ além das agremiações portuguesas, somente duas têm explícita relação com outras nacionalidades, o Centro Galego e o Sírio Clube. Pode-se comentar que o número de associações portuguesas tem a ver com o fato de serem os imigrantes dessa nacionalidade a maioria da população estrangeira na cidade, mas mesmo assim cabe observar que se o Centro Galego estava relacionado à colônia espanhola, a terceira maior na cidade, os sírios eram um grupo bastante diminuto.

A partir dos dados coletados, nos requerimentos e estatutos, foi montado o quadro a seguir. Nem sempre foram encontrados os estatutos das associações (Clube Recreativo Lusitano e Clube Recreativo Filhos da Lusitânia) e houve casos em que foi localizado mais de um pedido de licença.

Tabela 01
Sociedades recreativas portuguesas registradas na Polícia

Nome	Fund.	Distrito	Caráter	Not.	Ano
Grêmio Lusitano (ou Soc. Grêmio Lusitano)	17/12/1905	Candelária	C	6C168	1906
Grêmio Dançante Saudades do Rio Douro	[ant. 1906]	Glória	-	6C171	1906
Centro Recreativo Lusitano	-	-	-	6C367	1912
Clube Recreativo Lusitano	14/07/1914	Santa Rita	C*	IJ6 563	1915
Centro Português de Desportos	10/09/1913	Sacramento	E	IJ6 563 IJ6 564	1915
Clube Recreativo Filhos da Lusitânia	[1909?]	Sacramento Santo Antônio Sacramento	-	IJ6 564	1915
Recreio Dramático Juventude Portuguesa	25/06/1915	Sacramento Sacramento	C	IJ6 563 IJ6 564 IJ6 597	1915 1916

*Presidente necessariamente português.

Na coluna “Caráter”, “C” indica tratar-se de uma associação cosmopolita (aberta a qualquer nacionalidade) e “E” uma exclusivista (só portugueses). Em dois casos, não se pôde ter informações sobre essa característica, mas foi mantida a tendência ao predomínio do cosmopolitismo sobre o exclusivismo, um dos mais importantes traços do associativismo lusitano no Rio de Janeiro, independentemente do tipo da agremiação.

Nenhuma das agremiações levantadas deu destaque a comemorações carnavalescas, ainda que seja lícito conjecturar que realizassem bailes nessas ocasiões. Duas entidades preocupavam-se explicitamente com a realização de atividades esportivas (Grêmio Lusitano e Centro Português de Desportos), atividades culturais (Grêmio Lusitano, Centro Português de Desportos, Recreio Dramático Juventude Portuguesa, Clube Recreativo Lusitano) e bailes (Grêmio Lusitano, Grêmio Dançante Saudades do Rio Douro, Clube Recreativo Lusitano).

Quanto ao distrito das sedes, é interessante notar que ele coincide com a área de predomínio de população estrangeira no Rio de Janeiro, o perímetro central (Candelária, Santa Rita, Sacramento e Santo Antônio) e a Glória. Embora essa situação seja diversa daquela das demais associações registradas na Polícia, majoritariamente funcionando em áreas suburbanas, manteve-se o mesmo padrão, qual seja, o de que as associações registradas na Polícia, mais voltadas para o lazer, tendiam a se localizar em áreas residenciais, ao contrário daquelas com personalidade jurídica, predominantemente mutualistas, que tinham sede na área central da cidade.

Ainda sobre a localização da sede, em três casos há menção a alteração de endereços, ainda que sempre na região observada anteriormente. A razão mais provável disso é a debilidade econômica dessas entidades, que recorrendo a prédios de terceiros, necessitavam buscar melhores condições de aluguel.

Todas as associações levantadas eram de fundação recente, não sendo de estranhar que ainda não tivessem personalidade jurídica – as sociedades recreativas portuguesas registradas no Ofício Especial de Títulos e Documentos eram mais antigas, a Real Sociedade Clube Ginástico Português fora fundada em 31/10/1868 e o Clube de Regatas Vasco da Gama em 21/8/1898.

Isso podia gerar dois tipos de questões com influência na fundação das novas associações: o primeiro, que aquelas já detentoras de personalidade jurídica estivessem ligadas a uma vaga imigratória mais antiga, enquanto as novas ligar-se-iam mais a imigrantes recentes; o segundo, que sendo associações mais solidamente estabelecidas, o ingresso de novos associados fosse mais caro, afastando imigrantes menos abonados. Prossequindo no mesmo raciocínio, é provável que nas associações mais antigas os grupos dominantes estivessem mais estabelecidos, diminuindo as condições de participação de novos membros.

O fato de as entidades mais recentes não possuírem personalidade jurídica devia-se, provavelmente, aos custos que isso implicava – o Recreio Dramático Juventude Portuguesa afirma em seu estatuto que o publicaria e registraria no Registro Especial assim que os cofres sociais pudessem arcar com tais despesas.

A comparação entre as sociedades recreativas portuguesas registradas na Polícia e aquelas com personalidade jurídica indica para vários pontos de aproximação. Os estatutos, por exemplo, são muito semelhantes, mantendo as condições de ingresso (joia, mensalidade, sócio proponente, sindicância, ocupação digna e bom comportamento social) e de desligamento (a principal, crime infamante), administração sofisticada, com primeiros e segundos secretários e tesoureiros, conselhos fiscais, determinação de assembleias ordinárias e extraordinárias. Os sócios são também classificados da mesma maneira (remidos, honorários, benfeitores ou beneméritos) e tinham a obrigação de servir nos cargos para os quais fossem eleitos, havendo, no caso da Sociedade Grêmio Lusitano, o recurso a sinais externos para indicar a qualidade do associado – remidos usavam botão com as cores da sociedade, beneméritos, medalhas de prata, e grandes beneméritos portariam medalhas de ouro.

Duas associações têm cuidados não comuns com os membros, provavelmente por se voltarem para uma parcela da colônia portuguesa mais pobre: o Centro Português de Desportos isenta de contribuição por seis meses o associado ausente ou desempregado e o Clube Recreativo Lusitano propunha-se, por iniciativa da diretoria, a organizar junto aos demais sócios o maior apoio e auxílio possível a associados necessitados.

As associações recreativas portuguesas também se utilizavam de estandartes, bandeiras e emblemas como formas de marcar a presença da entidade e distinguir seus sócios; e o Centro Recreativo Lusitano, que embora organizado ainda não dispunha de estatuto, informa em seu requerimento de funcionamento pretender realizar sessão festiva em 7 de setembro de 1912, quando inauguraria seu pavilhão ao lado do português e do brasileiro.

Todos os requerimentos de autorização de funcionamento das associações recreativas portuguesas são deferidos, com exceção daquele do Centro Recreativo Lusitano, cujo

despacho afirma a necessidade de apresentar estatuto. Provavelmente, isso tem a ver com o fato de tais entidades apresentarem-se sempre como apolíticas, cultoras do civismo com relação a Portugal,¹⁰ respeitosas com os valores da sociedade brasileira e promotoras das virtudes morais da instrução, do desporto, da cultura, do trabalho, da perseverança e da honestidade, como se pode verificar no papel timbrado do Centro Português de Desportos.

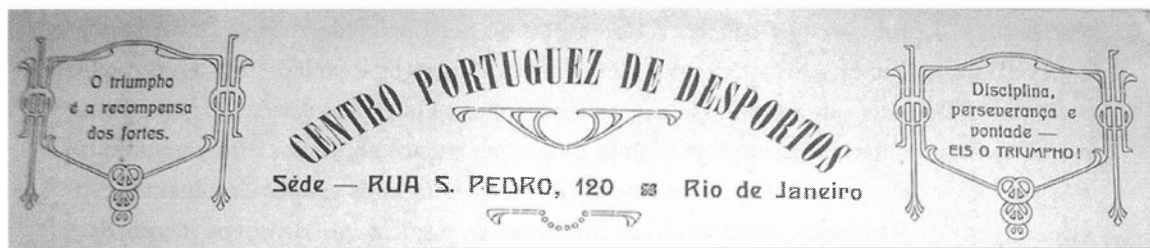


Figura 04 – Papel timbrado de requerimento do Centro Português de Desportos (*Arquivo Nacional*, Secretaria de Polícia do Distrito Federal, IJ6 564).

Em dois casos, o Centro Português de Desportos, uma associação exclusivamente composta por portugueses, e o Clube Recreativo Lusitano, não caracterizado em termos de nacionalidade de seus membros, temos informações sobre a profissão dos integrantes de suas diretorias – seis eram negociantes, um era proprietário, um gerente, um repórter, um ourives, um alfaiate e oito eram empregados comerciais.

Tabela 02

Origem profissional dos membros das diretorias de sociedades recreativas portuguesas

Associação	pres.	vice	1º sec.	2º sec.	1º tes.	2º tes.	vogal	cons. fiscais
Centro Português de Desportos	negoc.	prop.	gerente	repórter	negoc.	negoc.	2 emp. com.	x
Clube Recreativo Lusitano	negoc.	alfaiate	emp. com.	emp. com.	ourives	emp. com.	x	2 negoc. 3 emp. com.

Conclusões

Os dados indicam um provável predomínio, entre os associados, de pessoas oriundas de setores médios da sociedade carioca, basicamente pequenos comerciantes e comerciários. Essas pessoas, em geral com certo grau de instrução, embora provavelmente também participassem de outras associações, sobretudo de cunho mutualista, a fim de garantirem assistência médica e auxílios pecuniários na velhice ou doença, sentiam a necessidade de lazer e passaram a organizar as entidades recreativas.

Caberia investigar o fato de não se vincularem às associações recreativas portuguesas com personalidade jurídica já existente, mas duas hipóteses podem ser levantadas: a primeira de que nas associações mais tradicionais o controle político por grupos de imigrante mais antigos impedisse a participação efetiva de membros mais recentes da colônia; a segunda, que os custos para se associar às entidades mais antigas fossem maiores do que nas entidades mais novas. Quanto à última hipótese, importa observar que, das sociedades sobre as quais temos informação a respeito da mensalidade, na Sociedade Grêmio Lusitano, no Centro Português de Desportos e no Recreio Dramático Juventude Portuguesa a cota era de 5\$000 réis e no Clube Recreativo Lusitano, de 3\$000 réis, valores reconhecidamente baixos.

A participação em sociedades recreativas atendia a várias necessidades dessas pessoas, desde o lazer até a possibilidade de distinção social. No primeiro caso, atendendo a uma população, cuja jornada de trabalho era, no geral, pesada, o lazer representava a condição de relaxamento para enfrentar o excessivo trabalho cotidiano e também o momento do encontro com os outros, fundamental para a circulação de notícias sobre a pátria distante e de informações sobre novas oportunidades de trabalho. A realização de passeios, festas, bailes, conferências, apresentações teatrais e musicais, e aulas de música ou esportivas, por serem atividades que permitiam a participação de todos os membros das famílias, criavam espaços de sociabilidade fundamentais para o encontro de jovens, permitindo o surgimento de namoros que desembocariam, mais tarde, em casamentos.

Outro aspecto interessante é como essas sociedades recreativas tornam-se mecanismos para distinção social, tanto no que se refere aos indivíduos quanto à comunidade portuguesa em geral. Nesse sentido, a cultura e o esporte vão gerar essas possibilidades de distinção, mas o mais importante desses meios será a própria existência da sociedade, por seu apolitismo, funcionamento cordato, culto aos bons valores e crença no associativismo como forma de promoção do grupo por meio do esforço de seus membros. Não é por acaso que um dos estereótipos mais comuns com relação ao imigrante português é o do trabalhador incansável, do homem de família, honesto e cordato.

NOTAS

* Universidade Federal Fluminense.

¹ FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional; Niterói, Muiraquitã, 2008.

² cf. FONSECA, Vitor Manoel Marques da. “Associativismo português no Rio de Janeiro, 1903-1909”. In: MARTINS, Ismênia de Lima; SOUSA, Fernando (Orgs.). *Portugueses no Brasil*. Niterói, Muiraquitã, 2006, pp.136-161; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. “Monumentos à imigração: as sedes das associações portuguesas no Rio de Janeiro, em inícios do séc. XX”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima & PEREIRA, Conceição Meireles (Orgs.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto, Afrontamento, 2007, pp.417-436; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. “Imigração, identidade e integração, 1903-1916”. In: MATOS, Maria Izilda; SOUSA, Fernando de & HECKER, Alexandre (Orgs.). *Deslocamentos e histórias: os portugueses*. Bauru, EDUSC, 2008, pp.357-370; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. “Associações portuguesas no Rio de Janeiro: aspectos sociais e financeiros em 1912”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia & MATOS, Izilda (Orgs.). *Nas duas margens: portugueses no Brasil*. Porto, Afrontamento, 2009, pp. 249-268.

³ Um estudo sobre a legislação referente a associações no séc. XIX e nas duas primeiras décadas do séc. XX pode ser encontrado em: FONSECA, Vitor Manoel Marques da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional; Niterói, Muiraquitã, 2008.

⁴ Hoje, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, tem a sua documentação mais antiga recolhida ao Arquivo Nacional.

⁵ Essa documentação foi recolhida ao Arquivo Nacional. Ainda sem organização, não se pode relativizar a importância desta amostra com relação aos anos do intervalo 1903-1916 que não tiveram nada encontrado, nem saber se os processos recenseados representam a totalidade dos instaurados naqueles anos.

⁶ O referente a uma irmandade católica parece ter ocorrido por pretender fazer uma festa da padroeira em logradouro público, além de procissão. Quanto aos referentes a sindicatos, são em número muito menor daqueles que existiam e que, ao invés de se matricularem na Polícia, o fizeram no Registro Especial de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.

⁷ Ao obterem personalidade jurídica, as agremiações recreativas escapavam, ou pretendiam escapar, do controle da Polícia, como fica evidente num dos documentos entregues pelo Clube Dançante Familiar Anjos da Meia-Noite (cf. Arquivo Nacional, 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, Sociedades Civis, reg. n.432).

⁸ Não se deve esquecer, entretanto, que existiam várias associações portuguesas de mesmo tipo que possuíam personalidade jurídica. São os casos, por exemplo, do Clube de regatas Vasco da Gama e da Real Sociedade Clube Ginástico Português.

⁹ O censo de 1906 indica a existência de 210.515 estrangeiros na cidade, 25,94% da população total de 811.443 indivíduos; em 1920, o Rio de Janeiro conta com 1.157.873 habitantes, dos quais 239.129 (20,65% do total) eram estrangeiros. cf.: BRASIL. *Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907; BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brazil: realizado em 1 de setembro de 1920: vol. II 1ª parte: população do Rio de Janeiro (Districto Federal)*, Rio de Janeiro, Typ. da Estatística, 1923.

¹⁰ O Clube Recreativo Lusitano, exemplo mais marcante, afirmava em seu estatuto que pretendia organizar, por todos os meios possíveis, a propaganda portuguesa, bem como deveria fazer-se representar como coletividade portuguesa em todo e qualquer ato em que houvesse oportunidade. cf. Arquivo Nacional, Secretaria de Polícia do Distrito Federal, Estatuto do Clube Recreativo Lusitano, IJ6 563.



DE ALÉM-MAR À TERRA DA GAROA: TRAVESSIAS PORTUGUESAS

YVONE DIAS AVELINO*

A presente comunicação estuda as atividades dos imigrantes portugueses em São Paulo, sobretudo aqueles que se tornaram panificadores e padeiros durante o pós-Segunda Guerra Mundial, nas décadas de 40 e 50.

Estudar e analisar o tema da e/imigração é, sem dúvida, privilegiar a questão do trabalho e da demografia, entre outras igualmente importantes. A partir do momento em que essas pessoas vivenciaram a experiência de deixar o seu país de origem para ingressar em outras terras desconhecidas, em caráter definitivo ou por longo tempo, sonhavam com uma vida melhor, que devia ser concretizada por meio do esforço pessoal e da dedicação ao trabalho.

Tema de suma importância para a historiografia brasileira, a e/imigração tem sido privilegiada pelos historiadores e cientistas sociais, pois uma das maiores características da formação da identidade brasileira está na mistura de raízes étnicas, que marcaram presença por meio de suas atividades culturais tradicionais e foram transplantadas para o Brasil, principalmente por meio da imigração de portugueses, italianos, alemães, espanhóis, japoneses, sírio-libaneses, russos, húngaros, poloneses, armênios, afro-descendentes e judeus que, conjuntamente com as etnias nativas, europeias e afro-descendentes, formaram o povo brasileiro.

A região sudeste, especificamente a cidade de São Paulo, conhecida como Cidade da Garoa, por suas constantes chuvinhas vindas da Serra do Mar, ao final das tardes, foi o principal destino para esses imigrantes. Não nos esqueçamos também de que nesse período outros sujeitos vindos do norte e nordeste brasileiro, junto desses personagens, coloriram o cenário, trazendo também uma riqueza de sons, cores e sabores, mas como os portugueses, aspiravam principalmente à necessidade de uma colocação no mercado de trabalho.¹

Em relação aos portugueses, foram várias as profissões exercidas, entre as quais, muitos dirigiram-se às atividades agrícolas, outros às atividades comerciais, outros à indústria. O Brasil era idealizado como um lugar de oportunidades de trabalho, liberdade, riqueza e prosperidade para seus descendentes. “Fazer a América” ainda continuava exercendo uma grande atração. A vida nas novas terras não foi fácil. Exigiu sacrifícios e coragem para transpor as dificuldades que se apresentavam, e eram inúmeras.²

Para apurar a veracidade dos dados referentes às profissões exercidas pelos portugueses nesse período, analisamos o arquivo do Memorial do Imigrante em São Paulo, e os cruzamos com leituras bibliográficas sobre a temática, além da utilização da Técnica de História Oral, que já há algum tempo vimos utilizando nesta pesquisa. Confrontados esses dados com várias leituras bibliográficas sobre o assunto, nos vimos diante de uma revelação riquíssima, que nos apontou uma variedade de profissões exercidas, como padeiros, panifi-

cadores, pedreiros, sapateiros, jornaleiros, feirantes, balconistas, técnicos de acabamentos em tecidos, comerciantes, pintores, operários, jardineiros, alfaiates, empregadas domésticas, hoteleiros, barbeiros entre outros, além de estudantes.³ Convém ressaltar que muitos deles tiveram a reclassificação profissional registrada no passaporte, pois vinham como agricultores.⁴

Outra questão importante é diferenciar a profissão de panificador e a de padeiro. A primeira refere-se ao comerciante, dono da padaria. A segunda refere-se ao empregado, trabalhador do estabelecimento. Esse fator nos chamou a atenção, pois a figura do português padeiro e/ou panificador povoa o imaginário popular paulistano até os dias atuais. Criou-se há muito o mito de que os donos de padarias em São Paulo são sempre portugueses. Hoje, já há uma variedade de nacionalidades nesse setor, inclusive com diversidades específicas. Mas o mito permanece.

Os estudos de Nilmara Perissini⁵, responsável pelo Memorial da Panificação de São Paulo, revelam dados interessantes, pois, segundo a autora, nos meados do século XX, a sociedade paulistana estava influenciada pela presença dos imigrantes italianos na fabricação do pão de trigo. Com esses imigrantes foram surgindo as padarias italianas, como a Padaria Santa Tereza, fundada em 1872, instalada na rua Santa Tereza, próxima à Praça da Sé, a Padaria Ayrosa, fundada em 1888, no Largo do Paissandu e a Padaria Popular, fundada em 1890, da família Di Cunto, na Rua Visconde de Parnaíba.

Havia também, já no começo do século XX, as confeitarias de luxo, que se localizavam no Largo do Rosário e na Rua XV de Novembro. Tem-se como exemplo desse período a Confeitaria Castelões, que ficava aberta até às 10 horas da noite. Outra confeitaria de destaque, com funcionamento adentrando a noite, foi a Padaria Fasoli, que apresentava orquestras no período noturno. Havia também a Padaria Nagel, a Padaria Brasserie e a Progredior. Todas localizadas no Centro de São Paulo, nas imediações da Rua XV de Novembro.

Mas “Nem tudo era italiano”, como analisa o historiador Carlos José Ferreira⁶. São Paulo, nas primeiras décadas do século XX, já demonstrava potencial para se tornar uma cidade cosmopolita e, por isso, cheia de contrastes, dificuldades, alegrias, sonhos e realizações. Além dos italianos, a cidade também contava com a presença de todos aqueles imigrantes já citados, como também com os portugueses, tema desta Comunicação. Todos objetivavam melhores condições de vida. Trabalhar era a meta primordial para ser considerado um cidadão de bem e não ser visto como um vadio pela legislação do código de postura.⁷

As atividades do ramo panaderil envolviam muitas questões a serem resolvidas e muitos problemas a serem enfrentados, desde a relação com a exportação do trigo, neste momento escasso, ao preço de venda do pão.

As padarias foram e ainda são um misto de comércio e indústria. Essa particularidade trouxe algumas questões que acompanharam a história da panificação. Durante as décadas de 10 e 20, devido à eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1919), houve a questão do abastecimento de trigo, importado dos Estados Unidos, que aumentaram o preço do pão, afetaram os lucros dos estabelecimentos devido ao período de carestia, além do

problema com os salários dos padeiros que exigiam aumento, pois as padarias ‘sofriam’ a concorrência de outros pontos comerciais, que vendiam o produto sem nenhuma higiene, como, por exemplo, os quiosques, locais que se assemelham nos dias de hoje aos comércio ambulante, ao ar livre.

Os quiosques vendiam pães ao meio de moscas, bebidas alcoólicas, café, leite, cigarros de palha, fumo de corda, biscoitos, balas, jornais, bilhetes de loteria, graxa, cordões de sapato, entre outras mercadorias, que prejudicavam a higiene, o aroma e o sabor do pão. Esse cenário levou um grupo de panificadores, liderados por Carlos C. Calia, Manuel R. Ladeira, Ernesto Cinquim, João Rodrigues Ladeira e Bigmardi Albano a fundar a União Cooperativa dos Proprietários de Padarias de São Paulo, em 11 de fevereiro de 1915, e mais tarde, no dia 06 de junho de 1935, o Sindicato de Panificação e Confeitaria de São Paulo. Essas fundações foram muito importantes, pois defendiam, sobretudo a segunda, a classe patronal dos panificadores, como também organizava as relações com os padeiros, operários que faziam a indústria de pães funcionar, ou seja, eram os que punham realmente a ‘mão na massa’.

Nesse período, os panificadores eram ou italianos, ou espanhóis, ou portugueses. Essa pequena diversidade de nacionalidades resultava também em certa diversificação na fabricação de pães. As padarias de famílias italianas ou espanholas faziam pães que pesavam de um a dois quilos. Eram conhecidos como “filões”, “roscas” ou “panholas”. Esses pães eram chamados de caseiros, feitos com fermentação natural, o que os tornava mais saborosos no dia seguinte. A maioria dos fregueses adquiria pão para dois ou três dias, permitindo que a padaria pudesse fechar um dia por semana, oferecendo descanso semanal aos empregados, uma polêmica discussão sobre os direitos trabalhistas da classe trabalhadora de padeiros e funcionários ligados às atividades panaderis.

O final da década de 20 e o início da década de 30 marcaram a presença das padarias chamadas “francesas”, que eram comandadas por portugueses. Essa denominação estava relacionada à fabricação de pães que utilizavam o fermento biológico. Este, derivado da cana de açúcar e do amido extraído da mandioca. Esse sistema de trabalho para a produção de pães permitiu que os padeiros fabricassem várias fornadas diárias, com pão quente a toda hora. A maneira “francesa” de trabalhar dos portugueses inovou a forma de administrar as padarias que, a partir de então, podiam revezar o funcionamento em turnos de trabalho e garantia o funcionamento do estabelecimento sete dias por semana, à disposição do freguês, 17 horas por dia, aproximadamente. O novo estilo de trabalho gerou uma disputa entre os grupos de panificadores. Inclusive há registros da reclamação de um panificador italiano:

[...] essa novidade, trouxe um grande impacto pra o consumidor que começou a ir a padaria diariamente, e às vezes, duas, três, vezes por dia para consumir pão quente: para nós é delicioso, mas não é saudável ao organismo. O pão para ser saudável tem que ser consumido fresco, ou seja depois de esfriar, quando fica mais crocante.⁸

Esses dados chamaram a atenção para a formulação da hipótese e problemática desta pesquisa. Teriam sido os finais dos anos 20 e início dos anos 30 a gênese do domínio português no ramo das padarias, o que consolidou o imaginário sobre a presença portuguesa no ramo da fabricação de pães? Uma observação se faz pertinente. O pão português, à moda francesa, continua presente nos hábitos alimentares dos brasileiros, denominado pão francês. É um pão constituído da mesma massa da baguete francesa. Seu tamanho é pequeno, mais fácil de ser levado à mesa e de ser consumido individualmente.

O que impulsionou a prosperidade portuguesa nesse ramo, diminuindo a concorrência já na década de 40, foram os problemas enfrentados pelos italianos, japoneses e alemães, durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Já no início da guerra, o Brasil passou a ser exigente com as relações políticas amistosas entre esses países envolvidos na guerra, no governo ditatorial de Getúlio Vargas, sob o regime do Estado Novo (1937-1945).

Italianos, alemães e japoneses passaram a ser os principais alvos de controle e normatização da Delegacia de Ordem Pública. Esses imigrantes foram rigorosamente vigiados e deviam ser obedientes às ordens legais dos departamentos do governo para que pudessem continuar a viver no Brasil.

Foram condizentes com a ideologia da época leis que normatizavam a imigração, impunham restrições e selecionavam as pessoas de acordo com a nacionalidade, profissão, condição de saúde e perfil ideológico.

Os portugueses viveram uma situação diferente, pois a legislação não foi severa com estes, que obtiveram privilégios, como de maiores cotas para entrada no Brasil, de acordo com o Conselho de Imigração e Colonização de 22 de abril de 1934, que declarou que os portugueses estavam isentos de qualquer restrição numérica quanto à sua entrada no território nacional⁹. Dessa forma, a presença portuguesa no ramo do comércio, em especial das padarias e confeitarias, são bons exemplos para o estudo da presença portuguesa na cidade de São Paulo.

Nas décadas de 40 e 50, a indústria de panificação estava em franco progresso e, aos poucos, as primeiras instalações e formas artesanais de se fazer a massa com as mãos foram substituídas por máquinas de fazer pão. Aliás, a maquinaria passou a simbolizar a modernidade/modernização, palavras tão recorrentes ao período e, mais do que isso, simbolizaram em especial a década de 50.

A higiene apareceu como a condição fundamental nos estabelecimentos, até mesmo porque a maquinaria e as instalações permitiram produzir além do pão, outros alimentos a base de farinha de trigo.

As panificadoras dos portugueses foram se tornando audaciosas, pois além do pão, fabricavam quitutes salgados e doces, como bolachas, doces portugueses, no caso, o pastel de Belém, o fio de ovos que decorava bolos, docinhos, entre outras guloseimas de fabricação própria. Passaram a aceitar também encomendas para festas, como casamentos, aniversários, batizados e outros eventos. Com o passar do tempo, também vendiam e/ou

fabricavam pães regionais e de outras nacionalidades, como o pão italiano, o pão sírio e o pão judeu. Muitas das padarias se transformaram em confeitarias sofisticadas, com variedades de pães, sorvetes, sobremesas e outros, em locais apropriados, onde se servia café e as pessoas passavam horas agradáveis. Os doces eram decorados com cremes, glacês, frutas e outros artifícios culinários, que davam uma aparência bela e apetitosa aos produtos.

Com tanta inovação, o dia de trabalho do panificador e de seus funcionários começava bem cedo, por volta das 3h30 e 4h00 horas da manhã. As atividades eram muitas, como receber o leiteiro, os padeiros e outros funcionários como o balconista, repor o troco necessário para as trocas comerciais com a freguesia, colocar pão nas vitrines e uma limpeza geral do estabelecimento, antes de abrir as portas. Assim, nas madrugadas da São Paulo boêmia dos anos 40 e 50, enquanto os funcionários dos bares e boates atendiam o último freguês e fechavam as portas, os nossos padeiros cruzavam com os boêmios, que voltavam para o aconchego de seus lençóis depois de compartilharem doses e doses de bebida alcoólica, muita música, amores e desamores, e um bom papo¹⁰.

Paradoxalmente, os panificadores e padeiros que caminhavam nessas madrugadas, ao contrário dos boêmios, dirigiam-se para a labuta, para literalmente colocarem a mão na massa, abrindo as portas para oferecer um dos mais antigos alimentos da história do homem, o pão, nessa efervescente cidade do trabalho.

NOTAS

* Pontifícia Universidade Católica - PUC/ SP.

¹ Apesar desta pesquisa abordar os imigrantes portugueses na cidade de São Paulo, não podemos deixar de ressaltar também a importância de outros grupos étnicos de presença anterior e/ou posterior ao processo migratório de meados do século XIX e XX.

² Segundo Hebert Klein, quase 2.000.000 de portugueses emigraram para o Brasil após a sua independência, em 1822. Entre 1822 e 1950, estima-se que mais de 1.200.000 portugueses chegaram ao Brasil. Sobre esse assunto ver: MARTINS, Ismênia de Lima. "Registros de Imigrantes: Estratégia de Pesquisa". In: SOUZA, Fernando et al

(Orgs.). *Deslocamentos e Histórias: Os Portugueses*, São Paulo, EDUSC, 2008.

³ Levantamento de dados estatísticos realizado pela Profa. Dra. Márcia Barros Valdívia (NEHSC - PUC-SP).

⁴ Conferir gráfico anexo ao final do texto.

⁵ PERISSINI, Cristina Nilmara. *Da União à Fundação. A História da Panificação de São Paulo*. São Paulo, Mundial, 2005.

⁶ FERREIRA, Carlos José. *Nem Tudo Era Italiano. São Paulo e Pobreza. (1890-1915)*. São Paulo, AnnaBlume, 1997.

⁷ ROLNIK, Raquel. *A Cidade e a Lei: Legislação, Política Urbana e Territórios na Cidade de São Paulo*. São Paulo, Stúdio Nobel, 2001.

⁸ Depoimento de Archangelo Tanzillo, In: Perissini, *op. cit.*, p. 57.

⁹ FREITAS, Sônia Maria. *Presença Portuguesa em São Paulo*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

¹⁰ VALDÍVIA, Márcia Barros. *A São Paulo Glamourosa: Encantos e Desencantos (1949-1959)*. São Paulo, PUC-SP, 2008.



Nome	Natural de	Estado Civil	Data de Nascimento	Profissão	Data de Chegada	Empresa	Salário	OBS
Antero Joaquim Teixeira da Silva	Pucariçá	Solteiro	26/9/1926	Agricultor	29/11/1949	Panificadora Alfama	CR\$ 1.000,00	Apresentou Atestado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria para reclassificar a profissão como panificador
Avelino Cardoso	Paraíso	Solteiro	20/7/1924	Lavrador	29/8/1950	Padaria e Confeitaria Santa Isabel	CR\$ 1.800,00	Apresentou Atestado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria para reclassificar a profissão como panificador
Adriano Rodrigues	Luzinde	Solteiro	8/5/1924	Padeiro	29/8/1950	Charlú Los Angeles	CR\$ 1.500,00	
Joaquim Cardoso	Proença Nova	Solteiro	17/6/1931	Agricultor	28/12/1949	Panificadora Lisboa	CR\$ 1.000,00	Apresentou Atestado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria para reclassificar a profissão como balconista
José Cândido de Madureira	Macedo de Cavalheiros	Casado	26/3/1916	Comerciário	25/5/1949	Manuel Augusto Sovima	CR\$ 1.500,00	Veio com a esposa, Maria José, 31 anos, e a filha, Maria Alice, 7 anos. Apresentou Atestado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria para reclassificar a profissão como balconista
Maria Jarçal Vasco	Xangai	Solteira	13/10/1908	Comerciante	6/12/1954	Padaria e Confeitaria Santa Isabel	CR\$ 1.000,00	Apresentou Atestado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria para reclassificar a profissão como balconista
Tomás Agria Rodrigues das Neves	Pombal	Solteiro	16/3/1927	Comerciário	29/3/1950	Panificadora Lisboa	CR\$ 1.500,00	Apresentou Atestado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria para reclassificar a profissão como panificador
Manuel Pereira Rodrigues	Viçosa	Solteiro	27/5/1935	Agricultor	18/9/1953	Panificadora Alfama	CR\$ 1.000,00	Apresentou Atestado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria para reclassificar a profissão como panificador
Alberto de Souza	Viana do Castelo	Casado	26/4/1917	Jornaleiro	16/8/1949	Panificadora Santa Clara	CR\$ 950,00	Apresentou Atestado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria para reclassificar a profissão como panificador
Antonio Augusto da Costa	Rebordelo	Solteiro	6/2/1925	Feirante	21/7/1950	Charlú Los Angeles	CR\$ 1.000,00	Apresentou Atestado do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria para reclassificar a profissão como balconista

LEGISLAÇÃO, DISCURSOS,
INQUÉRITOS, REGISTROS
E PROJETOS POLÍTICOS



Sem prejuizo dos seus deveres militares

MODELO N.º 3

SERVIÇO DA REPÚBLICA

Distrito de Recrutamento n.º 18

(a) *José Manuel Moreira Araújo*
Faço saber que (b) *Abílio Augusto da Silva Coelho*
filho de *José da Silva Coelho* e de *Anna*
da Conceição, nascido em 27 de Junho
de 1916 na freguesia de *Se*

concelho de *Alcobaça de Alcobaça* Distrito de Recrutamento
n.º 19 na situação de (c) *recruutado em 1916*

satisfaz a todas as condições para poder (d) *ausentar-se para o Brasil*
pelo que (e) *lhes são reconhecidos*

Depositou (f) *duas* anuidades da taxa militar na importância
de *200* \$. E para constar se lhe passa a presente autorização, que
vai assinada e selada com o selo a branco deste distrito, ficando este docu-
mento de nenhum efeito se o interessado dele se não utilizar no prazo de
trinta dias contados desta data.

Quartel em *Porto*, 16 de Setembro de 1916

(g)

Sinais particulares



N. B. — Deve ficar no processo do governo civil
respectivo, ou na capitania do porto onde se efectua
a matrícula segundo os casos.

- (a) Nome e posto da autoridade que assina a declaração.
(b) Nome do individuo a quem diz respeito a declaração.
(c) Isento definitivamente, baixa por incapacidade fisica, baixa por terminar o serviço das
reservas, baixa nos termos do decreto de 14 de Novembro de 1901, etc., etc.
(d) Ausentar-se para o estrangeiro, ou embarcar como tripulante de navios que se des-
tinam a portos estrangeiros.
(e) Poderá ser-lhe concedido o competente transporte, ou poderá efectuar a respectiva
matrícula.
(f) Não se preenche caso não preste caução.
(g) Assinatura e posto do chefe do distrito de recrutamento que passa a declaração e selo
em branco do mesmo distrito de recrutamento.

Sem prejuizo dos seus deveres militares

LO N.º 3



SERVIÇO DA REPÚBLICA

Distrito de Recrutamento n.º 18

o Sr. Manuelino Moura Major
ço saber que (b) Alfio Alves da Silva Alfio
Alfio da Silva e de Ana
Luizigão, nascido em 27 de Junho
de 1916 na freguesia de ...

do Alfio da Silva Distrito de Recrutamento

9 na situação de (c) recruzar em 1916
z a todas as condições para poder (d) recruzar para o Major
te (e) lhes são os encargos de Jantar e
depositou (f) ... anuidades da taxa militar na importância

... E para constar se lhe passa a presente autorização, que
sinada e selada com o selo a branco deste distrito, ficando este docu-
de nenhum efeito se o interessado dele se não utilizar no prazo de
dias contados desta data.

uartel em Porto, 16 de Setembro de 1916

... de ... de 1916

O PORTUGUÊS ANTÔNIO CANDEIAS DUARTE: DESCONHECIDO PROTAGONISTA DA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA

ALEXANDRE HECKER*

“A exigência de liberdade é uma exigência de poder”.

John Dewey

Pesquisas a propósito da relação entre os imigrantes portugueses e a ação repressora da polícia política do Estado de São Paulo, nas décadas de 1920, 1930 e 1940 permitem afirmar que nem todos os estrangeiros dessa nacionalidade causavam preocupações aos guardiões do *establishment*. Independentemente do governo de cada uma das etapas em que tal período se divide alguns estereótipos construídos para dirigir a repressão ao pensamento diverso estiveram sempre presentes. Dentre esses, o mito da conspiração comunista internacional teve papel preponderante. Com relação aos portugueses, o principal inimigo a ser abatido, eliminado, que povoava a imaginação dos órgãos repressores como um hipotético modelo de militante político, era:

o cidadão do sexo masculino, simpatizante ou militante do comunismo, maduro, casado, empregado não-proprietário, proveniente de todo o território português e morador na Capital de São Paulo. Este era o mal a ser eliminado, extirpado, os demais, os outros imigrantes, deveriam ser contidos à base do amedrontamento e da coibição a fim de não caírem na categoria anterior e colocarem em risco a passividade do trabalhador brasileiro.¹

A trajetória de vida e as ideias de Antônio Candeias Duarte cabiam quase perfeitamente neste modelo assustador para as elites políticas do Estado. Ainda mais porque, como ativista ou como pensador, ele se manteve nas posições mais destacadas das lutas democráticas de seu tempo. Não obstante, sua atuação tem permanecido envolta em quase absoluto silêncio da historiografia, quebrado apenas por referências ao livro *O que é o maxismo ou o bolchevismo*, escrito em parceria com Edgard Leuenroth.²

O português Antônio Candeias foi um expressivo líder da esquerda no Brasil. Nesse sentido, constituiu-se em precioso alvo para o aparato repressivo, visto que por meio de sua pessoa, agindo institucionalmente em nome do Estado, acabava por incutir em todos os cidadãos portugueses – como de resto ocorria também com outras nacionalidades aqui presentes – um sentimento de inquietação e de desassossego continuado, cujo objetivo era promover formas de autocontrole e autocensura favoráveis à produção da submissão do grupo todo à ordem estabelecida.

Antônio Candeias embora nunca tivesse ido além da pregação de ideias sociais que lhe pareciam politicamente justificáveis, embora não houvesse efetivado comporta-

mento violento ou discricionário contra o Estado, foi constantemente vigiado e reprimido. Por isso, esteve preso em diversas e significativas oportunidades, tais como: 1917, 1931, 1935, 1947.³ Com exceção de 1917, esses momentos de prisão corresponderam a conjunturas em que o Estado julgava necessário passar em revista as informações sobre militantes socialistas, visto que temia perder o controle sobre os acontecimentos.

Isto é, em boa parte destas ocasiões Candeias e outros pensadores “subversivos” não foram presos porque ofereciam perigo efetivo de liderança de sublevações, mas apenas porque se opunham, ou se opuseram intelectualmente, no passado, à política oficial.



Antônio Candeias Duarte⁴ nasceu em Coimbra, Portugal, em 1881, e com 10 anos, acompanhando os pais chegou a São Paulo. Em 1917, já naturalizado brasileiro, foi um dos líderes da grande greve que paralisou a cidade e assustou as elites econômicas com a possibilidade de se verem obrigadas a ceder direitos aos trabalhadores. Na ocasião, compôs o Comitê de Defesa Proletária, juntamente com Edgard Leuenroth, e teve atuação destacada, sendo redator do jornal que sustentou o movimento, *A Plebe*.

Em março de 1919, no Rio de Janeiro, participou da fundação de um Partido Comunista de feição anarquista, e veio a organizá-lo em junho, já em São Paulo, com o nome de Partido Comunista do Brasil. Nesse mesmo ano, como desdobramento destas ações, e de tentativas de reorganizar o seu contemporâneo pensamento político socialista,⁵ escreveu, mais uma vez ao lado de Leuenroth, um trabalho fundamental para o entendimento daquelas lides no Brasil, o livro acima citado. Em 1921, vamos encontrá-lo colaborando na *Revista Clarté*, juntamente com intelectuais como Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda e outros.

Durante os anos 1920 descreveu uma não incomum parábola ideológica transferindo-se, como tantos, para as fileiras do movimento comunista, que passou a apoiar por meio de seu trabalho de administrador de empresas gráficas. Logo após a Revolução de

1930, respirando o ar puro de liberdade que por pouco perduraria, produziu juntamente com Oswald de Andrade e Patrícia Galvão, a *Pagú*, o inspirador *O homem do povo*, para o qual também colaborou. Concomitantemente a esta efêmera experiência influenciada por motiões comunistas não ortodoxas, constituiu, como representante da política de divulgação do PCB em São Paulo, uma empresa editorial que chegou a publicar em terras paulistas o principal periódico da corrente, *A Classe Operária*. Por isto foi preso e teve a sua gráfica em parte destruída.

Embora o prontuário de Candeias, elaborado pela polícia política paulista, passe a registrar quase nada a partir do ano de 1931, encontram-se ali documentos comprobatórios de suas duas prisões nesse ano, depois em 1935, quando da organização da Aliança Nacional Libertadora, e, posteriormente, por ocasião da cassação do PCB, em 1947. Nesses dois últimos momentos, o exame da documentação disponível sugere que não havia motivos para tais reclusões, a não ser a “consulta” a um pretensso modelo de militante perigoso para o *establishment*.

Candeias teve nove filhos que sustentou com suas atividades de comerciante de materiais para impressão – tais como: importação de papel, de tintas, de metais, de máquinas – ou como industrial, dono de tipografia. Um seu polêmico conterrâneo, Edgar Rodrigues, já passados muitos anos daquelas lutas revolucionárias, procurando talvez apontar contradições no comportamento militante dele, observou que depois de uma época áurea o espírito revolucionário de Candeias arrefeceu, e isto lhe permitiu “ficar milionário” com a exploração de seus negócios.

No Comitê de Defesa Proletária

Em julho de 1917, a cidade de São Paulo conheceu um pujante movimento de paralisação do trabalho que se alastrou por todo o Estado de modo rápido e alarmante para as autoridades governamentais e para os proprietários das indústrias. O Secretário da Justiça do governo paulista, Elói Chaves, viu-se obrigado a negociar com representantes dos trabalhadores, entre os quais estavam diversos adeptos do anarquismo, tal como Antônio Candeias.⁶ Este, juntamente com Edgard Leuenroth, vinha de recentemente fundar a Federação Operária de São Paulo -F.O.S.P.

O Comitê, em seu trabalho de representação, apoiou-se numa verdadeira rede de delegados operários da cidade e constituiu um movimento articulado de lideranças. Em determinadas ocasiões, tal organização ganhou tanta força que se fez ouvir pelas autoridades e por comissões de industriais, em reuniões no próprio Palácio do Governo paulista. Entre as reivindicações dos trabalhadores, os poderosos senhores foram obrigados a tomar conhecimento de exigências, como: respeitar o direito de associação; não despedir trabalhadores como forma de vingança; elevar os salários em geral, como medida de justiça econômica, além de não mais contratarem menores de 14 anos, entre outras reivindicações. Exigia tam-

bém, o Comitê, que fossem tomadas providências com respeito ao fornecimento regular e abundante de gêneros alimentícios com objetivo de torná-los mais acessíveis à população.

Tais reivindicações comporiam de maneira obrigatória os escritos de Candeias, mesmo os elaborados em outros tempos e diversas conjunturas.

Os empresários, em acordo com as autoridades governamentais, aceitaram perante o Comitê o compromisso de aumentar em 20% os salários e de suspender as demissões. Por esses motivos os trabalhadores voltaram às fábricas e oficinas. Mas, poucos dias após o acordo que encerrava o movimento, ficaria claro que as palavras patronais empenhadas não seriam respeitadas e, pelo contrário, os líderes sofreriam sérias vinganças policiais por terem ousado representar a massa trabalhadora. Nessa avalanche repressora, Antônio Candeias foi gravemente implicado.



Em seu caso, era agravante ter escrito nas páginas de *A Plebe*, em 16 de Junho, um artigo no qual os órgãos repressores viram um incitamento a repetir em São Paulo, e no Brasil, as façanhas revolucionárias da Revolução Russa. De fato, no citado texto, Candeias, sob o pseudônimo de Hélio Negro, propunha entender que todos os males dos sistemas políticos vigentes advinham “do iníquo regime da propriedade privada”, o qual, na Rússia, fora substituído pela propriedade coletiva. Dizia mais, denunciava a miséria dos trabalhadores como razão da abastança dos privilegiados: o mundo, para ele, estava povoado por “nações compostas de gente pobre que, embora produza tudo, nada tem, e gente rica que, embora nada produza, tem tudo”. Tratava-se de um libelo anarquista que dividia a página com outro artigo, de outro então acrata convicto: Astrojildo Pereira, que de forma veemente procurava demonstrar a falência do Estado brasileiro.

Certamente por sua atuação na grande greve e pelas razões de defesa de semelhante ideário, Candeias, que residia nos fundos do terreno em que sua empresa tipográfica

estava instalada, à Rua da Mooca n. 296, teve sua casa assaltada pela polícia em plena madrugada do dia 13 de Setembro. Foi levado em roupas sumárias para diversos postos policiais, cumprindo um verdadeiro e longo périplo⁷ até ir parar na cidade de Santos de onde deveria ser metido em um navio e expulso, pois que era estrangeiro. Assim se constituía a estratégia despistadora de uma rudimentar instituição policial, componente intrínseca do então Estado autoritário brasileiro, dotado de um projeto ideológico estreito e tirânico ao qual o estrangeiro contestador se via submetido.

O episódio foi analisado pelo jornal *O Estado de São Paulo* em sua edição de terça-feira, 25 de Setembro de 1917, que não economizou críticas ao governo do Estado⁸, inclusive denunciando a maneira falaciosa com que o Delegado Geral havia dito desconhecer o paradeiro de Candeias e de outros estrangeiros também aprisionados. Diferentemente do que ocorreu com o líder português dos trabalhadores brasileiros, os demais estrangeiros envolvidos no caso foram sumária e ilegalmente expulsos do país.

O jornal, provavelmente por informação do próprio Candeias, recuperava trechos da conversa travada entre ele e o Delegado do posto policial de Santos, no qual este último dizia ao preso que conhecia o plano então tramado contra o Estado, mas o inquiria sobre pormenores, tais como: “quais eram os advogados, os jornalistas e os políticos que fomentavam greves em S. Paulo e planejavam, agora, um assalto ao Palácio dos Campos Elíseos e a deposição do governo”.

Conforme o artigo, nesse momento, o preso, surpreendido pelas elucubrações descabidas da autoridade, teria pedido “licença para rir-se um pouco”. Ao que o policial perguntara, impressionado talvez com as relações estabelecidas entre os fatos russos e as interpretações sobre a política nacional e, ao mesmo tempo, revelando a razão daquele “encontro”:

- E aquelas notas (nos jornais)? e aquelas notícias? e aqueles artigos?... Mas, a todas as perguntas deu o sr. Candeias uma resposta pronta, clara, precisa, até que a autoridade mudou de rumo, voltando a interrogá-lo sobre a tentativa de deposição do governo. Por fim, não tendo a mínima dúvida de que o sr. Antônio Candeias não era como supunha, um criminoso, a autoridade preferiu que ele falasse...

Tendo Candeias apresentado suas razões para a atuação política que desenvolvia, foi recolhido novamente à sela e mais tarde convocado a escrever uma carta, dirigida ao Secretário de Segurança, Elói Chaves, explicando-se. Uma longa missiva que, encaminhada àquela autoridade, teria provocado o seguinte comentário do delegado de Santos: “O dr. Elói Chaves recebera a sua carta, ficara tocado ao lê-la e queria conhecê-lo pessoalmente”. Assim, após dias encarcerado, Candeias foi encaminhado de volta a São Paulo diretamente à residência particular do Secretário, situada então na nobiliária Avenida Paulista, para uma conversa diretamente com o artífice da repressão ao movimento de trabalhadores paulistas. Dele, recebera moções de cooptação e ameaças bastante evidentes:

Era industrial, possuía várias propriedades, muito boas relações e, se o sr. Candeias precisasse, poder-lhe-ia arranjar uma boa colocação [...] Depois, naquela vida, o sr. Candeias não podia ter tranquilidade. A polícia é severa e precisa sê-lo, dispondo, para isso de tudo quanto precisa.

Segundo o jornal, Candeias “comovido pela maneira atenciosa” com que foi tratado, pediu licença para não aceitar a oferta – e, talvez, o jornal não diz, a ameaça – pois sempre fora “pobre, mas nunca viveu em má situação econômica. É comerciante, os seus negócios vão indo bem... Quanto às suas idéias, estivesse descansado; não faria propaganda delas... atendendo à necessidade de cercar a sua família de todo o amparo”.

Tais declarações obtidas em apreensivas circunstâncias de nada valeram para os anos seguintes da vida militante de Candeias, visto que pouco, após a sua libertação, vamos encontrá-lo engajado nas lutas por direitos que, no ano seguinte, teriam como palco a cidade do Rio de Janeiro.

Na fronteira entre o anarquismo e o comunismo

A documentação compulsada não dá conta, em pormenores, da participação de Candeias na fundação de um Partido Comunista de feição anarquista, juntamente com Edgard Leuenroth, Astrojildo Pereira e outros, em 1919, no Rio de Janeiro. José Oiticica esteve à cabeça de tal movimento que depois se estendeu também para São Paulo, com o nome de Partido Comunista do Brasil. Foram os dramáticos acontecimentos de 1918, no Rio de Janeiro, inspirados numa tentativa de reproduzir em terras nacionais aquilo que se imaginava ocorrer na Rússia, que deram oportunidade para a criação de tais partidos.

Assim, grupos anarquistas com apoio em extensos setores do operariado procuraram se organizar com a intenção de atingir a sede do governo brasileiro, então, localizado no Rio de Janeiro. Diversos movimentos grevistas foram encetados e como consequência autoridades e empresários acionaram os aparatos repressivos a fim de submeter os trabalhadores à força. O resultado destes embates foi a criação de um verdadeiro ambiente insurrecional que, se não atingiu seu objetivo específico de derrubada do poder constituído, provocou diversos distúrbios e mobilizou intelectuais e trabalhadores para a tentativa de construção de instituições capazes de organizarem movimentos populares politicamente eficientes. Os partidos indicados anteriormente resultaram desse projeto.

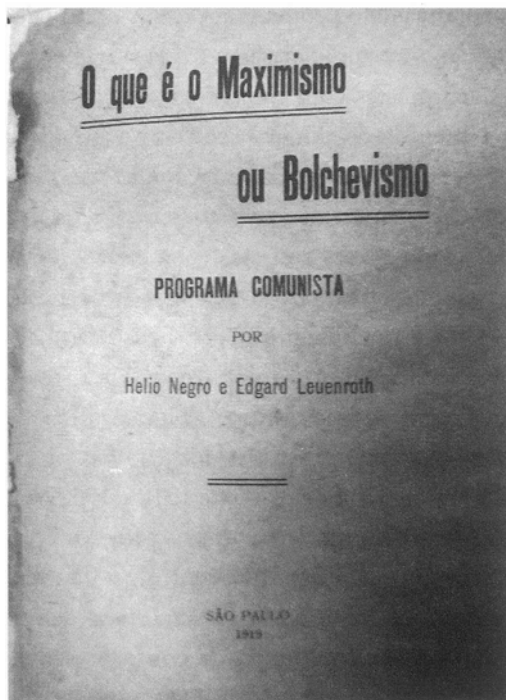
Entretanto, do ponto de vista da identificação das propostas a serem desdobradas, os movimentos de 1917, em São Paulo, e o de 1918 e 1919, no Rio, demonstraram que havia claramente a necessidade de tentar entender os projetos colocados à discussão pelos trabalhadores. Não por outra razão, Edgard Leuenroth e Candeias decidiram enfrentar a questão teórica e produzir um trabalho quase didático para definir as funções e objetivos do pensamento anarquista naquela conjuntura de confusos reflexos da Revolução Russa.

Estava em questão a definição de comunismo libertário. Nascia, assim, *O que é o maximismo ou bolchevismo*, uma brochura de poucas páginas, mas de importante significado.

Se considerarmos que a primeira publicação do *Manifesto Comunista de 1848*, no Brasil, ocorreu em 1924, podemos conjecturar sobre o significado do trabalho de Leuenroth e Candeias, que visava ordenar o conhecimento sobre as ações militantes dos trabalhadores e produzir ideias sobre a gestão da distribuição do poder na sociedade. Não são obras semelhantes, pelo contrário, mas comungam algumas das mesmas intenções estruturais: organizar os trabalhadores e incitá-los à luta. Isto significa dizer que o opúsculo brasileiro chegou antes à leitura da militância do que a obra basilar de Marx e Engels.

A variada terminologia adotada – maximismo, bolchevismo, comunismo, socialismo – em relação ao objetivo dos autores, que era apresentar com clareza uma reflexão “sobre as doutrinas socialistas libertárias”, permite entender os limites interpostos ao trabalho naquele momento em que se mirava para as ocorrências da Revolução Russa, e o que se viam eram nebulosas. Ou seja, referiam-se a doutrinas anarquistas e empregavam o termo “maximalista” que fora usado pelos partidos social-democratas, nascidos nos últimos anos do século XIX, e adversários do anarquismo, para designar as agremiações que pretendiam levar o programa socialista ao seu estágio máximo, o que no caso do Partido Operário Social-Democrata Russo – POSDR significava adotar o bolchevismo como desígnio.⁹

O trabalho¹⁰ estava dividido em duas partes que ocupavam aproximadamente o mesmo espaço: na primeira os autores procuravam definir “o que é o maximismo ou bolchevismo”; na segunda, faziam um “esboço de programa comunista”.



Prometendo esforçarem-se para “em futuro próximo, realizarmos, em outros trabalhos mais bem meditados esse nosso anseio”, os autores acabaram por desenhar todo um modelo de sociedade anárquica que, tendo as associações de trabalho como base, partiria da presença de grupos pequenos, nascidos voluntariamente e desfrutando de autonomia. Esses formariam uma rede em que grupos maiores acabariam por exercer algum poder organizativo sobre a base.

Essas associações gerariam os bens, deixando de existir a propriedade privada sobre os recursos sociais. Acima, um Conselho Geral dos Comissariados completaria a lógica federativa. Paralelamente, outro conjunto de órgãos, organizados pela lógica geográfica, representaria os interesses locais, distritais e regionais. Procurando planejar uma sociedade que substituísse a competição capitalista pela solidariedade dos membros individuais livres, propunham a existência – cujas funções não estavam claramente indicadas – de uma Associação Nacional, responsável pela gerência das leis e ordens.

Um verdadeiro futuro idílico era apontado pelos ideólogos anarquistas quando sugeriam que o processo industrial deveria tomar como objetivo o bem-estar de todos, indistintamente:

A produtividade do maquinismo mostra que o labor do homem não é, sob o ponto de vista técnico, a única condição de seu bem-estar material; que tal bem-estar é função de dois fatores: do trabalho do indivíduo e da produtividade do maquinismo em um dado momento de sua evolução. Por conseguinte, nas sociedades modernas, se a direção patronal a isso não se opusesse, o salário do operário, ou a sua parte na divisão, deveria ir aumentando mesmo quando a duração do seu trabalho fosse diminuindo.

Invocando a posição dos anarquistas como verdadeiros mártires daquele momento, os autores valiam-se da imagem popularmente favorável de Tiradentes para afirmar que se ele “hoje existisse, seria novamente enforcado como anarquista perigoso”.

Tratavam no pequeno livro das questões sobre a organização da indústria, da agricultura, dos transportes procurando apresentar as mudanças necessárias para a construção do “comunismo”. Mas a isso não se restringiam: há observações e análises a respeito de múltiplos aspectos da vida social, numa tentativa de abranger todo o espectro das atividades e interesses. As últimas páginas foram reservadas para um exaustivo estudo do trabalho: nos centros industriais, nas construções, nas zonas rurais, nos meios de comunicação e transporte, nas estradas de ferro, nos portos e no mar... Enfim, procurando entender o trabalho como elemento básico para provisão, consumo, distribuição de renda, habitação, instrução etc.

A redação deste trabalho mostrava um Candeias ainda fundamentalmente marcado pelas convicções anarquistas, as quais procurará criticar, ou mesmo renegar, em momentos posteriores. Mas, na verdade, a cisão entre anarquistas e comunistas ocorreria apenas em 1921, mas já encontraria em Candeias um fervoroso adepto destes últimos, enquanto o seu companheiro de redação d’ *O que é o maximismo ou bolchevismo*, Leuenroth, permaneceria nas hostes libertárias.

O estágio atual da pesquisa não permite perseguir a trajetória de Candeias nos anos 1920, formando um verdadeiro hiato ou perda do nexos temporal sobre suas informações pessoais, justamente nesta dramática década. Foi apenas possível reencontrar a personagem em 1931.

Mas, sobre esse tempo carente de informações, tem-se o depoimento, ou melhor, a interpretação de sua carreira de militante elaborada por um investigador do Deops, que, sumariamente, e cometendo impropriedades cronológicas, decretou a total adesão dele às lutas sociais de seu tempo. O policial Antônio Ghioffi, em documento de 23 de maio de 1931, afirmava:

Até 1919, Antônio Candeias Duarte foi partidário do anarquismo. Depois se converteu ao marxismo, aderindo francamente ao Partido Comunista, mantendo uma atividade, em parte de expectativa, depois, por ocasião do triunfo da Revolução de Outubro, concorrendo com dinheiro e literatura saída de sua pena para a vitória de sua causa.¹¹

Na linha de frente do PCB em São Paulo

Com a instalação do novo governo brasileiro em novembro de 1930, a situação política institucional de São Paulo mudou significativamente. Getúlio Vargas nomeou o Ten. João Alberto, um tenentista de proa como interventor federal para o Estado. Sua gestão à frente do governo caracterizou-se por medidas polêmicas, como a autorização para o funcionamento do PCB, então Partido Comunista do Brasil. Ao mesmo tempo, o interventor promoveu ações no sentido de estabelecer compulsoriamente importantes medidas sociais. Tratava-se de um governo francamente desfavorável à elite paulista. Juntamente com outro tenentista, Gen. Miguel Costa,¹² o interventor organizou a Legião Revolucionária – LR, um partido político que procurava promover a mobilização da população, sobretudo de setores médios e do operariado, em apoio ao novo regime.

A instalação desse governo trouxe para São Paulo a oportunidade, embora efêmera, de conviver de forma menos repressiva com propostas políticas relativas ao comunismo. Assim, Astrojildo Pereira, voltando, em Janeiro de 1931, de longa viagem à URSS, como Secretário-geral do PCB que era, resolveu estabelecer um plano de propaganda no qual a cidade de São Paulo, aproveitando o ambiente favorável instalado pelo ascenso do tenentismo, se transformaria em um centro irradiador e de difusão da literatura do PCB.

A Antônio Candeias, velho conhecido de Astrojildo, coube efetivar tais planos, constituindo um empresa gráfica para produzir o material da campanha, composto por manifestos, livros e periódicos. Dessa forma foi concebida a Editorial Marenglen¹³ – o nome decorria da fusão dos nomes Marx, Engels e Lênin – que chegou a produzir diversos trabalhos. Entretanto, em maio do mesmo ano sucumbiu à pressão das forças conservadoras da elite paulista, e de sua imprensa, que instavam pelo encerramento daquela experiência.



No dia 21 daquele mês, a polícia política desfechou uma diligência à sede da Marenglen, situada então na Rua Antônia de Queirós n. 28, e apreendeu farto material impresso, tendo tratado clichês e outros elementos de impressão de tal forma a inutilizá-los. A imprensa conivente com a ação policial respirou aliviada, pois estavam sendo retirados de circulação:

livros subversivos que eram enviados para todos os Estados do Brasil. Pequenos livrinhos, impressos em papel ordinário, que aos milhares estavam sendo empacotados para serem enviados aos aderentes e simpatizantes do comunismo.¹⁴

Na ocasião, o jornal *A Tribuna do Povo*, do Rio de Janeiro¹⁵, observou que a presença de atividades como aquelas desenvolvidas pela Marenglen poderiam significar um grande perigo para a nacionalidade, “dadas as condições heterogêneas da nossa população operária, composta de gente inculta, de todas as procedências”.¹⁶ Na verdade, o que o periódico externava não era senão um lugar-comum do pensamento da elite do período, visto que via na ação “perniciosa dos comunistas”, junto ao operariado constituído por estrangeiros, um duplo perigo. Mais uma vez, o estereótipo que perseguia imigrantes se fazia dramaticamente presente na trajetória de Candeias.

No *Homem do Povo*, com Oswald e Pagú

Simultaneamente às tarefas relacionadas à Editorial Marenglen, Candeias experimentou uma aventura heterodoxa dentro do variado mundo do socialismo em São Paulo: associou-se à empreitada modernista de Oswald de Andrade e Patrícia Galvão no pasquim *O Homem*

do povo, uma obra pioneira na linguagem de aproximação com o público leitor paulistano. Os dois estavam então filiados ao Partido Comunista, mas não pautavam suas condutas pela rígida normativa militante que a agremiação impunha aos seus aderentes.

O jornal circulou entre março e abril de 1931, e Candeias foi o responsável não apenas pela produção, como também redigiu artigos básicos para a definição da proposta política do periódico. Nesse sentido, escreveu para o número de 27 de março de 1931, o artigo intitulado *Nosso Programa*, no qual explicava que, acima de todos os pertencimentos o objetivo do jornal “é esclarecer, sem filiação a qualquer partido”. Para os responsáveis pelo jornal, em nome de quem Candeias escrevia, o mundo estava num momento crucial de transformação e nada permaneceria sem alteração:

as velhas formas de produção e consumo estão ameaçadas em todo o mundo, assim como as velhas formas de autoridade... Quando as sociedades chegam a este estado de desorganização e decadência – o fim está próximo. Qual o remédio?... A produção de escravos, servos e proletários precisa completar sua evolução até a produção de associados... A produção deve ter por base as necessidades coletivas e não o lucro de alguns indivíduos ou classes.

Aproximando a argumentação ainda mais da situação política efetivamente experimentada no Estado, o que decerto significava produzir apreensão junto aos grupos poderosos, Candeias escreveria no n. seguinte do *O Homem do povo* sobre *S.Paulo, Metrópole do Brasil colônia*, denunciando as práticas econômicas “nefastas” dos plutocratas de S.Paulo – “que açambarcam a maior parte do dinheiro da nação” – e seus objetivos separatistas.¹⁷

De modo geral, percebe-se nestes artigos escritos para *O Homem do povo* um seu esforço redacional no sentido de aproveitar-se da companhia daqueles dois intelectuais pioneiros na produção de textos irreverentes e criativos, para também construir um texto cativante, dotado de graça e ironia, mas com o objetivo preciso e didático de colocar-se a serviço do esclarecimento da “exploração de classe”. A intenção que perpassava aquelas linhas é a da busca do engajamento eficiente, o que significava um proselitismo renovado para a literatura originária das fileiras do comunismo.

x x x

Antônio Candeias Duarte, como imigrante em terras paulistanas, foi alvo privilegiado da ação repressora da polícia política que coibia todo aquele que entendesse representar um papel importante na busca de melhores condições para os trabalhadores. A princípio e por princípio, o braço policial do Estado adotava comportamentos que se podem identificar a partir de algumas características básicas, tais como: xenofobia, truculência, garantia de “bons costumes políticos”, crédito a delações e simplificações ideológicas.

De tal modo, do ponto de vista do aparato policial, a trajetória de Candeias durante os primeiros anos do século XX, em São Paulo, poderia ser entendida como a de um estrangeiro mal-agradecido pelo acolhimento a ele dispensado no Brasil, um criador de caso, um subversivo, enfim. Entretanto, qual teria sido a opinião dos próprios supostos beneficiários da sua ação solidária e em que chave de entendimento poderiam enquadrá-lo?

Respondendo a um leitor preocupado em identificar-se precisamente quanto à corrente à qual estava filiado, justamente numa época de indefinições e fronteiras cediças entre os projetos ideológicos, o jornal *Spártacus* avançou uma interessante proposta de avaliação de comportamentos políticos. Dizia o periódico:

(Se tens dúvida sobre qual denominação adotar) chama-te então do que quiseres - bolchevista, sovieta, anarquista, sindicalista, rebelde, revoltado, maximalista - és um camarada, és um irmão.¹⁸

Assim, tomando por critério a intenção conciliadora e solidária daquela publicação, é possível afirmar que Candeias foi um irmão, um camarada português solidário com a luta dos trabalhadores brasileiros em busca de liberdade e justiça social.

NOTAS

*UNESP\ Universidade Mackenzie\ GP-CNPq.

¹ HECKER, Alexandre. “A repressão aos imigrantes portugueses em S. Paulo: os subversivos e os outros”. *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto, Afrontamento/CEPESE, 2009, v.1, p. 134.

² Há estudos sobre o livro que mal citam Candeias como autor, atribuindo-o tão somente a Leuenroth.

³ Conforme seu prontuário no DEOPS paulista, n. 61 (APESP); como indica a numeração, um dos primeiros militantes a serem regularmente vigiados pela instituição.

⁴ O prontuário de Candeias indica que ele se utilizou de diversos pseudônimos, e entre eles o mais comum foi Hélio Negro. Com esse nome, assinava preferencialmente os textos para periódicos. É importante ressaltar que seu so-

brenome paterno era Candeias, uma vez que a praxe em Portugal era a utilização do nome da mãe em último lugar.

⁵ Entendendo-se aqui pela expressão “socialista” toda e qualquer proposta - entre as várias que se apresentaram historicamente - contrária ao capitalismo *stricto sensu*.

⁶ O líder proeminente do Comitê era Edgard Leuenroth, mas outros importantes militantes compunham o Comitê, tal como o próprio Candeias, Teodoro Monicelli, Gigi Damiani, Francisco Cianci; sobre o tema, ver: LOPREATO, C.R. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000.

⁷ Primeiramente levaram-no, e aos companheiros igualmente presos, aos postos do Braz e depois de Vila Mariana. Neste foi metido numa solitária e submetido a maus tratos, depois retirado e levado ao posto policial de Santos, em Vila Matias, onde já se encontravam companheiros como Florentino de Carvalho, português, e Antônio Nalepinski, russo, e outros cinco, todos espanhóis. Estes todos sumariamente levados ao navio Leão XII e expulsos.

⁸ “O caso Candeias: o critério e a seriedade com que a Polícia de S. Paulo se desempenha de suas delicadas funções”. p.05

⁹ Por oposição aos maximistas, no seio da II Internacional, e representando aquilo que veio a ser denominado “socialismo reformista”, estavam os minimalistas (mencheviques assumiam este papel na Rússia), adeptos da adoção de um programa mínimo socialista de governo (objetivos não revolucionários como os que o programa máximo propunha).

¹⁰ Publicado em 1919, em São Paulo, sem indicação de casa editora, mas provavelmente resultado das máquinas impressoras do próprio Candeias – já que o aspecto físico da primeira edição se assemelha muito às outras publicações nascidas de sua empresa mais ou menos na mesma época. Continha 128 páginas compostas com tipos amplos e claros, cujo objetivo certamente era facilitar a leitura mesmo de pessoas não afeitas ao papel impresso.

¹¹ Prontuário da Delegacia de Ordem Social, Antônio Candeias Duarte, n. 61. APESP.

¹² Miguel Costa foi nomeado comandante da Força Pública paulista e secretário de Segurança do Estado, constituindo-se em elemento fundamental do governo provisório na tentativa de mobilização de massas. Com a queda da interventoria de João Alberto, em julho de 1931, foi afastado da Secretaria de Segurança, mas permaneceu no comando da Força Pública. Em 1932, transformou a LR, em Partido Popular Paulista - PPP, mas logo depois foi afastado também do comando da Força Pública. Foi preso por ocasião da Revolução Constitucionalista, em julho, 1932.

¹³ A empresa, embora Candeias tivesse negado, perante o DEOPS, a sua participação societária no empreendimento – declarando que apenas funcionava como editor - contou ainda com outros sócios: João Freire de Oliveira, Florêncio Tejada e Sant’Anna Cabral. cf. prontuário de Candeias anteriormente citado.

¹⁴ cf. recorte, sem identificação do periódico, apenso ao prontuário Deops em nome da Editorial Marenghen, n. 831 - APESP

¹⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁷ 07.04.1931; em 10 de Agosto de 1932, em pleno decorrer da denominada Revolução Constitucionalista, uma missivista anônima, que se identificava como “uma brasileira pela Constituição, viva o Brasil!”, encaminhou ao “chefe de polícia de São Paulo” carta na qual delatava Candeias como comunista e “um indivíduo muito perigoso... que deve ser preso enquanto a Revolução durar”. Havia razões para que os adeptos do extremado patriotismo paulista o abominassem. Prontuário de Candeias, n° 61.- APESP.

¹⁸ Rio de Janeiro, 29.09.1919.

O PRIMEIRO INQUÉRITO PORTUGUÊS À EMIGRAÇÃO (1843)

FERNANDO DE SOUSA*

Introdução

Em 1873, foi publicado o *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, o qual tem sido considerado como o primeiro conjunto dos actos e diligências que o Parlamento português desenvolveu com o objectivo de apurar tal realidade, uma vez que no Reino se terá levantado um “clamor uniforme contra a emigração”.

Contudo, este não foi, na verdade, o primeiro inquérito sobre a expatriação dos portugueses no século XIX, por iniciativa do Parlamento português. Com efeito, por portaria de 7 de Julho de 1843, na sequência do requerimento do visconde de Sá da Bandeira, aprovado na Câmara dos Pares em 28 de Junho do mesmo ano, o Governo levou a efeito o Primeiro Inquérito Nacional à Emigração, solicitando aos governadores civis do Reino e Ilhas Adjacentes:

- quais as causas explicativas da emigração em cada distrito;
- quais as causas que impediam o aproveitamento dos baldios;
- que medidas legislativas eram necessárias para se aproveitarem agricolamente esses terrenos;
- qual o modo mais adequado para substituir a mão-de-obra estrangeira utilizada nos trabalhos agrícolas por mão-de-obra portuguesa.

Todas as Juntas Gerais de Distrito se reuniram extraordinariamente e enviaram as consultas solicitadas, embora não tivéssemos ainda encontrado as respostas a este inquérito por parte das Juntas Gerais dos distritos de Coimbra, Faro e Lisboa, no Arquivo da Assembleia da República, onde se encontram as fontes manuscritas relativas aos restantes 17 distritos de Portugal, incluindo os três distritos dos Açores (Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada) e o do Funchal, do arquipélago da Madeira.

As consultas enviadas ao Governo datam de 1843, com excepção das relativas aos distritos do Funchal e da Horta, apenas produzidas em 1844 (Mapa n.º 1).

Vejam, assim, de modo sintético, as posições assumidas pelas Juntas Gerais distritais quanto à emigração, através das respostas que enviaram ao Governo e completadas pelas consultas mandadas imprimir pelo Governo, destes mesmos órgãos distritais, relativas aos anos de 1842-1848, que nos dão, também, algumas informações relativas à emigração portuguesa, para o período considerado.



Mapa 01 – Primeiro Inquérito à Emigração Portuguesa (1843).

O inquérito à emigração de 1843

Distrito de Aveiro – Para esse Distrito, apenas dispusemos da consulta da sua Junta Geral, em 1843, impressa, e que sintetiza a consulta que, no mesmo ano, tinha sido enviada ao Governo, a propósito do requerimento de Sá da Bandeira. Segundo esse órgão, a principal causa da emigração no Distrito tinha a ver com a falta de “estabelecimentos que dêem empregos”, o que levava à saída para o estrangeiro “e mormente para o Brasil de alguns indivíduos”, que não podendo “aqui achar fortuna, se vão em sua demanda para aquele Império”, devido a “antigos hábitos” e às relações que tinham com parentes e amigos que aí se encontravam estabelecidos.

Distrito de Beja – Não existia emigração. Ocorria apenas a fuga de alguns jovens para Espanha, quando destinados “pela sorte” ao serviço militar, porque tinham “repugnância” pela vida militar.

Distrito de Braga – De acordo com a sua Junta Geral, a causa principal da emigração residia na sua “imensa população” e na “pouca extensão de seu terreno”, havendo

assim um “grande número de braços” que seriam ociosos se não fosse a emigração para o Império do Brasil, para onde partia a maior parte dos mancebos que emigravam, seduzidos pela esperança de constituírem fortuna.

Resultaria um “incalculável dano” à província do Minho se pôrventura se quisesse impedir esta emigração para o Brasil.

Distrito de Bragança – O Distrito, segundo a Junta Geral, era “pouco sensível à emigração”, não se podendo assim indicar as causas de um fenómeno que não existia.

Distrito de Castelo Branco – Aqui, assevera o órgão distrital, “não há nem tem havido emigração”.

Distrito de Évora – Segundo a Junta Geral do Distrito, “o mal da emigração não é conhecido no Distrito”. Apenas se detectavam algumas saídas de portugueses para Espanha, por duas razões:

fuga de criminosos;

fuga ao “horror” do serviço militar, apesar da existência de uma convenção entre Portugal e Espanha nesse sentido obrigar a repatriar os foragidos em tais condições.

Distrito da Guarda – A Junta Geral, “meditando com a seriedade que lhe cumpre”, considerou que não havia emigração nesse Distrito.

Distrito de Leiria – Não havia emigração nesse Distrito, garante a sua Junta Geral.

Distrito de Portalegre – A emigração “não tem lugar” no Distrito; pelo contrário, o preço excessivo dos jornais incentiva muitos trabalhadores a virem estabelecer-se nele.

Distrito do Porto – Para responder à questão suscitada, a Junta Geral considera que necessitava de muitos “esclarecimentos”, os quais, devido ao atraso em que a estatística se achava, não podia obter. Nessa falta, a Junta valeu-se do mapa dos indivíduos que pediram passaporte para o Brasil em 1842-1843. Tal quadro – adverte a Junta – era, porém, inexacto, porque muitos dos que partiam “vão com intenções de logo voltar, mas principalmente porque é imenso o número dos que embarcam sem passaporte”. A causa principal da emigração consistia no excesso de população e no seu “desequilíbrio com os meios de existência e subsistência”.

Quanto ao mapa de 1842-1843, a Junta acrescenta que 609 pessoas que requereram passaporte não tinham profissão. A Junta presume que a maior parte dessas pessoas pertenciam às classes sociais “que proviam os conventos e as igrejas”. Eram os filhos segundos das classes “remediadas”, que devido ao sistema de enfiteuse não tinham “partilha no património paterno”, sendo, deste modo, obrigados a emigrar.

Entendia, ainda, que esta emigração era de “grande utilidade para o Distrito”, não só porque “não é felicidade para um país ter uma população miserável”, mas também porque “muitos desses emigrantes juntam cabedais que depois vêm entre nós alimentar

todas as indústrias”. E acrescenta que o visconde Sá da Bandeira tinha alguns desses “brasileiros” ricos a seu lado, na Câmara dos Pares.

Distrito de Santarém – Não há causas que promovam a emigração dos seus habitantes, diz a Junta Geral.

Distrito de Viana do Castelo – O órgão distrital considera haver uma emigração que “constantemente” vai para o Brasil, devido às grandes fortunas com que muitos regressavam a Portugal, mas também porque muitos outros são “atraídos por parentes e patrícios” que lá se encontravam estabelecidos. Existia ainda uma outra emigração para os distritos do Reino e para Espanha, migrações temporárias, sazonais, uma vez que regressavam, de novo, todos os anos, à sua terra.

Não era possível substituir os galegos por portugueses, uma vez que os primeiros auferiam menores salários e sujeitavam-se a “serviços vis” e ao trabalho rural que os portugueses não queriam.

Distrito de Vila Real – A Junta Geral lisonjeia-se com o facto de ser quase nula no Distrito a emigração para o estrangeiro, fazendo excepção a esta regra alguns indivíduos que vão para o Brasil. A explicação deste facto tinha várias causas:

o nome de “brasileiro ainda hoje está cercado de um prestígio imenso que seduz os mancebos na idade das concepções maravilhosas, com esperançosos cálculos de riqueza extraordinária”;

as promessas e solicitações de parentes estabelecidos no Império do Brasil; “a falta de arrumo para a mocidade e de recursos em geral”;

as privações que têm resultado das “comoções políticas, reduzindo muitos à desconsideração, desprezo e miséria”;

o medo ao recrutamento.

Acrescentava, ainda, não haver “comissões” que promovessem a emigração para o Brasil. E que no Douro, o granjeio das vinhas exigia “milhares de braços estrangeiros”.

Distrito de Viseu – As duas principais causas da emigração eram as seguintes:

a mais geral, dizia respeito à “pouca fortuna, o mal-estar do cidadão português no seu próprio solo”;

a segunda, era o propósito de se alcançar no estrangeiro fortuna semelhante à que têm obtido os emigrantes que regressam a Portugal, “um estímulo continuado, um incentivo permanente de emigração”.

Que o “cidadão português não está bem no seu próprio solo é evidente: não há segurança das pessoas; respeito pela propriedade; paz; tranquilidade e moralidade pública; vida social; garantias da felicidade humana”.

“Se o proprietário não foge deste país de revoluções e de desordem, de corrupção e de imoralidade, de que as guerras civis e as desordens das finanças são causa”, era porque continuava “preso à terra com os laços da propriedade”.

Assim – continua a consulta –, não são os proprietários que emigram, sim os que

pertencem “às classes menos abastadas”. Não era possível dar “aos filhos segundos os destinos que lhes eram próprios”. Os que emigravam eram os trabalhadores “que não acham aqui quem os entretenha, alimente e enriqueça”.

A melhor maneira de “evitar a emigração seria tornar o cidadão proprietário”. Mas a emigração no Distrito de Viseu, garante a Junta Geral, “não era muito copiosa”.

Distrito de Angra do Heroísmo (Açores) – A emigração para o Brasil praticava-se “desde tempos remotos”. As principais causas eram as seguintes:

“o génio vivo, empreendedor”, “volante dos povos que habitavam nas praias do mar” e o “instinto natural” de conhecerem novas terras, aliado a outro “igualmente natural, de melhorar a sorte”;

a existência de muitos parentes, amigos e conhecidos no Brasil, com “boa fortuna”, que convidavam os açorianos a partir, oferecendo-lhes ajuda e protecção num país povoado em grande parte por açorianos, onde se falava a mesma língua, onde havia a mesma religião, e onde as leis, usos e costumes eram praticamente os mesmos;

a certeza de que, permanecendo nos Açores, continuavam a ter um “mesquinho jornal que mal pode dar para o seu sustento”;

os frequentes recrutamentos, sobretudo depois de o Distrito ter dado mais de 2000 recrutas para o exército liberal do ex-imperador Pedro I; os que não fugiam ao recrutamento “recorrem a um intempestivo casamento”, abandonando, em seguida, as mulheres e emigrando para o Brasil;

a pobreza em que se achavam as famílias, “ainda que raras”, uma vez que a maior parte dos que emigravam eram “mancebos bem educados”, rapazes do campo e algumas pessoas de maior idade;

a consulta da Junta Geral de Angra do Heroísmo, de 1839, considerava também que, se uma lei especial abolisse os vínculos dos morgados e capelas, evitar-se-ia que os filhos dos lavradores emigrassem.

Sublinhe-se que, segundo a Junta Geral, na consulta de 1843, a maior parte dos que emigravam acabavam por regressar aos Açores, sendo muito poucos os que partiam com a intenção de não mais voltarem.

Este mesmo órgão distrital, em 1845, defendia, quanto à emigração, que “tudo quanto sair fora das medidas policiais para o cómodo, seguro e fácil transporte dos açorianos para o Brasil é contrário à liberdade individual do cidadão português, garantida pela Lei Fundamental do Reino”. Apenas lamentava “que tantos patrícios seus abandonassem a terra de seu nascimento para irem servir em terras estranhas”.

Distrito da Horta (Açores) – A mais poderosa de todas as causas da emigração era “a falta de meios” dos indivíduos sem património, que recebiam pequenos salários ou nem sequer tinham ocupação, situação frequentes vezes “agravada com a última penúria de fome”. “Não basta dizer-

se que o povo tem que comer”, já que, algumas vezes, “não tem mais que uma batata”, que chega a ser substituída “pela nociva soca de jarro que a terra produz espontaneamente”.

Influenciava ainda a emigração o exemplo dos que partiam e regressavam, sempre fazendo inveja aos seus patrícios.

Contudo, esta emigração era uma “desgraça”, “pela ignomínia a que se expõem os indivíduos portugueses”, entregues à discricionariedade de quem os remia do preço do frete de transporte, sendo necessário que os cônsules e agentes portugueses nos portos brasileiros prestassem alguma atenção e protecção aos nossos emigrantes, sobretudo às mulheres, muitas vezes “arrancadas das famílias a que respeitam por intentos desonestos e ainda mais aviltadores do que os do sexo masculino, que a par do boçal africano vão cavar na roça do Brasil para alcançarem algum resíduo de seu jornal, o que nunca podem conseguir no seu país”.

Outra “causa secundária” da emigração residia na “especulação de transportes” em que se empregavam numerosos “solicitadores”, sobretudo a partir do momento em que os “excessivos direitos sobre o nosso vinho e aguardente”, que enchiam os porões dos navios com remessas e retornos, dissuadiram a exportação dos mesmos, fazendo com que desaparecessem os “bons fretes, o que levou, na falta daqueles produtos para tal fim, ao aliciamento de emigrantes”.

Causa não menos poderosa da emigração era o recrutamento militar, com os quais sempre coincidiam “tais especulações, sinistras e aterradoras”: quatro navios regressados deste tráfico, “do mesmo pé e lotação dos que faziam a escravatura em África”, encontravam-se então (Junho de 1844), no porto da Horta, “à carga de gente”, no preciso momento em que se procedia a um recrutamento militar para o Reino, “teatro das guerras civis” e de má memória nos Açores, pelo fracasso da colonização do Alentejo em finais de Setecentos por açorianos, “aonde, segundo a tradição, tudo lhes faltou e cuja desfortuna anda em provérbio de desastre entre este povo e transmitida de pais e avós a filhos e netos, de maneira que não se observa que alguém do povo se lembre de ir daqui para Portugal procurar fortuna”.

A abolição da legislação reguladora do abastecimento do pão, até 1832-1834, prerrogativa das câmaras municipais e autoridades locais, colocara as subsistências nas mãos de “negociantes monopolistas”, que estabeleciam os preços a seu bel-prazer, levando à sua “falta extrema” nos mercados açorianos. De tal forma que “o jornaleiro pobre, deserdado, amaldiçoa com voz alta e colérica a terra em que são embarçados de partirem para onde querem, e em que, por atenções comerciais, lhes é arrebatado o pão que regaram com o suor do seu rosto”.

Face a tudo isto, a emigração que estava em curso, em vez de preocupar a Junta Geral, era motivo de regozijo, “por não ver meio de vida, nem lícito entretenimento aos indivíduos” que aqueles quatro navios iam transportar, pois que o excesso de população era “a maior de todas as calamidades”, como bem sabiam a Inglaterra e a Irlanda, “de cuja população todos os anos nos passa uma boa parte por diante dos olhos para a América do Norte”.

Noutra consulta da mesma Junta Geral do Distrito da Horta, em 1843, considerava-se que “o pulso da vitalidade destas Ilhas” encontrava-se “agonizante” apresentando dois sintomas igualmente preocupantes, “a emigração das moedas e dos povos”.

Das Ilhas – continua o mesmo documento – “fogem e desertam continuamente gentes de todas as classes, e toma-se a mais infeliz emigração como uma boa fortuna; e grita a voz pública de que as dificuldades que se lhe opõem são uma calamidade como as de mão bárbara, que obriga suportar a miséria com violenta e odiosa retenção”. A causa mais importante da “decadência” das Ilhas era a “agiotagem” desenvolvida desde há três décadas “pelo tráfico comercial dos judeus”, levando à miséria das populações, obrigadas a emigrar e a procurar “a par do boçal africano uma mísera fortuna nas roças do Brasil”.

Acrescia a tudo isto – esclarece a Junta Geral – o facto de a ilha do Faial, pertencente ao Distrito da Horta, encontrar-se afectada, para além da crise vinícola que se fazia sentir, por uma praga destruidora dos laranjais, o que levava à extinção, praticamente, da exportação da laranja, e à ruína da agricultura.

Numa posterior consulta, de 1846, este órgão do distrito da Horta continua a insistir na tese defendida em 1843, isto é, que “a ruína principal destas Ilhas” é “a saída de moeda que os hebreus arrebatam destas pobres terras” com o seu comércio, mas alerta também para os efeitos negativos dos recrutamentos, cujo “terror” era o que mais contribuía “para a deserção da Pátria; pois que com o anúncio dos recrutamentos se auxiliam as especulações de transportes para o Brasil”.

Distrito de Ponta Delgada (Açores) – A emigração da ilha de São Miguel, que se fazia de longa data, tornara-se “frequente e numerosa” – “escandalosa”, refere o director da alfândega de Ponta Delgada no mesmo ano de 1843 –, desde que aí aportaram várias embarcações com o único destino de promoverem a saída dos açorianos para o Império do Brasil. As associações brasileiras de colonização – pelo menos, desde 1835, como refere Guilherme Reis Leite –, animavam “este género de comércio” promovido por especuladores, que desinquietavam os povos “figurando-lhes grandes vantagens”. A Junta Geral do Distrito, já em 1837, chamava a atenção para a necessidade de se tomarem medidas para limitar a emigração, considerada um dos maiores males de que sofriam os Açores (Susana Serpa Silva).

As causas da emigração, segundo a consulta sobre a emigração, de 1843, eram as seguintes:

o recrutamento militar, pelo qual os jovens sentiam “repugnância”, e que aumentara consideravelmente desde 1831, distribuído, aliás, de modo desigual pelos distritos administrativos, uma vez que São Miguel, com pouco mais de 80 000 habitantes, fornecia 250 recrutas, ao passo que a ilha da Madeira, com mais de 100 000, apenas dava 160 recrutas; para o evitarem, os jovens fugiam ou casavam prematuramente sem os meios convenientes, levando-os a emigrar, sozinhos ou com a família;

a concentração da propriedade em poucas mãos, na ilha de São Miguel, na maior parte pertencente a vínculos ou capelas, de tal modo que a divisão da propriedade não estava em proporção com o número dos seus habitantes;

a fortuna adquirida por alguns no Brasil e o incentivo dos parentes e amigos que aí se encontravam;

os elevados montantes dos arrendamentos e aforamentos para habitações, junto das povoações, o que promovia a miséria e a pobreza, levando muitos a expatriarem-se na esperança de melhorarem a sua sorte; os escassos jornais pagos e o desemprego.

Distrito do Funchal (Madeira) – Nessa “província”, não havia equilíbrio entre a população e as subsistências, uma vez que o vinho, “produto quase exclusivo” (os madeirenses compravam tudo quanto comiam), nos anos anteriores a 1843, viu o seu preço baixar mais de 300%, vivendo assim a Madeira “tempos calamitosos”. Logo, a emigração crescera e em tais circunstâncias, qualquer lei que procurasse travar a emigração de quem fugia à fome seria, “além de injusta, por extremo inumana”.

Sublinhe-se que a Junta Geral, em consulta de 1839, tendo em atenção o “aumento prodigioso” que se verificou na população da Madeira nas primeiras décadas do século XIX, e “em vista do pouco que embeleza a seus naturais o espírito de emigração e aventura”, desenvolveu a seguinte reflexão: “que há-de ser de tanta gente? De que meios se não-de eles valer? Que recursos não-de criar para poderem subsistir, sem se devorarem uns aos outros, em tão apertado espaço?”

A resposta vai ser dada pelo mesmo órgão, em 1841, numa outra consulta, ao referir que a crise comercial que afectava, então, a exportação dos vinhos da Madeira levou os madeirenses a emigrarem aos milhares, para fugirem à miséria e à fome.



Mapa 02 – Primeiro Inquérito à Emigração Portuguesa (1843)

Conclusão

Esse inquérito, o primeiro a ser efectuado sobre a emigração portuguesa à escala nacional, até ao momento desconhecido ou desaproveitado pelos historiadores que investigaram a emigração portuguesa oitocentista para o Brasil, permite-nos chegar a algumas conclusões que fundamentam, aliás, o discurso político da emigração:

os portugueses, com excepção de alguns madeirenses e açorianos, emigravam massivamente para o Brasil, uma vez que só este país é referido;
 este fenómeno diz respeito, fundamentalmente, ao noroeste português e às Ilhas dos Açores e Madeira; a emigração nos distritos do interior e sul de Portugal era praticamente inexistente;
 a emigração clandestina era forte, não só nas Ilhas, mas também no Norte de Portugal;
 a saída dos portugueses devia-se à pobreza das classes populares, sobretudo nos Açores e Madeira; às guerras civis que se desenvolviam recorrentemente em Portugal; à fuga ao serviço militar; às relações sociais e económicas e de parentesco estabelecidas desde há muito tempo entre as populações das duas margens do Atlântico; ao exemplo dos “brasileiros ricos” que regressavam a Portugal; ao sistema da enfiteuse que impedia os “filhos segundos” da classe média (durante o Antigo Regime, até 1834, destinados à vida religiosa), de acederem ao património dos seus pais, principalmente nos distritos do Minho e Distrito de Viseu; aos vínculos de morgados e capelas – principalmente nos Açores e Madeira, onde a propriedade se encontrava muito concentrada –; ao papel activo dos empregadores ligados às associações brasileiras de colonização, na Madeira e Açores; à agiotagem desenvolvida por judeus e à redução da exportação da laranja, afectada por doenças, nos Açores; e à crise vinícola na Madeira;
 ninguém defende medidas repressivas da emigração, havendo, pelo contrário, unanimidade quanto à necessidade e utilidade da mesma; travar a emigração seria causar elevados prejuízos às regiões que a alimentavam, uma “calamidade”, uma injustiça, uma desumanidade – assim se declara, tanto no Minho como nas Ilhas atlânticas.

Perante tais conclusões, poderia ter sido outra a posição do Governo e do próprio Parlamento, de em 1843 ter deixado cair o projecto de lei da Câmara dos Pares, de repressão da emigração?

Só em 1855 é que irá surgir a primeira lei do regime constitucional português para travar a emigração clandestina.

NOTA

* Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.

O NOVO REGIME DE TEMPORALIDADE E A HISTÓRIA MIGRACIONAL

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA*

A expressão novo regime de temporalidade é uma paráfrase da expressão *mater* novo regime de historicidade urdida por François Hartog.¹ Fustigado pelo presentismo, isto é, a absorção crescente da temporalidade vivenciada pela humanidade neste momento, um presente onipresente, com vocação para o alargamento temporal na medida em que se expande em direção ao passado e rumo ao futuro, Hartog pensa em historicidades plurais. Nossa diferença em relação a essa concepção não é de natureza. É de ênfase. Ao estressar a temporalidade em lugar da historicidade, privilegiamos a essência da história, que é a pluralidade de manifestações do tempo, condição incoercível da matéria histórica e da própria história concebida como ciência.²

A formulação-chave nesse momento é a de dialógica da transtemporalidade. Um diálogo cerrado e cruzado entre as várias dimensões do tempo em seus múltiplos sentidos, concepção fundamental para que se possa atingir a densa complexidade do acontecer histórico em todas as suas manifestações, das ritmações diferenciadas da temporalidade típicas do mundo das finanças à nebulosa das temporalidades inclusas nas representações sociais; da temporalidade típica das fixações populacionais no espaço urbano à de sua mobilidade através do espaço e, de modo mais específico, à complexificação temporal entranhada nos movimentos migracionais através da história, no sentido de que a compreensibilidade histórica desses deslocamentos, assumidos como mola-mestra da história, não se faz sem a necessária dialógica do tempo, na qual presente, passado e futuro se interpenetram.³

Objetivamente, ao pensarmos a história das imigrações portuguesas rumo ao Brasil nos séculos XIX e XX, temos que atentar permanentemente para a relação intrínseca entre esse momento cronologicamente delimitado e as temporalidades anteriores e posteriores às quais estão inelutavelmente atrelados. Seja a especificidade dos movimentos migratórios encetados pelos portugueses nos séculos anteriores, especificamente a partir do século XV quando se inicia a grande diáspora transoceânica, procurando encontrar aí heranças e inovações que permitam demarcar os momentos de corte na continuidade histórica e o conseqüente estabelecimento de uma renovada cronologização; seja, sobretudo, com referência aos fluxos contemporâneos das migrações portuguesas, envolvendo emigrações e remigrações, idas e vindas, que possam caracterizar certa tipicidade do movimento atual, configuradora de sua efetiva identidade histórica.

Por certo, a inquietação que move os historiadores enfronhados na história das migrações portuguesas oitocentistas e novecentistas não é impulsionada pelo saber possível que tais esforços conduziriam no conhecimento das migrações passadas em si, se bem que isso possa ser parte da motivação. É em relação ao futuro da história imigracional portuguesa no mundo que se estabelece uma historicidade que tem valor histórico, induzindo-nos a

perscrutar sobre o passado imediato e remoto dessa trajetória excepcional, consciência que nos impele a incorporar a transtemporalidade como recurso metodológico indescartável de procedimento investigativo e que, por seu turno, nos levaria à necessidade de refletir sobre as territorialidades historiográficas no âmbito da cultura histórica e, por decorrência, sobre o novo regime de temporalidade lastreado em Santo Agostinho,⁴ Heidegger⁵ e Paul Ricoeur⁶ em que ser e tempo se entrelaçam; história e tempo se fundem.

A validade histórica da futurologia

Se o livre pensar é só pensar, o exercício de futurologia é mera especulação, sem qualquer embalsamento científico que o possa fundamentar. Porém, se o exercício de reflexão sobre as possibilidades inscritas em cenários futuros for lastreado em experiências concretas do passado e tendências vibrantes no presente, o pensar deixa de ser puro pensar para se converter em um vaticínio que, se não confirmar integralmente ou nem mesmo parcialmente, terá por certo influência sobre as decisões que os gestores públicos tomarão no presente e que, de alguma forma, terão impacto sobre o próprio presente e, por decorrência, sobre o futuro. Equivale dizer, o que pensarmos sobre o futuro o afeta, influencia o presente, além de reformatar as problemáticas que lançamos sobre o passado.

Não é preciso ser um Nostradamus para conjecturar sobre as linhas-mestras conducentes ao porvir, pois pensar o futuro é da própria natureza humana. Se, por exemplo, o descompasso entre ritmos e escalas produtivas e tecnológicas em relação aos níveis de crescimento demográfico em continentes extremos, como o africano, continuarem nos padrões com os quais tem se apresentado nos últimos séculos, o futuro é razoavelmente previsível.

Entre 1500 e 1870, a população africana passou de estimados 46 para 90 milhões de habitantes. Não chegou a dobrar em quase quatro séculos, apresentando taxas modestíssimas de crescimento em torno de 0,25% ao ano explicada, em larga medida, pelo esgotamento decorrente da imigração forçada que arrastava para o Novo Mundo uma parcela significativa da população em sua faixa etária mais reprodutiva. E isto em um momento em que a introdução de novos produtos alimentares oriundos da América estimulava a cadeia nutricional, funcionando como um amortecedor das tensões sociais, perfídias da história, pois os novos alimentos preservaram a reprodução da mão de obra e abasteceram o tráfico africano, mantendo em níveis rebaixados os índices de crescimento econômico, estimados em 0,15, entre 1500-1820; 0,75, entre 1820-1870; 1,32 entre, 1870-1913.

Mas a estabilidade populacional alcançada em três séculos de sangramento forçado da população africana inverteu-se no século 20. De 124 milhões de indivíduos em 1913, passou para 228 em 1950, 390 em 1973 e mais do que dobrou entre 1973 e 2003, quando atingiu a cifra de 853 milhões de pessoas, número que em 2009 beira a um bilhão de indivíduos, ou seja, o continente africano ingressou na faixa dos bilionários populacionais, sem o potencial de crescimento econômico de seus confrades, a Índia e a China.

Tabela 01

Taxa de crescimento do PIB mundial: 20 países e totais regionais,
1-2003 (taxa média anual de crescimento)

	1-1000	1000-1500	1500-1820	1820-70	1870-1913	1913-50	1950-73	1973-2003
Áustria	0,03	0,31	0,33	1,45	2,41	0,25	5,35	2,39
Bélgica	0,02	0,40	0,41	2,24	2,02	1,03	4,08	20,7
Dinamarca	0,07	0,23	0,38	1,91	2,66	2,55	3,81	1,94
Finlândia	0,07	0,43	0,60	1,58	2,74	2,69	4,94	2,44
França	0,02	0,28	0,37	1,43	1,63	1,15	5,05	2,20
Alemanha	0,02	0,35	0,37	2,00	2,81	0,30	5,68	1,72
Itália	-0,11	0,33	0,21	1,24	1,94	1,49	5,64	2,17
Países Baixos	0,04	0,35	0,56	1,70	2,16	2,43	4,74	2,31
Noruega	0,07	0,17	0,45	2,25	2,19	2,98	4,12	3,29
Suécia	0,07	0,17	0,66	1,62	2,17	2,74	3,73	1,90
Suíça	0,00	0,24	0,52	1,91	2,55	2,60	4,51	1,14
Reino Unido	0,09	0,25	0,80	2,05	1,90	1,19	2,93	2,15
Total de 12 países	-0,03	0,31	0,41	1,75	2,13	1,16	4,65	2,05
Portugal	0,03	0,17	0,51	0,66	1,34	2,35	5,73	2,79
Espanha	0,00	0,18	0,32	0,93	1,77	1,06	6,60	3,19
Outro	-0,09	0,05	0,38	1,62	2,29	2,45	5,56	3,47
Total Europa Ocidental	-0,03	0,28	0,40	1,68	2,11	1,19	4,79	2,19
Europa Oriental	0,03	0,19	0,41	1,41	2,33	0,86	4,86	1,19
Países da ex-URSS	0,06	0,22	0,47	1,61	2,40	2,15	4,84	0,09
Estados Unidos	0,06	0,09	0,86	4,20	3,94	2,84	3,93	2,94
Canadá, Austrália e Nova Zelândia	0,03	0,07	0,34	5,39	3,81	2,76	4,75	3,03
Total	0,05	0,08	0,78	4,31	3,92	2,83	4,03	2,95
México	0,07	0,11	0,14	0,44	3,38	2,62	6,38	3,30
Outros países da América Latina	0,07	0,08	0,28	1,52	3,56	3,57	5,17	2,59
Total América Latina	0,07	0,09	0,22	1,22	3,52	3,39	5,39	2,75
Japão	0,10	0,18	0,31	0,41	2,44	2,21	9,29	2,62
China	0,00	0,17	0,41	-0,37	0,56	-0,02	4,92	7,34
Índia	0,00	0,12	0,19	0,38	0,97	0,23	3,54	5,20
Outros países do Leste da Ásia	0,06	0,17	0,18	0,76	1,97	2,01	5,28	5,28
Oeste da Ásia	0,02	-0,03	0,12	0,78	1,38	2,64	7,39	3,35
Total da Ásia (excl. Japão)	0,01	0,13	0,29	0,04	0,98	0,82	5,13	5,71
África	0,05	0,07	0,15	0,75	1,32	2,57	4,43	2,97
Mundo	0,01	0,15	0,32	0,94	2,12	1,82	4,90	3,17

Fonte: MADDISON, Angus. "Contours of the World Economy, 1-2030 AD". *Essays in Macro-economic History*. Oxford, Oxford University Press, 2007, p. 380. Disponível em: <<http://www.ggdc.net/Maddison>>.

Tabela 02

População mundial: 20 países e totais regionais, 1-2003

	1	1000	1500	1600	1700	1820	1870	1913	1950	1973	2003
Áustria	500	700	2.000	2.500	2.500	3.369	4.520	6.767	6.935	7.586	8.163
Bélgica	300	400	1.400	1.600	2.000	3.434	5.096	7.666	8.639	9.738	10.331
Dinamarca	180	360	600	650	700	1.155	1.888	2.983	4.271	5.022	5.394
Finlândia	20	40	300	400	400	1.169	1.754	30.27	4.009	4.666	5.204
França	5.000	6.500	15.000	18.500	21.471	31.250	38.440	41.463	41.829	52.157	60.181
Alemanha	3.000	3.500	12.000	16.00	15.000	24.905	39.231	65.058	68.375	78.950	82.398
Itália	8.000	5.000	10.500	13.100	13.300	20.176	27.888	37.248	47.105	54.797	57.998
Países Baixos	200	300	950	1.500	1.900	2.333	3.610	6.164	10.114	13.438	16.223
Noruega	100	200	300	400	500	970	1.735	2.447	3.265	3.961	4.555
Suécia	200	400	550	760	1.260	2.585	4.169	5.621	7.014	8.137	8.970
Suíça	300	300	650	1.000	1.200	1.986	2.655	3.864	4.694	6.441	7.408
Reino Unido	800	2.000	3.942	6.170	8.565	21.239	31.400	45.649	50.127	56.210	60.095
Total de 12 países	18.600	19.700	48.192	62.580	68.796	114.571	162.386	227.957	256.377	301.103	326.920
Portugal	400	600	1.000	1.100	2.000	3.297	4.327	5.972	8.443	8.973	10.480
Espanha	3.750	4.000	6.800	8.240	8.770	12.203	16.201	20.263	28.063	34.837	40.217
Outro	2.300	1.260	1.340	1.858	1.894	2.969	4.590	6.783	12.058	13.909	16.987
Total Europa Ocidental	25.050	25.560	57.332	73.788	81.460	133.040	187.504	260.975	304.941	358.825	394.604
Europa Oriental	4.750	6.500	13.500	16.950	18.800	36.457	53.557	79.530	87.637	110.418	121.434
Países da ex-URSS	3.900	7.100	16.950	20.700	26.550	54.765	88.672	156.192	179.571	249.712	287.601
Estados Unidos	680	1.300	2.000	1.500	1.000	9.981	40.241	97.606	152.271	211.909	290.343
Canadá, Austrália e Nova Zelândia	440	570	800	800	750	1.250	5.847	13.795	24.186	38.932	55.890
Total	1.120	1.870	2.800	2.300	1.750	11.231	46.088	111.401	176.457	250.841	346.233
México	2.200	4.500	7.500	2.500	4.500	6.587	9.219	14.970	28.485	57.557	103.718
Outros países da América Latina	3.400	6.900	10.000	6.100	7.550	15.004	31.180	65.965	137.453	250.316	437.641
Total América Latina	5.600	11.400	17.500	8.600	12.050	21.591	40.399	80.935	165.938	307.873	541.359
Japão	3.000	7.500	15.400	18.500	27.000	31.000	34.437	51.672	83.805	108.707	127.214
China	59.600	59.000	103.000	160.000	138.000	381.000	358.000	437.140	546.815	881.940	1.288.400
Índia	75.000	75.000	110.000	135.000	165.000	209.000	253.000	303.700	359.000	580.000	1.049.700
Outros países do Leste da Ásia	11.400	21.100	37.600	43.600	50.700	64.228	89.506	145.893	333.310	565.057	1.018.844
Oeste da Ásia	19.400	20.00	17.800	21.400	20.800	25.147	30.290	38.956	59.847	112.918	249.809
Total da Ásia (excl. Japão)	165.400	175.100	268.400	360.000	374.500	679.375	730.796	925.689	1.298.972	2.139.915	3.606.753
África	17.000	32.300	46.610	55.320	61.080	74.236	90.466	124.697	228.181	390.202	853.422
Mundo	225.820	267.330	438.492	556.148	603.190	1.041.695	1.271.919	1.191.091	2.525.502	3.916.493	6.278.620

Fonte: MADDISON, Angus. "Contours of the World Economy, 1-2030 AD". *Essays in Macro-economic History*. Oxford, Oxford University Press, 2007, p. 376. Disponível em:<<http://www.ggd.net/Maddison>>.

Esse salto gigantesco em termos populacionais não foi acompanhado por equivalente avanço em termos econômicos. A taxa de crescimento, que entre 1870-1913 alcançara 1,32, passou a 2,57 entre 1913-1950 e 4,43 entre 1950-1973, reduzindo-se desde então para 2,97 nos 30 anos que vão de 1973 a 2003. Portanto, uma tendência nefasta que não nos autoriza sequer falar de subdesenvolvimento, pois está plenamente caracterizada uma regressão econômica, cenário perigoso, socialmente explosivo, combinando o pior dos mundos: altas taxas de crescimento populacional com involução econômica, que se traduzirão em tensões, conflitos, chacinas, guerras e, certamente, em uma pressão migracional irrefreável que a transformará numa das molas-mestras da história futura da primeira metade do século 21. É claro, sempre haverá lugar para o imprevisível. Epidemias avassaladoras, desastres climáticos, hecatombes tectônicas poderão transmutar a prefiguração que se visualiza.

Mas, como já o dissemos à sociedade, as prefigurações, mesmo que não se confirmem, agem sobre a história, impactam o presente e seu futuro imediato. Não há como fugir a um certo malthusianismo nos argumentos perfilhados, pois as teses de Malthus⁷ focavam a inadequação entre a limitação dos recursos naturais e a espiral demográfica, que o levava a prever catástrofes incontroláveis, somente contidas por seu próprio ciclo regenerador, uma vez que fomes, endemias, mortalidade, apontavam para a regeneração do equilíbrio homem/natureza. É óbvio que faltavam elementos imprevisíveis no esquema analítico de Malthus, tais como progresso técnico, inovação, formação de capital ou ganhos resultantes da especialização internacional da produção no mundo globalizado. De nenhuma forma os alimentos transgênicos poderiam fazer parte de suas fantasias mais extravagantes, mas eles podem, para o bem ou para o mal, produzir alterações significativas no cenário previsto.

Se o quadro por ele pensado não se confirmou na Inglaterra, pois na atualidade apenas 1,2% de sua população milita na agricultura e a expectativa de vida é de 78 anos, aplica-se perfeitamente à África, onde a miséria humana vaticinada para a Inglaterra vitoriana se instalou. Para que o equilíbrio social fosse atingido na Inglaterra, quantos milhões de ingleses, irlandeses, escoceses, tiveram que imigrar? As interpretações de Malthus nada tiveram a ver com esses deslocamentos populacionais massivos impulsionados pela forças de repulsão, da miserabilidade crescente, independentemente das forças de atração simbolizadas no sonho americano? Foi reduzida a importância de suas ideias sobre o controle da natalidade, o *birth control*, como forma de contenção do ritmo de crescimento demográfico e redução da indigência social? Apesar de formuladas a partir da experiência histórica da Inglaterra, em nada afetaram as políticas sociais nos países da Europa Ocidental, particularmente, Holanda, Alemanha e mesmo França? Sua defesa do celibato virtuoso, da restrição do casamento àqueles que pudessem prover o necessário sustento à sua prole, a busca da redução da fecundidade por meio do recurso da contracepção, da esterilização e, no limite, do aborto, tiveram consequências insignificantes sobre a moral, a ética e até mesmo às concepções e aos regramentos religiosos?

O mesmo pode-se dizer do contributo intelectual de Jevons.⁸ Suas reflexões sobre os limites da produção energética na Inglaterra o levaram a prever um horizonte trau-

mático para os britânicos na segunda metade do século XIX, exatamente quando o Império vivia seu apogeu, preconizando que a maior parcela das novas gerações teria que optar entre viver na pobreza ou deixar o país em massa, apontando como destinos prioritários a Austrália e os Estados Unidos. Suas concepções pessimistas não se cumpriram plenamente, mas têm tudo a ver não apenas com as políticas imigratórias para esses dois destinos eleitos pelos ingleses, mas também com a opção por uma política imperialista como forma de extravasamento do excedente de mão-de-obra, que aliviaria tensões sociais.

O futuro 2030 como imaginário do possível

Uma quarta guerra mundial ou a primeira guerra globalizada está absolutamente fora de cogitação? Não está. Uma pandemia devastadora nos termos do impacto populacional da peste negra está completamente eliminada dos prognósticos? Não está. Um desastre meio ambiental de vastas proporções é impossível? Não é. Um deslocamento súbito das placas tectônicas disparando *tsunamis*, terremotos, erupções vulcânicas não pode ocorrer? Pode. Um meteoro de vastas proporções pode se projetar sobre nosso planeta eliminando a vida da face da Terra? Sim, pode.

Equivale dizer que interferências supervenientes podem se imiscuir no cenário que doravante delineamos, pensando as tendências das trajetórias populacionais do mundo e seu corolário indescartável, as taxas de crescimento econômico, como elementos capazes de explicar os movimentos populacionais na primeira metade do século XXI.

Entre 1820 e 2003, a população mundial multiplicou-se por seis e a renda *per capita* cresceu dez vezes, revelando uma prosperidade crescente em termos gerais, apesar dos bolsões de miséria, como já foi apontado no caso africano, um exemplo constrangedor do crescimento desigual.

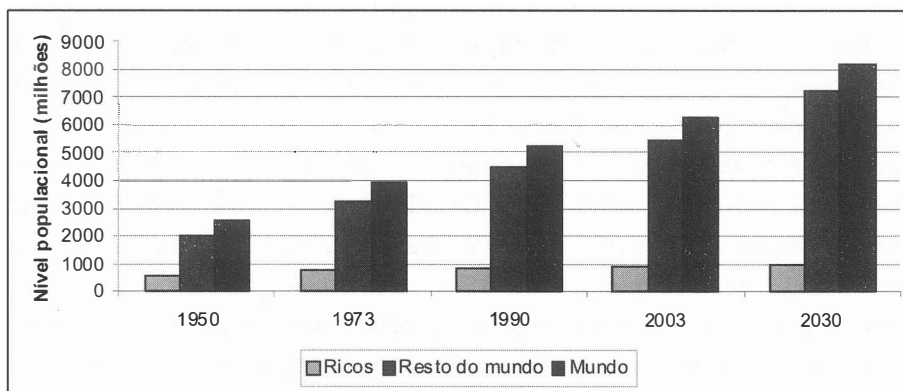
Projeta-se o crescimento da expectativa de vida em todas as regiões do planeta, apesar da queda da taxa de nascimentos. Para a região subsaariana da África, a taxa prevista do crescimento da expectativa de vida gira em torno de 20%, portanto, muito mais elevada do que nos países ricos ou em fase de crescimento, números esses que influenciarão decisivamente os índices imigratórios. Para os Estados Unidos, em 2003, imigraram 3,5 indivíduos para cada mil habitantes, prevendo-se uma redução da taxa para 3,4 em 2030. Índices mais elevados são esperados para Austrália, Canadá e Nova Zelândia. A Europa Ocidental, cujo referente imigracional foi de 1,9 em 2003, reduzirá para 1,7 em 2030. A América Latina passaria de 1,6 em 2003 para 0,6 em 2030. Cairia o *ratio* também na África, *vis-à-vis* o incremento populacional, reduzindo-se de 0,4, em 2003, para 0,3, em 2030. O mesmo vale para a China, que cairia de 0,4 para 0,2 entre 2003 e 2030, conforme Tabelas 3 e 4.

Tabela 03
População do mundo por regiões principais, 1950-2030

	Nível populacional (milhões)					Taxa média anual de mudança	
	1950	1973	1990	2003	2030	1990-2003	2003-2030
Oeste europeu	305	359	378	395	400	0,33	0,05
Estados Unidos	152	212	250	290	364	1,15	0,84
Canadá, Austrália e Nova Zelândia	24	39	48	56	67	1,15	0,70
Japão	84	109	124	127	116	0,23	-0,33
Ricos	565	718	800	868	947	0,63	0,32
Leste europeu	88	110	122	121	115	-0,02	-0,21
Rússia	102	133	148	145	126	-0,18	-0,49
Outros países da ex-URSS	78	117	141	143	161	0,13	0,43
América Latina e Caribe	166	308	442	541	702	1,58	0,97
China	547	882	1.135	1.288	1.458	0,98	0,46
Índia	359	580	839	1.050	1.421	1,74	1,13
Outros países asiáticos	393	678	1.007	1.269	1.795	1,79	1,29
África	228	390	625	853	1.449	2,43	1,98
Resto do mundo	1.960	3.198	4.458	5.411	7.227	1,50	1,08
Mundo	2.526	3.916	5.257	6.279	8.175	1,37	0,98

Fonte: o site de Maddison (www.ggdnc.net/Maddison) mostra detalhes dos componentes anuais dos 224 países de 1950 até a “média variante” da Divisão Populacional das Nações Unidas, *World Population Prospects, 2004 Revision*, New York, 2005.

Gráfico 01
População do mundo por regiões principais, 1950-2030



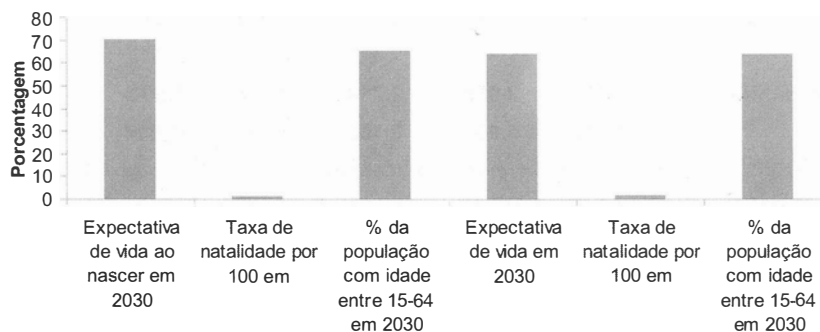
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Tabela 04
Projeções das taxas de crescimento demográfico

	Expectativa de vida ao nascer em 2030	Taxa de natalidade por 100 em 2030	% da população com idade entre 15-64 em 2030	Expectativa de vida em 2030	Taxa de natalidade por 100 em 2030	% da população com idade entre 15-64 em 2030
Oeste europeu	81,9	0,90	61,1	78,8	1,03	66,7
Estados Unidos	81,2	1,36	60,7	77,1	1,41	66,7
Japão	83,1	0,78	59,2	80,9	0,96	67,0
Leste europeu	78,9	0,82	64,4	73,7	1,01	69,1
Rússia	71,7	0,81	64,3	66,4	0,94	71,0
Países da ex-URSS	73,0	1,12	64,9	65,8	1,26	68,3
Estônia, Letônia e Lituânia	78,0	0,75	63,3	71,8	0,87	68,1
China	78,0	0,99	66,9	71,6	1,30	69,6
Índia	72,3	1,57	67,7	63,6	2,33	63,1
Total Ásia	73,9	1,42	66,8	66,5	1,95	65,3
América Latina e Caribe	77,4	1,41	66,7	71,9	2,04	63,9
Norte da África	77,4	1,48	68,1	71,1	2,25	62,8
África subsaariana	57,4	2,95	59,1	48,0	3,93	53,7
Total África	59,1	2,73	60,5	50,6	3,63	55,3
Mundo	70,2	1,36	65,0	64,0	2,05	64,3

Fonte: <www.census.gov/ipc>.

Gráfico 02
Projeções das taxas de crescimento demográfico



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

A capacidade de retenção populacional será uma das marcas distintivas da China no século XXI em função de seu acelerado desenvolvimento econômico. Apesar da enorme massa populacional, não se transformará em produtor de imigrantes, mesmo considerando-se a hipótese de desaceleração econômica nas próximas décadas, o que será inevitável em face da impossibilidade manter o rígido controle populacional e integrar a vasta massa rural nos padrões de riqueza *per capita* urbanos, prevendo-se que em 2030 alcançará o índice atingido pela Europa Ocidental em 1990.

Puxado pela China, pelo Japão e Tigres, a participação do bloco asiático ultrapassará em 50% o PIB mundial no ano de 2030, contra 33% da Europa Ocidental e dos Estados Unidos (e ramificações: Canadá, Austrália e Nova Zelândia).

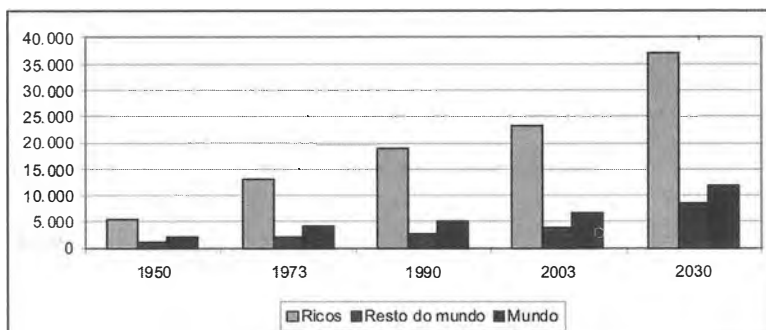
Tabela 05
PIB per capita nas principais regiões do mundo, 1950-2030

	Nível internacional em 1990 PPP* \$					Taxa média anual de mudança	
	1950	1973	1990	2003	2030	1990-2003	2003-30
Oeste europeu	4.578	11.417	15.965	19.912	31.389	1,71	1,7
Estados Unidos	9.561	16.689	23.201	29.037	45.774	1,74	1,7
Canadá, Austrália e Nova Zelândia	7.424	13.399	17.902	22.853	36.025	1,90	1,7
Japão	1.921	11.434	18.789	21.218	30.072	0,94	1,3
Ricos	5.648	13.082	18.781	23.345	37.086	1,69	1,73
Leste europeu	2.111	4.988	5.440	6.476	11.054	1,35	2,0
Rússia	3.086	6.582	7.779	6.323	16.007	-1,58	3,5
Países formadores da ex-URSS	2.520	5.468	5.954	4.461	7.614	-2,20	2,0
América Latina e Caribe	2.503	4.513	5.072	5.786	8.648	1,02	1,5
China	448	838	1.871	4.803	15.763	7,52	4,5
Índia	619	853	1.309	2.160	7.089	3,93	4,5
Outros países asiáticos	924	2.046	3.078	4.257	8.292	2,53	2,5
África	890	1.410	1.449	1.549	2.027	0,52	1,0
Resto do mundo	1.094	2.072	2.718	3.816	8.504	2,64	3,01
Mundo	2.113	4.091	5.162	6.516	11.814	1,81	2,23

Fonte: MADDISON, Angus. "Contours of the World Economy, 1-2030 AD". *Essays in Macro-economic History*. Oxford, Oxford University Press, 2007, p. 337. Disponível em: <<http://www.ggd.net/Maddison>>.

* Paridade do poder de compra em 1990 por Geary-Khamis.

Gráfico 03
PIB per capita nas principais regiões do mundo, 1950-2030



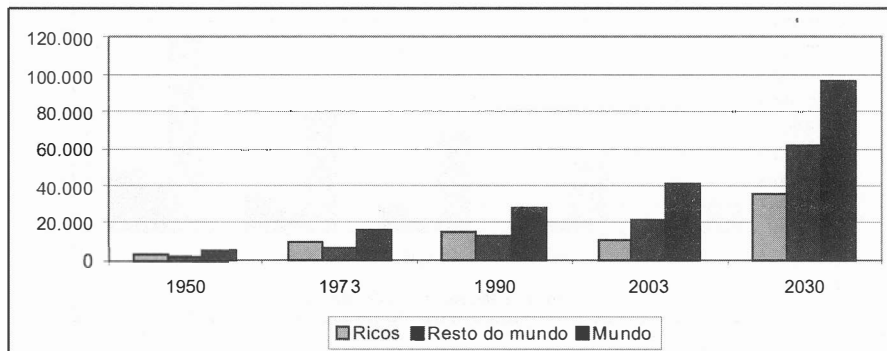
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Tabela 06
Crescimento do PIB: nas principais regiões do mundo, 1950-2030

	Nível internacional em 1990 PPP \$					Taxa média anual de mudança	
	1950	1973	1990	2003	2030	1990-2003	2003-30
Oeste europeu	1.396	4.097	6.033	7.857	12.556	2,05	1,75
Estados Unidos	1.456	3.537	5.803	8.431	16.662	2,91	2,56
Canadá, Austrália e Nova Zelândia	180	522	862	1.277	2.414	3,07	2,39
Japão	161	1.243	2.321	2.699	3.488	1,17	0,95
Ricos	3.193	9.398	15.020	10.265	35.120	2,33	2,06
Leste europeu	185	551	663	786	1.269	1,33	1,79
Rússia	315	872	1.151	914	2.017	-1,76	2,98
Países formadores da ex-URSS	199	641	837	638	1.222	-2,17	2,43
América Latina e Caribe	416	1.389	2.240	3.132	6.074	2,61	2,48
China	245	739	2.124	6.188	22.983	8,56	4,98
Índia	222	495	1.098	2.267	10.74	5,73	5,68
Outros países asiáticos	363	1.387	3.099	5.401	14.884	4,36	3,83
África	203	550	905	1.322	2.937	2,96	3,00
Resto do mundo	2.144	6.625	12.117	20.649	61.460	4,19	4,12
Mundo	5.337	16.022	27.136	40.913	96.580	3,21	3,23

Fonte: MADDISON, Angus. "Contours of the World Economy, 1-2030 AD". *Essays in Macro-economic History*. Oxford, Oxford University Press, 2007, p. 337. Disponível em: <<http://www.ggd.net/Maddison>>.

Gráfico 04
Crescimento do PIB: o mundo e principais regiões, 1950-2030



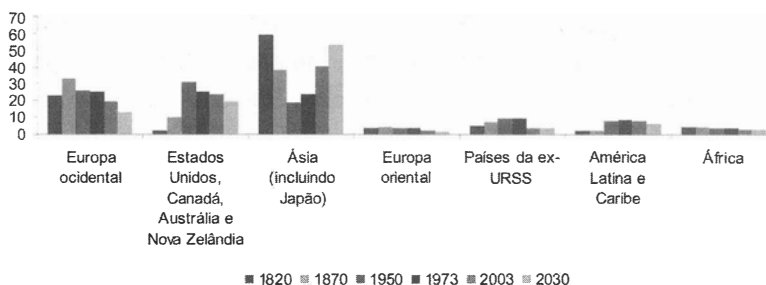
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

Tabela 07
Participação regional no PIB mundial, 1820-2030

	1820	1870	1950	1973	2003	2030
Europa ocidental	23,0	33,1	26,2	25,6	19,2	13,0
Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia	1,9	10,0	30,7	25,3	23,7	19,8
Ásia (incluindo Japão)	59,4	38,3	18,6	24,1	40,5	53,3
Europa oriental	3,6	4,5	3,5	3,4	1,9	1,3
Países da ex-URSS	5,4	7,5	9,6	9,4	3,8	3,4
América Latina e Caribe	2,1	2,5	7,8	8,7	7,7	6,3
África	4,5	4,1	3,8	3,4	3,2	3,0

Fonte: MADDISON, Angus. "Contours of the World Economy, 1-2030 AD". *Essays in Macro-economic History*. Oxford, Oxford University Press, 2007, p. 340. Disponível em: <<http://www.ggd.net/Maddison>>.

Gráfico 05
Participação regional no PIB mundial, 1820-2030



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor.

É óbvio que o componente fundamental desses cenários é a intensidade da depressão econômica iniciada com a crise de 2008. Seu prolongamento promoverá o aperto da política fiscal e monetária nos países majoritários e, conseqüentemente, freará a tendência ao multipolarismo. Nesse contexto, a incerteza sobre as possibilidades de o mercado livre providenciar o provisionamento de alimentos e matérias-primas indispensáveis à sobrevivência humana reacenderia a velha chama da *strategic rivalries*.⁹

A mobilidade humana em causa

A mobilidade é um dos princípios fundamentais do pleno exercício da liberdade, consagrado como um dos direitos inalienáveis do ser humano, legitimado por todas as declarações de direitos havidas até aqui,¹⁰ exatamente o princípio que será posto à prova nas próximas décadas.

Na contramão da tão propalada globalização, os deslocamentos populacionais não cresceram em termos relativos nos últimos 50 anos, permanecendo na casa dos 3% da população total mundial. Isto é o que se pode depreender do Relatório 2009 do PNUD, Programa da ONU para o Desenvolvimento, que estima em 214 milhões de migrantes no cenário mundial, incluindo aqueles de situação irregular, metade dos quais vivendo nos países desenvolvidos, na América do Norte (Estados Unidos e Canadá), Europa Ocidental e em alguns bolsões receptivos da Ásia, no golfo Pérsico, em Hong Kong e Coreia do Sul.

Os números relativos às migrações internas ritmam uma tendência que terá importância crescente nos estudos populacionais. Em 2009, dos 26,3 milhões de migrantes da América do Sul, 19,7 dirigiram-se para a América do Norte, sobretudo Estados Unidos e Canadá, enquanto 3,5 circularam internamente entre os países do continente. Dentre os 48,2 milhões de emigrantes da Europa Ocidental, a grande maioria, 31,5 milhões, deslocou-se internamente entre os países da União Europeia, enquanto 16,7 milhões repartiam-se entre dois destinos antípodas, a América do Norte, o Leste Europeu e a Austrália. Do continente asiático partiram em direção ao Ocidente 25,3 milhões, 9,6 apenas para os Estados Unidos, número total inferior aos 35,5 milhões que giraram internamente. Do continente africano saíram em direção à Europa 7,3 milhões e quase o dobro, 13,2 milhões, moveram-se internamente. Em suma, constata-se que as migrações internas superaram as imigrações externas, tendo por referência os grandes blocos continentais.¹¹

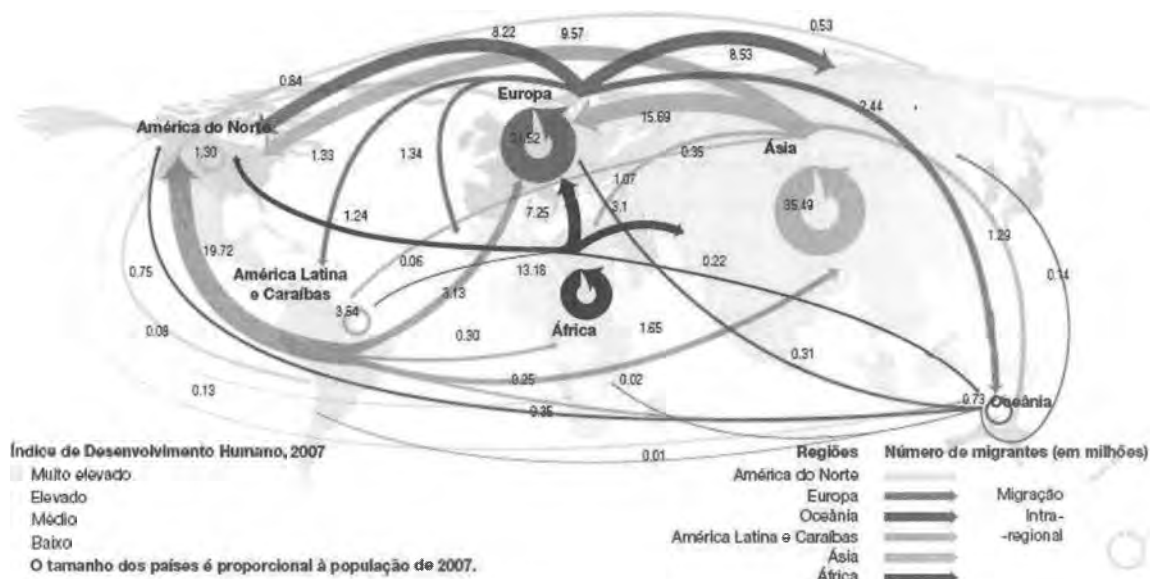


Figura 01 – Principais fluxos internacionais de migração.

Fonte: UNDP, *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009*, p. 24.

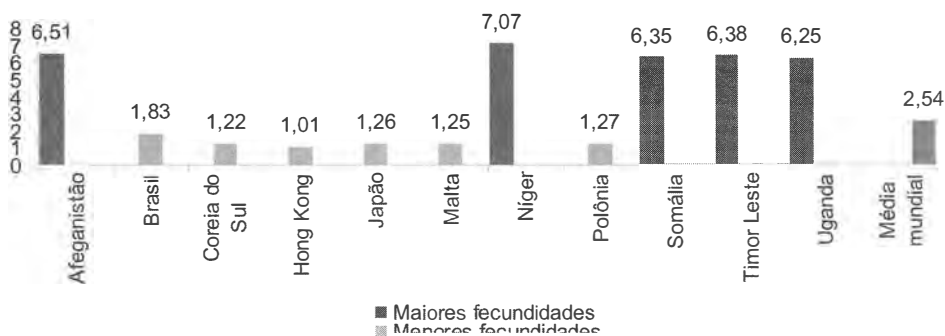
O destino preferencial do fluxo emigratório visa aos Estados Unidos, preservando-se a característica dominante do fenômeno imigracional consolidado nos séculos XIX e XX. Não obstante, mudanças significativas podem ser vislumbradas se perscrutarmos sobre as tendências previsíveis para 2030. Referenciando-se no ano de 2004, quando a composição da imigração para os Estados Unidos era de 45% dos indivíduos originários da América Latina e Caribe, 53% da Ásia, África do Norte e Oriente Médio, 6% da região sub-saariana, estima-se que, no ano de 2030, os índices respectivos viriam a ser de 36%, 53%, 11%. Portanto, “the most striking change is the rise in share from sub-Saharan Africa from 6 to 11 percent, a significant increase in the black Africa share. In short, US immigrants will be more African and less Hispanic twenty to twenty-five years for now”.¹²

Um dos fatores centrais na determinação da mobilidade humana no século XXI serão os problemas meio ambientais.¹³ Não as alterações climáticas geradas pelo processo natural, mas aquelas geradas pelo aquecimento global, produzido pela ação humana, diretamente relacionadas à sua expansão numérica pelo planeta, altamente dependente da taxa de fecundidade, como se pode depreender do Relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).¹⁴

Os números são eloquentes, mas previsíveis. As menores taxas de fecundidade encontram-se em países desenvolvidos ou em fase de desenvolvimento: Hong Kong 1,01; Coreia do Sul 1,22; Malta 1,25; Japão 1,26; Polônia 1,27; Brasil 1,83. As maiores taxas, portanto, as piores taxas, surgem nos países menos dotados em relação aos recursos naturais ou tecnológicos, em suma, os ditos países pobres que, sabidamente, se alojam no continen-

te africano e asiático, a saber: na Oceania, Timor Leste 6,38; na Ásia, Afeganistão 6,51; na África, Uganda 6,25, Somália 6,35, Níger 7,07. Todos eles muito acima da média mundial definida em 2,54. É significativo que na América Latina não se encontre qualquer dos extremos, com destaque para o Brasil, cuja taxa de fecundidade se aproxima dos países desenvolvidos, nas quais quanto maior for a renda *per capita* menor é o número de nascituros.

Gráfico 06
Taxas de fecundidade do mundo (média de filhos por mulher)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base no *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009*.

Em função dessas taxas de fecundidade pode-se prever o futuro da população mundial a partir de sua composição atual, isto é, no ano de 2009:

Tabela 08
Países mais populosos em milhões de habitantes

2009		2050	
China	1,346	Índia	1,614
Índia	1,198	China	1,417
EUA	0,315	EUA	0,404
Indonésia	0,230	Paquistão	0,335
Brasil	0,194	Nigéria	0,289
Paquistão	0,181	Indonésia	0,288
Bangladesh	0,162	Bangladesh	0,223
Nigéria	0,155	Brasil	0,219
Rússia	0,141	Etiópia	0,174
Japão	0,127	Filipinas	0,146
México	0,110	Egito	0,130
Filipinas	0,092	México	0,129
Vietnã	0,088	Rússia	0,116
Egito	0,083	Vietnã	0,112
Etiópia	0,083	Tanzânia	0,110

Fonte: UNFPA. *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2009*. Brasília, UNFPA, 2009, p. 109.

Mantidas as tendências atuais, a grande alteração no horizonte do quadro populacional em 2050 será a Índia assumir o lugar da China como a nação mais populosa do planeta. Inquestionavelmente, tais projeções decorrem do controle de natalidade inexistente na Índia e rigoroso na China, mesmo prevendo-se, como já o fizemos, que o controle chinês tenderá a ser amenizado por força da pressão social em função das condições oferecidas pelo crescimento econômico acelerado. Dramático será, sem dúvida, o caso do Paquistão, uma bomba relógio no cenário internacional, pois sua população praticamente dobrará nos próximos 41 anos e as perspectivas de crescimento econômico são modestas em relação à sua irmã siamesa, a Índia.

Esse cenário é catastrófico e poderá estimular o retorno de um novo *birth control*, preconizado no malthusianismo, sobretudo pelas relações que atualmente se estabelecem entre os números da população mundial e o aquecimento global, pois quanto mais reduzida for a população, menor será a produção de CO₂ *per capita* e, portanto, do aquecimento global, que terá forte impacto sobre as migrações mundiais. A relação entre essas previsões e as decisões políticas a serem adotadas pelos poderes nacionais e organismos internacionais é mais do que evidente.

O futuro, o presente e o passado da história migracional

De que forma, as conjecturas realizadas sobre as tendências futuras do fluxo emigracional podem afetar as políticas públicas no tempo presente e reconfigurar a problematização do passado a partir de novos temas, objetos e abordagens. Eis a questão fulcral que nos move nesta reflexão.

Sabemos que ao arrastar o passado para o presente, selecionamos aquilo que, no passado, fala mais alto aos homens do presente e, ao fazê-lo, o trazemos transformado de modo a torná-lo palatável, apreensível aos homens do presente. Da mesma forma, o futuro como temporalidade inescapável à produção do conhecimento histórico se expressa nas prefigurações futuristas, imagens essas que não operam no vazio. Sustentam-se nas tendências de longo curso que se originam no passado e atravessam o tempo presente, sensivelmente alargado. Não são predições exatas por estarem sujeitas às contingências históricas. Como sismologistas, nunca acertamos o momento exato em que a ruptura tectônica ocorrerá, muito menos o nível da escala Richter de sua magnitude. Não obstante, a atenção aos indicadores que se acumularam nas experiências pregressas, aos sinais emitidos na história corrente captados pela sensibilidade, autoriza-nos a arquitetar cenários futuros.

Exercícios de reflexão têm se avolumado na atualidade, a exemplo do texto de Angus Maddison, que certamente influenciarão as agendas públicas, as decisões políticas concernente a um tema vital: o controle do ritmo de crescimento demográfico e dos fluxos migratórios, relações complexas que demarcam o horizonte de expectativa envolvendo segurança alimentar, preservação ambiental, corrida tecnológica, hegemonias políticas e

militares. Os fluxos migratórios no século XIX partiam dos países do Primeiro Mundo europeu para o Novo Mundo. No século XX, do Terceiro Mundo para o Primeiro Mundo. Sentidos invertidos em escalas transcontinentais. No século XXI, as políticas constritivas em curso tenderão a enfatizar os fluxos intra-regionais, na contramão da homologação plenária imposta pela globalização.

NOTAS

*UNICAMP/ USP/ Universidade do Sagrado Coração.

¹cf. HARTOG, François. *Régime d'historicité. Preentisme et expérience du temps*. Paris, Seuil, 2003.

² cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. “Cultura histórica: territórios e temporalidades historiográficas”. *Saeculum*, Revista de História, João Pessoa, v. 16, 2007, p. 25-31.

³ cf. ARRUDA, José Jobson de Andrade. ‘Historiografia: memória crítica da produção histórica’. In: FERLINI, Vera (Coord.). *Colóquio Internacional “Economia e Colonização na Dimensão do Império Português – historiografia e perspectivas de pesquisa*. São Paulo, EDUSP. (no prelo).

⁴ SANTO Agostinho. *Confissões*. São Paulo, Martin Claret, 2002.

⁵ HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis, Vozes, 2006.

⁶ RICOEUR, Paul. *Temp et Récit*. Paris, Éditions du Seuil, 1985, p. 174, v. 3. (*Le temps raconté*), p. 174; RICOEUR, Paul. *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli*. Paris, Le Seuil, 2000, p. I.

⁷ MALTHUS, Thomas Robert. *Ensaio sobre o princípio da população*. Portugal, Europa-América, 1999.

⁸ JEVONS, William Stanley. *A teoria da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1987.

⁹ cf. O'ROURKE, Kevin H. “Power and plenty in 2030”. Paper presented at the World Economy in 2030, August 4, 2009, p. 17. Utrecht. XV International Congress of Economic History. *Annals*.

¹⁰ cf. HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos. Uma história*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

¹¹ UNDP. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2009*. Coimbra, Edições Almedina, 2009, p. 24.

¹² cf. Hatton; Williamson, *op. cit.*, p. 28.

¹³ “The benign effects of the demographic transition which is underway look set to be swamped by the extremely alarming consequences of global warming, which may turn to be the dominant security threat over the coming century”. cf. O’Rourke, *op. cit.*, p. 8.

¹⁴ UNFPA. *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2009*. Brasília, UNFPA, 2009, p. 109.



O DISCURSO POLÍTICO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL (1855-1866)

PAULA BARROS*

Emigrar era não um simples refúgio contra a miséria,
mas um meio quase seguro de alcançar riquezas fabulosas.¹

Introdução

Este trabalho, subordinado ao tema *O discurso político da emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX*, constitui o resultado de uma investigação realizada sobre esta temática, mediante os relatórios dos governadores civis, entre 1855 e 1866.

A emigração constitui um fenómeno marcante das relações internacionais, em geral, e uma realidade estrutural da história contemporânea portuguesa, em particular. Não é de estranhar, por isso, que esta temática/problemática seja recorrente no discurso político do Estado português, nomeadamente, por intermédio do Governo e do enquadramento jurídico da emigração; do Parlamento, por intermédio da Câmara dos Deputados e dos Pares do Reino, onde tal questão era debatida; e dos governadores civis, mediante os seus relatórios, uma vez que esses eram os que melhor conheciam a emigração desenvolvida na época, já porque emitiam os passaportes necessários para os portugueses emigrarem, já porque acompanhavam regularmente a emigração que se desenvolvia nos seus distritos.

Portugal, nessa época, encontrava-se, sob o ponto de vista administrativo, dividido em 21 distritos, dos quais, 17 no continente, um na ilha da Madeira e três abrangendo o arquipélago dos Açores.

Para analisarmos o discurso político da emigração produzido pelos governadores civis em meados do século XIX, servimo-nos dos *Relatórios dos Governadores Civis* (11 volumes) da *Colecção de relatórios das visitas feitas aos distritos pelos respectivos governadores civis* (1866), das *Consultas das Juntas Geraes dos districtos administrativos do Reino e Ilhas Adjacentes* (sete volumes) e ainda dos *Relatórios do Governador Civil do Porto*, apresentados à Junta Geral do Distrito nos anos já referidos (doze volumes), fontes essas publicadas na época, e até agora não aproveitadas.

Mediante a análise destas fontes, podemos, assim apreender o discurso político dos governadores civis de Portugal, isto é, detectar o que é que pensavam sobre tal assunto e o modo como eles entendiam que se deveria tratar o problema da emigração.

Importa esclarecer desde já que a emigração não era sentida do mesmo modo em todos os distritos. Com efeito, consultando tais relatórios, verificamos que esse fenómeno não era objecto de qualquer análise ou discussão em 11 distritos, como nos é dado a perceber no Mapa n.º 1: Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda,

Leiria, Lisboa, Portalegre, Santarém, ou seja, as regiões do interior e do sul de Portugal Continental.



Mapa 01 - Distritos de Portugal no século XIX, com a indicação daqueles que estavam afectados pela emigração para o Brasil (1855-1876).

Assim, a emigração constituía um problema analisado e debatido pelos governadores civis de apenas 10 distritos, ou seja, Aveiro, Braga, Porto, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Angra do Heroísmo (Açores), Horta (Açores), Ponta Delgada (Açores) e Funchal (Madeira).

Vejamos assim, de forma resumida, as posições assumidas pelos governadores civis de Portugal relativamente à emigração.

A emigração portuguesa nos relatórios dos Governadores Civis

Distrito de Aveiro – Apenas os relatórios dos anos de 1856 e 1858 referem a emigração para o Brasil, a qual – segundo eles – originava escassez de trabalhadores para a construção e agricultura, levando a uma grande subida dos preços da mão-de-obra. Os factores explicativos da emigração, segundo os governadores civis, diziam respeito ao desejo de fazerem fortuna e à fuga ao serviço militar.

Distrito de Braga – Relativamente a esse distrito, após a análise dos relatórios dos anos de 1857, 1858, 1861 e 1866, percebe-se que a grande preocupação que resultava da

emigração se prendia com o aumento considerável dos salários daqueles que trabalhavam na agricultura. E tratando-se a emigração de **um negócio de grande risco**, era considerado “imoral e anti-religioso” deixar a mulher e os filhos entregues à miséria e ao abandono. Refere também que a emigração se efectuava em grande escala, nomeadamente de homens casados e de jovens com menos de 18 anos, uma vez que a lei não obrigava à apresentação de fianças por parte dos que saíam. A emigração nesta época era essencialmente praticada por artistas e trabalhadores, os quais não podiam fazer fortuna, como acontecia em época anterior, quando os emigrantes se destinavam sobretudo ao comércio.

A emigração clandestina era incentivada e alimentada pelo trabalho dos engajadores de colonos.

Os governadores civis defendiam, entre outras medidas, um acordo entre Portugal e o Brasil para obrigar a regressar a Portugal os indivíduos emigrados clandestinamente; não ser autorizada a saída de emigrantes com idade inferior aos 30 anos; e exigir fianças, mesmo aos que estivessem libertos do serviço militar. Consideravam, ainda, que as causas da emigração se prendiam com o excesso de população em proporção à economia e com a repugnância quanto ao serviço militar; contudo, o engajamento era visto como a causa mais determinante da emigração.

Distrito do Porto – Em relação ao distrito do Porto, tendo em consideração os relatórios dos anos de 1856, 1857, 1858, 1862, 1864, 1865 e 1866, podemos referir – segundo eles –, que o que promovia a emigração eram os baixos salários, o aumento do custo de vida, a fuga à miséria, a esperança de enriquecimento rápido e a acção dos agentes das companhias de colonização para contratarem colonos. Registava-se a saída de um grande número de emigrantes de todo o Norte de Portugal, sendo que a maior parte era proveniente do Minho.

Existia uma forte emigração clandestina fomentada pelos engajadores de colonos. Consideravam ainda os governadores civis que havia necessidade de alterar a legislação portuguesa, de forma a torná-la mais restritiva, e a necessidade dos cônsules, no Brasil, acompanharem a chegada dos emigrantes. Alertam, também, para a troca de passaportes, iludindo assim a legislação em vigor, e que a carta de Lei de 20 de Julho de 1855 relativa à emigração clandestina, não estava a ser cumprida. A emigração era filha da miséria e os exemplos de algumas fortunas consideráveis nas principais povoações do distrito, incentivavam-na.

Distrito de Viana do Castelo – Relativamente a esse distrito e tendo em consideração os relatórios dos anos 1856, 1857, 1858 e 1859, os Governadores Civis referem a acção nefasta dos engajadores no distrito, mas consideravam que a emigração não podia ser proibida porque constituía uma fonte de riqueza e prosperidade do Reino.

Distrito de Vila Real – Em relação a esse distrito, tendo em consideração os anos de 1858, 1859 e 1860, podemos referir que a emigração era já significativa, motivando escassez de mão-de-obra e fazendo elevar os salários. As medidas legais para travar a emigração não resultavam. A acção dos engajadores e a perspectiva da riqueza constituíam os incentivos da emigração.

Distrito de Viseu – Relativamente a esse distrito, tendo em consideração os relatórios dos governadores civis dos anos 1856, 1858 e 1860, percebemos que a emigração crescia e que a tendência do povo para continuar a sair para o Brasil era evidente. A acção dos engajadores e a esperança de fortuna constituíam os motivos justificativos da emigração. Referiam, ainda, tais fontes, a prática corrente da falsificação de passaportes, de tal modo que esses só deveriam ser concedidos aos indivíduos naturais do respectivo distrito.

Distrito de Angra do Heroísmo (Açores) – Nesse distrito, segundo os relatórios de 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1861 e 1862, a emigração era intensa, de tal modo que havia falta de mão-de-obra na agricultura, e de homens para o recenseamento militar. Alarmados com esta crescente emigração, os governadores civis defendiam a repressão da emigração, nomeadamente da emigração clandestina, que era muito elevada, solicitando um navio de guerra para controlar a saída dos barcos de transporte dos colonos para o Brasil, a fim de evitar que aqueles embarcassem outros emigrantes clandestinos noutros pontos das ilhas. A emigração clandestina, elevadíssima, era considerada *imoral, bárbara e altamente prejudicial*.

Distrito da Horta – Nesse distrito, tendo em consideração os relatórios dos anos 1856, 1857, 1858, 1859, 1861, 1862, 1863 e 1866, a maior parte da emigração destinava-se ao Brasil. Nesse período, a emigração clandestina era muito forte e o retorno dos emigrantes vindos do Brasil muito reduzido. A emigração era considerada “aliciada” e os emigrantes “escravos”, levando os Governadores Civis a defenderem que a Lei de 20 Julho de 1855, da emigração clandestina, não estava a dar resultados. Sugeriam ainda a presença de um navio de guerra nos Açores, que acompanhasse o embarque e os barcos até algumas milhas da costa, de forma a evitar-se outros embarques. Por 1850, as habitações eram verdadeiras “palhotas” e os habitantes viviam em condições miseráveis, mas por volta de 1860, estavam já transformadas em “pequenas moradias”, graças ao dinheiro dos emigrantes. A emigração provocava a falta de braços para a agricultura, o aumento de preços e a falta de meios de subsistência. Os jovens emigravam para escapar ao serviço militar.

Distrito de Ponta Delgada (Açores) – Relativamente a esse distrito e tendo em consideração os relatórios dos anos 1857, 1858, 1859, 1861, 1862, 1863, 1864, 1865 e 1866, verificamos que os governadores civis defendiam a fiscalização da emigração portuguesa nos portos do Brasil, pois havia uma elevada emigração clandestina, sendo um dos instrumentos que defendiam para a combater, a presença de um navio de guerra na região, de forma a evitar o embarque de colonos não legais.

Em 1858, o governador civil refere que, no ano anterior, saíram 750 colonos com passaporte mas estimava que 3 000 saíram clandestinamente. Em 1859, o governo civil considerava que o número dos que saíram clandestinamente era o dobro dos que emigravam legalmente. As autoridades revelavam-se incapazes de evitar os embarques clandestinos.

Verifica-se também uma preocupação relativamente à falta de braços para a agricultura, e de homens para o exército. O governador civil de 1858 declinou a responsabilidade desta “fatal emigração”, porque não conseguia travá-la: “é um furor a emigração”; a “emigração é um fanatismo do povo”. A emigração ter-se-á reduzido a partir de 1863.

Distrito do Funchal (Madeira) – Tendo em consideração os relatórios dos anos 1854, 1858, 1862 e 1866, verificamos que a emigração legal era reduzida, o mesmo não acontecendo com a emigração clandestina. A lei de 20 de Julho de 1855 não produzira o efeito desejado. Sem medidas legislativas rigorosas continuaria o tráfico de “uma verdadeira escravatura branca”.

A tendência para a emigração era principalmente causada pela vontade de fazer fortuna, fugir à fome e ao serviço militar, o que colocava os emigrantes à mercê de indivíduos sem escrúpulos, que lhes vendiam os sonhos de um enriquecimento rápido e fácil, longe do trabalho agrícola e da miséria. A falta de mão-de-obra para a agricultura, elevando o seu custo, e a escassez de homens para cumprir o serviço militar constituíam as principais consequências da emigração.

Conclusão

Este artigo constitui uma primeira abordagem ao discurso político relativa à emigração baseado na análise dos relatórios dos governadores civis de Portugal em meados do século XIX, e faz parte da tese de doutoramento que estamos a desenvolver subordinada ao título *A Emigração Portuguesa para o Brasil. Práticas e Discurso Político (1855-1876)*.

Por meio da análise das referidas fontes, é possível chegar, para já, às seguintes conclusões:

a emigração, afectava sobretudo, o Norte litoral do Continente, e os Açores e Madeira, realidade já existente no período anterior e que irá manter-se até finais do século XIX; o Norte Interior e o Sul de Portugal não eram ainda afectados pela emigração;

a emigração **engajada** e clandestina era mais intensa nos Açores e na Madeira do que no Norte de Portugal;

a emigração clandestina que assolava as duas regiões referidas parecia ser mais forte nos Açores e na Madeira do que no Norte de Portugal; a carta de lei de 1855 era iludida, não cumprindo os objectivos que pretendia; nos Açores solicitava-se até um navio de guerra para tentar travar esse fenómeno;

tornava-se necessária a fiscalização dos cônsules nos portos do Brasil, acompanhando o desembarque dos emigrantes e certificando-se de que apenas desembarcavam os que tinham contrato de trabalho;

os governadores civis defendiam ainda que não fosse emitido passaporte a quem não tivesse pago adiantadamente a viagem; e que não fosse permitido aos chefes de família ausentarem-se do País sem deixarem garantido o sustento das suas famílias;

as referências a “tráfico de escravatura branca” eram reduzidas e aparecem associadas aos Açores e Madeira;

de qualquer modo, tanto nos Açores e na Madeira como no Norte de Portugal, os governadores civis entendiam que não era possível impedir a emigração, nem tal pretendiam, uma vez que a emigração constituía uma fuga à miséria, e uma fonte de rendimento para Portugal, por meio das remessas dos que se encontravam no Brasil.

Quadro 01

Referências à Emigração nos Relatórios dos Governadores Civis (1855-1866)

Distritos	Anos de referência à emigração
Aveiro	1856; 1858
Beja	Não há registos
Braga	1857; 1858; 1861; 1866
Bragança	Não há registos
Castelo Branco	Não há registos
Coimbra	Não há registos
Évora	Não há registos
Faro	Não há registos
Guarda	Não há registos
Leiria	Não há registos
Lisboa	Não há registos
Portalegre	Não há registos
Porto	1856; 1857; 1858; 1862; 1864; 1865; 1866; 1876
Santarém	Não há registos
Viana do Castelo	1856; 1857; 1858; 1859
Vila Real	1858; 1859; 1860
Viseu	1856, 1858, 1860
Angra do Heroísmo (Açores)	1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1861; 1862
Horta (Açores)	1856; 1857; 1858; 1859; 1861; 1862; 1863; 1866.
Ponta Delgada (Açores)	1857; 1858; 1859; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866
Funchal (Madeira)	1854; 1858; 1862; 1866

Fonte: Relatórios dos Governadores Civis (1855-1866).

A LEGISLAÇÃO PORTUGUESA SOBRE A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL DURANTE O ESTADO NOVO (1926-1974)

PAULA MARQUES SANTOS*

PEDRO LEITÃO**

FILIPE RAMOS***

Contextualização

O fenómeno migratório luso para o Brasil ver-se-á condicionado por múltiplos factores, desde elementos relativos à evolução interna económica, política e mesmo social, até fenómenos do sistema internacional, que conheceu profundas transformações políticas e económicas, conflitos generalizados e processos de integração e que afectarão o posicionamento dos dois Estados, ora assumindo uma afinidade com as ideias generalizadas, ora entrando em ruptura, colocando em causa as opções políticas de cada regime.

Nesse processo, também a própria emigração portuguesa se transforma, em quantidade, tipologia e destino. Nesse sentido, perceber a legislação produzida ao longo desses anos acerca da emigração, e concretamente para o Brasil, permite-nos compreender de que forma se tentou adaptar e aumentar o sucesso dessas vagas migratórias, restringindo-as, contudo, em termos quantitativos.

As dificuldades surgem logo desde os anos de 1930, exigindo a resolução das repatriações, da diminuição das remessas dos emigrantes para o país, bem como o problema da empregabilidade. Uma das medidas para tentar colmatar tal situação, surge ainda na década de 1930 com a criação duma comissão permanente com a função de autorizar e fomentar a execução de diversas obras públicas que promovessem postos de trabalho para os desempregados.

Por razões metodológicas, vamos avaliar a produção legislativa recolhida nas Coleções de Legislação e no Diário do Governo, dividindo-a em 3 períodos. A primeira vai até à criação da Junta de Emigração (1947) que substitui o Commissariado Geral dos Serviços de Emigração (1919). Esta fase, sem regulamentação de políticas emigratórias, influenciada pelas perturbações políticas da Guerra Civil Espanhola e segunda guerra mundial pauta-se pela prossecução das políticas definidas anteriormente.

O segundo período surge com os D-L 36.199, de 29 de Março de 1947 e 36.558, de 28 de Outubro, e que se caracteriza por um condicionamento da emigração e favorecimento do desenvolvimento do Ultramar. O Estado Novo subordina o direito individual de mobilidade externa aos interesses económicos e sociais do país e à valorização dos territórios do Ultramar pelo aumento da população branca, como já estava implícito no artigo 31.º da Constituição de 1933.

O terceiro período inicia-se em nos anos de 1960, com a liberalização da política emigratória e despenalização da emigração clandestina. Esta fase corresponde ainda ao isolamento e afastamento nacional dos valores e princípios do sistema internacional.

O período da consolidação do regime até ao final da segunda guerra mundial O art. 31.º da Constituição de 1933 revela-nos uma marca fundamental e transversal na legislação do Estado Novo sobre a emigração, afirmando que o direito à mobilidade externa dos cidadãos nacionais decorre dos interesses económicos e sociais do Estado que “tem o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social [para] desenvolver a povoação dos territórios nacionais, proteger os emigrantes e disciplinar a emigração”, ou seja, orientar o fluxo migratório para valorizar as colónias ultramarinas e evitar a perda de mão-de-obra.

Na primeira década do Estado Novo, o quadro geral legal herdado da I República não sofre alterações de fundo e servia para controlar/proteger os emigrantes e não para restringir a sua partida, contrariamente ao art. 31.º da Constituição, sendo que já anteriormente, através do D-L 16.782 (27 de Abril 1929), se havia proibido a emigração de sujeitos com idades entre os 14 e 45 anos, sem comprovativo da “passagem da 3.ª para a 4.ª classe do ensino primário elementar”.

Em 1933 com a nova Constituição assistimos à subordinação dos direitos individuais aos interesses colectivos e ao interesse económico do Estado, permitindo ao Estado Novo articular aspectos essenciais: necessidade de mão-de-obra, evitando o escoamento e o colapso produtivo e estrangulamento económico; os interesses em África; e a mais-valia das remessas financeiras dos emigrantes.

Teremos ainda de lembrar os D-L 5.624 (10 de Maio) e 5.886 (19 de Junho 1919) que, com as posteriores alterações, formam o quadro legal da emigração portuguesa até à criação da Junta de Emigração em 1947, pois formalizam a entidade coordenadora e fiscalizadora da emigração, a liberdade de trânsito e as suas restrições, a condição de emigrante e o processo burocrático inerente, as condições de viagem e o processo de recrutamento. O primeiro diploma reforça a repressão da emigração clandestina e ilegal, proibindo o recrutamento individual/colectivo ou a propaganda que estimule a emigração, dispondo, ainda, relativamente aos requisitos para as companhias marítimas transportadoras de emigrantes, e estipulando as exigências para a emigração e as situações de proibição de emigrar¹.

Nesse decreto define-se, também, quem é considerado emigrante. Assim, estavam sujeitos à apresentação de passaporte os portugueses que embarcassem para portos estrangeiros com passagens de 3.ª classe, ou os que, mesmo embarcando com passagens de 1.ª, 2.ª ou classes intermédias tivessem o propósito de fixar residência fora do país; as mulheres casadas que não se fizessem acompanhar dos maridos, excepto se fossem separadas de pessoas e bens; os menores desacompanhados dos pais; e os homens com menos de 45 anos sujeitos ao serviço militar. Além de muitas disposições que se manterão em vigor na primeira fase do Estado Novo², este decreto prevê ainda a criação de um Comissariado Geral de Emigração.

Face a esse enquadramento geral, a partir de 1928 surgem disposições que procuram operacionalizar a fiscalização das vagas migratórias, de acordo com os interesses

nacionais³. Para fomentar o êxito, promulga-se o D-L 16.782 (27 de Abril 1929). No entanto, este D-L será sucessivamente adiado por períodos de dois anos⁴. No D-L 19.029 (13 de Novembro 1930) regula-se a assistência e protecção dos emigrantes, redefinindo-se o conceito de emigrante: todo aquele que “viaje em 3.^a classe ou em classes intermediárias até à 2.^a, exclusivamente”, de acordo com o que já havia sido estipulado no D-L 17.554 (5 de Novembro 1928).

Da produção legislativa, identificam-se determinados parâmetros similares:

controlo/limitação/proibição da concessão de passaportes – Portaria 6.186, de 3 de Junho de 1929 que proíbe os governos civis de conceder passaportes com destino ao Estado do Pará sem que os seus impetrantes apresentem cartas de chamada, colocação ou contratos de trabalho; Portaria 6.535, de 12 de Dezembro de 1929 que define regras para a concessão de passaportes a menores de 21 anos; D-L 21.349, de 13 de Junho de 1932, que proíbe a emigração de menores de 21 anos que, entre outras situações, não saibam ler e escrever; não se façam acompanhar de familiares; não apresentem *carta de chamada consular* que garanta o sustento e colocação no destino; não apresentarem contrato de trabalho autenticado pelo consulado distrital do destino, o D-L 29.917, de 11 de Setembro de 1939 que condiciona a ida de madeirenses para o Brasil; ou ainda o D-L 30.492, de 7 de Junho de 1940, onde se definem os documentos suficientes para obtenção de passaportes passados pelos governos civis do continente para países que tenham com Portugal tratado de trabalho e assistência a emigrantes;

apoio e assistência aos emigrantes – Decreto 18.085 (13 Março 1930), actualizado pelo D-L 23.116 (11 de Outubro 1933), que regula a assistência médica e protecção aos emigrantes portugueses que em portos nacionais embarquem em navios estrangeiros; o D-L 24.732 (5 de Dezembro 1934), que actualiza a tipologia de assistência que tem de embarcar em navios estrangeiros;

fiscalização/punição da emigração ilegal – Portaria 6.893 (15 de Agosto 1930); o Decreto 20.326 (18 de Setembro 1931) que define multas para o aliciamento. Neste ponto realçamos o D-L 23.995 (12 de Junho 1934), que define que a secção internacional da PVDE passava a fiscalizar fronteiras, reprimir a emigração clandestina, os engajadores e o licenciamento e fiscalização das agências de passagens de passaportes;

obrigatoriedade de proceder a repatriações para todas as companhias subsidiadas pelo Estado – Portaria 7.391 (1 de Agosto 1932); Decreto 32.824 (4 de Junho 1943), que substitui o artigo 10.º do Regulamento dos Serviços de Assistência, aos Emigrantes a Bordo dos Navios Nacionais e Estrangeiros.

O D-L 26.162 (28 de Dezembro 1935) reorganiza os serviços do MNE, constituindo a *Comissão de estudos relativos às colónias de portugueses no estrangeiro*, demonstrando interesse em regular e enquadrar o processo emigratório, subjugando a vontade individual e a liberdade de trânsito aos interesses económicos do País. A emigração, embora condicionada e controlada pelo aparelho estatal, era feita tendo em conta a protecção dos emigrantes, precavendo boas condições de viagem e de assistência, “aquilo a que [chamamos] de *política de trajecto de ida*, correspondente à preocupação tradicional dos governos em garantir um mínimo de dignidade no recrutamento e acompanhamento dos emigrantes até ao ponto de destino [...] e a *política de ciclo fechado*, traduzindo uma intenção de enquadramento permanente durante todo o ciclo emigratório – não só no trajecto de ida, mas durante a estada, preparando eventualmente o retorno e acompanhando-o até se efectivar o fecho do ciclo”⁵.

Finalmente, surge em 5 de Setembro de 1944 o Decreto 33.917, onde são definidas as disposições sobre concessão de passaportes e a distinção entre diversas tipologias de passaporte. Neste sentido, no seu art. 27º define-se que o passaporte destinado a emigrantes “é passado em impresso de passaporte ordinário, levando aposta na parte superior da primeira página e do lado esquerdo [...], a palavra ‘Emigrante’”. Por esse diploma (e pelo D-L 33.918 do mesmo ano), verificamos ainda a manutenção da existência do Passaporte individual, como definido em 1919⁶.

O pós II Guerra Mundial e a Junta da Emigração

Com a promulgação dos D-L 36.199⁷ (29 de Março) e 36.558 (28 de Outubro 1947) inaugura-se uma nova fase no condicionamento legal da emigração e favorecimento do desenvolvimento do Ultramar, subordinando-se o direito individual de mobilidade aos interesses económicos e sociais do país e à valorização dos territórios do Ultramar, de acordo com o art. 31.º da Constituição. É neste sentido que surge o D-L 36.819 (6 de Abril 1948) que autoriza a emigração de madeirenses desde que provem ter trabalho assegurado por contrato convenientemente remunerado nos países a que se destinem. Além disso, neste período o relacionamento com o Brasil fica ainda marcado pela ratificação do Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil, de 1953.

Mas mais importante será o D-L 36.558 (28 de Outubro 1947) que cria a Junta da Emigração, estabelecendo as normas do seu funcionamento, actualizado pelo D-L 37.037 de 1 de Setembro do ano seguinte. A Junta era constituída por um presidente, nomeado pelo Ministro do Interior, e por 9 vogais designados por diversas entidades⁸, tendo os seus serviços como função a “protecção dos emigrantes antes do embarque, durante a viagem e no país de destino, assegurar a execução fiel das convenções, acordos e contratos de trabalho, orientar a repatriação dos emigrantes inválidos ou desprovidos de meios, e bem assim fiscalizar todas as normas reguladoras da emigração portuguesa emergentes da lei e regulamentos e das instruções e ordens emanadas pela Junta”.

Além disso, a Junta da Emigração estava ainda incumbida de tratar das licenças para transporte de emigrantes, fiscalização das companhias e do cumprimento da assistência aos emigrantes, bem com a própria repressão à emigração ilegal. A partir da criação da Junta da Emigração verificamos que a legislação se preocupa em controlar a mobilidade externa dos portugueses, direccionando-a de acordo com os interesses nacionais, ou seja, para o ultramar.

Pela Portaria 12.587 (12 de Outubro 1948), o Ministério da Guerra determina que o passaporte civil, a que se refere o art. 29.º do Decreto 11.496 seja substituído, quando não apresentado, por uma certidão da PIDE, conferida nos termos da lei, do que constar nas respectivas listas quando à saída ou regresso do interessado.

Por meio do D-L 39.793 (28 de Agosto 1954) inserem-se disposições relativas à concessão de passaportes e as condições especiais a satisfazer por determinadas categorias de pessoas para transpor as fronteiras, revogando o art. 1.º da Lei de 7 de Maio de 1913, a Portaria 7.513, o D-L 33.917 e o Decreto 33.918. Assim, definia-se que nenhum indivíduo podia entrar ou sair do território nacional sem apresentar o passaporte, bem como as entidades competentes para a emissão dos passaportes nacionais (Ministérios do Interior, Negócios Estrangeiros e do Ultramar, governos civis, distritos autónomos dos arquipélagos, os governos das províncias ultramarinas e os agentes diplomáticos e consulares no estrangeiro).

Pelo D-L 40.980 (17 de Janeiro 1957) inserem-se novas disposições para ratificação da nacionalidade portuguesa dos indivíduos e seus descendentes que hajam beneficiado, continuamente por mais de 25 anos, da protecção nacional em consequência de inscrição consular como portugueses. A estes eram ainda equiparados os seus descendentes (desde que registados como portugueses à data do nascimento), suas viúvas, desde que tenham, pelo facto do casamento, perdido a nacionalidade originária e não a hajam posteriormente recuperado.

Ainda durante o ano de 1957, a Junta de Emigração modifica o sistema em vigor do pagamento das importâncias devidas pela concessão dos passaportes e da taxa de revisão médica e insere novas disposições sobre emigração, reformulando dos art. 25.º e 27.º do D-L 36.558. Assim, pelo D-L 41.456 de 19 de Dezembro, “a publicação de quaisquer folhetos, prospectos, cartazes, anúncios ou outra forma de publicidade de incitamento à emigração ou recrutamento de mão-de-obra para o estrangeiro sem prévia autorização da Junta da Emigração será punida com a multa de 5.000\$, elevada ao dobro em caso de reincidência, e pela qual serão solidariamente responsáveis o seu autor e a publicação, revista ou jornal em que seja feita essa publicidade.

Essas multas seriam aplicadas pela PIDE e “aquele que, cobrando alguma quantia indevida, intervenha na obtenção de cartas de chamada, contratos de trabalho ou documentos equivalentes necessários à organização dos processos de emigrante” será punido de acordo com as penas de furto.

A questão da atribuição e aquisição da nacionalidade portuguesa será retomada pela Lei 2.098 (29 de Julho 1959), definindo as formas de atribuição da nacionalidade originária, de aquisição e da filiação em matéria de nacionalidade, bem como da perda e/ou

reaquisição e dos próprios efeitos. Essa Lei seria regulamentada pelo Decreto 43.090 (27 de Julho 1960). No seu art. 3.º, Secção I, esclarecia-se que “nos assentos de nascimento ocorridos em território estrangeiro de filhos de pai português [...] mencionar-se-á a situação do pai como elemento de identificação do registando”. A nacionalidade também poderia ser adquirida por efeito de vontade, por naturalização, por casamento, desde que respeitassem os requisitos indicados.

Depois de 5 anos de existência, a Junta da Emigração, pelo D-L 44.427 (29 de Junho 1962), define as bases do regime de emigração em Portugal, revogando diversos diplomas anteriores: o Estado tem a função de “estabelecer o equilíbrio populacional, das profissões, dos empregos, do capital e do trabalho e, também, de desenvolver a povoação dos territórios nacionais proteger os emigrantes e disciplinar a emigração”. No seu art. 1.º define-se que “é livre a emigração dos cidadãos portugueses, sem prejuízo do disposto no art. 31.º” da Constituição, embora estipulasse também no parágrafo único deste artigo que “quando circunstâncias especiais o impuserem, o Governo poderá determinar a suspensão total ou parcial da emigração para determinado país ou região”. No art. 3.º, emigração era a “saída do país de indivíduos de nacionalidade portuguesa, originária ou adquirida, para se estabelecerem definitiva ou temporariamente no estrangeiro, salvo nos casos exceptuados pela lei” e “o recrutamento de indivíduos de nacionalidade portuguesa para trabalharem no estrangeiro depende da autorização da Junta da Emigração” (art. 5.º).

Para complementar este D-L, é publicado o Decreto 44.428 (29 de Junho 1962) que estabelece as normas relativas ao condicionamento da emigração. No art. 1.º definia como emigrante:

- “os portugueses que saiam do território nacional para trabalharem em país estrangeiro;
- as mulheres que acompanhem ou vão juntar-se ao marido emigrante;
- os parentes por consanguinidade em qualquer grau da linha recta ou até ao 3º grau da linha transversal de qualquer emigrante, quando o acompanhem ou vão juntar-se-lhe;
- os portugueses que transfiram a sua residência para país estrangeiros em que beneficiem da qualidade de imigrante ou equivalente”.

O decreto regulamenta também o recrutamento de emigrantes, definindo que o mesmo depende de autorização da Junta da Emigração e mediante parecer favorável da Direcção-Geral do Trabalho e Corporações. No art. 4.º, estabelecem-se as disposições gerais para concessão de passaporte de emigrante, feito por requerimento com: identidade; declaração de saúde e robustez; contrato de trabalho; autorização de entrada no país de destino; a manutenção da família devidamente assegurada; que têm regularizado as exigências militares; se mulher casada ou menor de 21 anos têm devida autorização do marido ou de quem exerça o poder pátrio; se funcionário civil, tem a devida autorização; com habilitações literárias exigidas por lei e que, se chamado por parente até ao 3º grau, se verifica o parentesco invocado.

Por esse decreto, a competência de concessão de passaportes passaria a estar no presidente da Junta da Emigração, os governadores dos distritos autónomos ou o chefe da delegação da Junta, caso exista, e, nas províncias ultramarinas, os respectivos governadores. O passaporte de emigrante poderia ser individual ou familiar (para mãe, filhos ou mulher) e seria válido apenas para o país de destino, sendo válido por 4 anos, improrrogável, e de 1 ano apenas para as situações de trabalho temporário. A Junta da Emigração devia enviar uma relação mensal à PIDE dos passaportes emitidos e recolher elementos estatísticos para o INE.

Pelo D-L 46.747 (15 de Dezembro 1965) simplificam-se alguns trâmites processuais, bem como as condições de emissão e concessão de passaportes.

A última fase – isolamento e conflito – o enfraquecimento do regime

O terceiro período inicia-se em meados dos anos de 1960, caracterizando-se por uma liberalização, onde a emigração clandestina é despenalizada. Essa fase corresponde ainda ao isolamento e ao afastamento nacional dos valores e princípios subjacentes ao sistema internacional de emancipação dos povos.

Marcelo Caetano toma posse em Setembro de 1968. Apoiado pelos meios económicos e financeiros que desejavam abertura à Europa, pela maioria dos chefes militares, cada vez mais inquietos com o impasse colonial, e pelos meios diplomáticos da Europa Ocidental, Caetano nada tinha de democrata. O vento de reformas e liberdades suscitou as esperanças numa transição sem sobressaltos para a democracia parlamentar, mas as eleições de 1969, que visam legitimar a acção do governo, saldaram-se num fracasso (abstenção de 42%). No plano legislativo, o abandono de todos os projectos de revisão constitucional e de leis que fossem no sentido liberal simbolizou a renúncia à “evolução na continuidade”.

O Decreto 46.748 (15 de Dezembro 1965) havia já actualizado a regulamentação da entrada ou saída do território português, mantendo-se a distinção dos diversos passaportes e com um modelo específico para os emigrantes, mantendo as regras já vigentes.

Pelo D-L 46.939 (5 de Abril 1966) estabelecem-se novas sanções penais aplicáveis a todos aqueles que promovam o aliciamento ou intervenham na emigração clandestina, revogando os art. 85º e 86º do D-L 39.749. Nesse mesmo mês, o D-L 46.947 (9 de Abril), a Junta de Emigração publica a competência do Ministro do Interior em fixar prazos mínimos de conservação em arquivo dos diferentes documentos dos serviços da Junta de Emigração e autorizá-la a proceder à microfilmagem dos documentos que devem ser considerados em arquivo.

O D-L 47.185 (7 de Setembro 1966), demonstra a tentativa para simplificar trâmites processuais e condições de emissão/concessão de passaportes, definindo que deixaria de ser exigível passaporte aos portugueses que se desloquem dentro dos territórios nacionais. Outro exemplo da simplificação resulta do Decreto 47.411 (23 de Dezembro 1966), que dá uma nova redacção a várias disposições do Decreto 46.748, sobre entrada ou saída do território.

A partir deste momento verificamos uma liberalização da política emigratória, sendo a emigração clandestina despenalizada, quando não constitua fuga aos deveres militares e onde a exigência de prova de habilitações literárias mínimas é extinta. O D-L 49.400 (19 de Novembro 1969) define, de facto, a concessão do benefício da amnistia ao crime de emigração clandestina, previsto no n.º 4 do art. 85.º do D-L 39.749, com a redacção dada pelo D-L n.º 43.582 e no artigo 3º do D-L 46.939.

Além disso, Portugal consegue estabelecer um Acordo de Previdência Social com o Brasil (D-L 82/70, 18 de Fevereiro 1970), que permitia-se um maior estreitamento em termos de protecção social dos cidadãos, aproximação reforçada por outros dois documentos de 1972: o Acordo bilateral que altera o quadro de rotas constantes do Anexo ao Acordo sobre Transportes Aéreos; e a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses. Estes três documentos demonstram as tentativas de reforço do diálogo bilateral num período de grande perturbação.

Notas finais

Durante esse longo período de tempo, assistimos à transformação de alguns vectores importantes para a compreensão da emigração portuguesa e da alteração da sua configuração ao longo do século XX. De facto, o destino brasileiro será gradualmente substituído por outros territórios, em parte devido à orientação salazarista da migração para as colónias, mas também às restrições vigentes no território brasileiro a partir de 1930 e à instabilidade internacional que constrange a mobilidade transcontinental e que promove essa mesma mobilidade entre países europeus.

A preocupação em conseguir debelar a emigração clandestina e a acção dos engajadores marcou também todo o período do Estado Novo, estabelecendo-se diversas normas legais de combate e de repressão desta situação, embora em alguns momentos se estime que esse fenómeno tenha permitido a saída de importantes. A incapacidade do Estado Novo português em conseguir conter todas as dinâmicas internas e externas, relegarão o problema emigratório para segundo plano no último ano da sua vigência e levarão à queda do regime.

 NOTAS

* Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.

** Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.

*** Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.

¹ Ver: PEREIRA, Maria da Conceição Meireles; SANTOS, Paula Marques dos. “Legislação sobre emigração para o Brasil na I República”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia; MATOS, Izilda (Coords.). *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto, Afrontamento/CEPESE, 2009.

² Esse diploma determina o fim dos passaportes colectivos.

³ São exemplos desta operacionalização a Portaria 5.239, de 3 de Março de 1928, onde o Ministério do Interior determina que nos distritos onde não existam agentes de passagens e passaportes legalmente habilitados, os requerimentos para a concessão de passaportes, “vistos” e prorrogação de prazos de validade, devam ser feitos pelos próprios interessados; o Decreto 16.001, de 4 de Outubro de 1928, que definia a penalidade a aplicar ao pessoal português de assistência aos emigrantes portugueses embarcados em navios estrangeiros.

⁴ Como exemplo, referimos o D-L 27.851 (13 Julho 1937), o D-L 28.331 (29 Dezembro 1937); o D-L 29.980 (17 Outubro 1939) e o D-L 31.650 (19 Novembro 1941).

⁵ ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. “Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil”. *Análise Social*, n. 90, vol. XXII. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986, p. 72.

⁶ Apesar disso, permite-se ainda a existência de passaportes colectivos, quando seja para marido e mulher ou para filhos menores de 14 anos, incluídos em passaporte colectivo.

Pelo D-L 36.199 “tendo em conta [...] os interesses económicos do país e da valorização dos territórios do ultramar, pelo aumento da população branca [...] fica suspensa a emigração portuguesa, excepto quando feita ao abrigo de acordos ou convenções” ou de acordo com as disposições definidas pelo Ministério do Interior.

⁷ Ministérios da Marinha, dos Negócios Estrangeiros, das Obras Públicas, das Colónias, da Economia; pelo Instituto Nacional de Trabalho e Previdência; Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Min. do Interior e pela PIDE.

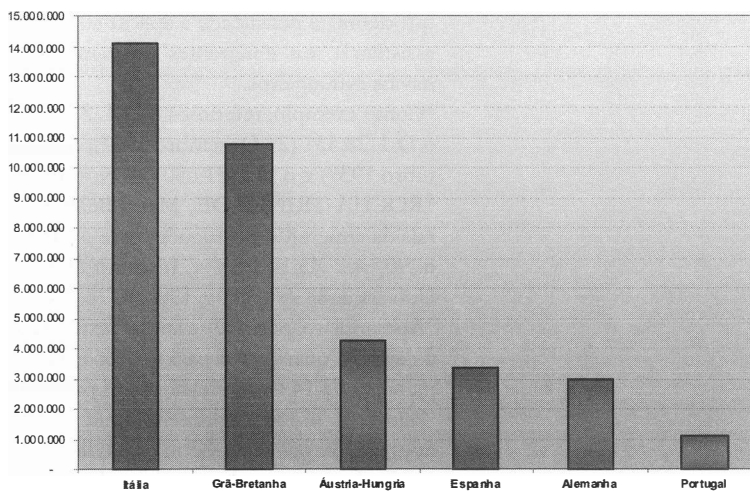
ENTRE BRASIL E ÁFRICA

FLUXOS MIGRATÓRIOS E O MODELO PORTUGUÊS DE DESENVOLVIMENTO NO FINAL DO SÉCULO XIX

PAULO CESAR GONÇALVES*

No período da grande emigração europeia para o Novo Mundo, mais especificamente na fase conhecida como *new emigration*¹, Portugal foi importante fornecedor de contingentes que atravessaram o Atlântico. Entre 1870 e 1913, estatísticas indicam que cerca de 45 milhões de europeus dirigiram-se ao Novo Mundo em busca de oportunidades: 14,1 milhões de italianos; 10,8 milhões de britânicos; 4,3 milhões de austro-húngaros; 3,4 milhões de espanhóis; 3 milhões de alemães; 1,1 milhões de portugueses. Quando a emigração é comparada com a população total de cada país, os índices mais representativos, por mil habitantes, são os seguintes: Irlanda (11,0); Itália (10,1); Grã-Bretanha (7,3); Portugal (6,0); Espanha (5,6).

Gráfico 01
Emigração europeia transoceânica (1870-1913)

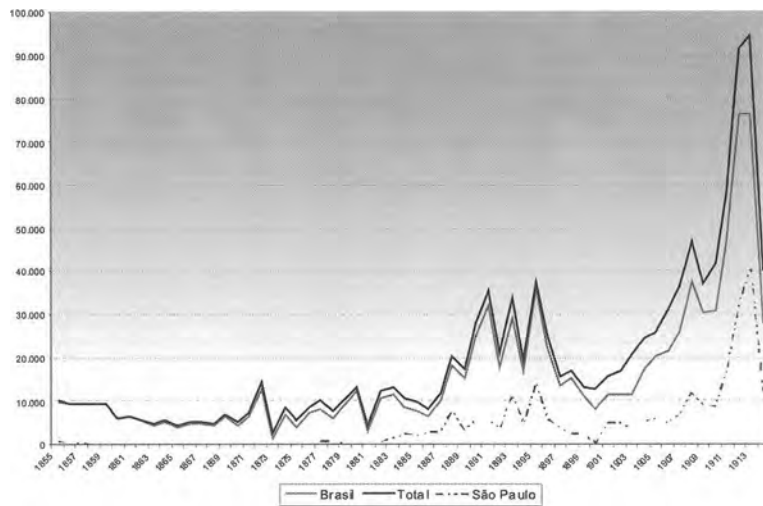


Fonte: ESTEVES, Rui Pedro; KHOUDOUR-CASTÉRAS, David. *A fantastic rain of gold: European migrants' remittances and balance of payments adjustment during the gold standard period*. Universidad Externado de Colombia; University of Oxford (working paper), 2007.

O Brasil era o principal destino dos portugueses: entre 1855 e 1865, acolheu 86% dos emigrantes legais e, de 1891 a 1900, 93,1%³. O tradicional fluxo de indivíduos solteiros, existente desde os tempos coloniais, avolumou-se a partir de meados do Oitocentos e começou a ser mais intensamente percebido por meio das remessas enviadas à terra-mãe. Essa emigração decorreu, em grande parte, da obrigatoriedade do serviço militar, do pro-

blema da estrutura fundiária associada a excedentes demográficos regionalizados, das crises socioeconômicas das décadas de 1870 e 1880, mas também ganhou força por meio do “mito do retornado”⁴.

Gráfico 02
Emigração portuguesa transoceânica (1855-1914)



Fonte: para Brasil e total, Joaquim da Costa Leite; para São Paulo, VASCONCELOS, Henrique Doria de. “Os-cilações do movimento migratório no Brasil”. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano I, n.2, 1940.

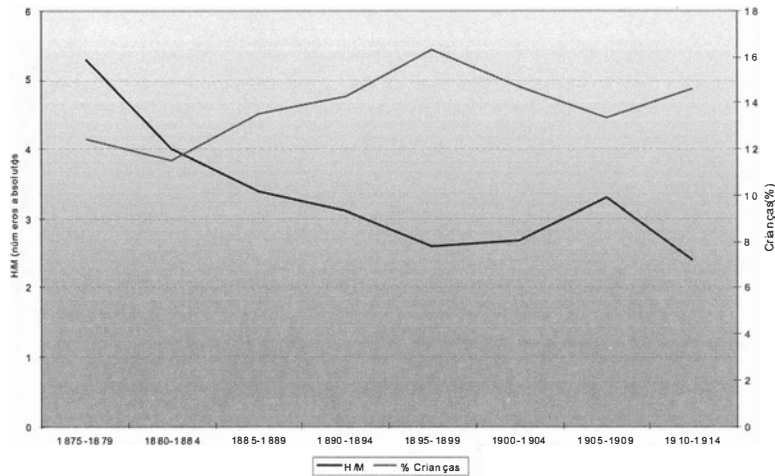
Por outro lado, alterações na conjuntura brasileira, como a demanda por mão de obra rural e urbana em virtude da expansão da economia, também contribuíram para a dinâmica do fluxo. Jorge Alves observa que, a partir da segunda metade do século XIX, diferenciaram-se dois destinos socioeconômicos da emigração portuguesa. O primeiro, constituído por jovens solteiros, de forte raiz tradicional, atado aos laços familiares e de vizinhança e ao fato de os portugueses dominarem certos setores do mercado de trabalho urbano do Rio de Janeiro, tanto o grande comércio de origem colonial quanto o pequeno, e ainda manterem posições importantes na construção civil, na organização bancária e nos transportes⁵. O segundo, formado por jovens e famílias de agricultores, ligado aos trabalhos no meio rural, mercado geralmente ocupado por indivíduos sem qualificação profissional, que chegavam ao Brasil via contratos com particulares apoiados pelo governo.⁶

Com a expansão cafeeira no último quartel do Oitocentos, a política paulista de imigração passou a subsidiar a vinda de grupos familiares, o que contribuiu para alterar, em certa medida, o perfil característico do emigrante – jovem e solteiro. O gráfico a seguir evidencia certa tendência à diminuição da relação entre os sexos (H/M), cuja expressão mínima encontra-se entre os anos de 1895-1899 e 1910-1914, com exceção do quinquênio de 1905-

1909; ou seja, ao crescimento da participação feminina no fluxo. No mesmo sentido, nota-se a maior presença relativa de crianças, cujo ápice (16,3%) foi atingido em 1895-1899.

Gráfico 03

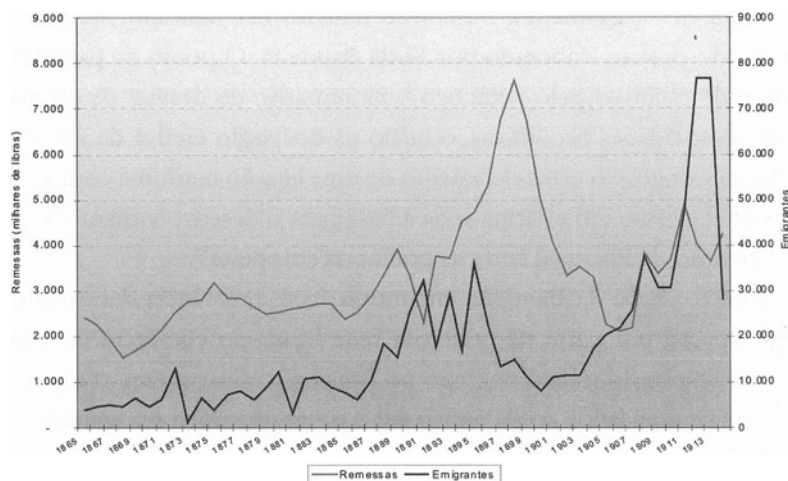
Composição da emigração portuguesa: homens, mulheres e crianças (1875-1914)



Fonte: KLEIN, Herbert S. “A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”. *Análise Social*, Lisboa, v. XXVIII, n. 121, 1993, p. 248, Quadro 4.

A partir de meados do século XIX, as remessas, traço marcante daqueles que emigravam solitários para o Brasil deixando a família em terras portuguesas, começaram a ser percebidas no âmbito da economia nacional. Alexandre Herculano atentou para as condições mais proveitosas da emigração oitocentista quando comparadas com a do período colonial, assinalando que o “Brasil tornou-se a nossa melhor colônia depois de ser colônia nossa”⁷. Com a perda de antigos espaços coloniais e os constantes déficits na balança comercial, as remessas dos “brasileiros”, que acompanhavam de perto o volume do fluxo migratório, representaram importantes afluxos para as finanças do Estado e entraram na pauta das discussões como um dos fatores do desenvolvimento econômico do reino⁸.

Gráfico 04
Portugal: emigração e remessas (1865-1914)



Fonte: MATA, Maria Eugénia. “As crises financeiras no Portugal contemporâneo: uma perspectiva de conjunto”. In: MATOS, Sérgio Campos (Org.). *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX. Actas do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa* (6 e 7 de dezembro de 2001). Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

Nas últimas décadas do século, diante da acirrada disputa entre as principais potências europeias pela partilha da África, a emigração também suscitou discussão sobre a potencialidade da criação de mercados para produtos portugueses no exterior e como alternativa para a exploração das colônias africanas na montagem do império colonial.

Portugal, detentor histórico de alguns enclaves fornecedores de escravos nas costas ocidental e oriental da África, em meio a essas disputas, tentou colocar em prática seu “mapa cor-de-rosa”, reivindicando as terras entre Angola e Moçambique⁹. A estratégia afrontava diretamente aos interesses da Grã-Bretanha que, com o *ultimatum* de 1890, acabou com qualquer pretensão portuguesa de um império contíguo no centro do continente.¹⁰

As preocupações portuguesas com as colônias africanas, porém, eram mais antigas. Com o desmoronamento do império na América (entre 1808 e 1822), as possessões em África passaram da periferia para o centro do projeto colonial. O principal objetivo era fomentar as relações comerciais, tendo como padrão as experiências desenvolvidas em terras americanas em passado recente.

Colonizar as possessões em África, no entanto, era um empreendimento inédito, com características distintas e que demandava uma nova política colonial. Em 1824, formularam-se os primeiros planos de colonização, sobretudo para Angola, baseados no fomento da relação direta entre colônias e metrópole, através da supressão ou redução de tarifas comerciais e do aumento das carreiras para facilitar o tráfico¹¹. Nesse período, Por-

tugal atravessava forte instabilidade interna, resultado da disputa pelo poder entre liberais e absolutistas, finalizada apenas em 1834, com a vitória dos primeiros.¹²

A partir desse momento, buscou-se transformar radicalmente a economia das colônias através do projeto elaborado por Sá da Bandeira. O ponto de partida seria a abolição do tráfico de escravos pelo Atlântico¹³, na tentativa de desviar os capitais nele empregados para as atividades produtivas, o início da ocupação efetiva de áreas estratégicas, como o litoral do Congo, e o estabelecimento de uma ligação marítima com a metrópole. A consolidação da expansão ultramarina seria a base para o desenvolvimento do capitalismo, reforçando a posição de Portugal entre as potências europeias¹⁴.

O projeto de Sá da Bandeira encontrou forte resistência dentro dos territórios coloniais, em especial por parte da poderosa rede ligada ao comércio de escravos.¹⁵ Somente após a proibição do tráfico negreiro no Brasil e o conseqüente rompimento do elo econômico entre os dois lados do Atlântico sul o programa pôde ser aplicado, porém sem grandes resultados.¹⁶

Quanto à emigração, o governo português procurou incentivar o destino colonial africano legislando sobre o assunto. Desviar parcialmente a emigração portuguesa do Brasil para a África fazia parte do projeto de Sá da Bandeira, na expectativa da passagem progressiva do trabalho escravo para a mão-de-obra livre. Na década de 1850, por exemplo, buscou-se, sem sucesso, fixar colonos nos planaltos do sul de Angola para enfrentar a falta crônica de trigo na metrópole¹⁷.

A prevalência e o contínuo aumento geral da emigração para o Brasil deram origem ao inquérito parlamentar de 1873, cujo objetivo era estudar as causas e estabelecer políticas de ação em relação ao êxodo¹⁸. Inspirada nos resultados do estudo, a lei de 28 de março de 1877 visava estimular a emigração para a África, em clara sintonia com o desenvolvimento das colônias no ultramar.¹⁹ A intenção de fixar colonos como proprietários agrícolas estava explícita no texto. O governo ficava autorizado a despender as somas necessárias para transportar às possessões africanas os indivíduos que para lá quisessem ir com o compromisso de residir por pelo menos cinco anos, fornecendo-lhes os meios para o primeiro estabelecimento agrícola nas terras concedidas.

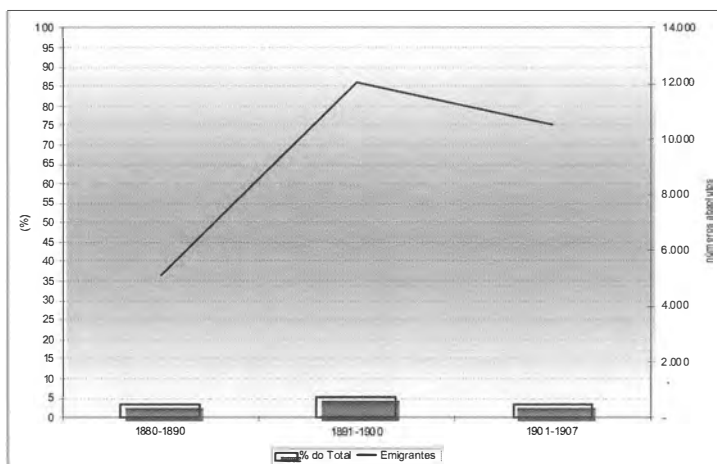
Alguns anos mais tarde, o governo português, atento à criação de uma colônia de dissidentes bôeres em terras angolanas, empreendeu grande esforço para recrutar famílias pobres por todo o reino a serem enviadas para o sul de Angola, com o intuito de fazer frente a essa comunidade estrangeira.²⁰

O regulamento de 16 de agosto de 1881 foi mais generoso que o anterior. Além da concessão de terreno, estabelecia passagem gratuita, auxílio financeiro (30\$000) e fornecimento de sementes e dos instrumentos necessários aos trabalhos agrícolas. Em relação à proteção dos emigrantes, estabeleceram-se juntas permanentes de emigração em pontos estratégicos da África portuguesa para acomodá-los provisoriamente nos primeiros dias, fiscalizar o cumprimento dos contratos de prestação de serviços, e providenciar a repatriação dos doentes.

Mesmo com todo esse aparato legal, ainda continuavam tímidos os números da emigração para o ultramar colonial. Entre 1850 e 1890, a média do fluxo para África era de aproximadamente 400 pessoas por ano. Na década seguinte, porém, o fluxo aumentou para cerca de 2 mil²¹. A instituição, em 1896, da gratuidade do passaporte para os que se dirigiam ao continente africano e a adoção de uma política mais intensa de concessão de terrenos podem explicar, ao menos em parte, esse acréscimo. Tal fato, entretanto, não impediu o contínuo crescimento da corrente para o Brasil.

Iniciado o novo século, a alternativa africana era uma realidade, mas ainda se mostrava aquém das expectativas de governo, comerciantes, industriais e de alguns estudiosos, mesmo com a supressão, definida pela lei de 25 de abril de 1907, do documento de saída para os que tinham as possessões portuguesas do ultramar como destino. A fragilidade das linhas de comunicação, as reduzidas oportunidades econômicas e a precariedade financeira do Estado para adotar medidas políticas de fixação de colonos e valorização dos territórios explicam, ao menos em parte, o pequeno fluxo para Angola e Moçambique.²²

Gráfico 05
Emigração portuguesa para as colônias africanas (1880-1907)



Fonte: EVANGELISTA, João. *Um século de população portuguesa*. Lisboa, INE, 1971 apud CASTELO, Cláudia. *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole (1920-1974)*. Porto, Afrontamento, 2007.

Apesar de todas essas dificuldades, inclusive aquelas impostas pelo clima adverso, a população branca de Angola passou de menos de 3 mil, nos finais da década de 1860, para cerca de 13 mil às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Em Moçambique, a estimativa era de aproximadamente 11 mil pessoas, por volta de 1910. Se é certo que, nesse período, a emigração para África continuava muito inferior ao destino brasileiro, difícil negar que as colônias no continente começavam a afetar a vida de toda a gente em Portugal, onde existiam poucas famílias sem ao menos um parente no ultramar²³.

As medidas que tentavam fomentar a emigração estavam associadas a uma política de consolidação do império colonial em África. Na década de 1870, o projeto do ministro do Ultramar, Andrade Corvo, substituiu o de Sá da Bandeira. De caráter liberal, reduziu as pautas protecionistas estabelecidas em 10 de janeiro de 1837, com o objetivo de incentivar investimentos de capitais estrangeiros, fomentar a autonomia administrativa das colônias, além de procurar áreas férteis para encaminhar a emigração. Nesse sentido, decretou-se, em 1875, a abolição do trabalho escravo nas colônias, tomaram-se empréstimos no exterior para financiar a infra-estrutura e se reforçou a aliança com a Inglaterra.²⁴

Definidas as fronteiras nos primeiros anos da década de 1890, o governo português preocupou-se em tentar transformar sua soberania formal nas colônias em domínio de fato, recorrendo à ocupação militar. A falta de recursos e a resistência das populações nativas, no entanto, levaram a um domínio frágil, limitado a algumas posições estratégicas. Seria necessária uma política de financiamento que permitisse ao reino sustentar os gastos para empreender o controle de suas contestadas possessões no continente.

A partir de 10 de maio de 1892, com a decretação da nova Pauta Aduaneira, foi possível angariar recursos que viabilizaram, por exemplo, a campanha vitoriosa na Guerra de Pacificação de Moçambique entre 1894-1895. Foi à sombra da pauta protecionista que se desenvolveu a exportação de produtos manufaturados para as colônias e a reexportação de produtos coloniais: cacau, borracha e café²⁵. As vendas de tecidos de algodão para África cresceram significativamente na década de 1890, potencializadas, inclusive, pelo surto da borracha em Angola, onde esses têxteis entravam no circuito mercantil como moeda de troca. Esse bom momento durou até a primeira década do novo século; somente as exportações de vinho para o ultramar atingiram relevo semelhante.²⁶

José Capela assinala que as pautas de 1892 permitiram a conquista de mercados para a produção portuguesa em África, constituindo-se no ponto de partida para a aceleração de uma exploração que tomaria o sentido da exacerbação do colonialismo econômico: obtenção de matérias primas coloniais com preços impostos pela metrópole e colocação nas colônias dos excedentes de sua produção. Um comércio ainda pouco representativo em relação ao movimento total, mas que serviu para fortalecer os laços econômicos com a metrópole, sobretudo dos setores interessados nas atividades coloniais.²⁷

Já no final dos anos de 1870, uma publicação periódica da Associação Comercial do Porto deixava clara essa sintonia:

Na questão africana Portugal tem representado um papel que está inferior ao seu dever e às suas tradições. Possuidores de extensíssimas regiões naquela parte do mundo, só teremos cumprido nossa missão na actualidade, quando ali levarmos a luz da civilização, o progresso da indústria, a animação mercantil e quando recolhermos desses esforços o prémio condigno, que é a riqueza que vem para as metrópoles das ubérrimas colônias, que não são vexadas mas fertilizadas, das colônias a que se leva não a roacidade dos conquistadores antigos, mas a exploração conscienciosa, embora lucrativa, dos cultivadores modernos.²⁸

Valentim Alexandre assinala que, a partir da última década do Oitocentos, consolidou-se no império português em África a implantação de um aparelho colonial moderno ancorado em um projeto político definido em nível de Estado e nos interesses de grupos mercantis, industriais e financeiros metropolitanos. A antiga função de entreposto comercial de mercadorias nativas e escravos foi substituída para dar origem, em Angola e, de modo mais modesto, em Moçambique, a um sistema de exploração baseado na economia de plantação e na mineração, intensificando-se ainda sua função de mercado consumidor de produtos do reino.²⁹

Nesse sentido, a Sociedade de Geografia de Lisboa, desde sua fundação, em 1875, constituiu-se na principal defensora de uma política de colonização para a África portuguesa como instrumento de desenvolvimento econômico, marcando presença, inclusive, no debate entre as correntes que defendiam destinos distintos para os emigrantes: Brasil ou África.

Como outras sociedades de geografia europeias, cujo ponto fundamental era o caráter militante em estreita ligação com o expansionismo colonialista, a SGL ganhou posição de relevo em assuntos coloniais. Constituiu-se na maior ativista dos “direitos históricos” das descobertas e organizou viagens de exploração pelo interior da África, com o objetivo de garantir a posse e soberania portuguesa nas colônias. Ângela Guimarães identifica três fases fundamentais nos primeiros vinte anos de sua atividade. Entre 1876 e 1880, a SGL procurou garantir o lugar de Portugal no movimento expansionista; nos anos de 1880 a 1882, preocupou-se em fazer um balanço das forças nacionais para investir na competição em África; de 1882 a 1895, definiu a orientação da política e da gestão colonial no conjunto do império, com máxima atenção para Moçambique.³⁰

A SGL teve papel fundamental no aprofundamento da discussão sobre a constituição do império português e no alargamento dos grupos diretamente envolvidos nos problemas coloniais. Na sessão de 7 de abril de 1880, por exemplo, reafirmou-se a necessidade de expedições geográficas em África, ressaltando seu significado político e econômico em relação às colônias. Em meio ao temor da perda dos territórios diante da suposta cobiça de outros países europeus, defendia-se a soberania portuguesa, pois: “Se as colônias não forem mercados nacionais, não tiraremos delas os benefícios a que temos direito, em compensação dos sacrifícios que por elas fazemos”³¹.

Promover a prosperidade das colônias em nome da grandeza de Portugal. Com esse propósito, a Sociedade de Geografia identificou os meios de ativar e aumentar as relações comerciais da metrópole com as possessões ultramarinas: o incentivo à emigração dentro do império e o desenvolvimento da navegação nacional, percebida como elemento chave da expansão portuguesa no mundo.³²

Alguns de seus sócios, dentre eles Francisco Chamiço, fundador e presidente do Banco Nacional Ultramarino, acreditavam que apenas com a emigração seria possível criar e desenvolver mercados em terras africanas a serem aproveitados pela indústria portuguesa, assinalando que:

Nem se tinha desenvolvido no indígena a necessidade de determinados produtos, nem havia, na maioria das possessões, europeus em número suficiente que, pelo seu consumo, convidassem o comércio para essas possessões. Portanto, a primeira e mais instantânea obra a realizar era promover a emigração, fazendo desaparecer as causas da insalubridade no ultramar, a fim de que os europeus em contacto com os indígenas desportassem nestes as necessidades da civilização e daí um aumento considerável de gente consumidora dos nossos produtos.³³

Discussões no meio rural vinculadas aos temas “emigração” e “colônias” também ganharam espaço nos debates. José Pequito Rebelo, destoando do consenso geral entre os grandes proprietários de terras, contrário à emigração, defendia o êxodo para Brasil e África como forma de garantir a estabilidade social no campo, evitando discussões sobre uma possível reforma agrária nos latifúndios alentejanos. Suas hábeis palavras mesclavam temas caros ao colonialismo português – soberania e desenvolvimento econômico – a favor do conservadorismo fundiário.

A emigração brasileira é um fato espontâneo da nossa condicionalidade demográfica e social. [...] procuremos também com grande empenho desviar o máximo contingente para a nossa colonização ultramarina, porque antes do Alentejo está essa parte integrante do território nacional onde os perigos da soberania e a largueza dos recursos são muito maiores. Quanto ao Alentejo, não queiramos aplicar-lhe processos de colonização africana, expropriando a sua gente em favor do Norte, mais cuidemos do seu povoamento e valorização com um carinho inteligente, bem compreensivo das condições históricas e naturais e do equilíbrio dos direitos.³⁴

A tese de desviar a emigração do Brasil para a África, no entanto, estava longe de ser unanimidade. Oliveira Martins, por exemplo, posicionava-se contra essa alternativa e alertava para o tipo de emigrante que se dirigia para a ex-colônia – comerciantes, operários e caixeiros – como o principal responsável pelo envio das remessas. O continente africano, em sua opinião, não oferecia oportunidades a essas atividades e Portugal perderia as economias e poupanças conquistadas em terras brasileiras, tão essenciais para o equilíbrio financeiro do reino. Seus estudos sobre o problema social da emigração comparado às estatísticas relativas ao comércio e ao ingresso de capitais provenientes do outro lado do Atlântico levaram-no a concluir que “sem os subsídios do Brasil pela exportação da indústria da cria do gado humano, há muito que teríamos rebentado falidos”³⁵.

Oliveira Martins também presidiu a Sociedade de Geografia Comercial do Porto, fundada em julho de 1880, na esteira das idéias defendidas por sua congênere de Lisboa: reanimar o interesse público pelo império colonial. Seus objetivos eram estudar as condições dos centros de produção que pudessem interessar ao mercado nacional, discutir soluções para os problemas migratório e colonial, fomentar e criar vias de comunicação. Mesmo com o relativo ceticismo de seu presidente em relação às potencialidades das colônias africanas, a maior parte dos sócios, sobretudo comerciantes e industriais, acreditava na

viabilidade econômica da alternativa colonial. Fato que ele próprio reconheceu ao comentar uma conferência proferida por Joaquim António Gonçalves, um dos mais importantes industriais de Portugal.

“Na assembleia devia ter ficado a convicção geral de que as nossas colónias africanas eram um vasto mercado aberto à indústria manufactureira da metrópole, quando convenientemente encaminhada e desenvolvida”³⁶.

De maneira geral, diversos estudos têm apontado que a transformação da sociedade portuguesa de Antigo Regime em uma sociedade capitalista dependente teve lugar no século XIX, mais precisamente entre 1820 e 1890. Essas reflexões aparecem em Villaverde Cabral, Halpern Pereira, Joel Serrão e José Tengarrinha³⁷, que identificam mudança fundamental nesse período: a transferência do poder político da classe senhorial para a burguesia e o crescente controle da atividade econômica pelo capital.

Nesses anos, a expansão em África jogou papel importante nas expectativas e na configuração de um modelo de desenvolvimento da sociedade portuguesa. Valentim Alexandre observa que na sua base existia a consciência do atraso do capitalismo português em relação a outros países da Europa, mas também a convicção de que as colônias teriam importante papel em sua superação. No início, as inevitáveis comparações com o Brasil e os relatos de riquezas vindos da África criaram expectativas de uma rápida acumulação e de resultados econômicos favoráveis ao reino; posteriormente, novos projetos visaram transformar as colônias em fornecedoras de matérias-primas e mercados reservados à metrópole.³⁸

Halpern Pereira lembra que, no início da década de 1890, o eixo fundamental do tipo de desenvolvimento capitalista adotado e a nova expansão iniciada com a reconstrução dos projetos colonialistas, então voltados para a África, encontravam-se ameaçados por outros países.³⁹ Fatores externos, que juntamente com as limitações inerentes ao desenvolvimento descompassado quando comparado às principais economias europeias, forneceram estreita margem de manobra para Portugal colocar em prática sua política colonial, na qual os fluxos migratórios não foram deixados de lado.

A autora assinala que três preocupações orientaram a política migratória portuguesa entre 1870 e 1930: manter a corrente de divisas provenientes do Brasil, conseguir deslocar para suas colônias em África parte dos emigrantes e, finalmente, conciliar os dois objetivos com as necessidades de mão-de-obra dos grandes proprietários de terras e do setor industrial.⁴⁰

Nas últimas décadas do Oitocentos, diante das tentativas do governo português de articular economicamente o império e buscar melhor inserção no concerto das nações na Europa, ganharam força as propostas de desviar ao menos parte do fluxo dos “brasileiros” para as colônias ultramarinas, onde o domínio político e econômico exigia a presença de colonos e de pessoal administrativo e militar.

O projeto colonial impôs, assim, um dilema: décadas após a independência da mais importante colônia do Atlântico, a alternativa africana surgia no horizonte opondo, em certa medida, os tradicionais interesses individuais da emigração aos interesses coloniais

da nação. No entanto, ambos deveriam ser conciliados em nome do projeto para resgatar o suposto prestígio político e econômico, simbolizado pela afirmação do Império colonial português em África.

NOTAS

* Universidade de São Paulo - USP.

¹ Sobre a classificação “nova” e “velha” emigração, Gould assinala que seria prematuro concluir, como fazem alguns autores, que não existem evidências empíricas fundamentais para justificar tratamento diferenciado entre uma e outra. Em sua opinião, no mínimo, as diferenças cronológicas e de padrão de migração intercontinental entre as duas áreas sugerem que, mesmo sob a influência do fator trabalho, ambas necessariamente operaram de formas distintas no tempo e no espaço. GOULD, J. D. “European inter-continental emigration 1815-1914: patterns and causes”. *The Journal of European Economic History*. Roma, v. 8, n. 3, 1979. p. 628.

² Cálculos dos autores baseados em Imre FERENCZE; Imre WILLCOX, Walter. *International migrations. v. I: Statistics*. Nova York, National Bureau of Economic Research, 1929.

³ VEIGA, Teresa Rodrigues. *A população portuguesa no século XIX*. Porto, CEPESE/Afrontamento, 2004, p. 138. Sobre a confiabilidade das estatísticas em relação aos números oficiais e à emigração clandestina ver LEITE, Joaquim da Costa. “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)”. *Análise Social*. Lisboa, v. XXIII, n. 97, 1987. Para análise divergente, que apresenta as estimativas da emigração clandestina, ver BAGANHA, Maria Ioannis B. “Uma Imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração”. *Análise Social*. Lisboa, v. XXVI, n. 112/113, 1991, pp. 723-739.

⁴ A literatura fornece exemplos da importância da emigração e dos negócios com o Brasil no enriquecimento individual ou mesmo de famílias, sobretudo da cidade do Porto, no início da segunda metade do século XIX. O livro

de Júlio Dinis, *Uma família inglesa* (1868), fornece a geografia social do Porto neste período: “Esta nossa cidade [...] divide-se naturalmente em três regiões, distintas por fisionomias particulares: A região oriental, a central e a ocidental. O bairro central é o português propriamente dito; o oriental, o brasileiro; o ocidental, o inglês. [...] O bairro oriental é principalmente brasileiro, por mais procurado pelos capitalistas que recolhem da América. Predominam neste umas enormes moles graníticas, a que chamam palacetes [...]. Pelas janelas quasi sempre um capitalista ocioso” *apud* GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, Arcádia, 1971, pp. 228-229. O tema do retornado ou “brasileiro” era recorrente na literatura portuguesa. Em várias obras, Camilo Castelo Branco e Eça de Queiroz trataram desse tipo social.

⁵ Esse tipo de emigração era característico do norte de Portugal. ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros, emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.

⁶ ALVES, Jorge Fernandes. “Terra de esperanças – O Brasil na emigração portuguesa”. *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais, Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, pp. 113-128.

⁷ HERCULANO, Alexandre. “A emigração (1873-1875)”. *Opúsculos IV*. Lisboa, 1879.

⁸ Chaney assinala que a notável estabilidade das entradas anuais dessas economias representou fonte de divisas extremamente segura, cuja influência estendeu-se da determinação da taxa cambial ao equilíbrio financeiro de Portugal. Seus cálculos indicam que, em média, o montante das remessas correspondeu de 50% a 80% do déficit da balança comercial. CHANEY, Rick. *The economics of one hundred years of emigration* *apud* Klein, *op. cit.*, p. 265.

⁹ cf. ALEXANDRE, Valentim. *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. Lisboa, Sá da Costa, 1979.

¹⁰ Em África, o império português manteve Angola, Moçambique, Guiné e as ilhas de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. No Oriente, restaram do antigo império Goa, Damão, Diu, Macau e Timor.

¹¹ Alexandre, *op. cit.*, p. 34.

¹² Sobre o tema ver PEREIRA, Miriam Halpern. *Revolução, finanças, dependência externa*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1979.

¹³ Decreto de 10 de dezembro de 1836.

¹⁴ ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1930)*. Porto, Afrontamento, 2000., p. 139.

¹⁵ Ao final de 1836, por exemplo, o governador-geral de Angola escreveu a Sá da Bandeira informando que a abolição do tráfico de escravos pôs fim ao único ramo de comércio da colônia e despertou o ódio de todos os colonos. O mesmo ocorrera em Moçambique. cf. ALMEIDA, Pedro Ramos de. *História do colonialismo português em África*. Cronologia: v. II – século XIX. Lisboa, Editorial Estampa, 1979, pp. 70-71.

¹⁶ Valentim, *op. cit.*, pp. 46-47.

¹⁷ CLARENCE-SMITH, Gervase. *O Terceiro Império português (1825-1975)*. Lisboa, Teorema, 1985, p. 71.

¹⁸ A comissão parlamentar fez um levantamento sistemático da emigração no continente e ilhas produzindo estatísticas sobre o número de indivíduos emigrados por localidades, os portos marítimos de origem e destino, além de tabelas com os salários pagos em Portugal e dos preços dos alimentos. Os contratos de engajamento e as leis portuguesas e brasileiras sobre o assunto também foram objeto do inquérito. cf. *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*. Lisboa, 1873.

¹⁹ PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru, EDUSC; Portugal, Instituto Camões, 2002, pp. 81-82.

²⁰ ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966, p. 60.

²¹ Anderson, *op. cit.* p. 60. Godinho apresenta números semelhantes ao afirmar que: “no derradeiro quartel do século XIX, apenas meia centena de emigrantes por ano encaminhava-se para a África portuguesa; de 1901 a 1906 foram, em média, pouco mais de 2 mil”. Godinho, *op. cit.*, p. 38.

²² Cunha Rato observa que o reino ainda sentia os danosos efeitos da crise econômica internacional da década de 1890, quando o orçamento ultramarino global para 1909-1910 apresentou déficit de 2 mil contos de réis e acabou por debilitar ainda mais as já precárias condições da população. No entender da autora, só isso pode explicar o aumento sem precedentes do fluxo migratório na primeira década do século XX em direção ao Brasil. RATO, Maria Helena da Cunha. “O colonialismo português, factor de subdesenvolvimento nacional”. *Análise Social*, Lisboa, v. XIX, n. 77-78-79, 1983, pp. 1125-1126.

²³ Clarence-Smith, *op. cit.*, pp. 112-113 e 117.

²⁴ Alexandre, *op. cit.*, p. 150. Almeida, *op. cit.*, p. 190.

²⁵ Esses produtos continuaram dominando as exportações coloniais nas duas primeiras décadas do novo século, acompanhados, a partir de então, pelo açúcar. Para a composição das exportações coloniais nesse período ver LAINS, Pedro. “Causas do colonialismo português em África, 1822-1975”. *Análise Social*, Lisboa, vol. XXXIII, n. 146-147, 1998, p. 482, Quadro 11.

²⁶ “Entre 1905 e 1915, a média anual do déficit comercial de Portugal elevou-se a uns 30 mil contos. Este ‘buraco’ foi preenchido pelas remessas do Brasil, que se elevaram a cerca de 17 mil contos por ano e pelas reexportações coloniais, que totalizaram os restantes 13 mil contos”. Clarence-Smith, *op. cit.*, p. 90.

²⁷ CAPELA, José. *A burguesia mercantil do Porto e as colónias (1834-1900)*. Porto, Afrontamento, 1975. Segundo António Telo, ao final do século XIX, o Império representava 3% das importações de Portugal e absorvia mais de 10% das exportações. No início da República, esses valores passaram para 4% e 15%, respectivamente. TELO, António José. *Economia e Império no Portugal contemporâneo*. Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 208.

²⁸ Relatório da Associação Comercial do Porto. 1879 *apud* Capela, *op. cit.*, p. 118.

²⁹ Alexandre, *op. cit.*, p. 161 e *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*. *op. cit.*, p. 69.

³⁰ GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 21.

³¹ *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Sessão de 07 de abril de 1880.

³² *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Série I, n. 2, 1877.

³³ *Actas da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Sessão de 06 de dezembro de 1880.

³⁴ REBELO, José Pequito. *O desastre das reformas agrárias*. Portugal, Coimbra, 1923.

³⁵ MARTINS, J. P. Oliveira. *Fomento rural e emigração* (1893). 3. ed. Lisboa, Guimarães Editores, 1994.

³⁶ *Boletim da Sociedade de Geografia Comercial do Porto*. n. 2, 1881 *apud* Capela, *op. cit.*, p. 122.

³⁷ CABRAL, Manuel Villaverde. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*. 3. ed. Lisboa. A Regra do Jogo, 1981; PEREIRA, Miriam Halpern. *Revolução, finanças, dependência externa*. *op. cit.*; SERRÃO, Joel. *Emigração portuguesa: sondagem histórica*. Lisboa, Livros Horizonte, 1977; TENGARRINHA, José. “A crise do final do Antigo Regime”. In: MATOS, Sérgio Campos (Org.). *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX. Actos do Seminário organizado pelo Centro de História da Universidade de Lisboa (6 e 7 de dezembro de 2001)*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002. Para um estudo mais recente ver FERREIRA, Álvaro; LAINS, Pedro (Orgs.). *História Económica de Portugal*. Lisboa, ICS/Universidade de Lisboa, 2005, 3 vols.

³⁸ Alexandre, *op. cit.*, p. 70. A discussão das causas do colonialismo português – econômicas ou não – sempre teve grande repercussão nos estudos sobre o tema. Dentre tantos, pode-se citar dois trabalhos: para uma interpretação estritamente econômica ver Clarence-Smith, *op. cit.*; no campo oposto, de forte viés político, ver HAMMOND, Richard J.. *Portugal and Africa, 1815-1910. A study in uneconomic Imperialism*. Stanford/Califórnia, Stanford University Press, 1966.

³⁹ Pereira, *op. cit.*, pp. 2-3.

⁴⁰ Pereira, *op. cit.*, p. 86.

NEM NACIONAL, NEM ESTRANGEIRO: REFLEXÕES SOBRE UM PROJETO ÉTNICO-POLÍTICO BRASILEIRO

JOSÉ SACCHETTA RAMOS MENDES*

A Assembleia Constituinte de 1946 instaurou um debate parlamentar inusitado no panorama histórico-jurídico brasileiro, fazendo ascender ao âmbito constitucional a temática da identidade entre os povos do Brasil e de Portugal. A argumentação realizada em plenário pelos deputados e senadores constituintes, entre eles o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, justificou a condição singular a ser outorgada aos portugueses com base em pressupostos de afinidade étnica, cultural e mesmo religiosa e racial que manteriam com os brasileiros. O debate gerou um paradigma integrado à Carta de 1946 que se fez presente em políticas de imigração e na produção legislativa sobre estrangeiros, aquisição da nacionalidade e exercício de direitos. A especialidade atribuída ao português foi também incluída no texto da Constituição de 1967 e na atual de 1988.

Com efeito, quase dois séculos de independência entre Brasil e Portugal não extinguiram certos laços institucionais e simbólicos que vinculam as duas nações, para além do idioma e do legado histórico que compartilham. Um desdobramento tem sido a maneira singular com que diretrizes políticas e legais trataram a presença dos portugueses no Brasil a partir de 1822, quando o processo de emancipação atingiu seu ponto incontornável. Ocorrência extraordinária na construção dos Estados nacionais americanos e das formas de ruptura com as metrópoles europeias, o destaque político do ex-colonizador traduziu-se em privilégios que o distinguiram de outros estrangeiros, ao favorecer sua fixação no território brasileiro e a aquisição da nacionalidade, entre outros aspectos.

O fenômeno expressou-se primeiramente de maneira descontínua, com frequência por meio de uma retórica de parentesco (filial, fraternal), em que ressaltava a existência de supostos laços de família a distinguir o lusitano no ordenamento da ex-colônia emancipada. Tal situação se verificou ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do século XX e esteve presente na formulação de diretrizes imigratórias do período imperial e da primeira fase republicana. Durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), um conjunto de normas legais e diretivas consulares facilitou a entrada e fixação do imigrante português no país, frente a outros estrangeiros.

Exemplo disso foi o sistema de cotas para imigração por nacionalidade, instituído nas Constituições de 1934 e 1937: anualmente, seriam admitidos um máximo de novas entradas que não ultrapassasse 2% do total aportado nos 50 anos anteriores, por cada nacionalidade. Em 1938, um decreto de Vargas isentou os portugueses de limites o que, na prática, os retirou da lei de cotas. Foi, no entanto, ao término do Estado Novo varguista que o favorecimento dos portugueses no Brasil, para fins de obtenção da nacionalidade, tornou-se norma constitucional, com decorrências no plano imigratório e do exercício de direitos.

A Assembleia Constituinte de 1946 foi eleita no pleito de dezembro de 1945, dois meses depois da queda de Vargas e quatro meses após o término da II Guerra Mundial. Diferente de processos legislativos anteriores, propostas de emendas puderam ser apresentadas por setores mais amplos da sociedade. Da composição parlamentar participou grande número de partidos e, pela primeira vez na história do Brasil, uma bancada comunista atuou legalmente, contando com deputados negros e operários. Durante os trabalhos, o deputado Aureliano Leite, eleito por São Paulo, promoveu a defesa de um projeto de emenda

[...] no sentido de ser reconhecida pela Constituição a situação especial do lusitano no Brasil, tornando-se, assim, possível à lei ordinária dar a essa situação especial a extensão ou amplitude que as circunstâncias forem exigindo ou indicando. Extensão ou amplitude de que a fase próxima talvez venha a ser considerarmos os cidadãos portugueses que vierem a residir no Brasil, enquanto aqui permanecerem, cidadãos brasileiros com idênticos direitos dos naturalizados.¹

Deputado pelo Estado da federação onde estava presente a mais numerosa e variada comunidade estrangeira do país (estimada em quase 60 nacionalidades), o parlamentar paulista Aureliano Leite chamou atenção com o seu projeto de singularizar, na parte referente à imigração e naturalização, a condição legal do português no Brasil. Comentando aquele projeto de emenda, Gilberto Freyre afirmou em plenário que caberia à letra da Constituição consagrar a “realidade histórica e sociológica” que, em sua opinião, tornava a língua falada pelos brasileiros “nem nacionalmente portuguesa, nem nacionalmente brasileira, mas sobrenacionalmente portuguesa”².

Na ocasião, Freyre se estendeu sobre o assunto, numa campanha pelo “desenvolvimento das relações entre Brasil, Portugal e as comunidades neo-portuguesas da África, da Ásia e das ilhas [...] que a cada dia constituem um bloco transnacional mais forte de cultura e população [...] servidas pela mesma língua transnacional ou sobrenacional”³. Essa parece ser a mais antiga menção aos povos lusófonos dos continentes africano e asiático, feita em âmbito congressual brasileiro.

É interessante observar que a colocação de Gilberto Freyre sobre a ocorrência de uma “unidade histórica” entre os povos do Brasil e Portugal com os de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, foi retomada pela geopolítica de Brasília três décadas depois, em 1975/1976, após a redemocratização em Lisboa e a independência de suas ex-colônias na África.⁴ A mesma expressão discursiva e conceitual – “unidade histórica” – foi utilizada na justificativa política que levou à criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) 50 anos depois, em 1996. Nesse caso, acompanhando o sentido original com que a expressão foi forjada, seu emprego escapou à dimensão imigrante luso-brasileira e retomou escopo multilateral, agora abrangente de todos os países que adotam o português como idioma oficial.

A um giro de memória, Gilberto Freyre havia inaugurado nos anos 1930 uma linha de análise sociológica sobre a contribuição de portugueses e africanos na formação

da nacionalidade brasileira. Freyre foi inclusive indicado para o Nobel de literatura em 1947, ano seguinte à Assembleia Constituinte em que atuou como deputado. Sua palavra diante do plenário de 1946 revestia-se, como se vê, da autoridade intelectual de teórico da identidade brasileira. A título de exemplo da matriz que se verifica na documentação em estudo, acerca da proposta de outorga de condição jurídica especial ao imigrante português, Gilberto Freyre ponderou perante a Assembleia Constituinte de 1946:

O Brasil deve preparar-se para receber, em número considerável, nos próximos anos, imigrantes de várias procedências, sem que o lastro de cultura tradicional e comum, que é de origem predominantemente lusitana, sofra depressão excessiva ou perigosa. Ao contrário: no interesse da nacionalização e da cultura brasileira é que tudo deve ser feito para que esse lastro se avigore, através da maior aproximação do nosso povo com o português e do reconhecimento da situação especial do português em nosso meio.⁵

É uma argumentação sociológica, da qual decorre um projeto étnico-político, com uma conclusão jurídica. Suas consequências serão duradouras. Primeiramente, em âmbito imigratório luso-brasileiro, mas num segundo e terceiro instantes a tocar Portugal e os futuros demais Estados de língua oficial portuguesa. Saliente-se que a recepção da obra de Gilberto Freyre em Portugal se fez sentir mais fortemente a partir de 1950, quando o seu pensamento foi incorporado à última fase da ideologia colonial portuguesa na África, Ásia e Oceania.⁶

A Constituição de 1946, no Capítulo I (Da Nacionalidade e da Cidadania), Artigo 129, estabeleceu no inciso IV que são brasileiros: “os naturalizados pela forma que a lei estabelecer, exigidas aos portugueses apenas residência no país por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física”. A todas as outras nacionalidades seriam exigidos 15 anos de residência no país e outros requisitos. Nesse sentido, interessa averiguar até que ponto os dispositivos de favorecimento dos portugueses influiu na corrente imigratória daqueles nacionais, entre as décadas de 1940 e 1980, que conformaram a última fase da imigração lusa para o Brasil, após o que, ela se extingue como fluxo significativo.

Esse objetivo recupera um foco de interesse do legislador constitucional de 1946, e que nos estudos posteriores na maior parte das vezes foi obscurecido. Leve-se em conta que a imigração estrangeira ainda se mostrava numerosa no Brasil dos anos 1940.

As discussões ocorridas nos anos imediatamente seguintes à Segunda Guerra Mundial, definidoras de políticas públicas para a imigração, foram marcadas por tensões e discórdias, o que se manifestou no terreno da Assembleia Constituinte de 1946, quando uma parcela significativa dos deputados votou a favor da proibição da continuidade da entrada de imigrantes japoneses no Brasil, com base em critérios raciais. A votação foi um episódio dramático da Constituinte: 99 a 99, com o desempate feito por um voto de minerva que rejeitou a emenda denominada Miguel Couto Filho (EC. n. 3.165/1946), tendo sido precedido por vigorosa intervenção contrária à emenda racalista, feita em plenário pelo deputado fluminense José Eduardo do Prado Kelly, que depois se tornaria ministro da Justiça.

Gilberto Freyre não teve expressão direta no debate sobre a imigração japonesa. Pelo menos não há evidência de sua intervenção como parlamentar sobre a temática. Sua omissão naquele instante, entretanto, pode ser significativa. Mais ainda devido ao peso que o escritor assumiu na discussão que se dava, em simultâneo, sobre o tratamento jurídico à corrente imigratória lusitana. O não-posicionamento expresso de Freyre sobre os rumos da imigração japonesa é um ponto de interesse, mais ainda por se ter em vista o apoio que o deputado Luiz Carlos Prestes (PCB/DF) amealhou entre dois grupos ideológicos – comunistas e esquerda democrática (da qual Freyre era integrante) – visando aprovação da emenda anti-nipônica. Ao final, os deputados comunistas votaram em bloco pela proibição da imigração japonesa no país; a esquerda democrática dividiu-se.

Em todo caso, é relevante o contraponto entre o português e o japonês que indiretamente se estabeleceu, em duas distintas reflexões feitas pelos constituintes de 1946, ambas dizendo respeito à ideia de construção da nacionalidade. O contraponto revela a preocupação do legislador sobre como a brasilidade deveria ser etnicamente composta. Preocupação tardia, visto que se dá em meados do século XX, há apenas seis décadas. No que tange à imigração portuguesa, a segunda metade do século XX assistiu à redução progressiva na entrada de imigrantes lusos no país. Pouco sentida no pós-guerra e durante os anos 1950, quando há uma retomada naquele fluxo, a vinda de portugueses declinou de maneira drástica na década seguinte, indicando a ruptura da mais contínua corrente imigratória para o país.

O ano de 1963 foi o último em que a imigração de Portugal para o Brasil ultrapassou o patamar de dez mil novos desembarques anuais, segundo dados oficiais dos dois países.⁷ A partir de 1964, diante de um quadro político que levou à tomada do poder pelas Forças Armadas, a imigração estrangeira em geral para o Brasil viu reduzir o número de entradas. A Carta de 1967, apesar do caráter nacionalista, manteve a disposição favorável à naturalização dos portugueses, em termos semelhantes ao do texto constitucional que veio substituir. Um conjunto de dispositivos que, durante o regime militar, regulou o controle e a vigilância sobre a entrada e presença de estrangeiros no país, em diversos casos estabeleceu, favoravelmente, mecanismos de exceção aos portugueses.

Esse continuísmo tomou como base a produção legislativa anterior. A suposta afinidade étnica do português com o brasileiro, enquanto argumento, permaneceu como índice não-questionado. As normas a este respeito, sancionadas após o debate realizado na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, sugerem compor o que o jurista Tercio Sampaio Ferraz Jr. denominou regras de fixação de valores, por intermédio das quais se desenham as coordenadas de um sistema normativo.⁸ Do estrito ponto de vista do Direito, a especificidade legal do português no Brasil, adotada na Constituição de 1946, extrapolou seu sentido fixador de regra de consecução imediata, em que o legislador define seu objetivo no tempo presente, e juntando-se a um substrato ideológico anterior, tomou feição de regra programática, que projeta o sistema para o futuro. Compreendida, assim, como norma fixadora de valor, toma uma dimensão que a traz aos nossos dias.

É oportuno lembrar que a Constituição Federal de 1988 requer dos cidadãos de Portugal, e dos demais países de língua portuguesa, apenas um ano de residência para aquisição da nacionalidade brasileira. A todos os outros estrangeiros exigem-se 15 anos de permanência no país para se iniciar um procedimento de naturalização (CF-1988, artigo 12, II, “a” e “b”).

A história da cidadania e da nacionalidade no Brasil tem, assim, um capítulo que versa diretamente sobre os portugueses, e de como as noções de afinidade e adesão desses nacionais foram tratadas pelo legislador. No campo da produção da norma, os fundamentos permanecem centrados na afirmativa de unidade linguística, de proximidades culturais diversas, na tradição de relacionamento entre Brasil e Portugal e os seus povos. Esse aspecto denota uma realidade singular de favorecimento legal do imigrante português.

Sua dimensão abrange questões inerentes aos movimentos populacionais que se dirigiram para o Brasil, relativos à atração de mão de obra e projetos de branqueamento da população. A relevância que se vislumbra no fenômeno, suas consequências contemporâneas e futuras, tanto do ponto de vista do ordenamento interno quanto do relacionamento entre o Brasil, Portugal e os demais países de língua oficial portuguesa, propõem uma reflexão ampliada e transdisciplinar de sua abrangência.

NOTAS

* Universidade de São Paulo – USP.

¹ Discurso do deputado Gilberto Freyre (UDN/PE) na 85ª sessão da Assembleia Nacional Constituinte de 1946. *Anais da Assembleia Constituinte*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946, vol. 13, p. 198 e ss. Grifo neste artigo.

² *Idem, ibidem*.

³ *Idem, ibidem*.

⁴ Aqui entra outra documentação sob consulta nesta pesquisa, que são os discursos oficiais do governo brasileiro relativos aos Estados africanos de língua oficial portuguesa. O uso da expressão “unidade histórica” foi utilizada pelo Brasil, pela primeira vez, na abertura da Assembleia Geral da ONU de 1975 e, novamente, em 1976, em dis-

cursos que parecem ter sido inspirados nas falas proferidas pelo deputado Gilberto Freyre na Assembleia Constituinte de 1946.

⁵ Freyre, *op. cit.*, p. 198 e ss. Grifo neste artigo.

⁶ CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Lisboa, Edições Afrontamento, 2002, p. 87.

⁷ As estatísticas imigratórias que subsidiam a elaboração deste projeto provêm do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Direcção Geral de Estatística (DGE), de Portugal, com destaque para a série histórica do *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1951.

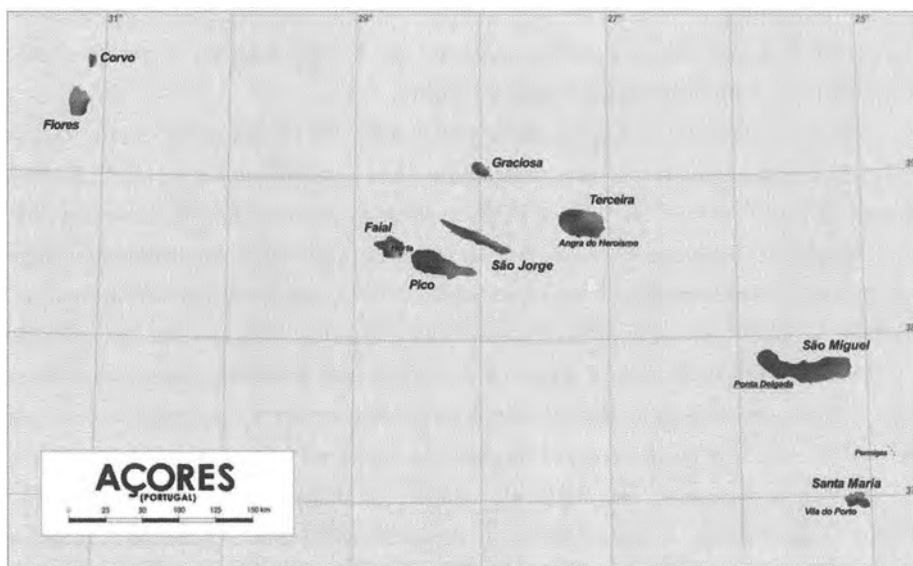
⁸ FERRAZ JR., Tercio. “Legitimidade na Constituição de 1988”. In: DINIZ, Maria Helena; GEORGAKILAS, Ritinha Stevenson. *Constituição de 1988: legitimidade, vigência e eficácia, supremacia*. São Paulo, Atlas, 1989, pp. 23 e segs.

O DISTRITO DA HORTA NO CONTEXTO DA EMIGRAÇÃO AÇORIANA: UMA ANÁLISE COM BASE NOS REGISTROS DE PASSAPORTES (1836-1839)

SUSANA SERPA SILVA*

Introdução

Até a implantação do regime autonómico, em 1976, a actualmente designada Região Autónoma dos Açores – arquipélago atlântico, constituído por nove ilhas – dividia-se em três distritos: Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, seguindo um modelo de divisão administrativa que remontava às reformas implementadas pelos primeiros governos liberais oitocentistas.



Mapa 01

Notas - O distrito da Horta era composto pelas ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo. O de Angra era formado pelas da Terceira, Graciosa e S. Jorge e o de Ponta Delgada por S. Miguel e Santa Maria.

Foi precisamente ao longo da década de 30 do século XIX, que o arquipélago ascendeu à situação de província de Portugal (1832), dividindo-se, depois, em duas sub-províncias (1833) e, por fim, em 1836, em distritos. Cada um deles foi administrado, primeiro, por Prefeitos, depois por Administradores Gerais e, por último, por Governadores Civis, que então perduraram no tempo.¹

O distrito da Horta – do qual hoje vimos aqui falar – era constituído pelas ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo – isto é, as situadas mais a oeste, sendo precisamente a Horta, principal cidade, – elevada a esta categoria em 1833 – a capital da ilha do Faial e cabeça da respectiva circunscrição administrativa.

Sabemos que desde 1836, por via das alterações político-administrativas, o Governo Civil do Distrito da Horta, tal como os demais do arquipélago, passou a assegurar a emissão de passaportes, pois, anteriormente, essa função pertencia apenas ao Capitão General, autoridade sediada em Angra, na ilha Terceira, desde 1766, quando o Marquês de Pombal criou a Capitania Geral dos Açores, dentro do espírito centralizador que caracterizou a sua política². Ora, os registos de passaportes, instituídos oficialmente desde 1758, passaram a representar uma fonte incontornável para o estudo da emigração.

Hoje, podemos afirmar que todos os livros de registo de passaportes, que fazem parte dos fundos dos Governos Cíveis, representam um dos indicadores mais coevos das movimentações populacionais, de âmbito legal, possibilitando, aos investigadores hodiernos, a consulta de um acervo importantíssimo para o estudo das correntes emigratórias, passível de um tratamento quantitativo³. No que concerne aos Açores, exceptuando o trabalho de Artur Boavida Madeira, sobre os finais do Antigo Regime, ainda há muito por fazer no tocante ao estudo desta tipologia de fontes.

No que concerne ao distrito da Horta, o primeiro e mais antigo livro, que serviu de base a esta comunicação, remonta a meados de 1836 e vai até inícios de 1839⁴. O segundo livro, porém, abrange os anos de 1856 a 1859, motivando assim um lapso de tempo sobre o qual não dispomos de quaisquer dados. Até ao momento, não encontramos explicação para o que supomos ser o desaparecimento ou extravio do livro ou livros que abrangiam os anos de 1840 a 1855/56. São, pois, mais de 15 anos que se mantêm, por ora, na obscuridade.

Por outro lado, o livro 1 a que nos reportamos, também comporta diversas lacunas, destacando-se o elevado número de registos incompletos, nomeadamente, sem referência à naturalidade e ao destino do requerente, aspectos estes que, a seu tempo, aludiremos. Importa, porém, antes da análise dos dados, fazer uma breve síntese do fenómeno emigratório no distrito da Horta, até finais do primeiro quartel do século XIX, para melhor compreendermos o seu enquadramento.

A tradição dos fluxos migratórios nas ilhas que pertenceram ao distrito da Horta: breve contexto

Sabendo que os Açores, desde os primórdios do seu povoamento, foram terras de imigração e de emigração, já ao longo do século XVI muitos ilhéus deixaram o arquipélago rumo a outras regiões do Império, por necessidade, por espírito de aventura ou ao serviço do rei ou de Deus. Centenas de açorianos participaram no processo de colonização do Brasil e, mais tarde, ‘engrossaram’ as correntes da imigração oitocentista, referindo Fernanda de Camargo-Moro que “as ligações do Brasil com os Açores são já antigas, grandes, longas e profundas”, sendo, pois, relevante a “presença açoriana na formação de importantes segmentos do povo brasileiro”⁵.

Logo em 1550, a Coroa mandou recrutar gentes das ilhas do Açores, com destino ao Brasil, muitos dos quais participaram na fundação da Baía⁶. Por outro lado, ainda na cen-

túria quinhentista, o cronista Gaspar Frutuoso ao relatar a situação de miséria de algumas famílias micaelenses, motivada por maus anos agrícolas, afirma que algumas acabaram por partir para terras de Vera Cruz, pelo ano de 1579⁷.

Todavia, seria no século XVII que o fluxo migratório para terras brasileiras se tornaria mais intenso, desde logo com a formação da colónia de açorianos do Maranhão, em 1619. Segundo Artur Boavida Madeira, por meados de seiscentos, voltaram a partir, ainda para o Maranhão, 52 casais oriundos das ilhas de Santa Maria e de S. Miguel, prosseguindo os recrutamentos de mancebos para cumprimento do serviço militar, naquelas paragens⁸. Em 1677, foi a vez da ilha do Faial servir o contingente da emigração para o Brasil. O então Capitão Mor da ilha e Governador da ilha do Pico, Jorge Goulart Pimentel, providenciou a condução de 50 casais, isto é, 219 almas com destino a Grão Pará. Esta já era a segunda leva, pois outros 50 casais já haviam partido igualmente com oito mil réis de ajudas de custo, cada um. Outros mais viriam a Coroa a solicitar, para o estado do Maranhão, pedindo-se, expressamente, oficiais de pedreiros, carpinteiros e outros afins, por ali haver muita falta.⁹

Apesar de alguns entraves de natureza burocrática, durante a primeira metade do século XVIII, a Coroa continuou a promover a emigração de casais açorianos para o Brasil, quer para defender as regiões de fronteira, a sul; quer para proteger as do norte, nomeadamente, o Maranhão e Pará. Ao mesmo tempo, contribuía para amenizar as dificuldades sentidas pelas populações insulares. Foi o caso, por exemplo, da ilha do Pico onde, na década de 20, vários casais solicitaram a partida para a colónia sul-americana, com vista a fugir da miséria resultante de cataclismos catastróficos. Por meados de setecentos, a demanda de açorianos face ao Brasil intensificou-se, com especial destaque para as regiões de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul¹⁰, e não apenas por interesses político-estratégicos do poder reinol, mas por anseios e carências dos próprios populares. O estado do Pará e Maranhão também continuou a atrair casais e soldados açorianos, sobretudo das ilhas de S. Jorge, Faial e Pico.¹¹ Estima-se que em meados do séc. XVIII, cerca de 6.000 indivíduos haviam partido dos Açores com destino a terras do Brasil.¹²

Provavelmente para limitar e/ou regular uma ascendente propensão emigratória que, outrora, fora imprescindível ao povoamento do território brasileiro – sobretudo com casais das ilhas e gentes do Minho – a legislação viria a tornar-se mais rigorosa e, nalguns casos proibitiva, mas nem sempre, claro, com os resultados desejados pelas autoridades, devido ao recurso à clandestinidade. Por outro lado, as limitações socioeconómicas e as calamidades inerentes ao território insular, obrigaram as autoridades locais a pedir à Coroa o restabelecimento das correntes emigratórias. Nos finais do séc. XVIII, voltou a reacender-se a “colonização do Brasil” com a “participação dos açorianos”¹³. Por exemplo, em 1799, nas ilhas do Faial e do Pico voltariam a ser recrutados 60 casais com destino à Baía.

O Brasil foi assim, durante todo o século XVIII, por imposição da Coroa ou no contexto das migrações voluntárias, o destino preferencial dos emigrantes açorianos, não constituindo as ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo qualquer excepção nesta matéria. Se Piva Boléo, em estudo mais antigo, procurou comprovar que de 1617 a 1807 existiu uma forte

corrente emigratória dos Açores para terras de Vera Cruz¹⁴, só entre 1766 e 1820 – período já estudado por Artur Boavida Madeira – terão sido emitidos (e chegaram ao nosso conhecimento), 977 passaportes, rumo ao Brasil, que equivalem a um volume de 1.871 indivíduos, sem contar com o vastíssimo caudal da emigração ilegal e subreptícia¹⁵. Nos inícios do século XIX até meados da década de 1820, em que, devido às Guerras Napoleónicas, à Revolução Liberal portuguesa e à própria independência do Brasil, terá havido uma clara retracção nos fluxos emigratórios insulares tradicionais e legais¹⁶, a distribuição de passaportes chegou a ser nula para as ilhas do Pico, Flores e Corvo, enquanto que para o Faial se emitiram 61 documentos oficiais para 173 passageiros, o que indicia uma emigração de pendor familiar e não apenas individual¹⁷. A nulidade na atribuição de passaportes, porém, não deve ser entendida como sinónimo de suspensão do fenómeno emigratório dado que, uma vez mais, pesariam as partidas ou fugas ilegais, tão frequente nas ilhas mais periféricas do arquipélago.

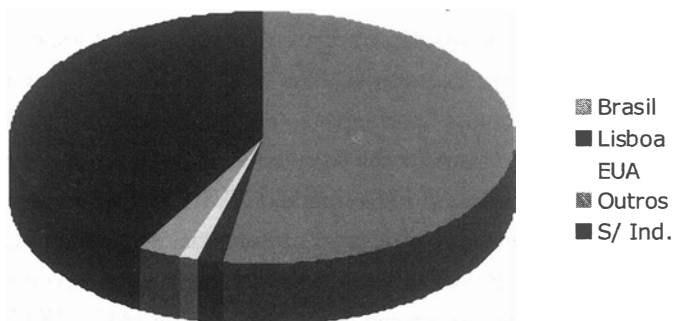
Na década subsequente à independência do Brasil, “muito pouco se sabe acerca da emigração para aquelas paragens”¹⁸ e para isso terá contribuído a fragilização das relações diplomáticas entre os dois países. Ademais, a emigração por iniciativa estatal – “direccionada, de carácter colonizador”¹⁹ – chegara ao fim, iniciando-se, após a consolidação do estado brasileiro, uma emigração portuguesa, em geral e açoriana, em particular, que se pode considerar “espontânea” e “regular”, incentivada pela própria “permissividade da legislação brasileira à imigração”²⁰. Por isso, é na década de 30 – após 1832-34 – que recomeça a emigração para o Brasil, com tendência sempre ascendente, importando, por isso, conhecer, tanto quanto possível, os dados que se reportam a essa década, até agora pouco estudada. Atentemos, portanto, no distrito da Horta.

Os contornos da emigração no Distrito da Horta entre Agosto de 1836 e Maio de 1839

Segundo a fonte a que nos reportamos – o *Livro 1 de Registos de Passaportes* – o Brasil foi claramente o destino privilegiado pelos requerentes deste Distrito:

Gráfico 01

Destinos dos requerentes dos passaportes (Agosto de 1836 a Maio de 1839)

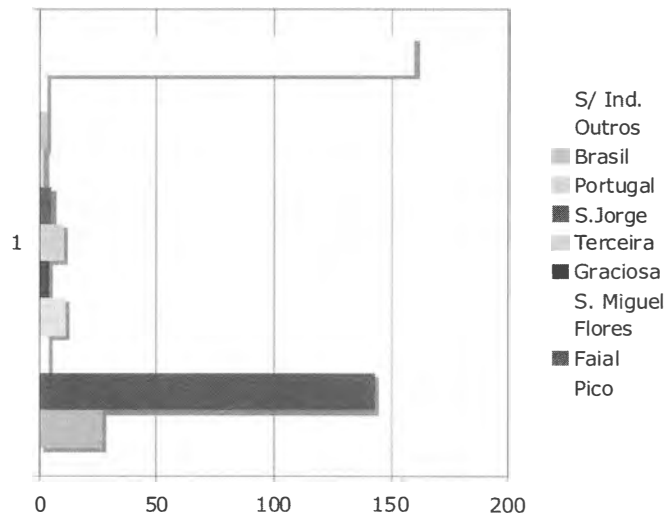


Mais de 50% dos passaportes foram emitidos com destino ao Império do Brasil ou, como pormenorizavam em 1836, com destino ao Rio de Janeiro, no mesmo Império.²¹. No entanto, atrevemo-nos a dizer que talvez 80 a 85% dos passaportes tenha tido mesmo como destino-alvo o Brasil, na medida em que, tal como já referimos anteriormente, o livro contém lacunas, dado que o 1.º Oficial da Secretaria Geral do Governo Civil da Horta foi omissivo, num grande número de registos, relativos ao ano de 1836. Do n.º 39 ao n.º 198 ele deixou de anotar a naturalidade e o destino do requerente, pelo que inferimos que o rumo teria sido sempre o mesmo: o Império Brasileiro e, talvez por isso, devido ao grande número de solicitações, o dito funcionário terá deixado de se repetir. Essa é apenas uma hipótese, a que somamos uma outra dúvida relevante: para onde iriam aqueles que partiam para o Império do Brasil? Em que territórios se fixariam? Ficariam apenas pelo Rio de Janeiro? Trata-se de outro rasto que urge tentar seguir..

Quanto à origem dos requerentes de passaporte com destino ao Brasil – onde se nota igualmente um elevado número sem qualquer indicação – não deixa de ser curioso salientar o seguinte:

Gráfico 02

Origem ou naturalidade dos requerentes de passaportes com destino ao Brasil (Agosto de 1836 a Maio de 1839)



Apesar do elevado número de requerentes sem indicação de naturalidade, e não obstante a variedade de origens, incluindo hebreus, ingleses, italianos, continentais e brasileiros (na verdade, sem grande expressão), encontramos requerentes de quase todas as ilhas do arquipélago, mas não há dúvida que a maioria daqueles que emigravam no distrito da Horta, por vias legais, eram oriundos da própria ilha do Faial e, em segundo lugar, da

ilha do Pico, a mais próxima da sede do Governo Civil. Ora, como é óbvio, as populações das ilhas das Flores e do Corvo, que igualmente faziam parte deste distrito administrativo, também procuravam novos mundos, mas mais dificilmente se deslocariam à cidade da Horta com o propósito de requerer passaporte, o que indicará um considerável teor de emigração clandestina, nas ilhas mais pequenas ou periféricas, como, aliás, sucedia, nos outros distritos do arquipélago.²² Por isso, por exemplo, apenas surgem quatro florentinos e nenhum corvino.

Ignorando, porém, o volume da emigração ilegal, a qual muitos historiados continuam a reconhecer que terá conhecido, nos Açores, uma grande amplitude ao longo de todo o século XIX²³, podemos afirmar que neste período em estudo o número de requerentes de passaportes no distrito da Horta, foi o seguinte:

Quadro 01
Requerentes de Passaportes no Distrito da Horta (1836-1839)

	Requerentes de Passaportes	Sexo Masc.	Sexo Fem.
Agosto de 1836	196	179	17
Vários (+Agosto e Dezembro) de 1837	125	97	28
Vários (+Janeiro) de 1838	61	43	18
Fevereiro, Abril e Maio de 1839	4	2	2
TOTAIS	386	321	65

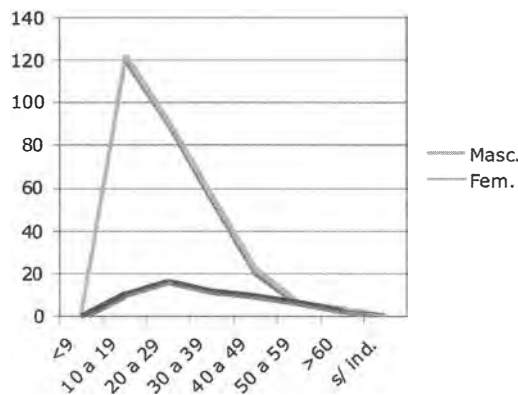
Quadro 02
Total de emigrantes que partiram (1836-1839)

	Requerentes de Passaportes	Acompanhantes	Quantos não partiram	TOTAIS de partidas
Agosto de 1836	196	5	-	201
Vários (+Agosto e Dezembro) de 1837	125	118	1	242
Vários (+Janeiro) de 1838	61	84	2	143
Fevereiro, Abril e Maio de 1839	4	-	-	4
TOTAIS	386	207	3	590

Um dos aspectos relevantes é a superioridade de pedidos por parte de indivíduos do sexo masculino, em relação ao feminino, numa proporção de 83% para 17%, idêntica ao que sucedia, nessa mesma época, nos demais distritos do arquipélago. A emigração insular para o Brasil era preferencialmente masculina, ainda que alguns indivíduos seguissem acompanhados por familiares, incluindo esposas e filhas. Daí que a concessão de 386 passaportes tenha resultado num montante de 590 emigrantes, excluindo já as três pessoas que não chegaram a embarcar. Tal como nos outros distritos de Angra e Ponta Delgada, os acompanhantes eram, maioritariamente, esposas e filhos, alguns irmãos ou irmãs e, esporadicamente, sobrinhos e criados. Não obstante

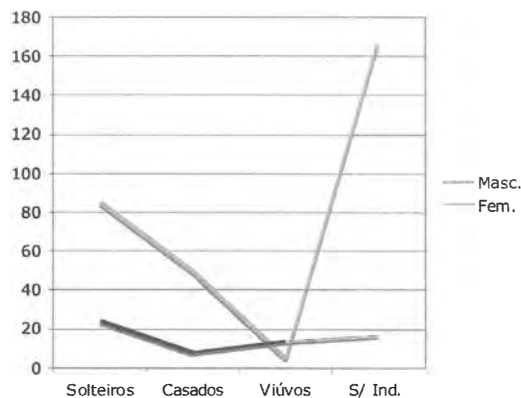
podermos já falar, em 1837 e 1838, de uma emigração de cariz **familiar**, na realidade os fluxos emigratórios do distrito da Horta envolviam numerosos jovens menores ou na casa dos 20 anos (ver Gráfico 3), sobretudo mancebos que, como já tem sido comprovado, procuravam, pela diáspora, a fuga às pesadas regras do serviço militar. O “horror às armas”, quase endémico neste distrito, motivava mesmo uma forte corrente de evasões clandestinas para terras do Brasil²⁴.

Gráfico 03
Distribuição dos requerentes por níveis etários



Também as mulheres emigravam jovens, na casa dos 20 e dos 30 anos, algumas delas solteiras, outras na companhia dos maridos ou então indo ao encontro dos esposos que já se encontravam emigrados. Tratava-se de uma realidade muito semelhante à dos outros distritos, notando-se aqui, como se pode ver no gráfico seguinte, um apreciável número de mulheres viúvas (cerca de 27%), em busca de uma nova vida com vista a ultrapassar as dificuldades que tinham de enfrentar no menos favorecido quotidiano insular.

Gráfico 04
Comparação dos requerentes por géneros e por estado civil



Uma vez mais, sobressai a falta de dados de alguns registos que também não contemplam o estado civil. Aliás, quanto mais avançamos no tempo é que estes documentos se tornam mais completos e rigorosos, passando a incluir indicações como a ocupação e as habilitações literárias dos emigrantes, conforme determinando a própria evolução das políticas de imigração. Neste livro somente encontramos duas indicações de profissão: um lavrador e um egresso.

Apesar de, até ao momento, não dispormos de elementos concretos para o estudo da emigração no distrito da Horta na década seguinte, ou seja, nos anos 40 – pelos motivos que apontamos logo no início – tudo leva a crer que a emigração das ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo terá continuado a aumentar nas décadas de 40 e 50 do século XIX. Segundo um estudo da demógrafa Maria Norberta Amorim – em que esta cruza registos paroquiais com róis de confessados e registos de passaportes – em algumas paróquias da ilha do Pico, por exemplo, “a intensificação da emigração expressa-se no ritmo extremamente brusco de queda [no volume de baptizados] nas décadas de 1840 e 1850”²⁵. Ora, o rumo desses movimentos migratórios seria certamente o Brasil, como era regra para as demais ilhas, sendo certo que a emigração paralela rivalizaria, e muito, com a legal.

Quadro 03
Comparação entre os distritos quanto ao volume de passaportes emitidos com destino ao Brasil

Distrito	População em 31/1832	Titulares com destino ao Brasil em 1836/1839	Titulares com destino ao Brasil em 1836/1840	Titulares com destino ao Brasil em 1833/1836	Total
Horta	62.500	365	-	-	-
Angra	72.000	-	197	-	-
P. Delgada	115.500	-	-	1158	-
TOTAL	250.000	365	197	1158	1720

Fonte: Relativamente aos dados populacionais, ver D’AVEZAC, M. *Iles de l’Afrique*. Paris, Firmin Didot Frères Éditeurs, 1848, p. 55. Relativamente aos dados dos passaportes, ver SILVA, Susana Serpa. “Emigração legal e clandestina nos Açores de Oitocentos (da década de 30 a meados da centúria)”. In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Isménia & MATOS, Izilda (Coords.). *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*. Porto, Afrontamento/CEPESE, 2009, p.384-386.

Como podemos verificar pelo quadro anterior, em períodos aproximados, da mesma década de 30, e apesar da população do distrito da Horta ser inferior em 9.500 habitantes relativamente ao de Angra, a emissão do número de passaportes com destino ao Brasil foi superior. O de Ponta Delgada destaca-se com 1.158 passaportes, o que não surpreende face aos seus quantitativos populacionais. Todavia, ressalta um denominador comum aos três distritos: o Brasil como rumo de destino dos emigrantes.

Algumas conclusões

Se esta não terá sido uma realidade homogénea para os distritos do arquipélago, ao longo de todo o século XIX, o que falta apurar – e nos propomos descortinar em futuros trabalhos – é o momento de viragem para outras paragens, sobretudo no tocante aos distritos da Horta e de Ponta Delgada.

Acontece, segundo Luís Mendonça e José Ávila que a tradição migratória para o Brasil manteve-se, com maior fidelidade, no distrito de Angra, até finais do século XIX²⁶, enquanto nos distritos da Horta e de Ponta Delgada se foi avolumando o número de emigrantes com destino aos EUA. Sendo certo que o Brasil persistiu, até novecentos, enquanto destino da emigração açoriana, em geral, o distrito da Horta, porém, viria mesmo a demarcar-se da determinante tendência brasileira, acabando por preferir, uma parte da sua população – especialmente da ilha do Faial – a alternativa norte-americana, não só devido à “integração do porto da Horta nos circuitos comerciais com a Inglaterra e a América do Norte”, mas sobretudo pelo grande número de baleeiras americanas que há muito se abrigavam naquelas paragens, recrutando locais para as suas tripulações.²⁷

Já em 1831, o britânico Capitão Boid que arribou aos Açores, entre a comitiva que preparou a expedição liberal de D. Pedro, salientou, nos seus escritos, as ligações da ilha do Faial à América do Norte, nos finais de setecentos, no decurso das guerras entre a Inglaterra e as colónias independentistas. As vantagens do seu ancoradouro e a facilidade de fornecimento de mantimentos garantiam uma “enorme procura em consequência dos numerosos navios baleeiros americanos que todos os anos visita[vam] o Faial e da[vam] à Horta uma nota de actividade”²⁸.

O rumo que a emigração do distrito da Horta acabou por assumir, “exprime bem as relações privilegiadas que as ilhas ocidentais, em particular o Faial, mantinham com os Estados Unidos, na segunda metade do século” – como refere Maria Isabel João²⁹. Contudo, podemos nós afirmar que, durante a primeira metade da centúria, ainda que escasseiem algumas provas, por lacunas nos registos de passaportes, o distrito da Horta também terá dado um forte contributo – pelo menos entre 1836 e 1839 – para a emigração portuguesa com destino ao Brasil, situação, que estamos em crer, se terá prolongado nas décadas de 40 e 50, como tencionamos vir a comprovar.

ANEXO

1. Termo de Registo de Passaporte (1836)

“Governo Civil do Distrito Administrativo da Horta na Província Ocidental dos Açores

O Governador Civil do Distrito da Horta

Concede Passaporte a José d’Andrade, morador na Freguesia da Feteira d’esta Ilha do Faial -----

Para se transportar à Cidade do Rio de Janeiro no Império do Brasil

Ficando competentemente abonado na Administração do Concelho d’esta Cidade.

E cumprindo com a obrigação de fazer apresentar este Passaporte pelo Cônsul do referido Império: rogo a todas as Autoridades a quem pertencer o seu conhecimento, não ponham embaraço algum ao Portador. -----

Dado no Palácio do Governo Civil na Horta aos 16 de Agosto de 1836

O Governador Civil

António José Joaquim de Miranda

O Secretário Geral

António Joaquim Nunes de Vasconcelos”

Outros dados: n. e registo do passaporte, sinais (idade, estatura, rosto, cabelo, sobranceiras, olhos, nariz, boca, cor), sinais particulares, assinaturas (do portador e do 1.º oficial da Secretaria Geral).

NOTAS

* Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade – CEPESE.

¹ SILVA, Susana Serpa. “O Arquipélago dos Açores”. In: *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada, 1830-1841. Uma abordagem com base nos processos-penais*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, p. 37.

² Sobre os passaportes emitidos pela Capitania Geral dos Açores e que correspondem, *grossa modo*, ao período entre 1766 e 1818, veja-se MADEIRA, Artur Boavida. *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*. Cascais, Patrimónia, 1999, pp.220-238.

³ Apesar da importância dos registos de passaportes, outras fontes existem para o estudo da emigração, igualmente de grande interesse e relevância: outras tipologias de documentação oficial (ex: relatórios dos Governadores Civis, correspondência inter-ministerial, censos) e documentação de cariz particular (testamentos, cartas, justificações), nesse caso, já estudadas, por exemplo, por SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Família e Emigração: açorianos no Brasil no fim do período colonial”. In: *Actas do Colóquio, O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.391-406.

⁴ BPARH – Fundo do Governo Civil do Distrito da Horta – Registos de Passaportes, Livro 1, *Livro de Registo de Passaportes do Distrito Administrativo da Horta, [5 de Agosto de] 1836 a [7 de Maio de] 1839*. Agradeço o especial contributo da BPARH, por intermédio do Dr. Luís São Bento, que disponibilizou e facilitou a consulta desse documento, em versão digitalizada.

⁵ CAMARGO-MORO, Fernanda. “Algumas Notas sobre Açorianos no Brasil”. In: *Actas do Colóquio, O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, p. 387.

⁶ Madeira, *op. cit.*, p. 197.

⁷ AGUIAR, Cristóvão de. “Alguns Dados sobre a Emigração Açoriana”. *Vértice*, n. XXXVIII, Coimbra, 1976, p. 12.

⁸ Madeira, *op. cit.*, pp. 198-199; MENDONÇA, Luís; ÁVILA, José. *Emigração Açoriana (Sécs. XVIII a XX)*. Lisboa, s/n, 2002, pp.51-56.

⁹ *ARQUIVO dos Açores*, pp., 371-374.

¹⁰ SANTOS, Eugénio dos. “Os Açorianos no Povoamento e Defesa do Extremo Meridional do Brasil: o Caso do Rio Grande do Sul”. In: *Actas do Colóquio, O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 373-385; Aguiar, *op. cit.*, p. 13; Mendonça, Ávila, *op. cit.*, pp. 57-72.

¹¹ Madeira, *op. cit.*, pp. 206-211.

¹² PIAZZA, Walter. *A Epopéia Açórico-Madeirense: 1747-1756*. Santa Catarina, UFCS/Editora Lunardelli, 1992, pp. 354-555.

¹³ Madeira, *op. cit.*, p. 219.

¹⁴ Aguiar, *op. cit.*, p. 13.

¹⁵ Madeira, *op. cit.*, pp. 229-230.

¹⁶ RODRIGUES, José Damião; ROCHA, Gilberta Pavão Nunes. “A Emigração Açoriana para o Brasil: ritmos e destinos”. In: MATOS, Izilda; SOUSA, Fernando de & HECKER, Alexandre (Orgs.). *Desloca-mentos & Histórias: os Portugueses*. Bauru, EDUSC, 2008, pp. 256-257.

¹⁷ Madeira, *op. cit.*, pp. 229- 231.

¹⁸ Mendonça; Ávila: 2002: 103-104.

¹⁹ Rodrigues; Rocha, *op. cit.*, p. 257.

²⁰ Mendonça; Ávila, *op. cit.*, p. 104.

²¹ Quanto aos outros destinos, encontramos pedidos para: Inglaterra, Itália (relativos a uma tripulação de um navio que naufragou) e até outras ilhas.

²² SILVA, Susana Serpa. “O Arquipélago dos Açores”. In: *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada, 1830-1841. Uma abordagem com base nos processos-penais*. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003.

²³ Silva, *op. cit.*, pp. 275-293; Mendonça; Ávila, *op. cit.*, pp. 120-133.

²⁴ Silva, *op. cit.*, p. 280.

²⁵ AMORIM, Maria Norberta. “Emigração e Envelhecimento. Evolução de três paróquias do Sul do Pico entre 1680 e 1980”. In: *Actas do Colóquio, O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX*. Horta, Núcleo Cultural da Horta, 1995, p. 320.

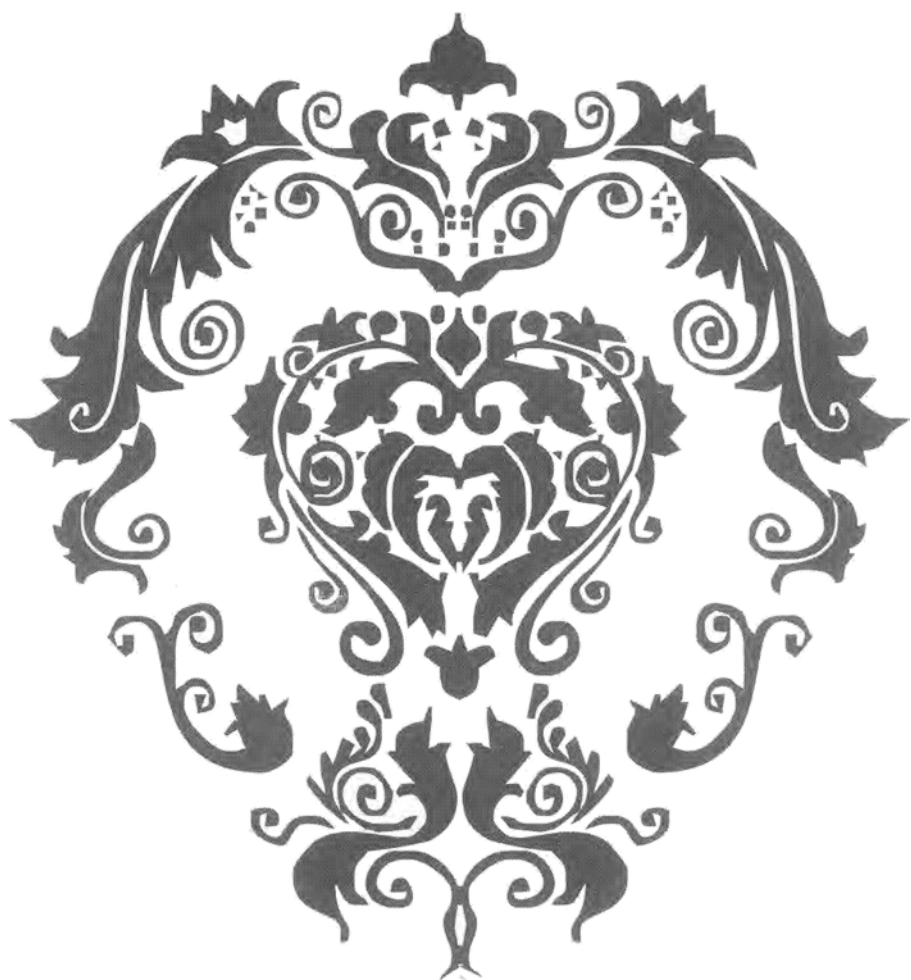
²⁶ Mendonça; Ávila, *op. cit.*, p. 106.

²⁷ Mendonça; Ávila, *op. cit.*, p. 108; JOÃO, Maria Isabel. *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa, Edições Cosmo, 1991, p. 189.

²⁸ “O Distrito da Horta que compreende Faial, Pico, Corvo e Flores”. Ver BOID, Capitão. *A Description os the Azores*. Trad. de João H. Anglin. London, 1835, pp. 5- 9.

²⁹ João, *op. cit.*, p. 189.





Título Entre mares: O Brasil dos portugueses
Organizadores Maria de Nazaré Sarges
Fernando de Sousa
Maria Izilda Matos
Antonio Otaviano Vieira Junior
Cristina Donza Cancela
Formato 19x25,5cm
Tipologia Franklin Gothic Book e Garamond 11/15
Número de páginas 348
Tiragem 400



CEPES



CAPES



centro de
Memória
da Anamóia - UPPA



IFCH



978-85-7803-056-8